Firmino Pereira

O Centenario do Infante D. Henrique no Porto



Editores
Magalhães & Moniz
Porto

Typ. Occidental

O CENTENARIO

DO

INFANTE D. HENRIQUE



O CENTENARIO

DO

INFANTE D. HENRIQUE

LIVRO COMMEMORATIVO DO CENTENARIO HENRIQUINO

ILLUSTRADO COM CERCA DE 40 PHOTOGRAVURAS

CONTENDO

UMA NOTICIA HISTORICA DO MOVIMENTO DO CENTENARIO,
OS TRABALHOS INICIADOS PELA SOCIEDADE DE INSTRUCÇÃO DO PORTO,
TODOS OS DOCUMENTOS OFFICIAES RELATIVOS A ESTA COMMEMORAÇÃO CIVICA,
CIRCULARES AOS MUNICIPIOS E SOCIEDADES SCIENTIFICAS DO ESTRANGEIRO,
PROGRAMMA PARA O CONCURSO DO MONUMENTO,
NOTICIA DAS FESTAS, SESSÕES SOLEMNES,
CORTEJO CIVICO E FLUVIAL, BANQUETES OFFICIAES, SARAUS, ETC.,
O PRODUCTO DA VENDA DA ESTAMPILHA ESPECIAL,
A LEGENDA DOS NAVIOS DE GUERRA, SECÇÃO BIBLIOGRAPHICA,
NOTICIA DA CELEBRAÇÃO DO CENTENARIO NAS ILHAS E NO EXTRANGEIRO,
PASTORAES DOS BISPOS DO PORTO, ALGARVE, ANGRA DO HEROISMO E FUNCHAL,
DOCUMENTOS, NOTAS, ETC., ETC.

POR

FIRMINO PEREIRA

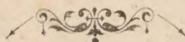
Secretario da Associação dos jornalistas e Homens de lettras do Porto,
socio correspondente da real sociedade de geographia de Lisboa,
socio honorario da Associação dos Escriptores e Artistas de Madrid.

(Illustrações de Courrege Junior)

COM UMA CARTA-PREFACIO

Pelo Ex.mo Snr.

BENTO CARQUEJA



Magalhães & Moniz — Editores
12 — Largo dos Loyos — 12
PORTO

PORTO — Typographia Occidental



A SUA MAGESTADE O SENHOR

D. CARLOS I

REI DE PORTUGAL

offerecem muito respeitosamente

O auctor e editores

Senhor:

Esta é a ditosa patria minha amada.



FFERECENDO este livro a V. M. cumprimos simplesmente um dever. Nas festas com que a cidade do Porto glorificou a memoria do Infante D. Henrique, V. M. assumiu o primeiro logar, vindo collocar-se ao lado do povo n'essa solemnidade brilhantissima que ha-de ficar, em registro especial, na historia d'esta cidade por tantos titulos gloriosa e honrada. Associando-se a essa publica homenagem, V. M. affirmou a sua dedicação pela Patria e o amor que consagra ás mais luzentes glorias da sua historia. E nos tempos que vão correndo, em que a alma do povo precisa de retemperar-se nas grandes e sabias lições do passado para se edificar nos seus exemplos de civismo e ardente fé patriotica, e fortalecer-se para a realisação de novas conquistas no futuro, o nobilissimo procedimento de V. M. claramente affirma os seus alevantados propositos. Cremos firmemente, Senhor, que, apezar de tudo, havemos de reconquistar o prestigio que nos assignalou na historia e nos deu um logar primacial

entre todos os povos do mundo. Não nos falta nem crença nem patriotismo, e, conjurada a tormenta que a sorte adversa tem desencadeado sobre nós, os dias illuminados d'outr'ora hão-de de novo raiar, bellos e serenos como aquelles em que, alentado o espirito pela fé, fortalecida a alma pelo valor e retemperado o braço pelo trabalho, realisamos as assombrosas maravilhas que Camões fundiu nos aureos versos do seu poema immortal. Se, muito para além de nós, são passados tantos seculos de glorias luzentissimas, o futuro reserva-nos ainda largos dias de felicidade e triumpho, porque um povo como este, por maiores que sejam os seus revezes e por mais duras que sejam as suas provações, ha-de seguir sempre ávante, pois tem a impellil-o duas forças poderosissimas — o inclito valor da sua raça e o deslumbrante fulgor da sua historia.

As commemorações como aquella a que V. M. acaba de assistir, servem á maravilha para dar novos alentos á alma popular. As figuras homericas do passado, altos es-

piritos cheios de luz, nobres corações cheios de patriotica audacia, constituem lição e exemplo a aproveitar e a seguir. D'esses homens prodigiosos brotam, em copioso caudal, fecundos mananciaes de vida gloriosa. Apresental-os deante do povo, recordar-lhes as façanhas commettidas e avivar-lhes os prodigios realisados, é incitar as modernas gerações a continuar a obra que elles fizeram e que constituem a razão de ser da nossa existencia historica.

É porisso que estas homenagens civicas não são, como muitos levianamente pretendem, meras exibições ostentosas, antes representam proveitosas lições e salutares ensinamentos. Quem, como nós, possue tantos thesouros de civismo e crença deve patenteal-os a todos, para que todos possam participar d'elles. Abra-se, pois, a Historia, ensine-se ao povo o que ella contem, e á luz que dos seus exemplos se irradia, novas maravilhas se realisarão fecundadas por esses exemplos.

Urge, no momento a que somos chegados, entrar definitivamente n'um caminho novo; precisamos de sahir

d'esta situação equivoca em que a fatalidade das circumstancias nos collocou; temos o indeclinavel dever de, porisso que não somos um povo sem papel nos destinos da humanidade, continuarmos a obra que os nossos antepassados tão gloriosamente encetaram. Oxalá, pois, Senhor, que, inspirados nos sagrados ideaes da Patria e robustecidos nos fecundos ensinamentos da Historia, nós todos, individual e collectivamente, tentemos um supremo exforço para levantar bem alto o nome portuguez e affirmar soberanamente o prestigio da nossa nacionalidade.

Vindo a esta cidade assistir e associar-se ás festas do centenario do egregio filho de D. João I, V. M. fez-se acompanhar de sua augusta esposa — que o povo portuguez respeita e adora pelas preclarissimas qualidades do seu formoso espirito e do seu bondosissimo coração — e de seus estremecidos filhos. Quiz V. M. que elles, na edade em que os grandes exemplos calam mais profundamente, vissem como a alma do povo é sincera e forte quando enthusiasmada por um ideal honrado. A grandiosidade

d'essa festa devia ter-lhes impressionado os seus corações juvenis, e sua extremosa mãe, que os educa no santo amor da familia e na sagrada religião do patriotismo, devia ter-lhes dito que só vivem na alma do povo aquelles que pelo bem do povo trabalharam, e que, para merecer as suas benções e as acclamações da posteridade, devem os principes, acima de tudo, collocar o patriotismo e a fé civica. Devia ter-lhes explicado que, ha cinco seculos, estando prestes a perder-se a nacionalidade portugueza, houve um rei que a amparou e a ergueu com a força do seu braço e a crença do seu coração. Mais devia ter-lhes dito que os filhos d'esse rei, continuando a obra de seu pae, fizeram da dymnastia de Aviz a primeira da nossa historia. Oxalá, pois, Senhor, que esta grandiosa commemoração calasse tão profundamente no animo de seus filhos, que, revivendo n'elles as heroicas virtudes dos seus maiores, o povo possa, como o poeta, exclamar tambem um dia, entre jubilos e festas:

Ditosa geração, altos Infantes.

Fazendo sinceros votos pela felicidade da Patria fazemol-os tambem pela prosperidade de V. M. e de toda a familia real portugueza.

Porto — março de 1894.

Firmino Pereira
Magalhães & Moniz.

PREFACIO

PREFACIO

O povo portuguez deve congratular-se com o brilhantismo, o enthusiasmo e a boa ordem com que se celebrou o 500.º anniversario do Principe Henrique, o Navegador.

(Ext. do *Times*)


ÃO carece de justificação essa apotheose a que Oliveira Martins chamou «a apotheose mais justa e mais cabida.»

A individualidade que despertou os eccos da alma nacional paira em um plano tão elevado nos céus da Historia Patria, que fica inattingivel á discrepancia das opiniões e aos eccos das paixões. Dir-se-hia que um só raio visual, e esse muito certeiro, muito preciso, póde penetrar nas regiões aonde se alcandorou o grande vulto:—esse raio visual consiste na *admiração do universo inteiro*.

Portugal cumpriu um dever rendendo homenagem ao Infante D. Henrique. Deu ao mundo uma demonstração clara de que esta nação tem a consciencia da sua grandeza de outr'ora; mostrou que o sentimento nacional não feneceu aqui, e que, por isso, esse estimulo é capaz de despertar este povo para as grandes luctas do trabalho e da civilisação.

Tal o aspecto da apotheose, quando contemplada pela grande collectividade humana.

Dentro do proprio paiz, resultou da brilhante solemnisação nacional uma grande e incisiva lição, que deve ter conseguido vencer — e venceu, sem duvida, — a falta de instrucção das massas populares, infiltrando no animo d'ellas uma impressão nova.

Essas massas, que apenas conhecem as apotheoses em que a religião funda o culto externo, ficaram sabendo que no altar da Patria ha heroes, como os ha no altar do Templo.

Haverá, talvez, quem ache minguada esta lição, pobre este reconhecimento do valor do Infante D. Henrique. Querer-se-hia, talvez, que o povo portuguez ficasse conhecendo intimamente o seu heroe; que ao povo portuguez dissessem, uma e muitas vezes, os feitos praticados pelo grande Infante; que ao povo portuguez fallassem das terras descobertas por influencia do illustre filho de D. João I; que diante do povo portuguez se discreteasse ácerca da influencia da obra do Infante D. Henrique sobre a phase brilhante da historia da humanidade no seculo XV. Tudo isso é bello e seductor para uma assembleia de doutos; não é impressivo, nem ao menos comprehensivel, n'esse amplo amphitheatro que tem por cupula um céu arrebatador, por scenario uma Natureza seductora e por espectadores individuos cujo caracter tem tanto de ingenuo como de expansivo.

Ah! Quanto me contrista vêr o modo como tantas vezes se interpreta a expansibilidade da alma nacional! N'um prurido de *imitação* e de *estrangeirismo*, considera-se extravagante o que é espontaneo no povo portuguez; taxa-se de leviano o que é typico, o que é sincero, o que é bem portuguez.

Como se não fosse já grande a influencia das coisas sobre a vida do povo portuguez, vem agora essa influencia dos espiritos querer apagar os ultimos traços caracteristicos d'esta nacionalidade. No lar, foram-se substituindo, a pouco e pouco, por objectos estrangeiros, os bellos productos das nossas industrias; desappareceram das casas os desenhos caprichosos das nossas louças, das nossas cadeiras, dos nossos tecidos, para darem lugar a *novidades*, em que se não reflecte o caracter d'esse povo. Chegou-se,

por este caminho, a transformar a casa portugueza n'um mixto de ingenuo e de *novo*, que produz o mais horrivel e mais repellente embroglio.

Só faltaria que tambem se levasse a cabo um mais fundo golpe no caracter d'esta nacionalidade, tentando passar em nova fieira as mais intimas fibras da sua alma. Só faltaria isso! . . .

Nas classes elevada e média alguma d'essa ruim semente tem germinado. O *estrangeirismo* tem exercido já a sua influencia na educação, nos costumes, no vestir, no viver social, e, assim, sob o apanagio de doutrinas que seduzem, mas que não primam por correctas, vamos formando uma população de gente *contrafeita*, que não é o que é, nem é o que pretende ser.

Para longe vá a influencia d'esses espiritos, que se inebriam com a muita luz que os cérca. Melhor portuguez será, mais patriota e mais sincero, aquelle que pretender firmar a estatua do progresso da sua patria sobre o pedestal sólido e inquebrantavel do caracter nacional.

Esse, sim. Esse será *patriota sincero.*

O povo que se atropella nas romarias, que trabalha entre descantes, que implantou sobre os instrumentos de lavoura os mais caprichosos desenhos e os coloriu com as mais extravagantes côres; o povo que escolheu para as suas vestes as côres mais vivas que as paletas dos seus campos lhe apresentaram — este povo não está, não póde ser destinado a essas normas que os sonhadores viram e admiraram sob outro céu, ao lado de outra Natureza, e no meio de outra raça.

Não póde ser!

Estas considerações conduziram-me, naturalmente, a concluir que a celebração do centenario do Infante D. Henrique teve o caracter que devia ter; deixou no povo portuguez uma serie de

notas que podem não ser *sábias,* mas que são impressivas. E isto vale muito.

Se fosse necessario interrogar a este respeito a voz popular, concluir-se-hia que alguma coisa de bom e de justo, de respeitavel e digno póde o povo portuguez dizer, como testemunho de que a celebração do centenario do Infante D. Henrique não passou diante d'elle sem o reconhecimento de que a um homem superior, a esse homem *portuguez* e *bom portuguez*, foram tributadas tão estrondosas homenagens.

Se, porém, ouvirmos os eccos que a celebração do 5.° centenario do nascimento do Infante D. Henrique produziu no estrangeiro, escutaremos as affirmações mais honrosas e os brados mais consoladores para a alma portugueza.

Que se disse em Hamburgo por occasião do centenario? Disse o burgo-mestre palavras como estas:

«Onde quer que os homens de sciencia se reunam para tratar do que diz respeito á geographia, esse nome (o do Infante) será alli pronunciado com respeito. O principe Henrique pertence a essas figuras imponentes que fazem a transição da idade média para a idade moderna, libertando-se, por sua propria força, das cadeias que algemavam a sciencia da idade média e abrindo caminho para uma nova epocha illuminada pela sciencia.»

Que se disse em Londres? Em plena Sociedade de Geographia de Londres, entre homenagens, que não ficariam mal a um heroe nacional, foram pronunciadas palavras como estas:

«Na verdade, D. Henrique foi d'aquelles homens cujos feitos passam á posteridade. Ao seu grande exemplo de estimular os marinheiros da Peninsula póde dizer-se que se devem os feitos de Vasco da Gama, Colombo e Vespucio.»

Até mesmo á America do Norte chegaram os eccos da solemnisação, que tanta honra faz a Portugal. Em uma festa celébrada em New-York, bem alto foi collocada a gloria do Infante D. Henrique, que «inspirou e dirigiu as aventuras oceanicas mais ousadas e mais brilhantes do seu tempo.»

Portugal, sobre o qual nos ultimos tempos tem pesado o infortunio de ser citado e opprimido lá fóra, nos termos mais desagradaveis, logrou, emfim, com a celebração do centenario do Infante D. Henrique, impôr-se á sympathia do mundo e manifestar-se como um povo que não é susceptivel de morrer, porque se commove diante dos grandes vultos da sua historia patria.

Tão elevada foi a significação d'essa solemnidade nacional que os traços por ella deixados não se apagarão tão cedo do animo d'este povo.

N'essa grande apotheose não encontramos senão motivos de gloria para a nossa Patria. Justo é, pois, que a apotheose passe á posteridade.

O marmore, o bronze, o livro, revelarão que o povo portuguez soube, a despeito do abatimento causado pelos seus infortunios, realisar brilhantemente a coroação de um dos seus maiores heroes.

Restava, porém, que n'um registro minucioso, como n'uma rhapsodia delicada, ficassem archivadas todas as notas d'esse grandioso *hossana* que ahi se ouviu, ao serem depostas as palmas da glorificação sobre o busto do grande Infante.

Tal foi a tarefa — levantada e digna — que Firmino Pereira emprehendeu e á qual gostosissimamente me associo.

Leguemos a nossos filhos este livro, seja elle testemunho de que soubemos honrar a Patria.

Porto, 1894.

Bento Carqueja.



INFANTE D. HENRIQUE

Advertencia

—

N'este livro procuramos apenas reunir tudo quanto, pela sua significação e valor, poude contribuir para o explendor das homenagens que a cidade do Porto tributou á memoria do infante D. Henrique. Não nos moveram outros propositos, e eis ahi está a razão porque nos limitamos ao papel de simples compilador, mencionando os factos e os acontecimentos, taes como elles occorreram. Dispersas pelos jornaes as noticias relativas a tão imponente solemnidade civica, entendemos que, reunil-as em um livro, dando-lhes ordem, seria prestar um excellente serviço a estudiosos e colleccionadores. Ainda hoje ha muito quem lamente que, por occasião dos centenarios de Camões e do Marquez de Pombal, ninguem se desse ao trabalho de colligir os documentos e factos relacionados com a celebração d'essas datas memoraveis. Para que, com relação ao quinto centenario do egregio filho de D. João I, não succedesse o mesmo, decidimo-nos a realisar este trabalho, difficil e complicado quando se pretende ser absolutamente exacto e escrupulosamente minucioso. Julgamos, portanto, que este livro ha-de ter algum valor, se não no presente, pelo menos no futuro.

Para ser mais completo o nosso trabalho, procuramos determinar a epocha exacta em que começaram os trabalhos preparatorios do centenario. Como o leitor verá, pertence á benemerita Sociedade de Instrucção do Porto a iniciativa da grandiosa solemnisação a que, com tão patriotico en-

thusiasmo, o paiz inteiro se associou. Era nosso desejo narrar, acompanhando essa narrativa de documentos, tudo quanto esse prestantissimo gremio realisou, para chegar ao fim a que se propoz: infelizmente, porém, não conseguimos tanto quanto desejavamos. Extincta definitivamente a Sociedade, pela morte tão prematura de Antonio Nicolau de Almeida, que, encontrando-a quasi exhausta, tomou sobre os seus hombros a tarefa gloriosa de a levantar, fornecendo-lhe os meios indispensaveis á continuação da sua acção civilisadora, o archivo, em que se encontravam valiosissimos documentos, desencaminhou-se e por tal forma que d'elle não ha quem dê noticia. Procuramos tambem obter os livros das actas. Trabalho baldado. D'este modo, e restando-nos apenas o *Boletim*, muito reduzido na secção relativa ás decisões dos corpos directores, tivemos de resignar-nos a mencionar apenas o que no mesmo *Boletim* encontramos, e que, francamente, bem pouco é. No entretanto, essas indicações bastam para mostrar que á Sociedade de Instrucção cabe a gloria de ter iniciado os trabalhos relativos á solemnisação do centenario do infante, e que foi ella que, obedecendo aos fins para que se instituiu, lançou os fundamentos para essa grande obra, que acaba de realisar-se com tanto explendor e tanto brilho.

O papel que essa benemerita Sociedade representou no movimento henriquino termina com a sessão solemne realisada em 3 de abril de 1889, no salão Gil Vicente, do Palacio de Crystal, e á qual nos referiremos tambem. Realisada essa imponente solemnidade, a sympathica instituição entrou, novamente, n'uma phase de desalento, até que se finou para todo o sempre. Faltando-lhe, dispersos pela morte, os seus mais dedicados cooperadores, foi a pouco e pouco, desapparecendo até se sumir de todo. Foi pena. O plano da Sociedade de Instrucção era vasto; os seus fins, d'um largo alcance intellectual e civilisador. A sua existencia affirmou-se brilhantemente em obras que deixaram de si luminosa memoria. Promoveu e realisou a exposição de industrias caseiras e a de ceramica; solemnisou o centenario de Frœbel, o pedagogo allemão, creador dos jardins de infancia; cooperou para o centenario de Pombal, e lançou os fundamentos á estatua do infante D. Henrique. Por isso que representava uma força e significava um alto e luminoso ideal de paz e civilisação, é que deploramos o seu desapparecimento.

Quando parecia que tudo estava esquecido, a ideia do centenario resurgiu em seguida a uns artigos publicados na *Provincia* pelo snr. Eduardo



EL-REI D, JOÃO I, O MESTRE D'AVIZ



D. FILIPPA DE LENCASTRE

de Sequeira. Pouco depois, este talentoso rapaz, a cujos exforços se deve, em grande parte, o exito que obteve a festa do centenario, dirigiu á Ex.ma Camara Municipal um requerimento, firmado tambem pelos snrs. Francisco Patricio e Fernando Maia, rogando a essa corporação que, como representante da cidade, assumisse a direcção da grande solemnidade civica em honra do infante. Datam d'ahi, então, os trabalhos de propaganda que deram em resultado as brilhantes festas celebradas nos dias 3, 4 e 5 de março do corrente anno.

São estes os acontecimentos que constituem a materia d'este volume. Cremos que, repetimol-o ainda, prestamos um bom serviço, publicando-o. De futuro, as indicações que ahi deixamos poderão servir de base a trabalho de mais largo folego e de maior alcance historico. A publicação de todos os documentos officiaes, como projectos de lei, pareceres das commissões de fasenda e obras publicas d'ambas as casas do parlamento, decretos relativos ao monumento e á estampilha, etc., ha-de egualmente ter algum valor. Trabalhos d'esta natureza nunca são perdidos. E se, em qualquer occasião, este livro poder ser util a alguem, julgar-nos-hemos por isso bem recompensados.

Na parte relativa a descripções de festas, soccorremo-nos dos jornaes que n'esta cidade se publicam, e nomeadamente do *Commercio do Porto*. Na secção bibliographica, apezar do cuidado que empregamos em relacionar todas as publicações commemorativas do centenario, é possivel que alguma deixe de ser mencionada. Se assim succeder, não se attribua isso a proposito, pois é evidente que o nosso desejo seria completar tão importante secção. Esperamos comtudo que a relação irá, não só completa, mas exacta, mas como o numero de jornaes commemorativos é já muito grande, não será para admirar que algum podesse ter escapado.

O livro ahi está, e, entregando-o ao publico, estamos convencidos de que elle o acolherá benevolamente, desculpando qualquer falta que, involuntariamente, possamos ter commettido.

Porto — março de 1894.

FIRMINO PEREIRA.

PRIMEIRA PARTE

Capitulo I — Historia do movimento henriquino: — primeiras tentativas empregadas para a solemnisação do 5.º centenario do infante D. Henrique: — a Sociedade de Instrucção do Porto iniciadora d'esse movimento.

Capitulo II — A Camara municipal do Porto e a commissão executiva: — trabalhos de propaganda realisados no sentido de interessar o povo n'esta commemoração: — documentos officiaes, circulares, programmas para as *memorias* e *monumentos*, etc.



S. M. EL-REI D. CARLOS I



CAPITULO I

A Sociedade de Instrucção do Porto havia decidido solemnisar, em abril de 1882, o centenario do grande pedagogo allemão Frederico Frœbel, o benemerito fundador dos *Jardins da Infancia*. Foi por essa occasião que o sr. J. Eduard von Hafe, director do *Collegio Von Hafe*, e ao tempo vogal do conselho scientifico d'aquella Sociedade, apresentou uma proposta para se erigir um mo-

numento ao infante D. Henrique. Essa proposta, que tem a data de 4 de março de 1882, é concebida nos seguintes termos [1]:

SENHORES: — Na sessão do dia 12 de fevereiro o conselho scientifico da Sociedade de Instrucção do Porto resolveu festejar o centenario d'um celebre pedagogo allemão; hoje vem perante vós um allemão, e membro d'este conselho, propor que, pelo menos em parte, se pague a divida de honra que este paiz e com elle o mundo inteiro deve ao filho mais illustre d'esta cidade, o infante D. Henrique.

Será mister lembrar-vos quem foi o infante D. Henrique?... Em todos os paizes cultos do globo conhecem o grande *Navegador*, e se ignoram quasi todos os nomes que compõem a já longa lista dos reis portuguezes, todos sabem que ao infante D. Henrique se deve em grande parte o mundo moderno: sabem que sem elle não se conheceria a Africa, que sem elle não haveria nem Vasco da Gama, nem Camões, nem Colombo, e sem Colombo não se teria formado no novo continente um mundo novo, e sobretudo a poderosa republica, cuja constituição tanto influiu para que na velha Europa se admittisse, afinal, o principio que é a base da sociedade moderna — a egualdade dos homens perante a lei.

Chamam ao infante D. Henrique o *Navegador*, não porque elle passasse grande parte da vida navegando, mas porque sem o impulso por elle dado á navegação não teria esta progredido, como depois d'elle se viu. Senhores, a navegação e o commercio, como alavancas da civilisação, cedem o passo unicamente á imprensa.

PROPONHO POIS:

1.º — Que esta sociedade se dirija ás sociedades scientificas, e sobretudo ás sociedades de geographia do paiz, pedindo-lhes a sua cooperação para que se honre a memoria do infante D. Henrique de um modo condigno.

a) — pelo estabelecimento de uma escola de nautica n'esta cidade;

b) — denominando-se uma das novas avenidas que vão dar accesso á nova ponte de ferro de D. Luiz: *Avenida do infante D. Henrique;*

c) — denominando-se o porto d'abrigo que se vae construir: *Porto do infante D. Henrique.*

2.º — Que esta sociedade convide todas as sociedades de geographia do mundo a contribuirem com os fundos necessarios para que se possa levantar uma estatua ao grande *Navegador*, na mencionada avenida. — Porto, 4 de março de 1882. — J. EDUARD VON HAFE.

Esta proposta, acceite por todo o conselho scientifico, ficou para ser devidamente apreciada logo que se realisasse a homenagem consagrada á memoria de Frœbel. A 21 de abril, e no edificio do Palacio de Crystal, celebrou-se effectivamente esse acontecimento com uma luzida sessão so-

(1) *Boletim da Sociedade de Instrucção*, vol. II, 1882, pag. 199.

lemne a que assistiram as principaes auctoridades e grande numero de professores e alumnos dos collegios e casas de educação do Porto.

Tractou então o conselho scientifico de dar seguimento á proposta. Para este effeito nomeou-se uma commissão especial composta dos srs. dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia, presidente da Sociedade; Joaquim de Vasconcellos, secretario geral; Tito de Noronha, Augusto Luso da Silva, Eduardo von Hafe, Julio Moreira, Isaac Newton e Eduardo de Sequeira. Por seu turno, o conselho scientifico da Sociedade, nos propositos de auxiliar esta tentativa tão rasgadamente patriotica, officiou aos deputados pelo Porto, os srs. dr. Licinio Pinto Leite, Joaquim Antonio Gonçalves e Francisco José Patricio, todos socios d'aquella aggremiação, convidando-os a solicitar do governo de sua magestade o material precizo para a fundição da estatua.

Emquanto que, mais ou menos activamente, se procedia a estes trabalhos, o sr. Alfredo Tait, subdito inglez, e um dos fundadores da Sociedade de Instrucção, a 19 de abril declarava que offerecia gratuitamente todo o marmore que fosse necessario, extrahido d'umas pedreiras, de que era proprietario.

Os deputados pelo Porto a quem, como referimos, fora notificada a proposta do monumento, deliberaram secundar, no parlamento, esta patriotica iniciativa, e na sessão de 24 de abril, o sr. Licinio Pinto Leite apresentava o seguinte projecto de lei (1):

Senhores: — Quando se busca cimentar o sentimento nacional prestando homenagem aos varões illustres que concorreram, em todos os tempos e em todos os ramos da actividade, para formar a historia e a nacionalidade portugueza, não podia esquecer por muito tempo o vulto ingente do infante D. Henrique.

Fallando d'este principe diz Humboldt: — «a sua divisa franceza *talent de bien faire*, exprimia a força e a nobreza do seu caracter emprehendedor».

Com effeito, muitos são os actos do terceiro filho (2) de D. João I, que captivam a nossa admiração e reconhecimento.

---

(1) Diario da Camara dos senhores deputados de 24 d'abril de 1882, pag. 1201.

(2) Ha aqui um erro que cumpre corrigir:

D. Henrique não foi o terceiro filho de D. João I, mas o quinto. O Mestre d'Aviz houve do seu consorcio com D. Filippa de Lencastre oito filhos, a saber:

1.º — Infanta D. Branca, que nasceu em Lisboa em 13 de julho de 1388 e viveu pouco mais de 8 mezes. Está sepultada na capella-mór da Sé de Lisboa, aos pés do tumulo de D. Affonso, seu bisavô.

2.º — O infante D. Affonso, nascido em Santarem a 30 de julho de 1390. Viveu 10 annos e alguns mezes. Morreu a 22 de outubro (ou dezembro) de 1400, sendo sepultado na Sé de Braga, e depois trasladado para um sumptuoso mausoleu que lhe mandou de Borgonha, a duqueza, sua irmã.

3.º — O infante D. Duarte (depois rei) nascido em Vizeu em 31 de outubro de 1391. Casou em 22 de setembro de 1428 com a infanta D. Leonor, filha d'el-rei D. Fernando I, de Aragão, e da rainha D. Leonor. Começou a reinar em 14 de agosto de 1433, sendo acclamado a

Não fallarei na expedição a Ceuta em que tomou parte e onde provou um valor digno de sua alta estirpe. Foi no decurso d'ella que se lhe desenvolveu o gosto pelas expedições maritimas.

Inclinado ás mathematicas e especialmente á astronomia e á nautica, doou em 1431 á Universidade de Lisboa, o seu palacio para n'elle se ensinarem as artes liberaes. Retirando-se em seguida á villa de Sagres, que havia fundado sobre o cabo de S. Vicente, e acercando-se do sabio Jacome de Malhorca, ahi, qual recluso, dedicou-se á leitura dos antigos geographos.

D'essa leitura e das suas locubrações com os sabios deriva elle os elementos para as grandiosas descobertas que assignalaram aquelle periodo da historia patria.

Não era pouco ser o regenerador dos estudos mathematicos d'este paiz, dissipando as trevas do mysterioso que então alimentava os espiritos contrariando a marcha da sua verdadeira sciencia.

Mas foi muito mais porque engrandeceu a patria com as descobertas de Porto Santo e Madeira, com a occupação das Canarias (depois perdidas) e Açores, e com o reconhecimento da costa occidental de Africa até além de Cabo Verde, soberbo plinto que fórma como que a pedra angular do grandioso edificio das nossas glorias maritimas.

A benemerita Sociedade de Instrucção do Porto deliberou pagar tardio preito de reparação a este inclito vulto da historia patria, que tanto fez pela instrucção do paiz e pela gloria da nossa terra, levantando-lhe uma estatua na cidade do Porto, de que elle era filho.

---

15 do dito mez e anno. Morreu em Thomar a 9 de setembro de 1438, e jaz sepultado no Convento da Batalha.

4.º — O infante D. Pedro, nascido em Lisboa a 9 de dezembro de 1392. Casou com D. Isabel de Aragão, filha de D. Jayme, segundo conde de Urgel, no anno de 1429. Foi governador e regente do reino na menoridade de seu irmão D. Affonso V. Morreu na batalha de Alfarrobeira em 20 de maio de 1449, e está sepultado no convento da Batalha.

5.º — O infante D. Henrique, nascido na cidade do Porto, em quarta-feira de cinza, 4 de março de 1394. Morreu a 13 de novembro de 1460, em Sagres, no Algarve, sendo depois trasladado para o mosteiro da Batalha.

(Alguns historiadores discordam a respeito do anno em que o infante morreu. João de Barros, na dec. 1.ª da Asia, livro 1.º cap. 16, fol. 32 da 1.ª edição, diz que D. Henrique falleceu em 1463. Christovão Rodrigues Acenheiro, nas *Chronicas dos senhores reis de Portugal*, insertas no tomo 5.º dos *Ineditos*, da Academia, diz, a pag. 264, que falleceu em 1461, e Antonio Galvão, no *Tractado dos descobrimentos antigos e modernos*, diz a pag. 25, que foi no anno de 1462, *ou no seguinte*. O anno de 1460 é apontado por Damião de Goes (*Chronica d'el-rei D. Manuel*, 1.ª parte, cap. 23;) Rui de Pina (*Chronica de D. Affonso V*, inserta no tomo 1.º dos *Ineditos* da Academia, cap. 144, pag. 485) e Duarte Nunes de Leão, (*Chronica de D. Affonso V*, cap. 32, pag. 110, da edição de 1643.)

Na *Historia Genealogica da Casa Real*, pag. 111, tomo 2.º, diz o auctor que vira a carta de doação que el-rei D. Affonso V passou ao infante D. Fernando, a qual fora escripta em Evora, a 3 de Dezembro de 1460, e em seguida cita alguns trechos da referida carta, entre os quaes se lê... «*o infante D. Henrique, meu tio, que Deus haja*...» D'aqui se infere que não erram os escriptores que apontam o fallecimento do infante em 1460).

6.º — A infanta D. Isabel, que nasceu em Evora a 21 de fevereiro de 1397, casando em Bruges, a 10 de janeiro de 1429, com Filippe, o Bom, duque de Borgonha. Morreu a 17 de dezembro de 1471 (ou 1473, segundo opinam alguns escriptores) sendo sepultada em Dijon, capital d'aquelle estado, no mosteiro da Cartuxa.

7.º — O infante D. João, nascido em Santarem em 13 de janeiro de 1400. Casou com D. Isabel, filha de D. Affonso, primeiro duque de Bragança. Por morte de Nuno Alvares Pereira foi o condestavel de Portugal. Morreu em 18 de outubro de 1442, em Alcacer do Sal, sendo mais tarde trasladado para o convento da Batalha.

8.º — O infante D. Fernando, que nasceu em Santarem a 29 de setembro de 1402. Captivo em Fez, onde esteve 6 annos soffrendo os maiores martyrios, alli morreu a 5 de junho de 1443. O cadaver foi trasladado para Portugal, em 1472, e sepultado na Batalha.

Convencido dos elevados sentimentos que animam os dignos membros d'esta assemblcia, tenho a honra de submetter á sua approvação o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º — E' o governo auctorisado a contribuir com o bronze necessario para a estatua que projecta levantar, na cidade do Porto, a Sociedade de Instrucção do Porto, por subscripção publica, á memoria do infante D. Henrique.

Art. 2.º — Fica revogada a legislação em contrario.

Sala das sessões, 22 de abril de 1882. — PINTO LEITE.

A 24 de maio, a commissão de fazenda apresentou o seguinte parecer, que foi unanimemente approvado [1]:

SENHORES: — Á vossa commissão de fazenda foi presente o projecto de lei do senhor deputado pelo circulo n.º 39 (Porto) que tem por fim auctorisar o governo a contribuir com o bronze necessario para a estatua que á memoria do infante D. Henrique pretende levantar, por subscripção publica, a Sociedade de Instrucção do Porto.

São os monumentos commemorativos dos benemeritos da humanidade e da patria, simultaneamente testemunhos e padrões da justiça e gratidão dos povos; — licção e estimulo da honra e da gloria commum — affirmação solemne e publica da solidariedade historica das gerações. Por elles se fixa sob uma forma concreta e material, no meio de uma praça, no alto de uma collina, á beira de um caminho, no torvelinho quotidiano das multidões, impondo-se a todas as vistas, vibrando em todos os cerebros, a memoria gloriosa d'um feito ou de um homem que accrescentou o patrimonio ou a honra da communidade.

Opulentissima é a nossa historia em vultos valorosos que bem mereceram da patria o exforço que pozeram em honral-a e servil-a, nas acções extraordinarias com que lhe inscreveram o nome nas paginas mais gloriosas da civilisação moderna.

E um d'elles foi o nobre filho de D. João I, o sabio e ousado infante, cujo nome uma tradicção justissima identificou por tal forma com aquella singular e assombrosa epopeia das navegações e descobertas portuguezas, que o mesmo é citar-lhe o nome que evocar a memoria formidavel das

> ... armas e os varões assignalados
> que da occidental praia luzitana
> por mares nunca d'antes navegados, etc.

Desprendido do quadro restricto da sua sociedade e da sua epocha, arrancado ás preoccupações e aos interesses da sua politica ou da politica do seu tempo, o infante D. Henrique é para a tradição, para a solidariedade do genio portuguez, para o culto do nosso passado, para a honra da nossa individualidade nacional, um symbolo de gloria e um brazão de nobreza.

[1] Diario da Camara dos snrs. deputados, sessão de 24 de maio de 1882, pag, 1608.

Importa pouco que seja uma estatua ou que seja um outro monumento que lhe retrate a figura ou lhe proclame o nome. Perpetuou-lh'o a historia. Mas estatua ou escola, stella ou edificio, o monumento que recordar no espirito das multidões as obras que este nome symbolisa, será homenagem de justiça publica que encerre licção e protesto de honra nacional.

Natural fora que o Estado, representante da familia portugueza, depositario, guarda e continuador da tradição, do nome e do patrimonio commum, tomasse inteira e exclusivamente sobre si, que só elle póde honrar e agradecer em nome de todos, a tardia homenagem nacional.

Melhor fora talvez que esta se traduzisse n'uma fundação de estudo, n'uma escola de pilotogem, n'um palacio de sociedades doutas, n'um grande museu geographico, n'um curso de estudos coloniaes, n'um monumento, em summa, que não só commemorasse, mas, por assim dizer, continuasse a obra do infante descobridor. Um dia virá em que possamos fazer tudo isto, que, por mais que levantemos na praça ou nas instituições a memoria d'aquelles que descobriram metade do mundo á outra metade, nunca a nossa grata homenagem ha-de nivelar-se com a herança opulenta que d'elles recebemos.

Agora, porém, que uma benemerita sociedade de estudiosos pretende erguer ao infante uma estatua na terra que entre tantos titulos gloriosos tem o de haver sido a terra natal do grande iniciador do movimento maritimo do seculo XIV, os poderes publicos não podem deixar de acolher com applauso a ideia, de a proteger e de se associar a ella, e é n'este pensamento que a vossa commissão de fazenda tem a honra de submetter-vos o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º — É o governo auctorisado a contribuir com o bronze necessario para a estatua que projecta levantar na cidade do Porto a Sociedade de Instrucção, por subscripção publica, á memoria do infante D. Henrique.

Art. 2.º — Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da Commissão, 15 de maio de 1882. — Antonio M. P. Carrilho, A. C. Ferreira de Mesquita, Antonio de Souza Pinto de Magalhães, Joaquim A. Gonçalves, F. Gomes Teixeira, M. d'Assumpção, Luciano Cordeiro, relator. Tem voto dos snrs. Lopo Vaz e Castello Branco.

O projecto passou depois para a Camara dos dignos pares, onde foi votado na sessão de 17 de julho. O parecer da respectiva commissão de fazenda, apresentado pelo relator o sr. visconde de Bivar, é concebido n'estes termos:

Senhores: — A' vossa commissão de fazenda foi presente o projecto de lei, vindo da Camara dos Senhores Deputados, que tem por fim auctorisar o governo a contribuir com o bronze necessario para a estatua que projecta levantar na cidade do Porto a Sociedade de Instrucção, por subscripção publica, á memoria do infante D. Henrique.

E attendendo a que os poderes publicos não podem deixar de acolher com applauso tão patriotico empenho, e de contribuir, pela sua parte, para que elle se converta em realidade, por isso é a mesma commissão de parecer, de

accordo com o governo, que approveis, para depois subir á sancção real, o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º — E' o governo auctorisado a contribuir com o bronze necessario para a estatua que projecta levantar na cidade do Porto a Sociedade de Instrucção, por subscripção publica, á memoria do infante D. Henrique.

Art. 2.º — Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da commissão (1) de julho de 1882. — A. R. Sampaio, Gomes Lages, A. X. Palmeirim, Francisco Costa, Barros e Sá, Visconde de Bivar. Tem voto do digno par Telles de Vasconcellos.

O parecer foi approvado na generalidade e na especialidade, sem discussão (2).

A 26 de julho era publicado o decreto concedendo o bronze. Esse documento é assim concebido (3):

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc.

Fazemos saber a todos os nossos subditos que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º — É o governo auctorisado a contribuir com o bronze necessario para a estatua que projecta levantar na cidade do Porto, a Sociedade de Instrucção, por subscripção publica, á memoria do Infante D. Henrique.

Art. 2.º — Fica revogada a legislação em contrario.

Mandamos portanto a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contem.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado interino dos negocios da guerra, a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Paço d'Ajuda aos 26 de julho de 1882. — EL-REI. — Com rubrica e guarda. — Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello. (Logar do sello grande das armas reaes.)

Ao passo que estes trabalhos proseguiam, e com verdadeiro enthusiasmo se tractava de realisar o alevantado pensamento expresso na proposta do sr. Von-Hafe, em Lisboa não era bem visto este movimento, tractando-se de, por varios modos, impedir que o Porto celebrasse o centenario do infante (4). De commum accordo, o Real Club Naval e a Sociedade de Geographia pretenderam, a principio, que o monumento devia ser erigido em

(1) Por um lapso qualquer, o parecer não está datado.

(2) Diario da camara dos dignos pares do reino, sessão de 17 de julho de 1882, pag. 1215.

(3) *Diario do Governo*, n.º 172, de 3 de agosto de 1882, pag. 1931.

(4) A ideia de perpetuar a memoria do infante foi já suscitada em Lisboa, mas sem resultados nenhuns positivos. Como é sabido, foi em 1830, reinando a senhora D. Maria II, que o então visconde de Sá da Bandeira, ministro da marinha, expediu, a 8 de abril, uma portaria, or-

Lisboa e não no Porto, e como a este respeito não se podesse chegar a um accordo, pronunciaram-se então porque fosse levantado em Sagres. O assumpto complicou-se, e como o *Diario de Noticias*, n'uma local, fizesse referencia a estes factos, o sr. Joaquim de Vasconcellos, que se achava na capital, na qualidade de delegado da Sociedade de Instrucção, dirigiu á redacção d'aquelle jornal a seguinte carta (1):

«*Meu bom amigo*:—No seu *Diario* de hoje, 9, acabo de ler uma noticia relativa ao monumento do infante D. Henrique, a que julgo dever responder com estas linhas. Allude-se alli a um projecto para a feitura do monumento no Porto, projecto que é da Sociedade de Intrucção do Porto, que tenho a honra de representar actualmente em Lisboa. Não posso deixar, pois, de responder ás duvidas sobre o maior ou menor direito que nos assiste de prestar a homenagem publica ao grande principe. O infante é filho do Porto, nasceu alli em um palacio (segundo a tradição) que ainda se conserva; seus paes casaram no Porto, na nossa cathedral, e alli se abençoou a união que deu á patria homens como D. Duarte, o duque de Coimbra, o infante santo, etc.

Deante d'estes titulos não sei de outros que valham mais, nem mesmo tanto; não percebo, pois, a phrase; «se a cidade do Porto *pretende* ter essa primasia, não devemos esquecer que é aqui, em Lisboa, que o monumento deve

---

denando que se fizessem dous pilares de pedra, com inscripções em latim e portuguez, e que se collocassem nas extremidades das ruinas dos edificios mandados outr'ora construir em Sagres pelo infante D. Henrique. Esta manifestação puramente official, suggeriu, porém, oito annos depois, um pensamento que, communicado ao governo d'então, teve a sorte de muitos outros. O reverendo Antonio Damazo de Castro e Souza, abbade titular de Santa Eulalia de Rio de Moinhos, no arcebispado de Braga, academico honorario da Academia de Bellas Artes, socio do conservatorio real de Lisboa, etc., homem muito douto, e ao qual se devem importantes estudos historicos (vide *Diccionario bibliographico* de Innocencio, tomo 1.º, pag. 121, e tomo 8.º supplemento, pag. 127) requereu ao governo, em 24 de março de 1844, que se mandasse fazer uma estatua do infante D. Henrique, igual á que se acha sobre a columna da porta lateral da egreja de Belem, a fim de ser collocada na sala do Risco do Arsenal de Marinha. O governo achou sensata esta proposta, e a 13 de maio d'aquelle anno expedia, pelo ministerio da marinha, uma portaria, nomeando uma commissão composta do conselheiro Antonio Maria Campêlo, do capitão de fragata Antonio Lopes da Costa e Almeida, e do signatario do requerimento, para tratarem da realisação de tão patriotico projecto. Essa commissão elaborou um relatorio circumstanciado, concluindo por propor que a estatua, em vez de ser collocada na sala do Risco, o fosse na praça de Belem, depois denominada de D. Fernando. O governo concordando com essas conclusões, publicava a 7 de janeiro de 1845 outra portaria, determinando que se erigisse o monumento. O abbade, muito satisfeito, revia-se na obra que o seu ardente patriotismo ditara, esperando a todo o momento que a portaria fosse cumprida. Passou, porém, o anno de 1845, e nada. Passou ainda o de 46, e coisa nenhuma. Decorreram ainda os de 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56... e nada, os governos, surdos ás reiteradas solicitações do dedicado sacerdote, pensavam em tudo, menos em executar a lei que haviam decretado. Farto de subir as escadas dos ministerios, desilludido (e muito tempo levou a desenganar-se!) e capacitado de que nada conseguiria, requereu, a 18 de março de 1857, para ser exonerado da commissão em que o investira a portaria de 13 de maio de 1844... No anno seguinte, em 1858, publicava um opusculo a este respeito. E foi tudo quanto poude fazer! De então para cá ninguem mais, em Lisboa, pensou em honrar a memoria do infante; quando a Sociedade de Instrucção, porém, iniciava os seus trabalhos, e no parlamento se votava o bronze para o monumento, é que as reclamações surgem, que o patriotismo acorda, e que se pretende obstar a que o Porto celebre o centenario do infante! Os factos são tão evidentes que dispensam outro qualquer commentario. Felizmente, porém, que tudo se conciliou, e que, aquelles mesmos que tão má vontade manifestaram contra o Porto, se convenceram da rasão e da justiça que lhe assistia. E, francamente, não é coisa que custe muito dar a Cesar o que é de Cesar...

(1) Publicada no *Boletim* da Sociedade de Instrucção, vol. 4.º, 1882, pag. 609.

ser erigido em frente do magestoso edificio dos Jeronymos, onde antigamente foi a ermida do Restello, fundação do glorioso infante.» Se se trata de consagrar fundações temos de ir mais longe. E' a Sagres (onde ha uma modesta memoria) que compete esse direito. Não pretendemos direitos, temol-os já adquiridos, tem-os a cidade onde elle viu a luz do dia pela primeira vez, que foi o ponto de partida da sua existencia. Alli ha logar para o heroe e o Porto representa bem, ainda hoje, a coragem, a energia e a iniciativa do principe navegador, apezar de luctar, quasi asphyxiado, em condições que de todos são conhecidas. Lisboa teve Camões; deixem-nos o infante. Não queremos dizer que o Porto possa fazer-lhe as honras da historia com mais esplendor do que Lisboa, mas póde fazer-lh'as com mais coração, porque o infante é seu filho. Aos que objectarem que é temeridade pensar agora na festa centenaria de 1894, perguntaremos: — em quanto tempo se levantou o monumento a Camões?... Então talvez concordem que já não é cedo para nos prepararmos condignamente para esse centenario unico da nossa historia, ao qual temos de convidar aquelles a quem o infante abriu as portas do commercio moderno. Todo o paiz festejará o centenario do nascimento do infante; todo o paiz deve festejal-o, como fez com o centenario de Camões; confiamos, porém, que a opinião publica e a official farão justiça ao Porto, concentrando d'esta vez a sua attenção na cidade natal do infante, tanto mais que a ideia já tem uma base positiva; já temos o marmore para o pedestal da estatua, offerta generosa d'um consocio nosso. Além d'isso já officialmente se apresentou uma proposta ao parlamento, em nome da Sociedade de Instrucção do Porto, proposta que é patrocinada pelos dignos representantes da cidade n'aquella casa. Lisboa, 9 de maio de 1882. — O secretario geral da Sociedade, JOAQUIM DE VASCONCELLOS».

Esta carta, transcripta nos jornaes do Porto, mereceu a plena approvação de toda a gente que via, nas teimosas pretenções da capital, o desejo de obstar a que ao Porto podesse caber a gloria de solemnisar o centenario do egregio filho de D. João I. A attitude, pois, assumida pelo illustre secretario geral da Sociedade, e tão brilhantemente sustentada em face de exigencias que nenhuma razão acceitavel podiam justificar, foi, como devia ser, geralmente applaudida.

Regressando ao Porto, o snr. Joaquim de Vasconcellos relatou o que se havia passado n'uma reunião que, a 17 de junho, se celebrou em Lisboa. N'essa reunião, presidida pelo snr. visconde de Soares Franco, presidente do Real Club Naval, accordou-se em que não seria levantado nenhum monumento em concorrencia com o Porto; no entretanto, logo que esta cidade tivesse conseguido o seu desejo, a commissão da capital procederia tambem, em harmonia com o programma que já havia traçado [1].

---

(1) Terminadas as festas do centenario, a Sociedade de Geographia de Lisboa convocou uma sessão para a commissão que veio ao Porto dar conta do modo como se desempenhara do seu mandato. N'essa reunião foi apresentada uma proposta para a Sociedade celebrar tambem o centenario, realisando uma sessão solemne. Vivamente discutida essa proposta, foi afinal regeitada. Um dos oradores, seguindo, decerto, a opinião de que o Porto não devia celebrar o centenario, disse que... «repercutia pelo paiz a devoção civica, *que nenhuma razão justifica que se concentrasse no Porto.*» Era ainda a manifestação da má vontade, a que o snr. Joaquim de

Em compensação, a mesma commissão, composta de socios do Real Club Naval e da Sociedade de Geographia propunha á commissão do Porto a applicação de uma parte do producto da subscripção publica, satisfeitas as despezas do monumento, para a creação de um certo numero de estações e postos de soccorros a naufragos. O relator apresentou o trabalho d'uma commissão que, em 1879, havia sido encarregada de estudar a organisação d'essas estações. A commissão propunha 14 como urgentes, 16 como menos urgentes, e 32 postos de soccorros. Na epocha em que esse relatorio foi elaborado existiam apenas, em toda a costa de Portugal, duas estações, e essas mesmas incompletas!

Em vista da utilidade, e da urgencia, de tão assignalado melhoramento destinado a preencher uma lacuna tão sensivel, visto como os governos haviam descurado completamente um assumpto para o qual deviam olhar de preferencia a outros, entendia a commissão lisbonense que a do Porto nenhuma duvida teria em se associar a tão patriotico plano. Tratando-se de glorificar o principe estudioso e audaz que abriu o caminho dos mares e fomentou a navegação que tanta gloria trouxe ao nome portuguez, nenhuma manifestação seria mais digna de tão egregio principe do que a creação de estações de soccorros a naufragos. Assim o entendeu a Sociedade de Instrucção, que deliberou:

1.º — applaudir o alvitre da commissão de Lisboa e adherir completamente a elle;

2.º — encarregar a meza de combinar os pormenores do accordo com a alludida commissão.

Decidiu tambem que, tendo na maior consideração os serviços prestados ao paiz e á humanidade pela Real Sociedade Humanitaria do Porto, que, em Portugal, dera o primeiro exemplo na creação de estações de soccorros a naufragos, fosse essa aggremiação convidada a tomar parte nos trabalhos de propaganda a favor do monumento e da creação d'essas estações.

Estando as coisas n'este caminho, parece que facilmente se chegaria a uma conclusão satisfatoria. Não succedeu assim, e surgindo novas complicações e novos embaraços entre as duas commissões, a do Porto foi dissolvida por haver sanccionado umas deliberações, com que a Sociedade não concordou.

Para substituir essa commissão nomeou-se outra composta dos seguintes cavalheiros:

Dr. Ayres de Gouveia, conde da Silva Monteiro, visconde de Bar-

---

Vasconcellos oppôz a carta, que reproduzimos a pag. 14. O Porto não queria o *monopolio* da celebração do centenario, o que pretendia era a preferencia, visto ser a terra natal do infante. A capital podia celebral-o, como fizeram as ilhas, a Inglaterra e a Allemanha, que não nos contestaram o direito de honrar, por modo significativo, a memoria do egregio portuense.

Sobre esta reunião veja-se a desenvolvida noticia publicada pela *Nação*, n.º 11:911, de 5.ª feira 22 de março. Desenvolvida e curiosa, sob varios pontos de vista!

reiros, José de Macedo Araujo Junior, Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro, Tito de Noronha, Antonio Simões Lopes e Isaac Newton.

Esta commissão, posto reunisse elementos d'actividade, tão necessarios á empreza que lhe era confiada, trabalhou pouco; e como, passados mezes, não tivesse adoptado uma unica resolução em harmonia com o plano traçado pela Sociedade, foi egualmente dissolvida. Em sessão de 15 de abril de 1884, o socio snr. Eduardo de Sequeira propoz a dissolução, sob o fundamento de «falta de actividade.» Como é natural, e visto tratar-se de uma accusação tão seria, a proposta foi largamente discutida; diante da attitude assumida pelo conselho scientifico da Sociedade, a commissão demittiu-se, cessando d'este modo o incidente, que promettia aggravar-se sem proveito para ninguem.

De novo se cahiu em completo marasmo, e, solicitadas por outros assumptos de occasião, as attenções da Sociedade desviaram-se do monumento e do infante. A 21 de janeiro de 1885, porém, tentou-se outra vez organisar a commissão, e apoz varias combinações e accordos, constituiu-se com os seguintes snrs.:

Dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia, Eduardo von Hafe, José de Macedo Araujo Junior, Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro e Henry Murat. Por proposta do snr. Fernando Maia decidiu-se que essa commissão, logo que se installasse, solicitasse a cooperação da Camara Municipal, Junta Geral do districto e Associação Commercial, para que, reunidos todos estes elementos, a celebração do centenario podesse attingir o explendor a que tinha direito.

Ainda não devia ser esta a commissão que levasse a cabo a resolução de tão importante assumpto. Parece realmente incrivel que, congregando-se aptidões tão reconhecidas, nunca se chegasse a uma conclusão, e, bem ao contrario, fluctuassem todos á mercê de correntes oppostas. O certo é que ainda esta commissão foi dissolvida, o que muito naturalmente contribuiu para que o desanimo invadisse muito espirito que, diante de tão successivas nomeações e dissoluções, se chegou a convencer de que todos os trabalhos anteriores, tão felizmente levados a cabo, ficariam completamente perdidos.

Em 1887, nos começos de março, foi nomeada outra commissão, que ficou assim constituida:

Dr. Ayres de Gouveia, Eduardo de Sequeira, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, dr. José Augusto Correia de Barros e Henry Murat.

Esta commissão, não querendo ter a sorte, misera e mesquinha, das suas antecessoras, decidiu-se a trabalhar affincadamente, rompendo com quesquer embaraços que podessem surgir e arredando todos os obstaculos que o destino ousasse atravessar no seu caminho.

De resto, as successivas dissoluções iam já dispondo mal os animos, e não seria para admirar que, proseguindo ellas, ninguem dentro da Socie-

dade quizesse sujeitar-se ao desgosto de, sendo nomeado para uma commissão, um dia lhe annunciarem que estava... dissolvido!

Disposta a trabalhar e a realisar tudo quanto podesse constituir um elemento de valor, a nova commissão tractou de determinar o plano a seguir. Havia muito que fazer, se se quizesse, a serio e com canseira, dar á celebração do centenario o esplendor que a memoria do infante e as tradicções da cidade do Porto exigiam. O governo contribuia com o bronze para a estatua; um particular offerecia todo o marmore indispensavel. Conseguira-se muito, mas não se conseguira tudo. A inauguração do monumento obrigava a uma solemnidade civica, e era preciso obter os meios sem os quaes nada se poderia realisar. Deliberou então a commissão dirigir-se á imprensa e ás sociedades litterarias e scientificas, solicitando a sua cooperação, e n'esse intuito redigiu e fez distribuir profusamente a seguinte circular:

«Senhor: — O assumpto para que chamamos a vossa attenção é um d'aquelles que, interessando particularmente á nossa patria, diz respeito á gloria do mundo inteiro e á honra da civilisação européa.

Iniciou a Sociedade de Instrucção do Porto a ideia de se levantar n'esta cidade um monumento ao Infante D. Henrique, nascido em 1494, dentro de seus muros. Este plano, para o qual vimos pedir a vossa cooperação efficacissima, foi desde logo abraçado e protegido pela camara municipal do Porto, e pelo governo de S. M. A primeira concedeu a praça onde o monumento vae ser levantado, o segundo o bronze em que ha-de ser fundido.

Nunca é demais, embora possa parecer ocioso, relembrar quem foi e o que fez o infante D. Henrique.

Foi elle, senhor, que duas cousas ensinou á Europa: as terras escondidas pelos confins d'esse mar a que os arabes chamavam Tenebroso, e a arte da colonisação. Estas duas emprezas, nas quaes consiste a gloria immorredoura do nome portuguez, são o mais bello florão das conquistas humanas na epocha da Renascença.

Póde dizer-se que as descobertas do seculo XV marcam o inicio de uma edade nova para a civilisação européa, e sem duvida alguma o Prometheu que roubou o segredo da chamma baptismal do mundo novo foi o infante D. Henrique.

O commettimento, senhor, a que nos abalançamos, não é pois sómente portuguez; é internacional, porque todos os povos cultos recolheram uma parcella da herança magnifica legada pelo infante D. Henrique á historia.

Quando em 1415 as esquadras de Portugal appareciam pela primeira vez na costa africana para a conquista de Ceuta, o infante D. Henrique, a bordo, entrevia o desenrolar d'essa famosa historia a que Ceuta foi o prologo. Todo o commercio do Oriente mysterioso vinha a Ceuta em caravanas atravez da Africa; e ahi corriam de bocca em bocca as lendas de um mundo perdido nas trevas da ignorancia, e as tradicções vagas de um rei christão escondido para lá dos limites do mundo conhecido.

De volta á patria, victorioso, não o enthusiasmava o fragor das batalhas, agitava-o a curiosidade do saber e o empenho em roubar ao lençol mysterioso dos mares o segredo dos seus thesouros. Deixou a côrte, os seus ocios e gozos, para se installar n'esse promontorio de Sagres, que, lançado sobre o

oceano atlantico, foi para o moderno Prometheu o rochedo do Caucaso onde a aguia symbolica do saber lhe torturava constantemente o cerebro enaltecido.

As suas caravellas, guarnecidas pelos fidalgos da sua casa, partiam successivamente para o mar; e ora iam ao longo da costa africana reconhecendo-a e visitando-a, ora se alargavam para oeste em procura d'essa terra atlantica cujas lendas haviam enchido a imaginação da Edade-media. O seu pensamento abrangia a rotundidade do mundo, e as suas viagens foram a semente geradora de que nasceu Colombo, o descobridor do occidente, e Gama, o descobridor da India. Quando Magalhães, outro portuguez, deu a volta ao globo, o pensamento do infante D. Henrique tornou-se um facto.

1429 ou 1430, isto é, a passagem do Cabo Bojador; 1419 e 1432, isto é, a descoberta das primeiras ilhas dos archipelagos dos Açores e Madeira; 1446, isto é, a descoberta de Cabo Verde e a primeira viagem ao Rio-Grande no Golpho de Guiné: eis ahi as principaes datas d'essa epopeia cujo auctor foi o infante D. Henrique.

Ao mesmo tempo que os seus navios, pilotados — como já dissemos — pelos fidalgos da sua casa, singravam no mar, elle, de terra, como um propheta, dirigia as rótas, estudando as cartas de marear com uma avidez mais profunda do que a dos alchimistas que por essas éras se consumiam na chimera da transformação dos metaes.

Elle transformava os indicios em factos e os desertos em colonias. A sua eschola de Sagres era um laboratorio de sciencia, de administração. D'ahi saíam os planos de colonisação das ilhas atlanticas, e os estatutos da companhia de navegação de Lagos, que fundou em 1444; e esses typos, novamente inventados, foram os que serviram depois a todos os povos, para arrotearem as suas colonias e para desenvolverem o trafego commercial ultramarino.

A sua eschola de Sagres era a grande academia cosmographica onde vinham os sabios de toda a parte aprender as extraordinarias invenções d'este alchimista de especie nova, que descobrira o segredo de roubar ao oceano Tenebroso as costas viridentes e as ilhas encantadas.

O papado, que ao tempo exercia sobre os principes da Europa uma soberania eminente, julgou necessario consagrar com uma corôa de novo genero esse principe que soubera talhar para si um reino, além das fronteiras do mundo partilhado pelos reinos da terra. Nicolau V, pela bulla de 1455, conferiu ao infante D. Henrique o senhorio de todas as terras ao longo da costa africana.

Em 1460 morria o grande inventor portuguez, o precursor do mundo moderno.

A sua imagem, a sua estatua incorporea, está no coração de todos os que lhe recebemos a herança; mas a ideia de perpetuar em bronze a figura d'esse homem superior a todos, n'uma edade de gigantes, a ideia de lhe levantar um monumento, aqui, no Porto, que foi a terra do seu berço, não póde deixar de considerar-se mais um preito indispensavel.

E' por tudo isto que pedimos, senhor, a vossa cooperação para o pensamento iniciado pela Sociedade de Instrucção do Porto. — Dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio, presidente; Eduardo de Sequeira, secretario; Henrique Carlos de Meirelles Kendall, thesoureiro; Dr. José Augusto Correia de Barros, Henry T. Murat, vogaes.

Como não podia deixar de succeder, toda a imprensa prestou immediatamente o seu concurso, e foram tão valiosas as adhesões recebidas, que a commissão justificadamente exultou, julgando chegado, emfim, o mo-

mento de se lançarem as bases definitivas para a celebração do centenario do profundo pensador de Sagres.

Infelizmente, porém, estava escripto que, apezar de todas as inergias e de toda a actividade desenvolvida, ainda não tinha chegado o momento de se entrar n'uma phase definitiva. O destino parecia comprazer-se em rodear de estorvos esta empreza e de encher de desalentos os que a ella adheriram e por ella desinteressadamente trabalhavam.

Conflictos, nascidos de opiniões em desaccordo, luctas intestinas, aggravadas pela impaciencia de uns e pela intransigencia de outros, fizeram com que a commissão, cujos trabalhos iam em tão promettedor andamento, se collocasse n'uma attitude expectante. Não se dissolveu, nem ninguem a compelliu a isso, mas, abrandando a sua actividade, esperou que as tormentas se conjurassem, e que, restabelecida a paz, de novo podesse proseguir na missão a que com tanto enthusiasmo se consagrára.

As coisas voltaram, emfim, ao seu primitivo estado, e quando, impellida para longe a tormenta, se resolveu continuar a obra tão auspiciosamente encetada, um acontecimento imprevisto veio transtornar todos os planos dispostos. Quasi repentinamente fallecia o dr. José Ayres de Gouveia, presidente da Sociedade, presidente da commissão, espirito conciliador e justo, graças ao qual muitas dissenções haviam terminado. Tão doloroso acontecimento, que surprehendeu toda a gente, determinou um grande desanimo e fez com que, mais uma vez, se pozessem de lado todos os trabalhos relativos ao monumento [1].

Passou-se muito tempo sem se pensar nas festas commemorativas do centenario; houve até quem suppuzesse que todo o enthusiasmo era

[1] O dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia Osorio era o presidente da Sociedade de Instrucção, cargo que exercia com a maxima proficiencia e zelo. Caracter respeitabilissimo, tinha a estima e a consideração de toda a gente. Homem de sciencia, lente da Escola Medico-Cirurgica, muito dedicado a todos os assumptos de interesse publico, o seu nome illustre acha-se vinculado a muita obra util. Naturalmente bondoso, propenso a fazer bem, a sua alma não abrigava sentimentos de odio ou de vingança contra quem quer que fosse. Quem a elle recorresse não implorava em vão um auxilio. Por isso todos o estimavam, vendo n'elle um dos mais legitimos representantes d'essa geração, honesta e integra, cujos exemplos se vão perdendo no meio do egoismo e da perversão de costumes que dá á sociedade actual aspectos pouco edificantes. A sua morte causou profunda tristeza; ainda na vespera estivera no Club Portuense como costumava, sem denunciar o mais leve incommodo. Na manhã do dia, que devia ser para elle o ultimo, erguera-se á hora habitual, contente e feliz, como um homem que tem limpa e clara a sua consciencia. Tendo em preparação um tractado de medicina legal, assumpto sobre que pouco ou quasi nada se tem escripto entre nós, dispunha-se a rever as provas typographicas dos originaes que a Typographia Occidental lhe havia enviado, pois recommendára, muito insistentemente, que as procurassem na manhã d'esse dia. Sentou-se, apartou os originaes, collocou as provas deante de si, e começou a revisão. Subitamente ergueu-se, n'uma convulsão, e apoz uma agonia breve, cahiu, de bruços, sobre a banca a que tão alegremente momentos antes se sentára, na nobre preoccupação do estudo. Estava morto. Esta fórma de morte, — *inopinatam atque repentinam*, — augmenta sempre a surpreza, e foi o que succedeu, duvidando muita gente que aquelle homem tão bom, tão prestavel, tão forte, tão jovial, podesse ter cahido assim, bruscamente, para todo o sempre...

Tendo de nos referir a este doloroso acontecimento, que roubou á sciencia um espirito culto e á sociedade um homem de bem, deixamos n'estas linhas consignado o tributo de saudade que devemos ao seu bello caracter e á sua alma pura.

findo. Um dia, porém, a commissão reuniu e tractou do assumpto que lhe havia sido incumbido. Era preciso entrar, e de vez, n'um caminho de propaganda activa, ou então ceder o logar a outros. O tempo ia passando, a epocha em que a commemoração devia realisar-se, approximava-se. N'estas circumstancias, qualquer demora podia determinar graves transtornos, cujas responsabilidades pertenceriam á commissão.

Resolveu-se, como nem outra coisa era licito esperar, imprimir mais desenvolvimento aos trabalhos encetados, e como os snrs. Henrique Kendall e Murat tivessem resignado os seus cargos de thesoureiro e vogal da commissão, foram immediatamente nomeados para os substituir os snrs. Joaquim Antonio Gonçalves e o grande esculptor Antonio Soares dos Reis, que, enthusiasmado com a ideia do monumento, promettera fazer, sem remuneração alguma, o respectivo projecto, e modelar a estatua do Infante. A esta commissão foram tambem aggregados os snrs. Antonio Nicolau d'Almeida, Fernando Maia, A. Malheiro Dias, F. de Castro Monteiro, dr. Adolpho Pimentel, José Victorino Ribeiro, Simas Machado, dr. Paulo Marcellino Dias de Freitas, Eduardo von Hafe, Francisco José Patricio, dr. Antonio de Oliveira Monteiro, como presidente da ex.ma Camara, e Antonio José da Silva, como presidente da Associação Commercial.

Esta commissão, constituida com tão excellentes elementos, elegeu para seu presidente o dr. Paulo Marcellino, e para secretarios os snrs. J. Victorino Ribeiro e Eduardo de Sequeira. Immediatamente tratou de dispôr tudo para que a celebração do centenario fosse digna da memoria do infante e dos altos feitos por elle realisados. N'essa ordem de ideias promoveu o primeiro sarau que se celebrou a 3 de abril de 1889, no salão Gil Vicente, e que, pelos elementos que se congregaram, constituiu um verdadeiro acontecimento.

*

Esse sarau, o primeiro d'uma série que a commissão desejava realisar até á celebração do centenario, verificou-se, como dizemos, no salão Gil Vicente, do Palacio de Crystal. A imprensa do Porto, adherindo a esta solemnidade, celebrou-a em artigos especiaes, exaltando a Sociedade de Instrucção e os relevantes serviços que estava prestando, levantando o nosso nivel intellectual e moral, e contribuindo efficazmente para a glorificação dos homens que se immortalisaram na historia pelo heroismo de seus feitos. *A Actualidade*, de que era redactor principal o eminente jornalista snr. José Caldas, saudava a Sociedade no seguinte primoroso artigo, indubitavelmente devido á penna erudicta d'aquelle distincto escriptor:

EM HONRA DO INFANTE

(TALENT DE BIEN FAIRE)

Celebra-se hoje no salão nobre do theatro Gil Vicente, no Palacio de Crystal, uma das mais formosas e sympathicas festas com que, a um tempo, se podem honrar a gratidão de um povo e as revelações da historia.

A Sociedade de Instrucção do Porto, realisa ahi, com tanta grandeza de intuitos como notavel parcimonia de arruidos, a sua alta consagração de amor e respeito, de veneração civica e applauso patriotico, em memoria de uma das mais altas e nobres figuras que enchem as paginas grandiosas da nossa epopeia nacional.

Depois da apotheose do solitario de Macau, a apotheose do solitario de Sagres impunha-se a todo o peito medeanamente portuguez. Se o divino naufrago de Camboja revelou ao mundo a grandeza dos nossos argonautas, ao infante de Sagres se devem os primeiros passos d'essa jornada de heroes. Para que a tuba canora e bellicosa do maior poeta da Renascença dissesse ao mundo a grandeza da nossa caminhada atravez dos mares, foi preciso que adeante das naus de Vasco da Gama, fossem, n'uma deanteira de meio seculo, as caravellas de Antão Gonçalves, de Nuno Tristão, de Johan Bernaldes, e de Lançarote de Lagos. Depois, sim. Já então podiam, ao redor das amuradas que as ondas do mar iam batendo, cantar as nymphas do oceano, e soar a trompa dos tristões. As aguas e as divindades do mar conheciam-nos. O vento que assobiava nas enxarcias e que atufava, nas rizes, as gavias e os grandes latinos das naus de D. Manoel, já tinha passado tambem atravez do infrexate e de todo o maçame das caravellas do infante. E' de Sagres, do *cabo do mundo*, como o grande principe chamava á sua estancia, que procede toda a obra que nos fez conhecer da Historia, e que ainda traz em volta do nosso nome os restos d'essa aureola radeante, para o escurentamento da qual não teem bastado ainda tres seculos de decadencia e humilhação.

*

Depois, que radiosa serenidade, que ambiente de amor e de respeito se respira n'este dia! Canta tudo dentro e fóra de nós! A alvorada do anno, que passa nas alturas, que rumoreja nas arvores e que canta nos regatos, responde a alvorada saudosa d'esta brilhante consagração. Porque o jubileu dos grandes trabalhadores da obra do Bem tem alguma coisa de santo. Parecem-se mais com as solemnidades dos primeiros seculos do christianismo, do que com as pompas das apotheoses pagãs. Não é uma festa profana; é um sagrado rejubilar de amor e de reconhecimento. Os hymnos que a gratidão nacional entoa não teem notas que recordem o sangue das batalhas ou ainda o ferro das oppressões cruentas. Não ha um protesto; não soa um desmentido. A gloria do scismador de Sagres está toda, como a de Camões, na grandeza humanitaria da sua obra de paz. Toda essa obra resume o anceio da sua patria — *a dilatação da fé e do imperio.* Se antes de pulsar as obras de Marco Polo ou os capitulos da geographia pliniana, a mão do infante empunhou em Ceuta e em Tanger a espada de pelejador, essa espada sahe sempre da bainha, em honra da fé; exa-

ctamente como é em honra da fé que elle desafia a duello de morte—*porque te hey julgado por sentença de Deus*—á Maphaméde, imperador dos turcos e senhor de Constantinopla. Toda essa obra procede d'este anceio—dilatar os dominios da christandade e alcançar novas terras ao seu rei. Alguem o teria como pouco seguidor de seus irmãos, mormente do que ficara nos presidios de Fez, e ainda do que acabou tragicamente na Alfarrobeira. Mas os que assim se decidem não querem ou não se resolvem a entrar no estudo d'aquelle caracter. Grande e tão grande que só póde ser comparado a si mesmo, D. Henrique tinha apenas uma familia—a christandade. Pensa em dilatar-lhe as fronteiras, para estender os seus dominios atravez d'essa região mysteriosa e immensa, de que apenas tem presentimentos. O que haverá além do Bojador? que fórma tomará a terra?... que caminho haverá para os senhorios do Preste João? E tomar esses caminhos á força d'armas e subornar os seus naturaes pela violencia dos favores e dos presentes, e impor-lhes o jugo christão tal como o sonhava ainda n'aquelles dias, em seus ideaes extemporaneos, o papa Calixto III, eis o fundamento da sua empreza heroica, empreza em que aquelle homem de bronze gasta mais de quarenta annos da sua vida.

*

No entanto traz-nos toda esta festa para o nosso espirito uma certa porção de amarga tristeza. Fomos a terra do filho do Mestre: hoje não saberá dizer a razão imparcial o lugar que nos cumpre no concerto do mundo. Então, do *cabo da terra*, preparavamos a nossa epopeia da India, a que nos havia de dar Affonso de Albuquerque e Vasco da Gama, como capitaes, tendo por chronistas João de Barros e Diogo do Couto, e por cantor o maior poeta que ainda gosou a peninsula, Luiz de Camões. E agora?... Para onde é que nós vamos?... que destino vimos a cumprir?... que obra ou que commettimento a realisar?...

Ha alguma cousa de funebre n'estas pompas. Dir-se-ha que, á semelhança do que ordenou Carlos V, nos propomos a assistir ás nossas proprias exequias, visto ser certo que NUNCA MAIS—como isto é triste!—voltaremos a ser o que já fomos.

Em todo o caso, consagração ou apotheose, jubileu ou exequias, a Sociedade de Instrucção do Porto realisa hoje a mais formosa e a mais sympathica festa com que, a um tempo, se podem empenhar a gratidão de um povo e a admiração da historia.

Honra lhe seja (1).

O *Commercio do Porto*, n'um artigo firmado pelo esclarecido publicista snr. Rodrigues de Freitas, exaltava tambem a Sociedade de Instrucção, ao mesmo tempo que, n'uma resenha historica, fazia avultar os altos feitos praticados pelo infante, que, no decidido empenho de dilatar a fé e

---

(1) *Actualidade*, n.º 79, quarta-feira 3 de abril de 1889.

o imperio, ordenára e fomentára as expedições maritimas, que tantas glorias deram ao nome portuguez. O artigo do douto professor termina com as seguintes palavras de adhesão á festa do centenario:

Mas tão grande foi esse caracter (o do infante) e esse espirito, que, ainda ponderado tal favor das circumstancias, merece o culto de profundo respeito e de grata admiração. Merece-a pelas ideias que produziu o seu espirito, pela constante fé que tem n'ellas, pelos esforços que fez para as realisar, e pelo puro amor que lhes dedicou (1).

O salão Gil Vicente achava-se artisticamente decorado sob a direcção do habil armador snr. Antonio Patricio. A galeria, ornamentada com bandeiras e signaes, boias e cabos enlaçados, segundo o estylo ornamental dos edificios dedicados por D. Manoel a commemorar as nossas descobertas maritimas; o arco do proscenio ornado por uma grande vela de navio e bandeiras nacionaes; dos lados dous tropheus formados por uma peça de artilheria e o respectivo armão, algumas armas ensarilhadas, espadas e remos, sendo rematado o do lado direito pelo pavilhão real e o do lado esquerdo por um jack.

A decoração do palco era egualmente muito apropriada ao acto que se celebrava. O busto do infante D. Henrique, cedido pela Associação Commercial, avultava no centro, servindo-lhe de docel duas velas latinas onde se lia a divisa do infante: — *Talent de bien faire*, e o lemma da Sociedade de Instrucção do Porto — *Par est fortuna labori;* completavam a ornamentação uma panoplia com espadas, outra com armas de abordagem, e por cima d'ellas, dous estandartes reaes.

Aos lados, panoplias com rewolveres e outras armas usadas a bordo dos navios de guerra; croques, bandeiras nacionaes, um estandarte de almirante, etc.

A mobilia era de estylo antigo, destacando-se umas mezas torneadas e umas cadeiras de sola e estofo.

Presidiu á sessão o dr. Paulo Marcellino Dias de Freitas, secretariado pelos snrs. José Victorino Ribeiro e Eduardo de Sequeira. Em phrase elegante, o snr. presidente expoz o fim d'aquella solemnidade e a natureza excepcional do vulto que se commemorava. O snr. Joaquim Antonio Gonçalves, ao tempo redactor da *Provincia*, leu uma memoria erudicta sobre o infante. Em phrase imaginosa e viva apresentou a ideia do mar tal como elle se affigurava ao navegante medieval; definiu a grandeza e o alcance da obra do infante, concluindo por uma imagem muito feliz

(1) *O Commercio do Porto*, n.º 86, de 3 de abril de 1889.

em que o vulto de D. Henrique se destaca, solitario e grandioso, sobre o promontorio de Sagres, como o estalão d'uma inexoravel providencia que nos aponta, sobre o mar, o nosso destino brilhante, glorioso, mas fatal.

O snr. dr. Luiz de Magalhães recitou o seu magnifico poema—*As navegações*—que corre impresso, e o snr. Simas Machado, tenente de infanteria, leu uma erudicta memoria sobre as navegações portuguezas no seculo XV, enviado pelo snr. dr. Alberto Sampaio, advogado nos auditorios de Guimarães. Essa memoria foi depois publicada na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, e editada pelos livreiros Lugan & Genelioux, successores de Ernesto Chardron.

Recitou depois uma poesia o glorioso auctor da *Aquarella Pantheista*, Manoel Duarte d'Almeida. Os seus versos, d'uma elevada psycologia e d'um primor de fórma genuinamente camoneano, despertaram o maior enthusiasmo. Foram, pouco depois, sob o titulo *Estancias ao infante D. Henrique*, publicados pelos editores portuenses Alcino Aranha & C.ª, em edição de luxo.

D'essa admiravel poesia trasladamos as seguintes oitavas:

D'esses que formam—almas desfraldadas
Pelo profundo ceu do pensamento—
Como que as pregas ideiaes, sagradas,
Do pavilhão da patria, arfando ao vento,
E a cuja sombra, em horas enlutadas
De taciturno, amargo desalento,
Ou nos dias de gloria e brilho novo,
Se acolhe e retempera a alma do povo:

D'esses—é elle um dos maiores! Alto,
Tão alto que, lançando o olhar seguro
Por sobre o fragoroso, horrido assalto
Das ondas brancas d'esse mar escuro,
Povoados de monstros de basalto,
De tetricas visões cujo esconjuro,
Vociferando lugubres presagios,
Só promettia mortes e naufragios,

Viu, para além do portico cerrado,
Que aferrolhara o *Oceano tenebroso,*
E a cujo limiar, nunca violado,
Seculos de terror prodigioso,
D'universal delirio, horror sagrado,
Empedrados d'assombro angustioso,
Tinham quedado—estatuas de vencidos
Lacoontes, de phantasmas recingidos;

Viu, atravez da noite inconstellada
Que recobria o abysmo negrejante
Onde o clarim alpestre da alvorada
Não despertou nunca um echo errante,
Onde a equorea campina, ora coalhada,
Ou em cachões desfeita e fumegante,
Exhalava lethiferos vapores
Bafo immundo de monstros bramidores;

Viu — fluctuando em ondas remansosas,
Como em ninho de espumas conchegadas,
Umas como que terras mysteriosas,
Ilhas, talvez, decerto afortunadas,
Na corrente das aguas murmurosas
Para o berço do sol talvez levadas...
E atraz d'essa dulcissima visão
Iam-se-lhe alma, vida, coração!

Em seguida ao distinctissimo poeta, apresentou-se o primoroso orador, a mais culminante individualidade da moderna oratoria portugueza, o dr. Antonio Candido Ribeiro da Costa. Agradece á Sociedade de Instrucção o convite que lhe dirigiu para aquella solemnidade. Ama e applaude todos os pensamentos em que ha uma significação ideal, e serve-os como póde. O que alli os reunia era infinitamente sympathico ao seu coração e ao seu espirito. Consagrando um nome que relembra as mais grandiosas cousas da nossa historia, praticavamos um acto de justiça e serviamos nobremente a civilisação moral da nossa terra e do nosso tempo. Referindo-se ao infante, diz:

«Vede-lhe o semblante e o porte na chronica de Azurara. Tinha o corpo proprio da sua alma... A intensa flamma, que ardia no seu peito, devorava tudo que podesse entibial-o na sua energia, ou divertil-o do luzento ideal a que votára a intelligencia, o coração, a riqueza, o tempo, a vida... Recordae-vos de que, no seculo XV, a geographia era um tecido de mythos e de fabulas; de que a cartographia era em grande parte imaginosa; de que a cosmographia, ainda geocentrica, se baseava n'um erro fundamental; de que a navegação se fazia com uma bussola deficiente e um astrolabio pesado e incorrecto; de que para affrontar a braveza das ondas e a inclemencia dos ventos, as caravellas, as fustas, os galeões eram frageis lenhos, em que só poderiam confiar o arrojo mais temerario e a valentia mais inverosimil! Evocae as lendas medievas sobre a temerosa zoologia dos mares ignotos e das zonas que elles cercavam, desde a esphinge, o dragão e o basilisco, inventados pela phantasia oriental, ate ás fórmas humanas monstruosas, que atravessaram como larvas, a imaginação atormentada da Europa christã e barbara! Pensae nos milagres de fé, de perseverança, de dedicação tenaz, de trabalho permanente em longos annos, sobre mappas e sobre livros, nos conselhos de estado do pae e do sobrinho, na côrte e no retiro de Sagres — antes que o infante podesse

levar por diante o seu grandioso plano, e impulsar definitivamente este povo para o destino que lhe estava assignado pela sua posição occidental, e pela estreita cinta do paiz, em que não podiam caber á vontade as aspirações da sua alma mystica, aventureira e heroica! E, como o successo é parte sempre na apreciação dos homens e das coisas, não esqueçaes que, nos seus dias, elle teve a dita de saber ultrapassado o cabo Bojador, de vêr encorporado na corôa portugueza o senhorio da Guiné, os descobrimentos maritimos levados até á vista da Serra Leoa, avassalado um largo trato do sertão, e, principalmente, iniciada em boa hora a maravilhosa carreira que nos havia de conduzir, em estadios successivos, ao dominio do Oceano e ao Imperio do Oriente!

Para que a memoria de quem tanto lidou e mereceu viva perpetuamente, não é preciso que a revistam os nimbos do maravilhoso, nem que a rapsodia nacional a leve pelas edades dentro, nos cantos e nas lendas da sua inspiração poetica...

De todos os grandes homens, que construiram ou enalteceram a gloria de Portugal, nenhum mais que este merece que se lhe levante e dedique um monumento. Os outros, principes ou heroes, sabios ou poetas, capitães ou estadistas, são conhecidos e louvados universalmente; este, não. E se o seu nome começa a vibrar intensamente na admiração de estranhos, não é pelo zelo e pelo esforço dos naturaes do paiz: o que ha mais completo sobre a vida e a obra do infante D. Henrique deve-se a uma illustre, sympathica e fervorosa penna ingleza!

O infante dorme ha quatro seculos o somno da morte no seu tumulo da Batalha, e não acordará para receber as tardias homenagens da patria. Não contava com ellas em vida, decerto; as palavras da sua divisa, *Talent de bien faire*, bem estão indicando que o valoroso principe olhava mais á propria consciencia do que ao suffragio, tão fallivel e contingente, de contemporaneos e de vindouros. Mas é necessario que a nação redima a falta em que está para essa memoria, merecedora de todos os cultos; e que se convença, d'uma vez para sempre, de que o respeito, a gratidão, a lealdade, a justiça não são sómente qualidades individuaes, mas tambem virtudes e deveres principalissimos na moral dos agrupamentos humanos. Além d'isto, os monumentos publicos tem alma e voz, fallam, ensinam, educam: e quando, como n'este caso, exaltam e consagram uma grande memoria domestica, são o prospecto e a imagem da *patria ideal;* e se já não valem como convite e incitamento a feitos illustres, que a natureza do tempo tornou impraticaveis, ainda podem ser a consolação de muitos espiritos, que refujam do mal presente para a amoravel contemplação d'um passado que foi bello! E esta fórma da patria completa a outra: é feito de tudo, e tem mil raizes, o sentimento que nos prende indissoluvelmente á terra do nosso berço, á sepultura dos nossos paes, ao mysterioso ceu que se arqueia sobre nós, aos horisontes em que a vista se nos embebeu desde a infancia, á lingua em que balbuciamos os primeiros sons, á eschola em que soletramos as primeiras palavras, á egreja em que aprendemos a orar, ás lendas em que está a poesia da nossa raça, á historia que conta as heroicidades do nosso genio, ao mar que foi a razão e o caminho da nossa gloria, — a tudo, emfim, que é, na nossa vida total, o que é o sangue na organisação do nosso corpo e o que é o pensamento na substancia da nossa alma!

Promovendo o levantamento d'uma estatua ao benemerito iniciador dos nossos descobrimentos maritimos, vós praticaes, meus senhores, um bello acto edificante de patriotismo e de dignidade. Mostraes que o mal da indifferença

vos não contaminou ainda, e que, no equilibrio e harmonia dos sentimentos, podeis servir de exemplo e de lição. Vê-se bem que, para vós, a historia é alguma cousa mais que uma simples successão de factos, e a vida não se reduz a uma soffrega negociação de interesses! Não podia deixar de agradecer, applaudir e secundar esta elevada inspiração — eu, que estou ha muito, e já agora ficarei até á morte, n'uma especie de idealismo positivo, que vê ao longe a inanidade e a illusão de todas as cousas, mas procura e estuda, apezar d'isso, nos factos a sua lei, e não apenas a sua utilidade; nos homens o seu caracter, e não apenas a sua força; na sciencia, na arte, em tudo, primeiro a intenção, e só depois os outros aspectos que possam ter...

É preciso estar prevenido contra a deprimente suggestão de certas doutrinas, de facil importação, que ameaçam de subverter, destruir o *ideal* no entendimento e na vontade.

O cynismo faz-se philosophia para o negar, e a jogralidade faz-se arte para o injuriar; mas elle rompe e brilha atravez de tudo, como o fogo! Tirar á nossa especie a faculdade de criar eternos typos de belleza, e de os amar sempre, em toda a vida, até á morte — é levar uma abstração contra a natureza aos extremos da agonia intellectual! A consciencia retrae-se, recusa, extingue-se, como em certa altura da atmosphera a respiração diminue e cessa a final!» [1]

Por ultimo fallou o presidente da Camara do Porto, dr. Oliveira Monteiro, declarando que a municipalidade estava decidida a cooperar no centenario, e que, tanto quanto fosse possivel, auxiliaria essa empreza, tão sympathica e tão patriotica.

E assim terminou esta sessão solemnissima em que o ministro da marinha, snr. conselheiro Ressano Garcia, se fez representar pelo snr. Carlos Costa, chefe do departamento maritimo do norte, e em que se leram cartas de Pinheiro Chagas e Oliveira Martins exaltando o pensamento da Sociedade.

Proseguindo nos seus trabalhos, a commissão, tendo-se dirigido á Junta Geral do districto, conseguiu que a commissão executiva d'esta corporação votasse um subsidio, na importancia de 4.500$000 reis, para auxilio do monumento e das festas da inauguração. Obteve egualmente, da Camara Municipal e da Associação Commercial, a promessa de valiosos auxilios; contava com que o governo a auxiliasse tambem na sua patriotica cruzada. As cousas caminhavam excellentemente, quando novos successos vieram transtornal-as sensivelmente.

N'uma das sessões da Junta Geral do districto discute-se a decisão tomada pela commissão executiva; o debate generalisa-se, as opiniões encontram-se, e por ultimo, sob proposta do procurador snr. dr. Forbes de Magalhães, a Junta, por maioria, não approva a concessão do subsidio!...

A commissão, em face da attitude assumida pela Junta Geral, en-

---

(1) *Discursos e Conferencias*, pag. 250.

tendeu que as outras corporações lhe seguiriam as pisadas, e remetteu-se ao mais completo silencio. Não se dissolveu, mas não proseguiu nos seus trabalhos. Pouco depois surgia a questão ingleza, provocada pelo brutal *ultimatum* de 11 de janeiro. N'uma reunião da commissão, um vogal do conselho recordou que o marmore para o monumento havia sido offerecido pelo snr. Tait, mantendo depois essa offerta o snr. Murat, a quem foram trespassadas as pedreiras, e propoz que tal offerecimento fosse regeitado, pois no monumento não podia ficar nada que tivesse procedencia ingleza. Cedendo á corrente de odio que se estabelecera contra a Gran-Bretanha, n'aquelle momento tão angustioso para a nossa dignidade nacional, o conselho dividiu-se em opiniões, prevalecendo, porém, a que não queria que se acceitasse o marmore. Como é natural esta divergencia de pareceres determinou divergencias pessoaes. Havia quem entendesse que, muito embora se recusasse o marmore, se reconhecessem os serviços generosamente dispensados por os consocios que o offereceram. Nada d'isso. A sua qualidade de inglezes era sufficiente para não terem direito a considerações d'especie alguma. E assim, na exaltação dos primeiros momentos, na irreflexão das primeiras impressões, quando toda a gente, agitada pela offensa que essa nação, nossa alliada e amiga, tão brutalmente nos arremessava, queria a todo o transe tornar os subditos da Inglaterra, indistinctamente, responsaveis da affronta com que o governo de lord Salisbury nos vexava, abuzando miserrimamente da nossa fraqueza, as coisas baralharam-se e confundiram-se de tal maneira que a Sociedade, abalada já por varias crises, terminou a sua missão, para não mais se reconstituir.

Eis ahi, rapidamente esboçado, o papel da Sociedade de Instrucção no movimento iniciador do centenario do egregio filho de D. João I. A essa prestimosa instituição se devem os trabalhos preliminares e a adhesão de importantes collectividades. Trabalhou muito, e trabalhou com dedicação, e se não tivesse de vencer tantos attrictos e de arredar tantas e tão difficeis contrariedades, teria, certamente, ido até ao fim.

Do que deixamos exposto resulta apurar-se factos desconhecidos da maior parte da gente. Em primeiro logar, a averiguação do auctor da proposta para a celebração do centenario, importa o reconhecimento d'um facto capital, que merece ser registrado. D'essa averiguação resalta o nome do snr. Von Hafe, que, apezar de allemão, de tal modo se consagrou ás cousas portuguezas que, vendo celebrar-se o centenario d'um seu compatriota illustre, alvitrou que não fosse esquecido o do infante D. Henrique, nascido no Porto. A esse cavalheiro deve-se, sem duvida alguma, reconhecimento e gratidão, como egualmente se devem ao snr. Joaquim de Vasconcellos que, perante a attitude da capital, e vendo que se pretendia negar ao Porto o direito que lhe assistia de commemorar o centenario do infante, sahiu á estacada em defeza d'esse direito, na carta que

atraz deixamos transcripta. É justo não esquecer esses nomes. Em todo o periodo das festas ninguem os citou. Reparamos nós agora essa falta, dando a esses cavalheiros o logar primacial que lhes compete na solemnisação civica de que nos occupamos. Dar a Cezar o que é de Cezar constitue, sem duvida, um preceito de boa moral. E se esses individuos, por uma nobilissima modestia, se conservaram silenciosos, deixando de reivindicar os titulos a que teem incontestaveis direitos, é justo que nós, historiando imparcialmente os acontecimentos comprehendidos desde as primeiras tentativas empregadas para a solemnisação cultual do infante até á realisação das festas, determinemos o logar que lhes compete. A cada um o que é seu.

E finda aqui, pela dispersão da Sociedade, o primeiro capitulo d'este livro. Os factos a que, tambem succintamente, nos vamos referir, dizem respeito á segunda phase do centenario. Os personagens são outros, e muito outra tambem a direcção dada aos trabalhos.





S. M. A RAINHA D. MARIA AMELIA

CAPITULO II

Com a dissolução da Sociedade de Instrucção do Porto, póde dizer-se que ficaram perdidos os trabalhos até então realisados. A commissão do monumento, que tão gloriosamente levára a cabo o sarau celebrado na noite de 3 de abril, no Palacio de Crystal, comquanto não fosse dissolvida, visto a ideia do monumento não morrer com a Sociedade em cujo seio nascera e fecundára, é certo que nunca mais voltára a reunir. E a ter de fazel-o, onde e de que modo?... Se não havia casa propria, e se a Sociedade havia desapparecido, a commissão que titulos poderia invocar?... Delegada da Sociedade, como, se ella já não existia?... Commissão do monumento?... Mas os trabalhos até ahi realisados poderiam utilisar, tendo, como tinham, a chancella da Sociedade de Instrucção?... Hesitando, sem duvida, entre o dever e o não dever proseguir essa tarefa que se impuzera, a commissão considerou-se dissolvida. Tudo havia desapparecido. Sociedade, archivo, e até a vontade, d'antes tão decidida e arrojada.

Em todos os espiritos mais fervorosos e enthusiastas pela ideia do centenario fizera-se um desalento completo. Se tinham sido tantos os estorvos encontrados, para que affrontal-os de novo?... O melhor seria não se pensar em grandes emprezas. Não eramos gente para altos emprehendimentos; escasseiavam os recursos, faltavam os elementos essenciaes, não appareciam energias. Assim, faltando tudo quanto é indispensavel para se arcarem com as difficuldades de tão ousados commettimentos, o mais acertado, o que não traria comsigo nem canceiras nem desgostos, seria deixar o infante em paz, no seu tumulo da Batalha, e não incommodar a cidade, que lhe fôra berço, com o ruido de acclamações e fes-

tas que podessem inquietal-a. O infante era, de resto, pouco conhecido. O povo mal sabia que elle nascera ahi para os lados da Ribeira; que fôra um exforçado guerreiro em Ceuta; que sob a sua direcção e guia, Zarco, Perestrello, Tristão, Teixeira, Gil Eannes, descobriram mais de 360 legoas da costa desde o Cabo Bojador até á Serra Leoa e as formosas ilhas do oceano de que foram venturosas primicias, em 1448, Porto Santo e Madeira; que abrira o caminho dos mares a Vasco da Gama e a Colombo, e que, fomentando a navegação, enchera de luz o mundo com os raios fecundantes que irradiavam de Portugal. De resto, na confusão mental do povo, na sua ignorancia das cousas, no abatimento d'animo em que vive, descrente e pusilanime, sem acção nem nervo, timido, acanhado e morrinhento, supportando tudo com a resignação evangelica d'um martyr ou com a paciencia animal d'um burro, o centenario teria apenas o valor d'uma grande festa, com musica e foguetes, agua fresca e encontrões, como nos arraiaes. Se as illuminações brilhassem, com esplendor, no escuro da noite, se os fogos deslumbrassem pela viveza e pelo brilho das suas côres, se as musicas tocassem lindos fados; ainda o povo poderia ficar satisfeito, e, de descontente, não se pronunciar antes pelo S. João com esturdias de vinho e pandega na alameda das Fontainhas, á hora matinal das orvalhadas. Se não succedesse assim, nada feito, o infante seria collocado muito abaixo de Santo Antonio, que, de mais a mais, é santo de extraordinarios milagres, o que, para armar ao effeito publico, não se podia dizer de D. Henrique, que, a respeito de coração, deixou morrer em Fez D. Fernando e D. Pedro na Alfarrobeira.

Estas considerações eram-nos produzidas por um dos que mais afincadamente havia trabalhado pela ideia primitiva do monumento. Oppozemos reparos ao seu sentir, todo desalentado e frio. Não seria assim. Se o estudo dos grandes typos da humanidade, heroes ou santos, exerce uma grande influencia na elevação de caracter por essa tendencia authomatica que actua no maior numero pela força da imitação, a celebração do centenario havia, fatalmente, de determinar no povo uma impressão profunda, que tinha obrigação de traduzir-se em factos importantes. O que somos nós?... Um povo adormecido, cansado, indifferente: pois despertemol-o, pondo na sua frente essas prodigiosas figuras que hoje, atravez os seculos e as edades, nos parecem ainda maiores pela somma de virtudes que possuiram e magnanimamente exerceram. Sacudir esse povo inerte com exemplos d'esta ordem, seria chamal-o á vida; apontar-lhe o caminho a seguir, mostrar-lhe como outr'ora, só pelo nosso exforço, fomos tamanhos que o nosso nome encheu toda a terra, e que

se mais mundo houvera lá chegara,

seria incital-o a novas emprezas, audaciosas e decisivas.

Não, estas razões não o convenciam. O povo não comprehendia nem media o vasto alcance d'estas manifestações civicas. A educação sorna e fradesca que lhe ministraram, atrophiára-lhe o cerebro e enfraquecera-lhe o braço; hypnotisára-o, reduzira-o a uma situação extrema. Fóra das funcções religiosas não comprehendia nem admittia outros cultos; adorava os santos, porque no seu espirito enfraquecido os tinha á mão para uma eventualidade da vida; não percebia as novas fórmas cultuaes que a humanidade adoptou para glorificar os seus heroes. E não as comprehendendo, é evidente que não podia associar-se á ellas com crença e corresponder-lhes com enthusiasmo. Quando muito assistiria impassivel, sem se commover, a qualquer exhibição que se realizasse; e quando tudo estivesse findo, continuaria na mesma, a cabecear, a ir ás romarias, a vender o seu voto, a desobrigar-se pela Paschoa, a pagar a congrua ao abbade e a decima ao Estado. Continuaria a ir, á arreata, como os machos em récua, atravez a estrada da vida, até que uma apoplexia ou uma tisica o arremessasse para uma cova, em Agramonte ou no Repouso. Era este o seu destino. Nem mesmo podia ter outro um povo que, tendo enchido o mundo com as suas façanhas, se deixava espoliar e roubar vilmente. A fibra patriotica que, por vezes, manifesta em occasiões de crise, são arrancos balofos e occos. Haja vista a questão ingleza em que, n'uma confusão medonha, toda a gente gritava sem saber o que fazia. Houve até quem, para lavar a affronta britannica, declarou em jornaes *que ia esquecer a lingua ingleza, que aprendera, e que leccionava*... Um povo que faz coisas d'estas, que apedreja as taboletas da *Royal Mail* e de outras companhias maritimas, e não parte a defender uma herança de seculos, roubada ás escancaras, um povo que, para protestar contra a invasão britannica, não corre a expulsar os invasores, e fica para ahi, de punhos cerrados, a cantar a *Portugueza*, emquanto o bretão, fleugmatico e pansudo, lhes usurpa milhares de kilometros quadrados, um povo assim já não se edifica nem corrige ainda que dos seus tumulos saiham vestidos de cota e malha quantos D. Henriques possa haver na historia portugueza. Um povo assim tem o seu destino talhado, e contra as leis fataes da sorte nenhuma força póde vencer. Que brios despertaram na alma do povo os centenarios de Camões e de Pombal?... Que se aproveitou d'essas solemnisações civicas?... Absolutamente nada. Como estavamos, assim ficámos, á olhar uns para os outros, eternos pascacios, de bocca aberta. No centenario de Camões o povo corria mais açodadamente aonde houvesse musica; comprava os jornaes, se tivessem illustrações, comparava as illuminações com as do seu orago. Que importava a essa gente o pobre cantor dos *Luziadas*?... Ha 300 annos que tinha morrido... E que fez elle?... Versos...

Em grande parte é isto verdade, mas se todos pensassem d'este modo, se todos sentissem estes quebrantamentos, ninguem se abalançaria

a qualquer empreza alevantada. Não podia ser assim. Não devia pensar-se assim. Todos os que socialmente representam alguma cousa teem obrigação de trabalhar para o levantamento intellectual e moral do povo. Obedecendo a este criterio, o centenario devia fazer-se. Era mais uma semente lançada á terra. Se fructificasse, não se teria perdido o tempo, e o paiz juntaria á sua historia mais uma pagina brilhante.

De 1889 a 1891, não se pensou mais no centenario. Parecia uma ideia abandonada. O pessimismo dos que professavam as ideias expostas invadira tambem os que conservavam ainda alguma fé. Um vento de esquecimento varrera tudo. Tudo?... Ainda não.

Em novembro de 1891, tendo vindo ao Porto el-rei D. Carlos, o snr. Eduardo de Sequeira, um dos mais enthusiastas pela ideia do centenario, escreveu na *Provincia* (1) uns artigos relativos ao assumpto. Dizia o illustrado publicista:

«Encontra-se no Porto S. M. el-rei D. Carlos que vem claramente accentuar os seus ardentes desejos de protecção ao trabalho nacional, e já está marcado—por ordem da Camara municipal portuense—lugar especial para o monumento ao infante D. Henrique, no delicioso jardim do Passeio Alegre, na Foz (2).

Porque se não aproveita, pois, esta occasião para o lançamento da primeira pedra do monumento, que brilhantemente recordará para o futuro a primeira visita do monarcha á cidade do Porto?... Que festa mais grata para el-rei D. Carlos do que o pagamento de uma divida de gratidão a um principe que tudo sacrificou pela Patria, a um principe, modelo de virtudes e de heroismos, a um principe, filho do Porto?... D'aqui a 3 annos, em 1894, corre o quinto centenario do infante D. Henrique. Que ha-de dizer o paiz, que ha-de dizer o Porto—a cidade natal do infante D. Henrique—quando os estrangeiros vindos de todas as partes do mundo á occidental praia lusitana, nos perguntarem pelo monumento do infante?...»

Como é natural estas observações encontraram echo na opinião, e o presidente da Camara municipal, a quem n'um dos artigos citados se faziam umas referencias, deu-se pressa em responder com a seguinte carta: (3)

Snr. redactor:—Em varios numeros do seu jornal tem v. feito referencias ao monumento a erigir ao infante D. Henrique, lembrando que deveria aproveitar-se a presença de el-rei n'esta cidade para se lançar a primeira pedra, e especialisando o compromisso publico que sobre este assumpto foi to-

(1) *Provincia*, n.os 268 e 271, de 23 e 26 de novembro de 1891.

(2) O primeiro local designado para o monumento foi o Passeio Alegre, á Foz do Douro; pensou-se tambem no Campo da Regeneração. Em qualquer d'estes pontos ficaria muitissimo melhor do que no *square* da Bolsa, local acanhado, onde o monumento ha-de, por força, perder muito da sua imponencia.

(3) *Provincia*, n.º 270, de 25 de novembro de 1881.

mado pelo signatario d'estas linhas, na qualidade de presidente da camara do Porto.

Historiemos. A Sociedade de Instrucção tomou a louvavel iniciativa de fazer erigir n'esta cidade um condigno monumento ao infante D. Henrique; essa iniciativa teve a sancção do parlamento portuguez, que fez uma lei concedendo á Sociedade de Instrucção o bronze necessario para a erecção do monumento ao infante D. Henrique.

Decorreram annos, durante os quaes a Sociedade de Instrucção proseguiu com a sua ideia, e nos ultimos foi nomeada pela dita Sociedade a chamada commissão do monumento, em que foi incluido o presidente da camara do Porto.

Tentou essa commissão reunir-se mais que uma vez, comparecendo, sempre que foi convocada, o abaixo assignado.

O limitadissimo numero de membros da commissão do monumento que concorreu á ultima reunião resolveu: que a Sociedade de Instrucção declinasse na camara municipal do Porto a iniciativa de erigir n'esta cidade um monumento ao infante D. Henrique, e que para esta corporação transferisse todas as auctorisações e concessões que para tal fim haviam sido feitas á Sociedade de Instrucção.

Até hoje, que me conste, não se cumpriu este acto fundamental e indispensavel.

A Sociedade de Instrucção, que promoveu e realisou a sessão solemne em homenagem á memoria do Infante D. Henrique, na qual usou da palavra o abaixo assignado, continua perante o paiz com a nobre iniciativa de erigir um monumento ao infante D. Henrique; se não póde fazel-o, que o faça saber, para que outrem, se assim o entender, a substitua.

São estes os factos.

Pela publicação d'estas linhas ficar-lhe-ha muito reconhecido o de v. etc. — ANTONIO D'OLIVEIRA MONTEIRO.

Isto passava-se em novembro de 1891, e até 4 de outubro de 1892 — mais de um anno — não se tornou mais a fallar no centenario. Parece que n'este meio tempo, em Lisboa, se pensou em qualquer coisa com relação ao assumpto, mas nada foi decidido definitivamente.

A 4 de outubro de 1892, foi, finalmente, apresentado á ex.ma Camara um requerimento, renovando o pensamento de se celebrar o quinto centenario do infante. Esse requerimento dizia o seguinte:

Ex.mo snr. — Cabe a esta invicta cidade do Porto a gloria de ter sido o berço do infante D. Henrique, o heroico iniciador dos commettimentos maritimos que tanto engrandeceram este paiz, como foram um valiosissimo elemento para a civilisação. Ninguem desconhece, no mundo civilisado, os altos feitos do egregio infante, mas aos portuenses cumpre especialmente o dever de fazer lembrada e de commemorar solemnemente a data memoravel de 4 de março de 1394, dia em que nasceu no Porto aquelle que havia de ser o mestre, o guia, o impulsionador de todo esse grande movimento de navegações e descobertas, que ainda hoje assombram o universo inteiro.

A celebração do quinto centenario do infante D. Henrique, sendo uma festa nacional, pertence, comtudo, de direito e de justiça á cidade do Porto fazel-a com a solemnidade correspondente á altissima significação do pensa-

mento que ella symbolisa e condigna da memoria de tão notavel vulto da nossa historia. E, quando se tracta de commemorações d'essa natureza, compete especialmente ás camaras municipaes, como a mais genuina e directa representação das cidades, a sua iniciativa e a sua direcção. É assim que se pratica em toda a parte, é essa a regra seguida sempre em todas as nações civilisadas.

N'esse intuito vem os abaixo assignados, não lembrar á ex.ma Camara de que v. ex.a é dignissimo e illustradissimo presidente o dever em que está constituida de promover a festa do quinto centenario do infante D. Henrique, mas simples e unicamente manifestar a sua opinião sobre a opportunidade de se tractar desde já de tão momentoso assumpto, lançando-se as bases, traçando-se os primeiros lineamentos d'essa festa que ao Porto mais do que a qualquer outra cidade cumpre realisar.

Affigura-se aos abaixo assignados que a actual vereação, que por tantos titulos tem sabido merecer a estima e o applauso de todos os portuenses, juntará mais um serviço á já longa lista dos prestados a esta cidade, assentando e deliberando desde já sobre a conveniencia de se tractar, no mais breve tempo, da fixação dos dias em que tem de realisar-se aquella festa civica a partir do dia 4 de março de 1894, assumindo a camara municipal do Porto a iniciativa e direcção de todos os elementos que a devem constituir.

É relativamente curto o espaço de 17 mezes que decorre desde hoje até esse dia solemne, e torna-se indispensavel aproveital-o para preparar tudo aquillo que demanda tempo, como, por exemplo, a elaboração de memorias para concursos scientificos, os preparativos de qualquer exposição industrial e colonial, etc., emfim tudo quanto depende de madura reflexão e mais aturado trabalho. Além d'isso, torna-se necessario obter a cooperação de todas as corporações importantes que possam intervir no assumpto e prestar-lhe o seu valioso concurso, para se saber os elementos com que se póde contar e com elles organisar os respectivos programmas, Tudo isto, bem como a nomeação de commissões encarregadas de diversos trabalhos especiaes, não póde ser obra de momento, antes precisa ser feita com a maior antecedencia.

Não compete aos abaixo assignados, — nem ousariam de fórma alguma fazel-o — indicar a v. ex.a quaes os detalhes dos festejos do centenario do infante D. Henrique. Parece-lhes, porém, que não podem deixar de entrar no programma de tal commemoração:

a) Um concurso litterario e scientifico ácerca do valor historico, acções, feitos e importancia das navegações que o infante D. Henrique iniciou.
b) Uma exposição industrial e colonial.
c) Um cortejo civico.
d) Uma festa fluvial, em que poderiam entrar embarcações do typo das que foram empregadas nas nossas primeiras navegações de descoberta.
e) Lançamento da primeira pedra para o monumento ao infante D. Henrique.
f) Conferencias sobre assumptos historicos, coloniaes e industriaes, mais directamente relacionados com a natureza da commemoração.
g) E todos os elementos que seja possivel congregar e que possam contribuir para que esta cidade seja concorrida por grande numero de visitantes e que a solemnidade desperte o interesse patriotico que se deve ter em vista.

Isto parece aos abaixo assignados que deve fazer parte do programma a elaborar, mas certamente a ex.ma Camara municipal do Porto, chamando a si a iniciativa e direcção de todos os trabalhos e cercando-se de todos os elementos que possam contribuir para o fim que se tem em vista, melhor conhecerá e resolverá o que mais conveniente seja.

Os abaixo assignados esperam que v. ex.a e a ex.ma corporação a que tão digna e illustradamente preside, tomarão na devida consideração estas sin-

gelas e despretenciosas ponderações, dictadas unica e simplesmente por um grande respeito pelas glorias patrias e por um entranhado affecto por esta cidade, onde se ufanam de haver nascido.

Deus guarde a v. ex.ª — Porto, 3 de outubro de 1892. — Ill.mo e ex.mo snr. presidente da Camara municipal do Porto. — Eduardo de Sequeira, Fernando Maia, Francisco J. Patricio.

A camara d'então, presidida pelo snr. dr. Antonio d'Oliveira Monteiro, acceitou, em these, a proposta exarada no requerimento, deixando á futura vereação — visto ter brevemente de proceder-se ás eleições dos corpos administrativos — o cuidado de estudar este assumpto.

Eleita a nova vereação, em sessão plenaria de 19 de abril de 1893, presidida pelo snr. conselheiro Antonio Ribeiro da Costa e Almeida, foi decidido por unanimidade que a camara assumisse a direcção das festas do centenario. Para elaborar os respectivos programmas e dar immediata execução aos trabalhos preparatorios, nomeou-se uma commissão especial, que ficou assim constituida:

Presidente — Conselheiro Antonio Ribeiro da Costa e Almeida.

Secretario — Francisco José Patricio.

Vogaes — Conde de Samodães, Bento de Souza Carqueja, Augusto Luzo da Silva, Henrique Carlos de Meirelles Kendall, e Fernando Maia [1].

Installada a commissão, entrou-se no periodo activo e fecundo. Trabalhando todas as noites, solicitando adhesões, organisando programmas, pensando no modo mais eloquente de se render solemne homenagem ao infante, não descurou um só momento o cumprimento dos seus deveres, antes desenvolveu toda a actividade reclamada pela estreiteza do tempo, que não dava margem a divagações e vagares.

Assim, um dos primeiros cuidados da commissão foi dirigir-se aos municipios do paiz e ás sociedades scientificas do estrangeiro. Como os municipios corresponderam ao appello que lhes foi feito, viu-se no imponente cortejo civico, em que os pendões das camaras, relembrando antigas tradicções e affirmando a soberania popular arrancada ás mãos dos senhores, punham uma nota viva, de patriotismo e independencia, n'essa grandiosa solemnidade de confraternidade e paz.

As sociedades scientificas [2] responderam tambem nos termos mais

(1) N'esta commissão não entraram, decerto por inadvertencia, os snrs. Von Haffe e Joaquim de Vasconcellos. Tendo os seus nomes ligados aos mais importantes trabalhos preparatorios, parecia justo que, tractando-se de realisar o pensamento, iniciado por um e defendido pelo outro, fossem chamados para a commissão executiva. Não o foram, devido, sem duvida, a esquecimento e não a menos consideração pela valia dos seus serviços.

(2) Os municipios que se fizeram representar nas festas do centenario vão adeante designados, no capitulo II quando descrevemos o cortejo civico. As sociedades estrangeiras que adheriram egualmente a esta grandiosa consagração foram as seguintes:

Gabinete Portuguez de Leitura da Bahia, Centro da Colonia Portugueza do Rio de Janeiro, Lyceu Litterario Portuguez da mesma cidade, Sociedade Portugueza de Beneficencia do Rio

amaveis e cortezes, adherindo enthusiasticamente á ideia do centenario e felicitando, em termos muito honrosos, a cidade do Porto, berço de tantos heroes. Esses documentos, alguns dos quaes constituem verdadeiros primores litterarios, (1) serão publicados no relatorio que a commissão prepára, e que opportunamente será distribuido.

Os officios dirigidos ás sociedades scientificas eram redigidos nos seguintes termos:

Monsieur le president—La municipalité de la ville de Porto, au nom du peuple portugais qui s'honore de compter parmi ses plus illustres compatriotes *l'infante D. Henrique*, 3.e (2) fils du roi *João I*,—a resolu de celebrer le 4 mars 1894, le 5.e centenaire de sa naissance.

Cette grande figure a joué au moyen age un rôle si important qu'il nous semble inutile de repéter ici les mérites du fondateur de l'Ecole de Sagres, d'oú sont sortis les célèbres navigateurs portugais du XV siécle qui, aux ordres de ce prince, ont découvert les Iles Atlantiques, doublé le Cap Bojador, dissipé les terreurs de la Mer Tenebreuse et laissé ouvert aux navigateurs du monde entier et á la civilisation europeenne un large champ pour les tentatives maritimes et coloniales.

Notre ville de Porto a le droit d'etre fiére d'avoir été le berceau de l'iniciateur de ces grandes decouvertes maritimes qui ont porté au loin la reputation du nom portugais et hâté les progrés de la civilisation, toutes les Sociétés qui se consacrent aux études geographiques et qui connaissent bien l'importance qui occupe ce grand nom dans les annales de la geographie, seront heureuses d'apprendre qui le 4 mars 1894 nous fêterons dignement un si glorieux centenaire.

Nous avons toujours tenu dans la plus haute considération la Société dont vous étes le digne president, et ce será pour nous une grande joie de savoir que l'hommage que nous prêtons à l'iniciateur de si grandes et si utiles entreprises méritera vos justes applaudissements.

Daignez agreer, mr. le president, l'assurance de notre plus haute considération.—Portugal.—Porto, le 15 novembre 1893.

---

de Janeiro, Société Bretonne de Geographie de Lorient, Société Royal de Geographie d'Anvers, Societá Geographica de Roma, Société de Geographie de l'Est em Nancy, Société Royal Belge de Geographie de Bruxelles, Société de Geographie de Paris, Société Academique Indo-Chinoise de France (em Pariz), Société de Geographie et de Archeologie d'Oran, Société de Geographie Commerciale de Bordeaux, Société de Geographie de Geneve, Geographische Gesellschaftt zü Greifswald, Société de Geographie de Marseille, Sociedad Geografica de Madrid, Société Normande de Geographie de Rouen, Koninklijk Nederlandsch Aardrijkskundig Genvatschap de Amsterdam, Geographische Gesellschaf in Hamburg, Manchester Geographical Society, Lyceu Litterario Portuguez da mesma cidade, Sociedade Portugueza de Beneficencia da mesma cidade e Gabinete Portuguez de Leitura de Pernambuco.

(1) Como é naturalissimo, algumas sociedades estrangeiras enviaram, nas respostas aos officios recebidos, verdadeiros primores litterarios ao mesmo tempo que preciosos documentos de perfeita critica historica. Outros, querendo mostrar que lhes eram familiares os assumptos a tractar, escreveram cousas singulares que mostram á evidencia que cá e lá... Uma d'essas sociedades applaudia a camara municipal pela deliberação que tomou de solemnisar o centenario... d'el-rei D. João I!! E uma camara municipal, a quem fôra pedida uma pedra, em fórma de parallelipipedo, officiou que lhe enviassem o respectivo modelo, visto alli não existir nenhum parallelipipedo que podesse servir-lhe de norma...

(2) A commissão cahiu no mesmo erro praticado pelo deputado Licinio Pinto Leite. Vide pag. 9 nota n.o 2.

Os officios dirigidos ás camaras eram assim concebidos:

*Ill.*mo *e ex.*mo *snr.*—Tendo esta municipalidade do Porto resolvido celebrar com toda a pompa a data de 4 de março de 1894, quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, e desejando que todo o paiz acompanhe esta manifestação patriotica, resolveu a mesma commissão do centenario affixar cartazes em todas as povoações, com o fim de chegar ao conhecimento dos cidadãos portuguezes a noticia d'esta consagração nacional, que tem em vista despertar os brios da nação, no culto pelas brilhantes lições de amor patrio que nos legou o passado.

Com este intuito tenho a honra de remetter a v. ex.ª o incluso cartaz, que peço a distincta fineza de mandar affixar em local apropriado, serviço este que a commissão espera obter da generosidade e patriotismo d'esse municipio a que v. ex.ª tão dignamente preside, e favor que reconhecidamente agradece.

Não levam sêllo os cartazes, por terem sido isentos d'esse imposto por concessão do ministerio da fazenda.

E dar-se-ha por muito distinguida esta camara e egualmente a commissão do centenario, se esse respeitavel municipio se quizer fazer representar n'esta solemnisação por algum dos seus dignos membros, sendo tambem muito de apreciar que no cortejo figure a bandeira d'essa illustre municipalidade.

Permita-me v. ex.ª que, em nome d'esta commissão, tribute a esse respeitavel municipio os protestos da alta consideração em que temos o serviço que ousamos pedir e que motiva a nossa profunda gratidão.

Deus guarde a v. ex.ª—Porto e secretaria da commissão do centenario, paços do concelho municipal, 31 de janeiro de 1894.

O presidente, Antonio Ribeiro da Costa e Almeida.

Expedidos estes officios-circulares, e resolvidos outros assumptos de somenos importancia, o snr. Eduardo de Sequeira propoz que se representasse ao governo no sentido de se effectuar a emissão de uma estampilha especial, para ser vendida por occasião das festas, revertendo o producto da venda para as despezas do monumento e outras que tivessem de realisar-se. Suggerira-lhe este pensamento o exito que teve a estampilha emittida, nos Estados Unidos, por occasião das festas em honra de Colombo. A principio, os membros da commissão pareceram hesitar; afinal, convencidos pelas razões adduzidas pelo proponente, decidiram-se a representar n'este sentido ao governo.

E acertadamente procederam, porque o exito não podia ser mais brilhante; a estampilha, como adeante veremos, produziu as sommas indispensaveis para o custeamento das festas, e ainda deu um excedente a favor dos cofres do Estado. Este resultado era de prever; sendo hoje o philatelismo uma preoccupação de toda a gente e de todos os paizes, as estampilhas haviam fatalmente de ser avidamente procuradas por colleccionadores e negociantes d'este artigo, cotado em altos preços, e constituindo já uma industria por signal bem lucrativa.

Como dissemos, a Camara municipal, adoptando a proposta do

snr. Eduardo de Sequeira, representou do modo seguinte ao governo solicitando a emissão da estampilha:

Senhor — A camara municipal do Porto afim de condignamente celebrar os feitos memoraveis do infante D. Henrique, pretende erguer n'uma das praças publicas d'esta cidade um monumento cuja primeira pedra tem de ser lançada com apparatosa solemnidade no dia 4 de março de 1894, em que a cidade do Porto celebrará o quinto centenario do nascimento do preclaro infante a quem Portugal deve o inicio de uma larga epopeia de civilisação deslumbrante e gloria immorredoura.

Um monumento levantado, porém, ao fomentador dos novos descobrimentos maritimos precisa de, honrando a memoria do grande infante, honrar tambem toda a patria portugueza: é indispensavel, pois, que seja grandioso e verdadeiramente imponente.

A commissão nomeada pela Camara municipal do Porto para organisar e dirigir as festas do centenario, desejando obter receita importante para o monumento projectado, sem de fórma sensivel onerar as finanças do paiz e as do municipio portuense, vem solicitar, que V. M. — junto de quem encontraram sempre benevolo acolhimento os pedidos dos filhos d'esta cidade, — se digne permittir a circulação em todo o paiz, no dia 4 de março de 1894, d'uma emissão completa d'estampilhas postaes especiaes e allusivas á vida e altos feitos do Infante D. Henrique, na quantidade de duzentas mil de cada typo das taxas de 5 a 100 e de dez mil de cada uma das taxas restantes, cujo producto reverta para o monumento do mais glorioso filho d'esta cidade. D'esta fórma, sem sacrificio do Estado e por meio d'uma voluntaria subscripção universal se avolumará o fundo destinado ao monumento do infante D. Henrique, habilitando assim a camara municipal do Porto a pagar condignamente uma divida de reconhecimento em aberto ha quasi cinco seculos! Deus guarde V. M. — Porto e paços do concelho, 15 de maio de 1893. — Presidente, Antonio Ribeiro da Costa e Almeida.

O governo achou rasoavel esta proposta, e na sessão da Camara dos deputados de 3 de julho de 1894, o ministro das obras publicas, commercio e industria, apresentou o seguinte projecto de lei:

A camara municipal da cidade do Porto solicitou do governo a devida permissão para emittir uma formula de franquia ou estampilha especial allusiva á vida e altos feitos do infante D. Henrique, que deve ser posta em circulação no dia 4 de março de 1894, por occasião de inaugurar-se o monumento que aquella cidade pretende levantar a um dos gloriosos iniciadores das nossas descobertas maritimas.

Propõe aquella municipalidade que seja emittida certa quantidade de formulas de franquia do typo das taxas de 5 a 100 reis, e bem assim de cada uma das taxas restantes, e que o producto da venda de taes formulas de franquia seja destinado a auxiliar as despezas a que tem de occorrer com o monumento, cuja primeira pedra tem de ser lançada no dia 4 de março de 1894, com apparatosa solemnidade, n'uma das praças da cidade do Porto.

E' o pensamento da camara patriotica e exequivel, e se o monumento que vae erguer-se não póde ser maior nem mais glorioso do que aquelle que, ha seculos, levantou a historia da humanidade ao infante D. Henrique, é comtudo certo que se destina a pagar uma divida nacional, ha muito em aberto.

A camara municipal do Porto tomou, com justo fundamento, a iniciativa para que se cumprisse este indeclinavel dever, honrando-se em ter sido o berço de um dos mais prestantes collaboradores da civilisação do globo.

Auxilial-a, pois, n'este patriotico intento, será um dever de todos, e por isso o governo não podia eximir-se a cumpril-o tão efficazmente como as circumstancias actuaes lh'o permitissem.

E' por isso que, não se achando nas suas faculdades acceder ao pedido da camara do Porto, em vista do artigo 3.º n.º 3 do decreto com força de lei de 1 de dezembro de 1892, vem apresentar-vos uma proposta de lei com esse intuito.

N'ella se acautellam, com o devido cuidado, algumas eventualidades que podiam dar-se, não só quanto ás receitas do Estado, que não podem ser dispensadas, mas ainda quanto ao methodo que cumprirá seguir-se no fabríco, emissão e venda de taes formulas de franquia.

O seu fim especial, a situação do paiz, a larga vulgarisação que devem ter, a parte da historia maritima a que se referem, aconselham que haja o maior desvelo na execução do louvavel pensamento da camara municipal da cidade do Porto.

Com estes fundamentos, tenho a honra de submetter á apreciação do parlamento a seguinte proposta:

Artigo 1.º — E' auctorisado o governo a emittir até quinhentas mil formulas de franquia de cada typo das taxas de 5 a 100 reis, e até trinta mil de cada uma das taxas restantes, destinadas a circular e a ser vendidas em todo o continente e ilhas adjacentes, nos dias 4 e 5 de março de 1894, quinto centenario do infante D. Henrique.

§ unico. — A venda das formulas de franquia, a que se refere o art. 1.º, poderá prolongar-se ao praso maximo de dez dias.

Art. 2.º — O desenho, destinado á elaboração da matriz para o fabríco das formulas de franquia do quinto centenario do infante D. Henrique, será proposto ao governo pela camara municipal da cidade do Porto, e approvado competentemente.

Art. 3.º — A emissão da venda será feita nos termos e pelo modo que o governo determinar.

Art. 4.º — Da receita arrecadada separar-se-ha uma somma equivalente áquella que no anno anterior, e nos dias a que se refere o art. 1.º, houver entrado, de analoga proveniencia, nos cofres do Estado, segundo as respectivas estatisticas, importancia esta que constituirá receita do thesouro.

§ unico. — Do producto da venda das formulas de franquia do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, será entregue á camara municipal do Porto até á importancia necessaria para a construcção do monumento que ella pretende erigir em honra da gloriosa memoria do infante D. Henrique, depois de deduzida a somma a que se refere o artigo presente.

Art. 5.º — Fica revogada a legislação em contrario.

Ministerio das obras publicas, commercio e industria, 3 de julho de 1893. — Bernardino Luiz Machado Guimarães.

Na sessão da camara, de 12 de julho de 1893, foi apresentado, pelo deputado snr. Horta e Costa, o parecer da respectiva commissão de obras publicas. Aquelle deputado requereu tambem que fosse dispensado o regimento para o mesmo parecer entrar immediatamente em discussão e ser votado.

Esse documento é do theor seguinte:

Senhores:—O governo, seguindo o exemplo dado por varias nações europeias e ainda ha pouco adoptado por grande numero de Estados americanos, com o fim de commemorar a descoberta do novo mundo, resolveu apresentar, a convite da camara municipal do Porto, uma proposta de lei pedindo auctorisação para emittir uma formula de franquia ou estampilha especial, allusiva á vida e altos feitos do infante D. Henrique, com o fim de commemorar o anniversario quinqui-secular do nascimento d'este immortal iniciador das grandes navegações que mudaram a sorte de Portugal e das outras nações europeias e ampliaram o apertado mundo que anteriormente se conhecia.

A vossa commissão de obras publicas nada tem que oppôr á proposta do governo, antes concorda plenamente não só com o pensamento de fazer uma emissão especial de estampilhas que, por meio de gravuras apropriadas e allusivas á vida e altos feitos do grande iniciador das nossas descobertas, vá fazer conhecer a todo o mundo uma pagina brilhante da nossa vida maritima, mas ainda com a maneira de o realisar, por isso mesmo que depois de devidamente salvaguardados os interesses do thesouro, do producto da venda das formulas de franquia do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, será entregue á camara municipal do Porto a quantia necessaria para ahi, na terra que lhe foi berço, ser levantado um monumento commemorativo, com que o paiz paga uma divida ha cinco seculos contrahida.

E assim, senhores, a vossa commissão concordando com a proposta do governo, e concordando egualmente, em parte, com a representação ultimamente enviada pela camara municipal do Porto, pedindo que ainda o remanescente da receita obtida fosse applicado aos festejos que n'aquella cidade estão projectados para esta occasião, não tem duvida em aconselhar-vos a proposta governamental, modificando o § unico do art. 4.° por fórma que d'esse remanescente possa ser dado um subsidio para os festejos do centenario, e assim, d'accordo com o governo, sujeita á vossa esclarecida apreciação o seguinte projecto de lei:

O projecto é o mesmo que acima vae transcripto, havendo, apenas, a modificação introduzida no § unico do art. 4.°, que ficou assim redigido:

«Do producto da venda das formulas de franquia do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, será entregue á camara municipal do Porto até á importancia necessaria para a construcção do monumento que ella pretende erigir em honra da gloriosa memoria do infante D. Henrique, e um subsidio para os festejos que a mesma corporação alli tenciona executar, depois de deduzida a somma a que se refere o artigo presente.»

Este parecer tem a data de 12 de julho de 1893, e está assignada pelos deputados Avellar Machado, J. M. Greenfield de Mello, Almeido Eça, Carlos Roma du Bocage, J. G. Pereira dos Santos, A. de Sarrea Prado, Alberto Monteiro, Alfredo Barjona, Horta e Costa, relator (1).

---

(1) Diario da Camara dos senhores deputados, sessão de 12 de julho de 1893, pag. 11.

Na sessão da Camara dos dignos pares do reino, de 15 de julho de 1893, foi apresentado o mesmo projecto acima transcripto, e bem assim o parecer da respectiva commissão, concebido nos seguintes termos:

SENHORES: — As vossas commissões de fazenda e obras publicas, examinando o projecto de lei em que na camara dos senhores deputados foi convertida uma proposta de lei do governo, para a emissão de uma franquia ou estampilha especial allusiva á vida do infante D. Henrique, vem apresentar-vos o seu parecer.

Foi o governo levado á apresentação d'aquella proposta a solicitações da camara municipal do Porto, berço illustre d'aquelle notavel vulto das nossas glorias maritimas.

Bem andou o governo em annuir áquellas louvaveis solicitações.

Se é dever de um paiz prestar as homenagens da sua veneração e do seu reconhecimento á memoria dos seus homens mais notaveis, e que constituem as suas glorias, maior é ainda esse dever para uma nação que, se é pequena na extensão do seu territorio continental, é grande ainda, e foi já muitissimo maior, nos seus dominios coloniaes.

Portugal, que d'este extremo occidente da Europa foi atravez dos mares em demanda de novos mundos, aonde levou com a gloriosa bandeira das quinas o labor da civilisação, tem, mais que nenhum outro paiz, a indeclinavel obrigação de pagar uma divida de gratidão á memoria dos que iniciaram tão brilhantemente o caminho dos nossos feitos de além-mar.

Entre esses occupa um logar proeminente o infante D. Henrique, um dos filhos insignes d'aquelle grande rei, que deixou de si *tão boa memoria*.

A cidade do Porto gloria-se de haver sido o berço d'aquelle illustre e illustrado principe. Deseja, por isso, ser interprete dos sentimentos de toda a nação, commemorando o quinto centenario d'aquelle notavel iniciador das nossas descobertas.

O dia 4 de março de 1894, em que se commemora aquelle anniversario, deverá ser um dia de festa nacional (1). N'esse dia será lançada a primeira pedra n'um monumento que n'aquella cidade se vae levantar á memoria do grande navegador.

E' justo que a divida que peza sobre uma nação inteira seja paga por todos, que todos satisfaçam o seu escote n'este debito commum.

Satisfaz a esse pensamento a emissão de uma formula de franquia da estampilha especial allusiva á vida e feitos do infante D. Henrique, que deve ser posta em circulação n'aquelle dia 4 de março, podendo a sua venda ainda prolongar-se por mais alguns dias, se o governo assim o entender.

---

(1) Os dias 3 e 4 de março foram effectivamente considerados de grande gala. O respectivo decreto, publicado no *Diario* n.º 49, de 1 do mesmo mez, é assim concebido:

«Devendo solemnisar-se como festa nacional a celebração do centenario do Infante D. Henrique, em testemunho de admiração e reconhecimento pelo inclyto principe cujo fecundo talento e magnifica iniciativa tão poderosamente contribuiram para as ousadas navegações, descobrimentos e conquistas, que com tanto esplendor e gloria illustraram o engrandecimento dos reinos e concorreram para os progressos da civilisação: hei por bem determinar que os dias 3 e 4 do proximo mez de março sejam considerados de grande gala para todos os effeitos legaes e do estylo. O presidente do conselho de ministros, e os ministros e secretarios d'estado de todas as repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço em 28 de fevereiro de 1894. — REI — ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO, JOÃO FERREIRA FRANCO PINTO CASTELLO BRANCO, ANTONIO D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO, LUIZ AUGUSTO PIMENTEL PINTO, JOÃO ANTONIO DE BRISSAC DAS NEVES FERREIRA, FREDERICO DE GUSMÃO CORREIA AROUCA, CARLOS LOBO D'AVILA.»

Materialmente o thesouro nada perde, porque do producto da venda d'aquellas estampilhas receberá quantia equivalente áquella que no anno anterior recebeu, nos mesmos dias em que agora se venderem estas.

Moralmente, ganha a satisfação de pagar uma divida sagrada á veneranda memoria d'aquelle grande vulto da nossa historia.

Dispensando-se de apresentar outras razões, porque confiam no vosso criterio e elevados sentimentos de patriotismo, as vossas commissões são de parecer, que approveis, para subir á régia sancção, este projecto de lei.

Sala das sessões das commissões reunidas de fazenda e obras publicas, 13 de julho de 1893—Augusto Cezar Cau da Costa, José Luciano de Castro, Conde de Valbom, Antonio José Teixeira, José Bandeira Coelho, Conde d'Avila, Moraes Carvalho, Antonio de Souza Pinto de Magalhães, Francisco Costa, Jeronymo da Cunha Pimentel, relator. Tem voto dos dignos pares J. de Mello Gouveia, R. Affonso Pequito, Conde de Azarujinha, Placido A. da Cunha e Abreu.

O parecer, que na Camara dos deputados fôra approvado sem discussão, teve os seus impugnadores na Camara alta, como se póde vêr pela discussão travada entre alguns dignos pares. Da sessão n.º 43, de 15 de julho de 1893, transcrevemos a parte relativa a este assumpto:

O snr. presidente:—Está em discussão na sua generalidade e tem a palavra o digno par o snr. Bandeira Coelho.

O snr. Bandeira Coelho:—Snr. presidente, eu assignei, sem declarações, o parecer que acaba de ser lido, mas julgo indispensavel, para approvar o projecto a que elle se refere, uma declaração da parte do governo que elle fará, sobre um ponto, a respeito do qual lhe vou pedir explicações.

Como a camara sabe, o projecto tem por fim auctorisar o governo a emittir um certo numero de estampilhas de differentes preços, que hão-de ser vendidas em determinados dias, sendo a importancia da venda, depois de deduzida para o estado uma somma equivalente á receita dos mesmos dias no anno anterior, entregue á camara municipal do Porto para a construcção do monumento ao infante D. Henrique e para os festejos que n'aquella cidade se fizerem por occasião de ser inaugurado o referido monumento. Ora eu desejo que o governo me responda á seguinte pergunta:

Na hypothese de que se vendam todas as estampilhas, o que não só é possivel, mas provavel, e que o producto da venda seja, por exemplo, 100 contos de reis, e de que a receita arrecadada pelo estado, em vista do que dispõe o artigo 4.º do projecto, não exceda a 20 contos de reis, pergunto eu: a differença entre estas quantias será toda entregue á camara municipal do Porto para a construcção do monumento e festejos no dia da inauguração d'esse monumento?...

Se assim é, eu retiro o meu nome do projecto, porque d'este modo não o posso approvar. Eu desejo que o monumento que se pretende erigir em memoria do infante D. Henrique seja um monumento digno de nós, mas não incompativel com as nossas forças e as nossas circumstancias, e que mereça não só o reparo dos estranhos, pelo muito que n'elle se dispender, mas tambem as increpações dos contribuintes.

Eu entendo que, em harmonia com este pensamento, ao governo compete approvar ou modificar o projecto e orçamento do monumento e contribuir para os festejos com uma quantia proporcional áquella com que contribuir a

camara municipal do Porto, revertendo para o thesouro o excedente do producto das estampilhas, se o houver, além do que preceitua o artigo 4.º do projecto.

Aguardo a resposta do governo, que espero me satisfará.

O SNR. MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS (Bernardino Machado): — Declaro ao digno par que o pensamento que o governo tem em vista pôr em prática é o mesmo que s. ex.ª acaba de expender, e que reputo muito razoavel.

O SNR. COSTA LOBO: — Vae apresentar as razões porque está contra o projecto em discussão. Tem-se conservado silencioso, e n'este silencio se manteria se o não guiasse o sentimento imperioso do dever, que considera superior á consideração de grangear popularidade; pois que, evidentemente, o homem publico que pretendesse essa popularidade não viria fazer opposição a um projecto d'estes.

Como a camara póde imaginar não tem aversão á memoria do infante D. Henrique, um dos nossos homens mais notaveis, o primeiro que, não só em Portugal, mas em todo o mundo, deu impulso á navegação, e a quem se devem as descobertas realisadas na exploração do oceano, e dos quaes tanto lustre resultou para o nome portuguez.

Ninguem ha que desconheça os gloriosos feitos do infante D. Henrique. Não faltam monumentos litterarios nacionaes e estrangeiros a celebrar a memoria de tão egregio varão, e por mais grandioso que seja o monumento que a camara municipal do Porto queira erigir, nunca chegará, nem de longe, a poder comparar-se com a da fachada do templo dos Jeronymos, em Belem, onde está a estatua do infante, nem com aquelle que se vê no mosteiro da Batalha, o mais valioso dos monumentos nacionaes.

Havendo já tantas homenagens á memoria do infante, e não tendo sido nunca essa memoria desacatada ou desprezada, julga desnecessaria a realisação do pensamento que teve a camara municipal do Porto e vota contra o projecto, subordinando-se a um alto principio de governação, qual é o de isentar os poderes publicos d'aquelle labeu, que sobre elles impende, e que diz que se malbaratam e esbanjam os rendimentos do Estado (1).

O orador, apresentando diversas considerações tendentes a justificar a sua desapprovação ao projecto, interrompe-as para perguntar ao senhor presidente a que horas se encerra a sessão.

(Estabelece-se pequena discussão sobre se se deveria prolongar a sessão até ser votado o projecto; por fim, e depois de o snr. Costa Lobo proferir algumas palavras dizendo que votava contra elle, a sessão foi prolongada até ás 6 horas da tarde).

O SNR. JERONYMO PIMENTEL: — Peço a palavra.

O SNR. PRESIDENTE: — Tem v. ex.ª a palavra.

O SNR. JERONYMO PIMENTEL: — Tomando a palavra faço-o mais por consideração para com o digno par o snr. Costa Lobo, que por necessidade de defender o parecer, que s. ex.ª realmente não combateu com razões attendiveis.

---

(1) Os escrupulos do digno par seriam muito justificados se o projecto onerasse os cofres do Estado; não succedendo assim, as considerações adduzidas por s. ex.ª cahem pela base. O que seria muito para applaudir e louvar é que, em tantos projectos que teem sido votados, de utilidade muito contestada, os dignos pares mostrassem identicos escrupulos, negando a sua sancção a muitos que se converteram em lei com grande prejuizo para o thesouro. Para esses, e tantos são elles, é que desejariamos ver cerrada opposição; se assim acontecesse, o paiz não chegaria á situação embaraçosa e difficil em que se encontra.

S. ex.ª, com os altos conhecimentos de que dispõe, relembrou o nossa historia, e que não se tractasse agora de monumentos, indicando que a estatua d'aquelle que se deseja commemorar estava no portico do convento dos Jeronymos e no mosteiro da Batalha.

O digno par sabe muito bem que aquelles grandiosos edificios, que são ao mesmo tempo monumentos das nossas glorias passadas, representam uma ideia geral, mas em que não destaca o vulto venerando do infante D. Henrique, que só por si significa uma gloria nacional.

O que se pretende agora é pagar uma divida de reconhecimento e de respeito á memoria d'esse notavel iniciador das nossas descobertas maritimas, divida que ha cinco seculos peza sobre esta nação.

A camara municipal do Porto, cidade que se preza de ter sido o berço de tão illustre heroe, é que tomou a iniciativa do pagamento d'esta divida. Muito bem procedeu.

O digno par entendeu que era esta a occasião propria para alludir a accusações feitas aos poderes publicos, e eu entendo que o momento não é azado, nem para essas allusões nem para qualquer protesto.

A approvação d'este projecto não traz encargo nenhum para o Estado. O Estado vem a receber o mesmo que receberia se não se creasse esta formula especial de franquia. Sobre isto não ha duvida, nem o contestou o digno par.

A venda ha-de augmentar em razão do desejo que todos terão de possuir essas estampilhas, e é d'esse augmento de receita que hão-de sahir os meios para construir o monumento.

O digno par mostrou-se apprehensivo com a despeza que o Estado irá realisar, mas esse receio deve desapparecer, por que o dinheiro sahe do producto da venda depois do Estado embolsar a importancia que costuma receber, feito o calculo pelas cifras apuradas nos annos anteriores.

S. ex.ª apresentou muitas outras considerações, mas como ellas se não referem ao projecto que se discute, que s. ex.ª disse não ter tido tempo para estudar, e como não desejo demorar a discussão ponho termo ás minhas reflexões.

O snr. Souza e Silva: — Attento o adiantado da sessão dispenso-me de justificar largamente a proposta que vou mandar para a meza. Direi apenas que uma commissão official calcula o augmento de receita proveniente d'esta emissão em 80 contos de reis, e eu calculo que será muito maior. A minha proposta tende, portanto, a limitar a quantia que deve ser entregue á camara municipal do Porto. Se entenderem que a quantia n'ella marcada não é sufficiente para construir um monumento condigno, espere-se então pelo verdadeiro centenario do infante D. Henrique, porque os grandes homens só nascem para a historia quando partem d'este mundo e não quando n'elle entram.

Aguarde-se, pois, essa occasião, e talvez então o thesouro publico esteja em situação sufficientemente desafogada para poder occorrer ás despezas com a construcção de um monumento em condições de poder honrar e perpetuar a memoria d'esse grande vulto.

O snr. presidente: — Vae ler-se a proposta mandada para a meza pelo digno par snr. Souza e Silva:

PROPOSTA

Proponho que o § unico do art. 4.º seja substituido pelos seguintes:

§ 1.º — Do producto da venda das formulas de franquia do 5.º centenario do nascimento do infante D. Henrique será entregue á camara municipal

do Porto até á importancia necessaria para a construcção do monumento que ella pretende erigir em honra da gloriosa memoria do infante D. Henrique, não devendo esta importancia exceder a 30 contos de reis, e um subsidio para os festejos que a mesma corporação alli tenciona executar, que tambem não excederá a 5 contos de reis.

§ 2.º—Fica auctorisado o governo a tambem conceder todo o bronze necessario para o mesmo monumento—Souza e Silva.

O snr. presidente:—Os dignos pares que admittem á discussão esta proposta queiram ter a bondade de se levantar.

(Foi admittida e ficou em discussão conjunctamente com o projecto).

O snr. Jeronymo Pimentel:—Por parte da commissão declaro que não posso acceitar a proposta do digno par.

(Em seguida foi regeitada a proposta do snr. Souza e Silva e approvado o projecto tanto na generalidade como na especialidade) [1].

O projecto foi á sancção real em 27 do mesmo mez de julho. O decreto, referendado pelo então ministro das obras publicas, commercio e industria, snr. conselheiro Bernardino Machado, foi publicado no *Diario do Governo* n.º 169, de 31 do referido mez, pag. 1:994.

Tratando-se da emissão da estampilha, e declarando-se a Casa da Moeda incompetente para a fazer, decidiu-se, como se vê pelo seguinte documento official, que fossem feitas no estrangeiro, sob a immediata fiscalisação de pessoa expressamente nomeada pelo governo:

Senhor:—A lei de 27 de julho do corrente anno auctorisou o governo a emittir formulas de franquia, commemorando o quinto centenario do Infante D. Henrique, destinadas á circulação e venda em todo o continente e ilhas adjacentes nos dias 4 e seguintes do futuro mez de março.

Do producto da venda d'estas estampilhas deverão ser entregues á camara do Porto as quantias necessarias para a construcção do projectado monumento do infante D. Henrique e um subsidio para os festejos que a mencionada camara deverá realisar.

Determinou tambem a citada lei que os desenhos das formulas de franquia fossem propostos pela camara do Porto e approvados pelo governo. Effectivamente estes desenhos foram apresentados pela camara e approvados pelo ministerio das obras publicas, que outra coisa não podia fazer em vista da estreiteza do tempo.

Acompanha estes desenhos um projecto de contracto com a casa Emil Suiger, de Leipzig, o qual devia ser homologado se a nossa casa da moeda não podesse realisar os trabalhos de gravura e a estampagem das novas formulas de franquia, como aliás seria de indiscutivel conveniencia.

Consultada sobre este ponto declarou a direcção do referido estabelecimento que, pela estreiteza do tempo e falta de pessoal e material, não podia

---

[1] Diario da camara dos dignos pares n.º 43, sessão de 15 de julho de 1893, pag. 523-526.

encarregar-se de preparar as novas estampilhas, sendo, pois, indispensavel fazel-as no estrangeiro.

Como é obvio, trabalhos d'esta natureza, quando executados fóra do paiz, devem ser cautelosamente fiscalisados, não só apreciando-se a auctoridade e o valor dos estabelecimentos fornecedores, como seguindo-se cuidadosamente todas as operações que devem realisar-se até final entrega das estampilhas.

O banco de Portugal, quando, por circumstancias analogas, se viu forçado a mandar fazer alguns typos das suas notas em paiz estrangeiro, não só escolheu uma casa conhecida e respeitavel, mas empregou processos de fiscalisação por tal forma combinados, que o garantiram absolutamente de qualquer inconveniente n'uma operação tão complexa e delicada. São estas regras, já experimentadas, que é mister seguir no caso actual, em que são superiores os perigos.

De facto, as notas do banco só podiam ser aproveitadas com vantagem no paiz, ao passo que as estampilhas tem um mercado internacional, seguro e importante; por outro lado, as notas tendo numerações e séries determinadas e assignaturas conhecidas, com difficuldade poderiam ser fraudulentamente introduzidas na circulação, o que não acontece com as estampilhas que sahidas do prelo estão promptas para ser lançadas no mercado.

Entre as cautellas que o banco de Portugal tomou, avulta a de ter tido sempre junto da fabrica representantes seguros com instrucções rigorosas e bem definidas. Julgo ser indispensavel por parte do Estado o mesmo cuidado.

De resto, encarando a questão sob um ponto de vista geral, é perfeitamente inadmissivel que a casa da moeda deixe de estar devidamente preparada para satisfazer com a necessaria promptidão todas as exigencias do serviço publico, aliás importantissimo, que é chamada a desempenhar.

Por falta de material e de pessoal este serviço corre moroso e d'essa morosidade resultam graves prejuizos para o Estado, como é facil de demonstrar com factos dos quaes apurarei apenas os mais importantes e salientes.

A renovação das nossas formulas de franquia, cuja perfeição não é muito para notar, não se faz tão repetidas vezes como a experiencia dos outros povos o aconselha. Tal renovação, como hoje é reconhecido quando feita em periodos convenientes, actua por dous modos sobre os rendimentos publicos: por um lado, evitando as falsificações, por outro, creando pela venda aos collecionadores, receitas que attingem por vezes preporções collossaes.

Citarei um só exemplo: a ultima emissão dos Estados Unidos a preposito do centenario de Colombo, só por effeito das collecções, rendeu, talvez, cerca de um milhão de dollars.

E' certo que as estampilhas eram verdadeiras producções artisticas que só n'este genero aquelle paiz sabe produzir; mas o facto demonstra que em mais modesta proporção, a compra se verificará visto que o mercado internacional é o mesmo, seja a emissão feita em grande paiz ou em pequena nação, como a nossa.

Em Portugal podem citar-se factos singulares que resultam das más condições do trabalho da nossa casa da moeda, e não seja dito, em verdade, da falta de zelo e competencia do seu pessoal.

As novas estampilhas para as colonias, decretadas ha mais de um anno, ainda não estão completas. As estampilhas do imposto do sêllo, cujo rendimento médio é de 400 contos aproximadamente, não foram ainda renovadas, pelo menos ha 20 annos. O inconveniente d'este facto resalta á primeira vista, quando se sabe que taes estampilhas podem attingir o importante valor de

9$000 reis; sendo aliás para notar que o respectivo rendimento, cuja elasticidade deve ser attendivel, offerece entre nós uma fixidez digna da attenção dos poderes publicos.

E', pois, mister dotar a nova Casa da Moeda com todos os melhoramentos indispensaveis, o que aliás não importará despeza consideravel.

Do excesso de receita pela venda das formulas de franquia do centenario podem sahir as verbas necessarias para este fim, sem gravame para o thesouro e com plena certeza do futuro crescimento das receitas publicas.

Por estas razões tenho a honra de submetter ao elevado criterio de Vossa Magestade o seguinte decreto.

Paço, 9 de novembro de 1893.—Augusto Fuschini.

Attendendo ao que me representou o ministro e secretario d'Estado dos negocios da fazenda, hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º—O conselheiro Augusto José da Cunha, ministro d'Estado honorario e director da Casa da Moeda e papel sellado, é encarregado de promover e fiscalisar na Allemanha a gravura e impressão das formulas de franquia auctorisadas pela carta de lei de 27 de julho de 1893, devendo regular-se, no desempenho d'este importante serviço, pelas instrucções que lhe serão dadas pelo ministro e secretario d'Estado dos negocios da fazenda.

§ unico.—O mesmo director da Casa da Moeda será acompanhado por empregado technico do dito estabelecimento, que para esse fim escolher, e que o auxiliará no desempenho da commissão.

Art. 2.º—Fica tambem auctorisado o mencionado director da Casa da Moeda, visitando os estabelecimentos similares que julgar convenientes, a contractar a acquisição de todos os elementos necessarios para que a Casa da Moeda de Lisboa fique habilitada a produzir e a renovar em prasos convenientes as estampilhas tanto do imposto do sello, como dos demais impostos, incluindo os postaes, sem necessidade de recorrer á industria estrangeira, e estabelecendo-se a fiscalisação que esta importante parte das receitas publicas reclama.

§ unico—As acquisições de que se tracta n'este artigo só se tornarão effectivas depois da approvação pelo governo das respectivas propostas.

Art. 3.º—As despezas resultantes da execução do disposto n'este decreto, serão custeadas pela receita de que trata a mencionada carta de lei de 27 de julho de 1893, sem prejuizo das quantias que teem de ser entregues á camara do Porto.

Art. 4.º—Serão publicadas no *Diario do Governo* contas circumstanciadas do producto da emissão de que tracta a dita lei de 27 de julho de 1893, e da applicação que a esse producto fôr dada nos termos da mesma lei e d'este decreto.

O ministro e secretario d'Estado dos negocios da fazenda assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, aos 9 de novembro de 1893.—REI—Augusto Fuschini [1].

---

[1] *Diario do Governo* n.º 255, de 10 de novembro de 1893, pag. 2:856.

Ainda com relação á estampilha foi publicada tambem a seguinte portaria:

«Manda sua magestade el-rei, pela secretaria d'estado das obras publicas, commercio e industria, que os sellos destinados a solemnisar o centenario do infante D. Henrique sejam vendidos sómente nas capitaes dos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes, e nos dias 4 e 5 inclusivè, do proximo mez de março, nos termos do § unico do art. 1.º da carta de lei de 27 de julho de 1893, devendo considerar-se nullos todos os que forem affixados em correspondencias entradas no correio depois do referido dia 13.
Paço, em 14 de fevereiro de 1894. — Carlos Lobo d'Avila (1).»

Com relação aos bilhetes postaes foi tambem publicado o seguinte decreto:

Sua magestade el-rei, conformando-se com o que lhe foi representado pela direcção dos serviços telegrapho-postaes, propondo a creação de bilhetes postaes de um novo padrão especial da taxa de 10 reis, para serem expostos á venda, a começar no dia 4 do proximo mez de março, cumulativamente com os que actualmente se acham em circulação, ha por bem approvar o referido padrão e ordenar, pela secretaria d'Estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, que se proceda á emissão de 500:000 d'aquelles bilhetes postaes.
Paço, em 8 de fevereiro de 1894. — Carlos Lobo d'Avila.

*

O desenho das estampilhas foi executado pelo pintor snr. Velloso Salgado. E' muito correcto e vistoso. A execução, confiada a uma casa com grande nome n'estes e n'outros trabalhos congeneres, é muito perfeita e distincta.

Proseguindo nos seus trabalhos, e desejando a commissão que a pedra arrancada ao promontorio de Sagres e destinada ao monumento, fosse transportada desde a Foz do Douro n'uma embarcação que affectasse a fórma das antigas caravellas, foi incumbido d'este trabalho o snr. Joaquim José Salgueiro, technico do Arsenal de Marinha, que se desempenhou proficientemente do encargo que lhe foi commettido. A caravella construiu-se nos estaleiros de Gaya, sob a direcção do snr. José Fernandes Lapa, habil constructor de navios. Uma desgraciosa barcaça de carga

(1) Effectivamente, no dia 13 foi publicado um aviso para que cessasse, desde a primeira expedição, do dia 14, ás 6 horas da manhã, a franquia com estampilhas henriquinas, devendo considerar-se como não franqueada a que apparecesse com taes estampilhas.
Os bilhetes postaes, esses continuaram em circulação.



S. A. R. O PRINCIPE LUIZ PHILIPPE

foi, em pouco tempo, transformada na bonita caravella do seculo XV, que o povo tão phreneticamente saudou.

A caravella tinha tres mastros com as competentes vergas para as velas latinas. Na popa, a borda apresentava uma especie de escudos com a cruz de Christo. O leme era o primitivo, denominado de canna.

Assim adeantados os trabalhos, o rev. Patricio, secretario da commissão executiva, no louvavel proposito de interessar o povo n'esta solemnisação, emprehendeu uma série de conferencias, que realisou em differentes pontos do paiz. Foram cinco, não lhe permittindo o seu precario estado de saude proseguir na patriotica propaganda que se impozera.

A primeira conferencia verificou-se em Lamego, a 9 de setembro de 1893, a segunda a 20 do mesmo mez, em Moncorvo, a terceira a 25, em Vianna do Castello, a quarta a 4 de outubro, em Valença do Minho, e a ultima a 17 do mesmo mez, em Braga.

N'estas conferencias, o snr. Patricio explicou as razões porque em um periodo da vida nacional, que não podia classificar-se de prospero, se preparavam festas apparatosas; constituindo a celebração do centenario um conjuncto de tão notaveis exemplos civicos e tão eloquentes lições de patriotismo, a occasião não podia ser mais opportuna visto o povo portuguez necessitar muito d'essas lições para reconquistar o logar que de direito lhe assiste entre as nações da Europa. O centenario de Camões fôra o exordio do que devia celebrar-se em 1894, pois o poeta cantára as emprezas maritimas que D. Henrique iniciára e desenvolvera. Descreveu o meio historico em que o infante appareceu, e a côrte onde fôra educado; referiu-se aos meritos de D. Henrique, como batalhador e propulsor da navegação, apontando as principaes descobertas devidas ás expedições que aprestou, concluindo por dizer que todo o paiz devia associar-se ás festas, porque, da recordação d'estes factos grandiosos da nossa historia, podia iniciar-se um movimento salutar que desse á patria portugueza os dias illuminados d'outr'ora.

Este meio de propaganda e vulgarisação foi pouco utilisado, parecendo que os promotores do centenario lhe ligaram pouca importancia. Como preparação para esta solemnidade, é fóra de toda a duvida que as missões litterarias, realisadas pelo paiz, prestariam relevantissimos serviços e contribuiriam poderosamente para o esplendor d'esta commemoração. O povo, para comprehender o alcance social d'actos a que é chamado a associar-se, necessita ser préviamente instruido n'elles. A maior parte da gente não conhecia o infante, nem sabia o preciso para, com enthusiasmo e jubilo, adherir á sua glorificação. Camões tem uma lenda que o tornou conhecido do povo; póde não ser admirado pelos seus versos, (que a maioria da gente inculta pouco aprecia ainda mesmo quando esses versos cantem a sua gloria e exalçem o seu nome), mas é-o, sem duvida alguma, pelo seu animo exforçado e varonil. A sua existencia

aventurosa e soffredora, os seus amores contrariados, a sorte misera que o obrigou a pedir esmola e a morrer á mingoa, recolhido por piedade n'um hospicio, tudo isso constituem titulos á admiração do povo. Essas adversidades, que a lenda rodeia de episodios tocantes, toda essa vida trabalhosa e dura, deram ao poeta dos *Lusiadas* um logar especial na alma sincera e simples do povo. Camões anda em todas as boccas porque entrou em todos os corações. Se a egreja tem os seus santos, o povo tem os seus heroes, por egual sagrados e amados. Quando se annunciou o tricentenario do cantor de Ignez, toda a gente estava preparada para elle. Camões não era um desconhecido. Com o marquez de Pombal, posto a sua acção se exercesse de um outro modo muito diverso, succedeu o mesmo. O austero ministro de D. José não era tambem um ignorado. O povo sabia que fôra esse estadista audaz e esse espirito inflexivel que, em epochas em que a nobreza imperava despoticamente, quasi absorvendo o poder real, investira contra essa potencia, esmagando-a. Sabia-o o inimigo irreconciliavel dos jesuitas e o restaurador das forças economicas da nação. Tudo isso eram titulos, mais do que sufficientes, para o tornar sympathico ao povo, sempre propenso a defender todas as franquias liberaes. O infante D. Henrique não se fazia preceder de nenhum d'estes requisitos; o povo, em geral, não o conhecia, não sabia quem elle era, os serviços que prestou, a influencia que exerceu. Nem sequer á volta do seu nome se fizera uma lenda. Os que d'elle sabiam alguma cousa, não se deixavam apaixonar muito pela sua figura. Era um caracter sombrio, uma alma mystica, um refractario a toda a fina sensibilidade amorosa, que tanto illumina e encanta a existencia. Desfizera, é certo, a lenda do *mar tenebroso*, mas era um abstemio, um infecundo; passava a maior parte do tempo em jejuns, castigava o corpo em duras penitencias. Do seu papel extraordinariamente bello na historia maritima do seculo XV, dos seus exforçados feitos como soldado em Ceuta, das suas maravilhosas iniciativas e dos profundos estudos que deram em resultado alargar-se o mundo, cujos limites os espiritos timoratos julgavam ser o oceano atlantico, da sua persistencia e do seu enorme saber que, atravez mil obstaculos, levou o nome portuguez aos confins da terra, de tudo isso que o torna grande e glorioso, o povo nada sabia. Era, portanto, necessario que alguem lh'o dissesse, e foi isso exactamente o que parece ter merecido pouco reparo. Essa especie de prégação civica devia ter sido iniciada com antecipação de modo a que, chegado o centenario, o povo conhecesse as virtudes do heroe chamado a glorificar. Se se tivesse praticado assim, talvez que a alma do povo vibrasse mais ardentemente, e que a festa decorresse entre maiores e mais vivas expansões de enthusiasmo e jubilo.

Os serviços, pois, n'este ponto prestados pelo secretario da commissão executiva, são dignos de sincero applauso.

Procurou mais a commissão do centenario estimular os estudiosos,

abrindo um concurso entre os escriptores portuguezes para uma *Memoria* sobre a vida e feitos do infante. O programma regulando este concurso foi publicado em todos os jornaes, e é do theor seguinte:

Perante a commissão nomeada pela ex.ma camara municipal, na sessão plenaria de abril ultimo, para dirigir a celebração do quinto centenario do infante D. Henrique, está aberto concurso, até 31 de dezembro de 1893, para a apresentação de uma memoria sobre o seguinte thema:

VALOR HISTORICO, ACÇÕES, FEITOS E IMPORTANCIA DAS NAVEGAÇÕES QUE O INFANTE D. HENRIQUE INICIOU

As memorias serão apresentadas fechadas em sobrescripto lacrado, tendo exteriormente apenas uma legenda. Juntamente com a memoria será apresentado um cartão, tambem encerrado em sobrescripto fechado e lacrado, tendo inscripta a mesma legenda da memoria, ao lado do nome do auctor.

Findo o praso do concurso a commissão nomeará um jury para apreciar as memorias apresentadas. A' memoria classificada em primeiro logar será conferido um premio de 500$000 reis, e á classificada em segundo logar um premio de 250$000 reis.

Porto e Paços do Concelho, 12 de maio de 1893.—O secretario da camara, ANTONIO AUGUSTO ALVES DE SOUZA.

Foram poucos os trabalhos apresentados, pela razão muito simples de ser escasso o numero de escriptores que versam apaixonadamente os estudos historicos. Acontece ainda a circumstancia de, para se produzir um trabalho de valor, ser necessario muito tempo e muita fadiga para se encontrar em fontes originaes qualquer coisa que adeantasse ao já conhecido. Reeditar, em prosa corrente e estylo cinzelado, as coisas que relatam os chronistas Fernão Lopes, Azurara, Barros, Ruy de Pina, transcrever o que se lê em Soares e Silva e na *Historia genealogica*, copiar o que dizem Quintella nos *Annaes da marinha portugueza*, Gaspar Fructuoso nas *Saudades da terra* e Major na *The Life of the Prince Henry of Portugal*, reproduzir, com mais ou menos elevação e arte, e que dos estudiosos é sabido, seria tarefa, sobre massadora, inutil. Consultar outros expositores, recorrer a outros elementos, como, se os nossos archivos estão de tal fórma que a paciencia mais evangelica findaria n'um arranco de desespero se a obrigassem a procurar qualquer documento na espantosa confusão em que tudo se encontra?...

O assumpto não era dos mais tentadores, e o tempo marcado no edital muito apertado para se proceder a estudos attentos. Appareceram, porisso, poucos concorrentes. Penuria de engenhos, como se pretendeu, não póde deduzir-se da falta de concorrencia, e a prova está, brilhante e eloquente, na série de conferencias realisadas, em Lisboa, por alguns officiaes de marinha, que, em lucidos trabalhos, revelaram conhecimentos

especiaes e profundos, do assumpto que tractavam. Escrever, porém, *Memorias* para concurso, subordinadas a determinadas clausulas e ajustadas á lettra de programmas nem sempre sensatamente formulados, é tarefa mais complicada e melindrosa, e foi isso, a nosso vêr, o que afastou alguns escriptores que, pela feição litteraria que os distingue, podiam ter, com vantagens, concorrido.

A commissão executiva do centenario confiou aos snrs. Manoel Pinheiro Chagas, Joaquim Pedro d'Oliveira Martins e Luciano Cordeiro a missão de apreciarem as *Memorias* (que lhes foram remettidas para Lisboa findo o praso do concurso) e procederem á sua classificação. No mez de fevereiro, aquelles abalisados escriptores communicaram que, tendo examinado os trabalhos sujeitos ao seu exame, puzeram um de parte, por ser em verso e não obedecer, portanto, ás prescripções do concurso, classificando em primeiro lugar a *Memoria* subordinada á legenda *Suavitas*, «por ter um valor litterario relativamente superior, maior elevação de pensamento, sem deixar de manifestar uma certa pesquiza de fontes originaes»; e em segundo lugar a que tem por titulo *O Infante de Sagres*, «porque revela um estudo aturado e copioso.»

Abertos em seguida, na camara municipal, os sobrescriptos archivados, e que tinham exteriormente a mesma legenda das *Memorias*, verificou-se que da classificada em primeiro lugar, com direito ao premio de 500$000 reis, era auctor o snr. Alfredo Alves, e da memoria classificada em segundo lugar, com direito ao premio de 300$000 reis, era auctor o snr. Fortunato d'Almeida.

Ambos estes trabalhos hão-de ser publicados, e então se poderá avaliar do seu valor litterario e historico. Deve, porém, já dizer-se que o snr. Alfredo Alves, que, entre nós, — proseguindo na carreira encetada por Arnaldo Gama e Coelho Louzada que tantos factos notaveis da vida nacional arrancaram á emmaranhada e deploravel confusão dos nossos archivos, — tem apresentado trabalhos erudictos muito apreciaveis, é, no genero a que especialmente se dedicou, um escriptor de merecimento. Se á sua paciente investigação se devem já notas valiosas e erudictas, esclarecimentos sobre pontos obscuros e reconstituição de factos adulterados, outros trabalhos virão, de mais largo alcance, que, a par d'um talento claro, possue o modesto e intelligente escriptor qualidades apreciaveis de investigador e de critico, sem os quaes estes estudos não podem realisar-se (1).

---

(1) Depois de escriptas e compostas estas linhas appareceu a *Memoria* do erudicto escriptor, sob o titulo *D. Henrique, o infante*. E' realmente um bello trabalho de reconstituição historica, accusando no seu auctor um espirito critico bem orientado. N'este seu novo trabalho affirma o snr. Alfredo Alves, a par de excellentes qualidades de investigador um perfeito conhecimento da epocha em que viveu o infante e das circumstancias que influiram no seu animo para a realisação das maravilhosas emprezas que iniciou com tanto proveito para Portugal e para o mundo. Ao erudicto escriptor agradecemos o exemplar que teve a bondade de nos offerecer.



S. A. O INFANTE D. MANOEL

O snr. Fortunato d'Almeida cursa a universidade e, estudioso e applicado, o tempo que dos seus trabalhos escholares lhe fica livre emprega-o em pesquizas historicas, com que augmenta o cabedal dos seus conhecimentos, já copiosos, como se infere do parecer do jury que classificou a sua *Memoria*.

*

Para o monumento a erigir ao infante, foi egualmente aberto concurso entre os artistas portuguezes. O edital respectivo, publicado em todos os jornaes do Porto e em muitos da capital e provincias, é assim concebido:

De hoje até ás 3 horas da tarde do dia 31 de dezembro do corrente anno de 1893, fica aberto concurso perante a commissão directora da celebração do 5.º centenario do Infante D. Henrique, entre os artistas portuguezes, para o projecto d'uma estatua pedestre, em bronze, representando o Infante D. Henrique, sendo o pedestal de marmore portuguez, e o todo de grandeza proporcionada ás dimensões da praça do Infante D. Henrique, cujas plantas podem ser vistas e examinadas na Camara municipal do Porto.

Quando haja algum quadro de relevo, com que o artista por ventura julgue a proposito ornamentar o pedestal do seu projecto, deverá preferir a allegoria.

Os projectos para o monumento serão entregues em dias uteis, durante o referido praso, na secretaria da Camara municipal do Porto, acompanhados dos respectivos orçamentos, desenvolvidos, não superiores a 40:000$000 reis.

Cada projecto terá uma divisa especial que será reproduzida no sobrescripto dos orçamentos, correspondendo essa divisa á declaração do nome do auctor ou auctores, feita em um cartão, encerrado em um sobrescripto fechado, e que será aberto só depois do julgamento dos projectos.

Os projectos, na escala de 1,25 da sua verdadeira dimensão, podem ser exhibidos em desenho ou modelo, devendo no primeiro caso constar pelo menos de planta e alçado.

Para os projectos do monumento, haverá dois premios: um de 300$000 reis para o auctor do projecto que fôr preferido; e outro de 100$000 reis para o immediato em votos.

Os projectos que forem premiados, ficam sendo propriedade da Camara municipal.

Se algum dos projectos premiados tiver mais de um auctor será o premio dividido por elles, proporcionalmente.

Se para a adopção de um projecto, a commissão promotora do monumento julgar conveniente que elle seja modificado, convidará o auctor a fazer a modificação, indicando-lhe o sentido d'ella, e feito isto por modo que satisfaça, será o projecto definitivamente preferido.

Quando o auctor ou auctores do projecto adoptado não tenham habilitações especiaes, em esculptura, devem declarar, por escripto, o nome do estatuario portuguez a quem fôr commettida a execução dos modelos. Porto e Paços do Concelho, 24 d'agosto de 1893. O presidente, ANTONIO RIBEIRO DA COSTA E ALMEIDA.

A 20 de outubro foi publicado um outro edital, redigido nos termos seguintes:

Como esclarecimento ao programma do concurso para o monumento do infante D. Henrique, com data de 24 de agosto de 1893, declara-se que os projectos poderão ser apresentados na escala de $0^{m},25$ ou na de um decimo da grandeza natural. Porto e Paços do Concelho 20 de outubro de 1893. O presidente, Antonio Ribeiro da Costa e Almeida.

Sete foram os projectos apresentados, a saber: — *Invicta*, do esculptor Thomaz Costa; *Utile Dulci*, de um artista anonymo; *1394-1894*, do architecto Ventura Terra; *Lusitania*, do architecto José Marques da Silva, apresentando como esculptor Teixeira Lopes; *Sagres*, dos esculptores José Joaquim Teixeira Lopes e Antonio Teixeira Lopes; *Por mares nunca d'antes navegados*, do esculptor Antonio Teixeira Lopes, e *Ad gloriam*, do architecto Adães Bermudez. Estes projectos estiveram expostos na sala dos retratos da camara municipal, onde se reuniram, em dias successivos, artistas e amadores, criticos e aspirantes á critica, commentando-os e discutindo-os, segundo o modo de vêr e o criterio pessoal de cada um. A' roda d'esses projectos, alguns d'um alto valor, affirmando, na sua concepção e realisação, dotes de superior talento, estabeleceu-se um grande movimento de curiosidade e de interesse, e se — é necessario accentuar bem esta circumstancia especial — muita gente obedecia a um nobre sentimento artistico, a maior parte procedia consoante as sympathias que sob o ponto de vista pessoal cada concorrente lhe merecia. Um fino critico d'arte, alludindo a um caso muito semelhante, escreveu: «*ce qui préoccupe tant de gens . . . ce n'est pas la question d'art, ce sont les questions de personnes.*» O mesmo se podia escrever com relação a este concurso.

A camara municipal nomeou um jury composto dos snrs. conde de Samodães, director da Academia de Bellas Artes, Victorino Teixeira Larangeira, professor da Academia Polytechnica, João Marques d'Oliveira, professor da Academia de Bellas Artes, João Carlos d'Almeida Machado, engenheiro, e Joel da Silva Pereira, architecto, para classificar os projectos. A 10 de janeiro de 1894, reunidos esses cavalheiros, classificaram em primeiro lugar o projecto *Invicta*, de Thomaz Costa, e em segundo o *1394-1894*, de Ventura Terra. A acta respectiva é concebida nos seguintes termos:

«No dia 10 de janeiro de 1894 pelas 2 horas da tarde, se verificou em uma das salas dos paços do concelho, a quarta conferencia do jury encarregado de emittir parecer sobre os projectos de construcção para o monumento á memoria do glorioso infante D. Henrique, filho de el-rei D. João I e natural d'esta cidade do Porto.

Estiveram todos os vogaes do jury, assumindo a presidencia o snr. conde

de Samodães. O fim d'esta reunião era decidir definitivamente a qual dos projectos apresentados se deverá conferir o primeiro e segundo premio em harmonia com o programma do concurso annunciado nos jornaes com a data de 24 de agosto de 1893. Os projectos que se apresentaram foram em numero de sete, com as seguintes indicações: *Utile Dulce, Ad Gloriam, Por mares nunca d'antes navegados, Lusitania, 1394-1894* e *Invicta.* A estes projectos vinham juntos varios documentos: ao primeiro, *Utile Dulci,* uma memoria descriptiva e orçamento; ao segundo, *Ad Gloriam,* o orçamento e algumas cartas; ao terceiro e quarto, *Sagres* e *Por mares nunca d'antes navegados*, memorias descriptivas; ao quinto *Lusitania*, memoria e orçamento, ao sexto, *1394-1894,* um orçamento: e ao setimo, *Invicta*, um orçamento e memoria.

Os projectos *Sagres, Por mares nunca d'antes navegados* e *Lusitania,* estão modelados em gesso; os outros foram apresentados em desenhos, tendo o *1394-1894* um modelo para a estatua do heroe, e o *Invicta* dous modelos, um que diz respeito á mesma estatua e outro ao grupo destinado á base do pedestal.

Tendo todos os documentos sido examinados pelos membros do jury e havendo todos elles feito repetidas visitas á exposição, já singularmente, já collectivamente, e discutido entre si o merito d'estes trabalhos, disse o ex.mo presidente que restava n'esta conferencia classificar os projectos para se resolver aquelles a quem deviam ser conferidos os premios, tendo-se em vista as condições do concurso e attendendo ao ideal do monumento, á exequibilidade dos projectos, á sua adaptação ao local, ao custo provavel da construcção, á epocha que se pretende commemorar, ao caracter do heroe que se celebra e a tudo quanto deve significar monumento de tão elevada importancia. E passando-se á apreciação dos projectos por sua ordem reconheceu unanimemente o jury que o denominado *Utile Dulci* não podia ser admittido porque o seu auctor mesmo confessa que elle estaria mais adaptado para ser erigido sobre o promontorio de Sagres, ou para uma praça de grandes dimensões que não são aquellas onde tem de ser collocado o monumento. Viu, porém, que o pensamento era alevantado e que a construcção de um pharol por aquelle desenho não seria deslocado para perpetuar este notavel centenario. Igualmente deixou de considerar o projecto *Ad Gloriam,* por isso que, pelo esboço que apresentou, não é possivel fazer-se uma apreciação exacta do que elle seria quando concluido. Reconheceu, porém, pelas linhas geraes, que o auctor teve inspiração e que o seu trabalho não seria sem merito se fosse convenientemente desenvolvido. Quanto aos outros projectos não foi unanime a decisão do jury. Lamentou este que o programma lhe não permittisse dar merecido galardão aos laboriosos e esclarecidos artistas, que n'este concurso mostraram, como o tem provado em outras occasiões, que as bellas artes em Portugal se não acham descuradas, tendo dedicados adeptos, que trabalham e procuram apresentar obras dignas de merecimento, como são sem duvida as que se encontram n'esta exposição.

Na discussão que houve o jury não se mostrou exigente ao ponto de querer completa originalidade nos projectos, e, embora reconhecesse para alguns as fontes onde os auctores foram buscar elementos para o seu estudo, entendeu que devia abstrahir d'essas reminiscencias e julgar unicamente os projectos pelo seu merito relativo e a possivel execução d'elles dentro das restrictas prescripções do programma. Passando-se, finalmente, á votação resolveu o jury por maioria que o primeiro premio deveria ser conferido ao projecto *Invicta* e igualmente tambem por maioria que o segundo premio deveria ser conferido ao projecto denominado *1394-1894.* N'este sentido deverá executar-se de preferencia o projecto *Invicta;* todavia, é o mesmo jury de opinião que este projecto precisa de modificações; entre estas menciona: a orientação que deverá

ser alterada, voltando-se do poente para o sul; a altura que talvez precise de ser accrescentada; o escudo que não está conforme com o que a historia nos diz têr sido o do infante D. Henrique; a mudança das espheras armillares para a cruz de Christo como a usava o infante, por isso que foi com rendimentos d'esta Ordem que elle emprehendeu as suas dilatadas navegações; a menor saliencia dos rostros; a substituição do ornato da cornija por outro mais accommodado ao caracter do monumento, e, finalmente, um estudo consciencioso e quanto possivel em harmonia com o que os escriptores nos deixaram dito sobre este principe, não só quanto á cabeça, mas quanto á estatua e vestuario. Todas estas modificações deverão ser combinadas entre o auctor do projecto, quando se tratar da construcção, e o jury que o apreciou, de modo que o monumento corresponda pelo melhor modo aos desejos da commissão promotora, aos d'esta cidade, que foi berço d'aquelle grande homem, e da patria que lhe deveu o inicio da sua epocha de maior gloria. Terminados assim os trabalhos lavrou-se esta acta, que vai assignada por todos os membros do jury, dizendo o presidente que a ia remetter com um officio ao ex.mo presidente da camara municipal, para este a apresentar á commissão promotora. Foi encerrada a sessão sendo quatro horas da tarde. — CONDE DE SAMODÃES, VICTORINO TEIXEIRA LARANGEIRA, JOÃO MARQUES DE OLIVEIRA, JOÃO CARLOS DE ALMEIDA MACHADO, JOEL DA SILVA PEREIRA. »

A decisão do jury determinou um movimento de protesto que deu logar a differentes manifestações dirigidas a Teixeira Lopes, auctor do projecto *Por mares nunca d'antes navegados*, que muita gente entendia dever ser o preferido. Nos circulos litterarios e artisticos, nas redacções dos jornaes, nos clubs, nos cafés, aquella decisão foi apreciada e fortemente atacada, e se alguem tentasse, ainda que se munisse dos melhores e mais solidos argumentos, demonstrar que o projecto preferido reunia, realmente, qualidades distinctas, affirmando a personalidade artistica do seu auctor, esse alguem perdia por completo o seu tempo e era obrigado, por fim, a calar-se. Tal era o estado dos espiritos e a decisão que haviam formulado relativamente aos projectos expostos.

Assim alvoroçada a consciencia artistica, e julgando-se indispensavel ouvir a opinião dos entendidos, ou pela sua competencia profissional ou pelas suas qualidades de fina esthesia, procedeu-se a uma especie de inquerito (1) que durante tres dias interessou vivamente o espirito dos apaixonados da Arte.

Foram entrevistados Antonio Arroyo, engenheiro e inspector das escolas industriaes do Norte, dr. Wenceslau de Lima, professor da Academia Polytechnica, João Antonio Correia, director da Academia de Bellas Artes, dr. Ricardo Jorge, lente da Escola Medica, o grande poeta Guerra Junqueiro, Marques Guimarães, professor da Academia de Bellas Artes, dr. Leopoldo Mourão e João Saraiva, o fino e delicado poeta das *Serenatas*. As opiniões não foram unanimes; em quanto uns se pronunciavam aber-

(1) Vide *Primeiro de Janeiro* n.os 20, 21 e 22, de 24, 25 e 26 de janeiro de 1894.

tamente pelo projecto *Por mares nunca d'antes navegados*, outros entendiam que nenhum d'elles estava nas condições de ser adoptado (1).

D'este inquerito, interessantissimo sob todos os pontos de vista, a par de muitas apreciações valiosas e erudictas, ha-de ficar a carta de Guerra Junqueiro, um delicioso trecho de prosa, cheio de relevo e de scintillação, constituindo um precioso documento litterario e critico (2).

---

(1) D'este parecer foi o snr. João Antonio Correia, director da Academia de Bellas Artes, que não encontrou, nos projectos que viu, os requisitos indispensaveis. As bellezas eram esparsas, sem se reunirem completamente em nenhum dos projectos. O snr. Antonio Arroyo achou que o projecto mais bem concebido e mais completo era o do snr. Ventura Terra. O snr. Marques Guimarães, tendo uma impressão muito má do concurso, teve-a por egual, dos concorrentes, não lhe agradando de todo o trabalho de Teixeira Lopes. O dr. Leopoldo Mourão foi de opinião que, se Teixeira Lopes e Ventura Terra se alliassem, dariam, em um novo concurso, uma verdadeira obra d'Arte, tanto o merecimento architectonico d'um iria auxiliar o arrojo esculptural do outro. (Esta alliança realisou se, effectivamente, sendo a *maquette* enviada á exposição que se realisou em Villa Nova de Gaya.)

Applaudindo o projecto *Invicta*, de Thomaz Costa, publicou o *Primeiro de Janeiro* (n.º 4, de 5 de janeiro) um artigo firmado pelas iniciaes A. O. N'esse artigo le-se o seguinte periodo:

«O projecto que vi, e que se intitula *Invicta*, impressionou-me justamente por encontrar n'elle uma obra d'Arte sólida, feita com ponderação e disciplinado gosto artistico, conhecendo-se que o assumpto foi vagarosamente estudado e que o esculptor cuidou de rodear de tudo quanto de moderno lhe ensinaram a preoccupação de nacionalismo que não podia desamparal-o em trabalho como este.»

(2) E' a seguinte, a esplendida carta do grande poeta:

As descobertas maritimas portuguezas não são obra meramente individual; são obra d'um povo, a obra collectiva d'uma raça. Destacam-se, figuras de synthese, meia duzia de vultos immortaes. No entanto a epopeia tragica é feita dos ossos, da carne e do sangue d'uma nação inteira. Anonyma. Alguns a representam, mas infinitos a viveram. D'aquelles o maior, o genial, é D. Henrique. O verbo esparso e misterioso encarnou, latejando, na alma do Infante. O vago sonho ganha corpo, a idealidade realisa-se. Já a caravella-phantasma, já a nau-promontorio de Sagres, desenraizada da areia, cortada a amarra de penhascos, baloiça, viva, sobre as ondas. Um povo todo a marinhagem. A phantasia louca dos tripulantes esboça já, indecisos, os maravilhosos cantos da epopeia. Sirenas verdes, de cabellos d'ouro, revoluteiam encantadas em abysmos glaucos,—feiticeiras do mar. Ao sol nascente, a espuma das ondas, alabastro liquido, desenha por vezes em suas curvas voluptuosas torsos de Nereidas, momentaneos flancos de Anfitrites. A ilha divina, sonho magico, voga entre nevoas irisadas. O monstro disforme, *de rosto carregado e barba esqualida*, emerge ao longe no horisonte soturno do mar bravio e tenebroso. Destroços de galés, cadaveres de naufragos, turbilhoneiam em volta...

A nau-phantasma largou a amarra, e, velas pandas, marinhagem na tolda, segue aventureira o seu destino.....

Mas na praia deserta um velho venerando, longas barbas de neve, olhar fatidico e melancholico, abandonado e só,

Taes palavras tirou do esperto peito!

«O' gloria de mandar, ó vã cobiça
D'esta vaidade a que chamamos fama!
....
O' maldito o primeiro que no mundo
Nas ondas velas pôz em secco lenho!»

É a alma medieva portugueza, de terra firme, — cathedral e castello, — vendo a patria embarcar, como doida, em lenho fragil, para o desconhecido tenebroso.

A viagem durou um seculo. Conquistas e descobertas, heroismo e gloria, barbaridade e rapina, desastres e naufragios. Um mundo achado e saqueado.

Regressa a nàu. A marinhagem é de esqueletos, e a mesma nau, desconjunctada e rota, esqueleto tambem. Trazia ouro. Quando chegou, ao abrir os fardos, encontraram cinza. Poeira

As manifestações dirigidas a Teixeira Lopes effectuaram-se depois de o jury ter dado o seu parecer. No dia 12 de janeiro, um grupo de admiradores d'aquelle artista depoz na *maquette*, exposta, como deixamos dito, na camara municipal, uma corôa de louros, «como significação de preito ao notabilissimo valor que se assignala na obra do eminente artista»; a 1 de fevereiro, o mesmo grupo foi felicital-o pela consagração que

---

dos mortos, cinza d'uma raça, que nas labaredas do proprio genio se consumira, illuminando o mundo. A praia deserta, e bandadas de milhafres devorando um cadaver... O do propheta do Restello.

A nau, desmastreada e pôdre, jogüete das ondas, deu á costa, varou em lodo.

E até hoje!

Ventos e marés a revolvem e desmancham, desfazendo-a aos bocados, ora uma viga, ora uma taboa. A pilhagem, á espreita, os vai levando para o lume...

E' a historia. Uma epopeia, uma tragedia.

*

Epopeia e tragedia deveria ser então o monumento do infante.

Um dos projectos do concurso quer lembrar na agua d'uma cascata a historia maritima portugueza. Não é a agua d'uma fonte que deve brotar da epopeia de marmore. São tres rios, tres grandes rios prodigiosos, um de luz (oiro e gloria,) outro de sangue, outro de lagrimas. O projecto *Por mares nunca d'antes navegados* rememora Ceuta. Não basta. E' necessario Tanger. E' necessario o cadaver do martyr, avergoado de chicotadas, dilacerado, estripado, coberto de lodo, pendendo, a cabeça para baixo, do alto das ameias africanas. D. Fernando faz parte de D. Henrique. O santo completa o heroe. Não ha grandes obras sem grandes martyres. Viver é soffrer. A dôr creou o mundo.

Resumindo e repetindo. Duas ideias fecundariam a concepção do verdadeiro monumento. Primeira: que a obra grandiosa das descobertas não é meramente individual, é collectiva. Segunda: que a epopeia é conjunctamente uma tragedia. Eis a verdade historica, eis a verdade humana. Qual dos projectos a suggere? Nenhum. Todos, exceptuando o do snr. Teixeira Lopes, são banaes e vasios. Talento em muitos, grande habilidade technica (o do snr. Terra, o do snr. Silva, por exemplo,) mas originalidade, creação, inspiração, não as vejo em nenhum d'elles. Symbolos rethoricos, allegorias-omnibus, Famas, Civilisações, Abundancias, Commercios, Fortalezas, ou o quer que é que o valha, tudo figuras sabidas, comparsaria neutra de apotheose official.

O projecto escolhido, abaixo de mediocre. N'um pedestal neo-grego, primeiro imperio (ha tumulos assim no Père-Lachaise,) um infante D. Henrique d'opera-comica vocalisa uma aria. A da *Favorita?* a do *Fausto?* a das Quinas? Tudo é possivel! Linda creatura! Meio pagem, meio arauto; tenor em todo o caso. E, emquanto com a dextra gesticula o tremulo, com a sinistra desvenda pomposamente um globo terraqueo, no ar de quem mostra o mundo ao snr. conde de Samodães. Um amor, um *bijou* d'infante, como se diz nas salas. No alto d'um queque, em assucar, ficaria bem.

E' o snr. Thomaz Costa um esculptor primoroso, de feição delicada, de maneira elegante. Perdôe-me a rudeza com que lhe fallo, mas, que demonio! merece-a.

A suggestão para o monumento do Infante não deviam buscal-a a passear pelo estrangeiro. Era na Batalha, nos Jeronymos, em Fernão Lopes, em Azurara, em Barros, em Couto, em Ruy de Pina e em Luiz de Camões, que os senhores encontrariam, sangrando e vivendo, a velha alma portugueza. D'ahi arrancariam as estatuas.

Sómente no projecto do snr. Teixeira Lopes palpita alguma coisa de grande e de inedito. O monumento abortou. Embrionario. Symbolismo pobre, allegoria indigente. Além d'isso, inharmonico. Desde que o snr. Teixeira Lopes deu á caravella uma exactidão precisa de realidade mathematica, os olhos esperam um D. Henrique talhado proporcionalmente ás dimensões do navio. O erro foi esse. Vejam como o projecto resalta, incomparavelmente mais bello, na imagem photographica. Qual o motivo? Na photographia a nau, em escorço, já não é oblonga, perde a realidade positiva, transformando-se, caravella de sonho, em pedestal phantastico. D'ahi o vago, o mysterio profundo, a poesia, n'uma palavra — a emoção.

A estatua, porém, é bella, é admiravel.

Concluindo. Eu, membro do jury, votaria por um novo concurso. Mas, a ter de escolher um projecto, modificando-o, escolheria sem hesitar o do snr. Teixeira Lopes.

A decisão do jury, duplamente lamentavel. Primeiro, não ha em toda ella uma só phrase

recebeu da imprensa. Por essa occasião, Teixeira Lopes declarou que, decidindo realisar, com o concurso de Ventura Terra, uma *maquette* em que desapparecessem os defeitos que a critica apontára ao primeiro projecto, essa *maquette* seria offerecida á camara municipal do Porto (1).

Em vista d'estas manifestações e da attitude assumida pela imprensa, os snrs. José Joaquim Teixeira Lopes, Antonio Teixeira Lopes e Ventura Terra, apresentaram um protesto ácerca da escolha do projecto para o monumento, fundado no seguinte: declaração do nome do concorrente escolhido, antes da publicação do resultado do concurso; collaboração confessada d'um artista estrangeiro (2), e escala do projecto contraria ás condições do concurso (3).

---

de louvor para a unica obra original, que se destaca. Segundo, rejeitando por completo a obra do snr. Thomaz Costa, é essa, no fim de tudo, a obra que prefere. Do pedestal, no juizo dos 5, fica apenas incolume o trabalho de canteiro. Da estatua, zero. Tiram-lhe a cabeça e nem a fatiota lhe deixam (4). De resto a cabeça era inutil, pois que, no alvitre dos 5, não faz parte da estatua. De accordo. O Infante, é notorio, não costuma usal-a habitualmente. Só a punha ao jantar.

Grotesco.

Concluindo. Um paiz fallido, saqueado, arruinado economico e moralmente, um paiz maritimo e sem esquadra, um paiz agricola e sem pão, um paiz que dominou o mundo e que ámanhã não terá uma colonia, celébra, erigindo um monumento, a glorificação do Infante D. Henrique, Messias épico das descobertas nacionaes.

Riquezas de gesso, agriculturas de theatro, industrias de magica, frotas de papel, glorias de scenographia, andarão um dia d'estes por essas ruas, com um sequito de commendadores e de gran-cruzes, entre o somnambulismo fatalista d'um povo exhausto e moribundo. Restará talvez da apotheose alguma nova marca de bolachas. Podia ficar, por excepção, uma obra d'Arte. Era ainda um lampejo de vida, uma affirmativa d'existencia. Ficarão apenas as bolachas.

Funebre entrudada. E' horrivel.

Porto, 24 de janeiro. — Guerra Junqueiro.

(1) A commissão promotora da exposição de Gaya deliberou tambem realisar uma manifestação de respeito deante da *maquette* dos distinctos artistas. Essa manifestação revestiu grande esplendor, sendo collocada na *maquette* uma corôa. O dr. Arthur de Macedo, presidente da commissão, proferiu por essa occasião um discurso exaltando as qualidades d'aquelles dois artistas.

(2) O professor Marques Guimarães, quando o interrogaram a respeito da parte architectonica do projecto, respondeu que ella não pertencia a Thomaz Costa, mas a algum architecto estrangeiro, muito habil como aguarellista.

(3) Sobre este ponto disse o citado professor:

«... Na minha opinião tal projecto devia ser posto fóra do concurso. Primeiramente o artista faltou ao cumprimento do programma pois que este exige uma planta á mesma escala do alçado, 1,m por 25,m e Thomaz Costa apresenta o seu projecto na escala de 0m,02, por 1m,0. Isto, em qualquer parte do mundo, em qualquer concurso regular, bastaria para annular o trabalho do artista, por muito habil que este fosse, como no nosso caso...»

(4) Todavia, é o mesmo jury de opinião que este projecto precisa do modificações; entre estas menciona: a orientação, que deverá ser alterada, voltando-se do poente para o sul; a altura, que talvez precise de ser accrescentada; o escudo, que não está conforme com o que a historia nos diz ter sido o do Infante D. Henrique; a mudança das espheras armilares para a cruz de Christo como a usava o Infante, por isso que foi com rendimentos d'esta Ordem que elle emprehendeu as suas dilatadas navegações; a menor saliencia dos rostros; a substituição do ornato da cornija por outro mais accommodado ao caracter do monumento, e, finalmente, um estudo consciencioso e quanto possivel em harmonia com o que os escriptores nos deixaram dito sobre este principe, não só *quanto á cabeça, mas quanto á estatua e vestuario. (Acta do jury do concurso).*

A classe dos marmoristas, decerto dominada pelo mesmo sentimento artistico e convencida de que o projecto de Teixeira Lopes e Ventura Terra era o unico que deveria ser adoptado, dirigiu tambem á commissão do centenario a seguinte representação:

Os operarios marmoristas d'esta cidade, reunidos em sessão magna da sua classe, e interpretando os sentimentos e desejo dos municipes do Porto, vêm muito respeitosamente perante v. ex.ª pedir para que seja interprete, junto da commissão iniciadora do centenario do Infante D. Henrique, e da camara a que v. ex.ª tão dignamente preside, do descontentamento que lavra no publico d'esta cidade pela escolha do projecto para o monumento que tem de perpetuar a memoria d'um illustre filho d'esta terra — o Infante D. Henrique, pelo jury para isso encarregado que, sem offensa e segundo abalisadas opiniões, não foi feliz na escolha, devendo ter sido preferida a *maquette* dos eximios artistas srs. Teixeira Lopes e Ventura Terra.

D'esta opinião, ex.ᵐᵒ snr., tem-se visto serem todas as pessoas que se teem interessado no assumpto, desde os eminentes artistas, que sobre tão melindrosa questão teem apresentado opinião, até aos operarios d'esta classe, que, pela prática de largos annos em trabalhos d'esta natureza, não duvidam tambem em affirmar ser este projecto superior ao *Invicta*, que foi escolhido.

Ex.ᵐᵒ snr.: A petição que vimos fazendo, ainda que pobre de phrases, é sincera nos intuitos, como attestam as assignaturas que a acompanham, e dictada apenas pelo nosso desejo de operarios conhecedores do assumpto, em verem na sua terra levantado um monumento que, ao mesmo tempo que seja um padrão de gloria dos feitos dos nossos antepassados, seja tambem um testemunho valioso da pujança de talento dos nossos artistas da actualidade, e em que o merito se allie ao bom gosto, á arte e ao rigor historico, pois só assim interpretará os grandiosos feitos do grande vulto que se procura perpetuar.

O projecto *Invicta*, mesmo com todas as alterações apontadas pelo jury, ficará inferior á *maquette* exposta em Gaya, na exposição agricola e industrial, onde tem despertado o enthusiasmo de todos quantos teem tido a fortuna de a vêr, e até do proprio chefe do Estado e sua esposa, que não se cansaram em a elogiar. Para não desprestigiar totalmente o jury, que ainda assim não foi unanime na escolha, dê-se muito embora o primeiro premio ao auctor do projecto escolhido, mas faça-se executar o dos srs. Teixeira Lopes e Ventura Terra, satisfazendo assim a justa inclinação de todos que por esta questão se teem interessado, na certeza de que só justiça se fará.

Esperançados em que v. ex.ª interporá o seu muito valimento perante a ex.ᵐᵃ camara, commissão do centenario e jury, esperam os peticionarios que por esta fórma será o monumento executado n'esta cidade, proporcionando-se trabalho á classe dos marmoristas, a braços com a miseria pela crise de trabalho que desde longe vem soffrendo.

Como não podia deixar de succeder, protesto e representação foram enviados ao jury nomeado pela camara municipal, ao qual foi egualmente enviado o projecto *Invicta*, modificado consoante as indicações apontadas, e constam da acta que atraz exaramos.

Com relação ao monumento são estes os factos occorridos, rapida-

mente apontados, que não é possivel, dada a variedade de assumptos a tractar, demorarmo-nos em mais pormenores e considerações. Se alguem quizer — e não seria perdido para a Arte esse trabalho — versar mais detalhadamente o assumpto, encontrará n'este livro as indicações de que carece para realisar o seu pensamento. Sem paixão nem preoccupações de qualquer especie, reproduzimos o que se passou, omittindo, propositadamente, qualquer opinião individual sobre o assumpto; e se demos a entender que, por vezes, mais parecia tractar-se de *homens* do que de *artistas*, é que, em verdade, nem sempre todos que entraram n'esta discussão se mantiveram na esphera serena da imparcialidade e da justiça. Negar qualidades apreciaveis nos individuos que combatemos para reunil-as todas nas pessoas que exaltamos, é, sem duvida alguma, desacerto que redunda mais em desfavor do que em proveito. Jornaes houve que, para fundamentarem a opinião do jury, chegaram a comparar o projecto *Por mares nunca d'antes navegados* a um sarcophago, achando que o unico logar que lhe competia era um cemiterio! Outros, para glorificarem aquelle projecto, permittiram-se desdenhar, em absoluto, dos restantes. Ora taes exaggeros tiram toda a auctoridade ás pessoas que os manifestam, porque reflectem propositos que toda a consciencia honesta deve repellir.

O projecto, pois, que tem de ser executado é o apresentado pelo esculptor Thomaz Costa. Este artista, cujo nome firma notaveis trabalhos alguns dos quaes entraram no *Salon*, de Paris, acompanhou o mesmo projecto d'uma *Memoria* descriptiva sobre o caracter do infante. D'esse documento extractamos a parte que diz respeito ao monumento:

A estatua pedestre do infante D. Henrique assenta sobre um pedestal com a fórma de um tronco de pyramide de base quadrada, collocado sobre uma base da mesma figura geometrica.

O estylo geral adoptado é o romanico, não se empregando o gothico por não parecer caracteristico para estas construcções, mas sim mais apropriado ás que tenham feição accentuadamente religiosa.

Para motivos predominantes da ornamentação escolheram-se as ameias de castellos, os escudos de Portugal, as espheras armillares e as cruzes de Christo. Os castellos significam o augmento de força e poderio que dos descobrimentos adveio a Portugal, bem como o desenvolvimento do seu prestigio militar. Os escudos symbolisam a ideia da Patria dominante em todos os actos do infante. Com as espheras pretende-se tornar bem frisante a ideia, aliás mostrada por outras partes do monumento, de que este commemora o grande adiantamento feito nas sciencias geographicas por motivo da iniciativa do infante. As cruzes indicam não só o empenho em propagar o christianismo que tanto actuava no animo do infante, como principalmente a sua qualidade de mestre da Ordem militar de Christo.

Quanto á orientação do monumento parece que a sua face principal, e portanto a frente da estatua, deveria ficar voltada para oeste, não só porque assim defrontaria com o edificio mais nobre dos que rodeiam a praça, o da Bolsa do Commercio, o qual, pelos fins a que se destina, completa a ideia do monu-

mento, mas ainda porque, d'este modo, tanto a estatua como a grande composição allegorica da base poderia ter posições que só por si indicam factos que o monumento commemora, como adiante se explicará. E' possivel, porém, que haja razões preponderantes, pelas quaes o monumento deva ter outra orientação. N'este ponto, como em qualquer outro, serão feitas as modificações que forem indicadas, de accordo com o determinado no annuncio do concurso.

A estatua representa o infante D. Henrique, de pé, arrancando com a mão direita o veu que encobria ao conhecimento dos homens grande parte da terra, ao passo que, com a mão esquerda, aponta aos navegantes portuguezes o caminho na direcção da costa africana.

Se o projecto fôr adoptado, o contorno das terras conhecidas poderá ser desenhado na superficie da esphera por fórma que a cidade do Porto fique no zenith, prestando assim homenagem á terra natal do infante que hoje lhe ergue o monumento. O veu deve encobrir approximadamente o mundo desconhecido antes dos descobrimentos do seculo XV.

Para a representação do infante tinha-se que escolher entre o desenho bem conhecido que acompanha a *Chronica* de Azurara, e a estatua existente no portico sul do convento dos Jeronymos, em Belem. Parece que o primeiro é um retrato mais ou menos exacto do infante, e até certo ponto corresponde á descripção, aliás pouco minuciosa, que d'elle faz Azurara (*Chronica*, cap. IV, pag. 20). Por isso, quanto á physionomia, seguiram-se as suas indicações, dando-lhe, porém, um aspecto de vigor na plenitude da idade viril. Mas, segundo diz o visconde de Santarem na introducção á *Chronica*, o vestido sem insignias, a grande gorra preta e sobretudo a larga fita que d'ella pende e com que o infante apparece n'aquelle retrato, são signaes de luto, consoante o estylo da epoca. Sendo esta, pois, uma circumstancia accidental, preferiu-se, quanto ao vestuario, approximar-se da estatueta dos Jeronymos, adoptando o habito militar, não só por mais nobre, mais ornamental e condizente com um dos motivos principaes do monumento, mas ainda para relembrar as palavras de Azurara (cap. IV, pag, 24), quando falla das qualidades militares do infante, e commemorar a parte importantissima que elle teve nos commettimentos guerreiros do seu tempo, e nomeadamente na tomada de Ceuta. Ainda ha poucos dias foi publícada a *Vida de Nun'Alvares*, do snr. Oliveira Martins, na qual se reproduz um retrato do condestavel, contemporaneo do infante, representado d'este modo e dando á figura uma apparencia muito nobre.

Para não imprimir, porém, um caracter exclusivamente guerreiro, a estatua representa-se descoberta, sem guantes nem espada. A armadura é singela, como ao tempo se usava, com cota de malha, vestindo por cima a *loba* com as armas de Portugal, tendo na parte superior o *banco de pinchar*, distinctivo dos infantes, tudo sobre a cruz da ordem de Christo, de que D. Henrique foi mestre. Além dos pensamentos representados pela posição dos dois braços, a figura está na attitude de começar a caminhar, significando assim o cumprimento d'uma resolução firme préviamente tomada.

Para esta ornamentação escolheram-se as proas dos navios e dois baixos relevos, collocando além d'isso, na parte anterior, as armas do infante sobre uma fita com a sua bem conhecida divisa, e na correspondente as da cidade do Porto.

As proas dos navios não correspondem designadamente a um typo historico definido, mas antes a uma concepção allegorica e ornamental, ainda que, segundo as mais recentes investigações dos nossos archeologos, parece que as *barcas* e *varineis*, com que se fizeram as primeiras tentativas de descobrimento, seriam embarcações conjuctamente de vela e remos.

O baixo relevo que diz para a frente do monumento representa a *Eschola de Sagres*; o outro, a passagem do *Cabo Bojador*; d'esta fórma se procurou accentuar ainda mais a commemoração geographica a que este monumento se destina.

Com relação á chamada eschola de Sagres já anteriormente se procurou explicar o que se entende por essa expressão, por ventura verdadeiramente symbólica. Inspirando-se no trecho em que Azurara (cap. VI, pag. 49) lembra a assiduidade do infante nas suas investigações relativas aos descobrimentos, o baixo relevo representa-o n'uma praia proximo a Sagres, rodeado de individuos de origem diversa, cada um da sua especialidade nas artes navaes, e tendo na mão um postulano onde indica a derrota aos capitães dos navios que vão partir; o sol desponta por sobre os montes de Sagres illuminando com os seus raios a nova empreza e dissipando as trevas causadas pelas nuvens d'onde emerge; o infante veste agora o trajo de escholar.

Quanto á passagem do Cabo Bojador por Gil Eannes quiz-se principalmente relembrar o primeiro passo definitivo no caminho do desconhecido ao longo da costa africana. E ainda que das palavras de Azurara se poderia talvez concluir que Gil Eannes fôra áquella jornada em um só navio e este era uma *barca*, parece, comtudo, conveniente dar mais relevo ao quadro, e por isso representar-se-ha a passagem como effectuada por meio de uma *caravella*.

Na parte posterior da base do pedestal colloca-se a figura symbolica da religião christã, representada por uma virgem de aspecto sereno e grave, tendo na mão direita a cruz que encosta ao peito. Por este modo se pretendeu significar uma das ideias predominantes no espirito do infante e no de todos os portuguezes da sua epocha, como já ficou explicado. Ao mesmo tempo, esta figura, ficando collocada superiormente ás armas da cidade do Porto, corresponde e completa a ideia significada pela divisa d'aquelle brazão — *Civitas Virginis*.

Na base do monumento, e na sua frente, avulta a grande composição allegorica — O triumpho da navegação portugueza. — Uma estatua de mulher que representa a gloria, sustentando na mão direita a bandeira de Portugal e na esquerda uma corôa com que premeia os navegadores, avança triumphante sobre o castello de proa d'um navio, puxado sobre as ondas do mar avassalado por dois cavallos marinhos, um d'elles guiado por um Tritão e o outro por uma Nereide.

Com esta allegoria, em cujo delineamento se procurou imprimir toda a feição artistica e symbolica, pretendeu-se dar ao monumento o caracteristico que elle parece dever ter — a glorificação de Portugal pelos seus descobrimentos maritimos, pelas suas conquistas ultramarinas, tudo devido á iniciativa do inclito infante, que de cima do pedestal domina a sua obra immensa.

Tal é a descripção summaria do projecto do monumento ao infante D. Henrique que, sob a divisa *Invicta*, é apresentado á ex.ma commissão directora da celebração do centenario. Que elle possa merecer a approvação do digno jury é o que mais deseja quem o delineou [1].

---

[1] Sobre a decoração da praça onde deve ser erigido o monumento, foi enviada ao jornal *O Commercio do Porto* a seguinte carta:

Amigo e snr. redactor. — Congratulando-me como portuguez e como duriense com v. pelo exito grandioso das festas henriquinas na nossa capital do norte, felicito-o muito amigavel e calorosamente pela parte tão activa como efficiente, que v. pessoalmente tomou em tão esplendida solemnidade.

O Porto na grandiosidade que mostrou ao commemorar um heroe cuja estatura não

O monumento ha-de ficar concluido em 1896. Por essa occasião será solemnemente inaugurado, projectando-se fundar n'esta cidade uma instituição, ou de caridade ou de instrucção, que aproveite áquelles que se destinam á vida do mar. Essa instituição será opportunamente estudada, especialmente sob o ponto de vista prático, que é o que deve merecer mais escrupulosamente a attenção das pessoas chamadas a resolver tão importante assumpto. E a realisar-se tal pensamento, essa obra coroará brilhantemente as festas com que a patriotica cidade do Porto honrou a memoria do fecundo iniciador das grandes maravilhas que enchem de gloria immortal as paginas da nossa historia.



---

cabe no quadro da historia particular de uma nação, porque a tem, e de colosso, na historia universal, mostrou-se digno d'esse seu filho e de si proprio.

Permitta-me v., que, sem largar mão do assumpto, eu venha submetter ao seu elevado criterio uma pequena ideia ácerca do monumento, cujo projecto, já approvado, tem de ser ámanhã feito obra.

Reputo que na praça em que elle tem de figurar occupando o lugar de honra, teria opportunidade, em sitio separado e como decoração ornamental accessoria, a collocação de duas espheras geographico-terrestres.

Estas espheras seriam construidas de vergas de metal, formando a armação do globo, e representando os meridianos e parallelos, e teriam a superficie em vidro, onde seriam pintados os territorios e os mares, de modo que, sendo á noute illuminadas internamente, projectassem na praça o clarão de sua luz. Uma d'ellas, a da direita do monumento, deveria representar a geographia actual do globo, que no dia de hoje é completamente definida; a outra, a da esquerda, deveria representar, bem estudadamente descripta, a geographia medieval, a do tempo do infante, em que só era conhecida dos povos europeus ou mediterraneos uma parte bem exigua do nosso planeta, porque a outra se envolvia ainda nas brumas intensas de um desconhecido de pavor.

Estas espheras, assim construidas e dispostas ávante do monumento, em nada podem prejudicar ou alterar o effeito esthetico d'essa obra d'arte, porque a sua acção é distincta, embora lhe deva ser conjugada: figurariam como legenda, chronica, texto, ou explicação ao lado do monumento, que pela sua fórma allegorica representa o papel de poema. Mas, se tal pensamento fôr bem acceito, parece-me que as peanhas d'esses candelabros-espheras não deveriam ser de um desenho casual, mas aliás modeladas pelo proprio auctor do monumento e subordinadas ao seu estylo architectural para formarem com elle uma associação harmonica.

A proposito d'esta ideia, recordo a v. que ha annos o rei dos belgas abriu um concurso com o premio de 25:000 francos para o melhor projecto de meio de vulgarisação dos conhecimentos geographicos.

Pois os marinheiros de Anvers poderão levar-lhe a noticia de que na cidade do Porto, no berço de D. Henrique, as peixeiras aprendem e sabem de geographia pelo que vêem na rua.

Se v. julgar este meu alvitre digno de o apresentar á commissão do monumento, talvez ella o approve. E nutro essa esperança, porque no fim de tudo elle se reduz a propôr que, em lugar de uns candelabros banaes, se adoptem outros de um custo de despeza igual ou pouco excedente, em que algum elevado pensamento e significação transluz peremptoriamente do seu feitio.

Faço v. depositario d'esta ideia — De v., etc. — Eduardo Augusto da Cunha Seixas — Lisboa, 20 de março de 1894.»



O MONUMENTO AO INFANTE D. HENRIQUE — PROJECTO DO ESCULPTOR THOMAZ COSTA

SEGUNDA PARTE



CAPITULO I

Para dar maior esplendor ás festas do centenario e para que tão grande commemoração civica tivesse o verdadeiro caracter de uma solemnisação nacional, a familia real, convidada préviamente pela commissão do centenario, veio ao Porto associar-se a essa festa, muito *portuense* pelas galas de que um nobre e santo orgulho revestiram o Porto, mas *nacional* pelos serviços que Portugal deveu ao grande infante, e

até *universal* pelo conceito de homens eminentes do estrangeiro, em virtude do condão de universalidade que tiveram os fructos de rasgada iniciativa d'esse homem superior, que aos olhos do chronista chegou a parecer um verdadeiro predestinado [1].

A vinda d'el-rei, [2] em occasião tão excepcional, teve uma alta significação que oxalá se traduza em beneficios para esta terra portugueza, que, primeira entre as primeiras e mais do que todas esforçada e heroica, se encontra, na hora presente, amargurada por tão dolorosas contrariedades. A solemnisação do grande principe que tão alto ergueu o nome portuguez, se não tiver, como resultante immediata, o resurgimento moral d'este povo debilitado por successivos desastres, será uma simples ostentação espaventosa, sem echo algum na historia Mera exhibição faustosa, terá o valor dos apparatos inuteis; por honra nossa, porém, cremos que a recordação de tão ousados commettimentos e a celebração de tantas virtudes civicas, hão-de contribuir para que, no movimento decisivo dos corações leaes e dos espiritos nobres, a patria portugueza se erga, firme, varonil, bem aprumada e resoluta, para retomar o posto que lhe pertence, e do qual — mercê de Deus — não desertou ainda. E é tempo de se assumir uma attitude definitiva. Sempre humilhados, os povos acabam por alienar completamente a sua dignidade. O abatido é um subalterno, e quem não reage acaba vilmente sob o pé do primeiro que queira esmagal-o. Portugal não está assim: alquebrado, mas não avillado. Urge pois, que, n'uma decisão forte de valente affeito a infortunios e revezes, reentre na plena vida e na inteira posse do seu papel, como povo assignalado no mundo pelo seu valor, tamanho e tão ousado que egual a elle nenhum outro na historia se alevanta...

A chegada ao Porto. — A familia real sahiu de Lisboa no dia 28 de fevereiro, chegando a esta cidade no dia 1 de março. O *Commercio do Porto*, saudando, em artigo editorial, os excelsos monarchas, davalhes as boas vindas, e escrevia:

«A cidade do Porto, cujas tradições fidalgas a dynastia de Bragança

---

(1) *Commercio do Porto*, de 2 de março de 1894.

(2) A commissão executiva do centenario indo a Lisboa convidar el-rei e sua augusta esposa, não convidou a rainha a senhora Dona Maria Pia. Esquecimento?... Proposito?... Em qualquer dos casos a falta é deveras para notar, tanto mais quanto a cidade do Porto mereceu sempre á illustre senhora as mais evidentes preferencias. Para não ter de citar outros factos, recordaremos apenas a solicitude com qne S. M. veio a esta cidade por occasião da pavorosa desgraça do Baquet, e o affan com que procurou minorar a soite dos desventurados que essa grande catastrophe reduziu á mingoa. Quando não houvesse outros motivos, este bastaria para determinar a nossa profunda gratidão. Glorificando o Porto um dos seus mais illustres e prestimosos filhos, parecia justo que, convidando-se el-rei, fosse egualmente convidada sua mãe. Não se praticou assim, o que é deveras para sentir. No entretanto, esta falta, que póde ser attribuida a uma precipitação qualquer, não póde de modo algum significar menos respeito e consideração pela illustre senhora, a quem a cidade do Porto consagrou sempre a mais viva sympathia.

tem reconhecido de sobejo, a cidade do Porto sabe, sem duvida, apreciar a alliança do rei com o povo, na affirmação da grandeza do vulto que constitue um dos mais valiosos timbres da nossa nacionalidade.

Essa alliança vale mais alguma cousa do que o prurido de engrandecer manifestações festivas: vale um decidido empenho de levantar o espirito nacional de um abatimento que tocou as raias do egoismo, empenhando cada cidadão nos destinos da sua Patria.

El-rei, como a familia real portugueza, demonstra, por uma fórma sympathica, que essa cruzada do bem publico lhe merece o maior interesse.

Mais ainda: collocando-se ao lado do povo portuguez nas acclamações festivas, mostrando ao povo portuguez que se identifica inteiramente com as expansões do seu enthusiasmo patriotico, o chefe do Estado fez-se acompanhar de seus filhos, para que possam aprender no preito tributado ao grande filho de el-rei D. João I a valia de virtudes tão singulares como foram as da inclita geração d'aquelle monarcha.

Por todos os motivos, a presença da familia real no Porto, n'esta occasião solemne, tem uma alta significação, que oxalá desabroche em beneficios para a nossa patria, tão ufana hoje do seu passado glorioso e tão sympathicamente saudada de todos os pontos do globo.

Se a cidade do Porto se congratula, pois, n'este momento pela presença dos monarchas portuguezes dentro dos seus muros, não menos se regosija por essa alliança de classes, por esse côro de acclamações em torno do vulto do infante D. Henrique, que representa o que a nacionalidade portugueza tem de mais nobre, de mais preclaro e de mais illustre aos olhos do mundo.»

E foi este, realmente, o sentir geral, porque todos, sem distincção de classes, porfiaram em tributar á familia real as considerações e os respeitos a que teem incontestavel direito pela sua elevada gerarchia e pelas virtudes civicas e domesticas de que teem dado brilhantissimos exemplos.

Como dissemos, SS. MM. e AA. chegaram no dia 1 de março, pelas 4 e meia horas da tarde. Eram acompanhadas pelos snrs. conselheiros Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro, presidente do conselho de ministros e ministro interino da fazenda; João Ferreira Franco Castello Branco, ministro do reino; Carlos Lobo d'Avila, ministro das obras publicas, e João Antonio Brissac das Neves Ferreira, ministro da marinha e ultramar.

A regia comitiva compunha-se mais da snr.ª D. Isabel Ponte, dama de honor dos principes, condessa de Seixal, condes de Sabugosa e de Villa Nova da Cerveira, almirante Pinha, general Queiroz, major Malaquias de Lemos e capitão Bernardo Pindella, secretario particular d'el-rei D. Carlos.

S. M. el-rei vestia a farda de generalissimo; S. M. a rainha de velludo *marron* com largo enfeite de vidrilhos no peito e broche de brilhantes, tendo na cabeça elegante capota com *aigrette* preto, enfeite dourado e flores rôxas; S. A. o principe real trajava a farda de 1.º cabo de infanteria 18; S. A. o infante D. Manoel, de pellucia *marron* e chapeu desabado da mesma fazenda.

Os ministros vestiam as suas fardas.

Logo que o comboyo deu entrada na estação do Pinheiro (Campanhã) as musicas tocaram o hymno da Carta e o presidente da camara municipal, snr. conselheiro Costa e Almeida, ergueu vivas á familia real. Foi por entre enthusiasticas acclamações que SS. MM. se dirigiram á sala de recepção, onde receberam os cumprimentos das principaes auctoridades, representantes do commercio, da industria, da imprensa, e de muitas senhoras que enchiam completamente a *gare*.

Concluidos os cumprimentos, os monarchas e seus augustos filhos entraram para os carros, organisando-se do seguinte modo o cortejo: Nos primeiros 11 trens, a camara municipal, seguindo-se uma vistosa cavalgada composta de 21 socios do Club Hippico, entre os quaes se contavam os snrs. visconde de Pereira Machado, Affonso Henriques da Silva Moreira, Delfim de Lima, Felisberto de Moura Monteiro, Adriano Lencastre, Lobo de Avila, Jayme Vallada, Francisco Brandão, Antonio Rodrigues, Joaquim Vianna, Antonio e Eduardo Guerra, Augusto de Magalhães, Thomaz da Cunha, Arthur Aragão, Eduardo Lopes, Fernando Allão, Oliveira e Silva e Vieira Brandão; esquadrão de cavallaria 10; trem da casa real com os snrs. general Queiroz, almirante Pinha, conselheiro Pedro Victor e Bernardo Pindella; outro com os snrs. conde de Sabugosa e ministro das obras publicas e da marinha; e ainda outro com as snr.as condessa de Seixal e D. Isabel Ponte e os snrs. conselheiros Hintze Ribeiro e João Franco.

Seguiam depois um official de estado-maior e o ajudante de campo do snr. general Antonio de Campos, em batedores, seguindo-se o trem real com SS. MM. e AA. A' portinhola da direita ia o snr. general Antonio de Campos e á da esquerda o ajudante honorario de el-rei o snr. Ferreira de Aboim, coronel de caçadores 7.

Atraz do coche real iam todos os officiaes montados residentes no Porto e numerosas ordenanças, bem como o esquadrão de cavallaria da guarda municipal. Apoz seguiam os snrs. governadores civis do Porto e Braga, secretario geral do governo civil do Porto, e depois indistinctamente todas as pessoas de caracter official e particular formando em cortejo de cerca de 300 trens.

A guarnição, composta dos regimentos de infanteria 5, 18 e guarda municipal, tudo na força de 1:840 praças, commandada pelo coronel de infanteria 18 snr. João de Lencastre e Menezes, formava na rua de Pinto Bessa.

O largo da Estação e aquella rua estavam apinhadissimas de gente, vendo-se todas as janellas por igual repletas. O aspecto era verdadeiramente deslumbrante, não só pelo numero de pessoas, como pela variedade das colchas que enfeitavam todas as casas.

Durante todo o trajecto da estação de Campanhã ao paço foram SS.

MM. alvo de vivas demonstrações de sympathia não só por parte da multidão que estacionava nas ruas e que continuamente os saudava, como tambem por parte das pessoas que povoavam as janellas e que despediam sobre o trem real uma verdadeira chuva de ramos e flôres, dando ao mesmo tempo palmas e agitando lenços brancos, o que, por vezes, offerecia o mais agradavel aspecto. Durante as primeiras horas da noite a familia real foi egualmente muito victoriada pelos populares que estacionavam defronte do palacio dos Carrancas.

A RECEPÇÃO.—No dia seguinte ao da chegada da familia real, sexta-feira, 2, verificou-se, cerca da uma hora e meia da tarde, a recepção, que foi concorridissima, desfilando deante de SS. MM. tudo quanto n'esta cidade tem um nome ou revela uma força social. Ás recepções no paço dos Carrancas costumam affluir todas as pessoas de representação; d'esta vez, porém, como ao facto da visita regia se alliava a celebração d'uma grande data e a glorificação d'um enorme vulto, toda a gente concorreu áquella ceremonia, manifestando d'este modo o seu respeito e a sua consideração aos monarchas que, em hora tão jubilosa, vieram compartilhar das justas alegrias d'um povo celebrando, n'um dos seus mais valorosos filhos, as grandes e luzentes glorias da sua historia.

Na sala da recepção elevára-se um throno forrado de pellucia magenta, com cadeiras douradas e estofadas a seda côr de rosa e branca. SS. MM. e AA. receberam os cumprimentos de pé, tendo á sua direita a dama de honor dos principes, a snr.ª D. Isabel Ponte, e pessoas da sua comitiva, e á esquerda a snr.ª condessa de Seixal, s. em.ª o snr. cardeal D. Americo e os snrs. presidente do conselho, ministros do reino, das obras publicas e da marinha.

Durante a recepção tocaram na rua do Triumpho, fronteira ao paço, as bandas da guarda municipal, caçadores 7, infanteria 6, 7, 8 e 20, fazendo a guarda de honra todo o regimento de infanteria 18.

A este acto concorreram tambem os snrs H. M. Tudor, F. Seyton, S. Sheppard e G. Paine, officiaes inglezes a bordo do cruzador *Bellona*, que, como adeante referimos, veio fundear nas aguas do Douro por ordem do governo da Gran-Bretanha para cumprimentar el-rei pela celebração do centenario do infante D. Henrique.

Como de costume n'estes actos, foram lidas as seguintes allocuções:

Da camara municipal do Porto, lida pelo snr. conselheiro Antonio Ribeiro da Costa e Almeida.

«Senhor! Dignou-se V. M. acceder ao convite da camara d'esta cidade e da commissão por ella nomeada para a celebração do centenario do infante D. Henrique, vindo ao Porto com S. M. a rainha e os serenissimos principes associar-se ás demonstrações patrioticas de todo o paiz para celebrar o 5.º centenario do nascimento do inclito filho de D. João I.

A V. M. não podia ser indifferente o enthusiasmo da nossa patria para celebrar a apotheose de um dos seus filhos mais illustres; porque se aos esforços herculeos da dynastia affonsina deve Portugal a sua emancipação politica e a sua autonomia como uma das monarchias mais illustres oriundas da reconquista christã na peninsula, é á gloriosa familia de D. João I o bem amado, erguido pelos braços do povo ao throno portuguez, que a nossa patria deve a gloria que adquiriu e a fama que a immortalisou.

A cidade do Porto, que tem na historia portugueza tantas paginas gloriosas, tantos rasgos de abnegação e sacrificio, a unica que no norte do paiz abraçou desde logo calorosamente a causa do mestre de Aviz, não poupando sacrificios de dinheiro, de fazendas e de vidas para ajudar a causa que era do povo; a cidade querida de D. João I teve a ventura de nos seus muros nascer o mais illustre dos filhos do mestre de Aviz, o inclito infante cujo anniversario festejamos. A cidade do Porto vem, pois, agradecer a V. M. a sua vinda a esta festa nacional, e a parte que se digna tomar n'esta demonstração patriotica ao mais illustre dos filhos do Porto, áquelle que não é só a gloria da nação portugueza, mas a admiração de todo o mundo civilisado.

Digne-se V. M. acceitar os agradecimentos da cidade do Porto, e os votos que fazemos pela prosperidade da patria e da familia portugueza, da qual V. M. é o illustre chefe. Deus guarde V. M. — Porto e paços do concelho, 2 de março de 1894. — O presidente, ANTONIO RIBEIRO DA COSTA E ALMEIDA.»

Sua magestade el-rei respondeu nos seguintes termos:

«E' sempre muito grato ao meu coração visitar a cidade do Porto, e tanto a mim como á rainha e ao principe real, foi-nos particularmente agradavel o convite para tomarmos parte na patriotica commemoração que nos reune aqui no culto a uma das mais ingentes e gloriosas figuras da nossa historia.

O acolhimento que recebemos hontem da cidade do Porto commoveu-nos profundamente, não só porque vimos nas demonstrações que nos saudaram uma nova prova da dedicação e da lealdade da sua laboriosa e benemerita população, mas ainda porque a cidade do Porto mostrou assim comprehender o sincero affecto que lhe consagramos e o sentimento intimo com que nos associamos ás festas essencialmente nacionaes que ella resolveu promover para commemorar o 5.º centenario do nascimento do infante D. Henrique.

A dynastia Affonsina fundou a nacionalidade portugueza; a dynastia de Aviz salvou-lhe a independencia e deu-lhe a gloria que immortalisa os povos como os individuos. Celebrando o vulto genial do infante D. Henrique, talvez o mais notavel e o mais prestigioso de entre essa pleiade incomparavel dos filhos de D. João I, rememoramos a origem e a iniciação brilhante dos mais bellos feitos da nossa historia nacional e avivamos ao mesmo tempo a lembrança d'esses tempos heroicos em que a nacionalidade portugueza, atravez de tantas incertezas e de tantas luctas, soube manter intemerata a sua autonomia e alargar de modo tão ousado e tão grandioso os seus dominios e a sua influencia no mundo. Nada mais salutar de que a reviviscencia de similhantes tradições. Um povo que as possue no passado, e que é capaz de as comprehender e amar, póde e deve confiar no futuro.

Da vasta e gloriosa obra da dynastia de Aviz não póde já hoje ninguem renovar a parte referente ás descobertas de novas e longiquas terras. Mas podemos e devemos manter e acrisolar o amor pela independencia nacional que é e tem sido sempre o elemento essencial e inconfundivel da alma portugueza.

Foi este o pensamento que levou a cidade do Porto a ligar-se desde todo o principio á dynastia de Aviz.

Cumpria-lhe, por isso, tomar a iniciativa da commemoração nacional que celebramos agora, tanto mais que o infante D. Henrique aqui nasceu.

A essa iniciativa viemos gostosamente associar-nos, e a camara municipal do Porto será interprete para com esta benemerita cidade da satisfação com que, tanto eu como a rainha e o principe real, aqui nos encontramos n'este momento e com que recordaremos sempre a maneira affectiva e calorosa por que fomos recebidos.»

Da *Associação Commercial*, (lida pelo snr. João Henrique Andresen):

«Senhor: — Em nome da Associação Commercial do Porto, e representando a classe do commercio d'esta cidade, temos a subida honra de vir apresentar a V. M., a S. M. a rainha e a S. A. o principe real as nossas homenagens de respeito devidas sempre ao augusto chefe do Estado e á real familia, symbolo e penhor das instituições e da nacionalidade portugueza.

E' sempre motivo de profundo jubilo a visita dos monarchas de Portugal a esta terra que tanto se distingue pelos seus elevados e radicados sentimentos de patriotismo e de lealdade, a par da energia no trabalho e do inabalavel apêgo ás liberdades publicas conquistadas á custa do seu sangue.

Mas a vinda de VV. MM. ao Porto n'esta occasião reveste ainda um cunho de mais alta significação e apreço, pois que se propõem associar o throno ás aspirações populares na brilhante commemoração de um dos mais illustres e dignos filhos da nossa patria, o grande infante D. Henrique, cujo centenario glorioso celebramos, e cujo berço o Porto se ufana de ser.

Sejam, pois, VV. MM. muito bem vindos, e permitta o céu que possa datar d'este acontecimento memoravel uma nova epocha de rejuvenescimento e de verdadeira prosperidade para o nosso paiz. — O presidente, J. H. Andresen Junior; o secretario, Antonio Ramos Pinto.»

El-rei o senhor D. Carlos dignou-se responder:

«Recebo com satisfação os cumprimentos que me são dirigidos em nome do commercio d'esta cidade, que tem na sua laboriosa actividade mercantil um dos elementos capitaes da sua prosperidade e da riqueza geral da nação.

Costumado como estou sempre, quando visito esta cidade, a encontrar nos representantes do commercio o mais cordeal e affectuoso acolhimento, é com duplo prazer que os vejo agora associados á festa do grande infante, que, abrindo o caminho á navegação, lançou as bases do nosso desenvolvimento commercial e da nossa prosperidade economica.»



UM AUTOGRAPHO E ASSIGNATURA DO INFANTE D. HENRIQUE (1)

(1) Á obsequiosidade do ex.mo snr. dr. Julio Henriques, illustrado lente da Universidade de Coimbra, devemos o poder reproduzir n'este livro um autographo e assignatura do infante, assim como o sello particular de que usava nos seus documentos officiaes.

CAPITULO II

Abrimos este capitulo com a descripção do CORTEJO CIVICO, uma das mais luzidas partes do programma das festas do centenario e a que mais attrahiu as attenções do publico pouco familiarisado com estas magestosas solemnidades (1). O ponto escolhido para a formação do cortejo foi a rua do Anjo e a praça do Duque de Beja, pelos lados sul e poente do Campo dos Martyres da Patria. Cerca do meio dia aquelles pontos achavam-se apinhados de populares; a policia, porém, estabelecera um serviço tão acertado, que o espaço destinado aos individuos e corporações que deviam enfileirar-se no prestito achava-se completamente livre.

O cortejo, segundo os avisos distribuidos, devia principiar a desfilar ás 11 horas da manhã; n'este serviço empregou-se o maior zelo e desenvolveu-se a maior actividade, mas foi absolutamente impossivel organisar as coisas de modo que tudo estivesse prompto áquella hora. Como foi enorme, e além de toda a espectativa, o numero de individuos e de corporações que compareceram, o cortejo só poude pôr-se em marcha ao meio dia e 30 minutos. Para se formar uma ideia da extensão do luzido e magestoso prestito basta dizer que ao passar na praça de D. Pedro o corpo

(1) O primeiro cortejo civico em Portugal realisou-se, em Lisboa, em 1880, por occasião do centenario de Camões. N'esta cidade, o primeiro que se organisou foi pelas festas do centenario do marquez de Pombal. Mais tarde realisou-se outro, menos apparatoso mas talvez mais expressivo, por occasião da morte de Victor Hugo. Esse cortejo dirigiu-se á rotunda da Boavista onde foi coroado um busto do grande poeta. N'esse acto o illustre poeta Guerra Junqueiro proferiu um notabilissimo discurso.

de Salvação Publica, que o fechava, os arautos d'armas, que rompiam a marcha, entravam no largo da Feira de S. Bento. D'este modo o cortejo estendia-se pelo lado oriental da praça de D. Pedro, ruas de Sá da Bandeira, Formoza, Santa Catharina e Santo Antonio.

O prestito ia realmente imponente, e raro se presenceará outra vez espectaculo tão magestoso e deslumbrante. Comprehendendo a alta significação d'esse acto, todas as corporações e individuos que representam alguma coisa de util no meio social compareceram em grande numero. Representaram-se todas as classes, todas as forças vivas da sociedade adheriram a tão imponente manifestação civica. Julgando-nos ainda subordinados a preconceitos enraisados pela rotina, havia quem duvidasse do exito d'esta solemnidade; a resposta não podia ser mais brilhante e mais expressiva, mostrando a cidade do Porto que a ninguem cede o passo nas demonstrações civicas e patrioticas, e que de sobejo possue elementos para affirmar a sua superioridade e o seu prestigio.

Apenas uma coisa faltou, e essa devia, realmente, entrar como elemento essencial n'esta grande solemnidade. O cortejo desfilou por entre milhares de pessoas, gravemente, diremos mesmo, tristemente. O povo que se estendia em todo o longo percurso não se commoveu, não vibrou de enthusiasmo ao vêr passar tantas e tantas corporações que pelos ideiaes que representam e pelos actos em que se affirmam tinham incontestaveis direitos ás homenagens publicas. Apenas aqui e além, d'umas varandas onde se achavam estudantes e artistas, sahiram algumas acclamações traduzidas em palmas, em vivas e em flores. De resto tudo muito concentrado, muito grave, com um ar solemne e profundo de quem mais parecia assistir a um sahimento funebre do que a uma triumphante apotheose. Em alguns pontos dava mesmo... vontade de chorar!

Verdade seja que, por circumstancias especiaes que devem ter sido muito ponderosas, a maior parte da classe academica decidiu não se encorporar no cortejo; se esta resolução não fosse adoptada e os estudantes, em massa, adherissem a esta manifestação, a sua mocidade, a sua alma vibrante e cheia de enthusiasmos havia necessariamente de derreter o gelo da indifferença e pôr uma nota jubilosa e festiva n'essa grandiosa commemoração. A academia, porém, retrahiu-se, e a sua falta, que aqui, com magoa, notamos, tirou grande parte do brilho que essa manifestação devia ter pelo alto ensinamento que traduzia e pelo grande exemplo que realisava (1).

De resto, a gravidade e o recolhimento do povo póde explicar-se

---

(1) Mais adeante alludimos á abstenção da academia, publicando na integra o manifesto que ella dirigiu ao paiz, explicando os motivos que a determinaram.

tambem pela feição muito especial do seu temperamento, e pela pouca ou nenhuma familiaridade com estes actos, cujo alcance e cujo valor em grande parte desconhece. Educado na tradição catholica e habituado a commover-se á passagem dos prestitos religiosos, com andores onde, em esculpturas mais ou menos lamentaveis, se exhibem as attitudes piedosas de bemaventurados de todos os generos, grande parte do povo vê n'estes cortejos uma imitação irreverente d'aquelles actos lithurgicos e olha-os com receio de que a alma possa vir a soffrer qualquer castigo no dia tremendo do final ajuste de contas; a outra parte como se habituou a, nas procissões, troçar dos *irmãos*, rir dos anjos, e mofar dos santos, julga-se tambem no direito de se divertir, e vê passar, coberta, indifferente, chalaceadora, o pendão d'uma sociedade scientifica ou a bandeira nacional. D'este modo, aquillo que lá fóra, onde os espiritos estão educados na religião sagrada do patriotismo inspira os maiores respeitos, passa entre nós no meio da mais completa e desoladora indifferença. Em qualquer cidade do estrangeiro não ha ninguem, absolutamente ninguem, que não se descubra diante da bandeira nacional, que representa a gloria, o brilho, as honradas tradições da patria. Entre nós — como é triste dizel-o! — ninguem se preoccupa com isso, como se esse pavilhão, sagrado para todos os espiritos claros e para todas as almas justas, não devesse merecer todo o respeito e toda a veneração.

N'estas e n'outras faltas, denunciadoras do nosso atrazo intellectual, está a explicação da conducta do nosso povo em certos actos a que é chamado a intervir. Este estado, porém, é susceptivel de melhorar, e sinceramente cremos que um dia, — e esse dia não virá longe, — comprehendendo a alta significação d'estas festas civicas, o povo ha-de com enthusiasmo associar-se a ellas, e de espectador indifferente passará a ser o seu principal elemento, augmentando-lhes o esplendor com a vibração ardente da sua alma em jubilo. A verdade é tambem que nós todos, que temos palavras para a censura, não as temos para o ensino. O povo necessita de quem o guie, de quem o oriente, de quem lhe explique o que ignora. Se elle conhecesse, em todo o relevo dos seus feitos e do seu alto valor, a figura prodigiosa do infante, cuja memoria se consagrava, estamos convencidos de que saudaria com mais ardor a memoria d'esse principe decidido e forte que abriu o caminho das nossas glorias, e de que daria á sua apotheose a nota viva e expressiva que lhe faltou.

O acanhamento em que nos encontramos em tão solemnes occasiões ha-de perder-se com o tempo. Estas solemnidades são, por assim dizer, novas e estranhas para nós; deixem-nos, porém, identificar com ellas, e então a alma do povo pulsará mais forte, que, mercê de Deus, em sentimento patriotico e fé civica não cedemos o passo a ninguem.

*

Como acima dizemos, o cortejo só começou a desfilar á meia hora depois do meio dia. Abriam-o quatro arautos do seculo XIV, vistosissimos nos seus gibões de velludo verde, dalmaticas carmezim com largas franjas de ouro, calção de seda pérola e sapatos de bico, de velludo verde. No peito as armas nacionaes com cercaduras bordadas a ouro e matiz; na cabeça elegantes gorros de velludo verde com plumas brancas; os pés mettidos em estribos antigos, dourados. Os arautos levavam fartas cabelleiras e barbas curtas, o que lhes dava um ar cavalheiresco, proprio dos homens da idade média, como nol-os descrevem as chronicas. Os xaireis dos cavallos, apparatosos nos seus bordados a ouro; os arreios, de velludo cardinal com ferragens amarellas.

Aos arautos, que caminhavam a par, seguia o estandarte da cidade do Porto, de damasco encarnado com o brazão bordado a ouro, indo depois o vice-presidente da camara municipal, snr. dr. Adriano Anthero, que levava á direita o presidente da camara municipal de Lisboa, snr. conde do Restello, e á esquerda o vereador portuense snr. Ferreira Bahia.

Seguia depois, presidida pelo snr. Costa e Almeida, a commissão do centenario composta dos snrs. conde de Samodães, Eduardo de Sequeira, Augusto Luso da Silva, Henrique Kendall, Bento de Souza Carqueja, Francisco Patricio e capitão Fernando Maia. Em seguida a camara municipal de Lisboa, representada por mais quinze vereadores, empunhando o respectivo estandarte o snr. Antonio Duarte da Cruz Pinto. Esse estandarte é de *moiré* branco com o brazão bordado a ouro fino.

Atraz da camara de Lisboa iam vereadores e representantes dos seguintes municipios:

De Evora, estandarte de gorgorão vermelho, tendo em um dos lados o brazão de armas, ao centro do qual se lê *Geraldo Sem-Pavor*, todo bordado a ouro, prata e matiz. No reverso as armas nacionaes, tambem bordadas a ouro, prata e matiz.

De Setubal, estandarte de damasco vermelho franjado a ouro, tendo em um dos lados o brazão bordado a ouro e seda, e do outro as armas portuguezas do tempo de D. João VI, igualmente bordadas a ouro e seda.

De Gouveia, estandarte de damasco encarnado, com o brazão bordado a ouro, prata, velludo e matiz.

De Leiria, bandeira de damasco branco, com o brazão bordado a seda e ouro em um dos lados, e do outro as armas portuguezas da epocha de D. João VI.

De Vianna, estandarte de damasco encarnado, franjado a ouro, tendo em uma das faces as armas nacionaes.

De Melgaço, estandarte de damasco vermelho com as armas nacionaes bordadas a seda.

De Aveiro, bandeira de damasco encarnado com o brazão de armas bordado a ouro, matiz e pedras de variadas côres; no reverso as armas nacionaes, bordadas da mesma fórma.

De Souzel, estandarte de damasco vermelho com as armas nacionaes pintadas.

De Santarem, bandeira de damasco branco com o brazão bordado a seda.

De Montemór-o-Novo, estandarte de damasco encarnado franjado a ouro com as armas nacionaes bordadas a ouro e, no reverso, o brazão d'aquella villa, tambem bordado a ouro.

De Oliveira de Azemeis, estandarte de damasco vermelho franjado a ouro, com o brazão bordado a ouro, de um dos lados, e do outro as armas nacionaes.

De Macieira de Cambra, estandarte de damasco encarnado com o brazão e as armas portuguezas bordadas a seda e matiz.

Da Villa da Feira, estandarte de damasco encarnado com o brazão da villa, tendo ao centro a imagem de Santa Maria da Batalha e as armas nacionaes, tudo pintado.

De Celorico da Beira, estandarte de damasco encarnado, tendo pintados o brazão e as armas nacionaes.

De Faro, bandeira de damasco vermelho com o brazão de armas pintado.

De Elvas, estandarte de damasco vermelho muito antigo, tendo ao centro a effigie de D. Sancho II.

De Villa Nova de Fozcôa, estandarte de seda azul e branca com as armas nacionaes bordadas a ouro e matiz.

De Lamego, estandarte de damasco vermelho; ao centro o brazão bordado a ouro, e aos cantos o monogramma J. P. R. (João, principe regente).

Da Figueira da Foz, estandarte de damasco branco, tendo pintado ao centro o brazão de armas.

De Trancoso, estandarte de damasco vermelho; de um lado o brazão bordado a prata, em fundo de seda verde, e do outro as armas nacionaes tambem bordadas a prata.

De Serpa, estandarte de damasco encarnado, tendo o brazão de armas bordado a ouro, matiz e velludo, em um dos lados, e no reverso as armas portuguezas bordadas da mesma fórma.

De Beja, estandarte de damasco azul e branco com o brazão de armas bordado a ouro, seda e pedraria.

De Amarante, estandarte de damasco encarnado, tendo pintado ao centro o brazão atravessado por um cajado.

De Villa do Conde, estandarte de damasco vermelho com o brazão bordado a ouro e seda, e as armas nacionaes bordadas do mesmo modo.

Da Povoa de Varzim, estandarte de damasco branco com o brazão bordado a cordão de seda, velludo, prata e ouro.

Da Maia, bandeira de damasco branco e azul, tendo pintadas as armas portuguezas.

De Campo Maior, estandarte de damasco franjado a ouro, tendo pintadas as armas nacionaes.

De Monforte, bandeira de damasco encarnado com as armas nacionaes e o brazão da villa pintados.

De Torres Novas, bandeira de damasco vermelho, tendo pintadas as armas nacionaes, e no tôpo da haste um castello.

Da Alfandega da Fé, estandarte de damasco azul e branco; ao centro as armas portuguezas bordadas a matiz.

De Villa Flôr, estandarte de damasco encarnado, tendo bordadas a ouro e seda as armas nacionaes e o brazão da villa.

De Thomar, bandeira de damasco azul e branco; na frente o brazão e no reverso uma esphera armilar, tudo bordado a ouro e matiz. No topo da haste que segura a bandeira, a cruz da Ordem de Christo.

De Niza, estandarte de damasco encarnado; em um dos lados o brazão e do outro a imagem de S. João, tudo bordado a prata, ouro e matiz.

De Portalegre, estandarte de seda azul e branca; ao centro as armas portuguezas, batidas a ouro, prata e matiz.

De Espozende, bandeira de damasco vermelho; do lado da frente o brazão bordado a ouro e matiz, e no reverso a imagem de Santa Maria dos Anjos.

Da Covilhã, estandarte de damasco vermelho franjado a ouro, tendo o brazão bordado a ouro e velludo.

Da Regoa, bandeira de damasco encarnado; ao centro as armas portuguezas bordadas a ouro, prata e matiz.

De Loulé, estandarte de seda verde, com o brazão bordado a matiz em uma das faces, e na outra a imagem de Christo, bordada do mesmo modo.

De Penafiel, estandarte de seda encarnada com o brazão bordado a ouro e prata.

De Barcellos, estandarte de damasco vermelho, com o brazão da villa e as armas portuguezas bordadas a ouro. Este estandarte foi o que serviu para as festas da acclamação d'el-rei D. João I.

De Coimbra, estandarte de damasco branco (antiquissimo), com as armas da cidade ricamente bordadas a matiz, de um dos lados, e do outro o brazão do ducado de Coimbra.

De Vizeu, estandarte de seda azul e branca com o brazão pintado e bordado.

Seguiam-se, sem estandartes, vereadores das camaras de Vallongo, Gondomar, Santo Thyrso, Paços de Ferreira, Guimarães, Ovar, Estarreja, Bouças, Beja e Taboaço, e representantes das camaras de Louzada, Oeiras, Alcochete, Villa Nova da Cerveira, Arcos de Val-de-Vez, Soure, Amares, Pombal, Terras de Bouro, Rezende, Baião e Lagos.

Ia depois o carro triumphal da cidade. No galeão que faz parte



ASPECTO DO CORTEJO CIVICO — OS ARAUTOS D'ARMAS
(NO LARGO DA FEIRA DE S. BENTO)

do mesmo carro, iam cinco creanças (tres meninas e dous meninos), vestidos de marinheiros. Tiravam o carro tres magnificas parelhas de cavallos brancos, guiadas por seis palafreneiros, que trajavam casacas azues e colletes e calções amarellos, meias brancas e sapatos pretos com fivellas.

Em seguida iam o snr. governador civil do districto, alguns pares do reino e antigos deputados, membros da commissão districtal, administradores dos bairros da cidade, commissarios de policia, consules de varias nações, juizes do Tribunal da Relação, procurador régio junto da Relação e o respectivo secretario, juiz-presidente do Tribunal do Commercio e dous juizes substitutos do mesmo tribunal, juizes das varas civeis e dos

tribunaes criminaes, delegados, curadores dos orphãos, conservadores e advogados.

Seguiam depois os parochos da cidade e varios ecclesiasticos levando á sua frente o rev. deão dr. Torquato Pereira Soares da Motta e o rev. conego dr. Vieira de Castro.

Seguia-se toda a officialidade da armada, pertencente ás guarnições da corveta *Sagres*, das canhoneiras *Tavira* e *Liberal* e do transporte *Africa*, capitão de mar e guerra, director do Observatorio



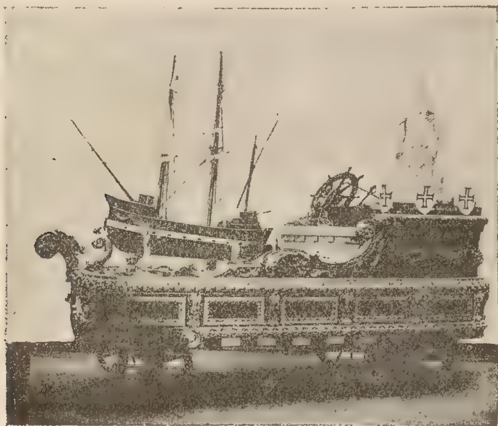
O CORTEJO CIVICO — O CARRO DA CIDADE DESCENDO O LARGO DA FEIRA DE S. BENTO

Meteorologico da Princeza D. Amelia, 1.º commandante interino da divisão snr. general Antonio de Campos, acompanhado de toda a officialidade dos regimentos e dos destacamentos da guarnição; tres veteranos da liberdade, levando um d'elles, o antigo sargento de caçadores 5 snr. Bernardino Prati, a bandeira portugueza offerecida pela rainha senhora D. Maria II ao glorioso regimento de Voluntarios da Rainha.

Seguia-se o elemento scientifico, indo á frente os snrs. drs. Porphyrio Antonio da Silva, lente da faculdade de theologia; Avelino Augusto Cesar Maia Calixto, da faculdade de direito; dr. Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, da faculdade de mathematica, todos da Universidade de Coimbra;

dr. Antonio de Oliveira Monteiro, da Eschola Medico-Cirurgica do Porto, e dr. Francisco Gomes Teixeira, director da Academia Polytechnica; lentes e professores das referidas Eschola e Academia, Lyceu Central, Academia Portuense de Bellas-Artes, Instituto Industrial e Commercial, Eschola Normal do Porto: professores e representantes de diversos estabelecimentos de instrucção.

Iam depois: a delegação da Sociedade de Geographia de Lisboa, tendo á frente o snr. conselheiro Ferreira do Amaral e o rev.mo bispo de Echino; uma commissão delegada do Gabinete Portuguez de Leitura da



CARRO DA ASSOCIAÇÃO COMMERCIAL

Bahia; representantes dos jornaes d'esta cidade e de alguns de Lisboa e de varios pontos do paiz e do estrangeiro; medicos, engenheiros, pessoal superior dos caminhos de ferro e das obras publicas, empregados da camara municipal, pessoal da repartição de fazenda do districto, director e demais pessoal superior da alfandega e empregados telegrapho-postaes.

Seguia-se o carro da agricultura, encorporado no cortejo que, organisado em Gaya, veio juntar-se ao do Porto, e era assim constituido:

1.º grupo — Uma banda de musica, seis graduados da corporação dos bombeiros de Gaya, camara municipal, administrador do concelho, governador da Serra do Pilar, clero, imprensa, juntas de parochias, regedores e empregados publicos das differentes repartições.

2.º grupo — *Troupe* musical Soares dos Reis, com a sua bandeira; Collegio Central de Gaya, escholas dos dous sexos do Torne, eschola official do Olivial e de Pedroso, vestindo os alumnos camisolas á maruja com os respectivos bonets, e escholas dos dous sexos do Bom Pastor, levando bandeiras todas as escholas; e professores de instrucção primaria.

3.º grupo — *Troupe* musical Oliveira Mendes, com bandeira; associações Villanovense Fé, Esperança e Caridade; Monte-pio Progresso Villanovense, Humanitaria de Soccorros Villanovense, Monte-pio de Soccorros



O CORTEJO CIVICO — AS CAMARAS MUNICIPAES

Mutuos para ambos os sexos de Mafamude, Beneficencia dos Mareantes de Gaya, Funebre Villanovense de Soccorros Mutuos, União dos Operarios Tanoeiros, Soccorros Commercio e Industria de Gaya, Protectora das Classes Trabalhadoras no rio Douro, de Pedroso, de Villar do Paraizo, Oliveirense de Soccorros Mutuos e Funebre para ambos os sexos, com bandeira; Cooperativa União e Trabalho de Gaya.

4.º grupo — Creche de Santa Marinha, Instituto de Soccorros a Naufragos, Club de Villa Nova de Gaya, Assembleia Recreativa Villanovense, Club Recreativo Avintense, precedido de uma banda de musica; Assembleia da Serra do Pilar, Clubs Gymnastico de Mafamude e das Devezas.

5.° grupo — *Troupe* musical *Recreio Operario*, operarios de officinas, entre elles os da fabrica de tecidos Mariani, com bandeira; da serrelharia Thomaz Cardoso & Filho, com bandeira; da tanoaria do snr. J. H. Andresen, da fabrica de vernizes Gomes & C.ª, com bandeira, e pescadores da Affurada.

6.° grupo — Proprietarios, commerciantes, industriaes e lavradores.



CARRO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE

7.° grupo — Grupo de lavradores e lavradeiras, banda de musica do Corvo, carro da Agricultura, commissão executiva da exposição agricola-industrial, guardas nocturnos e corpo de bombeiros.

Ao cortejo de Villa Nova de Gaya seguia-se o estandarte da Associação Commercial do Porto, que é de seda azul, franjado a prata, tendo ao centro o titulo da Associação, em lettras douradas. Era conduzido por tres continuos da mesma Associação.

Ia depois o magestoso carro do Commercio, tirado por tres parelhas de magnificos cavallos, guiados por seis palafreneiros.

Seguiam-se as direcções da Associação Commercial do Porto, Centro Commercial do Porto e Associação Commercial dos Lojistas e directores de Bancos e Companhias.

Entrava depois no cortejo o carro do Atheneu Commercial, tirado por tres parelhas de cavallos, com palafreneiros. Apoz o carro iam a direcção e varios socios do Atheneu Commercial, e bem assim uma deputação do Atheneu Commercial de Lisboa com o seu estandarte de seda amarella, tendo ao centro o titulo d'aquella aggremiação; e as direcções



ASPECTO DO CORTEJO CIVICO — O CARRO DOS TELEGRAPHOS

da Associação dos Proprietarios do Porto e da Sociedade Camillo Castello Branco, que era acompanhada de alguns socios e que levava o seu estandarte de seda vermelha franjado a ouro, tendo ao centro um escudo.

N'este ponto ia um carro da Sociedade Alexandre Herculano, tirado por duas parelhas, e seguido das direcções e socios d'aquella Sociedade e do Gremio Serpa Pinto, levando estes o seu estandarte.

Em seguida ia o carro da Industria, tirado por tres parelhas de muares, acompanhado pela direcção e varios socios da Associação Industrial Portuense.

Seguia-se um grupo de operarios da fabrica de instrumentos de musica dos snrs. Custodio Cardoso Pereira & C.ª, e varios empregados da

mesma fabrica envergando aquelles os casacos azues que costumam usar na fabrica. Conduziam um formoso estandarte de velludo bordado a ouro e tendo ao centro, em lettras tambem bordadas a ouro, o titulo da fabrica.

Iam depois: os operarios, em grande numero, da fabrica de fundição de Massarellos, com o seu estandarte de seda azul, sendo acompanhados pela direcção d'aquella fabrica e pelos respectivos chefes das officinas; muitas dezenas de operarias e operarios fiandeiros, levando á frente um



CARRO DA AGRICULTURA, ENCORPORADO NO CORTEJO CIVICO ORGANISADO EM GAYA

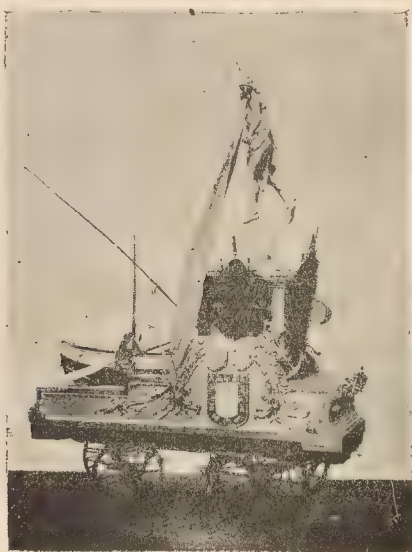
estandarte de seda branca, pertencente á sua associação de classe; operarios e operarias da fabrica da Companhia Geral de Phosphoros; operarios da fabrica de fundição do Ouro, com o seu estandarte de seda azul e branca; grande numero de operarios e operarias da Real Fabrica Social; e, finalmente, mais de 500 operarios da fabrica da Companhia Fabril de Salgueiros. Estes ultimos levavam camelias ao peito.

Era imponente pelo numero e pela boa ordem esta parte do cortejo, na qual se incluiam varios membros das direcções das alludidas fabricas, e bem assim a da Companhia Fiação Portuense.

Entrava n'este ponto o carro da exposição insular e colonial do Pa-

lacio de Crystal. Acompanhava-o o snr. José Baptista Vieira da Cruz, director-gerente d'aquelle estabelecimento.

Seguia-se o carro da Beneficencia, tirado a tres parelhas de cavallos. Entravam n'este ponto a direcção e os socios activos da Real Associação Humanitaria Bombeiros Voluntarios do Porto; um grupo de bombeiros voluntarios de Ramalde e outro dos da Povoa de Varzim, levando estes a sua bandeira, que é de seda branca.



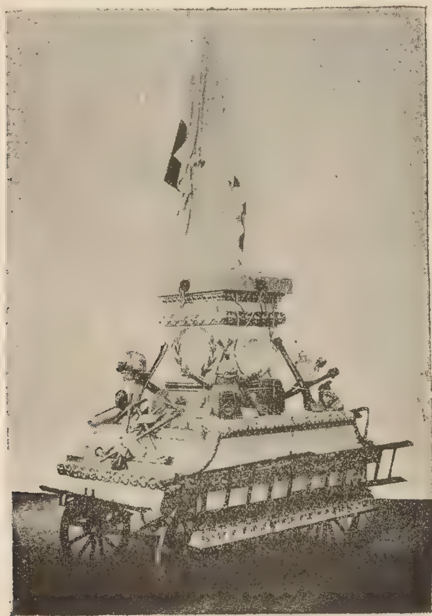
CARRO DO ATHENEU COMMERCIAL

Seguia-se a meza da Santa Casa da Misericordia; os albergados do Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto, as educandas do Recolhimento das Raparigas Abandonadas e os albergados da Officina de S. José, com a sua banda de musica e acompanhados do seu director; representantes de estabelecimentos de beneficencia, da Real Sociedade Humanitaria, do Instituto de Soccorros a Naufragos e socios da Cruz Vermelha.

Ia depois o carro do Gymnasio Lauret, tirado a duas parelhas; seguiam-o a direcção e os alumnos do Gymnasio e deputações dos gymnasios da capital.

Seguiam-se as direcções e socios de numerosas associações de soccorros mutuos, quasi todas d'esta cidade, levando estandartes as seguintes: Humanitaria das Classes Laboriosas, Associação Artistica D. Maria Pia e Real Associação Restauradora de D. Maria Pia.

Iam depois membros do Centro Artistico, um grupo de actores por-



CARRO DA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS

tuenses, a Troupe Musical Santa Cecilia, Sociedade União Musical e professores de musica.

N'este ponto seguia o carro das Bellas-Artes, tirado por duas parelhas de cavallos. Este carro era ladeado por um grupo de alumnos da Academia Portuense de Bellas-Artes, com as suas blusas de trabalho, indo em seguida os restantes alumnos da mesma academia.

Seguia-se um grande grupo de academicos hespanhoes pertencentes á Estudantina Salmantina, (á qual mais adeante nos referiremos) vestindo os seus trajes caracteristicos e tocando por vezes varias peças de musica.

Iam depois: a commissão academica portuense, acompanhada de alumnos de todos os estabelecimentos de instrucção superior, levando os



O CORTEJO CIVICO — CARRO DAS BELLAS-ARTES

estandartes da Eschola Medico-Cirurgica, Lyceu Central, Eschola Normal e Eschola Industrial Infante D. Henrique.

O estandarte da Eschola Normal, que era novo, produzia o mais bello effeito; ao centro via-se bordada a ouro uma esphera, esquadro, compasso,

etc., tendo por baixo as iniciaes E. N. P. (Eschola Normal do Porto); é de gorgorão azul, com franja dourada. Todos os estudantes levavam no hombro laços de côres variadas, conforme o estabelecimento a que pertenciam; alguns vestiam capa e batina.

Iam depois, acompanhados dos respectivos directores, prefeitos e



CARRO DO GYMNASIO LAURET

professores, os alumnos do Collegio de S. Carlos, Collegio de Nossa Senhora da Boavista, Collegio de Nossa Senhora de Campanhã e batalhão escholar de Santo Ildefonso.

Seguia-se o formoso carro allegorico, representando a navegação no seculo XIV, tirado por tres parelhas.

Depois do carro ia a charanga do corpo de marinheiros e 80 alumnos da eschola de marinheiros da corveta *Sagres* sob o commando do 1.º tenente da armada snr. Sarmento.

Seguiam-se a direcção e socios do Real Club Fluvial Portuense e o seu estandarte, e um grupo de socios do Club Naval de Lisboa, com as suas vistosas fardas; e a corporação de pilotos da barra.

Por ultimo ia o carro dos Correios e Telegraphos, com varios funccionarios telegrapho-postaes, seguindo-se um grupo de empregados.

Quando este carro desceu a rua dos Clerigos, communicando constantemente com os fios aereos, ouviu-se uma estrondosa ovação. A corre-



CARRO QUE TROUXE A PRIMEIRA PEDRA PARA O MONUMENTO

diça por meio da qual se estabelecia a communicação electrica com esses fios deslisava perfeitamente.

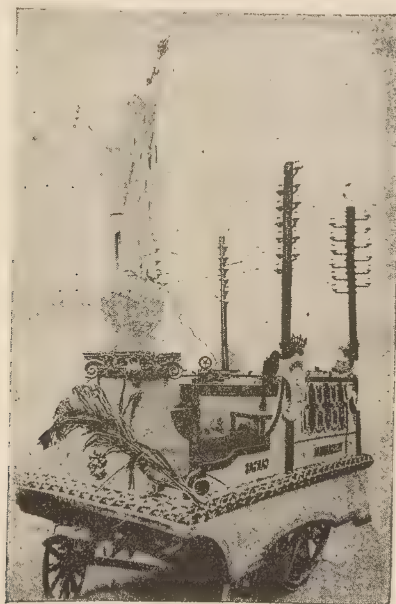
Entraram no carro 1:772 cartas, 396 bilhetes postaes e 74 jornaes, e bem assim 85 telegrammas, que foram transmittidos para diversos pontos do paiz e do estrangeiro. Durante todo o trajecto foram muito procuradas no carro, por parte do publico, as estampilhas do centenario, mas as requisições não poderam ser satisfeitas por motivo da venda d'essas estampilhas só principiar no dia seguinte, 4 de março.

Fechava o imponente cortejo o corpo de salvação publica, com a sua banda de musica.

Os carros allegoricos. — Os carros que figuraram n'este magestoso cortejo eram os seguintes:

Da cidade — Magestoso e de um bello effeito. Na base lindos ornatos em alto relevo, dourados e prateados, assentes em fundo cinzento, e aos lados pintados a côres vivas e em relevo os brazões de D. João I e do infante, lendo-se por debaixo de cada um d'estes: *Ao infante D. Henrique, a cidade do Porto.*

Na frente lia-se: *Præclarissimi filii gloriam civitas proclamant.*



CARRO DOS TELEGRAPHOS

Nas costas destacava-se a divisa do infante: *Talant de bien fère* e por baixo o brazão d'esta cidade, primorosamente executado em alto relevo.

Sobre uma columna, o busto do infante, e na base d'aquella a figura do Porto, apontando para o busto. Servia de base á columna um barco de phantasia, tendo na prôa a figura da Fama e aos lados dois dragões.

Em dois pequenos pedestaes, rematados por espheras doiradas e galhardetes nacionaes, collocados aos lados da columna, liam-se as seguin-

tes datas e dizeres: — Senegal, Sagres, Ceuta e Madeira, 1430, 1394, 1444 e 1394.

Da camara municipal — Sobre um estrado pintado a verde e com ornatos dourados em alto relevo poisavam os escudos das capitaes do districto e o do infante. Erguia-se sobre as ondas uma caravella do seculo XIV, com as vellas e mastros, etc.

N'estes dois carros iam creanças vestidas de marinheiros, espargindo flores.

Da Associação Commercial — O estrado era pintado a côr de chocolate, com lindos ornatos a ouro e em alto relevo, e com escudos nos quaes se destacava ao centro a cruz da ordem de Christo.

Ao centro erguia-se um elegante pedestal, sobre o qual estava collocada de pé a figura symbolica do Commercio, abraçando outra figura de mulher, symbolisando a Industria, que estava sentada.

Na frente via-se um galeão devidamente arvorado, do seculo XIV.

Dos empregados do telegrapho — Compunha-se de uma figura, symbolisando a Electricidade, uma mulher domando um feixe de raios a que se ligavam fios que iam prender em quatro postes telegraphicos nas extremidades do carro.

Cada um d'estes postes tinha um escudo com os nomes de quatro partes do mundo, representando o progresso na telegraphia.

Iam n'elle quatro empregados telegraphicos para venda dos sellos commemorativos do centenario e mais um para receber e outro para transmittir, ambos simultaneamente pelo mesmo fio, alguns telegrammas.

Do Atheneu Commercial — Assente sobre uma caravella erguia-se um pedestal na frente do qual se destacavam as armas do Atheneu e nas faces lateraes os escudos do infante e o de D. João I.

No pedestal, que era encimado por um globo sobre o qual pousava a figura symbolica de Mercurio viam-se panoplias com armas antigas. A' frente, parte de um galeão com varios instrumentos nauticos, remos, ancoras, etc. Ao lado as armas da cidade, e, do lado de traz do carro, a legenda: *Ao infante D. Henrique — O Atheneu Commercial.*

A faxa era em alto relevo dourado.

Da Real Associação dos Bombeiros Voluntarios — Sobre um pedestal via-se a figura da Caridade, empunhando a bandeira da Sociedade da Cruz Vermelha; e ao centro d'aquelle, no meio de uma corôa de palmas verdes, lia-se a divisa da associação: *Auxilium in periculum.* Nas faces lateraes do pedestal destacavam-se boias de salvação e espias. A faxa era pintada a cinzento, com ornatos dourados.

Todos estes carros foram executados pelo distincto pintor Marques Pinto.

Da Associação Industrial do Porto — Representava uma columna rematada por um globo, sobre a qual se via a figura symbolica da Victoria,

coroando a Industria (uma mulher) que ficava inferior áquella e encostada á columna. De roda alguns emblemas industriaes, engrenagens, etc. As pinturas decorativas foram feitas pelo snr. Silvestro Silvestri professor de desenho industrial.

Da Sociedade Alexandre Herculano—Representava uma columna, encimada pelo busto do grande historiador Alexandre Herculano, vendo-se na baze facas e armas africanas. Na facha tinha a dedicatoria da Sociedade ao infante D. Henrique, ornamentada com escudos allusivos á festa. Aos lados destacavam-se as armas da cidade e os titulos das principaes obras de Herculano—*Historia de Portugal*—*Historia da Inquisição*—*A Harpa do Crente*—*O Monasticon*. A' frente um tropheu constituido por objectos indigenas e a divisa da sociedade *Simia semper est simia*.

Do Palacio de Crystal—Symbolisava o infante descobrindo um globo, na parte da Africa. A base era ornada com emblemas das artes e industrias, tropheus de ancoras, remos, lemes, engrenagens, etc. Na frente escudos cercados de bandeiras, lendo-se n'elles *Portugal* e *Progredior*. Na faxa o verso de Camões:—*Se mais mundo houvera lá chegára*. As pinturas decorativas pertenciam ao snr. Manoel Señoane.

Dos alumnos da Academia de Bellas-Artes—Sobre um pedestal destacava-se um bem acabado busto do infante circumdado por cópias em gesso das principaes obras primas de esculptura existentes no museu municipal. Ao centro erguia-se a figura symbolica da Arte, tendo á frente um galeão aos lados do qual se viam um capitel jonio representando a architectura e a figura de Venus, de Milo, representando a Arte. Era tirado por duas magnificas parelhas de cavallos, cedidas generosamente pelos snrs. João Chrysostomo Ferreira de Carvalho e Felisberto de Moura Monteiro.

Era acompanhado por todos os alumnos de ambos os sexos, que vestiam as suas *blouses* de trabalho. Estava magnificamente delineado.

Do Gymnasio Lauret—Era simples, mas gracioso. Representava uma allegoria áquella instituição, composta de varios apparelhos de gymnastica, taes como trapezios, barras fixas, parallelas, floretes, panoplias, etc.

Carro da agricultura (incorporado no cortejo villanovense)—Compunha-se unica e exclusivamente de instrumentos agricolas rusticos, de productos industriaes d'aquella villa e de alguns fructos, sobresahindo pela disposição harmonica e simultaneamente pittoresca d'esses objectos reunidos n'um admiravel conjuncto artistico e figurando uma caravella. Era formado de um caniço o casco d'essa caravella, ao meio do qual foi posto a prumo um curto poste de pinho encascado servindo de mastro, ladeado por duas escadas de mão e rematado por uma colmeia coberta de colmo. Fazendo as vezes de cordame, enrolava-se caprichosamente no mastro uma comprida videira natural núa de folhagem, constituindo al-

guns cabos de instrumentos agricolas a respectiva verga, a que não faltava a véla meio desenrolada e feita de liteiros, esses cobertores de trapo de que tanto se faz uso nas nossas aldeias.

Para a elegancia relativa da prôa da caravella contribuia uma palhoça, em collaboração com liteiros que foram perfeitamente sujeitos á fórma, sendo o gurupés formado pela rabiça do arado.

O leme, para nada lhe faltar, era representado por uma espadela, com a competente e primitiva canna figurada pelo cabo de um instrumento agricola.

E assim, no restante, tudo admiravelmente adequado, tendo emprego harmonico toda a completa collecção de utensilios da agricultura contidos no carro, desde a charrua á insignificante sachola. Era puxado a tres juntas de formosos bois, a cujas sôgas iam tres robustas mocetonas da aldeia, servindo de conductores dous camponios de jaquetas de pelle de cabrito.

Seguia o carro uma fila de oito raparigas das freguezias de Pedroso e de Villar de Andorinho, todas secias e garridas nas suas saias novas de baeta crepe, jaquetinhas despidas sobre o hombro esquerdo, *cachenez* de côres vistosas na cabeça, sobre estes os seus chapéus redondos caracteristicos e de aguilhada na dextra com a gravidade de um juiz empunhando a sua vara. Acompanhando-o a par ia tambem um grupo de oito rapazes das alludidas freguezias, com as suas roupas domingueiras e igualmente de jaquetas ao hombro e de aguilhadas na mão.

Em todas as ruas do transito a multidão era enorme; raras eram as casas que não se achavam decoradas com bandeiras e colgaduras, algumas riquissimas pelo seu valor e antiguidade.

Esta esplendida solemnidade produziu o mais extraordinario effeito; durante todo o dia, e ainda nos seguintes, as conversações recahiam sobre esse brilhantissimo acontecimento que, no seu conjuncto, e pelo valor dos elementos que a elle se associaram, egualou, se não excedeu, o cortejo que se realisou em Lisboa por occasião do tricentenario de Luiz de Camões.

Póde a cidade do Porto ufanar-se de que não poucos estrangeiros illustres celebraram, com palavras de muito enthusiasmo, esta grandiosa e imponente manifestação civica.

Descerramento da lapide. — Cerca da uma e meia hora da tarde, SS. MM. e AA., acompanhadas dos ministros e mais comitiva, dirigiram-se á rua da Alfandega, entrando na casa reedificada no local onde a tradição diz que nascera o infante (1). Para receber suas magestade ha-

(1) A este respeito ha grandes duvidas, e todas ellas justificadas, visto não apparecer documento authentico que prove ter sido alli o paço d'el-rei D. João I. Segundo parece, o Mestre d'Aviz não tinha residencia propria no Porto. D. João I costumava alojar-se no convento de

via-se preparado, á entrada do pateo central, uma especie de sala decorada com singeleza.

A lapide, collocada por cima da porta, estava velada por uma cortina de damasco branco, tendo ao centro a cruz de Christo. Essa lapide, puro estylo ogival, foi feita nas officinas de reparação do mosteiro da Batalha sobre o modelo executado pelo snr. José Izidro de Campos, talentoso conductor de obras publicas. Os dizeres da lapide são os seguintes:

HIC NATUS EST
A. D. IV NON. MART. AN. D. MCCCXCIV
INCLITUS HENRICUS
JOANNIS FILIUS DUX VISIENSES COVILLANI DOMINATOR
CHRISTI MILITIÆ MAGISTER
QUI IN PROMONTORIO SACRO COSMOGRAPHIÆ SCHOLAM INSTITUIT
AC MARITIMUM CURSUM COLONIARUMQUE DEDUCTIONEM
AD REMOTISSIMAS ORBIS PLAGAS AUSPICATUS EST
QUAPROPTER PORTUGALIA AD SUMMUM GLORIÆ FASTIGIUN ASCENDIT
MUNICIPALIS CURIA PORTUCALENSIS CONSILIARIO
COSTA ET ALMEIDA PRÆSIDE QUUM NATALEM HUJUS CLARISSIMI
VIRI QUI DE HUMANO GENERE OPTIME MERITUS EST
ANNUM QUINQUIES CENTESIMUM CELEBRARET
HUNC LAPIDEM PONI JUSSIT
ANNO MDCCCXCIV

Quando os arautos que precediam o cortejo chegaram á rua do Infante D. Henrique, a camara, acompanhada da commissão do centenario, dirigiu-se á casa do infante. O snr. conselheiro Costa e Almeida rogou então a el-rei que puxasse o cordão que segurava a cortina a fim de ser descerrada a lapide. Realisada esta ceremonia, que foi breve como não podia deixar de ser para não se interromper o cortejo, subiu ao ar uma girandola de foguetes e as musicas tocaram o hymno nacional.

Em seguida el-rei e a comitiva entraram novamente nos trens, seguindo, pelas ruas da Alfandega e Restauração, para o quartel de infanteria 18 a fim de presenciarem o desfilar do cortejo e assistir á apotheose do infante.

No Campo da Regeneração — A apotheose do infante — Minutos antes de o principio do cortejo apparecer á entrada do Campo da Regeneração, chegava a familia real ao quartel de infanteria 18.

S. Francisco, e alli esteve quando veio ao Porto para se consorciar com D. Filippa de Lencastre. Este facto alliado á seguinte nota que se encontra na *Historia seraphica da Ordem de S. Francisco da provincia de Portugal*... «*não tendo* (os reis) *casas grandes no nosso tempo antigo nem aposentos capazes da sua soberania*»... parece indicar que não foi alli, effectivamente, que o infante nasceu. A circumstancia de ter sido aquella casa o *almazem* de el-rei, não auctorisa a suppor que fosse egualmente a sua residencia.

Para se apurar definitivamente este assumpto talvez no archivo da camara municipal se encontre qualquer indicação precisa. Arnaldo Gama arrancou de lá muitas preciosidades e quem, como elle, se desse ao trabalho de o revolver decerto encontraria elementos de sobra para a reconstituição definitiva de muitos factos obscuros. E é muito possivel que se podesse determinar com segurança o local onde nasceu o egregio filho do Mestre d'Aviz

S. M. a rainha ia em carruagem descoberta, acompanhada dos principes, cavalgando á estribeira el-rei, seguido dos seus ajudantes de campo e de um esquadrão de cavallaria. Na frente iam em carruagem os ministros, o pessoal da comitiva e os snrs. governador civil e commissario da policia da 3.ª divisão.



O CORTEJO CIVICO — A FAMILIA REAL NO QUARTEL DE INFANTERIA 18

A familia real foi recebida á porta do quartel de Santo Ovidio pelo snr. Lencastre e Menezes, coronel commandante de infanteria 18 e respectiva officialidade, e bem assim pelos officiaes do esquadrão de cavallaria 10, alli aquartellado. Fazia a guarda de honra uma força do 18, com a respectiva banda de musica.

SS. MM. subiram logo aos aposentos que lhes estavam destinados, simples, mas elegantemente decorados.

O gabinete de entrada achava-se ornamentado com mobilia e cortinados de Buisson, pendendo das paredes molduras com os retratos da familia real habilmente desenhados pelo 1.º cabo do regimento de infanteria 18, Dias. Seguia-se a sala de recepção, cujos estofos e cortinados eram de seda vermelha e amarella.

Ao lado, um pequeno gabinete de *toilette* para S. M. a rainha.

D'esta sala entrava-se para a tribuna levantada especialmente para a familia real presencear a chegada do cortejo, em cuja entrada havia um docel de velludo carmezim artisticamente disposto, sobrepujado pela corôa real e sustentado por duas alabardas. O fundo era forrado a seda azul e branca.

Na tribuna havia quatro cadeiras douradas e estofadas a damasco de seda encarnado, destinadas á familia real, e pendente d'ella uma riquissima e antiga colcha de setim branco, bordada a ouro fino, com a largura de cerca de 7 metros e igual comprimento. Esta original e distincta obra de arte, que fez a admiração de todos, foi emprestada ao snr. coronel do regimento de infanteria 18 pela camara municipal de Penafiel. Era propriedade do antigo convento de frades bentos, de Bustello, e foi adquirida ha annos por aquella municipalidade, que tem já recebido valiosas offertas para a sua venda.

Na escadaria, devidamente tapetada, e nos aposentos a que acima nos referimos, achavam-se habilmente dispostas varias plantas ornamentaes.

Logo que o cortejo civico se approximou da tribuna real, o snr. conselheiro Costa e Almeida, presidente da camara municipal e da commissão dos festejos, levantou vivas á familia real, que foram calorosamente correspondidos pela multidão compacta que occupava as ruas lateraes do Campo da Regeneração. N'esta occasião subiu ao ar uma girandola de foguetes.

O cortejo deu entrada no campo seguindo a melhor ordem, e rodeando o obelisco pela direita, foi postar-se ao lado leste do mesmo campo.

Quando o carro da cidade chegou proximo á tribuna real, foi saudado com muitas palmas e bravos. O mesmo succedeu com a chegada de diversos grupos, os quaes, a seu turno, saudavam a familia real com vivas e palmas. Este enthusiasmo, porém, redobrou á chegada do grupo de estudantes, de que fazia parte, como fica dito, a Estudantina de Salamanca.

Logo que terminou o desfile do cortejo, começou a execução do Grande Hymno do Centenario, composto por Alfredo Keil, no coreto destinado para esse fim, e onde se achavam dispostas, além dos córos, as bandas de caçadores 7, infanteria 8 e 20, e da guarda municipal d'esta cidade, aquelles sob a regencia do snr. Antonio Canedo, e estas do snr. Albano Landeau.

O exito monumental que teve a execução d'aquella brilhante peça

musical, a unidade e a correcção com que se houveram tanto os córos como as quatro bandas, mereceram da parte do numeroso publico uma distincta e effusiva ovação a Alfredo Keil, que, a pedido de numerosas pessoas, entrou no coreto levado nos braços dos seus amigos. N'esta occasião foram-lhe lançadas muitas flores e alguns enthusiastas chegaram a atirar-lhe tambem os chapeus.



OBELISCO DO CAMPO DA REGENERAÇÃO

O snr. Antonio Canedo, que ensaiou o hymno, tambem teve uma grande ovação.

Foi um verdadeiro delirio, que não é facil descrever, mas por onde póde aquilatar-se o merecimento d'aquelles dous distinctos artistas.

O snr. Albano Landeau compartilhou tambem d'aquelles sinceros e espontaneos applausos, pela maneira intelligente como ensaiou as bandas que tomaram parte na execução.

O aspecto do Campo da Regeneração era surprehendente; para contentar toda a gente que, d'aquelle local, desejava assistir ao desfilar do cortejo e ouvir o hymno de Keil, construiram-se differentes palanques, com logares que se alugaram a 1$000 reis e mais. Esses palanques, que comportavam para mais de 3:000 pessoas, estavam completamente apinhados de gente, que, no seu afan de presencear d'alli a solemnidade, não curou de saber se a sua vida estaria a coberto de qualquer eventualidade! Por que, seja dito em abono da verdade, só por um verdadeiro milagre é que alguns d'esses estrados não vieram a baixo com o pezo da gente. Dois ou tres d'esses palanques, além de assentarem n'uma base sem consistencia, estavam construidos tão ligeiramente, que, parecia, o menor movimento podia fazel-os cahir. Felizmente não succedeu assim.

As bancadas que se levantaram junto ao edificio do quartel, e que eram as unicas que offereciam commodidade e segurança, foram mandadas construir com permissão do ministerio da guerra pelo snr. coronel de infanteria 18. O producto dos logares reverteu para os pobres da cidade (1).

Adornos das ruas. — Cabe n'esta altura a descripção dos adornos que enfeitavam as ruas por onde passou o cortejo, e outras ainda que igualmente se vestiram de galas, associando-se assim ao jubilo geral (2). O

---

(1) A conta do rendimento d'essas bancadas foi a seguinte:

Receita: — 656 lugares vendidos para o cortejo civico a 1$000 reis, 656$000 reis; 147 ditos vendidos na noute do fogo a 200 reis, 29$400 reis. Total 685$400 reis.

Despeza: — Construcção das galerias 250$000 reis, aluguer de cadeiras 35$000 reis. Total 285$000 reis. Saldo 400$400 reis.

Distribuição: — 20 bilhetes entregues ao Real Hospital de Creanças Maria Pia 20$000 reis, 20 ditos ao Asylo Profissional do Terço 20$000 reis, 20 ditos ao Instituto de Surdos-Mudos Araujo Porto 20$000 reis, entregue em dinheiro ao Recolhimento do Bom Pastor 20$000 reis, idem á redacção do *Commercio do Porto* 300$00 reis. Total 400$400 reis,

Quartel no Porto, 16 de março de 1894. — *João L. Menezes.*

(2) As festas das ruas foram promovidas por commissões especiaes. Damos em seguida os nomes dos cavalheiros que as constituiram, e que bem merecem dos habitantes d'esta cidade pelo zelo e dedicação que empregaram para tornar mais brilhante a commemoração henriquina.

Commissão da rua de Santo Antonio — Snrs. Antonio Gonçalves da Silva Junior, Francisco Julio Cascaes, Antonio Alves dos Reis & Filhos, Mariano & Irmãos, Victorino d'Almeida.

Commissão do largo dos Loyos — Snrs. João Baptista de Lima Junior, Abel Eduardo Pereira Brandão, Sebastião Alves de Freitas, Manoel José Alves de Azevedo, Antonio Joaquim Correia, Adão Machado, Ezequiel Augusto Ribeiro Vieira de Castro.

Commissão da rua de Santa Catharina — Snrs. Daniel Martins de Moura Guimarães, Antonio da Silva Cunha, Abilio de Sequeira Pinto de Queiroz, Sebastião Sanhudo, Manoel Falcão, Franscisco Marques Teixeira, Elysio Gonçalves, Alfredo Teixeira da Silva, Manoel M. Marques Junior.

Commissão do largo da Batalha — Snrs. Francisco Alves Peixoto, Luiz P. Moreira Lobo, José Mathias d'Azevedo, Luiz Ferreira de Carvalho.

Commissão da rua do Sá da Bandeira — Snrs. Fernando Pinto Moreira, Costa & Ramos Pinto, Faria Guimarães & C.ª, Souza & Moraes, successores, M. Jorge & Faria, J. d'Almeida & C.ª e Manoel da Costa Fiuza.

Commissão da praça dos Voluntarios da Rainha — Snrs. José d'Almeida Cunha e Manuel Antonio d'Affonseca.

Commissão da praça de Carlos Alberto e rua de Cedofeita — Snr. João Pinto Nogueira, Manoel Joaquim dos Santos Maia, Antonio de Souza Braga e Antonio Baptista de Lemos.

Commissão da rua do Almada — Snrs. José Dias Alves Pimenta, José Francisco Vieira de Carvalho Junior, Antonio Fernandes de Souza, Domingos Alves de Azevedo, Antonio Simões

cortejo desfilou pelas seguintes ruas, desde o ponto em que se organisou (rua do Anjo) até áquelle em que dispersou (Campo da Regeneração):

Carmelitas: — Ostentava uma ornamentação simples; plyntos com vasos de plantas ornamentaes e mastros com bandeiras. Como eram muitas, o conjuncto produzia um excellente effeito.

Rua dos Clerigos: — Foi mandada illuminar e adornar pela camara municipal, visto os moradores não terem podido constituir uma commissão especial. Nos mastros viam-se bandeiras de variadas côres; os plyntos tinham pintada a cruz de Christo, espheras, etc. A illuminação era a gaz, sobre plyntos de fundo branco e com a referida cruz em cada face. O escadorio da igreja dos Clerigos tambem foi vistosamente illuminado a gaz.

Praça de D. Pedro: — Estava adornada com grandes trophéus, mastros e bandeiras; os quatro candieiros existentes no meio da praça foram transformados em serpentinas, em fórma de chorão. A grade que circumda o monumento de D. Pedro IV foi tambem illuminada a gaz, por um systema completamente novo e brilhante. N'um formoso coreto, de estylo ogival, que alli se levantou, tocava uma banda regimental.

Rua de Sá da Bandeira: — Era uma das mais bem ornamentadas. Mastros de navios, tendo na base grandes ancoras com silvas de heras, aquellas apoiadas em pedestaes, e a certa altura discos com inscripções memoraveis ladeadas de bandeiras e um pouco mais abaixo laços azues e brancos com uma flôr artificial ao meio. No tôpo dos mastros bandeiras brancas com a cruz vermelha da Ordem de Christo. A's entradas d'esta rua os mastros differiam um pouco, tendo duas vergas em sentido obliquo com velame e um bonito embandeiramento. A illuminação era electrica. Do alto de elevados postes pendiam 14 arcos voltaicos, mettidos em globos fôscos, havendo por cima da casa de ferragens da rua Formosa, fronteira á do Sá da Bandeira, um reflector da força de 30:000 vellas. Esse reflector

---

Lopes, Custodio Cardoso Pereira, Eduardo Leão Costa, Antonio Francisco Soares, Manuel Alves dos Reis, Paulino José Henriques do Amaral, Alberto Augusto Moreira de Pinho, Julio Cardoso Pinto Malheiro.

Commissão da rua do Mousinho da Silveira — Snrs. José d'Oliveira Queiroz, Bernardino Leite de Faria & C.ª, Herbert Cassels, Albino Andrade Mello, Antonio Ferreira de Barros, Ferreira Guimarães & Guimarães, Antonio Fernandes Braga, José Antonio de Faria.

Commissão do largo de S. Bento, rua das Flores, largo de S. Domingos e rua de Ferreira Borges — Snrs. Antonio Moreira Cabral, Paulo Cantos, Antonio d'Oliveira Baptista, Fernando Antonio de Castro, Arthur José de Souza.

Commissão das ruas de S. João e Infante D. Henrique — José de Barros Freire, José Augusto d'Almeida, Antonio Leite da Costa, José Soares da Costa, José Gonçalves Agra, Joaquim Teixeira da Silva Guimarães, José d'Oliveira Bastos, Severino José de Brito.

Na praça de D. Pedro nomeou-se tambem uma commissão que, por circumstancias que não importa referir, se dissolveu. Os snrs. Diogo José Navarro e José Ferreira da Silva Monteiro, moradores n'aquelle local, deliberaram, porém, angariar donativos para serem distribuidos pelos pobres, pensamento que encontrou a mais franca adhesão. Nos dias 3, 4 e 5 de março foram dados 1:000 jantares, servidos na cosinha economica, e nos dias 6 e 7 deram-se tambem 2:330 refeições a igual numero de creanças.

As decorações d'aquella praça foram mandadas fazer pela camara municipal.

apoiava-se em columnas, tendo diversas peças accessorias de scenographia do melhor effeito. Fronteiro á rua de Passos Manoel via-se um coreto em fórma de baluarte, onde tocava a banda dos Bombeiros Voluntarios de Villa Nova de Famalicão, regida pelo snr. José da Costa. N'este coreto havia um mastro encimado por uma pequena embarcação pintada.

Rua de Santa Catharina: — Eram do mais agradavel effeito os adornos d'esta rua, entre a Formosa e a praça da Batalha. Em plyntos imitando granito, com argolas de ferro, mastros de embarcações com verga e carangueja, d'onde pendiam pequenas bandeiras, tudo encimado pela bandeira branca com a cruz vermelha de Christo. O conjuncto offerecia um aspecto lindissimo. A illuminação era a luz electrica nos mastros, havendo diversas lampadas na extremidade da verga obliqua e no topo. O coreto para a musica offerecia muita originalidade, pois affectava a fórma de uma embarcação antiga com a sua prôa dourada e mastro com profuso embandeiramento formando uma especie de pavilhão. N'esse mastro estava um escudo ladeado de bandeiras em que se lia: *Talent de bien faire.* O barco simulava estar na agua. Tocava n'esse coreto a banda de caçadores 7, de Valença, e a rua era percorrida por uma phylarmonica de Gondomar, dirigida pelo snr. Corujeira. A phylarmonica trajava vestuarios imitantes aos dos marinheiros do seculo XV, camisola branca com peito vermelho, calção e gorro, destacando-se o regente da banda em trazer um elmo na cabeça.

Terminadas as festas, esses vestuarios, feitos expressamente para a occasião, foram mandados entregar ao commissario de policia da 3.ª divisão, capitão Francisco Leite Arriscado, para os distribuir por familias pobres, preferindo aquellas em que houvesse doentes de variola.

Rua de Santo Antonio: — A's entradas levantavam-se dous magestosos arcos, em estylo ogival, rematados aos lados por formosos pinaculos. Atravessando a rua, pendentes das janellas e saccadas dos predios, estavam collocados 12 baldaquinos artisticamente pintados e com varias inscripções allusivas á vida de D. Henrique e de seus irmãos. Sobre pequenos pedestaes havia elegantes espheras encimadas pela cruz da Ordem de Christo; as bandeiras, em fórma de estandarte, brancas, tendo ao centro a mesma cruz; nos mastros, tropheus de bandeiras, nas quaes avultava a divisa do infante, espheras e a referida cruz, tudo em vermelho; escudos com versos dos *Luziadas*, caravellas, etc. Além d'isso os mastros eram adornados, na base, de grinaldas de flôres. Nos plyntos, pintados a imitar pedra, accendeu-se uma vistosa illuminação a gaz, tendo 88 lumes cada um e sendo parte dos bicos revestidos de globos fôscos. Sob os bicos de gaz, ou seja entre estes e os plyntos, collocaram-se elegantes açafates de flôres naturaes. Os candieiros existentes na rua foram transformados em serpentinas com 19 lumes cada uma e adornados com tropheus de bandeiras; os dous arcos monumentaes tambem eram illuminados a gaz, de fórma a salientarem-se todos os contornos, e bem assim varios predios par-

ticulares, apresentando a Confeitaria Portugueza do snr. Francisco Julio Cascaes uma illuminação brilhantissima. Ao cimo da rua, nas escadas de Santo Ildefonso, destacava-se uma cascata e uma fonte luminosa, por meio de luz electrica. No pequeno coreto construido na porta da casa dos Banhos existente n'aquella rua, tocava a banda de infanteria 20.

Largo da Feira de S. Bento: — Mastros com bandeiras e plyntos com vasos. Junto ao mosteiro da Ave-Maria erguia-se um original coreto: um caes com seu pharol, tendo no respectivo lugar um fóco de luz electrica. Muitas bandeiras alindavam este elegantissimo coreto, em que tocavam alternadamente a phylarmonica de Moreira e a de Grijó, dirigida pelo snr. Joaquim de Souza Neves e vulgarmente conhecida pela denominação de *Banda do Sóqueiro.*

Rua das Flores: — A's entradas e ao centro d'esta rua erguiam-se mastros com verga e véla, formando uma especie de arco. De resto as ornamentações limitavam-se a plantas e a bandeiras. A' entrada da viella do Ferraz foi, a certa altura, para não interceptar a passagem, construido um pequeno coreto, imitando um portico. Nas janellas dos predios o embandeiramento era profuso.

Largo de S. Domingos: — A commissão promotora das ornamentações n'este local, rua das Flores e largo da Feira de S. Bento era a mesma da rua de Ferreira Borges. Os adornos eram portanto identicos. Proximo ao edificio da Caixa Filial do Banco de Portugal erguia-se um excellente coreto em fórma de baluarte com guaritas nos angulos e pelo lado sul uma especie de pharolim, que era brilhantemente illuminado a gaz. N'esse coreto, affectando a fórma d'um castello, tocava a phylarmonica de Moreira (Maia), dirigida pelo snr. Domingos Moreira.

Rua de Ferreira Borges: — Os adornos constavam de mastros com vistosos estandartes de côres variadas e discos ladeados de bandeirinhas. N'aquelles liam-se legendas allusivas ás descobertas iniciadas pelo infante e aos seus feitos militares. Nos plyntos, que fingiam granito, viam-se pintadas ancoras, corôas e cruzes da Ordem de Christo, tendo além d'isso silvas de heras e suspensões com camelias. A illuminação nos plyntos era a gaz.

Praça do Infante D. Henrique: — Na parte superior, proximo do mercado, erguia-se um elegante pavilhão em fórma de corôa, destinado a SS. MM. e comitiva presencearem a ceremonia do lançamento da pedra fundamental do monumento. A praça, que fôra devidamente ensaibrada, ostentava um profuso embandeiramento em mastros.

Rua do Infante D. Henrique: — Mastros com bandeiras e profusão de plantas ornamentaes. N'um coreto em fórma de baluarte antigo, tendo nos angulos as respectivas guaritas, tocava a phylarmonica dos Bombeiros Voluntarios da Povoa de Varzim.

Rua de S. João: — No tôpo dos mastros symetricamente collocados

fluctuavam estandartes de variadas côres; ao meio d'elles escudos ladeados de bandeirinhas, lendo-se n'aquelles differentes inscripções que se relacionam com a vida e feitos de D. Henrique. Os plyntos dispostos por entre os mastros eram de duas qualidades: uns imitavam granito e tinham pendentes enormes corôas de louro e um elegante tropheu de bandeiras, avultando no alto um estandarte branco com a divisa *Talent de bien faire.* No sitio da lança via-se uma pequena ancora metallica. Os outros, que eram originaes, pintados a azul e branco, ostentavam como adorno oito pequenas bandeiras. Em todos os plyntos havia variada illuminação a gaz. Algumas das varandas dos predios d'esta rua estavam ornamentadas a heras e camelias. Havia dous coretos, em fórma de fortaleza antiga, tocando n'elles a phylarmonica de Cabeceiras de Basto, dirigida pelo snr. Justino Camello, e a dos Bombeiros Voluntarios do Porto, regida pelo snr. José Jopes.

Rua de Mousinho da Silveira: — Excellentemente adornada com mastros, imitando os de navios, com duas vergas, velame e carangueja, d'onde pendiam bandeirinhas. No alto a bandeira com a cruz da Ordem de Christo e ao longo dos mastros cordoalha imitando enxarcias; a conveniente altura escudos com ancoras e cruzes de Christo, n'uma symetria encantadora. Nos plyntos, trophéus de bandeiras muito bem dispostos e escudos com datas memoraveis e nomes de homens celebres do tempo do infante. A's entradas, mastros com tres vergas e velame respectivo. A illuminação era á moda do Minho, vindo expressamente dos lados de Santo Thyrso o pessoal competente para a dispôr nos mastros, de modo a produzir o mais agradavel aspecto. Em dous coretos, tambem em fórma de fortaleza, tocavam a phylarmonica de S. Cosme, dirigida pelo snr. Monteiro, e a de Pejões, proximo a S. Miguel das Aves (Santo Thyrso).

Muitos predios d'esta rua achavam-se decorados com originalidade e gosto.

Rua de D. Maria II: — Ornamentada pelo mesmo systema do largo dos Loyos, por isso que a commissão promotora dos festejos era a mesma. A illuminação era em serpentinas collocadas sobre os columnellos dos candieiros.

Largo dos Loyos: — Ao centro elevava-se uma apparatosa allegoria, da altura de quinze metros, imitação do projecto do monumento do infante, denominado *Invicta*, tendo na frente o busto do infante e rompendo a meia altura, aos lados, duas prôas de caravella, com os remos. Rematava-os uma esphera azul, na qual se lia a divisa do infante. A pintura imitava pedra. Todos os contornos e a esphera eram illuminados a gaz.

O largo estava ornamentado com plyntos e mastros, enfeitados com escudos e bandeiras e encimados com galhardetes com a cruz de Christo. Nas extremidades, elegantes columnas encimadas com espheras armilares, sahindo d'estes mastros com iguaes galhardetes. Crusadas da esphera ao

topo do mastro, adriças embandeiradas e, a meio das columnas, escudos com bandeiras e legendas.

Esta especie de arcos terminava pelo lado de fóra das espheras e abrindo angulo com cada mastro, com uma verga com a véla risada, de cuja curva pendia presa á esphera uma corda com bandeiras.

Rua do Almada: — As condições especiaes d'esta rua, — muito comprida e muito estreita — contribuiram poderosamente para o esplendido effeito das suas decorações. Embandeirados a galhardetes brancos e tendo ao centro a cruz da Ordem de Christo, os mastros eram adornados com trophéus de bandeiras, tendo no meio escudos com a referida cruz, com o nome do infante e com a data do seu nascimento. A illuminação consistia em 15 arcos, tendo o primeiro, á entrada da rua (lado da praça de D. Pedro), a legenda: *Talent de bien faire*, e o ultimo (campo da Regeneração): *Nasceu a 4 de março de 1394*. A's esquinas dos dous ultimos predios, ao principio e ao cimo da rua, viam-se, cingindo as paredes, quatro grandes plyntos com vasos de flôres. Tocavam n'este local, onde não se construiram coretos por falta de sitio proprio, tres bandas de musica: a do Corpo de Salvação Publica, uma de Vizella e outra de Gaya.

As colgaduras que guarneciam as janellas de todos os predios, davam egualmente á rua um lindissimo aspecto.

Campo da Regeneração: — Ao centro do espaçoso largo erguia-se um obelisco monumental de 20 metros de altura, terminado por um grande fóco de luz electrica. Fingia pedra lioz. Na frente via-se a cruz de Christo, tendo por baixo um medalhão com o busto do infante e a legenda: *Nasceu em 4 de março de 1394*; do lado norte destacava-se a cruz de Christo, atravessada por uma palma, tendo por baixo o brazão da cidade; do lado nascente a legenda: *1340 — Bojador*, e do lado poente: *Porto Santo — 1418*. No corpo principal destacavam-se ainda: na frente (ao sul), o escudo do infante; ao poente a legenda *1445 — Ceuta*, e ao nascente: *1449 — Arguim*. O obelisco era todo illuminado a gaz. A' volta de todo o campo foram collocadas serpentinas adornadas com trophéus de bandeiras e com varias inscripções allusivas á vida do infante. Essas serpentinas assentavam em plyntos com a altura de 8 metros e imitavam granito. Além d'isso havia embandeiramento em mastros, sendo estes devidamente adornados. Do lado do poente foi construida uma grande bancada, em semi-circulo, para a execução do hymno composto por Alfredo Keil.

Além d'estas ruas outras ainda ostentavam vistosas decorações, devidas tambem á iniciativa particular. Eram as seguintes:

Praça dos Voluntarios da Rainha: — Era de bello effeito a ornamentação d'este local, que foi profusamente illuminado á veneziana. A fonte monumental alli existente foi vistosamente illuminada a gaz e na beira do tanque a tijellinhas, á moda do Minho. Em toda a praça col-

locaram-se pedestaes com arbustos e mastros com bandeiras brancas, tendo ao centro a cruz da Ordem de Christo; os trophéus dos mesmos mastros compunham-se de tres bandeiras brancas, com a divisa do infante e com a referida cruz. Tocava em um coreto a banda de musica da Bandeira.

Rua e largo do Carmo: — A commissão d'estes dous locaes era a mesma da praça dos Voluntarios da Rainha, sendo, portanto, as suas ornamentações e embandeiramentos iguaes aos da referida praça.

Praça de Carlos Alberto: — Offerecia bastante originalidade a ornamentação d'este local. Não havia embandeiramento por meio de mastros, mas das janellas e sacadas de todos os predios sahiam bonitos mastros com bandeiras brancas, tendo ao centro a cruz da Ordem de Christo; a illuminação era a arcos de gaz, collocados em varios pontos da praça, incluindo aquelle que é ajardinado. Ao centro da praça erguia-se um arco monumental do mais imponente effeito, imitando a entrada do antigo edificio da alfandega d'esta cidade. Media 10 metros de altura por 7 de largo e era encimado por um grupo de anjos com corôas de louros nas mãos. Sob esse grupo lia-se: — *Ao infante D. Henrique;* — dos lados, destacando-se, duas espheras com trophéus de bandeiras. Na frente do arco principal collocaram-se as antigas armas portuguezas e do lado de traz, voltadas para o jardim, as de D. João I. Essas armas mediam 3 metros cada uma. Nas partes lateraes do arco, cruzes da Ordem de Christo. Na parte interior do arco foi construido um estrado onde tocava a banda de musica dos Bombeiros Voluntarios de Mathosinhos e Leça.

Rua de Cedofeita: — Esta rua estava igualmente ornamentada e illuminada desde a praça de Carlos Alberto até á viella do Açougue (travessa de Cedofeita). Essa ornamentação e decoração eram perfeitamente iguaes ás d'aquella praça, visto a commissão dos festejos ser a mesma.

Rua do Bomjardim: — N'esta rua, entre a Porta de Carros (largo da egreja dos Congregados) e a rua do Sá da Bandeira, erguiam-se mastros com galhardetes de côres, trophéus de bandeiras com a cruz de Christo e escudos com inscripções, recordando os cargos que o infante desempenhou, titulos nobiliarchicos, etc. De mastro a mastro festões de murta e louro. Em plyntos via-se a cruz da Ordem de Christo.

Praça da Batalha: — Achava-se embandeirada e adornada com plyntos; nos mastros, escudos e trophéus, tendo as primeiras varias legendas allusivas a D. Henrique. Ao centro da praça, um elegante coreto, em fórma de pavilhão, medindo 17 metros de altura e sustentado por columnas, coberto por uma elegante cupula. Nas columnas, trophéus de bandeiras brancas e vermelhas. Ao centro uma grande serpentina, com dous renques de luz a gaz, em fórma de chorão. A illuminação da praça era por meio de serpentinas, collocadas em candieiros, cujas bases se achavam tambem adornadas.

As illuminações — Na noite do dia 3 effectuaram-se as illuminações, que se repetiram depois nas duas noites seguintes. O tempo favoreceu-as extraordinariamente, dando logar a que tivessem o desejado brilho e esplendor. Nos mezes de estio não é muito frequente apresentar-se uma noite tão serena e tão amena como aquella. Esta circumstancia, influindo extraordinariamente no brilhantismo das festas, contribuiu para que a concorrencia fosse de tal ordem que, por vezes, não se podia romper atravez a multidão. A rua de Sá da Bandeira esteve constantemente apinhada, e muita gente houve que, desembocando da rua de Santa Catharina para descer a de Santo Antonio, teve de resignar-se a voltar para traz, evolução que tambem não podia fazer-se sem grande canceira e trabalho. O mesmo succedeu nas ruas das Flores, Mousinho da Silveira, Infante D. Henrique, (onde as attenções do povo eram attrahidas pelas brilhantissimas illuminações da Associação Commercial), no largo dos Loyos, na rua do Almada, na praça dos Voluntarios da Rainha, no campo da Regeneração, etc.

Pela descripção que acima damos das ruas que se achavam ornamentadas, já o leitor póde fazer uma ideia das illuminações que, em verdade, excederam toda a espectativa. No campo da Regeneração, além do obelisco erguido ao centro e dos candelabros que guarneciam o largo, todos os predios illuminaram, uns a gaz, outros a *giorno*, outros a lanternas, produzindo esta variedade um conjuncto encantador. O effeito da illuminação do quartel de infanteria 18, á veneziana, era surprehendente. As extensas linhas de luzes a toda a largura do edificio, as bambinellas nas trapeiras ladeando as armas reaes illuminadas a gaz e a parte decorativa das bancadas, produziam um effeito lindissimo. Talvez por falta de gaz, o obelisco não sobresahiu tanto quanto se esperava. Mal se lhe distinguiam os contornos, e da esphera que o encimava apenas se lhe apercebiam os polos.

A praça de Carlos Alberto, com a sua profusão de arcos a gaz, dava um resultado magnifico, fazendo destacar a magnificencia do arco que servia de coreto á musica que alli tocava.

Illuminou a ballões venezianos, a gaz e a tijellinhas, á moda do Minho, a praça dos Voluntarios da Rainha: á veneziana em grandes bambinellas pendentes das arvores alli existentes, a tijelinhas nos canteiros que formam o *square* e a gaz na fonte monumental situada no meio da praça. O conjuncto não podia ser mais pittoresco.

A rua dos Clerigos foi illuminada a gaz, incluindo a frontaria da igreja, produzindo um bello resultado auxiliada pelas illuminações particulares, á veneziana.

Illuminada a gaz, em arcos, a rua do Almada, vista de qualquer das suas extremidades, offerecia uma vistosa perspectiva. Tinha tambem alguns predios com illuminações á veneziana.

No largo dos Loyos a illuminação a gaz do obelisco e a de alguns predios, electrica e á veneziana, casavam-se por fórma a darem um aspecto attrahente ao local.

A disposição geral era muito interessante e, até certo ponto, obedecendo a um plano artisticamente concebido.

Os paços do concelho e as administrações dos bairros illuminaram a gaz. O effeito geral era magnifico; por entre a enorme quantidade de luzes destacavam-se as armas no alto do edificio e os escudos coroados com a cruz de Christo collocados nas extremidades da varanda do edificio.

A rua de Santo Antonio exhibiu tambem uma primorosa illuminação a gaz com os seus arcos ogivaes, ostentando bonitos florões de luzes veladas por vidros fôscos e espiraes encimadas pela cruz de Christo. Ao fundo, no alto da rua, destacava-se a fonte luminosa com as suas cambiantes, produzindo um effeito maravilhoso.

Deante da cascata embasbacava-se uma multidão enorme, que tinha grandes exclamações quando o jacto mudava de côr. As observações feitas pelo povo das aldeias eram verdadeiramente pittorescas.

Devido tambem á falta de gaz, os arcos não brilharam tanto quanto deviam, pois tinham uma grande quantidade de bicos.

A rua de Santa Catharina illuminou a luz electrica assim como a maior parte dos predios. A illuminação do edificio da Camisaria Cónfiança, sobrepujada por uma grande cruz de Christo, era de excellente resultado.

O pharolim erguido no coreto da Feira de S. Bento, como se fôra de facto um guia desviando dos perigos os mareantes, com o seu arco voltaico espalhava em torno uma intensa luz opalina.

A rua das Flores e largo de S. Domingos ostentaram vistosa illuminação a gaz; todos os predios particulares illuminaram a gaz e a luz electrica, a côres.

A rua do Mousinho da Silveira illuminou á veneziana. Era encantador á vista o effeito das bem combinadas bambinellas em variegadas côres que se estenderam nos dous lados da rua em todo o seu comprimento. A perspectiva era deslumbrante e dava a impressão do scenario d'uma apotheose de magica.

A rua de S. João estava tambem illuminada a serpentinas de gaz, concorrendo para um effeito pomposo as illuminações particulares.

O mesmo diremos da rua do Infante D. Henrique, tambem vistosamente illuminada a gaz.

O magnifico edificio da Bolsa, cuja riqueza interior tem sido admirada por não poucos estrangeiros illustres, estava deslumbrantemente illuminado por meio de electricidade; em todas as salas a profusão de candelabros e a ordem por que se achavam collocados produziam um effeito surprehendente e magestoso. A sala nobre, a mais opulenta que se encontra no paiz, e que mesmo fóra d'elle não tem que receiar confrontos,

estava formosissima: quando se entrava, sentia-se qualquer coisa que infundia respeito. Muita gente, que nunca entrára n'aquelle soberbo edificio, ficou maravilhada ao defrontar com aquella verdadeira preciosidade artistica, honra de quem a delineou e mandou executar.

A illuminação era, como dissemos, electrica, na sua maior parte distribuida em arcos voltaicos; no pateo coberto viam-se, pendentes, quatro globos; no atrio da ampla e elegante escadaria que dá accesso ao andar nobre, outro arco voltaico, e mais dous pendendo do zimborio. O corredor era illuminado por tres arcos. No opulento salão nobre, oito arcos voltaicos pendiam da galeria, pondo scintillas maravilhosas nos ornatos a ouro e côres. Um verdadeiro deslumbramento. O salão dos retratos era illuminado por oito lampadas electricas, a bibliotheca por dez e o gabinete da presidencia por vinte.

Havia tambem illuminação a gaz na sala das assembleias geraes e nos corredores do vasto e grandioso edificio.

A illuminação exterior era egualmente deslumbrante. A magestosa fachada do edificio destacava-se em todos os pormenores, á luz de alguns milhares de bicos. No frontão do edificio e em todas as cornijas a illuminação era profusa, produzindo um effeito surprehendente; nos vãos das columnas centraes avultavam as armas nacionaes antigas ladeadas por uma fita em que se lia a conhecida divisa do infante — *Talent de bien faire*; aos lados a cruz da Ordem de Christo em escudos, tudo n'uma encantadora symetria. Por cima das portas centraes lia-se: na do lado sul, *A Associação Commercial;* na do centro, *1394-1894;* na do lado norte, *Ao Infante D. Henrique*, convindo dizer que as duas portas lateraes apresentavam tambem duas elegantes ancoras. Eram tambem illuminados o torreão e os quatro mostradores do relogio.

Se a direcção d'esta casa é merecedora de rasgados elogios pelo modo brilhante como se associou ás festas do centenario, é justo que consignemos aqui o nome do director encarregado do pelouro das obras, o snr. André Avelino Lopes Guimarães, a cuja dedicação e zelo se deve a rapidez com que foi feita esta importante installação.

As illuminações da rua de Sá da Bandeira eram egualmente vistosissimas, duplicando-lhes o valor e augmentando-lhes o realce o projector a que já nos referimos, e que fôra montado pelo distincto electricista e não menos reputado photographo, Emilio Biel. Da força de 30:000 vellas, e de systema voltaico, quando projectava de frente a sua luz intensissima, todas as cabeças se voltavam e todos os olhos se fechavam porque não era possivel affrontar-lhe o brilho. Dava perfeitamente a impressão do nascer do sol. Quando o foco, por um movimento que se imprimia ao apparelho, projectava a sua luz para o ceu, parecia que um grande cometa surgira, alastrando pelo espaço a sua enorme cauda luzente. Quando incidia sobre a torre dos Clerigos, parecia que esse gigante de pedra se achava suspenso,

nos ares. O effeito não podia ser mais phantastico. Todos os predios illuminaram tambem a gaz e a luz electrica. A fachada do theatro Principe Real, toda illuminada por meio de electricidade, n'uma grande abundancia de globos de côres, em fórma de tulipas, offerecia um aspecto delicioso.

Achavam-se tambem vistosamente illuminados o Centro Commercial, Atheneu Commercial, secretaria da Misericordia, real e imperial chapellaria a vapor dos snrs. Costa Braga & Filhos, bazar Central, bazar Mello, cervejaria Schereck, grande hotel do Porto, confeitaria Souza Paula, Flora Portuense, etc., etc.

Esta parte das festas foi, ninguem poderá dizer o contrario, surprehendente; e se a companhia do gaz estivesse habilitada a satisfazer todas as requisições que lhe foram feitas, temos a certeza de que as illuminações haviam de ser maravilhosas. A commissão da rua de Santo Antonio, por exemplo, que reclamou 2:000 bicos de gaz, teve de contentar-se apenas com 1:000 visto a companhia não poder comprometter-se a fazer o fornecimento pedido. Isto mesmo se repetiu com outras commissões e individuos particulares, que tiveram de satisfazer-se com o que lhe deram. Apezar, porém, de todas estas circumstancias, as illuminações estiveram brilhantissimas, excedendo as que, em outras occasiões de festas, se tem realisado n'esta cidade.

O PASSEIO FLUVIAL — Um dos numeros do programma das festas henriquinas que despertou egualmente muito interesse, foi o cortejo fluvial organisado na Foz para acompanhar até á Ribeira a caravella expressamente construida nos estaleiros de Gaya para transportar a pedra, proveniente de Sagres, e destinada ao monumento do infante. Por occasião das festas do centenario do marquez de Pombal organisou-se tambem, e cremos que pela primeira vez, um passeio fluvial. As embarcações sahiram da Ribeira, foram até Avintes, e voltaram ao ponto de partida. O tempo, porém, estava mau, chovia, e no regresso a agua era a torrentes; como se tractava d'uma diversão nova, e os promotores das festas estivessem pouco familiarisados com as praxes usadas n'estes casos, o serviço fez-se atabalhoadamente, sem ordem, n'uma confusão completa, accrescentada depois pela chuva que cahia copiosamente, como n'um diluvio. D'este modo a impressão que essa festa deixou foi... a de uma espantosa molhadella. E nada mais.

Para o cortejo fluvial agora realisado riscou-se um plano para ser fielmente executado, e foi-o, cumprindo-se integralmente todas as indicações do programma, elaborado pelo digno chefe do departamento maritimo do norte, snr. conselheiro Cardoso de Carvalho, que desenvolveu a maior actividade e intelligencia para que esta parte das festas attingisse o maximo esplendor.

O programma do cortejo era o seguinte:

Preliminares — Desde a Foz até á ponte de D. Luiz, em ambas as margens do rio, serão, com intervallo igual, arvoradas bandeiras.

Na mesma extensão, no rio e junto ás duas margens, serão collocadas as barcas de carga, estendidas em linha e embandeiradas.

Os navios surtos no Douro serão convidados a embandeirar em arco.

O embandeiramento geral terá lugar ao nascer do sol do dia 4 de março, e arriado ao sol posto.

A's barcas de carga será determinado pela commissão o lugar onde devem fundear, e serão collocadas no respectivo lugar até ao dia 3.

O navio de guerra que conduzir a pedra do promontorio de Sagres para fundamento do monumento ao infante D. Henrique deverá estar no Douro com a possivel antecedencia, como prevenção á inacessibilidade da barra, no dia em que tem logar o festejo.

Este navio deverá na madrugada do dia 4 estar ancorado pelo travez do caes da Cantareira, e bem assim a caravella amarrada ao mesmo navio.

Os seis rebocadores *Veloz*, *Galgo*, *Liberal*, *Lynce*, *Leão* e *Tito e Flavio*, deverão estar fundeados proximo á Foz, nos lugares que a commissão indicar, tres a cada margem do rio.

As embarcações particulares que quizerem tomar parte no festejo só o poderão fazer a reboque e na ordem que pela capitania do porto fôr determinada, para o que se inscreverão na mesma capitania, a qual lhes designará a que rebocador devem amarrar e o lugar de ordem que lhes compete.

A reboque do vapor *Veloz* amarram, em uma só linha, as embarcações grandes de pesca de Valbom e da Aforada.

A reboque do vapor *Galgo* amarram, em uma só linha, as catraias dos pilotos.

E a reboque dos quatro rebocadores *Liberal*, *Lynce*, *Leão* e *Tito e Flavio* amarram, em uma só linha, os cahiques e mais embarcações com espectadores.

Todas as embarcações que tomarem parte no cortejo devem estar nos seus respectivos lugares ao meio dia, e embandeiradas.

Prestito fluvial — A' 1 hora da tarde será passada a pedra do navio de guerra para a caravella, o que será annunciado por uma girandola de foguetes, dando as fortalezas da Foz e da Serra do Pilar uma salva de 21 tiros, permittindo-se n'este acto que nos barcos de carga e margens do rio sejam lançados foguetes. Logo que a pedra esteja embarcada na caravella, seguirá esta, a reboque, rio acima; em seguida, nas suas aguas, o navio de guerra.

Pelas alhetas d'esta a estibordo, o vapor *Aguia*, e de bombordo o *Tritão* com os membros da Associação Commercial. Escoltando a caravella, sem ultrapassar a sua pôpa, irão as embarcações do Real Club Fluvial, divididas em igual numero de cada lado e em linha perpendicular.

Em seguida, e na mesma ordem e disposição, os escaleres dos navios de guerra, alfandega, fiscalisação e capitania do porto.

Logo que esta parte do cortejo tenha passado a prôa dos rebocadores fundeados, estes suspenderão os ferros e seguem: — *Liberal* na alheta de bombordo do *Tritão*; *Lynce* na alheta de estibordo do *Aguia*; *Leão* na alheta de estibordo do *Liberal*; *Tito e Flavio* na alheta de bombordo do *Lynce*; *Veloz* na alheta de bombordo do *Leão*; *Galgo* na alheta de estibordo do *Tito e Flavio*.

O cortejo assim formado seguirá, a meia força, rio acima até ás escadas da Rainha; logo que o navio de guerra esteja pelo travez das mesmas, dará

fundo e bem assim todos os rebocadores, encurtando o mais possivel as distancias.

A caravella atracará ás escadas da Rainha, ás 3 horas da tarde, para desembarcar a pedra, que será entregue pelo commandante do navio de guerra á deputação da camara municipal.

Nas escadas da Rainha só é permittido o desembarque das embarcações do Real Club Fluvial, escaleres de navios de guerra, alfandega, fiscalisação e capitania e bem assim aos membros da Associação Commercial, imprensa e convidados.

O desembarque dos espectadores terá logar nas Escadas das Padeiras e linguetas da Ribeira e antiga Estiva.



CORTEJO FLUVIAL — ASPECTO DAS MARGENS DO DOURO

No acto do desembarque da pedra será lançada ao ar uma girandola de foguetes e correspondida com foguetes lançados das margens do rio e barcas de carga dispostas em linha.

Disposições policiaes — Não é permittido tomar parte no cortejo senão ás embarcações que se tiverem inscripto e a reboque. Toda a embarcação solta será mandada desviar para além da linha das barcas de carga, prohibindo-se-lhe seguir o cortejo.

Na manhã do dia 4 todas as embarcações appareceram embandeiradas em arco, incluindo a *Bellona*, canhoneira ingleza, á qual teremos mais tarde de nos referir. Como o dia amanhecesse lindissimo, claro, d'um azul transparente e calmo, muita gente tractou de ir procurar local onde

podesse commodamente installar-se, a fim de gozar a passagem das embarcações, abrangendo o maior espaço entre os pontos de partida e chegada. A's 9 horas da manhã—(o cortejo devia organisar-se ao meio dia)—já o movimento de gente pela estrada marginal era consideravel. Os americanos mal podiam arrastar-se, tanto era o pezo que transportavam, e sob nuvens de pó, grupos de populares, foliando, como a caminho de uma romaria, encaminhavam-se para a Foz, onde deviam embarcar as differentes corporações convidadas. As margens do Douro offereciam já a essa hora um aspecto pittoresco. Duas horas depois, ás 11, esse aspecto duplicava de animação e de curiosidade. Milharês de pessoas estendiam-se pela estrada marginal, alcandoravam-se nas escarpas do monte da Arrabida, debruavam as estreitas e arriscadas veredas que atravessam esse monte, equilibravam-se sobre os telhados, empoleiravam-se pelos muros, trepavam ás arvores, tomavam, emfim, todas as posições ainda as mais incommodas e arriscadas para gozarem o espectaculo do rio.

As alturas do Palacio de Crystal, vistas cá de baixo, do rio, apresentavam um aspecto verdadeiramente extranho; as plantas, a verdura dos declives, os arrelvados, tudo desapparecia sob a massa enorme de gente que tomou de assalto, como n'um combate, todos os pontos d'onde podesse gozar a vista do Douro. Não se via senão gente, muita gente, acenando lenços brancos, que, de tão longe, pareciam bandos de pombas esvoaçando. Muita d'essa gente occupava pontos verdadeiramente perigosos, como no monte da Arrabida, ou nos alcantis dos montes de Gaya; ninguem pensava em perigos, o que queria era vêr, ainda mesmo que esse gozo podesse trazer quaesquer outras complicações. Comtanto que visse a caravella, as barcas, as guigas, os escaleres, o resto pouco importava; um dia não são dias e, como diz o dictado, quem se sujeita a amar sujeita-se a padecer...

Calcula-se em 100:000 o numero de pessoas que acudiram a presencear este imponente espectaculo; o calculo, se falhar, não será, decerto, para mais. A multidão era enorme, immensa, e é necessario attender a que, em pontos distantes, mas que pela sua posição deixavam vêr perfeitamente o rio, como seja por exemplo, a alameda das Virtudes, se achavam tambem centenares de pessoas, que provavelmente procuraram esses locaes para estarem mais á vontade.

Na margem esquerda, a affluencia de gente não foi menor; nos socalcos dos montes que a orlam, numerosos grupos, como n'um arraial, alastravam-se alegremente, sobre a relva, alguns com o farnel ao lado, que festa com a barriga vazia não tem graça nenhuma. Proximo á Aforada a multidão era enorme, e distribuida pela encosta dos montes, do lado fronteiro, dava a pittoresca impressão de graciosas cascatas, taes como as que pelo S. João o rapazio levanta ahi por essas ruas. O effeito era realmente lindissimo e cheio de imprevisto e animação.

O cortejo começou a organisar-se ao meio dia. As canhoneiras *Liberal* e *Tavira*, a primeira destinada á Sociedade de Geographia e a segunda á imprensa jornalistica, estavam fundeadas pelo travez do caes da Cantareira, na Foz, tendo a *Liberal* atracada, por bombordo, a caravella historica que devia transportar a pedra fundamental do monumento. O numero de embarcações de toda a especie que sulcavam o rio era enorme. Muitas



A CARAVELLA QUE CONDUZIU A BORDO A COMMISSÃO DO CENTENARIO
E A PEDRA PARA O MONUMENTO DO INFANTE

d'essas embarcações transportavam senhoras, membros de differentes municipalidades, etc., etc.

Estando tudo preparado para o cortejo seguir rio acima, desencaixotou-se a pedra lioz arrancada do promontorio de Sagres. A pedra tinha gravada a seguinte inscripção:

«Pedra mandada extrahir pela camara municipal de Villa do Bispo do historico promontorio de Sagres em 25 de setembro de 1893.»

A pedra que pousava sobre uma padiola envernizada coberta com

uma das bandeiras do centenario mandadas fazer pela Estamparia do Bolhão [1] foi, á volta da 1 hora e meia, transportada da galeota onde se achava, por dous marinheiros, para bordo da caravella onde a commissão do centenario e a camara municipal a receberam. Estava tambem presente o chefe do departamento maritimo snr. conselheiro Cardoso de Carvalho.

O acto realisou-se com certo ceremonial. O commandante da *Tavira*, 1.º tenente snr. Nunes da Silva, precedia a pedra, descoberto, estando tambem descobertos todos os individuos que, na occasião, se achavam a bordo das duas embarcações.

Ao mesmo tempo uma guarda de honra de marinheiros da armada apresentava armas, tocava a corneta de bordo e o apito da machina silvava agudamente. A bandeira branca com a cruz vermelha da Ordem de Christo era içada no topo do mastro da prôa da caravella, correspondendo a este signal uma girandola de foguetes lançada de terra e uma salva de 21 tiros dada no castello de S. João da Foz. A fortaleza da Serra do Pilar salvou tambem pouco depois.

A caravella, a bordo da qual iam a camara municipal do Porto e a commissão do centenario, largou immediatamente levada a meia força pelo vapor *Leão*, que lhe dava comprido reboque. Era tripulada por dez homens vestindo uma especie de corpetes de panno encerado, canos altos nas pernas, até ao joelho, á semelhança dos usados, ao declinar a idade média, pelos portuguezes que tentaram a arte heroica da navegação no mar alto. Na cabeça, por cima de fartas e compridas cabelleiras á epocha, luzidios bacinetes, uma especie de elmos de dous bicos revirados. No topo dos mastros a bandeira com a cruz de Christo, esse pendão sagrado que tantos e tão sublimes heroismos alentou. Ao vêr essa caravella, rio acima, com a sua tripulação e a sua bandeira, muitos peitos arfaram com mais força e de não poucos olhos cahiram lagrimas sentidas. Ha cinco seculos, n'essas ligeiras e fracas embarcações, o patriotismo e a fé, affrontando a furia dos mares e tentando o desconhecido, operaram tão altas maravilhas que o mundo inteiro se curvou, rendido e humilhado, deante do nosso poder e da nossa força. Foi n'essas caravellas que os legionarios da fé, cheios d'essa sublime abnegação que faz os santos e os heroes, partiram para a conquista da terra; além do seu exforço, do seu patriotismo, da sua audacia, nada mais possuiam. E foram, e descobriram, e colonisaram, e venceram, dando tanto brilho ao nome portuguez que o sol da sua gloria batia em cheio em todo o mundo. Hoje — que doloroso contraste! — o gigante

[1] Essa bandeira, a que mais adeante nos referiremos, cobriu a pedra até ao local onde deve ser erigido o monumento, e em seguida... desappareceu! Como esse local estava vedado, tão extranha desapparição causou natural espanto. Perder-se, não é possivel. A bandeira era grande e rica, constituindo um objecto de grande valor, não só presente, mas futuro. O que é certo é que, apezar de muito procurada, não appareceu... E já agora, decorrido tanto tempo, é muito possivel que não appareça, continuando na posse de quem teve artes para a... archivar.

mal póde aguentar-se de pé, o colosso tombou, o leão está decrepito, a aguia não póde librar-se nos espaços, e, partido o elmo, em pedaços o montante, o guerreiro audaz está por terra, alquebrado, abatido, affrontado... E foi por isso que ao vêr passar a caravella, com o pendão de Christo nos mastros, e, luzindo ao bello sol de março, os bacinetes e os elmos dos tripulantes, muitos peitos arfaram com mais força e de não poucos olhos cahiram lagrimas sentidas...

A canhoneira *Liberal*, que já havia levantado ferro, poz-se imme-



A CARAVELLA SUBINDO O RIO DOURO

diatamente em movimento na alheta de bombordo da caravella, e a *Tavira* seguiu-lhe no encalço, navegando na alheta de estibordo.

Escoltando a caravella iam aos dous bordos as embarcações do Real Club Fluvial e do Club Naval, barcos de recreio, a galeota da camara municipal de Gaya, que é a antiga galeota real, hoje pertencente ao snr. João José de Almeida, e os escaleres dos navios de guerra, alfandega e capitania do porto, cujos tripulantes offereciam encantadores matizes com os seus vestuarios variados e garridos.

Apoz, guardando a conveniente linha de respeito, seguia o grosso da flotilha: o *Tritão* rebocando barcos de pesca desde a catraia ao saveiro; o *Hercules* as catraias dos pilotos; o *Douro* e o *Ligeiro* as baleeiras, os cahiques; o *Veloz*, o *Liberal*, o *Galgo*, o *Aguia*, o *Lynce*, e o *Livio e*

Flavio, dando reboques a variados barcos, entre os quaes se destacava um barco dos denominados *rabellos* com a sua comprida espadella ornamentada com profusão de verdes.

Quando a flotilha se approximava da *Sagres*, que tinha fundeado pela pôpa o transporte *Africa*, subiu ás vergas a marinhagem da *Liberal* e da *Tavira* a fim de fazer a continencia a SS. MM. e AA., que se achavam a bordo da *Sagres* a presencear a bella perspectiva do cortejo. Ao passarem as embarcações por diante dos monarchas portuguezes, as tripulações descobriram-se erguendo-lhes calorosos vivas. Quando os tripulantes da galeota da camara de Gaya fizeram a continencia com os remos á familia real, o snr. Motta e Silva, presidente da mesma camara, levantou vivas a el-rei, á rainha e ao principe real, sendo correspondidos enthusiasticamente.

De muitos navios, entre os quaes a barca *J. W. Burmester* e o vapor *Dona Maria*, ergueram-se vivas á marinha de guerra portugueza e á familia real. O snr. conselheiro Pinheiro Chagas estava a bordo do *Dona Maria*.

Na occasião em que passava a caravella e quando dos nossos navios se saudavam os régios excursionistas, a marinhagem do cruzador inglez *Bellona*, que tambem embandeirára em arco, como referimos, subiu ás enxarcias e levantou calorosos *hurrahs*. Na pôpa formou uma força commandada por official, de tropa de desembarque com as armas perfiladas, achando-se tambem formada a officialidade d'este vaso de guerra.

Na margem direita queimaram-se algumas girandolas de foguetes, bem como á chegada da frota á Ribeira, onde a multidão era immensa. A *Tavira* fundeou cerca das 3 horas e meia.

A multidão, principalmente as senhoras, agitavam os seus lenços, tanto á passagem da caravella como á da restante frota. De todas as embarcações correspondeu-se sempre vivamente. De bordo do vapor *Aguia* os bombeiros voluntarios saudaram a marinha real portugueza.

A caravella encostou á prancha provisoria armada nas escadas da Rainha ás 3 horas e meia e bem assim as canhoneiras. A's 4 chegava a flotilha em meio de grandes saudações. N'um barco, um grupo de homens e mulheres de Gondomar tocavam e cantavam o Grande Hymno do Infante D. Henrique, de Alfredo Keil.

Dissemos acima que a direcção do cortejo fôra superiormente delineada pelo snr. conselheiro Cardoso de Carvalho; é justo tambem referir que contribuiu poderosamente para o exito d'esta parte das festas a subcommissão do cortejo fluvial, de que s. ex.ª fazia parte, juntamente com os snrs. Henrique Kendall, conselheiros Malheiro Dias, Pereira Rodrigues e engenheiros João Thomaz da Costa e Allão Pacheco.

Igualmente cooperou da melhor vontade para o luzimento obtido a corporação dos pilotos da barra, a qual se fez acompanhar por uma banda de musica.

Conducção da pedra fundamental — Cerca das 4 horas e um quarto foi desembarcada a pedra e transportada, por marinheiros militares, para um carro representando uma caravella. Organisou-se então um novo cortejo assim constituido:

Bandeira do Club Fluvial e socios d'este gremio;

Tripulantes de guigas, escaleres e outros barcos de recreio;

Banda marcial;

Membros da camara municipal do Porto e de differentes municipalidades do paiz;

Commissão do centenario;

Membros da imprensa;

Carro allegorico conduzindo a pedra.

Apoz o carro seguia a deputação da Sociedade de Geographia, presidida pelo snr. conselheiro Ferreira do Amaral, tendo por secretarios os snrs. capitão Renato Baptista e Sarrea Prado, deputado da nação.

Sobre o carro foram atiradas muitas flores.

Na praça do Infante D. Henrique — Assentamento da primeira pedra do monumento — O aspecto que offerecia a praça e o largo do infante D. Henrique era verdadeiramente bello, bello pelas decorações dos predios de cujas janellas pendiam ricas colgaduras, algumas antiquïssimas, bello pela multidão que alli se reunira.

A praça fôra vedada por uma rede de arame; dentro d'ella achavam-se representantes da camara municipal e differentes auctoridades, consules, pares e deputados da nação, altos funccionarios, imprensa, officiaes dos corpos, magistratura, etc., etc.

Pouco depois das 4 horas chegou a familia real que, sahindo da *Sagres* d'onde presenceára o cortejo fluvial, fôra visitar a canhoneira ingleza *Bellona*.

O regimento de infanteria 18, que estava postado junto do edificio da Associação Commercial, na rua de Ferreira Borges, prestou a SS. MM. e AA. as devidas honras.

A' chegada dos augustos personagens foram-lhes levantados vivas, sendo muito correspondidos especialmente por parte das massas choraes que desempenhavam o Grande Hymno do Infante, escripto por Alfredo Keil, e que se achavam installadas nas bancadas construidas na larga varanda do mercado Ferreira Borges.

SS. MM. e AA., ministros e comitiva tomaram lugar n'um elegante pavilhão que para esse fim fôra erguido na praça.

Pouco depois chegava o cortejo que acompanhava a pedra extrahida do promontorio de Sagres e destinada a servir de base ao monumento.

Seguidamente chegou o em.^{mo} snr. cardeal D. Americo, acolytado pelos revs. conegos Coelho da Silva e Vieira de Castro, vindo sob o pallio,

desde a igreja de S. Nicolau, onde esteve esperando a chegada da familia real. A's varas do pallio pegavam quatro vereadores da camara municipal do Porto e outros quatro da de Lisboa. O em.^mo prelado era tambem acompanhado pelo rev.^mo bispo de Echino, rev. deão dr. Soares da Motta, rev. conego dr. Correia de Sá, rev. Moreira Pinto, capellão de s. em.^a, mestre de ceremonias rev. Joaquim Lopes, parochos da cidade e por famulos e seminaristas.

O em.^mo prelado foi recebido pelo snr. presidente e demais vereadores da camara municipal do Porto que estavam presentes, e por varias outras pessoas de distincção, e acompanhado até ao estrado construido junto do sitio onde ia ser assentada a pedra. S. em.^a tomou assento no faldistorio de prata alli collocado, e na frente do qual havia um altar destinado á ceremonia da benção da pedra fundamental do monumento.

Aos lados do em.^mo snr. cardeal tomaram lugar os seus acolytos, presbytero assistente e ministro do baculo, e logo em seguida, á esquerda, o rev.^mo bispo de Echino.

Realisada a ceremonia da benção, foi lavrado o respectivo auto e assignado pelas pessoas de maior distincção. Em seguida esse auto foi encerrado n'um cofre, juntamente com exemplares das moedas do actual reinado, e respectiva inscripção, a qual foi lida pelo secretario da commissão directora do centenario, rev. Francisco José Patricio, e é a seguinte:

HENRICO
EGREGIO PRINCIPI
JOANNIS I FILIO
QUI DE PATRIA
OPTIME MERITUS EST
PER CALIGINOSUM PELAGUS
ITER AUDACTER PATEFECIT
AD IGNOTAS REGIONES
COLONOS MITTERE SUMMOPERE STUDUIT
AD HUMANUM ORBIS TERRARUM CULTUM
PLURIMUM CONTULIT
MUNICIPALIS CURIA PORTUCALENSIS
HOC PERPETUUM MONUMENTUM
DICAT.
REX IPSE CAROLUS I A. D. IV NON. MART
PRIMUM HUJUS MONUMENTI LAPIDEM
POSUIT
QUUM MUNICIPALIS CURIA PORTUCALENSIS
CONSILIARIO COSTA ET ALMEIDA PRÆSIDE
NATALEM HUJUS CLARISSIMI FILII
ANNUM QUNQUIES CENTESIMUM
CELEBRARET
ANNO MDCCCXCIV

SS. MM. e AA. desceram então até junto do mencionado estrado,

a fim de proceder á ceremonia do assentamento da pedra. Eram acompanhadas pela commissão directora do centenario, membros da camara municipal, ministros e comitiva.

Em uma salva de prata haviam sido collocados a trolha e o martello, tambem de prata, pertencentes á camara municipal e que costumam servir n'estas ceremonias. S. M. el-rei pegou na trolha, que lhe foi



NA PRAÇA DO INFANTE D. HENRIQUE — CEREMONIA DO LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA PARA O MONUMENTO

apresentada pelo snr. presidente da camara do Porto e lançou a primeira colher de cal sobre a pedra, na qual bateu duas vezes com o martello que lhe fôra apresentado pelo snr. vice-presidente da camara municipal de Lisboa.

N'este momento subiram ao ar numerosas girandolas de foguetes, sendo dadas salvas de 21 tiros na fortaleza da Serra do Pilar e castello da Foz.

Quando SS. MM. e AA. voltaram para o pavilhão foi lavrado e assignado o auto do assentamento da pedra.

N'essa occasião os córos cantaram, acompanhados pelas bandas militares, o grande hymno do Infante D. Henrique, de Alfredo Keil, sob a regencia do distincto professor snr. Antonio Canedo. O publico appladiu enthusiasticamente a execução d'aquella bella peça de musica, fazendo-a repetir e applaudindo-a nova e ruidosamente. Alfredo Keil teve uma grande ovação.

O AUTO — O auto e a acta da collocação da pedra fundamental do monumento ao infante D. Henrique são as seguintes:

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1894, aos quatro dias do mez de março, n'esta cidade do Porto, praça do Infante D. Henrique, onde se achavam S. M. el-rei o senhor D. Carlos I e sua augusta esposa a senhora D. Maria Amelia e bem assim os ex.^{mos} ministros, camara municipal, auctoridades ecclesiasticas, civis e militares, diversos funccionarios e pessoas de distincção abaixo assignadas, a fim de se proceder á ceremonia da collocação da pedra fundamental do monumento ao infante D. Henrique, e achando-se no local todos os aprestes necessarios para esta ceremonia e tendo s. em.^{a} o cardeal D. Americo, bispo do Porto, benzido a pedra fundamental do mesmo monumento, lavrando-se o presente auto, do qual ficou copia no archivo dos paços do concelho, depois de ser por todos assignado, será depositado no cofre para este fim destinado e bem assim as moedas nacionaes, fechando-se á chave que ficará guardada no archivo dos paços do concelho, procedendo-se á collocação do mesmo cofre na cavidade da pedra fundamental do monumento, com as cerimonias do estylo e constarão da respectiva acta que se lavrar.»

«Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1894, aos quatro dias do mez de março, n'esta cidade do Porto, praça do Infante D. Henrique, onde se achavam S. M. el-rei o senhor D. Carlos I e sua augusta esposa a senhora D. Maria Amelia, para honrarem com a sua presença a solemnidade do assentamento da pedra fundamental do monumento ao infante D. Henrique, que a ex.^{ma} camara municipal d'esta cidade deliberou erigir em terreno do municipio na referida praça, e, achando-se presentes igualmente os ex.^{mos} ministros, camara municipal, auctoridades ecclesiasticas, civis e militares, diversos funccionarios, pessoas de distincção e mais cidadãos abaixo assignados; ahi logo que foram todos reunidos o ex.^{mo} presidente da ex.^{ma} camara fez uma breve narração do fim d'esta ceremonia, e tendo-se lavrado o competente auto em pergaminho foi o mesmo auto depois de lido por mim secretario da camara e assignado por SS. MM. e pelos ex.^{mos} ministros, camara municipal, auctoridades ecclesiasticas, civis e militares, diversos funccionarios e pessoas de distincção, apresentando a S. M. el-rei, o qual o recebeu e introduziu em frasco de vidro, que foi mettido em cofre metallico, conjunctamente com as moedas de ouro, prata e cobre correntes na epocha actual. O ex.^{mo} presidente da camara tomando o cofre, fechou-o e guardou a chave para ser depositada no archivo dos paços do concelho. Em seguida foi collocado sobre uma salva de prata e conduzido pelo mesmo ex.^{mo} presidente para o local onde devia assentar a pedra fundamental dos alicerces e dirigindo-se para alli SS. MM. foi depositado n'uma cavidade aberta no alicerce, sendo em acto continuo assente sobre o dito cofre a pedra fundamental. Em seguida S. M. el-rei recebendo a colher e camartello, que lhe foram offerecidos, tirou uma porção de argamassa

de uma trolha, e a lançou nas juntas da pedra batendo-a em seguida com o camartello. O ex.mo presidente da camara levantou então vivas a SS. MM. e real familia, dirigindo-se depois todos ao estrado, onde foi lida a presente acta, que vai ser por todos assignada.»

Assignado o auto, SS. MM. comitiva e auctoridades dirigiram-se á igreja de S. Nicolau, onde se cantou, sob a presidencia do eminentissimo cardeal D. Americo, um solemne *Te-Deum*. Em seguida suas magestades recolheram ao paço.

CAPITULO III

Durante as festas realisaram-se differentes sessões solemnes á maior parte das quaes assistiu a familia real. A primeira que se celebrou, no riquissimo salão arabe do edificio da Bolsa, na noite de 3 de março, revestiu extraordinario luzimento e esplendor, como é proprio das solemnidades que se realisam n'aquella casa. Em outro lugar alludimos á brilhante illuminação electrica que fôra expressamente installada, e que, pela sua intelligente distribuição, produziu um effeito maravilhoso. Decorações não as havia, que não carece d'ellas o salão nobre, puro estylo arabe, reproducção da Alhambra, um trabalho d'arte que muitas cidades de primeira ordem se ufanariam de possuir, e que alli está, na pompa radeante da sua magnificencia, a documentar a fecunda iniciativa da respeitavel classe commercial, e o superior talento dos nossos artistas — pois todas aquellas maravilhas que se reunem no Palacio da Bolsa foram produzidas por artistas portuguezes. Nunca é de mais salientar esta observação.

O opulento e magestoso salão achava-se completamente cheio; para se avaliar da concorrencia basta referir que havia 32 filas de cadeiras com 9 lugares por fila occupadas por senhoras, além de muitas outras dispostas na galeria. Os cavalheiros, em avultadissimo numero, estendiam-se ao longo das paredes, por baixo das galerias, em muitos lugares aos lados dos destinados a SS. MM. e ainda em 16 filas de 9 lugares cada uma. Na galeria achavam-se ainda numerosos cavalheiros.

SS. MM. entraram no salão ás 10 horas, tomando lugar no estrado adornado de soberbas plantas ornamentaes e onde se viam duas valiosas cadeiras de estofo com magnificos Gobelins.

S. M. el-rei trajava de casaca, com a banda das tres Ordens milita-

res. S. M. a rainha opulento vestido de setim côr de canario; na cabeça e no collo formosissimas e grandes esmeraldas e brilhantes.

Logo que SS. MM. subiram os degraus do estrado, foram-lhes erguidos vivas, bem como a toda a familia real. Os monarchas eram acompanhados pelos snrs. presidente do conselho e ministros do reino, das obras publicas e da marinha, os quaes, conjunctamente com os ministros de Estado honorarios snrs. Pedro Victor e Ferreira do Amaral, governador civil e presidente da Associação Commercial, tomaram lugar á direita de SS. MM. A' esquerda viam-se as snr.as condessa de Seisal e D. Izabel Ponte, bem como as restantes pessoas da comitiva.

Entre a assistencia contava-se o snr. conselheiro Thomaz Ribeiro.

O presidente da Associação, snr. João Henrique Andresen Junior, leu seguidamente esta allocução:

Senhor:—Quando a cidade do Porto, lugar do nascimento do glorioso filho de D. João I, o grande infante D. Henrique, tomou a nobre iniciativa de celebrar dentro do seu recinto o 5.º centenario d'aquelle notavel acontecimento, a fim de pagar assim uma divida de honra que a gratidão nacional reclamava, e a fim de prestar o culto civico e solemne devido á memoria de um dos homens mais benemeritos, e dos principes mais illustres que Portugal tem produzido, o elemento commercial, que sem duvida prepondera n'esta população portuense, e que tem sempre contribuido em primeira linha para todos os feitos e emprehendimentos que assignalam a historia gloriosa d'esta cidade, o elemento commercial não poderia deixar de associar-se com a mais fervorosa adhesão a esse alevantado pensamento, e unir seus esforços aos dos benemeritos promotores de uma solemnidade que tanto honra a patria portugueza.

A augusta presença de V. M. e da excelsa rainha que partilha com V. M. o throno portuguez, a benevola annuencia com que VV. MM. se dignaram acceitar o convite para virem dar novo luzimento a esta grandiosa solemnidade, deviam ser maior incentivo a que a classe commercial, esquecendo por alguns momentos os dissabores que ultimamente a teem affligido no meio das graves difficuldades da crise economica que o paiz tem atravessado, se empenhasse quanto lhe fosse possivel em secundar o nobilissimo movimento que emociona hoje a alma nacional, e se apressasse a concorrer com as suas homenagens em honra do insigne heroe que recorda ao mundo os assombrosos inicios da grande epopeia das navegações modernas.

Senhor, esta Associação Commercial do Porto, que V. M. já honrou com a sua augusta visita, á imitação dos illustres soberanos seus predecessores; esta Associação Commercial do Porto, que conta mais de meio seculo de existencia, e que durante esse longo tempo de vida póde com justo desvanecimento orgulhar-se de ter prestado relevantissimos serviços ao commercio, a esta cidade, a segunda do reino, ao Estado, e á prosperidade e economia geral da nação; esta Associação, creada e sustentada pelos esforços da iniciativa particular, instituição prestimosa e indispensavel á classe que representa, como sempre foi havida por todos os governos, e acostumada sempre a ser tratada com extrema benevolencia por V. M. e pelos reis seus antecessores, bem como pelos poderes publicos; esta corporação, senhor, desejaria tomar uma attitude ainda mais saliente e brilhante nos festejos celebrados em honra do grande varão a quem Portugal deve a arrojada empreza de abrir o passo aos descobrimentos

maritimos e geographicos que deram uma nova face ao mundo e á civilisação, e que firmaram os alicerces da grandeza de Portugal.

Se, porém, circumstancias que não véem agora para aqui, a privam de fazer mais, ella ainda assim congratula-se sinceramente e fica satisfeita por VV. MM. se dignarem abrilhantar com a sua real assistencia a modesta solemnidade com que dentro do seu edificio ella quiz commemorar o glorioso centenario do infante—uma simples conferencia, na qual todo o merito a esperar será seguramente da parte do illustre conferente que se dignou prestar-se a vir fazer ouvir a sua palavra inspirada, e de uma eloquencia já classica no paiz, que dispensa todas as formalidades da apresentação. Basta com effeito nomear o snr. conselheiro Manoel Pinheiro Chagas para que VV. MM., a Associação Commercial e todo o illustre auditorio presente tenham a certeza do exito brilhantissimo que haverá de imprimir á nossa commemoração o verbo arrebatador e a eloquencia fascinante do incomparavel orador que vamos ouvir.

Terminarei estas breves palavras agradecendo a VV. MM., em nome da classe commercial do Porto, a nova honra que se dignam dispensar-lhe, e fazendo votos por que esta solemnidade seja mais um marco assignalado na honrosa carreira d'esta Associação Commercial.

Associação Commercial do Porto, em 3 de março de 1894.—O presidente, J. H. Andresen Junior.»

S. M. el-rei dignou-se responder o seguinte:

«E' sempre com verdadeira satisfação que nas nossas visitas á cidade do Porto encontramos o mais caloroso e sympathico acolhimento por parte da classe commercial, que tanta consideração nos merece pelo honrado labor com que ella efficazmente contribue para a prosperidade da nação.

Particularmente grato nos é, tanto á rainha como a mim, tomar parte nas festas aqui promovidas, e sempre que vimos ao Porto temos felizmente ensejo de manifestar esses nossos sentimentos, que são tão sinceros como são leaes e fervorosas as provas de dedicação que nos testemunha a classe commercial.

Hoje, se é possivel, a nossa satisfação ainda mais se accentua pelo caracter patriotico d'esta commemoração destinada a celebrar um inclito principe que tanto honra o nome portuguez e a quem o commercio tanto deve pelo que elle fez iniciando ousadamente o alargamento da sua esphera de acção e com o desenvolvimento da navegação facilitando os meios d'elle exercer a sua proveitosa actividade. D'esse vulto ingente se vai occupar a palavra prestigiosa de um orador, que é honra da tribuna portugueza.

A' Associação Commercial do Porto manifesto os sentimentos reconhecidos com que tanto eu como a rainha aqui nos achamos.»

Seguidamente levantou-se o illustre orador snr. conselheiro Manoel Pinheiro Chagas. O discurso proferido por este eminente homem de letras foi, como não podia deixar de ser, uma obra prima de litteratura. A palavra do illustre escriptor, tão scintillante, tão fluente, tão musical, vibra de tal modo e tão intensamente que o espirito, preso, enlevado n'aquella harmonia, como que fica em extasi. Sem recorrer a artificios, simples, expontaneo, natural, o verbo de Pinheiro Chagas tem o condão de encantar quem o ouve; e é tão profundo o effeito que elle determina, que ainda

durante muito tempo o echo d'aquella eloquencia fica vibrando nos nossos ouvidos e repercutindo-se cariciosamente nos nossos corações. Depois, como n'esta brilhante solemnidade, quando o assumpto a tractar se impõe pela sua alta importancia civica, então a sua palavra tem scintillações formidaveis, alevantando, na sublimidade do pensamento, na alteza dos conceitos e no colorido das imagens, a propria alma da patria, cuja glorificação o seu verbo exprime nos enthusiasmos e nos arrebatamentos d'um coração de crente. A palavra de Chagas não é apenas bella, é profunda; não encanta só pela sua viveza e pelo seu rithmo, edifica pelo que n'ella ha de ensinamento e licção. Não é um rethorico; por entre a scintilla da phrase, que, como artista, rendilha, destaca-se a ideia que, como pensador, formula. E assim é que se convencem os auditorios; a palavra sem brilho, pode ser erudita, mas é necessariamente fatigante, e, nos moldes em que esta geração se educa, na leveza, na ligeireza, deixem-nos assim dizer, dos modelos que se escolhem, o orador que não tiver estas qualidades artisticas, o gesto largo e a dicção correcta, a phrase esmaltada e a inflexão perfeita, esse orador poderá pensar como uma universidade que não conseguirá um auditorio de meia duzia de pessoas que o escute e o acclame. De resto a eloquencia é essa, deve ser essa, a que se expande em phrases vivas, cantantes, luminosas, pondo nas almas a scintilla que a aquece e o enthusiasmo que a arrebata.

Eis na integra o discurso do illustre parlamentar:

SENHORES: — Sinto-me profundamente impressionado pelas palavras altamente generosas com que se dignou honrar-me o nobre presidente da Associação Commercial, e ainda mais, se é possivel, pela referencia tão immerecidamente lisongeira que Sua Magestade el-rei fez ao meu nome. Não podia esperar assim a mais alta de todas as recompensas, a que não poderá corresponder nem de longe o merito do meu discurso, tarefa pesadissima para mim que sou encarregado de entoar n'esta magnifica sala, que eu já intitulei uma vez «cathedral do trabalho», o *Te-Deum* da gloria portugueza.

Quiz a Providencia que eu podesse vêr realisada a mais querida das minhas aspirações. No tempo em que era moda fallar com desdem de tudo quanto era nacional, rebaixar as nossas glorias, apregoar a nossa inferioridade, e supprimir a estrella portugueza na constellação dos povos que cooperaram para as grandezas do Renascimento, erguia eu na minha alma um altar a essa divindade abandonada — a Patria.

Não acceitava as theorias deprimentes que faziam da raça portugueza como que o refugo de todos as raças. Aos que rebaixaram o nosso passado de marinheiros attribuindo os nossos descobrimentos á fortuna e ao acaso, mostra-se que o pharol de Sagres, cuja luz guiava os nossos navegantes, era devéras o pharol da sciencia; aos que nos pintavam como conquistadores ferozes, mostrava que, se nas chronicas das nossas conquistas ha maculas incontestaveis, não são tamanhas como as que deslustram a historia de todos os outros

povos n'esse seculo XVI, que foi um seculo brutal e soffrego; e que na India tal ficou sendo entre os povos conquistados o prestigio do nosso nome, que a um dos nossos governadores — Affonso de Albuquerque, succede o que não acontece de certo nem a um só dos vice-reis britannicos — e bem illustrados alguns foram! — irem os indigenas ao seu tumulo pedir, quando se vêem opprimidos e maltratados, a justiça que elle sempre lhes fez. Aos que negavam emfim as nossas qualidades colonisadoras debalde apontava esse vasto e opulento Brazil! Tudo isso se alcunhou de *chauvinismo*, tornou-se prudhomesco todo o substantivo a que se associasse este adjectivo «nacional», e Camões e Cabral e Gama e D. João II e Vieira, os poetas, os apostolos, os descobridores, os heroes, os estadistas, vultos prestigiosos de que se ufanaria a nação mais opulenta em glorias, campanha maravilhosa d'esta florida nave de patria, eram escarnecidos como vultos de que devia envergonhar-se o paiz que os vira nascer!

Mas este menosprezado affecto encontra echos emfim entre os meus contemporaneos, e sobretudo na terra a que votei sempre uma singular predilecção. Fallo do Porto, terra em que não nasci, em que não tenho vivido, que tenho visitado apenas de relance, mas que é para mim como que o sacrario patriotico onde por muito tempo ardeu a chamma solitaria do meu culto.

Não renego assim as glorias da minha querida Lisboa, da terra que viu partir Vasco da Gama e voltar Christovão Colombo, cabeça d'esse Portugal meridional, que teve as grandes iniciativas descobridoras, mas n'este Portugal do norte parece que a natureza mais especialmente condensou as qualidades da nossa raça. Deram-lhe a sua rijeza as serras de Traz-os-Montes, a sua impetuosidade a altiva corrente do Douro, que tudo rompe para levar ao mar as suas aguas revoltas, e a idyllica doçura das paizagens do Minho veio temperar esta energia como o dôce lyrismo da poesia portugueza se enlaça no genio de Camões e até nos proprios *Lusiadas* com as notas alti-sonantes da epopeia. E parece que se condensam aqui todos os elementos constitutivos da alma portugueza, como nos maravilhosos cachos dos vinhedos do Douro parecem armazenar-se todos os raios fecundantes do sol de Portugal!

E assim se eu conservasse o meu culto filial por Lisboa, onde palpita, por assim dizer, o coração da patria, não podia esquecer-me de que é do Porto que se deriva o nome de Portugal, que foi dentro dos seus muros que nasceu o glorioso infante descobridor, que foi aos seus intrepidos baluartes que se deveu o triumpho liberal, e que assim deve a patria á formosa cidade que se desenrola pelos alcantis do Douro o nome, a gloria e a liberdade!

Encontra emfim a minha voz um côro enthusiasmado. Vai prestar-se a grande homenagem ao infante, que é a personalisação mais brilhante da gloria portugueza. Não esqueçamos que já ha quatorze annos se celebrou em Lisboa, em soberbissima festa, o centenario de Camões. Mas era o centenario da morte do poeta, que gravára com o seu poema no tumulo da patria um maravilhoso epitaphio. Hoje celebra-se o centenario do nascimento do infante, do infante que nasceu com a patria, ou pelo menos com essa patria gloriosa que nasceu em Aljubarrota para ir morrer em Alcantara. Renasce na festa a que assistimos a gloria do iniciador dos nossos grandes feitos, renasça com ella tambem a gloria e a vitalidade do paiz.

O centenario de Camões já foi uma apotheose, mas foi a apotheose de um sol poente, a affirmação da veneração do paiz por um passado que morrera. Eram cinzas que se iam buscar aos tumulos para se encerrarem nas urnas em torno das quaes se desenrolou a homenagem saudosa da nossa geração. Era o crepusculo da patria que se saudava, crepusculo em cujas nuvens de ouro e purpura accendiam os *Lusiadas* o magnifico incendio da sua gloria!

*

O centenario de Camões celebrava-se quando o calor do sol já devorára nos campos a verdura. Havia a resurreição da patria, mas resurreição de Lazaro que se senta ao banquete dos vivos, com a lividez sepulchral no rosto, e arrastando a mortalha. O centenario do infante celebra-se quando vem a nascer a primavera, e quando apontam por toda a parte, como a esperança, as primeiras flôres do anno; a patria não é Lazaro que resuscita pallido e triste, é o paralytico que se move emfim, alegre e radiante. Então era o sol que expirava n'um crepusculo ardente, hoje é o sol que irrompe n'um mesmo alvorecer.

Não se fallava então senão em tumulos; é do berço que hoje se falla. E' Natal! Natal! que se exclama como nas alegres datas da idade média, e, para que tudo seja aurora, até ha pouco quando se desenrolou pelas ruas da cidade banhadas de sol o magnifico cortejo civico, quem verdadeiramente presidiu á festa foram essas régias creanças de ideal gentileza, sobre as quaes se debruçava, radiante de mocidade e de formusura, bella e sublime como a estatua da patria, como o angelico vulto ideal de mãe, a gentilissima rainha, que parecia repetir-lhes com o seu conselho, com o seu exemplo e com o alto exemplo do seu esposo, que parecia repetir-lhes, na sua lingua materna, a divisa inolvidavel do principe: *Talent de bien faire!*

O que tem de bello e de sublime para nós esta epocha, que evocamos ao evocarmos no seu berço o vulto do grande principe é que foi exactamente a epocha radiante da mocidade do nosso paiz. Não uma mocidade banal como póde ser a de qualquer povo, mas uma mocidade perfeita, completa, forte, radiosa, bella, hellenica, por assim dizermos, personalisavel n'uma divindade como Apollo, toda luminosa como um deus solar, toda harmonia e poesia como choregio das musas, toda força e coragem como divindade vencedora dos monstros, toda esculptural belleza como immortal inspiradora que foi da divina estatuaria grega.

Essa epocha tem duas gerações que a caracterisam: uma que encerra o passado, que põe o sêllo difinitivo na nossa nacionalidade, que affirma e completa e tem por figuras predominantes D. João I e Nuno Alvares. A outra abre o futuro, inicia a missão para a qual se esteve preparando, durante vinte annos de lucta, a raça portugueza e tem por predominantes figuras D. Henrique e D. Pedro.

Uma epocha assim corresponde na vida das nações áquelle decennio que vai na vida dos homens dos vinte aos trinta annos. A sua primeira metade principia nas fronteiras da adolescencia, termina na affirmação da maioridade plena e forte; a segunda emprega-se no uso das faculdades que se adquiram, no inicio da carreira que se segue, e termina nas fronteiras da idade viril.

A primeira ganha, adquire, assimila e absorve todas as forças que podem completar e robustecer a vida; a segunda dispende sem perder nada ainda, por que as forças que emprega vêem da exuberancia da vida e são as que a Providencia destinou á expansão. Na primeira parte Portugal conquistou-se a si proprio, na segunda principiou a conquistar o universo.

Na vida eternamente se misturam e completam, para se effectuarem as grandes cousas, o elemento ideal e o elemento real e prático. Assim na primeira parte d'esse periodo da nossa juventude nacional é Nuno Alvares o sonhador do impossivel, o creador do milagre, o mystico amante da ideal cavallaria, o homem que tem a fé e com a fé a audacia, que arrasta os povos e consegue as extraordinarias victorias, D. João I a figura séria e pensativa e forte, que tem no seu irmão de armas confiança absoluta, mas que tambem sabe traduzir na prosa de D. João das Regras a poesia cavalheiresca das epopêas do

Condestavel. E assim na segunda parte é D. Pedro, o philosopho, o estadista, que elabora nas Ordenações o codigo, que será a lei organica da sociedade portugueza reconstituida e refundida nos moldes do seculo XV, e D. Henrique, o solitario sonhador que quasi se suspende sobre o mar como os santos das legendas mysticas, ao enlevar-se em Sagres no arroubo ineffavel da contemplação dos horisontes, o monge militar que faz dos seus cavalleiros de Christo os templarios do oceano, o mystico amante da Immensidade.

Contradicção apparente! Apesar da forte camada de poesia que compunha a substancia do seu espirito, esse espirito essencialmente scientifico possuia um extraordinario conhecimento das sciencias da navegação, como Nuno Alvares, apesar do seu enthusiasmo pela cavallaria, possuia todos os requintes da sciencia da guerra. E assim tambem, apesar ou por causa do seu celibato austero, tinha o infante na sua alma um amoroso ideal feminino, como o tinha Nuno Alvares, apesar ou por causa da sua castidade heroica, que tão difficilmente acceitou o casamento.

Para um e para outro, esse ideal se resumiu religiosamente na doce figura da Virgem, que é o symbolo da grande qualidade do christianismo — o immenso amor que elle irradia!

E, como nós, portuguezes, somos, com a nossa melancholia celtica, o povo do amor, e trazemos das nossas origens medievaes aquelle culto mystico, puro e dulcissimo da Mulher, que foi a originalidade, a força, a poesia, a luz e a graça d'esse mundo barbaro christianisado, mais do que os outros povos ainda o subtilisamos e idealisamos, e o que foi a doce Beatriz para a convulsa epopêa de Dante, em que as convulsões da meia-idade se condensaram, e a Pucelle d'Orléans para o angustiado patriotismo da França, foi-o a propria Virgem Santa para a nossa epopêa do mar Tenebroso e para a nossa redempção de Aljubarrota. Apparecia ella mesma ao infante nas vigilias asceticas de Sagres, como apparecia a Nuno Alvares nas angustias de Valverde. E o forte reino que invocou para padroeira a Conceição, a cidade que foi o seu baluarte e quiz ser tambem a heroica cidade da Virgem, mostraram assim o que foi o idealismo sublime d'esse povo que se robusteceu com o culto que votava ao que ha na figura da Mulher de mais doce e de mais santo e de mais veneravel para o homem — a Immaculada e a Mãe.

Como se formou este povo, que, sendo tão pequeno e tão desajudado da natureza que lhe não cingiu, como á Suissa, de baluartes naturaes a independencia, soube comtudo manter-se livre e avassallar o mundo?

Dir-se-hia que formaram acima de tudo os seus dous grandes rios: o Douro e o Tejo!

Trouxe-lhe o Douro a energia das suas montanhas, a rijeza dos alcantis que atravessa e a braveza da sua corrente, o Tejo a expansibilidade, o cosmopolitismo do oceano, cujas ondas sorve por longo espaço no magnifico estuario de Lisboa.

Foi a montanha que nos fez independentes, foi o mar que nos fez conquistadores, foi nas serras que se crearam aquelles rudes Herminios que Roma nunca pôde vergar completamente ao seu jugo; foi o mar que trouxe ás nossas costas sempre hospitaleiras aquellas continuas levas de estrangeiros, que, misturando-se com a nossa raça como as aguas do oceano se misturam com as aguas do Tejo, fez de nós esse povo essencialmente assimilador, que deixou em todas

as regiões que colonisou, em todos os povos que venceu, profundamente impresso o seu cunho nacional.

E' esse povo que é chamado nos fins do seculo XIV á provocação suprema; será arrastado por uma casta dominadora a ser apenas como que uma provincia de um imperio oriental, uma satrapia de um Xerxes castelhano, ou será, como a Grecia de Salamina, uma pequena e gloriosa democracia?

Tudo parece prophetisar a quéda d'este povo; armas quasi as não tem, é David diante de Golias, o bando dos humildes diante da turba dos poderosos; mas tem a fé, o amor, o ideal, a mocidade. Sendo plebeus têem o culto do que é nobre, sendo peões têem o amor da cavallaria: tudo o que levanta e ennobrece a alma: o culto da mulher, e o culto da Terra-Mãe, e no amplexo fraternal, o culto da liberdade: por monarcha o seu eleito, mestre de Aviz, como homem filho do amor de um rei, como rei filho do amor de um povo; por general o cavalleiro ideal, a flôr da mais nobre cavallaria, por santo e senha o amor e a patria; a fraternisarem a ala dos nobres namorados e os bésteiros dos concelhos populares; ao lado do arcebispo que combate, o Condestavel que reza; tudo isto pequeno, mas unido ao invencivel quadrado. E marcha, e rompe, e vence e triumpha, e o seu cantico triumphal immobilsou-se em pedra na Batalha.

E, quando, ao descermos de Aljubarrota, defrontamos a maravilhosa igreja com as suas arcarias altissimas como o pensamento que as levantou, com os seus altares luminosos como o ideal que os ergueu, com a sua abobada arrojada, firme, simples e inabalavel como a alma nacional que n'esse instante sublime, ella symbolisou e reconstituiu, julgamos ver a geração de D. João I solemnemente ajoelhada nos campos da sua victoria, erguendo para a Virgem esse coração portuguez, que acabava de palpitar unisono, e que se ia repartir em pedaços pelo mundo, essse grande coração de um povo que ia luctar com o desconhecido pela Humanidade e pelo Christo, e que, como o Christo tambem, está recebendo do mundo que elle illuminou, o insulto e o martyrio!

Terminara a epopêa cavalheiresca de um Roland que não teve Roncesvalles; ia começar a epopêa cavalheiresca de Santo Graal. Era á procura de um ideal divino que se ia arrojar essa geração montanheza e marinheira. A cruz verde de Aviz conquistára a patria, a cruz vermelha de Christo ia conquistar o mar, e não só o mar, mas os novos mundos, e a sciencia e as almas.

Tudo sahiu de Sagres: a nova astronomia que desthronaria Ptolomeu, a nova anthropologia e a nova zoologia que põem termo á historia natural phantasista de Plinio e de Pomponio Mela, a nova botanica enriquecida com innumeras familias de novas e desconhecidas plantas, tudo o que constitue, emfim, o vasto peculio da Renascença.

Esse grande movimento, que principia no seculo XV e acaba no seculo XVI, teve dous grandes factores: um que traz á Europa o conhecimento de novos mundos, outro que lhe restitue o peculio scientifico do mundo antigo; um que se origina no inicio das descobertas, outro que se affirma na quéda do imperio byzantino; um que tem por agente inconsciente e brutal Mahomet II, affugentando a sciencia de Byzancio, outro que tem por agente consciente e sabio e grande o infante D. Henrique; um que faz as trévas no oriente expulsando a luz que no occidente se refugia, outro que no occidente dissipa com a luz do seu genio a noute do mar tenebroso; um que é um incendio de que só restam

cinzas negras e tréva funda, outro que é uma aurora de que nasce o resplendor solar.

Por mais de uma vez se tem lamentado a applicação que no seculo XV se deu á força e á actividade portugueza, o destino aventuroso que a nação seguiu, quando podia contentar-se em ser apenas um pequeno povo agricola, lavrando o seu fertil torrão, e não tendo historia como os povos felizes.

E' a eterna questão de D. Quichote e do seu escudeiro, e eu tive sempre, devo confessal-o, uma certa predilecção pelo engenhoso fidalgo.

Ah! se não existissem no mundo estes povos amorosos do ideal, estes infantes que se apaixonam por um sonho, como por um sonho se apaixonou Colombo, o que seria feito da humanidade! Tribu celeste dos loucos, a quem está reservada a gloria de redimir o mundo e a cruz por pagamento! Houve n'este seculo um periodo em que triumphou o positivismo e a realidade, mas decididamente nem só d'esse pão vive o homem, porque não tardou a assaltar-nos a fome do ideal.

Sim! Bem sei! Podiamos ter sido uma provincia tranquilla e humilde, fallando ao canto do nosso lar o nosso dialecto portuguez, se o glorioso infante não tivesse sonhado para nós a conquista do mundo e as glorias da immortalidade.

Mas, quando olhamos para os seculos decorridos e para o mundo contemporaneo, quando vêmos a nossa raça espalhada por toda a terra como uma d'essas raças chefes que fizeram o Novo Mundo; quando ouvimos, por mais que os estrangeiros tentem abafal-o, resoar em todos os cantos do globo o echo da nossa gloria; quando nos revêmos no magnifico espelho dos *Luziadas,* e sentimos que só um povo de grande alma podia ter-se reflectido n'um poema que o mundo reconhece expontaneamente como a primeira epopêa moderna; quando paramos aqui á beira do Oceano, e nos parece que são as suas estrophes que na sonora lingua portugueza as vagas nos repetem!...

Quando nos lembramos de que fômos nós que démos ao Oriente que o adora mais do que ao seu Buddha o doce S. Francisco Xavier, e que fômos nós ainda que levamos aos sertões do Brazil não a ferocidade que extingue as raças, mas o apostolado que as conserva e as chritianisa;

Quando pensamos que tudo fizemos emquanto tivemos um só ideal e uma só bandeira; emquanto fômos aquelle velho quadrado de Aljubarrota, e que a decadencia não veio senão de se perder o ideal do infante e de se desunir o quadrado de Nuno Alvares, ah! sentimos que, apezar de tanto desmoronamento e de tanta ruina, ainda para o sonhador infante se ergue com enlêvo o côro das nossas almas, como parece erguer-se no côro triumphal de Keil a alma musical da patria!

Ainda preferimos o dominio do Oceano com os seus naufragios e a gloria da expansão nacional com as suas amarguras, ainda reconhecemos, como a bandeira pela qual quereriamos morrer, a bandeira de D. João I e a bandeira do infante D. Henrique, a que venceu Castella e a que devassou o Oceano, a que hoje a invicta cidade ergue e desfralda na festa da apotheose, porque foi ella devéras, como da bandeira tricolor disse Lamartine, que deu volta ao mundo com o nome, a gloria e a liberdade da patria.

O orador recebeu ao terminar uma enthusiastica ovação, não sendo SS. MM. quem menos o applaudiu. Pinheiro Chagas, além d'esta vibrante

manifestação, foi muito abraçado e cumprimentado pelas pessoas presentes, recebendo as mais affectuosas palavras de S. M. a rainha e S. M. el-rei (1).

O snr. Andresen Junior levantou depois vivas aos monarchas e a toda a familia real, vivas que foram calorosa e enthusiasticamente correspondidos.

E, no meio d'estas acclamações tão expontaneas e tão effusivas, concluiu esta brilhante solemnidade, brilhante por todos os elementos que a compozeram (2).

Na Bibliotheca Municipal — A sessão solemne n'este edificio, realisou-se no dia 4. O seu fim principal foi premiar-se perante SS. MM. e um publico escolhido, não só os authores das melhores memorias sobre a vida e feitos de D. Henrique e dos projectos para o monumento, como tambem os alumnos que a sorte designou para receberem o *Premio Camões*, instituido por subscripção aberta pelo *Commercio do Porto* e o qual, devendo ser entregue em dezembro, se reservára para a occasião d'esta so-

---

(1) O snr. conselheiro Pinheiro Chagas foi nomeado socio honorario da Associação Commercial e brindado pela direcção com um rico annel de brilhantes.

(2) Do relatorio annual publicado pela digna direcção da respeitavel Associação Commercial extractamos o seguinte:

Devemos em primeiro lugar referir-nos á visita dos monarchas portuguezes a esta casa, por occasião das festas do centenario do infante D. Henrique. Resolvendo associarmo-nos ás demais collectividades do Porto na celebração d'essa grande festa nacional, pois que não seria possivel que a classe do commercio deixasse de se representar em similhante occasião, e devendo esta representação ser ao mesmo tempo digna do objecto e digna da corporação que symbolisa os interesses superiores da mesma classe, pensou-se aqui cuidadosamente sobre a melhor maneira de nos desempenharmos do encargo. Respondemos desde o principio ao convite que em honrosos termos nos dirigiu o presidente da ex.ma camara municipal, como presidente da commissão do centenario, dizendo que a Associação Commercial adheria á ideia da celebração do centenario, e que faria da sua parte tudo quanto lhe fosse possivel para contribuir para o esplendor desejavel dos festejos, de accordo com a commissão.

Desejariamos com effeito que o concurso da classe commercial fosse o mais brilhante; todavia surgiam algumas difficuldades que não poderiam deixar de influir no caso.

Em primeiro lugar, o commercio tinha, como todos sabeis, motivos de sobra, infelizmente, para não lhe ser permittido ostentar demasiadas expansões de regozijo na conjunctura presente. A longa e penosa crise que tem affligido o paiz vai em quatro annos, e que pésa duramente sobre a actividade mercantil; a ameaça de novos impostos e sacrificios que viriam aggravar enormemente a situação precaria do commercio, especialmente n'esta cidade; o recente conflicto entre as corporações de classe de Lisboa e o governo, e o desgosto profundo causado pela medida violenta da dissolução que ninguem poderia esperar n'um paiz ha longo tempo costumado ao regimen liberal da tolerancia e da equidade a respeito de todas as fórmas de manifestação de opiniões; tudo isto devia naturalmente concorrer para que a classe commercial não podesse mostrar-se tão satisfeita e enthusiasta de festejos como desejaria. E por outro lado a nossa Associação, tambem, partilhando forçosamente do effeito d'estas mesmas causas geraes deprimentes, e tendo ainda ha pouco feito um consideravel dispendio com a exposição de Chicago, sentia-se em circumstancias pouco propicias para entrar desafogadamente n'um caminho de amplas manifestações festivas, em homenagem ao centenario, muito embora reconhecessemos o valor da patriotica iniciativa de que se tratava.

Fez-se, comtudo, o que foi possivel, embora com algum sacrificio; e fiamos que a nossa corporação se apresentou condignamente nas solemnidades que tiveram lugar no Porto, em começo do mez passado, e que causaram justificadamente uma geral admiração pelo seu brilhantismo.

A vossa direcção resolveu encorporar-se no prestito civico que teve lugar no dia 3 de março, tomando além d'isso sempre parte e fazendo-se representar em todos os demais actos e

lemnisação nacional, a fim de que essa entrega tivesse uma nota mais impressionista.

SS. MM. entraram no salão á 1 hora da tarde, acompanhadas dos snrs. ministros e pessoas de suas comitivas. Trajava el-rei o grande uniforme de almirante, com a banda da Ordem de Merito Agricola e Industrial; S. M. a rainha apresentou-se de rico vestido de velludo *gris-fer* com capa curta da mesma fazenda com bordados a prata. Na cabeça a ligeira capota com que fez a sua entrada n'esta cidade.

Nos lugares de honra achavam-se todas as pessoas distinctas d'esta cidade: os snrs. governador civil e o official maior, bispo de Echino e socios da Sociedade de Geographia, authoridades, professorado superior, Academia Real das Sciencias representada pelo snr. conde de Campo Bello, camara municipal, representantes de outros municipios, commissão directora do centenario, Associação Commercial e Industrial, corpo consular, entre o qual se via o chanceller do consulado de França, que tambem representou nas festas a Sociedade de Geographia de Paris, officiaes de marinha e do exercito de terra, numerosas senhoras, etc., etc.

---

solemnidades, para que foi convidada. No prestito figurava um carro fornecido pela Associação Commercial, que, representando diversos emblemas allegoricos do commercio e da navegação, foi incontestavelmente um dos mais apparatosos que alli se ostentavam. Tendo sido adoptada a ideia de uma conferencia em que fosse convidado a fallar um dos mais conceituados oradores portuguezes, e tendo sido lembrado o nome illustre do snr. conselheiro Pinheiro Chagas, dirigimos-lhe o devido convite, a que elle se dignou responder em lisongeiros termos, acceitando, e promettendo vir fazer a conferencia no nosso edificio. Como essa solemnidade tivesse de verificar-se de noite, tinhamos diante de nós a difficuldade da illuminação da casa. Sabeis que no edificio da nossa Associação não havia até agora illuminação nem a gaz, nem a luz electrica, o que sempre haviamos lamentado como falta de primeira importancia, mas difficil de preencher em razão do avultado custo das obras de installação que era indispensavel harmonisarem com a magnificencia d'este mesmo edificio.

Chegada esta occasião, não havia, porém, que hesitar. Ou se conseguia installar a illuminação do edificio, ou tinha de se prescindir da conferencia. Optamos pelo primeiro alvitre, e pensamos que se devia aproveitar a urgencia mesma das circumstancias para dotar emfim esta sumptuosa casa com um melhoramento e accessorio absolutamente indispensavel, qual é a illuminação. Apezar da grande estreiteza do tempo pela proximidade dos festejos henriquinos, mettemos hombros á empreza, e felizmente logramos a satisfação de deixar feita a installação da illuminação em todo o edificio, podendo nas partes principaes servir duplamente para a illuminação a gaz e para a illuminação electrica, para o que foi adquirido o respectivo mechanismo, e convenientemente accommodado nos baixos do lado do poente do edificio. Além do dispendio com estas obras, a direcção teve de empregar todos os esforços a fim de poder conseguir que as installações se concluissem no termo desejado e ficassem já promptas a servir nos festejos do centenario, como effectivamente se conseguiu.

Não deixaremos de referir que tambem aproveitamos o ensejo para estabelecer fixamente a necessaria canalisação para servir á illuminação exterior do edificio em qualquer occasião de solemnidade; e d'esta fórma ficou completo esse importante e tão indispensavel melhoramento da illuminação do palacio da Bolsa, faltando apenas illuminar algumas dependencias no andar terreo, trabalho a que se está procedendo para pôr o ultimo remate a esta obra.

....

Em resumo, podemos affirmar que, se a cidade do Porto soube celebrar de um modo verdadeiramente grandioso e condigno a memoravel data do nascimento do principe Henrique, o Navegador, nascido dentro dos seus muros, e uma das suas mais alevantadas glorias; se toda a nação portugueza comprehendeu perfeitamente a sublimidade d'aquella consagração gloriosa e patriotica; se mesmo entre os povos estranhos se ouviram eloquentes testemunhos de sympathia pelo centenario do infante; a nossa corporação concorreu com uma nota que por certo não desmereceu do magnifico conjuncto das homenagens prestadas ao grande vulto nacional.

Quando SS. MM. tomaram lugar no throno que se havia improvisado no angulo das salas do sul e poente, rompeu nos claustros do edificio o grande hymno triumphal de Keil. Essa inspirada peça musical, de tão maravilhosos effeitos, foi, n'essa occasião, cantada a secco, sendo a sua nitida execução coroada dos melhores resultados, como anteriormente havia succedido, pelo que o snr. Keil foi muito acclamado pela multidão e bem assim o regente e ensaiador snr. Antonio Canedo.

A sessão começou logo que terminou o hymno. O presidente da camara municipal, snr. conselheiro Costa e Almeida, expoz em breves palavras o objectivo d'aquella solemnisação honrada com a presença de SS. MM.

Em seguida o snr. conselheiro Ferreira do Amaral, por parte da Sociedade de Geographia de Lisboa, proferiu um excellente discurso que foi muito applaudido. Disse o illustrado official da armada que ainda fallavam ao coração dos patriotas as palavras enthusiasticas e vibrantes de Manoel Pinheiro Chagas, proferidas na memoravel conferencia realisada na Associação Commercial. Não era para repisar o mesmo assumpto tão incomparavelmente tratado por aquelle cavalheiro, que tomava a palavra; o seu objectivo era outro; levára-o alli um dever. Encarregado de representar a Sociedade de Geographia, cumpria-lhe dizer que ella, com as mais respeitosas intenções, saudava n'este momento a nobilissima cidade do Porto, a camara municipal, a commissão directora do centenario, a sua industria, o seu commercio e a sua imprensa, as quaes tendo-se associado ás festas em honra de um dos maiores portuguezes lhes imprimiram por meio d'este esforço commum e enthusiastico o maior brilho e a maior grandiosidade.

Effectivamente, nada mais digno, nada mais justo, nada mais santo do que esta glorificação ao grande D. Henrique, ao guerreiro que tão valente e arrojadamente escalou os muros de Ceuta, ao eremita de Sagres que, com as locubrações do seu espirito superior, conquistou uma pagina de ouro na historia nacional, abrindo com as quilhas dos seus galeões e das suas caravellas mundos novos ao mundo velho.

Fôra aqui, n'esta cidade, onde o caracter e a energia nacionaes mais se admiram e completam, que D. Henrique soltára os primeiros vagidos e d'ahi se infere o valor, a virtude, o civismo e a iniciativa de que era elle dotado.

A Sociedade de Geographia, portanto, admiradora dos serviços do illustre filho de D. João I, não podia ser indifferente ás festas do centenario e deixar de concorrer com a sua voz para este côro unisono de consagrações, para esta merecidissima apotheose. Era por isso que lhe lhe fôra commettida a missão de ir alli prestar, em nome d'aquella aggremiação, as suas homenagens congratulatorias á cidade do Porto e á commissão directora do centenario.

A obrigação d'elle, orador, pois, ficava por aqui cumprida, como ficava a da referida Sociedade. Todavia permittissem-lhe que levasse o coração do marinheiro em auxilio do patriota, pedindo ás senhoras de hoje que imitassem as de Diu e as do Porto de 1832, aquellas empenhando as suas joias para o triumpho da causa da civilisação, estas trabalhando na propaganda insistente da emancipação d'este Portugal abençoado. Pedir-lhes-hia, pois, que com a sua influencia, com a sua propaganda persistente fossem as guardas fieis das gloriosas tradições da patria e que dos seus esforços resultassem as grandes dedicações pelas cousas portuguezas e proviesse o restabelecimento da marinha nacional, tão mesquinha e tão pobre quanto outr'ora fôra grande e opulenta.

Para isso se conseguir bastaria recordar e seguir os salutares exemplos da excelsa princeza que hoje se senta no throno portuguez. Não descansa ella nos seus nobres incitamentos, na sua missão toda de affectos. Entre as suas diligencias pelo Bem salienta-se a que dedica áquelles que no ultramar servem a patria e que lá ficam. Portanto a todas as senhoras pedia que imitassem a sua augusta rainha nas dedicações pelas cousas portuguezas e que d'esse concerto dimanasse a realisação das nossas mais queridas aspirações. Pela sua parte fazia votos sinceros por que isto se conseguisse e conseguir-se-hia por certo desde que no coração das senhoras predominasse o mesmo sentimento da excelsa rainha que, como D. Filippa de Lencastre, armaria, se necessario fosse, os proprios filhos para a guerra.

O distincto auditorio, incluindo SS. MM., applaudiu calorosamente as palavras do illustre ex-ministro da corôa.

Seguidamente levantou-se o snr. Augusto Luso da Silva, lente do Lyceu Central e vogal da commissão executiva do centenario, que recitou uma poesia allegorica, composição sua. O snr. Luso, que consagrára toda a sua actividade ao esplendor d'esta solemnisação tão patriotica, disse os seus versos com a energia e a convicção d'uma alma apaixonada e crente. O auditorio escutou-o com religioso silencio e applaudio-o depois com enthusiasmo, associando-se a esses applausos el-rei e sua esposa.

A poesia é a seguinte:

Sei, que illustres varões, com letras d'oiro,
Tem sabido louvar teu grande Nome!
Que teu merito, emfim, immorredoiro,
Zomba do tempo, que nações consome.
Mas, meu pobre talento,
Se nas lettras não tem lugar seguro,
Hoje, n'este momento,
Tambem, preclaro Henrique,
Soltar a voz procuro.
Acceita o canto meu, embora fique
Esquecido no pó, para o futuro.

*

Se pomposo jardim recebe a rosa,
Não despresa, por isso, o mais selecto,
O antigo *bem-me-quer*, a *secia* edosa,
A humilde *violeta*, a *relva* e o *felo*.
E tu, inclito infante,
No ramo que primeiro á Patria offertas,
Dás exemplo bastante;
Madeira e Porto-Santo,
Com laço d'oiro apertas;
Flores mimosas, do Oceano encanto,
Reunidas tambem com as Desertas!

Do Sacro Promontorio facho activo
De vivissima luz, aos nautas guia,
Tu foste, illustre Henrique; e és o motivo
Da mais brilhante historia e poesia.
Fundam-se imperios novos,
Atam-se as relações, ligam-se os povos.

Oh! Patria, Patria! Se os heroes famosos,
E prestantes ao mundo, são teus filhos,
Eu, porque és minha Mãe, sou dos ditosos,
Que o reflexo recebem de seus brilhos!
E' justa, é santa a festa
Com que todos aqui, só á virtude,
Com razão manifesta,
Se tornam tributarios.
A pompa os não illude
De Alexandre e Pompeu, que, sanguinarios,
A humanidade com horror detesta.

Da minha Patria foi missão sagrada,
—Do progresso espalhar a luz brilhante.—
Incumbe a Henrique, que uma nova estrada
Abra nas aguas, e que o mundo espante!
Que esse caminho aberto,
A todos apontando a aurora, indique,
Que a India está já perto.
A luz de Sagres chega
Além do Estreito, o Dique,
Que passou Magalhaes! Ninguem já nega.
Ser espherica a terra! Oh! Grande Henrique!!

Só dos heroes é mausoleu a historia,
Seus epitaphios as nações lustrosas!
Lá revive o seu nome a par da gloria,
E o mundo os lembra, e lhes desfolha as rosas.
Mas, a louca vaidade
Passa na terra... como passa a edade!

Sinto o amor proprio que o teu Genio inspira,
Sinto orgulho tambem, e até... vaidade,
Ao respirar este ar, que em torno gira,
Que aspiraste ao nascer n'esta cidade!
Cultor intelligente,
No frondoso pomar, que aos Lusos déste,
Primoroso Presente,
Nas formosas Açores,
Assim mostrar pudeste
A nós, á Europa, ao mundo, a toda a gente,
Que até das ondas nos rebentam flores!

De ti lembrou-se o Adamastor sanhudo,
E ao Discipulo teu franquea a estrada!
Seu irmão Bojador perdera tudo,
Não soube defender d'Africa a entrada
Junto ao mar tenebroso,
Que enormes serpes de nojenta escama,
Baixo fundo arenoso,
Escuridão intensa,
Lhe davam nome e fama!
Quem podia affrontar tão firme crença?!
Nem tu Bartolomeu, nem tu, ó Gama!

Sim, *Talent de bien faire!* É, Novo Tito,
A mais santa Divisa, a tua guia.
Em tudo fazer bem, eis o teu fito:
Alicerce da sã philosophia.
Pois só póde o talento,
Se é fundado no bem, ter valimento.

Saber, vontade, intelligencia e vida,
São attributos do teu Genio ousado;
Mandaste, e logo, a tua voz ouvida,
Eis d'argonautas esse mar sulcado!
Lá vão as caravellas!
Tudo se anima, o medo se desterra!
Pandas, as brancas vellas
Conduzem nobres almas,
Que o mar jámais aterra!
Curva a cabeça, desatando em palmas
O Bojador com o joelho em terra!!

Homem dos homens! Preceptor de sabios!
De espiritos espirito brilhante!
Bateu-te o coração, abriste os labios
E á tua Patria, tu, gritaste—avante.
E o povo lusitano,

A' tua voz, por sobre as aguas vôa;
A' Guiné chega ufano,
Progride a humanidade,
Livre o mar se apregôa,
Irradias de luz de heroicidade,
E o mundo inteiro já teu Nome entôa!

Ouve, Oh! Genio immortal, lá d'essa altura,
Em que vives agora radioso,
Manda um raio dos teus, que, um só satura
O teu paiz, tão pobre, mas formoso!
Dá-lhe brios bastantes,
E o gigante será qual fôra d'antes.

O talentoso professor foi largamente muito victoriado.

Fallou depois o snr. Bento Carqueja, co-proprietario e redactor do *Commercio do Porto*. A sua palavra, quente e vibrante, enthusiasmou o auditorio que, por vezes, o acclamou com prolongadas salvas de palmas. Referiu-se ás façanhas que assignalaram na historia os nossos heroicos antepassados, e alludindo ao estado a que nos achamos reduzidos teve phrases cheias de patriotismo para mostrar que um povo, com tradições tão heroicas como as que glorificam o nome portuguez, não póde de fórma alguma esmorecer e acabar. Dirigiu-se depois a S. M. a rainha, terminando por dizer que fazia votos para que dos principes se podesse dizer mais tarde o que Camões dissera dos filhos de D. João I.

Inclita geração, altos infantes

Estas palavras foram cobertas de enthusiasticos applausos.

Seguidamente procedeu-se á distribuição dos premios a que acima nos referimos, sendo todos entregues aos contemplados por S. M. el-rei. Ao snr. Alfredo Alves, author da melhor memoria sobre a vida e feitos do infante D. Henrique, foi entregue o premio de 500$000 reis fixado pela commissão directora do centenario; ao snr. Fortunato de Almeida, de Coimbra, o de 300$000 reis por ser quem apresentou o melhor trabalho sobre o mesmo assumpto, depois d'aquelle; ao estatuario snr. Thomaz Costa, o de 300$000 reis por o seu projecto para o monumento a D. Henrique haver sido classificado em primeiro lugar pelo respectivo jury; ao snr. Ventura Terra, architecto, o de 100$000 reis, por o seu projecto para o monumento haver sido classificado em segundo lugar.

Seguiu-se a distribuição do *Premio Camões* instituido por iniciativa do *Commercio do Porto*, designando a sorte:

Para o alumno de instrucção secundaria José Simões Ferreira Figueirinhas, distincto em duas disciplinas, 40$000 reis; Francisco José

Ferreira Lima, distincto em uma, 20$000. Aos restantes alumnos distinctos foram entregues diplomas da camara municipal e exemplares do livro de Gastão Tissandier *Os heroes do trabalho*. Todos estes premios foram tambem entregues por S. M. el-rei.

O snr. conselheiro Costa e Almeida ergueu em seguida vivas a SS. MM. el-rei e rainha e a SS. AA. o principe real e infante D. Manoel, que foram muito correspondidos, terminando assim esta brilhante solemnisação.

Quando se procedia á distribuição dos premios foi de novo executado o hymno de Keil, mas d'esta vez acompanhado a banda, sendo o auther e o snr. Antonio Canedo outra vez applaudidos com enthusiasmo pela multidão que enchia os espaços devolutos dos claustros.

Esta solemnidade celebrou-se nos salões n.os 1 e 2 da Bibliotheca, que são ligados entre si. Ao fundo do primeiro e á entrada do segundo erguia-se um throno, d'onde SS. MM. assistiram á sessão, Aos lados do throno levantavam-se estrados destinados aos ministros e pessoas de maior distincção, bem como á camara municipal.

As grades das galerias que correm aos lados dos dous salões achavam-se revestidas de sanefas de setim azul e branco, vendo-se a pequenos intervallos, bandeiras portuguezas. Nas janellas cortinados de damasco vermelho e renda.

As estantes não foram retiradas, mas vedadas por meio de grades de arame. Ao centro de cada uma d'essas estantes collocaram-se elegantes escudos encimados pela corôa do brazão da cidade. N'esses escudos liam-se, em lettras de ouro, as seguintes legendas:

Talant de bien fere — D. Henrique — 4 de março de 1394 — 13 de novembro de 1460;
Il me plait — D. João I — 1347-1433;
Pour bien — D. Fillippa — 1357-1415;
J'ai bien raison — D. João — 1400-1463;
Le bien me plait — D. Fernando — 1402-1443;
Loco et tempore — 1391-1438;
D. João e D. Fillippa casaram no Porto a 2 de fevereiro de 1387;
Conquista de Ceuta — 1415;
Cede casas á Universidade — 1434;
E' dobrado o cabo Bojador — 1430;
E' explorado o Senegal — 1444.
Descoberta de Cabo Verde — 1444;
Descoberta da ilha da Madeira — 1419;
Descoberta de Ancra, álém do Rio do Ouro — 1445;
Descoberta de Porto Santo — 1418;
Descoberta da Costa, desde Barbacina até Cambaia — 1444;
Protector dos estudos em Portugal — 1460;

Protege os estudos theologicos — 1414;
Fundação do castello de Arguim — 1449;
Funda-se a Companhia de Lagos — 1444.

De resto, os dous salões, assim como as escadas que a elles conduzem, estavam embellezados com fetos e plantas ornamentaes.

No pateo do edificio da Bibliotheca foram construidas, em semicirculo, tres grandes bancadas, nas quaes tomaram logar os alumnos das differentes escholas da cidade que executaram o Grande Hymno do infante.

Na real associação humanitaria Bombeiros Voluntarios — A festa realisada nas salas d'este prestantissimo gremio cuja divisa *Auxilium in periculum* tem sido fielmente cumprida, esteve luzida e primorosa, revestindo grande esplendor e imponencia. Tendo por fim exaltar a memoria de um dos vultos mais gloriosos da historia patria, essa festa tornou-se altamente sympathica pelo facto da benemerita Associação a acompanhar de um facto altruista como foi o da distribuição de um bodo e esmolas a adultos e de vestuarios a creanças pobres.

A essa bella festa commemorativa e de caridade presidiram SS. MM.

O edificio da Associação estava todo engalanado. No pateo, vulgarmente denominado Pateo do Paraizo, erguia-se um elegante pavilhão destinado a SS. MM. Em frente d'esse pavilhão estava um coreto para musica; aos lados cadeiras para os convidados, e, muito proximo, á direita, umas bancadas onde estavam installadas 60 creanças (30 de cada sexo) contempladas com vestuarios novos, que já traziam vestidos. Para as creanças do sexo feminino, esses vestuarios constavam de saia e casaco de flanella cinzenta, e para as do sexo masculino, de casaco, calça e collete de casimira da mesma côr. As janellas do edificio estavam festivamente embandeiradas, ostentando colchas de damasco.

No atrio tocavam a charanga do corpo de marinheiros, a banda de infanteria 6, a do Corpo de Salvação Publica, a dos voluntarios de Villa Nova de Famalicão e uma phylarmonica da Povoa de Varzim. A guarda de honra era feita por um piquete de bombeiros municipaes.

O aspecto da rua do Bomjardim, no ponto onde o edificio da Associação fica situado, era dos mais imponentes: as janellas dos predios, completamente apinhadas de senhoras, achavam-se todas embandeiradas e revestidas de colchas de damasco, e na rua propriamente dita havia uma enorme multidão de curiosos, que faziam os maiores esforços para se postarem de fórma a poderem assistir á sympathica festa.

Ás 4 horas da tarde chegaram SS. MM., acompanhadas dos snrs. presidente do conselho, ministros do reino, obras publicas e marinha, das pessoas que faziam parte da sua comitiva, e dos snrs. governador

civil, chefe do departamento maritimo do norte e commissario geral de policia.

SS. MM. foram recebidas pela direcção e todos os socios activos da benemerita Associação e por varias outras pessoas. N'essa occasião foram levantados enthusiasticos vivas aos régios personagens, vivas que foram calorosamente correspondidos; as bandas de musica tocaram o hymno nacional.

O bombeiro voluntario snr. Mancilha offereceu a S. M. a rainha um formosissimo ramilhete de flores, em nome dos socios activos, agradecendo a senhora D. Amelia essa gentileza.

SS. MM. dirigiram-se immediatamente, a convite do presidente da assembleia geral, snr. Manoel Vieira de Andrade, para o salão nobre da Associação, onde se effectuou uma sessão solemne.

Os régios personagens tomaram lugar n'um estrado collocado ao fundo do salão e que era encimado por um elegante docel. Aos lados d'esse estrado, e nas primeiras filas de cadeiras, sentaram-se as pessoas que os tinham acompanhado.

A meza da presidencia estava collocada do lado esquerdo, junto ao estrado. Tomou esse lugar o snr. Manoel Vieira de Andrade, secretariado pelos snrs. José de Souza Rangel e Pereira da Costa.

Abrindo a sessão, o snr. presidente proferiu um breve discurso, congratulando-se pela presença de SS. MM. n'aquella humilde festa, commemorativa do 5.º centenario do mais illustre filho d'esta cidade. Os monarchas portuguezes não tinham querido deixar de se associar áquella festa de caridade, e esse acto, embora significasse o mais subido galardão para o grupo de rapazes que a promovera, não surprehendera ninguem, pois que todos sabiam que tudo o que podesse representar um acto de caridade e de humanidade encontrava a mais franca adhesão nos soberanos que regem os destinos do paiz. Esse acto dos régios hospedes da associação representava ainda um incitamento para que esta continuasse, sem trepidar, a sua campanha humanitaria. Tratando-se de commemorar um dos vultos mais illustres da nossa patria, a Associação dos Bombeiros Voluntarios entendera que não podia deixar de se associar á mesma commemoração promovendo uma festa de caridade na qual collaboravam, da fórma mais sympathica, os régios personagens que assistiam áquella sessão. Terminava, agradecendo a SS. MM. a sua annuencia ao convite que lhes fôra dirigido, facto que era, sem duvida, mais um titulo de gratidão por parte do publico portuense para com os monarchas.

Fallou em seguida Firmino Pereira, começando por citar as palavras que S. M. a rainha escrevera para o album *In memoriam*, commemorativo do centenario: «*Como rainha e como mãe desejaria dotar o meu paiz — a patria portugueza — com um grupo de filhos como os de Filippa de Lencastre, e que d'entre elles um fosse grande para Portugal e para o*

mundo como o infante D. Henrique». Sintillava n'estas palavras a luz d'um espirito superior; evolava-se d'ellas o perfume d'uma alma generosa e crente. Filippa de Lencastre que déra á côrte do Mestre d'Aviz a culminancia intellectual que a assignalou na historia, educou seus filhos n'essa religião augusta e sagrada que retempera os animos para os mais esforçados heroismos. A bondade de D. Duarte, o saber profundo de D. Pedro, a resignação levada ao sacrificio do infante santo, e a fecunda iniciativa de D. Henrique, exalçam as sublimes dedicações d'essa creatura admiravel, cujo nome, n'esta hora festiva e jubilosa, devia ser igualmente glorificado pela consciencia publica. Foi ella quem, formando o coração de seus filhos, encheu de luz esses dias heroicos. Se a monarchia franceza foi fundada, mais por Clotilde do que por Clovis, a nacionalidade portugueza devia-se em grande parte á fecunda influencia de Filippa de Lencastre. D. João I fora o exforço e o braço; D. Filippa o espirito e o coração. E se o braço funda, o coração consolida. Dirigindo-se a S. M. a rainha fez votos para que nos dias de hoje, tão afastados d'esses outros em que o sol das glorias lusitanas enchia todo o mundo com os seus raios fecundantes, as suas nobilissimas aspirações fossem satisfeitas; que á luz do seu espirito e ao calor do seu coração revivessem em seus filhos as heroicas virtudes, e que para as celebrar a alma do povo as acclamasse, como agora, na pompa triumphal d'uma grande apotheose. Havia tantos pontos de semilhança entre a virtuosa esposa d'el-rei D. Carlos e a christianissima companheira do Mestre d'Aviz que acreditava firmemente que, sob a influencia do seu grande coração, a patria portugueza resurgiria, magestosa e forte, como nos mais illuminados dias da sua historia. Se os sentimentos que duram sempre são aquelles com que somos embalados, então os principes haviam de ser grandes e amados, porque cresciam sob os exemplos da rainha, que sabe ser mãe, na grande, na gloriosa accepção d'esta palavra idolatrada e querida.

Fallou por ultimo o rev. Francisco José Patricio. Disse que a patria portugueza, passados cinco seculos, resolvera-se a final a commemorar um dos seus mais gloriosos filhos. Era esse um tributo justo, que demonstrava que no povo portuguez havia ainda alguma cousa da antiga virilidade. Em 1880, quando se festejára o centenario de Camões, o grande cantor da epopeia portugueza, a que a Europa inteira e a propria America tinham adherido, já havia a ideia da commemoração do centenario de D. Henrique. N'aquelle commemorava-se o cantor dos feitos portuguezes; cumpria agora commemorar a memoria de quem os iniciou. Uma commemoração completava a outra. Podia dizer-se que o paiz não está em condições de fazer festas. Elle, orador, porém, é de opinião que, para solemnisações nacionaes como esta, todas as occasiões são boas. E' por essa fórma que, actualmente, os povos dão balanço ás modernas conquistas da civilisação e do progresso. Quando todos põem em duvida os nos-

sos direitos, era a occasião opportuna de pôr bem em evidencia o vulto heroico do grande infante, levantando-se assim a nossa epopeia. Era, pois, com profunda alegria que via glorificar a memoria do grande portuguez que, sendo rico e poderoso, se fôra refugiar no promontorio de Sagres, onde o cercavam dous grandes abysmos — o ceu e o mar — o primeiro constellado de estrellas, que deviam guiar os nossos navegadores, e o segundo offerecendo as vagas para serem sulcadas pelas nossas gloriosas naus. Elle, orador, ainda confiava no levantamento da patria, para o que nos deviamos reunir todos em volta da nossa gloriosa bandeira. Pelo trabalho ainda poderiamos vir um dia a reconquistar o nosso lugar de nação livre e honrada, mas, para isso, necessario era fazer resurgir o nosso amor patrio. Era o que elle esperava viesse a nascer da commemoração do centenario d'aquelle que, mais que nenhum outro, soube fazer brilhar o nome portuguez.

Seguidamente o snr. presidente pediu a S. M. el-rei para collocar ao peito de um dos membros d'aquella associação — o socio activo snr. Saturnino Cuesta e Silva — o habito de Christo, com que ultimamente fôra agraciado por serviços prestados na extincção de incendios.

Terminado aquelle acto, o snr. presidente encerrou a sessão levantando vivas á familia real, vivas que foram enthusiasticamente correspondidos.

A convite do snr. Manoel Vieira de Andrade, SS. MM., depois de fazerem uma rapida visita a algumas das dependencias da associação, tomaram lugar no pavilhão a que acima nos referimos, a fim de se proceder á distribuição do bodo aos pobres. Esse bodo constou de 1 kilog. de arroz, outro de bacalhau, 500 grammas de assucar e um pão de 500 grammas, para cada pobre, sendo estes em numero de 160. Além d'isso tambem foi entregue a cada um d'elles a esmola de 200 reis.

S. M. a rainha mostrou desejos de entregar por suas proprias mãos, aos pobres, parte do bodo, e effectivamente a augusta princeza fez essa distribuição tendo sorrisos para todos os desprotegidos da sorte. Todos os contemplados beijaram a mão de S. M., chegando alguns a ajoelhar a seus pés.

Durante a distribuição, S. M. conversou com alguns dos bombeiros voluntarios que estavam mais proximos d'ella, tendo phrases amaveis para todos. N'esta occasião disse a senhora D. Amelia que das festas a que assistira n'esta cidade, era aquella uma das que mais gratas impressões lhe deixava.

S. M. a rainha tambem fez a distribuição dos pacotes de biscoutos destinados ás creanças contempladas com vestuarios.

Em seguida SS. MM. retiraram-se, sendo-lhes de novo, n'essa occasião, levantados calorosos vivas, que foram correspondidos com enthu-

siasmo. SS. MM., assim como as pessoas que compunham a sua comitiva, recolheram ao paço.

O pavilhão d'onde SS. MM. assistiram á distribuição do bodo era em fórma de barraca de campanha, firmado sobre quatro columnas de phantasia, e encimado por uma cupula muito elegante, revestida, em parte, de baeta encarnada. No cimo destacava-se um tropheu de bandeiras, tendo ao centro as armas do infante. Interiormente o pavilhão era forrado de seda azul, tendo ao fundo as armas reaes portuguezas. Os trabalhos de construcção foram dirigidos pelo architecto snr. Joel da Silva Pereira, sendo o pavilhão uma imitação do que se construiu em Paris, por occasião da ultima exposição universal, para o presidente da republica franceza inaugurar a mesma exposição.

Todo o pateo estava vistosamente adornado com plantas de estufa, tropheus e bandeiras. Interiormente, o edificio estava igualmente adornado pelo mesmo systema; no salão nobre, onde se realisou a sessão solemne com a assistencia de SS. MM. e que estava bellamente decorado, erguia-se um estrado sobre o qual fôra erguido um thronó encimado por um docel de seda azul e branca.

As referidas ornamentações foram dirigidas pelo chefe da repartição dos jardins e arvoredos municipaes, snr. Jeronymo Monteiro da Costa, e pelo habil armador snr. José Ribeiro de Freitas.

A' noute o edificio da associação illuminou brilhantemente a gaz.

Na festa achavam-se representadas as corporações de bombeiros voluntarios de Lisboa, Ajuda, Covilhã, Barcellos, Ilhavo, Aveiro, Vianna do Castello, Santarem, Povoa de Varzim, Leça e Mathosinhos, Fafe, Braga, Penafiel, Setubal, Valença e Bragança.

No Gremio Serpa Pinto — O Gremio Serpa Pinto tambem commemorou, com uma brilhante sessão solemne, o centenario do inclito filho de D. João I. O salão nobre da sympathica aggremiação achava-se ornamentado com alguns formosos fetos e bellamente illuminado.

Abriu a sessão o presidente da assembleia geral, snr. dr. Severiano José da Silva, que proferiu um breve mas conceituoso discurso, demonstrando as virtudes civicas do grande vulto da nossa historia. Terminou convidando para presidir á sessão o snr. dr. Paiva e Pona, medico da armada, e para secretarios os snrs. dr. Augusto Correia de Azevedo e Bernardino dos Reis Couto, o primeiro tambem medico e o segundo official de fazenda da armada.

Sendo esta escolha acolhida com uma salva de palmas, por parte da assembleia, e constituindo-se a meza da fórma referida, o snr. presidente, depois de agradecer a honra que lhe fôra dispensada, referiu-se a alguns dos actos da vida de D. Henrique, demonstrando o quanto a patria lhe devia.

Usou depois da palavra o distincto advogado bracarense, snr. dr. Carlos Braga, que proferiu o seguinte discurso:

Meus senhores: — Envaideceu-me tanto, quanto me penhorou, o amavel convite que tive a honra de receber, para vir fallar n'esta solemnissima sessão.

Hesitei, é certo, em acceitar; e a principio, a minha primeira impressão foi, sem duvida, agradecer em extremo penhorado a gentileza da lembrança, mas declinar de sobre os meus hombros a responsabilidade de um trabalho para o qual me reconhecia de todo o ponto incompetente.

Depois veio a reflexão e com ella o meu espirito convenceu-se de que um homem, amante do seu paiz e das grandes glorias que ainda hoje constellam brilhantemente o ceu da nossa patria, não podia por fórma alguma escusar-se a um sacrificio, quando elle lhe era reclamado pelas duas maiores potencias da sua terra — o commercio e a industria nacional!

Acceitei, pois; e ainda bem que acceitei, porque d'esta fórma se me deparou o ensejo de vir fallar com o Porto, de vir auscultar as pulsações do seu generoso coração, de vir vêl-o, velho e enthusiasta por tudo quanto é nobre e grande, mostrar a Portugal, mostrar a todas as nações da Europa que, aqui n'esta cidade, ainda ha confiança e fé; que aqui n'esta cidade ainda não morreu a esperança por um renascimento no dia d'amanhã, e que assim, abatido, mas corajoso, em face das desventuras da patria, elle brada para o futuro: um povo que respeita as cinzas dos seus maiores, um povo que n'ellas crê, é um povo que não morre!

Meus senhores! Eu sei perfeitamente que não tenho um passado que authorise a minha palavra perante v. ex.as Se n'este momento me revisto de coragem para arcar com as responsabilidades d'esta tribuna, illuminada ainda pelos clarões fulgentissimos que de si irradiam os brilhantes talentos dos oradores que me precederam, é porque conheço, d'ha muito, o meio em que estou fallando e sei antecipadamente que, n'esta casa, a benevolencia costuma ser tanto maior quanto mais frouxa é a voz da pessoa que a reclama. E quando isto assim não fosse, bastava-me, por certo, a presença de v. ex.as, minhas gentis senhoras, de v. ex.as a quem eu tomo por madrinhas da minha despretenciosa conversa, porque d'ha muito sei, até por experiencia propria, a grande somma de generosidade que em regra se abriga sempre n'um coração de mulher!

E feitos estes cumprimentos, que são, em verdade, bem sinceros, consintam, meus senhores, que eu, erguendo a minha vista um pouco para mais alto, lhes falle, como esperam, do Infante D. Henrique, d'esse vulto collossal que enche por completo as paginas da nossa historia d'ha 5 seculos e entre o qual e o poeta Luiz de Camões se passam, na phrase d'um grande orador, os dias da nossa gloria mais culminante!

E' uma divida esta que o Porto paga agora ao assombroso pensador de Sagres, e é uma divida que, na fórma de ser saldada, revella claramente a injustiça com que nos accusam de falsos patriotas.

— — — · —

Meus senhores! A verdade é que o periodo que actualmente atravessa o nosso paiz não é de molde a revellarem-se as fortes correntes de patriotismo, que, ha mais de 20 annos, agitam e convulsionam fortemente a França, a quem sempre põe de sobreaviso os menores movimentos d'Allema-

nha. Mas a verdade é tambem que Portugal manifesta n'esta consagração e n'esta homenagem, que não morreram, por fórma alguma, em seu generoso espirito os sentimentos que outr'ora o impelliram e que fizeram d'elle na epocha gloriosa de D. João I, o povo mais valoroso da Europa inteira.

Desde Ceuta, cuja tomada, incontestavelmente, se deve á heroicidade dos nossos principes, até aos famosos descobrimentos que tanto lustre déram ao nome portuguez, este periodo é d'aquelles que um povo costuma insculpir nas paginas da sua historia com a tinta que lhe fornece a luz dos astros rutilantes!

Foi o Porto, foi esta cidade, em cujos muros se insculpe o seu fervoroso amor pela religião do trabalho, foi o Porto que teve a gloria de servir de berço a um homem cujo nome occupa um lugar distincto entre os maiores que a fama exalça!

E cousa notavel! Do mesmo passo que conserva desvanecido a recordação lisongeira d'esse berço, guarda, com um precioso cuidado, o coração amantissimo d'outro principe, a quem se devem, com as franquias liberaes que o paiz desfructa, os dias de paz de que uma Nação precisa, sempre que tenham de desenvolver-se o seu commercio e as suas artes, a sua industria e a sua sciencia!

Até ao seculo XV havia na Europa umas noções falsissimas ácerca da maior parte do mundo, envoltas ainda nos véos d'um impenetravel mysterio. Foi preciso que o infante D. Henrique estabelecesse o seu laboratorio de Sagres e ahi fundasse uma eschola de navegação para que, feito o seu estudo de nautica e cartographia, que foi, na phrase do snr. Oliveira Martins, o lado theorico da sua obra, desapparecessem por completo, depois das suas descobertas, os erros grosseiros que, até então, invadiam o espirito dos homens mais illustrados. A sua ideia predominante foi a d'estabelecer relações directas com o Oriente depois de haver torneado a Africa em direcção á India; mas infelizmente o infante falleceu, apoz 40 annos de tentativas, sem ter conseguido ver realisados os seus designios.

No entretanto é preciso que se diga que homens do quilate de Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral não duvidaram seguir as ideias do infante; e é necessario que se saiba que foi em resultado do plano por elle preconcebido que as mercadorias riquissimas do Oriente deixaram de vir por um caminho longo e perigosissimo até Veneza, d'onde se distribuiam pela Europa, para seguirem por um caminho directo e maritimo até Lisboa, que, desde então, ficou a ser a destribuidora dos seus thesouros!

Foi durante a regencia do duque de Coimbra que se passaram os annos mais felizes da carreira do infante; e se bem que, antes d'isso, a sua poderosa iniciativa se houvesse manifestado já na descoberta da ilha de Porto Santo e na descoberta da Madeira, ambas colonisadas, antes de proseguir em suas explorações, o que é certo é que foi durante aquella epocha que Diniz Dias descobriu a Guiné e Cabo Verde e que Luiz Cadamosto, um veneziano que se tornou o braço direito do infante, descobrindo a Gambia, tentou passar o Senegal... Não será isto um motivo d'orgulho para nós todos?

Não será nossa, incontestavelmente nossa, como muito bem disse o snr. Antonio Candido, o meu sabio mestre e amigo, não será nossa, incontestavelmente nossa, a infinita honra de termos excedido todos os povos na arte heroica da navegação quasi aventureira?

E' por certo, e foi por isso que, em 1840, se lhe erigiu na praça da villa de Sagres, no principal theatro de suas gloriosas e fecundas fadigas scientificas, uma lapide com uma inscripção, e que hoje o Porto, na estatua que lhe levanta, deixa consignado o seu profundo respeito pela memoria d'um filho querido.

Mas é preciso que se dissipe um erro que ácerca do infante tem grassado na maior parte dos historiadores. A sua acção não se fez apenas sentir, ao contrario do que muitos pensam, nas grandes descobertas operadas á sombra da sua iniciativa e na vastissima extensão de terreno que elle fez juntar aos dominios da já então poderosa corôa de Portugal. Não. O infante foi mais longe na sua obra; e ao mesmo tempo que a fé se propagava nas longinquas regiões que as suas naus devassavam, ia elle, no remanso do seu gabinete, enriquecendo as sciencias mathematicas com a invenção e construcção d'apparelhos que se devem ás suas brilhantes faculdades d'homem culto e ao mesmo tempo alargando a pequena esphera do nosso mercado litterario com a traducção d'obras importantes, como é, sem duvida, a que se refere ás *Obrigações Civis* e que se deve á penna e ao talento priviligiado d'um dos maiores vultos da velha Roma. Refiro-me a Cicero; e v. ex.as comprehendem, de certo, muito bem, como eu poderia aproveitar facilmente este ensejo para me alargar n'uma outra ordem de considerações, muito mais sympathicas, por certo, ao meu espirito, entregue, desde bem novo, ao continuo labutar da vida forense.

Não o faço, porém; e não o faço porque temo abusar do benevolo acolhimento que v. ex.as me dispensaram e porque receio muito da minha pobre saude, que infelizmente me colloca ainda quasi n'um periodo de valetudinario.

Meus senhores! E' triste, é profundamente triste o quadro que nos offerece o nosso paiz ao findar o seculo XIX.

Curvados ao pezo dos innumeros vexames com que o estrangeiro nos affronta, limitamo-nos, como um velho agonisante, a relembrar a epocha do nosso fastigio e o viver do passado, já que o presente se nos antolha plumbeo e com o céo cheio de nuvens!

Pobres de dinheiro e d'homens, diga-se a verdade, nós estamos, talvez, em vesperas de receber, com uma tutella estranha, o justo mas pezado castigo dos nossos desvarios. Que então, n'esse momento solemne, relembremos os feitos dos homens que engrinaldam as paginas da nossa historia; e se já não tivermos força para luctar, a peito descoberto, com os nossos invasores, envolvamo-nos ao menos na bandeira da patria, manto que a todos cobre, e digamos ao futuro que nos inscreva na campa, como legenda, o heroico verso de Bocage:

« Saiba ao menos morrer quem viver não soube! »

Tenho dito.

Seguidamente fallou o rev. Francisco José Patricio, que tratou de demonstrar que a commemoração do centenario de D. Henrique póde representar para nós, se o povo a souber comprehender, uma nova epocha de felicidade e de engrandecimento.

Por ultimo ainda fallou o dr. Leonardo Torres [1], que se congratulou pela festa que o Porto realisára e fez votos por que ella fosse proficua para o nosso paiz.

A sessão esteve muito concorrida, especialmente de senhoras, algumas das quaes ostentavam elegantes *toilettes*.

SS. MM. não assistiram a esta solemnidade, por falta de tempo.

E com esta sessão solemne que, como as demais, foi brilhantissima, encerrou-se esta parte do programma das festas commemorativas do centenario. Não foi ella, decerto, das menos luzidas e brilhantes que se realisaram, antes contribuiu poderosa e efficazmente para o esplendor das manifestações tributadas á memoria do principe insigne que o paiz inteiro acclamava.



(1) O dr. Leonardo Torres, que na sua qualidade de socio da Sociedade de Geographia tomára parte activa em todas as manifestações do centenario, falleceu em Lisboa pouco depois de realisada esta grandiosa commemoração. A sua morte causou geral sentimento. O dr. Leonardo Torres cursára a eschola medico-cirurgica do Porto, e pertenceu ao quadro dos medicos da armada. N'esta qualidade esteve no ultramar, onde adquiriu conhecimentos especiaes a respeito das nossas colonias, cujos interesses por mais de uma vez calorosamente defendeu. Tendo pedido a sua exoneração, dedicou-se ao estudo das questões economicas e industriaes, abandonando quasi por completo a clinica. Accionista de muitos bancos e companhias, prestou relevantes serviços a estes estabelecimentos de credito. Por differentes vezes realisou diversas conferencias sobre assumptos industriaes, em que era muito versado. Homem de acção, o trabalho era a sua preoccupação constante, e onde houvesse um assumpto grave a tratar nunca deixava de comparecer, tomando sempre parte activa em todos os debates. Apparentemente um revoltado era, no fundo, um bondoso. Forte, de vigorosa compleição, tendo adquirido na vida do mar essa robustez que parece zombar de todas as inclemencias, todos o suppunham destinado a viver uma longa existencia. Alegre, feliz, prasenteiro, a lapella dos seus fraks sempre florida,— porque era uma das feições especiaes do seu espirito o culto pelas flores que apaixonadamente cultivava — parecia realmente que devia attingir uma edade provecta. Não succedeu assim, infelizmente, e aos 45 annos cahia ferido de morte por uma pneumonia dupla.

Muito conhecido em todo o paiz, a noticia do seu passamento causou grande surpreza e dôr, e não houve ninguem que não pranteasse a perda de cidadão tão util e prestante.

O dr. Leonardo Torres jaz n'esta cidade, sepultado no cemiterio da Lapa.

CAPITULO IV

A exposição insular e colonial — Na sessão da direcção da Sociedade do Palacio de Crystal Portuense celebrada a 18 de junho de 1892 deliberou-se, por proposta do snr. José Taveira de Carvalho Pinto de Menezes, promover uma exposição colonial, fixando-se os mezes de julho a setembro de 1893 para a realisação d'este pensamento. Suggerira esta ideia o interesse que despertou o *muzeu colonial* enviado á exposição industrial portugueza com tanto exito realisada n'aquelle edificio do Palacio de Crystal. Os productos expostos, a maior parte desconhecidos entre nós — que tão pouco nos preoccupamos com as riquezas que possuimos—attrahiram as attenções dos que ainda se interessam pelas coisas portuguezas, e d'ahi nasceu o projecto a que nos estamos referindo.

A proposta alvitrava que se solicitasse o auxilio do governo e da Sociedade de Geographia [1] e que se pedisse o concurso dos exploradores portuguezes para, em uma série de conferencias sobre assumptos coloniaes

---

(1) Da acta da respectiva sessão extractamos o seguinte:

Cremos, porém, que esta Exposição se não deverá realisar sem a certeza de que nos prestarão efficaz auxilio o governo e a benemerita Sociedade de Geographia de Lisboa.

Ao governo seria penoso, nas actuaes conjuncturas, pedir subsidios pecuniarios; não, não lh'os pediremos, nem carecemos d'elles, porque estamos certos que o rendimento das entradas cobrirá as despezas; mas é indispensavel que nos coadjuve:

1.º Ordenando que os governadores das provincias ultramarinas promovam, dentro das circumscripções a seu cargo, o concurso dos expositores;

2.º Facilitando o transporte dos objectos expedidos para serem expostos, transportes que deverão ser gratuitos desde o porto de embarque até esta cidade, e bem assim gratuito deverà ser o regresso dos productos reclamados pelos expositores;

3.º Considerando official a correspondencia trocada entre os governos das provincias, os expositores, e a commissão executiva da Exposição;

4.º Promovendo por funccionarios competentes, que existam nas colonias, a formação

tornarem conhecidas as riquezas que possuimos e apontarem os meios mais apropriados á sua utilisação.

Como nem outra coisa podia succeder, o governo, em officio expedido pela secretaria dos negocios da marinha e ultramar em 11 de outubro de 1892, prometteu auxiliar tão patriotico pensamento, e por portaria de 23 de novembro do mesmo anno nomeou o chefe do departamento maritimo conselheiro Coelho de Carvalho e o engenheiro civil Alvaro Ferreira Ferraz para, na qualidade de delegados especiaes do governo junto da commissão, prestarem ao ministerio da marinha todas as informações ácerca do programma, regulamentos, organisação e mais trabalhos relativos á mencionada exposição.

Por seu turno, a Sociedade de Geographia, em officio de 9 de outubro, adherindo ao projecto congratulava-se por vêr mais uma vez e tão opportunamente partir da nobre cidade do Porto um novo exforço e lição em favor da causa colonial portugueza.

Elaborados os programmas assentou-se em que a exposição deveria dividir-se em 12 secções, a saber — archipelago dos Açores, Madeira, e Cabo Verde; Guiné portugueza; ilhas de S. Thomé e Principe; provincias de Angola e Moçambique; India portugueza; Macau e Timor; productos europeus de fabrico exclusivo para as colonias portuguezas e collecções e publicações referentes a mais que uma colonia. Tudo isto disposto, a commissão promotora (1) tractou da realisação de tão util e patriotica empreza,

---

de collecções dos seus productos naturaes que, por não serem ainda artigos de commercio, não possam concorrer á Exposição por outra fórma;

5.º Ordenando a impressão gratuita, na Imprensa Nacional, de todos os documentos cuja publicação seja julgada de conveniencia pela commissão executiva da Exposição.

A benemerita Sociedade de Geographia deverá cooperar comnosco:

1.º Fazendo propaganda para que este certamen, que tão util se nos affigura ser para o nosso commercio e industria, seja concorrido;

2.º Permittindo que se completem as collecções deficientes, com os exemplares que possue no seu muzeu.

Cremos tambem que ha toda a conveniencia em tornar extensivas as vantagens d'esta Exposição ás nossas ilhas adjacentes.

Temos, pois, a honra de submetter á vossa apreciação a seguinte proposta:

1.º Que a Sociedade do Palacio de Crystal Portuense, se o governo e a Sociedade de Geographia lhe prestarem o seu auxilio, realise uma Exposição Colonial, nos mezes de julho a setembro de 1893, em que tambem se admittam os productos das nossas ilhas adjacentes;

2.º Que se peça immediatamente ao governo o seu apoio, e á Sociedade de Geographia a sua cooperação para este emprehendimento;

3.º Que, no caso de esse apoio e cooperação lhe serem concedidos, se peça ao governo para nomear dois individuos e á Sociedade de Geographia outros dois para, conjunctamente com a Direcção do Palacio de Crystal Portuense, constituirem a commissão executiva, que organisará os programmas e regulamentos e levará a cabo este commettimento;

4.º Que se peça aos nossos mais conhecidos exploradores para fazerem conferencias sobre assumptos coloniaes, durante a Exposição.

(1) A commissão da Exposição compunha-se dos seguintes cavalheiros:

Presidente — Conde de Samodães, par do reino vitalicio, ministro de Estado honorario, presidente da direcção do Palacio de Crystal Portuense.

Vice-presidente — Conselheiro Augusto Cezar Cardoso de Carvalho, capitão de mar e

empenhando-se para que a exposição attingisse o alto valor que devia ter. Apezar, porém, de toda a sua boa vontade, a inauguração não poude celebrar-se no tempo designado; e tendo-se addiado para março do anno seguinte, por occasião das festas com que a cidade do Porto devia commemorar o centenario do infante D. Henrique, nem mesmo assim se conseguiu reunir todos os elementos de modo a que podesse exibir-se completa em todas as suas secções (1). Por este motivo teve a exposição de fechar temporariamente.

Fazendo parte do programma das festas do centenario, para lamentar é que por occasião d'essa solemnidade tão importante certamen não estivesse completo. Cremos mesmo que de tudo quanto se realisou para honrar a memoria do infante, a exposição colonial seria pela sua significação a homenagem mais apropriada ao grande facto historico que se solemnisava, porque o que ainda nos resta da obra do inclito filho do Mestre

---

guerra, chefe do departamento maritimo do norte, antigo governador de Timor, Cabo Verde e India Portugueza, delegado do governo de Sua Magestade.

Vogaes—Joaquim de Azevedo Souza Vieira da Silva Albuquerque, lente de mathematica na Academia Polytechnica do Porto, presidente da delegação da Sociedade de Geographia no Porto e delegado da mesma Sociedade junto da exposição.

José Bento Ferreira de Almeida, capitão de fragata, deputado da nação e antigo governador de Mossamedes, delegado da Sociedade de Geographia de Lisboa.

Antonio Domingues Canedo, negociante da praça do Porto, director da Sociedade do Palacio de Crystal Portuense.

José Baptista Vieira da Cruz, director-gerente da Sociedade do Palacio de Crystal Portuense.

José Maria de Almeida Outeiro, lente do Instituto Industrial do Porto, director da Sociedade do Palacio de Crystal Portuense.

José Taveira de Carvalho Pinto Menezes, engenheiro-chefe de 1.ª classe do quadro de obras publicas, antigo deputado da nação, director da Sociedade do Palacio de Crystal Portuense.

Secretario—Alvaro de Castellões, engenheiro subalterno de 2.ª classe do quadro de obras publicas, chefe da commissão de estudos do caminho de ferro do Chire na Africa Oriental Portugueza, delegado do governo de Sua Magestade.

A estas commissões reuniram-se outras, uma com séde n'esta cidade, e as restantes em Lisboa, especialmente encarregadas de auxiliarem a commissão executiva, angariando os productos coloniaes destinados á exposição. Da commissão do Porto faziam parte os snrs. Augusto Luzo da Silva, Francisco de Paula Azeredo, Adriano Maria Cerqueira Machado, Carlos Affonso, Francisco Patricio, Guilherme Gomes Coelho, Marciano Azuaga, Vicente de Moura Coutinho d'Almeida Eça e visconde de Villarinho de S. Romão.

(1) A exposição, aberta desde os primeiros dias de março, teve de fechar, por oito dias, em maio, para se proceder á collocação dos productos ultimamente recebidos. Logo que ella reabra, realisar-se-hão tambem as conferencias annunciadas, e que, pelos motivos indicados, deixaram de celebrar-se em tempo competente. Essas conferencias serão feitas pelos snrs. Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, Marianno de Carvalho, Thomaz Ribeiro, Antonio Candido, Luciano Cordeiro, conde de Samodães, dr. Manuel Ferreira Ribeiro, etc. Realisar-se-hão no salão Gil Vicente. No momento em que revemos as provas d'este livro, activam-se os trabalhos de installação dos productos vindos de Macau, Timor, e de Angola e Moçambique. A exposição contém, realmente, coisas dignas de largo e attento estudo, e pena é que os governos não olhem attentamente para as nossas colonias, d'onde tantas riquezas podiam extrahir-se. Mais alto do que quaesquer considerações que n'este lugar podessemos fazer, fallam as brilhantes installações que se veem no recinto do Palacio. Pena é, porém, que tudo aquillo que alli se exibe não sirva para accordar em ninguem o sentimento patriotico, e que, removidos d'alli os productos expostos, não se torne mais a pensar que da gloriosa herança dos nossos antepassados, apezar de fortemente saqueada, ainda nos resta muito e muito que, aproveitado com criterio e honradez, seria o sufficiente para nos salvar dos perigos que nos ameaçam...

d'Aviz, basta, não só pelo seu dilatado dominio, como pela riqueza do seu solo e pela expansão do seu commercio, para affirmar ao mundo inteiro o valor d'este povo e a supremacia moral d'esta raça. Quizeramos mesmo que, abertas de par em par as portas da exposição, o povo fosse alli vêr com os seus proprios olhos que com aquillo que ainda possuimos podemos libertar-nos dos males que nos opprimem. E seria uma bella lição essa, sem duvida alguma, mostrar ao povo que ainda não está tão depauperado que não possa erguer-se, forte e altivo, para a reconquista do seu prestigio e da sua dignidade.

A exposição insular e colonial foi inaugurada por SS. MM. no dia 2 de março. El-rei e sua esposa, acompanhados dos ministros e mais comitiva, ao chegarem ao magestoso edificio do Palacio de Crystal — que é um dos monumentos mais gloriosos devidos á fecunda iniciativa d'esta cidade — foram recebidos pela commissão executiva da exposição e outras pessoas gradas. SS. MM. dirigiram-se para o salão Gil Vicente, no palco do qual se achavam dispostos os logares para a familia real e sua comitiva. Depois de el-rei e sua esposa se sentarem nas cadeiras que lhes eram destinadas, sob um rico docel de velludo magenta encimado pela corôa real, o snr. conde de Samodães, presidente da commissão executiva, proferiu o seguinte discurso:

Senhor: — E' esta a segunda exposição que V. M. se digna abrir no Palacio de Crystal Portuense.

Na primeira patenteavam-se os productos da industria nacional do paiz no continente europeu: na presente manifestam-se, em synthese, os recursos de que dispõem os districtos insulares e as provincias ultramarinas.

N'este novo concurso teve-se em mira apresentar um resumido quadro de quanto produzem e valem as dilatadas regiões que, com a metropole, constituem a monarchia portugueza, cujo chefe é V. M.

Para tão importante concurso escolheu a commissão executiva da exposição o anniversario cinco vezes secular do nascimento, dentro dos muros d'esta cidade, do heroico infante D. Henrique, por isso que fôra este magnanimo principe que iniciára em parte essas famosas navegações d'onde adveio o descobrimento de paizes ignorados, que hoje são divisões da vasta monarchia sobre que V. M. impéra.

N'esta commemoração contemplamos a um tempo o heroe que déra começo á obra e os resultados d'essa providencial iniciativa.

N'este recinto vem evidenciar-se a estreita união que existe entre todas as partes do Estado, e d'ahi os elementos de força de que dispõe a nação para manter-se autonoma e continuar a sua missão gloriosa entre os outros povos da terra.

Implorando para o nosso patriotico commetimento as bençãos do ceu, digne-se V. M. imprimir-lhe o cunho da authoridade de que é depositario, abrindo a exposição insular e colonial, condigna commemoração d'esse homem

illustre, que não fôra só gloria de Portugal, mas o mais assignalado benemerito da humanidade.

A commissão executiva da exposição agradece a V. M. a honra da sua presença, de sua augusta esposa e do herdeiro da corôa, fazendo votos fervorosos pela prosperidade de V. M. e pelo engrandecimento da nossa patria.

S. M. el-rei D. Carlos, em voz clara e firme, respondeu:

E' esta a segunda exposição que venho abrir no Palacio de Crystal Portuense. Hontem apresentaram-se-nos os resultados do desenvolvimento industrial na metropole; hoje temos diante de nós os productos dos districtos insulares e das provincias ultramarinas. Hontem e hoje completam-se, e dão a synthese da vida e da riqueza da nação.

Sinto-me feliz inaugurando a exposição insular e colonial, primeira festa com que o Porto, fazendo-se orgão de Portugal inteiro, inicia uma série de consagrações deslumbrantes da memoria gloriosa do infante D. Henrique.

Esta festa é a primeira, e de entre todas nenhuma me impressiona mais. Vendo em torno de mim os productos das ilhas adjacentes e das regiões ultramarinas, parece-me que estamos dentro do proprio imperio, sonhado, concebido e iniciado pelo infante D. Henrique. Tudo aqui respira a sua lembrança, tudo se me affiguram creações do seu genio potente. O seu espirito immortal está aqui comnosco; paira dentro d'esta nave immensa, porque o Portugal extra-europeu, cuja historia é tão larga como fecunda, nasceu inteiro das concepções do seu genio e da indomavel energia da sua vontade.

Veio primeiro a India opulentar-nos com as suas riquezas quasi phantasticas e, ao mesmo tempo, mostrar ao mundo a energia quasi milagrosa dos nossos navegadores, dos nossos guerreiros e dos nossos missionarios. Patenteamos ao mundo a estrada que outros seguiram; e se toda a Asia se acha hoje quasi avassallada pela civilisação christã, foi Portugal quem iniciou essa epopeia da cruz e da espada, coroando os nomes de Affonso de Albuquerque e de S. Francisco Xavier.

Veio depois o Brazil, e esse novo mundo lusitano, que é e será sempre para nós, pelo affecto, um outro Portugal, attesta ainda hoje a seiva forte que derramamos por toda a parte onde dominou o braço e se fez ouvir a voz da nação portugueza.

Finalmente vem hoje a Africa, e com quanta galhardia e com quanta pujança, diz-m'o o espectaculo d'esta exposição patente a nossos olhos. Entre a India e o Brazil, a Africa durante seculos existiu tributaria dos dous mundos coloniaes portuguezes. A um servia de estação de passagem nas longas viagens orientaes; a outro fornecia braços com que se desbravavam os sertões e se lavravam as campinas. Os tempos alteraram as cousas, e a Africa surge agora, tão cheia de opulencias como a India e como o Brazil, para abrir a Portugal uma terceira epocha de prosperidade duradoura.

Tem, pois, para mim esta exposição um duplo caracter, que a torna particularmente sympathica ao meu espirito. Revive, nos seus resultados mais recentes e mais positivos, o pensamento genial do infante D. Henrique, e abre uma perspectiva risonha á economia nacional. Completa o passado no que elle teve de mais fecundo, e prenuncia o futuro no que elle póde ter de mais animador. E', pois, com summa satisfação, que declaro aberta a exposição insular e colonial.

Terminado este discurso, o snr. conde de Samodães ergueu vivas a SS. MM. e AA., os quaes foram enthusiasticamente correspondidos pelas pessoas que enchiam litteralmente o salão, e pelas que se achavam na nave central aguardando que a sessão acabasse.

SS. MM. e AA. percorreram depois o recinto da exposição, detendo-se junto de varias installações e ouvindo as explicações que lhes eram dadas pelo snr. conde de Samodães.

Pela sua parte, o snr. ministro do reino, acompanhado pelo membro da commissão executiva o snr. Taveira de Carvalho, examinava tambem detidamente varios productos expostos.

A' entrada da familia real no Palacio, a banda da guarda municipal executou o hymno nacional e durante a visita o maestro Miguel Angelo executou no grande orgão uma marcha, composição sua, que offereceu á commissão do centenario; e as bandas de infanteria 6 e 18, acompanhadas a grande orgão tocado pelo professor snr. Eduardo da Fonseca, executaram um hymno escripto pelo pianista Antonio Soller.

Terminada a visita, SS. MM. sahiram acompanhadas por todas as authoridades e corporações que as tinham recebido, erguendo-se n'essa occasião novos vivas.

S. M. a rainha trajava um vestido de gorgorão de seda lilaz e chapeo preto de velludo com enfeites roxos. El-rei vestia a farda de generalissimo, o principe real a farda de cabo de infanteria 18, e o infante D Manoel vestido de seda azul.

Ao acto da inauguração assistiram as authoridades, corporações, funccionarios, officialidade de terra e mar, titulares e muitas outras pessoas distinctas.

A decoração da grande nave era singela mas apropriada. Nas columnas das galerias de ambos os lados collocaram-se tropheus de bandeiras com escudos onde se liam os nomes de differentes colonias portuguezas; sobre o palco achavam-se tambem uns escudos com os brazões de armas de Angra do Heroismo, Ponta Delgada, Funchal, Porto Santo, Gôa e Macau.

A EXPOSIÇÃO AGRICOLA E INDUSTRIAL DE GAYA — A historica povoação de Gaya querendo tambem associar-se á commemoração do centenario, deliberou promover uma exposição agricola-industrial composta exclusivamente das artes, industrias e productos d'agricultura d'aquelle concelho, actualmente d'uma grande importancia. Houve tempo em que Villa Nova de Gaya era simplesmente uma vasta e collossal adega d'onde se fazia todo o largo e opulento commercio de vinhos do Porto. Hoje já não succede o mesmo, e posto a laboriosa villa continue sendo o centro de todas as operações vinicolas do norte do paiz, dispõe de elementes valiosos, possuindo algumas industrias já muito conhecidas e apreciadas no paiz.

A exposição de Gaya, devida á patriotica tenacidade de um grupo de cavalheiros á frente do qual se encontrava o sympathico facultativo villanovense dr. Arthur Ferreira de Macedo, foi uma bella affirmação de força e de trabalho. Revelaram-se alli aptidões desconhecidas, patentearam-se merecimentos ignorados; e a interessante villa, conhecida apenas pelos seus vastos armazens e tanoarias e pelo trafego do rio, evidenciou-se brilhantemente pelo valor da sua industria. E' por meio d'estes certamens que se medem as forças dos povos e se salientam os seus merecimentos; n'estas provas publicas a que são chamados industriaes e artistas aprimoram-se as faculdades productoras, illuminam-se os espiritos, fortalecem-se os braços e até se melhoram as almas. Porque o trabalho, sendo o mais fecundo manancial de virtude, é tambem a maior consolação do espirito.

D'este importante certamen, uma das mais bellas manifestações, sem duvida, realisadas por occasião do centenario, vamos dar detalhada noticia, pois é justo que, galardoando-se quem pelo desenvolvimento da sua terra tanto zelo affirmou, se premeiem egualmente tantas aptidões brilhantemente reveladas. Principiemos pela carta distribuida por todo o concelho, expondo o patriotico pensamento da commissão iniciadora, carta que foi egualmente enviada para o Brazil aos villanovenses que alli se acham estabelecidos:

Exmo snr.—Villa Nova de Gaya não deve deixar passar o quinto centenario do infante D. Henrique sem dar uma prova altamente significativa de enthusiastica veneração pela memoria d'aquelle que honrou a patria, enchendo-a de gloria e tornando-a respeitada de todas as nações. Pulsa valentemente o coração portuguez ao lêr a vida d'esse homem que, podendo como filho de rei, gozal-a distrahida e alegremente, a entrega ao estudo, á conquista, á navegação, legando-nos o mais glorioso nome. Deixar cahir no esquecimento esses tantos homens que nos levantaram de povo humilde em nação invejada e temida, é annular uma parte da nossa existencia, é caminhar para a grande valla das nacionalidades extinctas.

Se hoje não podemos caminhar como povo conquistador, se não podemos ser os primeiros, como outr'ora, em fazer surgir dos *mares nunca d'antes navegados* ilhas, continentes, novos mundos, arrancando-os á nublose do desconhecido, se não podemos com a santa bandeira da patria avassalar e civilisar povos barbaros, podemos ainda, sacudindo dos braços o torpôr de tantos annos, fazer surgir da officina e do uberrimo sólo da nossa patria a riqueza, o prestigio, a consideração e o respeito, gerados pelo estudo, pelo trabalho e pela abnegação.

Ha pouco tempo ainda, uma das nações da Europa foi abatida e humilhada pela guerra que a empobreceu e espesinhou; pois essa nação, n'um esforço athletico de trabalho faz a exposição das suas artes, industrias e productos agricolas, e ergue-se e reconquista o primeiro logar, tornando-se de vencida vencedora, mostrando assim ao mundo quanto póde o trabalho, quando acalentado pelo principio da independencia e amor da patria.

Villa Nova de Gaya, para celebrar o quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, inaugurará, em março de 1894, uma exposição agricolo-industrial, composta exclusivamente das artes, industrias e productos d'agri-

cultura d'este concelho, porque as exposições são os quadros demonstrativos da vida d'um povo e com taes elementos poderosissimos para a fixação do seu credito, para a consolidação da sua independencia e prosperidade.

As industrias e a agricultura de Gaya são quasi desconhecidas, embora tenhamos elementos de sobra d'estes dous ramos da actividade humana, e a nossa exposição ha-de quebrar os epithetos, pouco honrosos, que rodeiam este concelho, ha-de espancar as sombras que cercam todos os trabalhadores honestos e obscuros e patentear aos olhos de extranhos e naturaes esta terra como fóco luminosissimo de trabalho e intelligencia, fazendo-a conquistar o honroso lugar a que tem jus.

Ex.mo snr. A nossa exposição será modesta, as suas installações pobres, mas aceiadas; os productos dos nossos campos não terão palacios onde se alberguem, mas cobril-os-ha o ar puro da nossa terra natal; tudo será singelo e simples, mas aceiado e limpo como a casa d'aquelle que, sem riqueza, conserva com desusado e religioso cuidado, esmero e amor, as cousas e objectos por elle creados.

Mas, ex.mo snr., embora tenhamos desde já para a nossa exposição edificios e terrenos gratuitamente cedidos, embora haja boa vontade, enthusiasmo e expontanea dedicação de todos os signatarios, adhesões de todos os artistas, industriaes e agricultores, falta mais alguma cousa para a realisação do nosso intuito: precisamos recorrer a um emprestimo para as despezas inherentes a emprezas d'esta ordem.

A completa realisação d'esse emprestimo para nós é um acto indiscutivel, porque ainda somos dos crentes que admittem haver dentro do peito de todo o verdadeiro portuguez esse sentimento que nos prende até á terra em que vimos florescer as nossas mais queridas esperanças e mais nobres aspirações. Ainda somos crentes, porque temos a certeza que, para honra da nossa terra, esse emprestimo se realisará entre os seus filhos e entre aquelles que a ella estão ligados pelo trabalho, pela familia, pela recordação do lar ou por interesses profundamente arreigados.

Ex.mo snr. O emprestimo, sem vencimento de juro, que esta commissão contrahe, é de quatro contos de reis, garantidos pelas entradas na exposição e annexos, pelo aluguer dos terrenos, pelo producto das festas e concertos a realisar, etc., e julgamos essa quantia tão bastante para o reembolso do emprestimo, que destinamos as sobras para beneficio da associação das Creches de Santa Marinha, associações de soccorros e outros estabelecimentos d'este concelho de reconhecida utilidade.

Estamos certos, ex.mo snr., que para vós, tão distanciado da patria e tão solicito e attento em seguir as aspirações nobres e elevadas da vossa terra natal, esta exposição representará a manifestação mais elevada d'amor da patria e a collocareis debaixo da vossa valiosissima protecção, dispensando-lhe o mais decidido apoio. Para nós a realisação do emprestimo será a valiosissima somma de dedicação e patriotismo de cada subscriptor.

Pedimos como a mais subida fineza o participar-nos até ao dia 31 de agosto o recebimento d'esta carta e a declaração da quantia subscripta.

A commissão executiva — Governador Civil do Districto do Porto, Deputado pelo Concelho de Gaya, Presidente da Camara Municipal de Gaya, Administrador do Concelho de Gaya, presidentes honorarios; Arthur Ferreira de Macedo, presidente; Caetano Pinho da Silva, vice-presidente; Augusto Martins da Cunha, thesoureiro; João Guerreiro Figueiredo e Almeida, Miguel Joaquim da Silva Leal, Francisco da Rocha Romariz, Thomaz Cardozo Junior, José Carlos Gonçalves da Silva, Antonio Pinho da Silva, vogaes; Antonio Carvalho

Correia Lima, José Pinto Amorim da Costa, José Gonçalves da Silva Mattos, secretarios.

Obtidas valiosas e importantes adhesões, elaborou-se o programma geral da exposição e o respectivo regulamento, decidindo-se que, sendo o concelho de Gaya essencialmente agricola, se realisasse tambem uma exposição de gado. E esta parte das brilhantes demonstrações com que Villa Nova de Gaya se associou á celebração do centenario não foi, decerto, das menos interessantes nem das menos dignas de admiração. Acudiram a essa exposição exemplares soberbos em todas as especies, alguns dos quaes deixaram verdadeiramente maravilhadas as pessoas que foram presencear esse curioso e pittoresco certamen, tão cheio sempre de attractivos, especialmente ao norte do paiz, onde o traje tão caracteristico dos nossos aldeãos dos dois sexos põe uma nota viva e scintillante n'estas especies de *feiras grandes,* tão do agrado do nosso povo, que as converte em verdadeiros arraiaes.

E a proposito notaremos que, sendo o concelho de Gaya um dos que mais abunda em variedade de trajes, alguns lindissimos e podendo competir, em gala e garridice, com os mais pomposos que se veem ahi por esse Minho além, deveria, na exposição a que alludimos, accrescentar-se uma secção destinada aos *costumes* nacionaes, cuja pureza primitiva infelizmente se vae perdendo, mercê da deploravel mania de tudo se querer *afidalgar.* A aldeã da Magdalena e de Villar do Paraizo, com a sua saia de baeta crepe orlada de velludo, o seu lenço amarello de complicadas ramagens em que o vermelho berra triumphantemente no meio das côres que lhe servem de sequito, o seu chapeo de feltro, redondo, com vidrilhos, a meia alva de neve collada ao pé graciosamente mettido na ponteaguda chinellinha de verniz com phantasiosos arabescos de gaspiadeira, é, como a padeira de Avintes e a fiandeira de Crestuma, um dos typos mais bellos que ainda possuimos, podendo competir em garridice e graça com as deliciosas aldeãs de Ancora e Darque e as famosas cachopas maiatas. Estes trajes tão nossos, tão essencialmente nacionaes, relembrando, n'esta deploravel confusão a que somos chegados, a pura graça campezina e a deliciosa vida aldeã, entre a alegria das eiras e os descantes das esfolhadas, acham-se já de tal modo adulteradas, confundidas, viciadas, que deixaram de ser o que eram para se converterem n'uma coisa inexpressiva e ridicula, que só serve para roubar á mulher a sua graça natural e o encanto da sua mocidade.

Ainda não vae longe o tempo em que os arraiaes que se faziam nos arredores do Porto attrahiam os curiosos exactamente pela somma de pittoresco que offerecia a variedade de trajes peculiar a cada aldeia que concorria a essas festas. Hoje tudo mudou. A rapariga do campo julga-se inferior na sua saia de grande roda e na sua chinella de polimento, e como

quer demonstrar que a frequencia com que vem á cidade actua sobre o modo de ser da sua *toilette*, veste-se horrivelmente, graças ás Villéte e ás Raimeaux dos seus logarejos que lhes talham saias abominaveis e corpos desageitados que lhes dão o ar grotesco de *fantoches* ou de réles figuras de barato pim-pam-pum. E' vel-as, que outra não é a impressão que se sente. Podendo ser lindas, graciosas, esbeltas, ostentando na frescura dos seus linhos a belleza das suas fórmas, são grotescas e ridiculas, não se equilibrando nos tacões altos das suas botinas de cordovão, muito sacrificadas dentro de apertados cazabeques, que lhes tolhem os movimentos, em que consiste a graça do meneio. A unica coisa que conservam, porque isso é uma publica exhibição de abundancia e luxo, são as grandes e pesadas arrecadas, os grossos grilhões de ouro, os macissos anneis, prendas dos namorados. Mas estes luxos que tão encantadoramente dizem n'um seio onde se cruza um lenço de côres vivas sobre uma alva camisa onde sorriem as graças dos entremeios, das rendas e dos bordados, parecem taboletas de vendilhona ambulante em cima dos abominaveis *failles* e dos horrendos velludos com que encobrem a belleza forte dos seus bustos.

Não ha duvida que o traje nacional do nosso povo das aldeias vae, pouco a pouco, desapparecendo, e com elle, o caracter, a crença, a alma, a tradição. Tudo finda, desgraçadamente, até aquillo que ainda era uma consolação para os espiritos. E' por isso que, aproveitando-se todas as occasiões favoraveis, muito estimariamos que se procurasse obstar a este descalabro, salvando o que ainda possuimos de gracioso nos costumes do nosso povo, e arrancando as aldeias e os campos a esta invasão abominavel da cidade, que acabará por lhes roubar o encanto, a frescura, a ideal castidade que nos seduz e nos enleva. Porque, a caminharmos assim, ainda havemos de vêr, nas eiras, pelas encantadoras noites das esfolhadas, um piano — oh abominação! — substituindo a pittoresca banza, e o *vira*, o *regadinho* e a *canna-verde*, trocadas por mazurkas e outras horrendas e horrorosas coisas! A proseguir tão extranha mania, tudo que da tradição nos resta a recordar os encantos dos tempos findos desapparecerá por completo; e quando tivermos de ir á aldeia encher o pulmão de bom ar, fugiremos, aterrados, porque encontraremos por lá as hediondas modernices que por cá lentamente nos vão matando. E então a unica coisa ligitima que nos cumprirá fazer será emigrar, fugir para muito longe, para onde nunca entrassem jornaes de modas e artigos de toucador... A tanga seria, em taes alturas, uma aspiração e um consolo...

A benemerita commissão de Gaya não attentou, decerto, n'isto; se assim succedesse, teria posto na sua exposição um grande encanto, reunindo grupos de aldeãos da Magdalena, Avintes e outros pontos, ostentando os seus trajes tão caracteristicos e pittorescos. Para outra vez o fará, decerto.

Proseguindo, cada vez mais enthusiasticamente, na patriotica empreza a que mettera hombros, a commissão promotora da exposição publicou um *Boletim*, de que sahiram quatro numeros. No primeiro liam-se estas palavras, que não foram, felizmente, perdidas:

A ideia d'uma exposição concelhia dos productos da nossa industria e agricultura seria uma temeridade leval-a a effeito, confiando unicamente nas



DR. ARTHUR FERREIRA DE MACEDO
Presidente da commissão promotora da exposição de Gaya

nossas modestissimas forças, se não tivessemos a rodeal-a o enthusiasmo e os applausos de todos os nossos conterrâneos.

E' festa bem digna do centenario do infante D. Henrique, a exposição dos elementos de riqueza, actividade e trabalho do povo de Gaya.

Nenhuma outra poderiamos fazer em honra de quem dedicou uma vida inteira ao engrandecimento da sua patria.

Mostrar as forças vivas do nosso concelho, patentear todos os elementos com que podemos concorrer para o engrandecimento da patria, é bem mais util e proveitoso que exaltar sómente com palavras a gloria que passou.

Já que não podemos levantar grandioso monumento que atteste o nosso passado, construamos esse pequeno altar do trabalho, no qual cada um póde collocar um facho que nos guie a melhores dias.

Todos os filhos de Gaya, desde o mais modesto operario até ao mais talentoso artista, tem o seu lugar. A mais pequenina industria póde dar o seu concurso, porque os mais pequenos são os mais precisos no concerto geral do trabalho.

Não póde trabalhar a grande machina sem o pequeno parafuso que a liga e junta, não se póde levantar o grande edificio sem a cal que o cimenta. Tão preciso é o artista que planeia e architecta, como o que modestamente executa.

Se todos comprehenderem bem o valor dos nossos esforços, bem digna será a nossa festa do facto que se commemora.

E no numero trez dizia ainda:

Não acabará em Gaya, com o ultimo foguete, a lembrança das festas em honra do nascimento do infante D. Henrique; não se apagará na memoria dos filhos d'este concelho, com a ultima luminaria, a sensação de satisfação e alegria pela realisação da nossa exposição.

Ficará alguma coisa util: gloria e recompensa para os que trabalharam com affincado estudo, lição e estimulo para os mais atrazados e menos cuidadosos. Ficará luz e vibração, que sempre resultam do trabalho d'um povo; luz que alumia ao longe, vibração que soa e diz: o trabalho é a felicidade d'um povo, o seu progresso, a sua riqueza.

A nossa exposição como monumento levantado em honra do infante D. Henrique não terá a duração do bronze ou do marmore; será pyramide tosca levantada por o povo d'este concelho, para a qual cada um acarretou um pequeno bocado; representará trabalho consciencioso, fadigas enormes, lagrimas pungentes, obstaculos debellados, luctas vencidas, elementos que formam e constituem a vida d'um heroe.

Será monumento pouco duradouro, mas deixará sobre a terra, onde pouzar, a marca indelevel, o signal persistente da sua influencia benefica e do pensamento que o originou.

O esguio monumento, que o bronze e o marmore perpetua, póde ser ridiculo e banal, amesquinhando o heroe, falseando os acontecimentos que o tornaram grande e lembrado; um monumento em que o marmore e bronze se acastellam altivos póde ser o epitaphio dos que o erigiram e dirigiram, porque ha protecções e pretensões que aviltam e matam; uma exposição, porém, do trabalho, como a nossa, é sempre a alma d'um povo gravada em pequenas paginas, escriptas com sinceridade, tendo como causa o amor da patria despertado pela lembrança d'um benemerito ou d'um heroe, ou a recordação d'um facto que fez epocha na vida d'esse povo.

E' pequeno o nosso tributo á memoria do infante D. Henrique, mas é expressão sincera d'um concelho agradecido á memoria d'aquelle que, ainda hoje, faz repetir o nome da patria a todos os povos do mundo.

Reunidos, emfim, os elementos indispensaveis, a exposição concluiu-se, e a 5 de março foi solemnemente inaugurada por el-rei e por S. M. a rainha. Seriam duas e meia horas da tarde quando SS. MM., acompanhadas dos ministros, comitiva, camara municipal do Porto, commissão

directora do centenario, governador civil e outras authoridades, deram entrada no edificio da exposição agricolo-industrial, sendo recebidas á entrada pela camara municipal d'aquelle concelho, administrador, parochos do concelho, commissão executiva da exposição e outras authoridades e corporações da villa.

SS. MM. dirigiram-se para o estrado collocado ao fundo do salão, onde havia cadeiras para se sentarem, e ahi o snr. dr. Arthur Ferreira de Macedo, presidente da commissão executiva da exposição, proferiu o seguinte discurso:

Senhor: — E' bem pequena a nossa festa para a honra que recebemos, mas, celebrando o Porto com enthusiasmo uma das maiorias glorias da nossa patria, não podiamos nós que vivemos tão perto deixar de compartilhar e commungar nos mesmos patrioticos desejos de, perante vós, como chefe da nação, mostrarmos que sentimos estremecer de orgulho o nosso coração de portuguezes ao recordar a memoria do persistente e arrojado infante.

A nossa exposição é modestissima, porque é apenas a amostra do que vale e produz o concelho de Villa Nova de Gaya; mas n'esta pequena manifestação do trabalho local poderá, de certo, V. M. apreciar quanto é digno de respeito o porfiado labor com que os habitantes d'esta terra, dia a dia, concorrem para o engrandecimento do paiz, creando, desenvolvendo e alargando muitos ramos da industria nacional. Não é uma manifestação brilhante como queriamos, não representa o quadro completo do que poderiamos e deveriamos fazer, mas significa certamente n'este instante de crise, que atravessamos, o desejo sincero e real de promovermos, dentro dos nossos recursos, a prosperidade da nossa patria.

A lembrança do trabalho incessante, da incansavel actividade scientifica, da teimosia quasi inacreditavel do infante D. Henrique animou-nos a dar este primeiro passo, abrindo a exposição dos nossos productos industriaes e opportunamente a de pecuaria e agricultura; e se ella é hoje pequena, pelo que vale, como vêdes, poderá ser grande no futuro pelos sentimentos que despertar, ou pelo incitamento que produzir.

Vós, senhor, que vos dignaste honrar com a vossa presença esta festa, sêde bemvindo, porque o povo que lucta e que soffre bemdiz os reis que, como vós, mostram amor e dedicação pelos que trabalham.

Permitti vós, senhora, que abrigaes no vosso peito o mais elevado amor maternal e a mais sublime dedicação pela vossa nova patria, que nós todos desejemos as bençãos do ceu para vossos filhos, esperança da nossa independencia e seguro penhor da nossa felicidade.

Como portuguezes julgamos ter cumprido o nosso dever pagando com os nossos esforços a divida ao grande estudioso de Sagres; para comvosco, pela elevada mercê que nos concedeste vindo inaugurar a nossa exposição, só a poderemos pagar com as successivas provas do nosso amor á liberdade e a nossa dedicação á familia real portugueza.

El-rei respondeu pela seguinte fórma:

No meio das festas deslumbrantes com que a cidade do Porto tem celebrado o mais illustre dos seus filhos, a exposição de Villa Nova de Gaya re-

veste uma significação especial, que muito me rogosija e que sinceramente applaudo.

Como homenagem e commemoração consagrada ao principe ousado, pertinaz, incansavel no proseguimento do seu ideal, que tantos fructos de prosperidade e de riqueza traria á sua patria, este povo honrado e laborioso colleccionou os productos do seu trabalho, mostrando assim que a fibra resistente e a indomavel energia, que transformaram n'uma realidade o sonho gentil do infante D. Henrique, constituem ainda hoje o fundo da alma portugueza.

As luctas hodiernas, que se travam no campo incruento da concorrencia entre povos livres, não são menos asperas, nem menos valiosos os seus resultados, nem para n'ellas vencer é menos preciso um esforço energico e constante. Felizmente, ao lado da evocação do passado, no que elle teve de mais brilhante, vemos aqui o presente no que elle tem de mais promettedor, e póde confortar-nos a esperança de que o futuro nos dará tambem a victoria nos combates em que o trabalho nacional se empenha com tanta galhardia.

A exposição de Gaya tem ainda um caracter local, particularmente interessante, pois abrange variadissimas industrias exercidas de ha muito n'esta terra, e que todos os dias se desenvolvem e aperfeiçoam, por isso mesmo que são as mais caracteristicas e as que mais espontaneamente nasceram em Portugal. O plano de organisação d'este certamen de sobejo o revela, e muito folgo em louvar altamente a iniciativa dos que o conceberam e souberam realisar.

Como rei e como portuguez felicito-os cordealmente. Nada é mais grato ao meu coração do que associar-me a estas festas do trabalho, e tanto eu como S. M. a rainha nos sentimos alegres e felizes no meio d'estas populações laboriosas, que tanto lidam pela prosperidade da nossa querida patria.

Está aberta a exposição industrial e agricola de Villa Nova de Gaya.

Concluindo o discurso, o snr. dr. Arthur Ferreira de Macedo ergueu vivas a el-rei, á rainha, aos principes e á familia real, vivas que foram correspondidos pelas pessoas presentes.

Em seguida SS. MM. visitaram a exposição, sendo-lhes as explicações, a respeito de muitos dos productos expostos, dadas pelo snr. dr. Arthur Ferreira de Macedo.

SS. MM. informaram-se minuciosamente a respeito de muitos objectos que figuravam na exposição.

S. M. a rainha, especialmente, fez varias perguntas ácerca do nosso commercio e exportação de vinhos; elogiou muito os productos ceramicos, os cofres e fogões de ferro expostos pela fabrica Thomaz Cardoso, dizendo que em parte alguma se fariam melhores e mais seguros; as excellentes manteigas apresentadas pelos snrs. Christiano e Manoel Van-Zeller; as carruagens construidas nas officinas do snr. José Antonio Dias, que achou muito boas; os trabalhos de costura expostos pelas senhoras de Villa Nova, etc.

Ao examinar uma pequena reproducção da Creche de Santa Marinha, afagou as creanças que alli se achavam e informou-se a respeito de varios pormenores do estabelecimento, dizendo que a Creche devia admit-

tir, quando lhe fosse possivel, maior numero de creanças do que aquelle que alberga actualmente.

Ao percorrerem a secção de bellas-artes, SS. MM. apreciaram muito os trabalhos expostos, principalmente os do finado esculptor Soares dos Reis e do eximio artista Teixeira Lopes, filho.

S. M. a rainha, relativamente a Soares dos Reis, disse que a morte d'aquelle artista fôra uma verdadeira perda nacional. Accrescentou que conhecia muitos dos trabalhos do referido esculptor, trabalhos que sempre admirára.

Relativamente á *maquette* do novo projecto do monumento do infante D. Henrique, elaborado segundo os projectos reunidos de Teixeira Lopes e do architecto Ventura Terra, a senhora D. Amelia disse que esse projecto era esplendido e muito suggestivo. S. M. elogiou tambem diversas esculpturas expostas, de Teixeira Lopes.

A commissão promotora do monumento á memoria de Soares dos Reis offereceu a SS. MM. um exemplar das phototypias dos trabalhos d'aquelle artista, publicação feita pelo Centro Artistico, e pediu-lhes o seu auxilio em favor do mesmo monumento.

SS. MM. agradeceram muito a offerta e prometteram concorrer com uma quantia para auxiliar a erecção do monumento que se projecta erguer á memoria de um dos artistas mais illustres do nosso paiz.

Terminada a visita, que durou cerca de uma hora e meia, SS. MM. retiraram-se, sendo acompanhadas até á sahida pelas auctoridades e corporações de Villa Nova de Gaya.

N'essa occasião, algumas alumnas da eschola do Torne offereceram a S. M. a rainha ramos de flores naturaes.

Como succedera á entrada, SS. MM. quando sahiram foram expansivamente victoriadas com repetidos vivas, sendo-lhes ao mesmo tempo lançadas nuvens de pétalas de flores.

A guarda de honra á exposição era feita pelo corpo de bombeiros municipaes de Gaya, com uma musica.

Depois de SS. MM. se retirarem, o snr. Francisco Gonçalves Cortez, proprietario de uma fabrica de oleos e vernizes de Gaya, dirigindo-se ao snr. dr. Arthur Ferreira de Macedo, entregou-lhe uma grande corôa de louro, com largas fitas encarnadas, offerta dos operarios da fabrica do mesmo snr. Cortez á commissão executiva da exposição.

N'essa occasião o snr. Cortez proferiu as seguintes palavras:

Meus senhores: — A' festa que acabaes de realisar, festa que evidencia uma nova orientação n'esta terra, para cousas uteis e boas, não podemos deixar de vir patentear-vos publicamente, representando o trabalho, qual o nosso respeito e admiração por o acto que acabaes de realisar. Nós, os trabalhadores e contribuintes, estamos de ha muito costumados a vêr gastarem-se nas intrigas da politica homens de quem havia muito a esperar no engrandecimento

d'este concelho. Mas realisado o acto que vimos commemorar, fica-nos a esperança de que os mesmos homens que levaram a cabo tão grandioso commettimento ficaram no seu posto de honra em defeza do progresso d'esta terra. E', pois, debaixo d'estes principios que vimos depôr nas vossas mãos este pequeno signal da nossa muita consideração.

O snr. dr. Arthur Ferreira de Macedo agradeceu em nome da commissão aquelle brinde, terminando por erguer um viva aos trabalhadores de Gaya.

Este viva foi seguido de outros ao snr. dr. Arthur Ferreira de Macedo, á commissão executiva da exposição, aos industriaes e operarios de Gaya, etc. Todos esses vivas foram correspondidos com enthusiasmo.

SS. MM. foram para Villa Nova de Gaya pelo taboleiro superior da ponte Luiz I, salvando a fortaleza da Serra do Pilar á sua passagem, com 21 tiros. Ao entrar a familia real na villa subiram ao ar muitos foguetes. SS. MM. dirigiram-se pela avenida de Saraiva de Carvalho, entrando na rua do General Torres, onde estava situado o edificio da exposição, sendo sempre acclamadas pela multidão de pessoas que esperavam a sua passagem.

A sahida de SS. MM. da exposição foi annunciada por uma girandola de foguetes. Voltaram pela rua do General Torres até á rua de Camões, por onde seguiram, entrando na rua Direita e encaminhando-se pela avenida de Diogo Leite até ao taboleiro inferior da ponte, por onde regressaram ao Porto.

As ruas da villa por onde SS. MM. transitaram estavam embandeiradas e adornadas de colchas de damasco.

No regresso de SS. MM., a fortaleza da Serra do Pilar salvou novamente, subindo tambem ao ar, emquanto SS. MM. não deixaram a villa, numerosos foguetes.

Cabe agora, n'esta altura, dar uma ideia geral d'esta importante exposição. Vamos fazel-o, indicando os nomes dos expositores e os productos com que concorreram. Antes porém, de entrar n'esta enumeração, justo é que se digam algumas palavras ácerca do edificio onde foi installada a exposição. Foi elle um vastissimo armazem que o snr. Caetano de Pinho, considerado commerciante e cavalheiro muito respeitado, acabára de fazer construir na rua do General Torres, e destinado ás installações da firma A. de Pinho & C.ª, de que aquelle cavalheiro é commandatario. Na villa não haveria certamente outra casa apropriada para se fazer a exposição, e se não fôra este generoso offerecimento, as despezas de installação seriam importantes. Justo é, pois, que tão valioso serviço seja devidamente reconhecido e recompensado.

Principiemos pela *secção dos vinhos.*

A. de Pinho & C.ª—Installação muito elegante. A' frente um por-

tico de madeira encimado pela cruz de Christo. Dentro, caixas de vinho em arcos, pyramides de garrafas, arbustos ornamentaes—aspecto muito elegante e sobrio. N'uma salva de prata, os cartões da firma social.

Esta casa exporta vinhos de pasto e finos para as ilhas, Africa e Brazil. Vende tambem no paiz, e teve commercio com a França, que as pautas francezas vieram prejudicar.

A. Ramos Pinto — O fundo era feito em caixas de vinho com garrafas nos intervallos. Em cima, uma taboleta, imitação de azulejo antigo, de muito gosto. A um lado uma alta pyramide de capas de palha para garrafas. Uma *montra* chineza com frascos de vinho generoso. Um pequenino sophá da China. Vasilhame muito bem disposto, ornamentação de plantas finas. Tudo original e requintado. Esta casa exporta vinhos finos para o Brazil. Produz grande quantidade de capas de palha.

Oliveira & Seabra — A' frente um portico feito de caixas de vinho, poisando sobre dois barris, nos respectivos canteiros. Das juntas das caixas irrompiam garrafas. Dentro, duas pyramides de barris erriçadas de garrafas, tambem. No fundo um grande tropheu de petrechos proprios de armazem de vinhos. Espalhadas, plantas ornamentaes.

Esta casa vende no paiz vinhos de meza e finos. Cota o seu *Mourisco* (34) em 850$000 reis o casco.

Adiante d'esta installação tinha a mesma firma a dos seus *vinhos medicinaes* — um elegante *boudoir* em que uma dama d'aspecto convalescente parece recuperar a saude com o vinho generoso dos expositores. O aposento era primorosamente decorado com plantas, moveis confortaveis, bons estofos, e um canario em jaula doirada.

Constantino de Almeida — Exposição pequena, mas elegante. Caixas de vinho em pyramide. Profusão de garrafas de vinhos verdes, que exporta. Plantas ornamentaes.

David Ribeiro dos Santos — Installação quasi identica á anterior. Muitas plantas ornamentaes, igualmente.

Esta casa exporta vinhos tratados e de pasto para o Brazil.

Francisco da Rocha Romariz — Sobre barris nos respectivos canteiros erguia-se um columnello cercado de garrafas e enlaçado de uma parreira verdejante. Exporta para o Brazil vinhos de pasto e finos.

Domingos da Costa Romariz — Sobre tres *plateaux* expoz garrafas de vinho de pasto, maduro e verde, que vende no paiz e que exporta tambem. Em redor, quatro pyramides de caixas para garrafas, que fabrica em grande quantidade.

Expozeram ainda, em pequena quantidade:

Eduardo Augusto dos Santos & Filho — Vinhos velhos para exportação.

Visconde da Graceira — Vinhos verdes de uva americana, do concelho.

José Domingues de Carvalho — Vinhos verdes, idem.
Monteiro & Irmão — Vinhos tratados, para exportação.
Alberto da Silva Nogueira — Vinhos finos, para exportação.
Francisco Rodrigues — Vinhos verdes.
Francisco Pereira Balga — Vinhos finos que vende no paiz ou exporta.
Antonio Gomes da Silva Barroso — Vinhos finos, que exporta.
José Nicolau de Almeida — Vinhos tintos e brancos, verdes, do concelho.
José Luiz da Costa & C.ª — Cognac, genebra, vinho de maçãs, etc.
Silva Cunha & C.ª — Alcooes de diversos graus, etc.
Bernardo Pinto dos Santos Barrote — Aguardente de vinho.

Secção de tanoaria — A mais apparatosa era a do snr. J. R. Valente Baptista. Expoz este considerado industrial, balseiros, pipas, barris, etc. Ao fundo da sua exposição um grande tropheu de aduellas, ferramentas do officio e fieiras de batoques. Apresentou ainda uma grande porção de obras de phantasia em madeira de Nova-Orleans — vasos ornamentaes, taboleiros, etc.

José Domingues Marques — Expoz um grande balseiro para 35 pipas de vinho. Os supportes eram feitos com barris. Ao fundo um grande tropheu de ferramentas. Apresentou igualmente exemplares muito bem acabados de pipas e barris para vinho.

José Rodrigues Pereira — Pipas e barris em tamanho normal e em miniatura.

José Rodrigues Moreira Gomes — Pipas e barris, systemas Porto e Lisboa, e alguns exemplares aperfeiçoados d'estes dois systemas. Expoz tambem uma miniatura rigorosa de um balseiro, no acto de encher um casco de vinho.

Narciso José Milheiro — *Joaquim Alves de Carvalho & Filho* — Expozeram barris para vinho, muito perfeitos e de solida construcção.

Joaquim da Costa Carriço — Expoz exemplares alindados, em miniatura, de diversos productos de tanoaria.

Secção de cortiças — Apezar de concorrerm apenas tres expositores, esta secção, pela perfeição dos artigos expostos, mereceu as especiaes attenções dos visitantes.

Os expositores foram os seguintes snrs.:

João Nunes de Almeida — Apresentou uma grande *vitrine* com rolhas de todos os tamanhos e grande quantidade de cortiça apparelhada para embarque.

Muito notavel um quadro feito de aparas e fitas de cortiça, com ornatos caprichosissimos, revelando uma paciencia verdadeiramente chineza.

José Pereira da Rocha — Concorreu com um consideravel mostruario de rolhas de todas as dimensões. Apresentou igualmente grande numero de amostras de cortiça em bruto.

João Maria B. Pinto de Lobão — Mostruario de rolhas, perfeitamente trabalhadas.

Secção de serralheria — O primeiro lugar pertenceu aos reputados industriaes os snrs. João Thomaz Cardoso & Filho, muito conhecidos pela perfeição e belleza dos seus productos. Expozeram algumas peças de ferramenta de tanoaria, algumas camas de systema tabular — imitação ingleza, muito bonitas, — um curioso lavatorio de viagem, uma mesa articulada para desenho, alguns cofres á prova de fogo, fogões, etc. A notar, um magnifico fogão, para carvão e lenha, fogo circular, de uma perfeição de fabrico extrema, e dois cofres de ferro, um em feitio de contador, imitação de *vieux-chêne* e nogueira, outro em fórma de escaparate, fingindo *érable* com filetes pretos, espelhos de metal, etc.

A fabrica é em Gaya e o deposito na rua de Sá da Bandeira, Porto.

Manuel José de Oliveira — Expoz um grande e famoso cofre á prova de fogo.

Valentim Nunes — Expoz tres prensas de copiar. Este expositor é um excellente pintor de cofres de ferro.

Arthur Alberto do Nascimento — Expoz uma pequenina caixa-cofre, feitio muito elegante, com pinturas de phantasia.

Henrique José de Oliveira — Expoz um excellente cofre de ferro, com pinturas allegoricas da vida do infante, e photographias de outros cofres fabricados pelo mesmo expositor.

Joaquim Francisco d'Azevedo, successor — Expoz machados, foices, alviões, enchadas, martellos, etc., que exporta largamente para a nossa Africa e para o Brazil.

Expozeram ainda: Joaquim Pereira Athayde, Francisco da Silva, José Pereira da Silva, e Antonio José de Paiva, fechaduras; João Joaquim da Trindade, prégos; a firma Manoel José Dias & Gomes, expoz cravos especiaes para ferrar, systema inglez, francez e nacional, e Francisco José de Araujo, uma machadinha de bom fabrico.

Secção de obra de talha, marcenaria, etc. — O snr. Adolpho Marques expoz uma credencia em pau preto, torneada e esculpida ao estylo antigo [1]. Apresentou tambem um columnello corintio, miniatura em bu-

(1) Essa credencia, que constitue um bello trabalho artistico, foi adquirida por 106$000 reis por S. M. el-rei D. Carlos, que felicitou vivamente o distincto artista pela bella obra com que concorreu a este certamen.

xo, muito perfeita, que offereceu a sua magestade a rainha; uma *étagère* e uma moldura de quadro em pau preto, estylo antigo, e uma base de columna no mesmo estylo e madeira.

Manoel Pinto Pereira — Expoz uma grande cadeira de espaldar, em mogno, com as armas de Villa Nova de Gaya.

Luiz Pereira Pegas — Expoz varias peças de talha, em alto e baixo relevo, para mobilia de casa de jantar. Acompanhavam-nas os desenhos originaes, em papel cartão. A talha era em nogueira.

Virginia Alves Pinto — Expoz um elegante columnello em pau preto, encimado por um vaso da mesma madeira.

Domingos da Silva Junior — Apresentou uma mesinha pé-de-gallo, em nogueira, com arabescos dourados.

Joaquim Emilio Correia — Expoz um pavilhão em pau preto (miniatura), supportado por tres elegantes columnas torneadas.

Confraria do SS. de Santa Marinha — Apresentou 6 imagens, 4 castiçaes, uma imagem de Christo, e 2 urnas de talha dourada. São obras perfeitissimas.

Antonio Valente Celestino — Expoz um contador-secretaria, em madeira escura, obra muito elegante, e uma commoda *toilette*.

Manoel d'Almeida — Expoz uma cama franceza, em mogno.

Fóra do concurso concorreram os seguintes expositores do Porto:

Manoel Domingos Correia — Apresentou um banco e uma cadeira em pau preto, com assentos em coiro antigo e pregagens amarellas.

A Economica (Porto) — Expoz tres mobilias — quarto de cama, sala de jantar, sala de visitas — que denominou «Henriquinas» e vende ao preço total de 95$000 reis. As mobilias são notaveis de elegancia e solidez. Expoz ainda alguns moveis de construcção magnifica, objectos de ornato, *bibelots*, *potiches*, etc., etc., em que o bom gosto rivalisa com a excessiva barateza.

Junto a esta secção achavam-se os seguintes expositores:

José Fernandes Lapa — Expoz cinco perfis, em madeira, de embarcações a cuja construcção presidiu. Entre ellas figuravam os navios «Margarida» e «Lopes Duarte».

Antonio Francisco Leite — Expoz objectos ornamentaes em verga, porta-flores, *étagères*, molduras de vasos, etc.

Antonio da Silva Ribeiro — Apresentou oito exemplares de madeira fingida. As imitações de *vieux-chêne*, *érable*, nogueira e tecca são perfeitissimas.

Secção de loiças — Enchia duas grandes mezas em *plateaux* sobrepostos, e ainda figurava com dois ou tres expositores em outros pontos do certamen.

Antonio Almeida da Costa & C.ª (Fabrica de Ceramica e de Fundi-

ção das Devezas). — Expoz, alem de varias loiças de uso familial, typo conhecido, grupos em *biscuit* e metal, figuras de barro coloridas, typos populares, typos de rua — o lavrador e a lavradeira maiatas, o agente policial, o vendilhão ambulante, o malandrim — vasos, amphoras, potes ornamentaes, grande quantidade de artefactos em barro e grez para construcção, vasilhame de grez, etc.

Esta casa tem uma succursal na Pampilhosa e um deposito e officina de marmores na rua do Laranjal, d'esta cidade. Os trabalhos alli produzidos são excellentes, rivalisando com muitos do estrangeiro.

Antonio José da Silva & Silva — Expozeram, além de loiça grossa, de uso familial, estatuetas vidradas para jardins, jarras, vasos ornamentaes, potes para pharmacia, armamentos de tanque, *étagères*, azulejos, etc.

A fabrica é em Santo Antonio de Valle de Piedade.

Viuva Soares Rego — Loiça de pó de pedra, em preto e côres, constituindo typos de loiças muito curiosas.

José Pereira Valente — Vasos ornamentaes, muito pinturilados, em que a perfeição do fabrico não conseguia apagar a falta de originalidade; suspensões para flores, loiça commum, em que havia um serviço de jantar bonito; talhas, canecas para agua e vinho; dois bustos em barro, assumpto italiano; azulejos, etc.

A fabrica chama-se das Devezas — rua D. Leonor.

Nunes & Lucas — Loiça de barro vermelho—vasos, amphoras, talhas, centros, estatuetas, bilhas, coisas ornamentaes muito bonitas e de extrema barateza.

A fabrica é no Cavaco.

Angelo da Silva Macedo — Loiça grossa, em um lindo serviço de jantar, potes, vasos ornamentaes, etc. Apresentou differentes amostras de barro.

Candido Augusto de Sá Castro — Loiça grossa de typo commum. Alguns exemplares muito perfeitos.

A fabrica é em Mafamude.

Justino d'Assis Vieira — Loiça grossa bem trabalhada, procurando dar-lhe feitios modernos, e conseguindo-o, por vezes, com exito. Notavam-se dois vasos ornamentaes de bom gosto.

Esta fabrica foi inaugurada em 14 de agosto de 1893 e está estabelecida em Santo Ovidio.

Barbara Quente e *José Francisco dos Santos* — Apresentaram uma legião d'aquellas figurinhas de barro, primitivas, que fazem o encanto da rapaziada nas cascatas do S. João.

Antonio Gonçalves Canhão — Artefactos de barro negro, quebradiço — fogareiros, assadeiras, potes.

Francisco Ferreira Rebello — (Fóra do concurso) — Pratos illustra-

dos, a maior parte d'elles com allusões politicas, retratos, etc.; vasos, azulejos, etc.

A fabrica é estabelecida em Massarellos.

SECÇÕES DIVERSAS — Começaremos pelas *flores artificiaes:*

D. Maria Rangel Teixeira Lopes — N'uma vitrine, rosas e camelias de uma delicadeza e verdade surprehendentes, assumindo a tella proporções de frescura e macieira admiraveis. Na vitrine d'esta senhora notava-se um *centro* da mais rara elegancia. Esta senhora pertence a uma raça pura de artistas.

D. Delmira Rosalina d'Olweira Cruz — Rosas, camelias, flores do campo, etc., em papel e panno, muito perfeitas.

D. Margarida Soares Prado — Flores em papel de arroz, em seda, em tela. Rosas e camelias muito bonitas. Uma corbelha bellamente enfeitada. Notavel de verdade, um *martyrio*, um craveiro, etc.

D. Maria Amelia da Silva Gouveia — Além d'uma linda corbelha, apresentou uma almofada de setim azul bordada a seda branca, uma capa de album em velludo bordado a matiz, um sacco de setim bordado a seda.

D. Maria D. Pereira — Flores de panno.

Trabalhos typographicos, lythographicos, photographicos, desenhos á penna.

Apolino da Costa Reis — Bellos trabalhos da Real Typographia e lythographia Lusitana, Porto. Fóra do concurso.

Manuel Pinto dos Reis — Trabalhos typographicos muito perfeitos, e exemplares de alguns periodicos que imprime.

Antonio Maria Fernandes dos Anjos — Bilhetes de visita, envelopes timbrados, etc.

Carlos Cousin — Provas photographicas.

Photographia Guedes (do Porto) — Uma vitrine com provas photographicas. Alguns retratos magnificos. Trabalhos notaveis pela perfeição de execução e pela *pose* dos individuos retratados. A photographia Guedes é um dos modernos estabelecimentos portuenses de mais justo renome.

José Joaquim Pinheiro Junior — Desenhos á penna, illuminuras, etc. Destacava-se um fragmento de versos de Junqueiro. Apresentou tambem modelos para o estudo dos solidos (theoria das sombras, etc.) applicado a varias industrias. Este expositor, professor habil e experimentado, foi incumbido de desenhar em pergaminho a mensagem que a commissão da exposição dirigiu ao seu vice-presidente, snr. Caetano de Pinho.

Eduardo Ferreira da Motta — Varios retratos á penna, entre elles os do snr. barão de Massarellos, o do dr. Macedo, o de Latino Coelho, o do Infante D. Henrique.

Tecidos.

José Mariani — Uma grande vitrine com peças de cotim, algodão em

fio, meada, etc. A fabrica do snr. Mariani, nas Devezas, é importantissima e os seus productos são dos melhores que se consomem no paiz.

Augusto de Moraes — Uma vitrine com fitas de algodão e um tear para 12 padrões d'este artigo, construido nos *ateliers* da Empreza Industrial Portugueza, de Lisboa.

São depositantes d'esta casa, no Porto, E. Biel, e em Lisboa, Casimiro Valente.

Confecções para *homem* e *creança*.

Macedo, das Devezas — Um frak e collete de *piqué* azul, um par de calças, varias casimiras, etc.

Almeida & Irmão — Um *redingote* de mescla.

D. Gracinda Rosa de Paula Teixeira — Dois costumes para creança — um em branco, outro em rosa. O branco tinha tambem um chapeu. Trabalho muito elegante e delicado.

Objectos de ouro.

Martinho Coelho da Costa — Um meio adereço, em ouro e pedras, uma pulseira de bonito gosto, anneis, alfinetes de peito, etc.

José Ferreira da Rocha — Meios adereços de ouro e pedras, pulseiras, anneis, broches, alfinetes de gravata.

Em calçado, botas, chinellos, etc.

Adolpho Pereira Mattos — Uma vitrine com sapatos para homem, mulher e creança.

José Pereira Santos — Vitrine com chinellos de liga e couro.

Manuel Dias Santhiago — Vitrine com botas e chinellas para homem, mulher e creança, trabalho perfeito.

José Ferreira & C.ª — Chinellos de liga de todas as qualidades. Esta firma, proprietaria da Fabrica de Lanificios a Vapor, de Mafamude, apresentou igualmente meadas e canellas de lã em fio, lã em rama, lã e e algodão tintos, etc.

Expozeram ainda calçado de todas as qualidades os snr. Antonio José Ribeiro, Manuel Ribeiro dos Santos Junior, Francisco Antonio d'Oliveira, João Marques Rebello e Abel Simões de Mattos.

Folha de Flandres.

José Tavares dos Reis — Installação muito variada e interessante de artigos de uso domestico, utensilios para armazens de vinhos, etc., etc. Alguns dos artigos expostos muito notaveis pela perfeição de fabrico.

Avelino Candido — Uma taboleta com caracteres em alto-relevo. As letras eram muito bem executadas, e os preços muito convidativos — principiando em 60 reis e terminando em 4$800 reis. A taboleta exposta tinha a inscripção — *Lisboa.*

Luiz Candido Claro — Uma cruz para sepultura e um vaso com uma japoneira, tudo em folha de Flandres. Trabalho muito curioso.

Joaquim Lopes Coelho — Uma collecção de artigos muito perfeitos.

Augusto José da Cunha (do Porto) — Obras de folha de Flandres, zinco, etc.

Vidros.

André Michon — Rodomas em todos os tamanhos, tubos, chapas, etc. Notaveis, algumas amostras de vidros foscados e ondeados, uma chapa de vidro negro, etc.

Sabão.

Antonio Thomaz Cardozo & C.ª — Uma columna de sabão amarello, cuja base era formada por paus de sabão de differentes qualidades.

Carvalho & Macedo — Apresentaram uma installação muito vistosa: sobre uma quadra em sabão, a cujos cantos se erguiam pilhas de paus da mesma substancia, levantava-se uma especie de monumento, encimado pelo busto de Camões, em sabão branco. A columna e a base do monumento em sabão raiado, fingindo marmores varios. A' frente do monumento, as armas de Gaya, em sabão branco.

Amostras de construcções navaes.

David José de Pinho — Um escaler para dois remos, construcção ligeira e elegantissima; e um lugre e uma fragata de carga, em miniatura, de execução perfeita e cheia de propriedade.

Joaquim Francisco Paredes — Uma guiga para duas pessoas, trabalho muito bem acabado.

Eduardo da Fonseca — Miniaturas de um vapor e um brigue.

Luiz Francisco de Carvalho — Seis barquinhos, reproducção dos usados para transporte de gente e carga no rio Douro. Trabalho ingenuo, mas curioso.

Dionizio Fernandes Terra — Miniaturas de uma barca, um patacho e um vapor, notaveis pela justeza de proporções e exactidão do pormenor.

Manteiga fresca.

Manuel e Cristiano Vanzeller — Quatro vitrines com diversas fôrmas de magnifica manteiga de vacca, fabricada nas quintas que estes cavalheiros possuem no concelho de Gaya.

Escovas.

Manuel da Silva Pereira Ramos — Brochas, pinceis, escovas de fato, espanadores, etc.

Differentes installações:

Gomes & Cunha — Expozeram amostras e latas de vernizes d'oleo, verniz secante, vernizes brancos e a alcool, tintas em massa, secante em pacotes, etc., produzidos na sua fabrica da rua dos Coutos.

Augusto Laverré — Seiva de pinheiro maritimo, terebentinas, resinas, colofonia para o fabrico de sabão, alcatrões, breus, etc., com a rubrica: Exploração de resinagem da Fabrica da Marinha Grande. Fóra do concurso.

Minas d'Alcanadas e Chão Preto — Concelho da Anadia — Carvão lignite, extraido a 3 metros de profundidade.

Domingos Romariz — Uma vitrine com varias perfumarias de seu fabrico.

Francisco Gonçalves Cortez — Oleo de palmiste, coconote, bagaços de palmiste e outros para alimentação de gado, etc. etc., da sua fabrica da rua do General Torres.

Domingos Soares da Silva — Lousa em placa e em obra.

Augusto da Silva — Uma meza, uma cadeira e um porta-vasos em sovereiro.

José Antonio Dias — Um *landau*, uma *charrete*, um *breaek*, um *coupé*, um *mylord* e um *phaeton*, construidos na sua officina de carruagens. Esta installação achava-se excellentemente disposta e attrahia todas as attenções. SS. MM. elogiaram muito os carros especialmente o *coupé* para duas pessoas, que era um verdadeiro primor.

Manuel Francisco de Souza — Expoz tambem uma bonita *charrette*.

Manuel Paredes Junior — Um *dog-car* para creança, construcção elegante e solida.

Alvaro Pinto d'Aguiar — Velas, ex-votos, etc., em cera.

Sebastião Mendes da Costa — Armações para guarda-socs e guarda-soes cobertos, etc.

José Mathias de Carvalho — Obra de verga — cadeiras, cestos, etc., trabalho muito perfeito.

Antonio Alves Coutinho — Pintura em folha de Flandres, oleados etc.

D. Maria A. Cardozo — Um almofadão de seda, um banquinho e um porta-charutos com bordados muito bem feitos.

D. Adozinda Cantarina Barboza — Uma colcha de valor, trabalho de infinita paciencia, varios bordados e um album com dois assumptos religiosos.

D. Delmira Rosalina de Oliveira Cruz — Um reposteiro, um panno de meza, bordados a branco, etc.

Expozeram tambem bordados, desenhos, trabalhos calligraphicos, etc., as escholas do Torne, Avintes, Bom Pastor (do Candal), Mafamude, Devezas, Villar de Andorinha, o Collegio Villanovense, a Eschola Industrial Passos Manuel (só desenho), etc,

Expozeram ainda bordados ou desenhos as snr.as D. Emilia Veladier, D. Maria Portugal Rocha, D. Adelaide dos Santos Marques, D. Amelia Amorim, D. Jozina Ribeiro, D. Maria Ribeiro Garcia, D. Leopoldina d'Almeida Cruz, D. Eugenia de Magalhães, D. Lidia Fernandes, D. Rita de Queiroz e Santos, D. Laura e D. Luiza Malheiro, D. Antonia d'Almeida. D. Thereza Martins da Fonseca, D. Quiteria dos Santos Guerra, D. Amelia Francky, D. Rita de Oliveira, D. Maria Lopes da Cruz, etc.

Expozeram farinhas os snrs. José Soares Rufino, André Garcia

Real, Antonio Francisco Pinto, Manuel d'Araujo Moreira, Antonio Dias Gomes Netto e Antonio José Pereira Baldaia. Este ultimo apresentou tambem uma amostra de arroz cultivado em Avintes.

O snr. José de Castro Neves Pereira expoz amostras de varios cereaes, e o snr. José dos Santos Garcia, amostras de differentes qualidades de areia para moldar.

Expozeram carne de porco fumada os snrs. João Francisco dos Santos, Anna Gomes Ferreira e a snr.ª D. Maria Pereira Duarte; e pão, biscoito, etc., os snrs. André Garcia Real e J. A. Dias.

O snr. Luiz de Souza expoz um arado de ferro construido na sua officina de serralheiro, de Oliveira de Azemeis — fóra de concurso; o snr. Francisco de Oliveira, pinceis, escovas, brochas, etc., fabricados na sua officina d'esta cidade, e o snr. Paulo de Carvalho, varios relogios, construidos na sua officina tambem d'esta cidade.

O snr. João d'Affonseca Lapa expoz uma imagem de S. Sebastião, muito bem esculpturada em madeira, e primorosamente pintada pelo snr. Diogo Joaquim Coimbra Sampaio; o snr. José Cardoso da Costa apresentou algumas latas de folha de Flandres para conservas, executadas na sua officina de funileiro; as snr.as D. Adelina e D. Belmira de Sousa Barros, expozeram *bouquets* de flores artificiaes, e as snr.as D. Emilia e D. Anna Nunes d'Almeida, rosas de panno muito bonitas e perfeitas.

A creche de Santa Marinha, uma instituição muito sympathica e utilissima, concorreu tambem com tres pequeninos leitos, uma meza com louças, vestuarios, etc., e o snr. Marciano Azuaga expoz parte do seu esplendido muzeu composto de muitas curiosidades indigenas, armas, idolos, manipansos, etc.

Secção de Bellas-Artes — N'esta parte da exposição, interessantissima sob todos os pontos de vista, admiravam-se alguns trabalhos deixados pelo grande estatuario Soares dos Reis. N'uma das paredes avultava o retrato do grande artista morto. Esse panno de parede estava quasi cheio de pequenas telas a oleo, em que figuravam principalmente as do snr. Albino Barboza, fervoroso amador de Bellas-Artes. O resto da ornamentação mural era feita por debuxos e croquis de varios artistas, medalhões em gesso, etc., etc. Sobre a alcatifa, *trainent* alguns moveis em pau preto e coiro lavrado, cavalletes e columnellos; aos cantos e sobre os moveis bracejavam plantas ornamentaes.

A meio da quadra, sobre uma mesa de pau preto, viam-se alguns exemplares de uma publicação em tempos feita em honra de Soares dos Reis, e lista da subscripção aberta para se erigir um mausoleu-monumento á memoria do grande estatuario. Foi para esta subscripção que el-rei prometteu o seu concurso, no dia da inauguração do certamen. E foi n'esse dia tambem que S. M. a rainha, fallando de Soares dos Reis — cujas

obras conhece na sua quasi totalidade — disse que a morte d'elle fôra uma verdadeira perda nacional.

Disseminados, em artistica desordem, cavalletes supportavam *gessos* e marmores de Soares dos Reis, além do *gesso* de Brotero, grande estatua conhecida, o busto de Mrs. Leck — maravilhoso rosto de bondade, de nobreza, de distincção, — o de Mme Pinto Leite, os dos snrs. conselheiros Correia de Barros e Hintze Ribeiro, o do marquez do Herval (brazileiro), *gessos:* uma cabeça de creança — *Flor agreste;* o retrato, *gesso* tambem, de uma filhinha do conde de Almedina; a estatueta *Infancia da Arte*, *gesso;* uma reducção de estatua de Affonso Henriques, etc. Viam-se ainda uns cinco ou seis retratos-medalhões, entre os quaes avultava surprehendentemente o do velho Macedo, de Villa Nova, caracteristica fisionomia, a um tempo austera e bondosissima. Na parede, um ou outro desenho incompleto ou rapido, um ou outro *croquis*, uma aguarellasinha cheia de luz, uma pequena tela a oleo com um assumpto de mar, etc.

De Teixeira Lopes avultava, em gesso, o busto do dr. Alves da Veiga, a *maquette Victoria*, e a estatueta *Caim;* em bronze, a estatueta *Musica*, e os esbocetos *Caridade* e *Cabeça de estudo;* em marmore, tres retratos de creança, cada qual mais encantador. Uma d'essas cabeças, sobretudo, de um bébé gordinho e tenro, surprehendente de vida e macieza, dava vontade de o beijar. S. M. a rainha mostrou grande desejo de adquirir aquelle encantosinho. O seu possuidor, porém, não o cedeu — e, francamente, perdoar-lhe-hão todos aquelles que viram este marmore de Teixeira Lopes. Expoz ainda um esboceto em barro, *S. Miguel*, alguns desenhos, etc.

O snr. José Gonçalves da Silva expoz um *gesso*, cabeça de creança, revelador de excellentes qualidades artisticas. E nada mais ha a mencionar em esculptura, a não serem duas *maquettes* em barro, do snr. Fernandes Caldas.

Em pintura, uns quadrinhos do snr. Albino Barboza, entre os quaes sobresahiam duas telas de caça morta, (perdizes), uma nesga de praia em Valladares, um retratinho de aldeão e umas flores (amores-perfeitos).

Um dos trabalhos que n'esta secção solicitava as attenções do visitante era a *maquette* da estatua do infante D. Henrique, feita em collaboração pelos abalisados artistas Teixeira Lopes e Ventura Terra. Já em outro logar dissemos que essa *maquette* seria exposta n'este certamen, assim como referimos o que deu logar a que aquelles artistas fundissem n'um só os projectos que haviam apresentado no concurso para o monumento do infante. Como se verá pela photogravura que publicamos, na nova *maquette* foi aproveitada a base do monumento de Ventura Terra com pequenas modificações. A frente é ainda em prôa do navio; ergue-se ahi uma figura, de Teixeira Lopes, magnifica de impeto e propriedade. A antiga columna da *maquette* d'este artista foi alteada e transmudada n'uma

especie de esguio pharo[1], sobrepujado por uma estrella. N'este pharol ha a vella latina da primeira *maquette*. E entre o pharol e a prôa do navio, sobre um sóco sufficientemente elevado, ergue-se a estatua do infante, a mesma que foi apresentada no concurso para o monumento. Aos lados do corpo central do monumento ha dois escadorios que dão accesso á sua



MAQUETTE DA ESTATUA DO INFANTE — POR TEIXEIRA LOPES E VENTURA TERRA

parte posterior, em terraço. Soberbo o estylo geral da ornamentação, e do mais depurado gosto artistico todo o pormenor (1).

(1) Para que o leitor melhor possa fazer uma ideia exacta dos dois projectos apresentados no concurso, vamos descrevel-os n'este logar:

— *Por mares nunca d'antes navegados,* de Teixeira Lopes — Um galeão com mastro, cordagens e vela; perto do mastro, a figura do infante, com um braço cruzado no peito e segurando um mappa, e o outro erguido a dar appoio á cabeça, que se inclina um pouco, meditando. A' pôpa a figura da Immortalidade mostra n'uma charpa a divisa do promotor das grandes descobertas. Do galeão, ornado de ancoras e escudos, descem correntes que se prendem a argolas na base do monumento. N'aquella, aos lados, dois leões e no sóco baixos relevos alludindo a Ceuta e a Sagres.

1394-1894, de Ventura Terra — Sobre um pavimento de mosaico, aproveitado para ef-

Offereceram os dois illustres artistas a sua nova *maquette* á cidade do Porto. E disse o snr. Ramalho Ortigão, ao vel-a, que se o Porto a não fizesse executar e a não adoptasse, devia Lisboa aproveitar essa genuina manifestação de grande arte e de real talento.

Ao lado esquerdo da *maquette* erguia-se, doce e *élancé* nas suas divinas linhas de virgem pura, o *gesso* Ophelia, de Teixeira Lopes. Conhecido já, esse trabalho teve ainda o condão de nos prender uma boa meia hora em frente da gentilissima figura da filha de Polonius, da suave e ideal amante do principe dinamarquez. Teixeira Lopes apresenta-nos Ophelia, a rasão desvairada pela tragica noticia da morte do pae, uma abada de flôres no regaço, a expressão da loucura no rosto angelico. Nada mais emocionante, nada mais absorvente do que este trabalho do illustre artista. Como se sabe o *gesso* tem a rubrica: *Paris, 1888.*

E eis, rapidamente descripta, a interessante exposição de Gaya, commettimento a um tempo patriotico e civilisador, que ha-de ser, assim o julgamos, o inicio de outros muitos tendentes a dar áquelle concelho o logar que lhe compete. E se assim o julgamos, attendendo aos elementos com que já conta e aos que de futuro se lhe juntarão, sinceramente o cremos pelo zelo e acrisolado patriotismo dos cavalheiros preponderantes d'aquelle concelho, aos quaes se deve o esplendor que attingiu esta edificante festa do trabalho [1], realisada na occasião em que a alma do povo se expandia em ruidosas acclamações á memoria illustre do homem forte que tanto honrou e engrandeceu o nome portuguez.

---

feitos symbolicos, uma prôa de galeão com figuras representando o mundo antigo e o mundo da descoberta. Em volta do pedestal principal as figuras da Philosophia, Geographia, Mathematica, e Astronomia, e placas com nomes de navegadores, ancoras e outros motivos decorativos. A estatua do infante ergue-se n'uma attitude de meditação, tendo ao lado o Genio das descobertas.

Estes foram os dois projectos fundidos n'um só, obedecendo-se ao pensamento suggerido pelo dr. Mourão, como referimos a pag. 59, nota n.º 1.

(1) A commissão promotora da exposição foi officialmente louvada pela seguinte portaria, publicada no *Diario do Governo* n.º 106, de 12 de maio de 1894, pag 1213:

«S. M. el-rei, a quem foi muito grato inaugurar a exposição agricola e industrial realisada em Villa Nova de Gaya por occasião do centenario do infante D. Henrique, e apreciar o desenvolvimento e aperfeiçoamento que teem attingido a agricultura e as industrias da região ali representada, ha por bem mandar louvar pela secretaria d'Estado dos negocios das obras publicas, commercio e industria, a commissão promotora da referida exposição pela solicitude e zelo revelados na realisação d'aquelle importante certamen, e que tanto contribuiram para o seu bom exito.

O que se communica ao presidente e mais vogaes da commissão promotora da exposição agricola e industrial de Villa Nova de Gaya para seu conhecimento e satisfação.

Paço aos 11 de maio de 1894 — Carlos Lobo d'Avila.»

CAPITULO V

Simulacro de incendio — A inspecção geral dos incendios, desejando tambem associar-se ás festas do centenario, determinou que o corpo de bombeiros tivesse um exercicio para reproducção do simulacro de fogo executado e premiado em Londres no grande torneio internacional de bombeiros. A nossa corporação de incendios, tal como se acha organisada, rivalisa com as melhores e mais bem disciplinadas do estrangeiro. Reconstituida apoz differentes successos de mais ou menos importancia, tendo sido commandada por engenheiros, e passando depois por differentes transformações, conseguiu alcançar a superioridade que a distingue quando assumiu a sua direcção o actual inspector snr. Guilherme Gomes Fernandes. Conhecendo, como ninguem entre nós, a organisação de todas as corporações de bombeiros, e tendo-se consagrado dedicadamente ao estudo dos serviços de incendios, conseguiu dotar a cidade com um corpo de bombeiros disciplinado, instruido, habilissimo e arrojado, como brilhantemente o tem affirmado em mais de uma arriscada e perigosa conjunctura. Em Londres, onde estes serviços attingiram grande perfeição, os nossos bombeiros obtiveram honrosissimas primazias; não tivessem elles meritos para as conquistar, que, positivamente, não lhes seria adjudicada a palma de vencedores.

O simulacro de incendio realisou-se no dia 5 de março. Préviamente, a Inspecção fizera distribuir os seguintes impressos elucidativos das manobras que deviam executar-se:

A's 10 horas da manhã, em ponto, será dado o alarme de fogo, chamando os soccorros respectivos para a casa-eschola da parada da estação prin-

cipal do serviço de incendios, na rua do Laranjal, onde terá logar o simulacro do fogo.

N. B. — A hypothese que segue é, nem mais nem menos, do que a reproducção realista de um alarme de fogo a altas horas da noite.

HYPOTHESE DO INCENDIO

Suppõe-se haver violento incendio na circumscripção n.º 2 (praça de D. Pedro), em um predio de tres andares, isolado e bastante arruinado, onde ha grande numero de vidas em perigo. O fogo manifesta-se no 1.º andar do lado do norte, cortando as escadas interiores e alastrando-se rapidamente em direcção do sul, ao 2.º e 3.º andares. Os moradores acordam sobresaltados e apparecem ás janellas asphyxiados, gritando por soccorro.

Na rua, apenas se avista na occasião o policia de giro, alguns varredores, um ebrio que recolhe cantarolando e alguns vadios sem morada — proximo ha uma estação de policia.

Um popular dá o alarme pelo telephone da policia á estação principal do serviço de incendios, fazendo notar as condições especiaes do fogo. N'essa conformidade o chefe da estação principal ordena a sahida do material competente e com as suas respectivas guarnições. O telephonista faz os avisos do estylo ao pessoal que tem de comparecer áquella circumscripção.

Entretanto os populares procuram infructiferamente valer aos moradores do predio, havendo alguns que querem arrombar as portas, oppondo-se tenazmente o policia para evitar que o ar vá dar maior incremento ao fogo.

N'esta occasião chega o inspector geral com os seus ajudantes e em seguida os soccorros publicos.

O inspector assume a direcção geral, e á medida que cada chefe de machina se apresenta, transmitte-lhes as suas ordens, pela fórma seguinte:

EXPLICAÇÃO DAS MANOBRAS

Como o incendio tem logar em um predio, cujas paredes se sabe estarem arruinadas, o chefe da guarda manda avançar mais material de supporte e escadas, a fim de poder com mais rapidez e efficacia salvar os moradores.

Além dos tres carros de escadas e ferramentas e de uma escada «Magirus», comparece um carro de mangueiras em vez de bomba, porque na circumscripção n.º 2 as boccas d'agua tem pressão sufficiente.

Além do pessoal da guarda permanente que guarnece as machinas, comparecem outros bombeiros a quem compete a circumscripção n.º 2 (praça de D. Pedro).

1.º Como ha vidas em perigo, o inspector ordena o seu immediato salvamento, mandando arvorar de tôpo tres escadas de quatro lances cada uma para o 2.º andar e tres escadas de ganchos para o 3.º andar, a cujas janellas os moradores soltam gritos de soccorro. Os bombeiros levam comsigo as cordas e espias precisas para os salvamentos.

2.º Como o incendio se manifestou no 1.º andar e se communicou ao 2.º e 3.º, são estabelecidas de tres boccas d'agua tres mangueiras para aquelles pontos e ao mesmo tempo é dada a ordem para ser içada para o 3.º andar a manga de salvação.

3.º O pessoal que arvorou as escadas procede aos salvamentos, sendo alguns dos moradores salvos ás costas dos bombeiros pelas escadas de lances, outros por meio do nó de cadeira e outros pela manga de salvação. Avançam

as macas para recolher os desfallecidos. Entretanto os bombeiros encarregados das agulhetas procedem á extincção do fogo.

4.º Durante estas manobras chega a escada «Magirus» que é arvorada na parte lateral do norte para o telhado do predio, subindo varios bombeiros em pesquizas.

5.º Ha ordem para o fornecimento de varias ferramentas, que são levadas por varios bombeiros que se utilisam das escadas já arvoradas.

6.º Quando todos estão entregues á faina da extincção do rescaldo, nota o inspector que está imminente uma derrocada das paredes divisorias, que póde abalar a parede da frente e até desmoronal-a sepultando os bombeiros nas ruinas.

7.º Manda dar o signal de perigo, e a esse signal todos procuram salvar-se o mais rapidamente possivel; uns, desmontando as escadas á medida que vão arriando, para as salvarem tambem; outros, descendo a pulso pelos cabos de força; e outros por meio do gancho de segurança do cinto. Os encarregados das mangueiras abandonam as agulhetas por não terem tempo para as arriar e o mesmo fazem os bombeiros que trabalham com as ferramentas.

8.º Quando se julgava que todos tinham logrado fugir a salvo, apparecem ainda alguns bombeiros no 3.º andar correndo de janella em janella á procura de uma escada e gritando que lh'a forneçam. E' muito critica a posição d'estes bombeiros, porque parte de uma das paredes interiores desaba causando grande abalo.

9.º Um bombeiro ainda chega a avançar com uma escada de ganchos; mas o inspector não consente e ordena-lhes terminantemente que saltem, porque a derrocada da parte do 3.º andar está imminente.

10.º A ordem é immediatamente cumprida e um após outro, os bombeiros precipitam-se do 3.º andar á rua, executando o salto de costas.

11.º Immediatamente a parte do predio que ameaçava ruina desaba e arrasta algumas janellas da fronteira deixando essa parede em parte bastante damnificada.

12.º Procede-se á chamada geral para se verificar se todos lograram salvar-se. Os ajudantes informam depois o inspector affirmativamente.

13.º Afim de recolher o material que ficou no predio, extinguir o rescaldo, etc., são ordenadas as seguintes manobras conforme as exigencias do serviço e condições em que se encontram as paredes e janellas e para exemplificar as diversas variantes e applicações das manobras das diversas escadas, a saber:

a) Montagem horisontal de quatro lances de escada e arvoragem á forquilhas.

b) Estabelecimento de ponte horisontal para arvoragem lateral em rampa com quatro lances de escada.

c) Escalada perpendicular, de andar em andar, com dois lances de escada.

d) Applicação do apparelho «platibanda».

e) Escalada perpendicular com a escada «espinha».

f) Escalada diagonal com a escada «espinha».

g) Escalada perpendicular por meio de gancho de segurança, de andar em andar, com duas escadas de ganchos.

h) Mudança, a prumo, da escada de lances em equilibrio com auxilio das forquilhas, de uma extremidade do predio para a outra.

i) Arvoragem, sem appoio, da escada «Magirus» ao telhado para demolição do beiral.

j) Passagem diagonal, em balanço, da escada de ganchos da platibanda para o 1.º andar, seguida de escalada perpendicular, de andar em andar, com essa escada até ao 3.º andar.

k) Desmontagem e descida do material e pessoal, sendo a desmontagem da escada de lances feita a prumo por meio de forquilhas.

14.º Montagem do material nos carros e formatura.

15.º Atrelagem dos cavallos e regresso á estação.

O successo foi completo. Os pontos capitaes do programma, que foi fielmente cumprido, despertaram no numeroso publico que assistiu a estas manobras — cerca de 2:000 pessoas — os mais vibrantes e enthusiasticos applausos. Como se presenceassem um incendio, *a valer*, todos estavam visivelmente impressionados, commovidos, especialmente quando os arrojados bombeiros, simulando imminente perigo de vida, gritavam desesperadamente por soccorro.

Assim, quando se executava o n.º 6.º do programma, estando prestes uma derrocada das paredes divisorias do predio invadido pelo incendio, houve na assistencia um murmurio de espanto e admiração pela maneira como se conseguiram salvar do 3.º andar os intrepidos bombeiros. Simplesmente admiravel essa manobra, pela serenidade, arrojo e presteza com que foi executada.

Entre as suppostas pessoas em perigo na casa incendiada, em numero de nove, figuravam dous bombeiros com trajes femininos.

Ao terminar este simulacro de incendio foram levantados muitos vivas ao Corpo de Salvação Publica e ao seu illustre chefe, snr. Guilherme Gomes Fernandes, que dirigiu todos os trabalhos.

A concorrencia foi, como dizemos, extraordinaria, vendo-se no local do exercicio muitas authoridades civis e militares, pessoas de elevada posição social e deputações de bombeiros voluntarios de varios pontos do paiz. Pena foi que estas manobras, reveladoras do estado de adeantamento em que se encontram os serviços de incendios em Portugal, e especialmente no Porto, não fosse realisado em mais espaçoso recinto de modo a ser presenceado por maior numero de pessoas. Para lamentar é tambem que el-rei não podesse ter assistido a este exercicio, para conhecer a intrepidez e o arrojo da nossa valente corporação de bombeiros, cujo valor, apesar de apreciado, ainda o não é tanto quanto devera ser. A cidade do Porto póde ufanar-se de possuir um serviço de incendios que nada inveja aos mais bem organisados do estrangeiro. E' uma corporação modelo na qual se póde confiar em absoluto, porque não se encontra alli um unico homem que seja capaz de recuar deante do perigo. O incendio da rua de S. João, (e outros ainda) basta para affirmar o valor e a intrepidez dos bombeiros portuenses.

Desafio de foot-ball — Esta diversão, de caracter perfeitamente

inglez, pouco introduzida ainda nos nossos habitos, e, póde dizer-se, exclusivo de meia duzia de rapazes que privam com a colonia britannica d'esta cidade, realisou-se no dia 3 de março, em Villar, n'uns terrenos apropriados a este e outros jogos de destreza e força.

SS. MM. que tinham promettido assistir a este desafio, foram recebidas pelo consul de Inglaterra n'esta cidade, snr. Frank Hay Newton, e por sua esposa. Muitas senhoras — na sua maior parte da colonia ingleza — que assistiam ao desafio, correram ao encontro de SS. MM., saudando-as com enthusiasmo.

O desafio no entanto proseguiu sem interrupção, assistindo SS. MM. só ao final.

O desafio foi ganho pelo grupo de luctadores de Lisboa, devendo, por isso, ser-lhes entregue uma rica taça de prata offerecida por S. M. el-rei. Esse premio, porém, tem ainda de ser disputado entre o grupo de jogadores de *foot-ball* da capital e os d'esta cidade, em dous outros torneios, que se realisarão com intervallo de um anno cada um, ficando depois a taça pertencendo ao grupo que fôr o ultimo a vencer.

O grupo lisbonense era composto da seguinte fórma: *Goal-keeper*, o snr. Guilherme Ferreira Pinto Basto; *Full-backs*, os snrs. Keating e Locke; *Half-backs* os snrs. Clyd, Barley, Valentim Machado e João Ribeiro Pereira; *Forwards*, os snrs. Arthur Paiva Raposo, Affonso Villar, Thomson, Pittuck e Carlos Villar (captain). O seu distinctivo era camisola branca e vermelha.

O grupo portuense compunha-se dos seguintes cavalheiros: *Goal-keeper*, o snr. Mac Geock; *Full-backs*, os snrs. A. Nujent e F. Guimarães; *Forwards*, os snrs. A. Kendall, Alfredo Kendall, Mackechnée, Mac Millen e Ponsonly (captain). O distinctivo do grupo era camisola branca.

O *team* foi organisado pelo snr. Guilherme Pinto Basto e foi *umpire* o snr. Eduardo Pinto Basto Junior.

Como SS. MM. só tivessem assistido a uma pequena parte do exercicio, os luctadores repetiram parte d'elle, a fim de que os illustres personagens podessem apreciar devidamente a destreza e resistencia dos dous grupos.

Corridas de velocipedes no Palacio de Crystal — A velocipedia póde dizer-se que está *lançada* entre nós; este genero de *sport* que, a principio, tanta perturbação veio causar no nosso pequeno meio onde as manifestações do progresso, primeiro que se acceitem, são olhadas com horror, conseguiu de tal modo introduzir-se nos nossos habitos que não haverá meio de o poder afastar. A bicycleta chegou e venceu; e, comquanto haja quem ainda resmungue ao vel-a passar, leve e agil, cortando o ar e zigzagueando rapida e lepida, em voltas phantasistas e caprichosas, é certo que, dentro em pouco, este meio de locomoção entrará nos domi-

nios da trivialidade, e um cyclista poderá passar, garbosamente montado na sua machina, sem que os transeuntes parem a escancar a bocca n'um hiato de parva admiração. A bicycleta adaptou-se facilmente aos nossos costumes, e como do seu uso se reconheceu que não era uma simples ostentação de ricos ou um passatempo de ociosos, mas que, além da sua utilidade como meio de transporte, constituia tambem um salutar exercicio de hygiene, e até um valioso meio therapeutico, os paes de familia deixaram de consideral-a com desconfiança, e alguns até, a pretexto de divertirem os pequenos, vão-a tambem utilisando, com espanto e zombaria das respectivas caras metades, que consideram aquelle objecto *improprio de pessoas serias*... No entretanto, especialmente nas praias, na epocha thermal, conspicuos paes de familia, alguns até ajoujados de titulos e distincções honorificas, cruzam em todas as direcções as suas machinas, finas e nobres; e a tal ponto chegou a concorrencia, que as camaras municipaes solicitamente acudiram com editaes e posturas, regulando o serviço das bicycletas, como se regula o dos trens, e comminando penas severas contra quem se atreva a transgredir essas posturas. Tão popular se tornou a bicycleta, que não será para causar espanto que um dia appareça, nas praças, á hora, ou por corrida, com tabella propria como os trens. Ainda não é tarde...

Vulgarisado como está o uso da bicycleta, não admira que os torneios promovidos pelos differentes clubs despertem grande interesse e sejam extraordinariamente concorridos. De resto, os clubs existentes no Porto acham-se excellentemente montados, fazendo parte dos seus corpos gerentes cavalheiros de elevada posição social [1].

As corridas realisadas, pelo *Real Velo-Club do Porto* obedeciam ao seguinte programma:

Desfile geral de todos os velocipedistas.

1.ª corrida, Preparatoria (internacional); percurso 1:800 metros (3 voltas). Dous premios.

2.ª corrida, Resistencia (internacional); percurso 4.800 metros (8 voltas). Tres premios.

3.ª corrida, Regional, reservada para socios de clubs portuenses, residentes no Porto; percurso 3:000 metros (5 voltas). Tres premios.

---

(1) O Real Velo-Club, fundado por consideraveis cavalheiros portuenses entre os quaes se contam o snr. conselheiro Campos Henriques, o barão de Paçô Vieira e outros muitos, illustres e respeitaveis, tem por presidente honorario el-rei o senhor D. Carlos que cedeu uma porção de terreno do Paço dos Carrancas para n'elle ser construido o velodromo. E' uma das mais prosperas aggremiações recreativas que recentemente se fundaram n'esta cidade. Conta cerca de 350 associados, o que de sobejo testemunha o desenvolvimento do cyclismo n'uma terra onde a arvore dos preconceitos tem ainda fundas raizes no solo.

O velodromo é excellente, e difficilmente se poderá construir no paiz outro em condições identicas. Tem de desenvolvimento 333m,033, o que prefaz um kilometro em cada tres voltas. A largura é de 7 $1/2$ metros. A sua formação é de dois alinhamentos rectos, de 85 me-

4.ª corrida, Infantil; percurso 1:200 metros (2 voltas). Esta corrida será «handicap» se o jury o julgar conveniente. Tres premios.

5.ª corrida, Local, reservada para os socios do *Real Velo-Club* residentes no Porto; percurso 2:400 metros (4 voltas). Tres premios.

6.ª corrida, Fitas: n'esta corrida só poderão tomar parte os corredores que tenham entrado em qualquer das anteriores.

Como el-rei é presidente honorario d'este club, as corridas foram organisadas em sua honra. Realisaram-se ellas no dia 4 de março na espaçosa avenida do Palacio de Crystal.

Pouco depois do meio dia chegaram SS. MM. e AA. e a sua comitiva, tomando lugar n'um elegante pavilhão erguido em frente do *chalet*.

S. M. el-rei vestia o uniforme de almirante, tendo ao peito, além de diversas condecorações, o emblema do Real Velo-Club; S. M. a rainha vestia elegantemente de velludo verde lavrado; o principe real, o grande uniforme de 1.º cabo de infanteria 18, e o infante D. Manoel um vestidinho e gorro de pellucia *marron*.

SS. MM. e AA. foram acompanhadas desde o portão de entrada dos jardins até á tribuna pelos cavalheiros que compunham a direcção do Real Velo-Club e por muitas outras pessoas que acclamaram com repetidos vivas a familia real. Ao chegarem á tribuna tambem se repetiram essas manifestações, sendo-lhes lançadas pétalas de flores e offerecido a S. M. a rainha um elegante *bouquet*.

Dados os respectivos signaes procedeu-se á 1.ª corrida preparatoria, de 3 voltas á pista, percurso de 1:800 metros. Foram muitos os corredores a disputal-a, sahindo vencedores: em 1.º lugar, o snr. J. D. D'Orey, que alcançou a medalha de ouro; em 2.º, o snr. Benedicto Ferreirinha, que teve medalha de prata; e em 3.º, o snr. Benjamin Costa Braga, que ganhou a medalha de cobre.

N'esta corrida deu-se um accidente. O snr. Eduardo Minchin cahiu da bicycleta por encontrar um estorvo na pista, ferindo-se bastante e de modo que não pôde entrar nas outras corridas. A quéda do snr. Minchin fez com que outros corredores, que o acompanhavam de perto, tambem cahissem, mas sem soffrerem cousa alguma.

---

tros, ligados por curvas parabolicas com uma sobrelevação de 1,90, calculada para a velocidade de 40 kilometros á hora. Tem sala d'espera e descanso, sala d'armas, *toilettes* para senhoras e cavalheiros, quartos de *douches*, vestiarios, camarins para *remise* de machinas, buffete, pombal para os pombos-correios que nas varias excursões dos socios trazem noticias á séde do Velo-Club, etc.

A planta foi traçada pelo snr. José Izidro de Campos, que dirigiu com superior criterio a construcção do velodromo.

Por tudo isto facilmente se percebe que a velocipedia entre nós tomou um desenvolvimento extraordinario, e que é um dos generos de *sport* que, mais facilmente adaptado ao nosso meio, maior e mais brilhante futuro ha-de ter.

Seguiu-se a corrida infantil, a pedido de S. M. a rainha. O percurso d'esta corrida era de 1:200 metros em duas voltas. Ficaram vencedores: em 1.º lugar, o menino Alvaro Pinto de Miranda; em 2.º, o menino Eduardo Maia; e em 3.º, o menino Amadeu Ferreira Múase. Os premios constavam de medalhas de ouro, prata e bronze.

Effectuou-se depois uma corrida de resistencia, de 4:800 metros, em 8 voltas. Coube o 1.º premio, que era um bonito tinteiro de Christofle offerecido pela direcção do Real Velo-Club ao snr. J. D. D'Orey; o 2.º conquistou-o o snr. A. Figueiredo e o 3.º o snr. Benedicto Ferreirinha. Estes dous ultimos premios consistiam em medalhas de prata e de bronze.

Fez-se após esta a corrida *local*, tendo como 1.º premio uma fita de seda pintada por S. M. a rainha. N'esta fita, além do monogramma com as iniciaes do Real Velo-Club, via-se uma palma, tudo muito distinctamente pintado. Obteve-a o snr. Benedicto Ferreirinha como 1.º vencedor; o snr. A. Vieira da Cruz obteve o 2.º premio e o snr. Julio da Cunha o 3.º Estes dous ultimos premios eram medalhas de prata e de bronze.

No fim d'esta corrida SS. MM. e AA. retiraram-se, depois de S. M. a rainha ter entregue ao snr. Benedicto Ferreirinha a fita que havia offerecido e que estava encerrada em uma bonita caixa forrada de setim branco.

A' sahida foram os monarchas novamente saudados com enthusiasmo.

Deu-se principio em seguida á corrida regional, disputada por bastantes velocipedistas. Coube o 1.º premio ao snr. Jorge N. de Mattos, o 2.º ao snr. Antonio de Campos e o 3.º ao snr. Julio Cunha. Os premios eram medalhas de ouro, de prata e de bronze.

Terminaram as corridas por uma de fitas artisticamente pintadas por senhoras e que eram talvez em numero de 40. Todos os corredores conseguiram conquistal-as.

No jardim tocaram as bandas de caçadores 7 e da guarda municipal.

Foram acompanhadas com interesse e enthusiasmo todas as peripecias da lucta, sendo muito numerosa a concorrencia de senhoras.

As fitas adjudicadas aos corredores foram pintadas pelas seguintes senhoras:

Branca, com uma aguarella representando a Torre de Belem e flores, da snr.ª D. Maria Carolina de Oliveira Machado; branca, com uma caravella e flores de pecegueiro, uma esphera armilar e uma véla latina, da snr.ª D. Laura Nobre; azul, com uma marinha, da snr.ª D. Ismenia Carlota Fernandes; branca, bordada a ouro e matiz, e outra rosa pallida, bordada a escumilha, das snr.ªs D. Lucia Cunha e D. Laura Cunha; rosa pallida, com uma marinha, da snr.ª D. Maria Emilia Fernandes; azul, com franja de prata e argola de prata tendo a reproducção em aguarella da *maquette*, de Teixeira Lopes, e uma legenda, da snr.ª D. Henriqueta Lencas-

tre; azul, com flores e dous passaros, da snr.ª D. Elvira Vaz Guimarães; duas brancas, sendo uma com um ramo de rosas e outra com o monogramma do Club, em prata, da snr.ª D. Constança Avides; branca, com um velocipedista, aguarella, da snr.ª D. Anna Pimenta; branca, bordada a matiz, da snr.ª D. Julia Montenegro Pinto Moreira; azul, com uma aguarella, da snr.ª D. Maria Izabel da Costa S. Romão; rosa pallida, bordada a matiz, da snr.ª D. Maria Constancia Montenegro Pinto Moreira; rosa, com duas andorinhas aguarelladas, de um anonymo; branca, franjada a prata



NA ROTUNDA DA BOAVISTA — AS CORRIDAS DE VELOCIPEDES

e bordada a matiz da snr.ª D. Maria Clara Dias de Oliveira; e uma branca, com uma caravella, o retrato do Infante D. Henrique, flores, a divisa *Dem Verdiente* e o emblema do Club.

A fita offerecida por S. M. a rainha, para servir de premio na corrida regional, era de *moirée* azul tendo, a aguarella, o monogramma do Club. Estava encerrada n'uma rica caixa de pellucia branca, tendo ao centro, em ouro, a corôa real e a inicial A. O fôrro era de setim branco.

Na Boavista — As corridas organisadas pelo Club Velocipedista do Porto realisaram-se no dia 6 de março, na rotunda da Boavista, n'um largo

espaço vedado por um tapamento de madeira. O programma era o seguinte:

1.ª corrida internacional, offerecida a SS. MM. — 25 voltas, 9:000 metros — 1.º premio, medalha de ouro; 2.º, medalha de prata.

2.ª corrida, para creanças até 14 annos, offerecida a SS. AA. — 3 voltas, 1:080 metros — 1.º premio, medalha de ouro; 2.º, medalha de prata; 3.º, medalha de cobre.

3.ª corrida nacional, campeonato de Portugal, offerecida á ex.ma camara municipal do Porto — 25 voltas, 9:000 metros — 1.º premio, medalha de ouro; 2.º medalha de prata.

4.ª corrida, 1.ª classe, para socios do Club Velocipedista do Porto, offerecida á commissão dos festejos ao infante D. Henrique — 15 voltas, 5.400 metros — 1.º premio, medalha de ouro; 2.º, medalha de prata; 3.º, medalha de cobre.

5.ª corrida, de honra, offerecida ao Club Velocipedista de Portugal, para velocipedistas do Porto — 15 voltas, 5:400 metros — 1.º premio, medalha de ouro; 2.º, medalha de prata.

6.ª corrida, 2.ª classe, para socios do Club Velocipedista do Porto, offerecida ao Real Velo-Club — 12 voltas, 4:320 metros — 1.º premio, medalha de ouro; 2.º, medalha de prata; 3.º, medalha de cobre.

7.ª corrida, 3.ª classe, para socios do Club Velocipedista do Porto, offerecida ao Club dos Caçadores — 10 voltas, 3:600 metros — 1.º primeiro, medalha de prata dourada; 2.º medalha de prata; 3.º medalha de cobre.

8.ª corrida, de consolação, offerecida á Real Associação Humanitaria Bombeiros Voluntarios do Porto — 4 voltas, 1:440 metros — Um premio, medalha de ouro.

N'esta corrida só poderão entrar corredores que não tenham ganho premio algum nas anteriores.

O torneio estava annunciado para as 2 horas da tarde, mas como ás 3 horas ainda não tivessem chegado SS. MM., deu-se principio á diversão pela 3.ª corrida do programma, que era na extensão de 9:000 metros, consistindo os dous premios em medalhas de ouro e prata. Chegou em primeiro lugar o snr. José Diogo D'Orey e em segundo o snr. José Bobela Motta.

A 2.ª corrida (5.ª do programma) era na extensão de 5:400 metros, consistindo os premios em medalhas de ouro, prata e cobre. Venceu o snr. Francisco Pinto Basto, sendo segundo na chegada o snr. Antonio F. Maia e terceiro o snr. Eduardo Pinto da Cruz.

Depois d'esta corrida chegaram SS. MM., seriam 4 horas e 1 quarto.

El-rei e a rainha, que vinham a cavallo, acompanhados das pessoas da sua comitiva, foram recebidos pela direcção do Club Velocipedista e por varios socios.

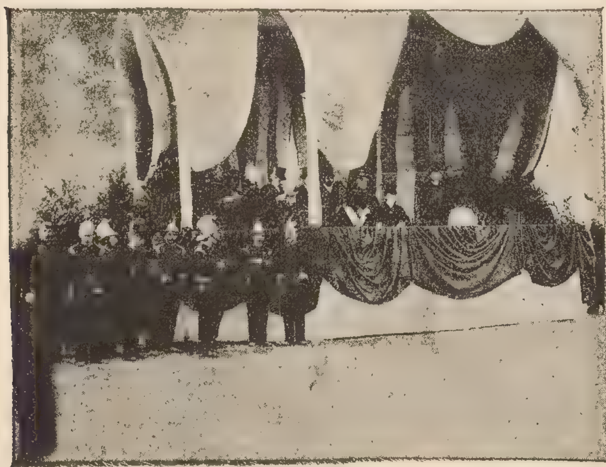
SS. MM., apeando-se, dirigiram-se para o pavilhão que lhes estava destinado, formado por cortinados de velludo carmezim, forrados de seda azul e branca, tendo exteriormente no cimo a corôa real.

Pouco depois entrou no mesmo pavilhão o snr. presidente do conselho.

As corridas proseguiram por esta ordem:

1.ª corrida, na extensão de 9:000 metros, consistindo os premios em medalhas de ouro e de prata. Chegou primeiro o snr. José Diogo D'Orey, e em segundo lugar o snr. José Bobela Motta.

2.ª corrida, na extensão de 1:060 metros, destinada a creanças, sendo os premios medalhas de prata e cobre. Chegaram: em primeiro



O PAVILHÃO D'ONDE A FAMILIA REAL ASSISTIU ÁS CORRIDAS

lugar o menino Achilles Múase, em segundo Amadeu Múase, em terceiro Acacio Brenha e em quarto Alvaro Correia.

S. M. a rainha distribuiu os premios d'esta corrida.

4.ª corrida para senhoras, na extensão de 160 metros, consistindo os premios em alfinetes de ouro para peito. Chegou em primeiro lugar a snr.ª D. Cacilda Augusta da Silva Dias e em segundo a snr.ª D. Maria Branca da Silva Dias.

6.ª corrida, na extensão de 5:400 metros, sendo os premios medalhas de ouro e prata. Venceu o snr. Francisco Pinto Basto, sendo segundo o snr. Antonio Pinho Soares.

7.º corrida, na extensão de 4:320 metros, constando os premios: o 1.º uma medalha de ouro e uma salva offerecida pelo Real Velo-Club e o 2.º uma medalha de prata. Chegou primeiro o snr. Antonio F. Maia, sendo segundo o snr. Arthur Cabral.

SS. MM. retiraram-se no fim d'esta corrida, sendo acompanhadas até á sahida pela direcção do Club e pelos socios, que de novo ergueram vivas a el-rei, á rainha e aos principes, estrondeando n'essa occasião uma girandola de foguetes e executando as musicas o hymno nacional.

Realisou-se depois a 8.ª corrida, na extensão de 3:600 metros, sendo os premios medalhas de ouro, prata e cobre. Chegou primeiro o snr. Augusto Moreira da Rocha, sendo segundo o snr. José Carreira de Freitas e terceiro o snr. João Machado.

Na 9.ª corrida, de consolação, foi vencedor o snr. A. Ferreira Real, obtendo o premio, que consistia em uma medalha de ouro.

Durante a corrida tocaram as bandas da guarda municipal e dos Bombeiros Voluntarios.

A concorrencia de espectadores foi grande, achando-se occupados todos os logares de tribunas e galerias.

N'este torneio houve uma nota original — duas senhoras que entraram na quarta corrida e que affirmaram ser tão excellentes corredores como os mais habeis e experimentados cyclistas. Isto prova o que acima escrevemos, e vem a ser que o cyclismo entrou tão profundamente nos nossos habitos, que as proprias senhoras não hesitam em associar-se a estas diversões. O que é para desejar é que o exemplo aberto por aquellas damas encontre imitadoras; se assim succeder, as corridas que de futuro se organisarem revestirão outros attractivos e duplicarão de interesse.

Torneio de tiro. — Esta diversão realisou-se tambem no dia 4, de manhã. A entrada para o recinto pertencente ao Club de Caçadores fez-se pelo portal da Fabrica de Fiação de Salgueiros, sendo el-rei recebido pela direcção do Club e diversos socios, e subindo por essa occasião ao ar grande numero de foguetes. A banda da Officina de S. José, que alli se achava, executou o hymno nacional.

No local construiu-se um pavilhão de madeira tôsca, de pinheiro, coberto de colmo, rematando com galhos de arvores similhando pontas de veado. Dispostos com bastante gosto viam-se armas, petrechos de caça e pelles de animaes. Os cortinados eram formados por liteiros e as abraçadeiras d'estes por cintos de cartuchos. No pavimento, cadeiras de estofo de velludo carmezim, servindo de tapetes pelles de animaes.

S. M. não quiz tomar logar no pavilhão e foi juntar-se aos combatentes, sentando-se debaixo de um pequeno toldo.

Pouco depois da chegada d'el-rei começou o torneio, cujo resultado vae mencionado na seguinte nota:

	Pombos Tiros		Espheras		Balões	
	Bons	Maus	B.	M.	B.	M.
S. M. el-rei	2	1				
C. Ferreira	1	2	4	1	1	4
D. M. de Noronha	5	0				
B. de Sá	1	2	4	1	7	1
A. Meirelles	3	1	3	2	8	0
A. D'Onil	2	1	6	1	4	1
João Pimenta	2	1	5	1	2	1
A. Vianna	2	1	4	1	4	1
F. Múase	3	1	7	0	0	1
G. Branco	2	1	0	1	2	1
José Pimenta	1	2	6	1	7	1
J. P. Leite	2	1	0	1	0	1
F. dos Santos	5	1	4	1	7	1
A. Seara	2	1	5	1	3	1

Para esta sympathica diversão houve tres premios: o 1.º, de S. M, a rainha: um alfinete de ouro para manta; o 2.º, das senhoras portuenses: uma lampada de prata para accender charutos; e o 3.º do Club de Caçadores: uma clavina de dous canos para caça grossa.

O primeiro premio foi adjudicado pelo jury ao snr. D. Manoel de Noronha, de Lisboa; o segundo ao snr. Ferreira Múase e o terceiro ao snr. Arthur Meirelles. Todos os vencedores foram muito applaudidos.

O jury era composto dos snrs. D. Francisco de Noronha, presidente; José Monteiro Soares de Albergaria e Alvaro de Azevedo Meirelles, vogaes.

S. M. foi muito amavel para os socios do Club, applaudindo os melhores tiros e mostrando-se satisfeitissimo com aquella diversão.

A concorrencia a presencear o torneio era muito numerosa, vendo-se tambem alli os operarios e operarias da fabrica de Salgueiros, a quem a respectiva direcção dispensou algumas horas de trabalho para esse fim.

El-rei retirou-se pouco depois das 11 horas, não podendo assistir até ao fim por ter de seguir para Gueifães, como em outro lugar diremos.

A' sahida de S. M. subiram tambem ao ar muitos foguetes, e a musica tocou o hymno nacional.

Durante a diversão algumas creanças, com salvas de prata, pediram esmola para o Real Hospital de Creanças Maria Pia.

Jantares officiaes — Banquete aos municipios — El-rei offereceu dous jantares officiaes, ordenando que para elles se fizessem convites

ás pessoas que pela sua posição costumam assistir a estes actos. O primeiro jantar foi servido no dia 2 de março. A sala achava-se ricamente ornamentada, produzindo um excellente effeito a disposição dos candelabros e serpentinas. A meza affectava a fórma de um E e o *menu* foi o seguinte:

Potage crème de volaille á la reine.
Consommé à la Douglas.
Langue de veau à l'anglaise.



NA ESCHOLA DE TIRO

Jambon glacé à la piemontaise.
Côtelletes de daim aux truffes.
Punch glacé à la française.
Dindonneaux et bécasses rôties au cresson.
Salade suédoise.
Asperges sauce à la crême.
Savarin à l'ananas.
Gateau de Madame.
Glaces.

Os centros eram occupados por SS. MM. el-rei e a rainha, tendo o snr, D. Carlos á direita a snr.ª D. Izabel Ponte e os snrs. ministro das obras publicas, conde de Samodães, Agostinho Ornellas, Macario de Castro, presidente da Associação Commercial, director das obras publicas d'este districto e conselheiro José Novaes; e á esquerda a snr.ª condessa de Seisal e os snrs. ministro da marinha, conselheiro Ferreira do Amaral, commandante do cruzador de guerra inglez *Bellona*, dr. Antonio de Oliveira Monteiro, procurador régio junto do Tribunal da Relação do Porto, director da circumscripção hydraulica e Delfim de Lima.

A' direita de S. M. a rainha tomavam lugar: os snrs. presidente do conselho de ministros, presidente da camara municipal do Porto, general Antonio de Campos, presidente do Tribunal da Relação, dr. Antonio Pinto de Mesquita, conde de Restello, dr. Adolpho Pimentel, director da Eschola Medico-Cirurgica, director do Observatorio Meteorologico da Princeza D. Amelia, visconde de Balsemão (governador civil de Aveiro), conselheiro José Diogo Arroyo e Antonio Arroyo; e á esquerda: os snrs. ministro do reino, governador civil d'este districto, conde de Gouveia, conselheiros José Maria Rodrigues de Carvalho e Jeronymo Pimentel, presidente do Club Portuense, director dos caminhos de ferro do Minho e Douro, director da Academia Polytechnica Portuense, conselheiro Wenceslau de Lima e dr. José de Alpoim.

As cabeceiras da meza eram occupadas pelos snrs. consul da Inglaterra no Porto, director da alfandega do Porto, vereadores da camara municipal d'esta cidade drs. Adriano Anthero, Moreira dos Santos, Forbes de Magalhães, Sousa Avides, Abel Brandão, Santos Maia, Ferreira Bahia, Azevedo Meirelles, Silva Pinto, Novaes da Cunha, Manoel José Barreto, Izidoro Moura, Pimenta da Fonseca, Oliveira Ramos e Silva Tapada; director do Instituto Industrial, barão de Paçô Vieira (Alfredo); Augusto Luso, Henrique Kendall, Eduardo Sequeira, rev. Francisco Patricio e Bento Carqueja, membros da commissão directora do centenario; Christiano Wan-Zeller, secretario do Club Portuense, 2.º commandante do *Bellona*, e commissario geral de policia.

Levantou o primeiro brinde S. M. el-rei. Revestia-se de galas o Porto para celebrar o centenario do Infante D. Henrique e quizera que a familia real viesse tomar parte n'esta grandiosa homenagem. A esse convite accedera com o mais intimo regozijo, por isso que a dynastia de Aviz representava uma das mais sólidas affirmações da nossa nacionalidade. Brindava á cidade do Porto, pela qual tem a mais alta estima.

O snr. conselheiro Costa e Almeida respondeu ao brinde de el-rei. Lembrou que D. João I, visitando o reino, procurava captivar a estima do povo, parecendo mesmo propositado o facto de nascer cada um de seus filhos em terras differentes. No Porto quizera mesmo ficar na parte baixa da cidade, sem mesmo subir ao bairro da Sé, como para demonstrar o seu

apreço ás classes burguezas, e o Porto sabia corresponder á estima que lhe votava o seu rei. O acolhimento feito agora pela cidade aos monarchas traduzia a continuação d'essas tradições, e por isso, na sua qualidade de representante do Porto, elle, orador, fazia votos para que esses antigos laços se estreitassem cada vez mais.

*

O segundo jantar realisou-se no dia 5, servindo-se na mesma sala, que se achava egualmente ornamentada com muitas flores, predominando as camelias, tão abundantes no Porto n'esta quadra do anno.

O *menu* foi o seguinte:

Potage à la Victoria.
Consommé à la Royale.
Quartier de daim à l'infante.
Dinde à l'imperiale.
Pain de gibier au belle-vue.
Punch glacé à la Romaine.
Pintades piquées et rôties a la broche.
Salade russe.
Asperges à l'Hollandaise.
Puding soufflé à la Reine.
Gelée à la Macedoine de fruits.
Glaces.

A meza estava disposta em fórma de E, occupando o lugar principal S. M. el-rei. A' direita de S. M. sentava-se a snr.ª condessa de Seisal, seguindo-se o snr. ministro da marinha, general commandante interino da divisão, conde de Margaride, coronel de infanteria 18, coronel de infanteria 19, chefe do estado maior, chefe da administração militar, director do hospital militar, capitão Renato Baptista, Barros da Fonseca e Bernardo Pindella; á esquerda sentava-se a snr.ª D. Izabel Ponte, e seguiam-se os snrs. ministro das obras publicas, conselheiro Pinheiro Chagas, conde de Refugio, coronel de cavallaria 6, coronel de infanteria 20, inspector de engenharia, cirurgião de divisão, cirurgião de brigada, commandante da *Tavira* e Serpa Pimentel. O lugar fronteiro a el-rei era occupado por S. M. a rainha, a qual tinha á sua direita o snr. presidente do conselho, seguindo-se os snrs. governador civil, conde de Samodães, Ferreira do Amaral, commandante de caçadores 7, coronel de artilheria, commandante da guarda fiscal, coronel de caçadores 3, presidente do Centro Commercial, commandante do transporte *Africa*, commandante da guarda municipal, commandante do corpo de artilheria, capitão Fernando

Maia, na qualidade de membro da commissão directora do centenario, ajudante do general da divisão, commandante do destacamento de artilheria 5, subalterno da guarda do paço, general Vito Moreira e major Malaquias; e á esquerda os snrs. ministro do reino, presidente da camara municipal, conselheiros Thomaz Ribeiro e Cardoso de Carvalho, commandante de infanteria 5, dito de infanteria 6, dito de infanteria 3, Francisco José de Medeiros, presidente do Atheneu Commercial do Porto, commandante da corveta *Sagres*, commandante da canhoneira *Liberal*, juiz auditor dr. Caetano Brandão, commandante de cavallaria 10, ajudante do general Queiroz, capitão da guarda ao paço, conselheiro Pedro Victor, almirante Pinho e general Queiroz.

Durante o jantar tocou a banda de infanteria 5. Ao café, as bandas de infanteria 6 e 18, reunidas, executaram a marcha que o snr. Antonio Soller compoz expressamente para as festas henriquinas.

O BANQUETE DOS MUNICIPIOS — O banquete offerecido nos paços do concelho do Porto, aos representantes dos municipios do paiz, foi a coroação das festas esplendorosas a que o paiz assistiu. Festa de uma significação altamente democratica, representou a despedida affectuosa d'aquelles que por alguns momentos se haviam reunido sob a prestigiosa bandeira marcada com a cruz de Christo e que desenrola ao mundo a divisa do *talent de bien faire*.

A sala das sessões da ex.ma camara municipal do Porto, transformada em sala de banquete, offerecia um aspecto brilhantissimo. Ao fundo, onde usualmente se vê o retrato de S. M. el-rei, achava-se collocado um grande espelho com moldura de talha dourada, sobre o qual fôra disposta em fórma de tropheu a bandeira da cidade. Por detraz da cabeceira da meza, cingido á parede, destacava-se um formoso macisso de camelias, e aos cantos da sala quatro bellos fetos. Ao fundo da sala viam-se ainda dous ricos espelhos com molduras de talha dourada. Nos apparadores scintillava uma valiosa baixella de prata. A illuminação era feita por tres grandes lustres e diversas serpentinas.

Além da mesa principal, em fórma de ferradura, havia tres outras supplementares. O banquete foi de 161 talheres.

Os lugares de honra foram occupados por SS. MM., tendo el-rei o senhor D. Carlos á direita a snr.a condessa de Seisal e os snrs. ministros do reino e marinha e governador civil do Porto; S. M. a rainha dava a esquerda aos snrs. presidente do conselho e ministro das obras publicas.

Em frente das pessoas reaes estava o snr. conselheiro Costa e Almeida, dando a direita ao snr. conde de Restello, presidente da camara municipal de Lisboa.

Tomaram lugar á meza os snrs. almirante Correia Pinho, commandante geral das guardas municipaes, chefe do departamento maritimo do

norte, commandantes do cruzador de guerra inglez *Bellona*, da corveta *Sagres*, das canhoneiras *Tavira* e *Liberal* e do transporte *Africa;* dr. Amandio Eduardo da Motta Veiga, vice-presidente da camara municipal de Lisboa; José Martinho da Silva Guimarães, vereador da mesma camara; dr. João Maria Correia Ayres de Campos, presidente da camara municipal de Coimbra; dr. Antonio Maria Esteves Mendes Correia, representante da camara municipal de Vagos; visconde da Albergaria, de Souto Redondo; rev. Francisco José Patricio, membro da commissão directora do centenario; dr. Adriano Anthero de Souza Pinto, vice-presidente da camara do Porto; Antonio Duarte da Cruz Pinto, secretario da camara de Lisboa; *maestro* Alfredo Keil; Eduardo de Sequeira, da commissão do centenario; vereador Antonio Joaquim Alves Valladares, da camara de Lisboa; Augusto Luso, da commissão do centenario; dr. Antonio Forbes de Magalhães, vereador da camara do Porto; João Alves de Almeida Araujo, da de Lisboa; Joaquim Ventura da Silva Pinto, da do Porto; dr. Antonio Augusto Alves de Souza, secretario da camara do Porto; conde da Serra de Tourega, presidente da camara de Evora; Francisco David Calder, presidente da camara de Lamego; general Antonio de Campos, 1.º commandante interino da 3.ª divisão militar; condes de Villa Nova da Cerveira e de Sabugosa, major Malaquias de Lemos, capitão Bernardo Pindella, vereadores Manoel José Monteiro, da camara de Lisboa; dr. Manoel de Souza Avides, da do Porto; Augusto Francisco Vieira, da de Lisboa; José Novaes da Cunha, dr. José Antonio Moreira dos Santos e José Pinto da Silva Tapada, da do Porto; Antonio Julio Correia Guedes, da de Lisboa; Isidoro da Fonseca Moura, José Moreira Pimenta da Fonseca e José da Silva Ferreira Bahia, da do Porto; visconde da Torre, presidente da camara de Villa Verde; dr. Antonio José da Costa Santos, representante da camara de Felgueiras; Manoel Vieira de Andrade, representante da camara de Cascaes; Henrique Carlos de Meirelles Kendall, membro da commissão do centenario; Abel Eduardo Pereira Brandão, vereador da camara do Porto; capitão Fernando Maya, da commissão do centenario; vereadores Emilio Augusto Dias, da camara do Porto; dr. Francisco Germano Claro, da de Lisboa; dr. Francisco Gomes Teixeira, da do Porto; José Alexandre de Souza, da de Lisboa; dr. Guilherme Guedes de Amorim Junior, da do Porto; João Carlos de Oliveira, da de Lisboa; Alvaro de Azevedo Meirelles, Domingos Gonçalves de Sá, Antonio Pereira de Oliveira Ramos e Manoel José Barreto, da do Porto; barão de Fornellos, presidente da camara de Rezende; conde do Refugio, idem da da Covilhã; visconde de Gomiei, idem da de Vizeu; dr. Paulo Marcellino Dias de Freitas, representante da camara municipal de Braga; João Diogo Pereira Agrella, Campo Maior; Francisco Pereira de Almeida, Castello de Vide; dr. Joaquim Moreira da Fonseca, Castello de Paiva; Luiz de Solla Mendes Pereira, Almeida; Tito de Bourbon e Noronha, Arruda; Leopoldo de Souza Mendes, Amares; Fernando Allão Moraes

Pimentel, Amarante; José Manoel Mendes Moura, Alfandega da Fé; Ignacio Teixeira Brandão Vasconcellos, Arouca; D. João Pacheco Pereira Coutinho, Alcochete; dr. Carlos Almeida Braga, Arcos de Val-de-Vez e Villa Nova da Cerveira; João Raphael Mendes Doria, Alter do Chão; Alvaro de Moura Coutinho de Almeida Eça, Aveiro; Manoel Rodrigues da Silva Pinto, Agueda; conselheiro Alexandre Cabral, Baião; Adolpho Augusto de Almeida Doria, Beja; José de Castro Figueiredo Frio, Barcellos; José Maria de Abreu Freire, Estarreja; José de Azevedo Vasquinho, Espozende; Eusebio David Nunes da Silva, Elvas; Casimiro da Ascensão de Souza Menezes, Faro; Joaquim Pereira Jardim, Figueira da Foz; Antonio Martins Rio, Gondomar; João Reynaldo Cesar Ferreira, Ilhavo; Affonso H. da Silva Moreira, Louzada; Pedro Soares Monte, Belmonte; Affonso da Veiga Faria, Bouças; Alberto Pereira Leite, Cabeceiras de Basto; Augusto de Sá Osorio de Mello, Celorico da Beira; João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida, Santo Thyrso; Luciano Mendes Derdona Namorado, Souzel; dr. Augusto José de Castro, Santarem; Joaquim Pereira Rabello, Taboaço; Antonio Pessoa de Amorim, Torres Novas; João Torres Pinheiro, Thomar; Antonio A. do Nascimento Bravo, Trancoso; dr. José de Souza Machado Vasconcellos, Terras de Bouro; Hermenegildo Correia de Sá, Villa da Feira; Antonio Augusto Ferreira Soares, Villa Nova de Fozcôa; Francisco Maria Dias Costa, Vallongo; Julio da Graça Craveiro, Villa do Conde; José Duarte Machuco, Villa Flôr; José de Souza Faria e Mello Cabral, Vianna do Alemtejo; Alvaro José de Miranda, Vieira; Antonio de Abreu de Lima Pereira Godinho, Vianna do Castello; Antonio Chantin, Villa Nova de Famalicão; dr. Ernesto Kopke da Fonseca e Gouveia, Lagos; José da Costa Meatra, Loulé; Augusto Pereira da Silva, Leiria; Hermenegildo José Soalheiro, Melgaço; Joaquim Antonio Moraes, Montalegre; José Peixoto Pereira Saldanha, Marco de Canavezes; Arthur Augusto Pereira Faria, Mêda; José Maria de Mello, Montemór-o-Novo; Adolpho Augusto Juzento Rello, Portalegre; dr. Joaquim Ignacio Cardozo Pimentel, Pombal; Joaquim Pereira Sotto Maior, Penafiel; Luiz Alves Pinheiro Torres, Paredes; Rodrigo Guedes Pereira Leite, Regoa; Agostinho de Souza Couto, Ribeira de Pena; Antonio José Baptista, Setubal; Antonio Maria Correia, Soure; José Maria da Silva Sardinha, Monforte; Manoel Correia Vaz de Aguiar, Macieira de Cambra; Paulo Cantos, Oeiras; dr. José Lopes Godinho de Figueiredo, Oliveira de Azemeis; Antonio P. de Oliveira Valente, Ovar; José Julio de Oliveira, Niza; Annibal Augusto Pereira Brandão, Penella; Francisco Alves Vieira Junior, Povoa de Varzim; Joaquim Saraiva de Oliveira Baptista, Gouveia; visconde de Mecangil, Serpa; presidentes das camaras da Maia e de Paredes; e representantes do *Diario de Noticias*, de Lisboa; *Correspondencia do Norte*, de Braga; da Associação dos Jornalistas, do Porto; do *Primeiro de Janeiro*, *Jornal de Noticias* e *Commercio do Porto*.

O *menu* foi o seguinte:

Potage — Consommé aux perles à la Royale.
Hors d'œuvre — Timbales à la Milanaise.
Relevés — Saumon garni, sauce Bearnaise. Filet de bœuf à la Richelieu.
Entrées — Escaloppes de veau à la kissifef. Supprême de volaille á l'écarlate. Pain de foie-truffé à la Hubert.
Rôti — Dindonneaux à la Perigueux. Salade à la Tartare.
Legumes — Choux-fleur au Parmezan.
Entremets sucrés — Pouding à la Reine. Gateau breton à la créme. Biscuit et Nougat. Glaces assorties.
Dessert — Vins, Madère, Saint Julien, Médoc, Sauterne, Collares, Bucellas, Champagne. — Café et liqueurs.

O snr. conselheiro Costa e Almeida levantou o primeiro brinde, agradecendo a SS. MM. a honra que haviam conferido á cidade do Porto, associando-se ás demonstrações festivas com que ella celebrou o centenario do infante D. Henrique, e brindou pela familia real portugueza.

S. M. el-rei disse que agradecia duplamente: — agradecia o brinde do snr. presidente da camara municipal do Porto e agradecia o convite que lhe fôra feito para tomar parte nas festas do centenario. Tinha ainda a agradecer ao povo portuense a maneira affavel e carinhosa como recebera a familia real, fazendo com que ella d'aqui levasse as mais gratas e saudosas recordações. Traduziria esse reconhecimento levantando um brinde á cidade do Porto.

O snr. conselheiro Costa e Almeida, levantando-se novamente, principiou por dizer que a instituição do municipio, se é antiga, é tambem nacional: descende do imperio Romano, mas vasa-se em moldes portuguezes. E, n'este momento, as camaras municipaes do paiz, levadas pelos mais briosos sentimentos patrioticos, vieram render homenagem ao inclito filho do Porto. Fazia votos para que se aproveitasse a occasião no sentido de que a solemnisação fosse mais do que uma simples festa. «Unamo-nos todos para restaurar o espirito nacional, velando pelo cumprimento da lei, pela moralidade na administração publica, por tudo quanto contribuir para o engrandecimento da patria *(Apoiados)*. *Sursum corda* deve ser o nosso brado e o nosso esforço, aquecido pelo amor da patria, pela esperança da patria. Convençamo-nos de que o paiz ainda se póde salvar; por isso fazia um appêllo ao patriotismo de todos e brindava aos municipios portuguezes».

O snr. conde de Restello, depois de saudar a familia real, disse que a iniciativa que a cidade do Porto havia tomado era nobilissima, e que esta terra tão notavel nas luctas do trabalho, mais uma vez affirmava pujantemente a sua virilidade. Terminando, saudou a camara do Porto.

O snr. conselheiro Costa e Almeida levantou-se, mais uma vez, por um motivo altamente sympathico. Disse que a commissão directora da

celebração do centenario recebera petições dos presos das cadeias civis de Lisboa (1), Porto e Braga solicitando a intervenção da mesma commissão a fim de lhes serem commutadas as penas que estavam soffrendo, por crimes praticados em virtude de uma allucinação de momento, commemorando-se d'est'arte, por mais uma fórma, o 5.º centenario do nascimento do Infante D. Henrique. Não tinha duvida em formular essa petição, perante S. M. el-rei, desde que se pede o exercicio de uma das mais bellas prerogativas do poder moderador, e desde que o monarcha portuguez é naturalmente bondoso. Dirigindo-se especialmente á rainha, disse que via em S. M. o symbolo do amor e da caridade; por isso supplicava-lhe que intercedesse junto de seu augusto esposo para que as penas dos referidos presos fossem commutadas *(movimento de assentimento de S. M. a rainha)* e ficava certo de que melhor advogado não podia ter uma causa tão santa como esta; por isso, levantava um brinde especial a S. M. a rainha, brinde que foi calorosamente correspondido.

S. M. el-rei respondeu: «Fiquem descansados que não esquecerei o brinde que acaba de ser feito e creiam que é para mim a melhor das prerogativas da corôa a que me permitte commutar ou perdoar penas» (2).

(1) A carta dos presos das Cadeias de Lisboa é assim concebida:

«*Ex.*mo *snr.* — Tomo a liberdade de me dirigir a v. ex.ª, em nome dos presos que se acham cumprindo sentença na Cadeia civil central de Lisboa, impetrando o seu generoso auxilio para, por occasião da inauguração dos festejos do centenario, fazer chegar ás mãos de S. M. el-rei um memorial que teremos a honra de enviar a v. ex.ª, em caso affirmativo, pedindo a commutação de penas.

Parece-nos que a rememoração dos factos mais grandiosos da nossa historia, essa evocação dos feitos de heroes que são a eterna gloria d'esta pequena nação, será um momento bem proprio para o poder moderador exercer uma das suas mais bellas prerogativas.

A sociedade não levará a mal, tambem, que sejam restituidos ao seu convivio um grande numero de desgraçados, que circumstancias muitas vezes imperiosas arrastaram ao crime, e que, se é certo que delinquiram uma vez, é certo tambem que, antes d'esse delicto, que a sua consciencia será talvez a primeira a reprovar, tiveram uma existencia irreprehensivel, e estão pagando com annos de soffrimento o delirio ou a fatalidade de um mau momento.

Espero dever a v. ex.ª a fineza de uma resposta, para procedermos em harmonia com ella. — De v. ex.ª, cr.º m.to att.º ven.or e obrig.º — Cadeia civil central de Lisboa, 19 de fevereiro de 1894. — Emygdio Luiz de Moura, juiz da prisão n.º 5.»

As cartas dos presos das Cadeias do Porto e Braga eram concebidas quasi nos mesmos termos.

(2) El-rei, cumprindo a promessa feita no banquete, commutou as penas a differentes presos. O decreto relativo a essas commutações é do theor seguinte:

«Havendo-se associado jubilosamente a nação inteira ás festas com que na cidade do Porto foi celebrado o quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, cuja memoria gloriosa ficou consagrada com a mais brilhante demonstração de fervoroso e vivaz patriotismo; e querendo tornar mais solemne aquelle centenario, e perduravel a sua recordação com um acto de clemencia regia, quanto seja compativel com a segurança commum e com a disciplina militar: hei por bem, ouvido o conselho d'estado, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Aos réus civis, condemnados por sentença passada em julgado á data do presente decreto, em penas maiores, fixas ou temporarias, de qualquer natureza, e em penas correccionaes de prisão ou desterro, fica perdoada a quarta parte da condemnação.

Art. 2.º Aos réus condemnados em pena de prisão militar por sentença passada em

O aspecto do interior do edificio da camara era magnificente. O atrio, transformado em jardim, achava-se guarnecido de formosissimos fetos. Outro tanto acontecia em toda a escadaria, vendo-se na parede do patamar do primeiro lanço de escadas tres ricos espelhos com molduras douradas, encimados por tres grandes trophéus de bandeiras portuguezas, de seda. Os corrimões do segundo lanço de escadas, dominado por quatro bellos fetos arboreos, revestiam-se de camelias, sobresahindo no alto duas bellas serpentinas de gaz, rodeadas de plantas ornamentaes.

O aspecto do salão dos retratos, transformado em sala de fumo, era por igual surprehendente. Ao centro d'essa sala erguia-se uma elegante columna encimada por uma formosa *cyca*. Agrupados em volta da mesma columna viam-se alguns dos mais ricos estandartes das camaras municipaes que figuraram no cortejo civico, e em volta, na base da columna, numerosos vasos de plantas ornamentaes. Nas paredes da sala, além de cortinados de damasco encarnado, ostentavam-se numerosos trophéus formados com as restantes bandeiras e estandartes dos municipios. A illuminação, a gaz, era muito profusa.

O gabinete da presidencia e a sala da repartição de obras foram artisticamente transformados para servirem de aposentos a SS. MM. el-rei e a rainha. No gabinete, com especialidade, estavam objectos sumptuosissimos e do mais fino gosto.

Durante o repasto tocaram na sala do fumo as bandas de caçadores 7 e de infanteria 7. A guarda de honra foi feita por um piquete de bombeiros municipaes.

O serviço foi fornecido pela conceituada Confeitaria Portugueza, do snr. Francisco Julio Cascaes, inquestionavelmente o primeiro estabelecimento que, n'este genero, possuimos. O jantar, composto de pratos finissimos, constituiu um verdadeiro primor culinario, que os convivas mais exigentes celebraram com palavras de muito elogio.

julgado, á data a que se refere o artigo precedente, fica perdoada a quarta parte da condemnação, e do mesmo modo fica perdoado egual tempo de pena ás praças de pret do exercito e da armada condemnadas em penas maiores temporarias e deportação militar.

Art.º 3.º Nas disposições dos artigos antecedentes não são comprehendidos os réus que tiverem obtido por indulto geral ou especial commutação ou diminuição das penas respectivas. nem aquelles que, tendo sido accusados por parte offendida, não tiverem obtido perdão d'esta,

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'Estado dos negocios da fazenda e interino dos negocios estrangeiros, e os ministros e secretarios d'Estado das differentes repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paço em 23 de março de 1894. — REI. — ERNESTO RODOLPHO HINTZE RIBEIRO, JOÃO FERREIRA FRANCO PINTO CASTELLO BRANCO, ANTONIO D'AZEVEDO CASTELLO BRANCO, LUIZ AUGUSTO PIMENTEL PINTO, JOÃO ANTONIO BRISSAC DAS NEVES FERREIRA, CARLOS LOBO D'AVILA.

CAPITULO VI

Os prelados portuguezes (não todos, mas quasi todos) dirigiram ao clero e fieis das suas dioceses eloquentes cartas-pastoraes convidando-os a collaborar na celebração do centenario ([1]). A que o eminentissimo cardeal D. Americo, bispo do Porto, dirigiu ao seu clero, é do theor seguinte:

Nos primeiros dias de março proximo ha-de solemnisar-se n'esta invicta cidade o 5.º centenario do infante D. Henrique com diversas manifestações festivas, inaugurando-se-lhe, então, a fundação de um monumento e prestando-se-lhe as honras de respeitoso cortejo civico.

E, com effeito, perpetuar em monumentos a memoria de varões illustres, que pelos fulgores de seu genio, pela grandeza dos seus feitos e pelo heroismo das suas virtudes, se tornaram crédores do amor dos proprios e do respeito e admiração dos estranhos, foi sempre tributo imposto e acceito pela gratidão dos que ficam, em honra e glorificação dos que foram.

Moles, todavia, de granito, marmore ou bronze póde haver que nem signifiquem relevantes meritos de um heroe, nem traduzam sincera admiração e reconhecimento de um povo. As paixões, o interesse e o servilismo procuram muitas vezes exaltar os mortos para adular, ou ferir os vivos.

No monumento, porém, que vai levantar-se, e nas homenagens civicas que em luzido cortejo vão render-se ao inclito infante, digno filho de D. João I — podemos dizer, sem receio de erro, ou mescla de vaidade, que nem ao cortejado falta radiante corôa de subidos meritos a aurear-lhe a fronte, nem aos cortejantes fallecem pureza e justiça de motivos para fervorosas expansões de preito.

E, na verdade, *braço ás armas feito,* o nosso infante operou em Ceuta,

---

([1]) Na secção — *Notas* — daremos cabida ás pastoraes dos prelados do Algarve, Funchal e Angra do Heroismo.

contra os inimigos da Cruz, prodigios taes de coragem, arrojo e valor, que bem pódem servir de exemplo para ensinar ao soldado o que seja intrepidez e bravura.—*Mente* ás sciencias *dada,* fundou a famosa eschola de Sagres; concebeu e levantou novos mappas; á sua custa construiu, equipou e expediu caravellas a buscar, mar em fóra, novas terras e novos povos; por seus instruidos e corajosos navegantes, descobriu ilhas valiosas, como a Madeira, dobrou cabos, como o Bojador, penetrou no mar que por temido chamavam *tenebroso,* passou da terra dos mouros a terra dos negros—iniciou, emfim, essa epopeia de descobertas e de façanhas, que lendarias pareceriam hoje, se não tiveramos sinceros chronistas para descrevel-as, e poetas inspirados para cantal-as.—Coração á virtude aberta, foi modêlo de moralidade christã; e tanto reconhecia e apreciava o valor d'ella, que para seus familiares e servidores só admittia os que fossem verdadeiramente virtuosos. Bem sabia elle que a Fé levanta forças para vencer obstaculos, e que a prudencia as modera para evitar desastres.

Deixando, porém, os factos, e attendendo sómente aos fins a que mirava o nosso infante, mais salientes se tornam ainda os relêvos da sua grandeza moral. Quer dispendendo esforços e arriscando a vida nas batalhas de terra, quer sacrificando descanso e fazenda nas emprezas do mar, seu intuito generoso, levantado e nobre foi sempre—a honra e augmento da religião e da patria.

Direito, portanto, e bem titulado tem o infante ás homenagens que vae tributar-lhe esta nobre cidade, que lhe foi berço, e com ella toda a nação portugueza. E da sinceridade d'ellas ninguem, por certo, poderá duvidar. Quinhentos annos depois da existencia do infante, não ha vaidades a satisfazer, nem lisonjas a dispensar, nem honras e beneficios a adquirir—ha sómente o reconhecimento, embora tardio, de uma divida sagrada a pagar.

Justo é, pois, que todos cooperem para tornar, quanto possivel, grandiosa a manifestação d'essas homenagens; e que a par do commercio e da industria, a quem o infante descobriu novas praias e novos portos; a par do exercito, a quem legou sempre exemplos de intrepidez e valor; a par dos homens da sciencia, a quem deixou norma para fundação de escholas uteis,—appareça tambem o clero, que deve ao infante testemunhos de gratidão pelo seu empenho e zelo na propagação do Evangelho, esse codigo divino, fonte de consolação e amor, base da civilisação e progresso.

Benemerito do Estado, o infante não é menos benemerito da Igreja; se honrou a patria de que era filho, honrou tambem a religião de que era crente.

Recommendamos, pois, ao ex.^mo^ cabido, revs. parochos e mais clero d'esta cidade, se encorporem no projectado cortejo civico, tomando n'elle o lugar competente que lhes fôr destinado; e rogamos a cada um dos revs. presbyteros que não tenham intenção obrigada, celébre uma vez, durante os festejos do centenario, o santo sacrificio da missa pelas prosperidades da patria.

Mostrará assim o clero que debaixo dos seus habitos, symbolo da renuncia ás vaidades do mundo, pulsam corações de portuguezes, que não renunciam á honra, augmento e gloria da patria.

Pela nossa parte fazemos tambem sinceros votos a Deus porque na cidade das iniciativas fecundas seja a celebração do centenario a mais fecunda das iniciativas.

Quando a patria se acha abatida pelos seus infortunios, amargurada pelos seus desastres, e quasi despedaçada pelo egoismo e desunião de seus filhos, louvavel é avivar-lhe a lembrança dos antigos e assignalados varões que pela sua crença, abnegação e virtudes souberam e quizeram engrandecel-a e glorifical-a.

Que as festas do centenario sejam inicio de rejuvenescimento moral, que imprima á nação energia e força, é o nosso vehemente desejo, e crémos que o desejo de todos que se honram de ser portuguezes.

Esta provisão, depois de registrada, será remettida ao ex.mo cabido e aos revs. parochos, e estes, depois de a lerem á estação da missa conventual, d'ella darão conhecimento ao clero de suas respectivas freguezias.

O eminentissimo cardeal D. Americo, que é um dos prelados mais illustres da egreja lusitana, apezar dos seus padecimentos e quasi cegueira [1], compareceu em todos os actos em que a sua presença era reclamada. Foi elle quem, revestido de pontifical, procedeu á benção da pedra fundamental do monumento, como em outro logar referimos.

N'esta, e ainda em outras solemnidades religiosas, foi o illustre chefe da egreja portuense acompanhado pelo rev.mo bispo de Echino, actual coadjuctor e futuro successor do prelado de Lamego. S. ex.a, a quem o Estado e a egreja devem relevantissimos serviços, larga e desinteressadamente prestados em Africa e na India, encorporou-se tambem no cortejo civico, tomando logar entre a deputação da Sociedade de Geographia, a que pertence.

N'este logar convém dizer que o clero, especialmente o parochial, contribuiu tambem efficazmente para o brilho das festas do centenario; além de, por occasião da leitura da carta-pastoral do eminentissimo cardeal, ter-se referido á alta significação das festas com que a cidade do Porto honraria a memoria d'um dos seus mais egregios filhos, assistiu ás principaes solemnidades, encorporando-se egualmente no cortejo. Procedeu perfeitamente, e nem outra coisa era licito esperar dos sentimentos patrioticos do clero portuense.

Academia litterario-musical — Os alumnos do Seminario Diocesano, desejando tambem commemorar o centenario do infante, promoveram e realisaram duas academias litterario-musicaes, que estiveram animadissimas.

O programma da primeira foi o seguinte:

«Hymno do centenario do Infante D. Henrique», por A. Keil, a vozes e instrumentos, pelos seminaristas.

«O quinto centenario do Infante D. Henrique», discurso composto e recitado pelo seminarista Francisco Rodrigues do Valle, alumno do 1.º anno theologico.

«Ao Infante D. Henrique», poesia, por A. Moreira Bello, recitada pelo seminarista Antonio Vieira da Costa Junior, alumno do 1.º anno theologico.

---

(1) O venerando prelado, pouco depois de encerradas as festas do centenario, partiu para Lisboa onde se sujeitou á melindrosa operação da cataracta, que, felizmente, foi realisada com os melhores resultados.

Concerto de ocarinas pelos seminaristas — «In promptu», para piano, por A. T.

«O Infante D. Henrique e a navegação», discurso composto e recitado pelo seminarista Antonio Ignacio da Costa e Silva, alumno do 3.º anno theologico.

«Duas patrias», poesia recitada pelo seminarista Camillo Martins de Oliveira, alumno do 2.º anno theologico.

Concerto de Ocarinas, pela estudantina do Seminario.

«Crença e mar», discurso composto e recitado pelo seminarista Antonio Maria Nunes, alumno do 3.º anno theologico.

«O missionario», poesia recitada pelo seminarista Eduardo Nogueira, alumno do 2.º anno theologico.

Côro «La carità», pelos seminaristas cantores, acompanhado a piano.

Na segunda Academia executou-se o seguinte programma:

Hymno do centenario do Infante D. Henrique, por A. Keil, a vozes e instrumentos, pelos seminaristas.

«O Infante D. Henrique e os preceitos da sua epocha», discurso composto e recitado pelo seminarista Francisco Correia Pinto, alumno do 1.º anno theologico.

Composição musical pelo violinista amador rev. Antonio José Perry, abbade de Covellas.

«Estancias ao Infante D. Henrique», recitadas pelo seminarista Americo Augusto de Carvalho Borges, alumno do 1.º anno theologico.

Concerto de ocarinas, pelos seminaristas.

«Infante D. Henrique e o cabo Bojador», discurso composto e recitado pelo seminarista David Teixeira alumno do 2.º anno theologico.

Trecho musical, pelo rev. abbade de Covellas.

«Patria», poesia recitada pelo seminarista Albino de Sousa Moreira, alumno do 3.º anno theologico.

Côro «La carità», pelos seminaristas cantores.

«A' grandeza do Infante — Gloria!», discurso composto e recitado pelo seminarista Theotonio Nunes Ferreira de Moura, alumno do 3.º anno theologico.

Trecho musical, pelo rev. abbade de Covellas.

«A primeira descoberta», poesia composta e recitada pelo seminarista Francisco Rodrigues do Valle, alumno do 1.º anno theologico.

«In promptu», para piano, pelo rev. Moreira Pinto, professor de musica do Seminario.

Hymno do Infante D. Henrique.

Tambem compareceu a Officina de S. José executando a respectiva banda o hymno do centenario e outra peça.

No recolhimento do Bom Pastor — Sua Magestade a rainha foi visitar, na manhã do dia 5, este utillissimo instituto, cujos serviços relevantes a intolerancia de muitos tem, por vezes, pretendido amesquinhar. Fundado para dar guarida ás desventuradas que o vicio perdeu, tem nobremente desempenhado esta tão sympathica missão. A infeliz, para quem o mundo só teve desconfortos, privações e miserias, encontra alli, na paz serena d'aquelle carinhoso asylo, o trabalho que é a saude do corpo, e a

oração que é o doce encanto e o supremo allivio da alma. Quantas desventuradas não tem aquelle prestimosissimo asylo convertido em honestissimas donas de casa?... O espirito liberal, tal qual entre nós se comprehende e exerce, condemna estes institutos por que apenas vê n'elles outras tantas dependencias d'aquillo a que se chama — seita reaccionaria! Mas não lhes oppõe outros estabelecimentos que vizem aos mesmos fins salutares, não procura contrapor-lhes outros asylos que realisem a mesma obra altamente moralisadora, e se encontra, desamparada e perdida, alguma d'essas infelizes que a má educação ou má sorte perderam, longe de a amparar e soccorrer, deixa-a caminhar ao longo da estrada do vicio e da miseria em que teve a desgraça de entrar.

O recolhimento do Bom Pastor é, sem duvida alguma, uma casa proveitosissima e digna da maior estima e sympathia. Confiado a uma commissão directora, composta de senhoras, tem tido um extraordinario desenvolvimento mercê do modo como é administrado e dirigido, e dos donativos que recebe para fazer face ás despezas a que é obrigado. E quando todos se compenetrarem da utilidade d'este instituto e dos relevantissimos serviços que presta, a sua existencia ha-de ser mais desafogada e a sua acção, portanto, mais larga e mais proficua.

S. M. a rainha, que era acompanhada pela snr.ª condessa de Seizal e pelos snrs. ministro do reino, conde de Sabugosa e conselheiro Campos Henriques, foi recebida por uma grande deputação de senhoras, entre as quaes as desveladas directoras do recolhimento: Condessas do Côvo e Samodães, D. Maria Izabel Côrte Real, D. Maria Marfida de Souza Guedes, D. Livia Braga, D. Maria Souza Guedes, D. Marianna de Menezes Brandão, D. Maria da Natividade Campos Henriques, D. Ignez Guedes Cabral, D. Anna Guedes da Costa, D. Julia Alves Ribeiro, D. Julia Guedes, D. Marianna Cyrne, D. Laura Castro Neves, D. Emilia Côrte Real, D. Joaquina Velloso e outras ainda, a quem a excelsa princeza felicitou vivamente pela obra de caridade e rehabilitação em que tanto se empenharam.

S. M. visitou todas as dependencias do recolhimento, ficando encantada com a boa ordem em que tudo se achava. No salão nobre, previamente decorado para receber a excelsa princeza, uma das recolhidas, creança ainda, leu a seguinte mensagem:

Senhora: — A visita de V. M. a esta casa de caridade é um beneficio do céu que nos cumpre agradecer humilhadas.

«Desce V. M. os degraus do throno e vem a este humilde recolhimento, onde encontra pobres recolhidas, açoutadas pela desventura, mas decididas a sopeal-a pelo trabalho e pela oração.

«Presagiava-nos o coração uma fortuna que o espirito não podia explicar. Hoje a comprehendemos indo além dos nossos mais ardentes anhelos. E' a presença de V. M. no meio de nós, que nos rejubila e fortalece.

«Resoluta e firme é a nossa vontade para proseguirmos na estrada do

bem, escutando e cumprindo as sabias lições que nos dictam as nossas prestimosas directoras.

«Mas se algum incentivo nos fosse necessario, veio V. M. trazel-o, porque deparamos em V. M. o modêlo de todas as virtudes.

«A suave consolação que V. M. nos veio conceder, multiplique-a Deus mil vezes, dando a V. M. e aos seus augustos filhos dilatada vida com abundante cópia de bençãos.

«Conceda-nos V. M., senhora, mais uma graça: consinta que nos acerquemos da sua augusta pessoa, osculando a sua régia mão.

Terminada a leitura, ajoelhou, entregando a S. M. esta mensagem, encerrada n'uma rica pasta de setim branco e forrada de *faille* azul claro com fitas *moirée* branca. Na parte superior da mesma pasta viam-se primorosamente pintadas as armas portuguezas e as da casa de Orleans.

Vem a proposito dar uma ideia, ainda que rapidamente, do modo como se acham montadas as officinas d'este Recolhimento, onde trabalham 116 infelizes que alli foram encontrar lenitivo ás suas desventuras.

A primeira officina é a de brunir, onde se vêem numerosas mezas proprias para este trabalho, e uma machina de brunir peitos de camisa, aquecida a gaz, das mais aperfeiçoadas e modernas. Ha ainda outra machina de os aquecer, outra para os limpar, e duas de calandrar roupa lisa.

Segue-se o deposito de roupa para a lavanderia, e ao lado d'esta a officina de metter em gomma.

Entra-se na lavanderia, que é, de todas, a officina mais vasta. Em roda estão dispostas as tinas para a lavagem da roupa, cada uma das quaes tem duas torneiras de metal para agua fria e quente. Ha tambem tanques de pedra para a ultima lavagem da roupa, e uma machina muito aperfeiçoada para torcer a roupa por meio da pressão de ar, e d'onde ella sahe quasi sêcca. Esta machina, como de resto quasi todas as que alli se encontram, foram fabricadas na fundição do Ouro.

D'esta officina passa-se para a casa do motor, onde existe este na força de 10 cavallos. Ao lado um elevador mechanico para conduzir a roupa para o enxugadouro, e um moinho para grão, que á hora da visita régia estava em toda a sua actividade, produzindo farinha de milho para gasto do Recolhimento. Ha ainda uma camara de concentração do vapor de agua, que serve para a agua da lavanderia.

A machina é dirigida por uma das recolhidas.

Depara-se depois com estufas, organisadas segundo o systema mais aperfeiçoado, de fórma que uma peça de roupa que alli entre fica completamente sècca em cinco minutos, e sem defeito algum.

O Recolhimento possue ainda varias machinas de costura e de fazer meia.

Das officinas sóbe-se para o dormitorio, onde se vêem as camas dispostas em tres filas, com as suas colchas de chita de ramagens, e ao lado

de cada cama um modesto lavatorio de ferro com toalha e um pequeno alguidar de barro amarello.

Ao lado d'este salão fica o salão da costura.

N'uma casa ao lado das officinas existe o deposito da roupa branca cuja confecção é excellente ([1]).

S. M. a rainha, ao retirar-se, manifestou a excellente impressão que lhe causara esta visita, tão agradavel ao seu coração de mãe. Essa mes-

(1) Este prestimoso instituto foi ultimamente visitado pelos snrs. José Joaquim Rodrigues de Freitas e Joaquim de Vasconcellos e suas esposas, que deixaram escripto no livro dos visitantes o seguinte:

«A apreciar pela visita, que me deixou tão agradaveis impressões, este instituto é mais uma prova de que não raro a immoralidade é antes um resultado de má educação que de má natureza. Quantas vezes o mundo condemna e despreza creaturas que só carecem de intelligentes cuidados de familia, ou de sêres caridosos, para serem talvez melhores que seus impiedosos ou ignaros julgadores! — *Rodrigues de Freitas.*»

«Faço os mais sinceros votos pela prospera sorte d'este estabelecimento, cujos fins admiro e applaudo do coração, e que me parece digno de protecção e auxilio de todos os meus compatriotas. — *Joaquim de Vasconcellos.*»

«Acompanho meu marido nos votos que elle faz pela prospera sorte d'esta casa, que tenta rehabilitar pelo trabalho e pelo ensino as infelizes que não tiveram paes ou mestres que as acostumassem ao bem. — *Carolina Michaelis de Vasconcellos.*»

«L'influence des bons exemples et du travail transforme le mal en bien. — *Luiza Rodrigues de Freitas.*»

Suppômos que ninguem averbará de ultramontanos aquelles cavalheiros, principalmente o primeiro que, já na imprensa, já no parlamento, tem combatido vigorosamente a reacção religiosa. O Recolhimento do Bom Pastor, porém, pela sua organisação, pelos seus intuitos, pela sua acção rehabilitadora e pelos processos que adopta para a regeneração das infelizes que tem a ventura — após tanta desdita — de entrar n'aquelle amoravel recinto de tranquilidade e paz, está completamente fóra dos principios por que se regem as casas propriamente ditas religiosas, isto é, os internatos de menores confiados a irmãs hospitaleiras. Se estes podem ser combatidos pelo que de mysterioso existe na sua maneira de educar, o recolhimento do Bom Pastor, franco a quem o queira visitar, aberto a todos quantos desejem vel-o, deve ser patrocinado pela manifesta utilidade da sua missão. Claro é que, pela essencia mesma da sua constituição, este asylo reveste a mais accentuada feição religiosa, elemento, a nosso vêr, essencialissimo para a realisação perfeita dos fins a que viza. A infeliz que um dia conseguiu parar a meio do pendor fatal em que resvalava para o abysmo, só encontra no seio da religião o balsamo consolador para as feridas da sua alma. Uma palavra de paz, uma esperança que lhe sorri no enlevo da sua crença, bastam para a consolar na sua desgraça. Fóra da religião, como se conseguiria rehabilitar completamente a desventurada que prevaricou?...

Firmemente cremos que estas casas, de resto confiadas a senhoras dedicadissimas e cheias de zêlo pela piedosa obra a que se consagraram, estão destinadas a ser uma grande utilidade no nosso meio social, onde desgraçadamente se condemna o vicio sem se procurar impedil-o por qualquer fórma proveitosa. Ou impellida pela sua má sorte, ou victima d'uma educação imperfeita, ou arrastada por qualquer das mil circumstancias que atiram a creatura á lama, a mulher perdeu-se. Que faz a sociedade?... Registra-a, em nome da ordem e da disciplina policial; entrega-a á auctoridade que, não a protegendo, não procurando corrigil-a, a pune pela mais insignificante falta; estabelece para ella leis odiosas; não a defende contra os que a exploram. Se essa desgraçada, attentando na sua miseria, pretender emendar-se, a sociedade o que faz?... Acceita-a, acarinha-a, salva-a?... Não, volta-lhe as costas, abandona-a á sua situação miserrima; se a vê chorar ri-se e passa adeante, indifferente, não comprehendendo que da alma da mulher brotam ás vezes lagrimas tão sagradas que bastam para lavar de toda a mancha uma existencia inteira. Assim desprotegida, que ha-de fazer a infeliz?... Ou continuar ou morrer. E' o dilemma fatal em que a sociedade a colloca.

E' por isso que calorosamente applaudo tambem os corações honestos que fundaram a casa do Bom Pastor, e que aproveito o ensejo para render a minha homenagem ás senhoras que tão sabiamente a dirigem, pondo toda a sua dedicação ao serviço de obra tão humanitaria e tão civilisadora.

*

ma impressão é a de todos quantos visitam tão proveitoso asylo e comprehendem o alcance moral e social da sua gloriosa e sacratissima missão [1].

Em Gueifães — Inauguração d'uma eschola. — As festas do centenario foram tambem assignaladas com a inauguração d'uma eschola construida na freguezia de Gueifães, concelho da Maia, pelo capitalista o snr. Joaquim Carlos da Silva, natural d'aquella localidade. A eschola construida e mobilada por aquelle benemerito da instrucção popular, e por elle entregue á respectiva Junta de parochia, é um explendido edificio, satisfazendo a todas as exigencias da moderna pedagogia. No concelho não se encontra outro tão importante como este.

O acto da inauguração esteve muito lusido; ao longo da estrada, que como todas as do Minho, é lindissima, gosando-se panoramas esplendidos e paysagens deliciosas, as raparigas, com os seus trajes de festa, atiravam flores á familia real; no logar do Telheiro, pertencente ao concelho de Bouças, achavam-se o respectivo administrador e alguns vereadores municipaes do mesmo concelho e muito povo com uma banda de musica. Das janellas das poucas casas do sitio pendiam colchas de damasco com largas toalhas de renda. A bem dizer começaram ahi as manifestações aos régios excursionistas, por isso que no ar estrallejaram numerosos foguetes, o povo saudou os monarchas, rodeando o carro na ancia de vêr de perto os personagens régios, e a phylarmonica executou o hymno real.

Em S. Mamede de Infesta, um dos lugares mais pittorescos dos nossos arrabaldes, estava tambem muita gente, entre a qual se destacava um bello grupo de guapas aldeãs sobraçando cestinhos com flores. Logo que o carro appareceu houve immenso foguetorio, musica, vivas. As raparigas cobriram SS. MM. e AA. de flores, gentileza que os régios excursionistas agradeceram.

Na Ponte da Pedra achavam-se a camara municipal da Maia com o seu estandarte, o administrador do concelho, o presidente da camara municipal de Bouças, o rev. abbade de Leça do Balio e os snrs. viscondes de Villarinho de S. Romão e de Pereira Machado, Antonio Simões Lopes, Augusto Guimarães, Antonio Girão, Luiz Woodhouse, Antonio Teixeira de

---

(1) S. M. a rainha, além d'esta visita ao recolhimento do Bom Pastor, visitou tambem a Creche de S. Vicente de Paulo, uma das intituições mais sympathicas que esta cidade possue. Acompanhada de seu esposo e de seus filhos foi tambem ouvir missa á capella do Recolhimento das Orphãs de Nossa Senhora da Esperança, a S. Lasaro, missa que foi celebrada pelo ex.mo Cardeal D. Americo. Visitou egualmente a egreja da Ordem do Carmo, onde se achavam expostos os andores que costumavam figurar na procissão do Triumpho, que d'aquelle templo sahia em sexta-feira de Ramos.

Os principes, acompanhados da snr.a D. Isabel Saldanha e do conde de Sabugosa, foram tambem ouvir missa á capella da officina de S. José. SS. AA. mandaram entregar uma condeça com doces para os albergados e a quantia de 25:000 réis para melhoria do jantar.

Na officina de sapateiro foi offerecido ao principe real um par de botas, que S. A. calçou immediatamente.

Mello, etc. Como se sabe, é na Ponte da Pedra que começa o concelho da Maia e por esse motivo elevou-se alli um vistoso arco com esta inscripção: «O concelho da Maia». Como nos lugares já percorridos pelos regios excursionistas, queimaram-se muitos foguetes e lançaram-se muitas flôres ao carro real.

No lugar de Catasol havia tambem um apparatoso arco com a inscripção: «A freguezia de Gueifães», sendo já ahi muito numerosa a gente do campo. Em todas aquellas redondezas, como que a um signal préviamente combinado, subiram ao ar numerosos foguetões, e as musicas — nada menos de cinco que alli se reuniram — tocaram o hymno real. Formosas moças com açafates de flores, postadas a um e outro lado da estrada, despediram nuvens de petalas. A estrada para Gueifães é estreita e o povo apinhava-se em massa; por isso o prestito seguiu devagar até ao bello edificio escholar, que occupa uma área de terreno bastante grande.

SS. MM. e AA. entraram na sala da eschola, muito arejada e banhada de luz, e tomaram lugar n'um throno improvisado, sobrepujado por uma corôa e sceptro de prata. No frontal da porta lia-se em lettras de ouro: *Abri escholas para instruir o povo e sereis verdadeiros obreiros da civilisação e do progresso da sociedade.* A familia real foi recebida á porta pelo benemerito snr. Joaquim Carlos da Silva, pelo rev. Joaquim Francisco da Silva e Costa, Manoel José dos Santos Torres, José de Souza Rangel, Sebastião Costa e outros. As snr.[as] D. Anna de Oliveira Mouta, irmã do doador e D. Emilia da Silva Branco entregaram a SS. MM. lindissimos ramos de flores naturaes. Aos principes foram tambem offerecidas pombas.

O presidente da camara, snr. José Maria Augusto da Costa, leu a seguinte allocução congralutoria pela ida a Gueifães dos monarchas, na nobilissima missão de inaugurar uma eschola devida á generosidade particular:

Senhor: — A camara municipal do concelho da Maia tem a subida honra de vêr dentro dos seus muros os excelsos monarchas portuguezes.

Dignou-se V. M. acceder ao pedido que lhe fez esta municipalidade, vindo abrilhantar esta festa com a sua real presença. Dignou-se tambem V. M. consentir que esta eschola tivesse o nome do augusto primogenito de V. M., eschola cujo edificio um benemerito filho d'esta terra, Joaquim Carlos da Silva, levantou e mobilou, lembrando-se da necessidade da instrucção das creancinhas, que são suas patricias, e, por uma associação de ideias muito bem conhecida lembrou-se do augusto filho de V. M.

Senhor, é tão distincto o procedimento do benemerito cavalheiro que fundou este templo á instrucção, é tão honroso para nós esta acquiescencia de V. M., que o municipio da Maia terá uma pagina gloriosa na sua historia, escripta com lettras de ouro, e que testemunhará á posteridade a prestimosa iniciativa de um benemerito e a gloria de um monarcha que sabe premiar a virtude.

Deus guarde por largos annos a preciosa vida de V. M. e de S. M. a rainha e a de SS. AA. os principes para gloria do nome portuguez e honra da

nação que tão sabiamente é regida por V. M.—Maia, 6 de março de 1884.— o presidente da camara, José Maria Augusto da Costa.

Em seguida a snr.ª D. Justina dos Santos Torres, filha do presidente da commissão dos festejos, snr. Manoel José dos Santos Torres, leu tambem a seguinte mensagem de agradecimento por tão honrosa visita áquella freguezia:

Senhor—Humildes filhas d'esta obscura freguezia, vimos pessoalmente, e em nome de nossas companheiras, felicitar pela primeira vez a V. M., que, não obstante as suas innumeras e incessantes fadigas, se dignou vir pessoalmente inaugurar a eschola d'esta terra, com a qual o governo de V. M., e um nosso generoso patricio satisfizeram a uma das suas mais instantes necessidades.

Inaugurando-a, pois, pessoalmente, V. M., dá o testemunho mais irrecusavel de quanto verdadeiramente se interessa pela instrucção do seu povo, concorrendo assim para ministrar-lhe o pão do espirito fazendo-o virtuoso e sinceramente liberal.

Digne-se pois V. M. acceitar este humilde testemunho, como prova dos sentimentos de verdadeira e filial dedicação que nutrimos pela augusta pessoa de V. M., e bem assim os votos que endereçamos a Deus pela conservação da preciosa vida e saude de V. M. e de toda a familia real, como todos havemos mister.—Gueifães, 6 de março de 1894.—Justina dos Santos Torres, Anna de Oliveira Mouta, Emilia da Silva Branco.

O rev. conego dr. Alves Mendes discursou por espaço de cerca de uma hora, recordando a benemerencia do doador d'aquella eschola e exaltando as virtudes de S. M. a rainha. Referindo-se ao sentimento patriotico que n'este momento fazia vibrar a alma portugueza, proferiu as seguintes eloquentes palavras:

A patria, pois, é a herança material e a herança moral havida dos maiores, é, emfim a tradicção; e o respeito e amor da tradição é o genuino respeito e amor da patria. A patria é a tradição de raça e de sangue, a tradição de dominio e de trabalho, a tradição de posse, de crença, de culto, de lingua, de historia. A patria é esta gleba riscada á ponta de lança e firmada á força de fé por inclitos avós, que a legaram, inteira e sagrada, ao goso de seus netos. A patria é o esforço heroico de paes convertido em honrado alimento e bem-estar para seus filhos. A patria é o passado, presente e futuro do mesmo povo, unindo-se e reconhecendo-se, medrando e produzindo, arreigando e bracejando no mesmo espaço. A patria é a independencia e a riqueza, a unidade e a perennidade, a origem e a sorte, o ideal e a esperança, o escudo e a bandeira, a cruz e a espada de um paiz. Possessões antigas, creações antigas, virtudes antigas, nomes, brazões, honras, memorias e glorias antigas,—eis a patria na sua pujança nativa, na sua vigorosa e pompeante expressão: eis a obra e o genio, o coração e o caracter, a alma e a vida de nossos paes. Quem dessoldar esta cadeia material que prende ascendentes a descendentes, e esta cadeia moral que liga e identifica gerações a gerações, é um refinado egoista, um falso patriota, um abastardado membro social, um cidadão, um sujeito sem a minima ideia da patria e a minima consciencia da historia patria.

E quão épica, assombrosa e resonantissima historia! Parece sobre-

humana á força de impossivel; parece irrealisavel, ainda realisada! E' fundida nos bronzes do heroismo e recamada das perolas da crença. Projecta os traços caracteristicos do valor e as fulgurações prismaticas da fé! Estrondeia como a voz dos furacões e scintilla como o disco dos astros. Tão grande é ella que nenhuma nação a tem maior, nenhuma; tal, que ninguem a tem melhor, ninguem. Foi burilada com o ferro das lanças, brazonada com o emblema da cruz, e assellada com o sangue dos martyres. Compõe-se de folhas da longitude do planeta, e compõe-se de lettras da altitude das estrellas. Chega de Ourique a Malaca; alastra-se, enrosca-se dos terminos do Atlantico aos terminos do Pacifico. Proclama todos os continentes perlustrados pelas nossas vistas, todas as ondas desfloradas pelas nossas quilhas. Porque, passados os tempos immortaes da reconquista, os tempos do grande *Lidador* Gonçalo Mendes, nado e creado n'esta opulenta região da *Maia*, em que nós nos encontramos, passados estes tempos, quando os nossos bravos se chamavam Vasco da Gama e Affonso d'Albuquerque, o nosso imperio era muito mais descompassado que o imperio de Alexandre e as nossas proezas muito mais espantosas que as proezas romanas. A terra gemia para aguentar o peso do nosso valente espirito; o sol via-se forçado a illuminar-nos perennemente os dominios; e, onde quer que o mar se revolvesse, beijava praias lusitanas. E em todas as zonas e em todos os climas, nas costas e nas selvas, nos prados e nos montes, nos areaes do deserto e nas constellações do firmamento, reluzia e reboava o nome santo, o nome magico, o nome bello de Portugal. Portugal! diziam as gargantas do Amazonas e as gargantas do Prata, as correntes do Zaire e as correntes do Ganges. Portugal! as florestas americanas e os palmares asiaticos, as ilhas occidentaes e os archipelagos levantinos. Portugal! os indios do Brazil e os indios do Malabar, os indigenas da Africa e as hordas da Oceania, as tribus da China e as gentilidades do Japão. Pois que o genio de Portugal, fulgurante e comburente, fulgurante á luz da crença e comburente á luz da gloria, tinha as suas azas distendidas sobre todo o orbe, como a envergadura do condor sobre o seu ninho!

Dá vertigens rememorar uma historia d'estas, magnetisa possuir uma epopeia tal, causa orgulho pertencer a um paiz semelhante. Porque, seja qual fôr a sorte d'este paiz, seja qual fôr a sua degeneração interna ou a ingratidão e brutalidade de estranhos, nem essa historia se desfaz nem essa epopeia se apaga; e, assim, o seu nome glorioso fica inteiro, imperecivel, incontaminado e radiante para sempre. E com o mesmo aprumo com que S. Paulo exclamava—*civis romanus sum*, qualquer de nós, ao relembrar taes tradições e ao descerrar tão puras glorias, póde levantar a cabeça, tem direito a levantar a cabeça e dizer a rosto aberto: sou cidadão portuguez. E se este cidadão portuguez, humilde que elle seja e insignificante que se prove, tem a ventura de repetir estas verdades diante do rei, póde ainda, dirigindo-lhe a plena voz, accrescentar com o poeta:

«E julgareis qual é mais excellente,
Se ser do mundo rei, se de tal gente.»

Eis o grandioso ideal, em que se inspira esta festa sublime:—o viventissimo ideal que move e exercita, que condensa e traduz, que visa e objectiva a egregia Eschola—*Principe da Beira*—inaugurada hoje soberanamente, incomparavelmente, n'esta freguezia de Gueifães;—ideal de uma evidencia deslumbrante que desperta as mais celebres tradições do passado, e de uma intuição commovedora que palpabiliza as mais instantes necessidades do presente; ideal excelso que, ao acto moral da caridade—um acto cheio de vida praticado por

um homem, junta o principio social do ensino — um principio cheio de luz utilizado por um povo; ideal celeste, trancendentalissimo que, preparando torneios de instrucção, — a mais adoravel das instrucções porque aponta para a creança, alcançará, desbordará enchentes de gloria — a mais perduravel das glorias por que aponta para o futuro. Ao todo e simplesmente — uma belleza, uma maravilha, uma immortalidade!

*

Saudemos, meus senhores, reverentes e reconhecidos, o magnanimo e eminente cidadão, iniciador d'esta Eschola; saudemos respeitosamente e calorosamente o snr. Joaquim Carlos da Silva. A sua obra é monumental, a sua memoria terá bençãos. Nos annaes da piedade e da instrucção primaria portugueza não ha, não póde haver paginas mais esplendidas e mais fecundas, que a setinosa pagina de suas benemerencias.

Admiravel é a gloria do talento, infinitamente admiravel é a gloria da virtude. O talento illumina, a virtude vivifica. Kant, discorrendo, é sublime; Vicente de Paulo, bemfazendo, é assombroso. Nem todos alcançam ser genios, nem todos podem ser doutores. Ha homens que pensam com a cabeça, e ha homens que pensam com o coração. Logram aquelles as maravilhosas inspirações da sciencia, possuem estes as utilissimas intuições da vida. Uns e outros são eleitos da fama, benemeritos da humanidade; mas só estes, genuinamente grandes, plenissimamente immortaes.

Quanto avultam os seus nomes; quanto fulguram esses caracteres, para os quaes as ideias são factos; nos quaes os affectos são obras; os quaes deixam após si um rastro do seu espirito, um pedaço da sua alma na vida real; que cumprem o dever pelo dever; que se movem ao bem por ser o bem; que passam a existencia realisando exemplificações notaveis e a terminam testando doações magnificas; que reconheceram sempre a Deus por pae e aos homens por irmãos; que foram, emfim, no tempo a soberana encarnação do merito, e serão na eternidade a suprema culminação da gloria!

Por isso ha muito que aprender, muitissimo que admirar e seguir no insigne procedimento d'esses illustres, na licção preclara d'esses varões gentilissimos. As suas lidimas virtudes religiosas e as suas prestimosas qualidades humanas transcendem todas as distincções e predominam sobre todas as grandezas na concorrencia do verdadeiro progresso e na convergencia do respeito publico.

Credo-o bem, meus senhores; crede-o profundamente. Não é só grande ou maior homem aquelle que, nos estadios do genio e nas pugnas da sciencia, se chama Leibnitz ou Galileu, Dante ou Buonarrotti, Shakespeare, Humboldt ou Victor Hugo. Mais aproveitam e se avantajam a todos esses, os que, nos campos da experiencia e nas luctas da vida pratica, dispartem os seus cuidados e os seus dinheiros em beneficio de seus irmãos; os que devotam as canceiras do seu trabalho e as melhorias da sua fortuna a desvalidos e a enfermos, aos necessitados de espirito e aos pobres d'elle. Aquelles terão sido heroes; estes são mais alguma coisa, por que têm sido redemptores. Aquelles tornaram-se gigantes, rivaes d'outros girantes; estes como que se tornam sobrehumanos, quasi rivaes de um Deus. Aquelles ampliaram ou esclareceram mundos, estes aperfeiçoaram ou salvaram homens. Aquelles têm creado glorias, estes têm operado milagres.

E assim os chamei perfeitamente grandes, superiormente immortaes;

porque elles, a bem dizer, não morrem, transfiguram-se, não vão para os jazigos do cemiterio, vão para as galerias da historia; a campa faz-se-lhes pedestal, quasi ara; o nome renasce-lhes, a todas as auroras, nos hymnos da infancia, e resurge-lhes, a todos os crepusculos, nas recordações da velhice; e até, pasmoso e posthumo condão do merito! até as mesmas pulverizações da cinza proveniente de seus corpos, parece que se volvem pulverizações de luz immanente nas santas memorias, que vingam sobreviver a elles!

Continuae, pois, distinctissimo cidadão, continuae como até aqui, inquebrantavel e primoroso, animando e engrandecendo a bella Escola que fundastes. Esta Escola, esta preciosa Escola monumentalisará, glorificará perduravelmente o vosso nome — esse modesto mas veneravel nome, para sempre assignalado de grandes meritos e acreditado de altos respeitos. *O dever pelo dever, sem olhar a censuras nem armar a recompensas!* tal a divisa do homem de bem, e tal a vossa divisa, e, consagrando-vos por tão briosa maneira, por tão fidalga e honrada maneira, aos fundamentos, aos progressos e aos serviços d'esta Casa, vós tendes cumprido patrioticamente, christianissimamente o mais augusto dos deveres. Não me reportarei agora a esses fundamentos, não recordarei esses progressos, nem avivarei esses serviços: seria pratear o ouro. Para estes bastará o galardão da consciencia e para aquelles sobrará o galardão da historia, e, por sobre uns e outros, distende-se peremptoriamente o galardão divino; — é certissimo o premio de Deus. Bem o sei: tracejando e executando a vossa obra eximia, feriu-vos e desgostou-vos, por vezes, o vento aspero da emulação, o genio torvo da contrariedade... Concebe-se perfeitamente. E' naturalissimo. Os grandes benemeritos foram sempre martyres de grandes injustiças; mas, cedo ou tarde, vingam e triumpham, chega-lhes o applauso publico e o reconhecimento universal, levanta-os a consciencia humana e premeia-os a justiça de Deus.

Continue, continue, portanto, a brilhar no azul da vossa crença e a prosperar no fervor da vossa caridade, em toda a sua plenitude, em completa florescencia e em copiosa exuberancia, esta Escola monumental, fóco absorvente e predilecto da vossa grande alma. E o vosso merito subirá sempre, e a vossa obra crescerá e valerá cada vez mais. Nobreza obriga; não desalenteis, avançae. Avançae, como até agora, infatigavelmente, heroicamente. E servireis, assim, de incitamento energico e exemplo memoravel, tereis um destino ditoso e um laurel immortal, — sereis abalisado na perennidade do vosso beneficio e na eternidade da vossa recompensa.

E quanto a vós, esperançosos alumnos, quanto a vós, que hoje deparaes aqui, a dar-vos luz como um grande pharol, a dar-vos alimento como uma bôa mãe, e a dar-vos abrigo como uma bella arvore, a famosissima Escola — *Principe da Beira* —, quanto a vós, banhae-vos a fundo e movimentae-vos a primor no esplendido ideal d'esta Escola. Fitae-o, a rosto alegre, n'uma attitude composta e firme, sem hesitações e sem medo. E' nobre, é elevada, é imponente

a missão social; mas difficil, espinhosa e cheia de amarguras. Preparae-vos para ella, acepilhae-vos, e acerae-vos para ella, porque as coisas arduas e lustrosas só se alcançam com trabalho e com fadiga, como diz o principe dos nossos poetas. Hoje ás fontes primarias da educação e da sciencia jorram limpidamente e abundantemente para vós: bebei sofregos. N'esta Escola presadissima tendes o melhor dos mananciaes. A religião e a patria cravam olhos penetrantes sobre vós. Nem vistosas galas, nem custosos adereços, nem heraldicos pergaminhos vos pedem; exigem-vos, sim, e exigem-vos imperiosamente as finas joias da moralidade e as ricas perolas da instrucção. Estaes na aurora da vida, puros, viçosos, intelligentes: encarnaes grandes esperanças e grandes direitos, mas vão pesar sobre vós grandes trabalhos e grandes deveres. Attendei bem a vossos mestres, ámae os vossos companheiros, e obedecei a vossos superiores. Mostrae-vos alumnos exemplares, e sereis cidadãos dignos. Provae-vos a honra do ensino, e sereis a gloria da sociedade. E, só assim, correspondereis aos altos fins d'esta Escola e do seu inclito Fundador; só assim enchereis os fortes desejos de SS. MM. FF., que, em nome da patria, representando a patria, se dignaram vir expressamente e pessoalmente inaugural-a.

Pelo que, meus senhores, é este o momento, o fausto e solemnissimo momento, de juntarmos as mãos e as almas, as vozes e os alentos, e conclamarmos jubilosamente, n'uma vibração harmoniosa, unisonante:

Viva S. M. el-rei, o senhor D. Carlos I.
Viva S. M. a rainha, a senhora D. Amelia.
Viva S. A. R., o principe D. Luiz Filippe.
Viva S. A. S., o infante D. Manuel.
Viva toda a familia real portugueza.

El-rei, tendo em consideração os serviços prestados pelo generoso doador, agraciou-o com a commenda da ordem de Christo, distincção em verdade merecida e justa. Assim ella só servisse para galardoar quem, como o snr. Joaquim Carlos da Silva, tão proveitosamente reparte com os que nada têem, o que adquiriu pelo trabalho infatigavel de muitos annos.



CAPITULO VII

Os estudantes de Salamanca, — que ha annos vieram visitar o Porto alvoroçando tanto coração juvenil — desejando tambem associar-se ás festas henriquinas, deliberaram vir novamente ao Porto, onde chegaram no dia 2 de março á noite.

Na *gare* de Campanhã aguardavam o sympathico grupo, que ostentava os seus trajes caracteristicos, estudantes de todos os estabelecimentos de ensino secundario e superior d'esta cidade, bem como os estudantes salmantinos que ha dias haviam chegado já com o fim de preparar aposentos para os seus collegas.

Antes da chegada do comboyo do Douro, que veio com duas horas de atrazo, a banda da officina de S. José executou diversas peças de musica.

A' chegada do comboyo que conduzia a Estudantina, os estudantes do Porto, que já então ostentavam, pendentes de bengalas, innumeros balões venezianos, levantaram muitos vivas aos estudantes de Salamanca, á confraternidade academica, á patria, á Hespanha e a Portugal, sendo correspondidos com estrepitosas palmas.

Cerca das 9 horas organisou-se uma marcha *aux-flambeaux*, á frente da qual ia a banda e os internados da Officina de S. José, seguindo após os estudantes d'esta cidade, a Tuna Academica, a Estudantina de Salamanca e alguns milhares de pessoas.

No cortejo figuravam as bandeiras da Officina de S. José, da Tuna Academica e Estudantina, e das faculdades de direito, philosophia, sciencias e medicina da Universidade de Salamanca. O cortejo seguiu pelas ruas da Estação, Heroismo, S. Lazaro e Entre Paredes até ao Hotel Continental,

*

vendo-se as janellas e varandas das casas povoadas de senhoras, que, á passagem da Estudantina, agitavam os lenços brancos e lançavam sobre o sympathico grupo pétalas de flôres. Sempre que isto succedia, os estudantes correspondiam com salvas de palmas e vivas ás damas portuenses.

O effeito dos balões, em côres vivas e variadas e em constantes zig-zags, era muito pittoresco.

Eram 10 horas e meia quando o cortejo parou em frente do Hotel Continental, onde se alojaram os estudantes salmantinos.

N'essa occasião appareceu á varanda do hotel o presidente da Estudantina, o snr. D. Manoel Herrera, que pronunciou um discurso, terminando por erguer um viva a Portugal e á Hespanha. Foi muito applaudido.

Respondeu-lhe, da mesma varanda, o estudante do 5.º anno da Eschola Medico-Cirurgica do Porto, snr. Clemente Pinto, que foi, por igual, enthusiasticamente victoriado. Ao terminar, referiu ter conhecimento de que hàviam chegado da capital, á estação de Campanhã, alguns estudantes de Lisboa, convidando por isso os seus collegas presentes a irem alli esperal-os.

Seguidamente, a banda da officina de S. José recolheu áquelle estabelecimento, sendo acompanhada por alguns dos mencionados estudantes e por diversas pessoas.

A' entrada da Officina, o rev. Sebastião de Vasconcellos proferiu algumas palavras de congratulação pela visita dos estudantes de Salamanca, repetindo-se n'essa occasião vivas e acclamações.

A concorrencia de povo nas ruas percorridas pelo cortejo era extraordinaria.

A *tuna* era assim organisada:

Presidente honorario — D. Manoel Herrera — decano da faculdade de direito; presidente effectivo, D. Marcelino Herrera, advogado; director honorario, D. Felipe Espino; dito D. Jesus Pinedo; vice-presidente D. José Balcazar; thesoureiro, D. Andres Garcia Pejado; secretario, D. Antonio Ponte.

Porta-bandeiras — D. Angelo Salamanca, que conduzia o estandarte da Tuna, D. Antonio Ponte, o da faculdade de sciencias, D. Julião de la Rua, o da de philosophia e lettras, D. Gaspar Alba, o de direito e D. Eusebio Camaron, o da de medicina.

Flauta — D. Antonio Garcez Varela.

Violinos — D. Eloy Andres e Agostinho Seller.

Viola — Luiz Martin.

Violoncello — D. Manoel Pinâela.

Contrabasso — D. Ricardo Malta.

Bandurrias — D. João Santos Conde, D. Francisco Agero de la Torre e D. Valentin Guillén.

Guitarras — D. André Garcia Tejado, D. Gerardo Parada Mateos, D. Romão Santos Morán, D. Nicolau Sanches, D. Pedro Dorado. D. Eudosio Castro, D. Santhiago Flôres, D. João Santhiago Perez, D. Donato Bermejo, D. Ricardo Castaño, D. Amador Garcia, D. Francisco Iglesias, D. Roque Cid, D. Firmino Sanchez, D. Julião Garcia, D. Delfin Camarero, D. Romualdo Rodrigues, D. Caetano Diego e D. Adolpho Rubio.

Pandeireta — D. João José Gonzales Paláez.

Triangulo — D. Ildefonso Rodrigues Martin.

Postulantes — D. Julio Ibanes Moreno, D. Laureano Cáceres Ponce.

Depois de terminadas as festas, os estudantes salmantinos foram ao paço cumprimentar SS. MM., e entregar á rainha um exemplar d'uma valsa que á excelsa princeza dedicou o regente da tuna, D. Filipe Espino. O exemplar estava encerrado n'uma pasta de seda com as côres nacionaes e hespanholas, e forrada a sêda branca.

Na parte superior da pasta lia-se o seguinte: «A orillas del Tajo», valsa por el maestro Felipe Espino.—Dedicada a S. M. la Reina de Portugal D. Maria Amelia.»

El-rei e a rainha conversaram muito com o presidente da Tuna, agradecendo-lhe a amabilidade que tiveram para a familia real.

Em seguida SS. MM. retiraram-se, mandando servir á Estudantina vinhos, doces e refrescos.

A ACADEMIA DO PORTO E A SUA ATTITUDE — PROTESTO — CORÔA DE BRONZE. — Como referimos quando tractamos do cortejo civico, grande parte da classe academica decidiu não adherir ás festas e dar depois conta dos motivos que determinaram essa resolução. A primeira reunião que se convocou para tractar d'este assumpto correu bastante agitada, mercê das opiniões encontradas d'alguns dos oradores, e porventura das sympathias pessoaes que podessem ter na assembléa. A reunião, numerosamente concorrida, foi presidida pelo quintanista de medicina snr. Annibal Lopes Brou, sendo secretarios os snrs. Adriano Brito, da Academia Polytechnica, e J. Freitas Gonçalves, do Lyceu Central.

Aberta a sessão, levantou-se viva e acalorada discussão sobre duas propostas: uma do snr. Clemente dos Santos Pinto, para que a Academia tomasse parte no cortejo civico em honra do Infante, e outra do snr. A. Magalhães para que a mesma Academia promovesse uma manifestação especial em honra da memoria de D. Henrique. Na discussão tomaram parte, além dos proponentes, os snrs. Ramiro Guerra, J. A. Duarte, A. Barbosa, Guilherme Rodrigues e outros.

A final, foi approvada a proposta do snr. Clemente dos Santos Pinto.

Como é natural, os não adherentes a esta resolução dicidiram proceder em harmonia com o seu criterio. Passadas as festas, e ainda em

harmonia com o plano que haviam traçado, projectaram um cortejo civico que, partindo do largo do Anjo, se dirigisse á rua do Infante D. Henrique, onde seria feita uma manifestação deante da casa onde a tradição diz ter nascido o Infante. Essa manifestação, porém, não se verificou, assim como tambem não teve realisação um sarau litterario que deveria celebrar-se no theatro Principe Real, e para o qual se achavam inscriptos differentes oradores.

A academia deliberou então publicar um protesto e collocar opportunamente no tumulo do Infante, no mosteiro da Batalha, uma corôa de bronze.

Essa corôa, modelada pelo snr. Teixeira Lopes, é de carvalho, heras e flores, constituindo uma obra prima de fundição.

N'uma das fitas lê-se o seguinte lemma: — *Os estudantes portuguezes ao Infante D. Henrique — Março de 1894 — Porto.*

Na outra os seguintes versos:

Mas para defensão dos luzitanos
Deixou quem o levou, quem governasse
E augmentasse a terra mais que d'antes;
Inclita geração, e altos infantes.

Luziadas — Est. l. — Canto iv

O favor com que mais se accende o engenho
Não n'o dá a patria, não, que está mettida
No gosto da cobiça e na rudeza
D'uma austera, apagada e vil tristeza.

Luziadas — Est. cxlv. — Canto x

O manifesto, que foi profuzamente distribuido, é do theor seguinte:

O centenario do infante D. Henrique partiu em duas facções irreconciliaveis os estudantes do Porto. Uns, os que deram absoluta adhesão a essa miseravel farçada politica, empenhando-se n'uma heresia patriotica, são os que ahi se exhibiram na rua, *gommosamente* solicitados pela vangloria, a clamar saudações, com todo o apparato scenico e cynico, posto que symbolico e caracteristico, da bandeirinha, da fita e da roupeta.

Outros, os que desde principio se ergueram n'um clamor vibrante de protesto contra o mercantilismo da apotheose, somos nós. A nossa attitude fez celeuma: irritou a burguezia do Porto, inclusivè os snrs. conselheiros, e aguçou o faro das auctoridades administrativas e policiaes, que desde logo se lançaram em campo para reprimir todas as manifestações patrioticas da mocidade *discola*. Sabia-se que o centenario era um pretexto para baixos fins; que n'essa festa chamada nacional não intervinha, sequer em minima parcella, o sentimento popular; que o paiz não vibrava, não se commovia; e que a glorificação do infante, tal como ia ser feita, representava o maximo insulto a uma memoria sagrada, que não uma justa comprehensão do que seja a incorporação d'um ge-

nio da immortalidade humana. Ninguem ignorava tudo isto, que a realidade era palpavel; e não obstante a maioria da briosa academia do Porto, no interesse de conseguir uns mendigados feriados, que por um momento a pozessem a coberto da colica escholar, não teve pejo de associar-se a um patriotismo mentido e de affirmar a sua inteira negação de intellectualidade. Fez bem!

Mas, e bom é que isto se registe, comquanto as glorias do infante ainda se não tenham despido d'uma nublose ganga de mysterio segundo a opinião dos snrs. Theophilo Braga e José Caldas, o certo é que nós não reprovariamos o centenario, ainda que d'elle só ficasse, o que não seria pouco, a commemoração, não d'um homem, mas d'uma grande phase da sociedade portugueza, qual a epoca que se tratava de evocar. O confronto dos tempos de D. Henrique com os nossos seria tristissimo! havia de confranger-nos, mas talvez despertasse penitencias, e reacendesse as energias apagadas d'uma raça abatida.

Demais, é para lamentar que tão despercebido passasse, especialmente á briosa academia do Porto, o caracter e solidariedade humana d'estas grandes festas civicas, tal como esse grande sentimento tem sido considerado no estrangeiro, em todas as sagrações de heroes. E' que as nações romanicas são solidarias sempre nos seus movimentos; e se os moços academicos tivessem a consciencia dos seus actos e das ideias democraticas que apregoam, haviam de comprehender a necessidade de pugnar pela convergencia affectiva, economica e politica que se vae operando lentamente na evolução dos povos latinos para n'um futuro mais ou menos proximo se realisar, sob a homogeneidade do principio democratico, a grande confederação do occidente. Era n'este alto ponto de vista que deveria ter-se collocado a academia, uma vez que de mais a mais se inspirara n'estas ideias o centenario de Camões, e n'elle coubera um papel inequivocamente glorioso á mocidade das escholas.

*

Passada a festa, vê-se que d'ella não ficou nada. Foi um grande arraial. Evidentemente, o centenario, tão baixamente comprehendido, sem o concurso dos outros povos coloniaes que ninguem se lembrou de solicitar, não transformou a nossa existencia nacional, não modificou o espirito publico, não passou além das fronteiras, como conviria que se propagasse n'uma intencional corrente de vibração.

Como dizia o snr. Oliveira Martins, o povo quando se extasia é incapaz de dar a razão do seu acto, porque é a si proprio que por uma illusão subjectiva se consagra no symbolo que venera.

Assim é de facto.

Hoje o povo portuguez não venera o Infante, venera-se a si mesmo blasonando da sua passada historia. Enfona-se de vaidade ante a estatura descompassada dos seus heroes, chama-lhes com enlevo o grande Gama, o grande Albuquerque, o grande Castro, e pensa só em honrar-se as proprias tradições esquecendo que é um poltrão, e que está a envergonhar o mundo deshonrando a memoria dos heroes defuntos, que elle não comprehende, porque se lhe dilatou á custa do cerebro o ignobil estomago do egoismo. E' certo por isso que essa commemoração foi falsa e nada significa como uma demonstração de patriotismo e honra nacional.

Os hymnos, os foguetes, as allegorias e as luminarias não fazem mal ao paiz, é certo; mas tudo isso é magnifico se representa a exteriorisação de fortes

sentimentos e perverso se produz a illusão d'um povo. Rapido se esvahe o fumo das salvas e o estrondo dos morteiros, para ficar só o silencio funebre d'uma nacionalidade que, debruçada para a cova da historia, se contorce n'um ultimo paroxysmo da vida.

Ah! que resta emfim da nossa antiga gloria, se d'uma maneira mais levantada não consagrarmos os nossos heroes repetindo-lhes a virtude e o heroismo e continuando-lhes o caracter!

*

Eis d'um modo succinto as nossas vistas, a nossa opinião, a nossa attitude, que brevemente, com mais largueza e melhor coordenação, explanaremos em livro. Foi honrado, por que foi sincero, o nosso procedimento, abstendo-nos das manifestações officiaes do Centenario. Repellimol-as, porque as consideramos repugnantes, no seu intuito politico, no seu alcance mediocre e nos elementos que as promoveram e a que votamos um odio de revoltados.

Que os homens d'espirito nos julguem. Só acatamos a soberania do pensamento.

Porto, 5 de março de 1894.—Pelos academicos abstencionistas.—A SUA COMMISSÃO EXECUTIVA.

O CRUZADOR «BELLONA»—A soberana de Inglaterra ordenou que o cruzador *Bellona*, que fazia parte da esquadra do Mediterraneo, viessé fundear nas aguas do Douro para se associar ás festas do centenario henriquino e saudar SS. MM. Este acto de grande cortezia foi geralmente bem recebido, tanto mais quanto nenhuma outra potencia usou para comnosco de egual deferencia, nem a propria Hespanha, que, por occasião do centenario de Colombo, recebeu de Portugal expressivas demonstrações de sympathia.

A vinda do cruzador inglez ás nossas aguas, exactamente no momento em que uma nação amiga, a França, se mostrava pouco favoravel a nosso respeito, duplica de importancia, e póde ter tambem uma significação diplomatica que exerça certa influencia na politica geral. Seja como fôr, a representação official da Inglaterra na celebração do centenario é um facto significativo e que muito importa registrar.

O Bellona monta 6 canhões; a sua guarnição compõe-se de 170 praças. Comporta 1:830 toneladas.

No dia em que se realisou o imponente cortejo fluvial, SS. MM. que tinham ido presenceal-o de bordo da *Sagres*, como deixamos dito, foram depois visitar o cruzador inglez, que se achava fundeado defronte de Santo Antonio de Val Piedade.

Quando o escaler real se approximou do cruzador ouviram-se a bordo do navio de guerra inglez diversos toques de corneta. A infanteria de marinha com o seu uniforme vermelho formou em frente ao portaló. A

tripulação tambem formou. A officialidade estava no topo da escada. A entrada para bordo fez-se pelo lado de estibordo.

No momento em que SS. MM. e AA. entraram para bordo do cruzador, por tres vezes foi içado e arriado, em signal de continencia, o pavilhão real inglez, sendo prestadas as outras honras militares devidas á alta gerarchia dos visitantes.

SS. MM. e AA. demoraram-se a bordo do *Bellona* cerca de um quarto de hora.

A' sahida parte da tripulação marinhou pelas enxarcias e vergas dos tres mastros do cruzador. Quando o escaler real appareceu pela pôpa do *Bellona*, retumbaram do alto d'aquellas vergas e enxarcias tres vigorosos *hurrahs!* e vivas. Ao mesmo tempo o cruzador deu uma salva de 21 tiros.

A officialidade do *Bellona* assistiu a todos os actos officiaes, que se celebraram durante o periodo das festas, e esteve tambem no baile do Club Portuense.

Baile no Club — O baile offerecido a SS. MM. pelo Club Portuense, sito no largo da Trindade, não desmereceu das tradições d'aquella casa; foi brilhante e decorreu animadissimo, reunindo-se tanta gente nas salas que difficilmente se podia atravessar d'umas para as outras [1].

---

(1) Em obediencia a uma disposição do Estatuto — que ha muito devia ser modificado, visto de longa data ser conhecida a sua deficiencia — a direcção do Club Portuense não convidou para o baile nem os ministros d'estado honorario, nem os representantes dos estabelecimentos scientificos, nem o presidente da real sociedade de geographia, nem a imprensa. Claro é que esta falta havia de dar logar, como deu, a reclamações e a commentarios. Bem sabemos que o Club Portuense, sendo uma sociedade recreativa sustentada pelos seus socios, está no pleno direito de admittir quem muito bem quizer. Mas sabemos tambem que esta razão, apesar de muito procedente, não póde aproveitar para o caso. E tanto não póde que, na ultima visita d'el-rei D. Luiz a esta cidade, tendo o Club dado um baile para o qual deixou egualmente de convidar a imprensa, S. M., sabendo do succedido, manifestou-se contrariado por tal exclusão, o que, constando no Club, fez com que os directores andassem pelos jornaes, á noite, dando explicações e fazendo convites...

O baile do Club fazia parte do programma das festas henriquinas; e, convidada para elle a familia real, um dever de cortezia, que não fica mal a ninguem, impunha á direcção o dever de convidar as pessoas de representação que vieram assistir a essas festas. O artigo tantos do Estatuto fechava-lhes as portas? a cortezia e a gentileza abriam-as de par em par; e — francamente — não sendo o Club Portuense nenhum salão tão exigente que só possam calcar os seus tapetes descendentes de reis e principes, era o Club que se deveria ufanar de receber os representantes d'aquillo que em Portugal ainda merece respeito e veneração pelas honrosas e honradas tradições que representam. Cremos que o Club devia orgulhar-se por um dia ter nas suas salas os representantes da Academia Real das Sciencias, do Curso Superior de Lettras, da Universidade de Coimbra, da Sociedade de Geographia, da imprensa, e de outras corporações a que anda ligado o brio, o renome e o prestigio do paiz. Os honrados não seriam esses cavalheiros, mas sim, elle, o Club do largo da Trindade, que de modo nenhum póde pretender arrogar-se titulos que não tem.

Sabemos que a deliberação do Club foi asperamente commentada e que os jornaes da capital alludiram a ella com azedume. A um ex-ministro da corôa ouvimos nós apreciar muito desfavoravelmente esse acto, tanto mais quanto em toda a parte do mundo os forasteiros gosam de especiaes privilegios e isempções. Esse ex-ministro da corôa, que a este titulo accrescentava o de representante d'uma das mais gloriosas aggremiações do paiz, tendo desejos de assistir ao baile foi necessario agrupal-o na casa militar d'el-rei. Se assim não succedesse ficaria na rua, como ficaram Pinheiro Chagas, Ramalho Ortigão, Batalha Reis, Vasconcellos Abreu, Sarrea Prado,

O edificio do Club, vasto e bem dividido, achava-se esplendidamente decorado, com simplicidade, mas com refinado bom gosto.

Os monarchas chegaram ao Club cerca das 11 horas e meia, sendo recebidos pela direcção d'aquella casa.

Na quadrilha de honra S. M. el-rei dansou com a snr.ª D. Carlota Van-Zeller, tendo por *vis-à-vis* S. M. a rainha e o snr. presidente do conselho.

Na segunda quadrilha dansou S. M. a rainha com o snr. Christiano Van-Zeller, tendo por *vis-à-vis* o snr. governador civil e a snr.ª baroneza de Paçô Vieira (Alfredo)

Na terceira quadrilha, S. M. a rainha dansou com o snr. conde de Gouveia.

A concorrencia de senhoras foi numerosissima, formando-se um conjuncto de *toilettes* as mais ricas e mais distinctas, entre a fulguração de valiosas joias.

Para a meza do *buffete* destinada a S. M. el-rei, a Companhia Geral da Agricultura dos Vinhos do Alto Douro offereceu vinhos de reserva da sua instituição, e a Real Companhia Vinicola do Norte de Portugal, vinhos do Porto de 1756 e 1810, que a mesma companhia adquiriu da garrafeira de uma antiga familia.

---

os representantes da universidade, etc... Digam o que disserem, invoquem quantos artigos do Estatuto lhes appetecer, este procedimento não tem justificação possivel, tanto mais quanto é certo que, sendo excluidas todas aquellas entidades, os officiaes do *Bellona* estiveram no baile! Ouvimos que um cavalheiro os propozera socios por um mez, pagando, já se vê, a respectiva importancia... Se assim succedeu..., temos pena que tal se desse, aqui, no Porto, onde, emfim, apezar de tudo, os deveres da cortezia e da delicadeza costumam ser sempre fielmente observados.

Não pretendemos, entendam-o bem, affrontar nem amesquinhar o Club Portuense; pondo aqui esta nota, pretendemos fazer sentir que é tempo de se alterar o Estatuto, elaborando-o de modo que não mais se repitam estes casos, nada edificantes e muito compromettedores para o bom nome d'esta terra, que, na sua rudeza e simplicidade, é cheia de fidalguia e gentileza. Em toda a parte do mundo, quando se celebra um grande acontecimento e os forasteiros affluem de toda a parte, timbra-se em recebel-os com a maior amabilidade procurando proporcionar-se-lhes a maior somma possivel de considerações e obsequios. Os proprios particulares estimam recebel-os em suas casas, e os elementos officiaes exforçam-se por cereal-os das maiores attenções. Entre nós — onde tão raras vezes se celebram solemnidades como as do centenario — procedeu-se de modo differente, o que, não será necessario dizel-o, contribuirá pouco para que o forasteiro guarde da sua visita a mais agradavel impressão! E como nós não somos, por natureza e por educação, attreitos a taes rudezas, antes porfiamos em delicadezas e amabilidades a todos quantos nos dão a honra de nos visitar, é que desejamos que a falta a que alludimos não mais se repita, para não termos de soffrer novo vexame. Custa tão pouco ser correcto, que deveras nos admira que haja quem, querendo impor de fidalgo e de nobre, practique faltas que obriguem a commentarios pouco agradaveis. O Club Portuense quiz, em parte, conformar-se com a lei por que se rege; pois bem, reconhecido, como está, que essa lei é imperfeita, corre-lhe o imperioso dever de a revogar. Nada mais simples.

CAPITULO VIII

A RECITA DE GALA — Na noite de 4 realisou-se no real theatro de S. João a recita de gala. O balcão foi transformado em tribuna real, achando-se vistosamente e ricamente adornado pelo armador snr. Francisco de Oliveira Monteiro. Cerca das 9 horas chegaram ao theatro SS. MM. sendo esperadas á entrada pela direcção do theatro e muitos cavalheiros distinctos. Quando appareceram na tribuna a orchestra tocou o hymno da Carta, e o snr. conselheiro Costa e Almeida levantou vivas a el-rei, á rainha, aos principes e á Carta Constitucional da monarchia, vivas que foram calorosamente correspondidos. O snr. conde do Restello, presidente da camara de Lisboa, levantou um viva á cidade do Porto.

A companhia do theatro de S. Carlos, de Lisboa, cantou a *Hebrea*, em cuja execução apenas conseguiu salientar-se o tenor Duc, que, apezar de ser um artista consagrado, não eclipsou Stagno e Bulterini no papel do judeu Eleazar. O soprano Carrera, posto evidenciasse excellentes recursos vocaes, não fez egualmente esquecer Belincioni. O bello papel do cardeal Brogi passou desapercebido, e o principe Leopoldo causou riso... Se não fôra recita de gala, e el-rei não estivesse na tribuna, a plateia não deixaria passar sem protesto as atrocidades inflingidas ao esplendido *spartitto* de Halevy.

Terminado o 1.º acto o snr. Manoel Vieira d'Andrade, deputado da nação, recitou d'um camarote de 1.ª ordem uma poesia, cujo original não podemos obter.

Da platéa, o snr. Alexandre Braga, filho, estudante da Universidade, recitou tambem os seguintes versos:

Senhor! ouvi: um rei quando perdoa
E' mais que rei, é justo!
E do perdão d'um rei a voz eccoa
Na consciencia de Deus que é grande e augusto.

Tres homens contra vós a espada levantaram.
Loucura?... Não o sei.
E' devido o perdão áquelles que peccaram,
Perdoe-lhes o rei.

Que vós um dia haveis de ser julgado
E a historia ha-de clamar
Que o vosso nome não ficou manchado
Que o rei soube perdoar [1].

A empreza abriu uma assignatura para 3 recitas, aos preços seguintes: frisas, 45$000 réis; camarotes de 1.ª ordem, 54$000 réis; de 2.ª, 48$000 réis; platéas, 8$000 réis. Mal a annunciou, foi immediatamente coberta. Para a recita de gala os contractadores pediam altos preços pelos bilhetes, chegando a vender-se logares de platéa, só para aquella recita, por 10$000, 12$000 e 13$500 réis! Por um camarote de 1.ª ordem houve quem desse 150$000 réis!

A sala achava-se litteralmente cheia, vendo-se nos camarotes as principaes familias do Porto. Na platéa, quasi toda a gente de casaca.

As duas recitas restantes foram prehenchidas com o *Lohengrin*, opera de Wagner completamente nova para o Porto. Agradou immenso, apesar de lhe faltarem os indispensaveis requisitos da *mise-en-scene* e da orchestra e os coros serem muito reduzidos. No desempenho salientaram-se Mendieroz e Guerrini, duas artistas de talento e de coração que o publico acclamou com sincero enthusiasmo.

Espectaculos e corridas de touros — Os theatros Principe Real e D. Affonso annunciaram espectaculos com a presença da familia real, mas SS. MM. não poderam comparecer a nenhum por absoluta falta de tempo. O primeiro d'aquelles theatros representou durante o periodo das festas, o *vaudeville* em 4 actos, *Os 28 dias de Clarinha*, a operetta nacional em 3 actos *O solar dos Barrigas*, a zarzuella em 3 actos *El-rei damnado*, e o drama em 5 actos *O mestre d'armas*. A concorrencia foi copiosa. O D. Affonso representou a peça de costumes militares, *Os hespanhoes em Melilla*, e a revista do anno *Pão, pão, queijo, queijo*. O theatrinho Cha-

[1] Alluzão aos tres militares implicados na revolta de 31 de janeiro — o capitão de infanteria 10, Amaral Leitão, o tenente Coelho, do mesmo regimento, e o alferes Malheiro, de caçadores 9. Os dois primeiros foram condemnados a degredo pelos conselhos de guerra que funccionaram em Leixões, e o ultimo conseguiu expatriar-se. O capitão Leitão evadiu-se do degredo, embarcando para o Brazil.

let tambem funccionou durante o periodo das festas, pondo em scena a revista do anno *O jogo do Diabo.*

As corridas de touros verificadas no Real Colyseu Portuense e na Serra do Pilar, despertaram a principio grande interesse, mas depois todo o enthusiasmo abrandou quando se soube que el-rei, tendo de assistir a differentes sessões solemnes, não podia comparecer a esses espectaculos. Os bilhetes, que custavam 800 reis para as archibancadas de sombra, chegaram a vender-se por metade e ainda por menos. Os contractadores não foram bem succedidos, perdendo, talvez, com os touros o lucro que lhes deu a companhia lyrica.

Ao Colyseu Portuense veio o *espada Bombita,* desconhecido do nosso publico. Para a Serra foi contractado o afamado *matador* Raphael Guerra, o *Guerrita,* como é mais vulgarmente conhecido. Apezar de não se estar ainda na quadra propria d'estes divertimentos, e o gado não se achar em condições de proporcionar boa lide, as corridas foram boas, segundo a opinião dos *afficionados.*

Fogos d'artificio — Um dos divertimentos mais favoritos do nosso publico portuense são os fogos d'artificio; ha individuos que palmilham duas e tres leguas só para não perderem uma d'essas exhibições pyrotechnicas. No programma das festas faltava esse numero, e como era necessario proporcionar ao povinho esse passatempo tão do seu especial agrado, os moradores do campo da Regeneração, por iniciativa do snr. José Fumega, capitão de infanteria 18, dispozeram as coisas para que na noite de 4 de março se queimasse n'aquelle local um variado fogo d'artificio. E a lembrança não podia ser coroada de melhor exito, quer attendendo-se ao fogo qne foi magnifico, quer á concorrencia que foi espantosa, achando-se o vasto campo completamente apinhado.

O fogo principiou a arder á meia noute em ponto. Era composto de 17 bellas peças, que os pyrotechnicos encarregados de o fazer apresentaram com os mais cuidados primores da sua arte, sendo todas de um magnifico effeito, por fórma a despertar sempre as exclamações admirativas dos espectadores. Foi symbolica do centenario uma das peças, a qual, n'uma das suas ultimas evoluções, exhibiu um circulo de ancoras illuminadas por um disco de fogo scintillante. A peça de mais exito constou de uma fuzilaria de pequeninas granadas, jogadas ao ar em direcções encontradas, semelhando uma formosissima chuva de estrellas cadentes, das mais vivas e variadas côres. Essa peça devia ser a ultima, mas ardeu antes do tempo, porque uma companheira que lhe ficava proxima lhe communicou o fogo com uma das suas scintilas, quando estava sendo queimada.

Depois da girandola de vistosissimos foguetes que rematou esta diversão, seguiu-se o fogo do ar, que prendeu tambem a attenção, e com muito justificado motivo, porque egualmente foi um primor, vendo-se al-

guns foguetes curiosissimos de um excellente effeito, e que para nós foram novidade completa. Foram tambem deitados ao ar grande numero de balões, alguns com figuras militares e de bonita vista. Durante esta agradavel diversão tocaram as bandas de caçadores 7 e de infanteria 6, 18 e 20.

A multidão acclamou os pyrotechnicos, retirando satisfeita e contente, e celebrando o merito dos nossos artistas que, sem grandes pompas de cartazes, fabricam productos que podem rivalisar com os similares que o estrangeiro nos envia. Haja vista o fogo que veio de Londres para ser queimado por occasião das festas com que se celebrou a inauguração da ponte Maria Pia, fogo que não poude ser visto... por causa do fumo. A pyrotechnia entre nós está muito aperfeiçoada, e os snrs. Devezas, Carneiro e outros ainda podem perfeitamente competir com muitos dos melhores fabricantes do estrangeiro.

A PARTIDA DA FAMILIA REAL — SS. MM. partiram para a capital no dia 6, depois do banquete offerecido pela camara municipal aos representantes dos differentes municipios que vieram assistir ás festas do centenario. Cerca da meia noite, el-rei e sua esposa dirigiram-se á estação de Campanhã. O trem real ia rodeado por algumas centenas de pessoas acclamando phreneticamente a familia real; numerosos operarios organisaram uma vistosa marcha *aux flambeaux*. Quando o trem passava nas ruas dos Clerigos e Santo Antonio, em muitas janellas dos predios accenderam-se vistosos fogos de Bengala.

Na *gare* de Campanhã eram SS. MM. aguardadas por todas as auctoridades civis e militares, juizes, delegados, commerciantes, industriaes, etc., etc. Estavam tambem muitas senhoras, e entre ellas as snr.as condessa de Margaride e sua filha D. Luiza, condessas do Covo e de Campo Bello, baroneza de Paçô Vieira (Alfredo), consuleza da Austria, D. Sophia e D. Christina Bolhão de Souza Guimarães, D. Marianna de Freitas e filhas, D. Maria Candida Vaz Napoles, D. Ignez Guedes, D. Maria José Guedes, D. Alcina Pinto Leite, D. Ignez Peres, D. Julia Monteiro Pinto Moreira, D. Maria Constança Pinto Moreira, D. Anna Peres Montenegro, D. Maria da Graça Peres, D. Adriana Peres, D. Alexandrina Peres, D. Helena Arroyo e suas filhas, D. Margarida Cidade Telles, D. Sylvia Braga, D. Adelaide Guedes da Costa, D. Guilhermina Pereira Machado e sua filha D. Gloria Pereira Machado, D. Maria Rita Telles de Vasconcellos, D. Eulalia Machado Torre de Figueiredo, D. Thereza Aranha, esposa e filha do snr. dr. Costa Santos e D. Maria Izabel Côrte Real.

Esta dama, em nome das senhoras protectoras do Recolhimento do Bom Pastor, offereceu a S. M. a rainha um formosissimo ramo de flores naturaes com opulentas fitas de *moiré* azul. Nas extremidades d'estas achavam-se delicadamente pintados estes dizeres: «A S. M. a rainha D. Maria Amelia a commissão de senhoras do Bom Pastor — 6 — 3 — 94».

O snr. Ezequiel Augusto Ribeiro Vieira de Castro, em nome do Centro Commercial do Porto, offereceu tambem a S. M. a rainha um perfumado ramo de flores naturaes.

Na sala de recepção e na *gare* havia tal quantidade de gente, que SS. MM. a custo poderam chegar á carruagem-salão. Uma vez alli romperam enthusiasticos vivas a cada um dos regios excursionistas, a toda a familia real e á dynastia de Bragança, já erguidos pelo snr. presidente da camara municipal, já por differentes membros da Associação dos Bombeiros Voluntarios e ainda por outras pessoas. Esta manifestação prolongou-se até á partida do comboyo.

El-rei levantou um viva á cidade do Porto, calorosamente correspondido pela multidão, a qual tambem deu uma salva de palmas.

Com a partida da familia real para Lisboa terminaram as brilhantissimas festas com que a cidade do Porto celebrou as egregias virtudes e os altos feitos do preclarissimo filho de D. João I. As pessoas que, da capital e das provincias, vieram assistir a essas manifestações civicas, recolheram egualmente a suas casas. O Porto readquiriu então a sua physionomia habitual; as apparatosas decorações que enfeitavam as ruas começaram a ser retiradas; nos cafés reappareciam os freguezes de todos os dias; os cocheiros dos trens de praça já não exigiam dez tostões por cada corrida (1); não se viam aldeões, de chapeu na mão, n'um respeito religioso, deante do monumento de D. Pedro IV...(2) Voltava tudo ao seu primitivo estado, e a cidade que durante cinco dias offereceu o aspecto animado e jovialissimo d'uma grande capital, reentrou de novo na sua existencia canceirosa e trabalhadora.

O Porto foi visitado por milhares de pessoas, e, — coisa notavel e digna de ser registrada — não occorreu um unico conflicto, não houve a mais pequena alteração d'ordem. Adeante tractaremos mais especialmente d'este facto, que mais uma vez veio eloquentemente affirmar a cordura e o superior bom senso do povo portuguez.

---

(1) Os cocheiros dos trens pediram licença á auctoridade respectiva para, durante os dias das festas, alterarem as tabellas dos preços. Claro é que essa licença lhes foi negada. No entretanto *permittiu-se-lhes* que effectuassem esse augmento quando o freguez não reagisse abertamente! Assim, de 1 a 6 de março os trens custaram 500 reis por corrida e 1$000 reis por hora, isto é, o dobro dos preços ordinarios.

Um cocheiro dizia philosophicamente que — *quando o sol nascia era para todos*...

(2) Na praça de D. Pedro, grupos de aldeões paravam deante da estatua de D. Pedro IV descobrindo-se respeitosamente. O que essa pobre gente dizia era extraordinario. A um homem ouvimos nós o seguinte:

— Vês acolá, o rei a dar a bandeira?... Pois fez mais do que isso: para mostrar ao Porto o seu amor, antes de morrer, tirou o coração e offereceu-lh'o. Está na capella da Lapa.

E o mulherio, que ouvia attentamente o bom do homem, olhou para o rei-soldado com mais veneração ainda, em quanto uma velha dizia para os circumstantes:

— Isso é que eram tempos... Aposto que o tal infante, apezar de lhe fazerem tantas festas, não seria capaz de fazer o mesmo...

CAPITULO IX

A *Flora do Centenario* constitue um dos mais delicados mimos que appareceram por occasião das festas. Com a sua paciencia verdadeiramente benedictina e com o refinado gosto artistico de que tem dado tão eloquentes e exhuberantes provas, o snr. Alfredo Marçal Brandão — o distincto miniaturista tão conhecido de todos nós — trouxe tambem á festa o concurso do seu engenho. A sua *Flora*, constituida por seis bellas rosas artificiaes delicadamente pintadas, é um verdadeiro primor artistico, cheio de distincção e graça. «Tendo o glorioso infante — escrevia o snr. Brandão — nascido no Porto no mez em que a primavera esmalta e aromatisa o campo com variegadas flores, pareceu-nos justo e apropriado que, n'esta commemoração nacional do 5.º centenario do nascimento do preclaro filho de D. João I, figurem tambem as rosas em todo o ideal e belleza que ostentam, nos perfumes que exhalam de seu mystico incensorio e na traducção do pensamento que, guiados pela inspiração genial de Camões, podemos escrever em suas delicadas petalas». E foi, obedecendo a este sentimento, que o illustre miniaturista, escolhendo de todas as flores

... a fresca rosa bella
qual reluz nas faces da donzella,

compoz a sua *Flora* de seis bellissimos exemplares, a saber:

Rosa Devoniensis — N'uma petala, desenhado á penna, o retrato do Infante D. Henrique.

Em outra petala: as armas do Infante, copia das existentes em Sagres, com a legenda — *Talent de bien faire.*

Em outra:

Olha cá dous Infantes Pedro e Henrique,
Progenie generosa de Joanne:
Aquelle faz que fama illustre fique
D'elle em Germania, com que a morte engane,
Este, que ella nos mares o publique,
Por seu descobridor, e desengane
De Ceita a Maura tumida vaidade,
Primeiro entrando as portas da cidade.

Lusiadas — CANTO VIII — EST. XXXVII.

Em outra petala:

Conceito digno foi do ramo claro
Do venturoso Rei, que arou primeiro
O mar, por ir deitar do ninho charo
O morador de Abyla derradeiro.
Este, por sua industria, e engenho raro,
N'hum madeiro ajuntando outro madeiro,
Descobrir pôde a parte, que faz clara
De Argos, da Hydra a luz, da Lebre e da Ara.

Lusiadas — CANTO VIII — EST. LXXI.

Em outra petala uma referencia ao Porto:

Lá na leal cidade donde teve
Origem (como he fama) o nome eterno
De Portugal,...

Lusiadas — CANTO VI — EST. LII.

E ainda em outra: 4 de março de 1894.

Rosa Safrano — N'uma petala, escripta á penna, a legenda do infante D. Henrique — *Talent de bien faire.*

Em outra:

...descobrindo os mares inimigos
Do quieto descanço...

Lusiadas — CANTO VIII — EST. LXX.

Em outra: o retrato do infante.
N'outra petala: Porto 4 de março de 1894.

Em outra:

De saber que fim tinham, e onde estavam
As derradeiras praias que lavavam.

Lusiadas — CANTO VIII — EST. LXX.

Rosa Marechal Niel — N'uma petala, escripto á penna:

.... Henrique o grande,
O sabio Henrique, o protector philosopho
Das sciencias que honrou ...

Camões — CANTO VIII — *Garrett.*

Em outra:

... As cousas arduas e lustrosas
Se alcançam com trabalho, e com fadiga.

Lusiadas — CANTO IV — EST. LXXVIII.

Em outra:

O monte Abyla, e o nobre fundamento
De Ceita toma ...

Lusiadas — CANTO IV — EST. XLIX.

Em outra:

Vá a gente que mandar cortando os mares
A buscar novos climas, novos ares.

Lusiadas — CANTO IV — EST. LXXVI.

E outra com a data: 4 de março de 1894.

Rosa M.me Bernard — N'uma petala, desenhado á penna, o retrato do infante D. Henrique.

Em outra:

Pelo silencio calmo, grato á mente
Que os problemas eternos vê, medita,
Busca, ancioso, de Sagres o vidente,
Ler nas letras da abobada infinita...
Os mares interroga. Do oriente
Ao poente, na orbita prescripta,
Vae seguindo, escrutando o rumo vario
D'esses lumes do immenso lampadario.

Estancias ao infante D. Henrique. — *M. Duarte d'Almeida.*

Em outra:

Henrique, o sabio audaz que outro hemispherio
Primeiro abriu aos lusos navegantes.

Soares de Passos.

Outra: Conquista de Ceuta — 21 d'agosto de 1415.
Em outra: as armas do infante com a legenda — *Talent de bien faire.*
E outra ainda com: 1394 — 4 de março de 1894.
Rosa Marechal Niel — N'uma petala, á penna, as armas do infante D. Henrique com a legenda — *Talent de bien faire.*
Em outra:

Por mares nunca d'outro lenho arados,
A reinos tão remotos e apartados.

Lusiadas — CANTO VII — EST. XXX.

Em outra, o retrato do infante.
Outra:

As novas ilhas vendo, e os novos ares,
Que o generoso Henrique descobrio.

Lusiadas — CANTO V — EST. IV.

Em outra, a ordem da Jarreteira com a legenda — *Honni soit que mal y pense.*
Em outra:

Por mares nunca d'antes navegados.

Lusiadas — CANTO I — EST. I.

Em outra, a cruz da ordem de Christo.
Em outra petala:

Ditosa patria que tal filho teve!

Lusiadas — CANTO VIII — EST. XXXII.

Em outra: 4 de março de 1894.
Rosa Captain Christy — N'uma petala, o retrato de Alfredo Keil.
Nas restantes, o hymno do infante D. Henrique com a seguinte lettra:

Salvé! tu, lavrador do infinito,
Que, rasgando oceanos profundos,
Da sciencia c'o germen bemdito,
Levantaste a seara de mundos.
Foi-te lavra, ó gigante assombroso,
O potente sulcar dos teus barcos
Sobre as vagas do mar Tenebroso
Em que audaz tua mão poz os marcos.
....

H. Lopes de Mendonça.

A rosa *Devoniensis* foi offerecida a S. M. a rainha e entregue no fim do banquete em que a camara municipal reuniu os representantes dos differentes municipios do paiz que vieram assistir ás festas do centenario e encorporar-se no cortejo civico. Desnecessario será accrescentar que a illustre princeza dirigiu palavras de caloroso elogio ao distincto miniaturista, felicitando-o vivamente pela gentileza da sua lembrança.

Os outros exemplares foram entregues a alguns dos cavalheiros que compunham a commissão executiva das festas.

A BANDEIRA DO CENTENARIO — Para que a grandiosa solemnisação civica do centenario tivesse um estandarte especial, lembrou-se um dos membros da commissão de solicitar do snr. Torquato Pinheiro, director e professor da eschola industrial do Infante D. Henrique, o desenho d'uma bandeira. Acceite desde logo este pensamento, aquelle cavalheiro annuiu ao pedido feito, e concluido o desenho cuidou-se immediatamente de lhe dar execução. Para este effeito foi ouvido o snr. Anthero Ferreira de Araujo e Silva, habil e illustrado gerente e co-proprietario da Estamparia do Bolhão, o bello estabelecimento que todo o paiz conhece e que é um eloquente documento da actividade e iniciativa do seu fundador. O activo e intelligente industrial, sympathisando desde logo com a ideia, entendeu-se com o gravador da Companhia Lisbonense, o qual, volvidos poucos dias, declarou ser impossivel fazer a estampagem de modo a que a bandeira podesse ser arvorada nos dias das festas. Esta resposta contrariou vivamente o estimado industrial, mas não o dicidiu a pôr de parte o seu projecto; e tão habilmente soube arredar os estorvos que se oppunham e mostrar que, apezar de todas as rasões adduzidas para provar aquella impossibilidade, a verdadeira lhe não era desconhecida (n'estas occasiões ha sempre casos extraordinarios em que a falta de seriedade representa um papel preponderante) que, em seguida a novas combinações, a bandeira estampou-se a tempo de servir nos dias das festas.

Não foi o interesse o que estimulou a Estamparia do Bolhão, mas sim o desejo de associar-se tambem á homenagem civica rendida

ao glorioso filho d'està cidade. E assim é que a gerencia d'aquella casa decidiu:

1.° Offerecer a el-rei um exemplar bordado a seda e ouro;

2.° Mandar pintar especialmente uma bandeira para figurar no cortejo civico;

3.° Crear um fundo, com parte do producto da venda das bandeiras e dos lenços que se fizessem observando o mesmo desenho, para se instituir um premio annual destinado ao alumno mais distincto da eschola industrial do infante D. Henrique;

4.° Mandar bordar um exemplar para ficar no archivo da camara municipal.

A Estamparia do Bolhão cumpriu fiel e honradamente as decisões adoptadas. Na manhã do dia 3 de março, os snrs. Anthero d'Araujo, Albino Guimarães e Augusto d'Araujo foram ao paço dos Carrancas entregar a el-rei o exemplar que lhe era destinado. A offerta foi acompanhada pela seguinte allocução, lida pelo snr. Anthero:

Senhor: — Os proprietarios da Estamparia do Bolhão, impulsionados pelo desejo de contribuirem de alguma fórma util para a celebração do Centenario do Infante D. Henrique, obtiveram do capitão Torquato Pinheiro, director e professor da Eschola Industrial do mesmo Infante, o desenho de uma bandeira nova que se intitula a Bandeira do Centenario adoptada pela commissão para fazer parte dos festejos.

Esta bandeira será estampada, para ser divulgada por um preço ao alcance de todos, destinando-se uma parte do producto da venda para um fundo permanente com o fim de ser instituido um premio annual que será conferido ao alumno mais distincto da Eschola Industrial do mesmo Infante n'esta cidade ou de outra qualquer instituição.

Os abaixo assignados vem offerecer a Vossa Magestade um exemplar d'essa bandeira na intima convicção de que, com quanto a offerta materialmente valha pouco, será por Vossa Magestade bem apreciada pelos fins a que se destina.

Permitta Vossa Magestade que depositemos nas suas regias mãos este penhor de respeito e veneração que consagramos a Vossa Magestade, a Sua Magestade a Rainha, aos Serenissimos Principes e a toda a familia Real Portugueza.

Porto, 3 de março de 1894.

Tanto el-rei como S. M. a rainha agradeceram tão valiosa offerta, promettendo cooperar tambem para a instituição do fundo destinado ao premio annual.

A bandeira, primorosamente estampada e bordada com um superior talento pela snr.ª D. Angelica Artayette, é de gorgorão de seda branca, medindo 0,75 de largura por 0,55 de altura. A' esquerda, em seda carmezim, vê-se um monogramma das iniciaes I. D. H. encimado por uma corôa bordada a ouro. Da inicial I., que mais se destaca do monogramma

brota uma ramagem de seda verde matiz que se estende graciosamente por toda a parte superior da bandeira entrelaçando-se com a divisa *Talent de bien faire*. Ao centro e emmoldurada de um circuito verde e ouro, a cruz de Christo com a esphera armillar, na qual se vê o escudo do infante. Sobreposta, outra cercadura bordada a seda azul, tendo do lado esquerdo a data do nascimento do heroe — 1394 — e do direito a data da celebração do centenario — 1894 —. Por baixo da inicial I., e alongando-se por toda a



A BANDEIRA DO CENTENARIO

parte inferior da bandeira, um renque de algas artisticamente espalhadas e bordadas a seda verde-pallido.

A haste da bandeira é de prata, encimada pela esphera armillar e um laço do mesmo metal, com a dedicatoria — *Homenagem da Estamparia do Bolhão*.

A bandeira que figurou no cortejo, e que era artisticamente pintada a oleo, devia ser entregue á camara municipal para ficar depositada no seu archivo. Mão leve e mysteriosa, porém, deu-lhe um destino até hoje ignorado... Como referimos já quando descrevemos a ceremonia do lançamento da primeira pedra no monumento do infante, (pag. 123) a bandeira cobriu, a bordo da caravella, a pedra que veio de Sagres, e foi vista

ainda, na praça do Infante D. Henrique, na occasião em que el-rei procedia á ceremonia do assentamento da primeira pedra. Pouco depois, como se um enorme vendaval a arrebatasse, desappareceu, e talvez para sempre. Ha colleccionadores tão ferozes que não hesitam em abalançar-se aos mais arriscados expedientes para possuirem um objecto a que se ligue a recordação d'um acontecimento notavel. Ora, a bandeira estava, pelo papel excepcional que desempenhou nas festas do centenario, destinada a excitar o appetite d'este genero de *gourmets*. Muitos olhos se cravariam n'ella, soffregos e desejosos, mas os olhos não teem presa! Mão que previamente se exercitára, empalmou-a, *secundum artem*, e ella lá está tão cautelosamente guardada, tão reverentemente venerada como hostia em sacrario...

A Estamparia do Bolhão para cumprir o que prometteu, mandará pintar outra bandeira para ficar depositada no archivo da camara municipal.

Alfinetes e broches — chapeu henriquino — bengalas, bolachas, etc.—Sempre que em qualquer paiz se produzem acontecimentos da ordem d'este de que nos vimos occupando, o commercio e a industria procuram immediatamente solicitar a attenção de nacionaes e estrangeiros com a exhibição de artigos de occasião, a que ordinariamente se dá um preço accessivel a toda a gente. Entre nós, porém, por muitas e variadas circumstancias mais ou menos conhecidas de todos, o genio pouco inventivo dos nossos industriaes não lhes dá margem a lançarem no mercado artigos que apresentem originalidade e possam, porisso, ter um largo consummo. E' certo que as occasiões em que esses artigos podem exhibir-se são raras, mas é certo tambem que não sabemos aproveital-as. Lá fóra, onde uma insignificancia muitas vezes trivial e sem nenhuma utilidade, consegue tornar independente um individuo que nunca conseguira, em outras emprezas mais serias, obter os meios indispensaveis á vida, estas e outras solemnidades determinam, no genero *novidades*, um espantoso movimento. Mas lá fóra tudo se pode fazer, dizem, porque ha elementos de sobra, e entre nós escasseiam todos os recursos sem os quaes nada se conseguirá fazer, muito embora haja a melhor vontade e o mais decidido proposito. Por occasião das grandes manifestações com que os povos extrangeiros celebram as datas mais bellas da sua historia, é verdade que toda a gente que disponha de um pouco de engenho e de audacia tem a sua fortuna feita. Mas lá tudo se ageita a esses engenhos e tudo se reune para favorecer essas audacias. Se quizermos proceder do mesmo modo, ficaremos peior do que d'antes. Quem ha-de consumir em quantidade tal o artigo produzido que possa dar um lucro compensador vendido a um preço insignificante?...

Estas razões são certamente importantes, mas não convencem afinal ninguem. E' fóra de duvida que o nosso meio é acanhado, e que muito engenho, não podendo respirar livremente, acaba por morrer de as-

phyxia; mas é ponto tambem não contestado que, quem descer das altas abstracções em que os espiritos só formam castellos no ar, ás coisas praticas e uteis da existencia, não costuma, d'ordinario, perder em absoluto o seu tempo. O que lá fóra sobretudo se procura, quando se pretende ganhar dinheiro, é ser essencialmente pratico. Tudo o que se inventa, tudo o que se cria, resume uma indispensavel necessidade da vida. Nós não procedemos sempre assim, e d'ahi resulta o insuccesso de grande numero de emprezas e de commettimentos, que cahem exactamente por lhes faltar a base principal em que devem assentar.

O que é fóra de duvida é que o nosso genio não se quadra a um certo numero de coisas que tão proveitosamente são utilisadas por outros povos. Pouco inventivos, seguindo inalteravelmente o mesmo caminho com receio de, tomando por outro, encontrar qualquer obstaculo que leve tempo a remover, tendo ainda, apezar de se dizer e de se pensar o contrario, as opiniões caturras da rua das Hortas onde, ainda hoje, os representantes do velho commercio e da velha industria não podem dissimular a indignação que lhes causam as innovações do progresso, conservadores, apezar de todos os arranques revolucionarios, olhando egoistamente só em volta de nós, embora nos consideremos a ultima palavra da franqueza e do desinteresse, conservamos ainda, como fazendo parte de nós mesmos, os defeitos e os vicios peculiares aos povos pequenos. No meio das grandes manifestações em que a alma deve rejubilar e expandir-se estamos como que acanhados, timidos, no enleio de quem não sabe como ageitar-se a tanto explendor e ruido. E como tudo isso nos estontêa, nos deslumbra, assim como a um collegial que, de repente, apparecesse no meio d'um baile, entre o duplo calor que vem dos decotes e do gaz, empallidecemos, cambaleamos, e vamos encolhidamente para um canto, tremulos, a desconfiar de tudo. Não nos illudamos. Somos, é verdade, e com ufania o podemos dizer, um povo mais do que nenhum, grande e glorioso, mas a educação em que o nosso cerebro se atrophiou e o nosso braço perdeu o vigor que tanto o immortalisou na historia, reduziu-nos a este estado de acanhamento, em que ainda nos encontramos, indecisos, gôches, sem aprumo, desageitados e com vontade de nos safarmos para onde não chegue o brilho de tanta luz e o ruido de tanta vida...

Suppomos que não nos farão a injustiça de acreditar que, systhematicamente, nos deleitamos em *dizer mal* do que é nosso. Entre *dizer mal* e *dizer a verdade* vae uma enorme distancia. Nós dizemos a verdade, ou, pelo menos, o que se nos affigura sel-o. Repugna ao nosso espirito a lisonja. Ser lisongeiro é ser mentiroso, e a mentira nunca serviu para edificar ninguem. Quem, de animo frio e sereno, quizer vêr as coisas, hade concordar com o que dizemos. Não phantasiamos, não nos damos ares de superiores. Sob a educação em que temos vivido, que admira que ainda nos não encontremos á vontade?... Muito temos feito, muito ha-

vemos avançado que, se não tivessemos tão robusta compleição, uns poucos de seculos de influencia jesuitica acabariam por nos ter anniquilado para todo o sempre. Vamos erguendo a cabeça, mas não estamos ainda completamente erectos. Ainda nos não achamos como devemos e havemos de estar. Mas lá chegaremos, e em breve, assim é d'esperar.

O que a phantasia nacional inventou para commemorar o centenario, a pouco monta, e esse pouco sem uma nota de originalidade e imprevisto. A industria da chapelaria deu-nos uma nova marca — *chapeus henriquinos* — que não passa de uma variante de outros modelos que successivamente teem apparecido no mercado sob differentes nomes. Conhecemol-os já com a marca — *tyrolezes*. Tinham ao lado, no sitio do laço, uma penna de pavão, enfeite que não deixava de ser gracioso e pittoresco. Em tempo, esses *tyrolezes* tiveram grande voga, e muitos rapazes houve que, para ostentarem uma pluma bonita... e barata, iam disfarçadamente arrancal-as a uns pavões que passeavam livremente pelo Palacio de Crystal, o que obrigou a direcção d'aquelle estabelecimento a adoptar medidas severas para proteger o precioso leque que aquellas aves abrem com a sua cauda, larga e lindamente colorida. Os *henriquinos* ao contrario dos *tyrolezes*, não fizeram carreira. Falta da pluma?... Talvez... Durante as festas pouca gente se cobriu com elles. Dizia-se que, por serem molles e portanto podendo acommodar-se mais facilmente, estavam destinados a substituir a *claque*. Pois não substituiram, e ainda bem que assim succedeu.

Appareceram tambem umas bengalas, que pouca gente comprou. Eram das chamadas de nós, com um busto do infante aberto no castão. Muita gente achou-as desgraciosas e pesadas. O contrario, realmente, seria affirmar falta de bom gosto. Foram produzidas em Lisboa, e se no norte o consumo foi pequeno, no sul devia ter sido insignificante. Poucas pessoas se decidiram a compral-as e se alguem a isso se aventurou, foi, decerto, para completar alguma collecção henriquina.

A bolacha especial que se fabricou, chamou-se D. Henrique como em 1880 se chamou Camões, e como se hade chamar em 1895 Santo Antonio de Lisboa, e em 1897, Vasco da Gama... Muda de titulo consoante as occasiões festivas em que tem de apparecer. Foram duas as fabricas que concorreram com essa nova marca, e não perderam o tempo por que o artigo teve procura. Como era perfeitamente egual, em pezo e em paladar, a todas as outras, quer deem pelo nome ideal de *Marias*, quer se chamem demagogicamente Magalhães Lima, as familias adoptaram-a por ser da occasião e terem tambem, n'uma das faces, o busto do infante, por signal com uma cara de quem parecia mostrar-se contrariado por ser comido com chá...

Essa bolacha acondicionava-se em caixas de folha, tendo na frente uma lythographia adequada á commemoração do centenario: do lado direito o busto do infante e por baixo um leão segurando um escudo em que se

lia — *21 — agosto — 1415 — Tomada de Ceuta*, e a divisa do infante *Talent de bien faire:* — do esquerdo, um varinel com as velas enfunadas, uma esphera armillar e a dedicatoria — *Homenagem ao infante D. Henrique, 4 de março de 1394 — 4 de março de 1894.*

Appareceram tambem umas carteiras, que não conseguiram merecer o agrado do publico. Por occasião do centenario de Camões concorreram ao mercado umas muito bem feitas e apresentando certa originalidade. As *henriquinas*, pela sua imperfeição, estavam destinadas a ter uma insignificante procura.

Houve tambem sabonetes de varios preços e de aroma identico a todos os demais. No envolucro via-se o retrato do infante e uma allegoria maritima.

A fabrica de louças da rua da Restauração, propriedade do snr. Alvaro Arnaud, apresentou dous pratos ornamentaes que, se não eram uma obra prima propria a figurar em museus, constituiam uma recordação muito agradavel do centenario. Um dos pratos tinha o retrato do infante, copia do que se encontra na chronica de Azurara; o outro, a reconstrucção aproximada da nau S. Gabriel, capitania de Vasco da Gama na sua primeira viagem á India. Foram habilmente modelados pelo snr. Rodolpho Allen e tiveram uma acceitação muito lisongeira.

Outras fabricas produziram tambem pratos, de louça grossa, com o retrato do infante. Trabalho sem esmeros, essas faianças não deixam comtudo de ser curiosas como documentos para a historia da ceramica em Portugal. Vimos alguns d'esses pratos que eram deveras curiosos. De resto n'este genero ha muita coisa, e muito interessante.

A ourivesaria, arte que entre nós está muito adeantada, é que se representou perfeitamente no centenario. Os joalheiros snrs. A. Reis & Filhos, com estabelecimento á rua de Santo Antonio, apresentaram alfinetes para gravatas e broches para senhoras, muito perfeitos e distinctos. O cunho era excellente e todo o trabalho muito bem acabado.

A *Ourivesaria Viziense*, tambem estabelecida á rua de Santo Antonio, apresentou egualmente uma collecção de alfinetes em oiro fosco e em prata, muito distinctos, além de uma excellente variedade de broches, com o busto do infante e a sua conhecida divisa. Muito interessante tambem a variedade de carteiras, algumas muito elegantes.

Os cunhos para os alfinetes e broches foram abertos em aço na casa Postaing, de Pariz.

A marcenaria a vapor — *Economica* — apresentou á venda durante as festas um elegante grupo de mobilias denominadas *Henriquinas*, a preços muito reduzidos. Algumas d'essas mobilias eram muito elegantes.

Na composição d'este mobiliario original entrava uma imitação muito bem feita de marmores caros.

O snr. Antonio de Oliveira e Silva executou um espaldar e um as-

*

sento de cadeira, ambos de sola; o espaldar mostrava ao centro o retrato, muito semilhante, do Infante D. Henrique, e de cada lado uma cariatide que servia de ornato á moldura do retrato.

Em cima destacava-se o brazão das armas reaes portuguezas, tendo por baixo a divisa do Infante. Ao fundo do espaldar via-se a prôa da caravella, com a respectiva figura que faz parte do projecto do monumento do snr. Thomaz Costa.

No assento tinha o brazão de armas d'esta cidade, sustentado por dous genios, vendo-se no mesmo brazão o collar da Ordem da Torre e Espada, que lhe corresponde. Tanto o espaldar como o assento são de couro, sendo todos os ornatos em relêvo e executados a ponção.

Os Grandes Armazens Herminios distribuiram tambem por occasião das festas umas carteirinhas-brinde, muito bem dispostas, trazendo além de indicações uteis ao forasteiro e os artigos de commercio dos mesmos armazens, a lettra do hymno do Infante D. Henrique.

Como se vê, a inventiva dos nossos industriaes não foi muito longe; por occasião do centenario de Camões, foi um pouco mais além, porque se annunciaram colarinhos, gravatas e *doces a Camões*. Nos *menus* figuraram tambem *pratos a Camões*. D'esta vez, porém, o infante ficou apenas reduzido a bolacha, o que já não é de todo o mau! E parece que é o que ficará, porque desapparecendo as bengalas, os chapeus, os pratos e os alfinetes, a bolacha continua ainda. Póde mesmo até succeder que, volvidos muitos annos, do centenario henriquino fique apenas, como recordação de tamanha devoção civica, o busto do infante n'uma face de bolacha!



CAPITULO X

Como é natural, a concorrencia de forasteiros foi enorme; além de ser muito variado o programma das festas, a vinda de suas magestades e altezas contribuiu tambem para que muitas familias se aventurassem aos incommodos, riscos e despezas d'uma jornada. Depois, o tempo auxiliou extraordinariamente as festas, conservando-se secco, ameno, cheio de sol, o que não é muito frequente succéder nos mezes de fevereiro e março, de ordinario o periodo mais agudo de ventanias e chuvas. Esta circumstancia essencialissima fez com que o Porto tivesse durante cinco dias o movimento confuso e desordenado das grandes cidades commerciaes do mundo. E é necessario attender a que uma noticia irreflectidamente publicada nos jornaes, nas vesperas da chegada da familia real, devia ter afastado muita gente, mais apprehensiva e timorata, noticia de que se originaram uns boatos alarmantes que cruzaram o paiz em todas as direcções. Foi o caso que, tendo o commissario geral de policia ordenado que se exercesse uma severa vigilancia sobre os individuos que se tornassem suspeitos, foram presos uns tres extrangeiros e recolhidos, incommunicaveis, no Aljube. Um jornal, noticiando estas prisões, de resto trivialissimas em occasiões excepcionaes, como esta, em que a policia tracta de deitar a mão aos gatunos que vem de todos os pontos do paiz e até do extrangeiro, fel-o, porém, de modo tal que dava a perceber que a estada d'aquelles extrangeiros no Porto poderia obedecer a qualquer plano occulto. Ora presos eram dois francezes e um hespanhol; poucos dias antes, em Paris, os anarchistas haviam feito saltar uns edificios; não poderiam esses homens ter vindo expressamente espantar os tranquillos burguezes que de todos os lados acorriam a presencear as apparatosas festas?...

O boato, adquirindo volume e consistencia, espalhou-se tão rapidamente que da provincia entraram de chover cartas e telegrammas a perguntar o que havia; o povo das aldeias entreolhava-se, aterrado, jurando que não viria á cidade no dia dos festejos, e familias houve que, imaginando dentro dos muros da cidade invicta um novo Ravachol, tinham tudo preparado para sahir do Porto aonde só voltariam quando tudo estivesse socegado e tranquillo. Póde affoitamente dizer-se que a opinião se mostrou verdadeiramente preoccupada, e que, durante um ou dois dias, chegou a manifestar-se certo panico. Afinal, tudo se aclarou. Os presos eram uns pobres diabos de intrujões, que, na hypothese de uma boa colheita, vieram não se sabe bem de d'onde, até esta cidade, attrahidos pelo ruido das festas. Um d'elles, francez, de Marselha, distribuia uns papeluchos do theor seguinte:

> Senhores: — Achando-se de passagem um ex-sub-official de infanteria de marinha franceza, emigrado por questões de serviço, sem emprego e com falta de recursos, pede ao bom coração das pessoas caridosas um pequeno soccorro para seguir viagem. — O seu mais humilde creado, *B. Georges.*
> Pede-se a fineza de devolver este prospecto.

Esse George jurava que era effectivamente um official e contava para justificar a sua situação uma longa historia, que ninguem percebia. De resto affirmava ser uma excellente pessoa, o que era confirmado pelos companheiros, uns desgraçados com cara de tudo menos de anarchistas. Como, porém, não houvesse meio de reconhecer-lhes identidade, os homens foram mandados pôr na fronteira. E assim se desvaneceu a impressão que amedrontara muita gente.

Na hypothese de uma concorrencia extraordinaria, a auctoridade policial havia ordenado que se confeccionasse uma relação dos hoteis, hospedarias e casas de dormida com a designação dos proprietarios, ruas e preços diarios de hospedagem. Esta determinação tinha por fim indicar aos forasteiros não só os locaes onde podiam installar-se, mas impedir que os hospedeiros se permittissem abusos, aproveitando-se da occasião para explorar as pessoas que a elles recorressem.

Por essa relação, profusamente espalhada por toda a cidade, apurou-se que o Porto tinha n'essa occasião 36 hoteis, 84 hospedarias, 10 casas de dormidas e uma adeleira onde só se dava dormida a serviçaes [1].

[1] Os preços habituaes d'estes estabelecimentos foram geralmente mantidos. Os hoteis não fizeram alterações nenhumas ás suas tabellas ordinarias, assim como as hospedarias e casas de dormidas. Os preços eram convidativos. Em hospedarias, centraes e confortaveis, dava-se hospedagem por 600, 800 e 1$000 réis, incluindo almoço e jantar. Dormidas havia-as desde 40 réis a 2$000 réis. Apezar, porém, da extrema modicidade d'estes preços, muita gente, ou por economia ou por encontrar já tudo tomado, dormiu na rua, sacrificio que, até certo ponto, não foi dos mais custosos, attenta a amenidade do tempo. Em algumas ruas muitos moradores deixaram abertas as portas dos seus predios para n'elles se recolherem as pessoas que não encontrassem em outros locaes mais confortavel accommodação. A população portuense, generosa e franca, mais uma vez evidenciou as nobres e bellas qualidades que tanto a distinguem.

A maior affluencia de pessoas foi nos dias 3 a 5 de março; os comboyos chegavam apinhados e pelas estradas que convergem para o Porto rodavam constantemente carros, desde o pezado, tradiccional e ronceiro *char-á-banc* até á ligeira victoria, conduzindo familias que quizeram evitar a confusão medonha dos caminhos de ferro. Poucas, rarissimas vezes tem estado n'esta cidade tanta gente, e, para honra do Porto, deve dizer-se que as milhares de pessoas que aqui se reuniram não tiveram de que se arrepender, antes, pelo contrario, retiraram-se levando as melhores impressões das festas, que foram brilhantes, e dos portuenses que mais uma vez affirmaram a tradiccional bizarria do seu caracter.

Para darmos uma nota exacta do movimento de passageiros, nas differentes linhas ferreas, solicitamos das respectivas companhias uma nota detalhada dos bilhetes vendidos, nota que nos foi immediatamente enviada, (1) e de que damos o seguinte extracto:

LINHAS FERREAS	BILHETES VENDIDOS
Companhia real	22:803
Beira Alta	1:458
Minho	9:796
Douro	13:229
Guimarães	3:054
Porto á Povoa	5:183
Mirandella	1:033
Orense — Vigo	233
Salamanca (2)	81
	56:870

Produziu a venda d'estes bilhetes a somma seguinte:

Companhia real	23:582$480
Beira Alta	862$400
Minho	5:416$150
Douro	10:359$080
Guimarães	725$360
Porto á Povoa	1:457$860
Mirandella	1:396$050
Orense — Vigo	300$850
Salamanca	152$200
	44:252$430

(1) Aos snrs. directores da Companhia real dos caminhos de ferro portuguezes, Caminhos de ferro do Minho e Douro, Caminho de ferro de Guimarães e Companhia do caminho de ferro do Porto á Povoa agradecemos a promptidão com que se dignaram acceder ao pedido que lhes dirigimos. Egual agradecimento tributamos ao snr. Guilherme de Castro, intelligente e zeloso sub-chefe do trafego dos Caminhos de ferro do Minho e Douro pelas indicações que teve a amabilidade de nos fornecer.

(2) As linhas combinadas com os caminhos de ferro do Minho e Douro são, como é sabido, Guimarães, Mirandella, Orense—Vigo e Salamanca. As importancias descriptas n'estas linhas referem-se unicamente ao percurso nas linhas do Minho e Douro.

Por estes dados officiaes vê-se que foi enorme o numero de pessoas que vieram a esta cidade; esse numero, porém, augmenta extraordinariamente com as familias que vieram em carros e com o povo dos arredores do Porto, que veio a pé. Se se computar de 80 a 90:000 o numero de pessoas que estiveram n'esta cidade não se andará muito longe da verdade. Alguns jornaes houve que, nos ultimos dias das festas, calcularam em 50:000 o numero dos forasteiros. Das notas que deixamos publicadas reconhece-se o erro d'este calculo.

Póde affoitamente dizer-se que a cidade do Porto poucas vezes tem sido visitada por tanta gente. Cremos mesmo que, por occasião do centenario, foi maior o numero de forasteiros do que quando se inaugurou officialmente a ponte Maria Pia, essa bella obra d'arte que podemos mostrar, com orgulho, aos extrangeiros que nos visitam.

Tanta concorrencia determinou naturalmente um grande movimento commercial, fim a que muito especialmente se visa sempre que se projectam estas solemnidades e outras de identico caracter. De ha muito luctando com graves difficuldades, em consequencia da temerosa crise que tanto tem amargurado o paiz, o commercio portuense, mormente o chamado pequeno commercio, teve occasião de respirar um pouco mais livremente. Durante os dias das festas houve um grande movimento commercial, vendo-se sempre cheios os estabelecimentos, principalmente os de venda a retalho. Não houve provinciano que não deixasse de adquirir uma lembrança da sua visita ao Porto, e muitos houve que, aproveitando o ensejo, fizeram importantes encommendas de artigos e generos. Houve, durante esses dias, uma grande expansão e uma grande abundancia, o que demonstra, d'um modo que não admitte duvidas, a necesssidade que os centros industriaes e commerciaes teem de, em occasião opportuna, attrahirem as attenções geraes e procurarem interessar a opinião publica. Suppomos não cahir em erro dizendo que pertencemos a essa cathegoria de povos que vão lentamente definhando por lhes faltar a energia e a decisão que, n'um dado momento, applicadas com criterio, salvam de grandes e temerosos perigos. Se as corporações officiaes, mais attentas em servir os interesses dos partidos que representam, não se preoccupam absolutamente nada com o desenvolvimento e o bem estar geral, os particulares procedem ordinariamente da mesma maneira, na mais completa indifferença por tudo quanto possa influir para melhorar as suas condições de existencia. Somos, por indole e por educação, avessos a tudo quanto tenda a sahir fóra das normas pautadas e regulares em que decorre a vida portugueza. Por mais que se diga a essa gente que, as cidades pequenas, aquellas que pelas suas condições especiaes não tem elementos para alargar sensivelmente a sua acção productora, carecem de, em determinadas epochas preparar-se para attrahir a si outros elementos, mais fecundos e prestimosos; por mais que se lhes mostre a necessidade de estudarem o meio de realisar

feiras, exposições, certamens, solemnidades religiosas ou civicas que despertem a curiosidade, nada é capaz de obrigar a reflectir maduramente sobre assumptos que, mais do que a ninguem, a interessa e favorece. Succede mesmo que, quando alguem tenta realisar qualquer coisa que póde attrahir a provincia, o corpo commercial, que deveria ser o primeiro a animar e a auxiliar esses projectos como elemento de facil expansão e de largo movimento economico, é exactamente o primeiro a recusar qualquer auxilio que se lhe peça, sob o irregularissimo pretexto de que *tudo corre mal*... Pois é exactamente por isso mesmo que deveria, ainda que com sacrificio, alentar essas emprezas e dar-lhes os precisos elementos para a realisação dos seus projectos. Se tudo *corresse bem*, se os estabelecimentos, atulhados de freguezes, vissem despejados os seus lotes e abarrotados os seus cofres; se a industria não podesse satisfazer a tantas requisições e a tantos pedidos; se tudo vivesse tão feliz e contente que não tivesse preoccupações nem canceiras, então é que não valeria a pena attrahir o publico. Se elle vinha expontaneamente, desnecessario seria chamal-o. Mas dando-se precisamente o contrario, vivendo a arte, a industria, o commercio, nas difficuldades que a crise, mais accentuada dia a dia por successos de toda a ordem, vae successivamente aggravando a um ponto tal que é motivo de serias inquietações pelo futuro de nós todos; vivendo-se de expedientes, espera aqui, arranja acolá, sem esperança de se reentrar definitivamente na confiança que perdemos, mercê dos desatinos e dos erros praticados por quem devia antepôr a tudo o patriotismo e a felicidade do paiz; luctando-se com mil embaraços, tendo de arrostar-se com enormes difficuldades, sentindo-se esse mal-estar que precede muitas vezes a completa ruina d'um povo, dando-se tudo isto que começa por entristecer e acaba por anniquilar, o dever de todos seria, por um movimento combinado de todas as forças sociaes, pela reunião harmonica de todos os elementos productores, pela vontade reunida de todos os homens de acção, remedear-se tanto quanto possivel este mal que nos quebranta. Como queremos nós vender o nosso artigo, se não o apregoamos para que todos o conheçam?... Como é que pretendemos alentar o commercio e fomentar a industria se ficamos para ahi de braços cruzados, inertes, impassiveis, desalentados, vencidos, murmurando imbecilmente — *ha-de ser o que Deus quizer!*... Não póde ser assim, hão-de concordar. O homem que não reage, que não lucta, que não dá batalha á adversidade, não póde esperar que Deus o auxilie. O dever indeclinavel do individuo é exgotar todos os meios legitimos que possa utilizar para pôr em debandada os inimigos que o persegue. Nós utilisamos esses meios?... Não, andamos por ahi a carpir, como as mulheres, lançando as responsabilidades de tanta desgraça aos homens que nos governam e nos dirigem, mas respeitando e considerando sempre esses homens... As coisas que nos affligem, os males que nos flagellam, a quasi miseria que se desenha funebremente no horisonte cheio de som-

brios pontos de interrogação, provém, dizem-o todos, dos desatinos, dos abusos, das immoralidades dos nossos homens publicos. E no entretanto esses homens que tanto mal nos tem causado, que tem cavado a ruina economica do paiz e determinado toda a serie de calamidades que acabarão por o reduzir á impotencia, são exactamente sustentados, amparados, favorecidos e patrocinados pelos mesmos que os accusam e increpam! E' extraordinario, mas é verdade. Esses delapidores da fazenda publica, esses homens perigosos que teem compromettido o futuro e complicado de difficuldades o presente, são ministros, deputados, embaixadores, com o consenso unanime dos que, em conversas de senhoras visinhas, passam o tempo a chorar idiotamente sobre as desgraças da patria... Somos assim, assim temos sido, e assim continuaremos a ser, por que, perdida a energia e anniquilada a vontade, a derrota é infallivel. Quem uma vez curvou a cabeça e dobrou o joelho, timidamente, a tremer, está irremediavelmente perdido. E' um impotente que se arreceia até da sua propria sombra.

O desusado movimento commercial que animou o Porto nos dias das festas commemorativas do centenario henriquino, deveria ter demonstrado ao nosso burguez rotineiro a necessidade de, sempre que se deparasse ensejo favoravel, realisar outras diversões que podessem produzir os mesmos resultados. As commemorações do caracter da que celebramos utilisam a um fim duplo — honram a memoria do heroe que a consciencia publica tem o dever de glorificar para servir de exemplo e lição, e contribuem para a riqueza e para a prosperidade geral. Não havendo sempre, por muito illustre e gloriosa que seja a historia d'um povo, homens notaveis a honrar, necessario é buscar outros pretextos e lançar mão de outros recursos, que não escasseiam nunca onde haja iniciativa e arrojo. Lá fóra as municipalidades encarregam-se quasi sempre d'essa tarefa [1]. Representantes das cidades cujos interesses devem por toda a fórma zelar ini-

---

(1) A proposito do centenario de Santo Antonio, o *Commercio de Portugal*, de Lisboa, publicou um excellente artigo que reforça as opiniões que deixamos exaradas. D'esse artigo extractamos os seguintes paragraphos:

....

Lá fóra, á falta de motivos plausiveis, de datas historicas, de commemorações nacionaes, inventam-se pretextos para festas mais ou menos ruidosas, e com o unico fim de animar o pequeno commercio, que não póde viver no *ram ram* de todos os dias e precisa de receitas extraordinarias para fazer face ao accrescimo de encargos a que não póde faltar, muito mais quando o thesouro publico tem de ser exigente até á inclemencia, como succede em todas as nações.

Entre nós, já algumas terras da provincia reconhecem a utilidade de taes festas, e commissões de commerciantes, coadjuvadas pelas municipalidades, vão todos os annos augmentando os attractivos para assim augmentar tambem o numero de visitantes e, portanto, de contribuintes voluntarios para as urgencias d'essas localidades.

Ainda este anno, vimos o Porto com as suas festas henriquinas chamar aos seus muros milhares e milhares de forasteiros, e diga o commercio d'aquella cidade se não valeu bem a pena

ciam primorosas festas, diversões magnificas, que attrahem — e é isso exactamente o que se pretende — milhares e milhares de pessoas. As proprias solemnidades religiosas dos oragos servem para a realisação d'esses propositos. Entre nós, além de não se pensar em coisa nenhuma que offereça novidade, nem mesmo se aproveita o que possuimos. Temos, por exemplo, a data de 9 de julho que, na historia moderna de Portugal, recorda um dos acontecimentos mais notaveis, por que foi n'esse dia que, com a entrada das forças liberaes, o despotismo feroz do throno e do altar foi para todo o sempre anniquilado. Para a vida constitucional do paiz, para a consolidação do systhema monarchico-representativo, e até para revigorar crenças apagadas e acordar vontades indifferentes, a solemnisação d'essa data, por tantos titulos gloriosa, deveria ser um bello acontecimento

---

o que gastou com a celebração do centenario do infante D. Henrique, e se não teve uma larga compensação das despezas feitas.

Só Lisboa se não mexe! Só Lisboa estaciona no seu indifferentismo inepto, só Lisboa se conserva n'essa pasmaceira eterna, que não lhe dá honra e muito menos proveito!

Afóra esses anachronicos cirios, que aliás são iniciativa das freguezias suburbanas da cidade, em Lisboa não ha festas, não ha movimento, não ha cousa que attraia gente de fóra, que venha aqui divertir-se e pagar largamente as diversões que lhe offerecessem!

N'este seu retrahimento, Lisboa antes parece ser a mais bizonha e rude provincia do paiz, do que a capital do reino, uma das cidades afamadas da Europa, cantada por poetas em todas as linguas, descriptas nas phrases as mais lisongeiras pelos viajantes.

....

Tudo isto nos lembra, a proposito da festa nacional, que officialmente foi hontem annunciada no *Diario do Governo*, pois esta festa é de toda a nação, sem duvida, mas principalmente de Lisboa, a terra onde nasceu o santo milagreiro, o mais popular santo de todo o *Flos Sanctorum*, o que tem devotos em todas as classes e de todas as edades!

E', pois, a Lisboa que compete honrar o seu santo, festejar o 7.º centenario do glorioso santo Antonio, e Lisboa, como nenhuma outra terra, póde fazel-o de modo a que fique bem memoravel essa commemoração.

A parte religiosa está naturalmente entregue ao snr. cardeal patriarcha, que terá a seu lado todo o alto clero do paiz, e deve haver toda a certeza de que as festividades de egreja serão esplendorosas e devem causar profunda impressão nas massas, tão necessitadas de um forte estimulo, que contrarie a propaganda dissolvente com que de ha muito se pretende abalar a sua fé e destruir as suas crenças.

A commissão das festas, já officialmente reconhecida, composta de cavalheiros respeitaveis e sinceramente empenhados em que se registe com o maior luzimento o dia 15 de agosto do proximo futuro anno, tambem muito ha-de fazer n'esse sentido, e, com os elementos de que poderá dispôr, d'ella esperamos um programma pomposo, como pede a gloriosa data historica que se pretende celebrar.

A época é excellente, com especialidade para attrahirmos a Lisboa os forasteiros do reino visinho, e quanto mais depressa começarem os trabalhos, mais tempo ha de durar o reclame que a imprensa de Lisboa se encarregará de fazer, para seduzir os visitantes tanto os da provincia como os de fóra do paiz.

Não fallamos ainda na camara municipal, por julgarmos inutil lembrar que n'esta commemoração pertence-lhe o primeiro logar, que ella não tomou, queremos crer por não lhe permittirem as suas finanças a iniciativa indicada pelas suas tradicções e pelo facto de ter a seu cargo o culto do templo onde se venera o santo lisboeta.

Ella, porém, não deixará de cumprir nobremente o seu dever, para o que, com a boa vontade e a bizarria dos seus municipes, não terá, de certo, de assumir a responsabilidade de aggravar sensivelmente o estado precario dos seus cofres.

E se não fallamos no governo, é porque entendemos que nas circumstancias do thesouro a sua iniciativa deve limitar-se a dar apoio moral á commissão dos festejos, que pelo provado patriotismo dos seus membros será a primeira a prescindir d'auxilio que não seja d'esta natureza.

politico-social. Pois não é, e essa data cheia de luz, esse dia rutilante e claro em que o espirito poude libertar-se dos carceres em que o encerraram, passa entre nós, que tanto luctamos e combatemos pela liberdade, lembrado apenas por um arraial grotesco, com musica e illuminação na praça de D. Pedro, uma ignobil e reles festança d'aldeia remota, que as auctoridades deveriam ser as primeiras a prohibir terminantemente em nome do decoro que é necessario guardar aos feitos illustres dos nossos antepassados. Podendo celebrar-se uma festa imponente, permitte-se essa miseria que todos os annos ahi se exibe, pelintramente, deixando-se cahir no ridiculo um acontecimento que todos nós tinhamos obrigação de honrar, honrando o exforço ingente d'esse punhado de bravos que, na hora em que a patria agonisava abafada pela tyrannia e pela ferocidade, investiam contra o duplo despotismo d'um rei algoz e d'um clero fanatico, esmagando, por um gigante esforço de patriotismo, o monstro que pretendia estrangular a voz que pedia liberdade, o espirito que reclamava luz, a alma que bradava por justiça. Podendo essa solemnidade servir de edificante lição ao povo, serve apenas para o povo se rir. E quando o povo, perdido o respeito ás coisas sagradas que devia respeitar, principia a tractal-as de resto. difficilmente se conseguirá obrigal-o a olhal-as depois com veneração e respeito.

Procedemos assim, em tudo, e sempre; no entretanto, á flor dos labios assoma constantemente uma queixa. Parece que vivemos exactamente para nos lamentar, e que fizemos d'esta constante preoccupação um modo de vida. Lamuriar, é o nosso officio. Em toda a parte se ouve dizer — *estamos perdidos — isto vae mal.* E que fazemos para conjurar esse mal?... Deitamo-nos a dormir, expediente pouco fatigante e algo consolador!

Isto, que ahi fica dito, despretenciosamente, é colhido na observação diaria do nosso meio social; não inventamos, reproduzimos com a maior exactidão o que se passa entre nós. Apezar de sermos, na bombastica phrase sempre repisada e porisso mesmo inexpressiva e baça, que somos a cidade das grandes iniciativas, o certo é que, pelo menos na hora actual, somos a cidade das grandes indifferenças. Tudo dorme em nós, tudo está paralysado e quieto. Palavras e só palavras, obras nenhumas.

\- - -

Como fica dito, ao contrario do que se pratica lá fóra, deixamos passar em silencio os grandes acontecimentos que, devidamente aproveitados, contribuiriam efficazmente para o augmento da riqueza publica. Por occasião das festas do centenario, grande numero de factos vieram á saciedade demonstrar que a maior parte da gente não comprehende o largo e proficuo alcance d'estas commemorações. Assim temos que, or-

ganisando-se commissões de ruas, encarregadas dos festejos parciaes, muitos moradores se recusaram tenazmente a subscrever invocando os mais futeis e curiosos pretextos. Na rua dos Clerigos, onde em mais larga escala se realisa o commercio a retalho, não foi possivel constituir-se uma commissão! Na rua Formosa nada egualmente se conseguiu... *por não passar por lá o cortejo civico!* E' esta a comprehensão da maior parte da nossa gente. Não percebe, ou finge não perceber, que de todos os esforços reunidos é que provem o bem geral, e que, onde não houver harmonia, nada de perfeito se conseguirá. Não se capacita de que, prestando o seu concurso á auctoridade, que lh'o solicita, trabalha para si, e que, em troca d'uns mil réis que dispende, recolherá muito maiores quantias. Encerrado n'um circulo de egoismo, de que propositadamente não quer sahir, não vê senão o que o seu limitado criterio lhe suggere. D'ahi, a má situação em que vive, situação que a si propria se creou. E' preciso que nos convençamos de que os povos teem a sorte que merecem. Os que trabalham e porfiam na lucta, estimulados por um nobre ideal, avançam e prosperam; os que param, timidos e amodorrados, sem acção nem vontade, acabam por desapparecer. Nós não prosperamos, porque não nos decidimos a isso. De fortes, animosos e decididos que eramos, transformamo-nos no que somos, presentemente. Estacionamos, com tendencias para caminhar para traz. Nada nos estimula, nada nos incita. Até quando estaremos assim?... Até quando nos conservaremos n'esta apathia, n'este entorpecimento moral que nos dá o aspecto d'um povo vencido e derrotado?...

Encerremos, porém estas considerações, e reatemos o fio do nosso relato.

Apezar de ser enorme a affluencia de forasteiros, não faltaram accomodações nem succedeu faltarem os generos alimenticios, como por occasião da inauguração da ponte D. Maria Pia. Todos os estabelecimentos se achavam fartamente providos, e além dos existentes, outros se estabeleceram para o publico poder ser promptamente servido. Grande numero de cafés montaram, para os dias das festas, serviço de restaurante, e muitos hoteis alugaram as casas que pela visinhança se encontravam devolutas para melhor accommodação dos seus hospedes.

As casas de pasto, e não são poucas as que existem no Porto, estavam constantemente cheias de gente. A Cosinha Economica, um magnifico estabelecimento que está prestando relevantes serviços ás classes operarias, serviu cerca de 54:000 jantares desde o dia 1 a 6 de março. No dia 4, que foi domingo, o pessoal estava de tal fórma fatigado, que a Cosinha teve de fechar ás 3 horas da tarde. Se não adoptasse este expediente, o movimento seria muito mais consideravel do que o foi nos dias anteriores, por quanto, ao fim da tarde, depois de terminada a ceremonia do lançamento da primeira pedra no monumento, juntou-se grande multidão de

pessoas que pretendiam a todo o transe entrar. Algumas tentaram até arrombar as portas, violencia que foi impedida pela policia, que se viu embaraçada para poder reprimir a furia de tanto... estomago vasio! (1)

Apezar de ser tamanho o numero de forasteiros, e de, nos pontos onde se realisaram as principaes solemnidades, se reunirem milhares de pessoas, não houve o mais ligeiro incidente que podesse empanar o brilho das festas. O movimento da casa de detenção do Aljube foi menor do que o habitual, e os larapios conhecidos como taes, prudentemente retirados da circulação, deixaram em paz as algibeiras que haviam de estar, como é natural, bem providas.

A policia, á semilhança do que se pratica no estrangeiro, mandou affixar em todas as ruas grandes cartazes dizendo:

ACAUTELLEM AS ALGIBEIRAS
SENTIDO NOS RELOGIOS
CARTEIRAS
E ALFINETES DE GRAVATA

Esta prevenção fez acautellar muita gente; que se saiba, apenas roubaram um relogio a um cavalheiro, na rua do Infante D. Henrique, e uma bolsa com dinheiro a uma senhora, no Campo da Regeneração. De resto, os gatunos mais habeis tinham sido cautellosamente recolhidos no Aljube, e algum que veio de fóra, como a policia foi reforçada com agentes de Lisboa, Coimbra, Braga, Evora, Beja, etc. teve o mesmo destino (2).

Conflictos, não houve nenhum, o que registramos com a maior satisfação. Em todo o longo percurso do cortejo civico não occorreu

---

(1) Os dias de mais movimento na Cosinha Economica foram no sabbado, dia do cortejo civico, no domingo e na segunda-feira. No primeiro dia serviram-se 15:000 jantares; no segundo 12:000 e no terceiro, 14:000. Na sexta-feira serviram-se 4:980 e na terça 4:370.

Deve accrescentar-se que o serviço estava montado com tanta ordem que a Cosinha serviu regularmente todos os dias, como costuma, as refeições aos prezos do Aljube, que eram cerca de 200.

Em alguns restaurantes, especialmente nos dias 3, 4 e 5, havia mezas pelos corredores e até na Cosinha. O café Suisso encheu as salas de bilhares com mezas que se achavam sempre cheias. Nos hoteis do Porto, Francfort, Paris, Central, etc. serviram se 3, 4, 5 e mais mezas. Foi verdadeiramente espantoso o trabalho que em todas essas casas houve n'esses dias, o que não impediu que tudo corresse na melhor ordem não havendo nenhum motivo de queixa.

(2) O roubo mais importante que se fez n'esta occasião foi a uma familia que veio de Lisboa assistir ás festas. Esse roubo consistiu em differentes joias de valor, subtrahidas d'uma carruagem de 1.ª classe. Depois de muitas diligencias empregadas pela policia, apurou-se que o auctor do roubo fôra um empregado do caminho de ferro. Preso esse individuo, averiguou-se ser elle o auctor de outros roubos praticados em comboyos. Na sua qualidade de revisor, quando entrava nas carruagens e encontrava os passageiros a dormir apoderava-se dos valores que encontrava mais á mão.

o mais insignificante barulho. O vasto campo da Regeneração, onde se dissolveu o cortejo e se executou o grande hymno triumphal de Keil, estava vedado por uma fragil grade de arame, que facilmente podia ser inutilisada. Pois ninguem pensou em transpol-a ou destruil-a, apezar de ser espantosa a agglomeração de gente. O mesmo succedeu na praça do Infante D. Henrique, por occasião do lançamento da primeira pedra do monumento. Milhares de pessoas, apertadas, entaladas, em volta da praça, estiveram alli, durante horas, no maior respeito e no mais religioso silencio. Se, o que é muito natural quando se acha tanta gente reunida, os de traz, para se procurarem uma posição mais commoda, empurravam os da frente, estes recuavam, defendendo assim a grade que os separava do local da solemnidade. Era de vêr, realmente, a cordura, a gravidade, a compostura, o respeito do nosso povo. A policia não teve nunca de intervir. A verdadeira policia foi o proprio povo que pareceu timbrar em que tão gloriosa festa se realisasse sem que a mais ligeira mancha viesse empanar-lhe o brilho. Esta attitude tão cordata e digna veio mais uma vez testemunhar a boa indole e a generosidade do povo portuguez. Tem-se dito muita vez que não ha povo nenhum como o nosso, tão docil, tão bom, tão sensato. E não se diz senão uma grande verdade. Se ás vezes sahe fóra da sua proverbial pacatez, é porque a especulação se põe em campo para o agitar. Não fossem os exploradores e os ambiciosos inquietal-o, que elle não ultrapassaria nunca a linha honrada em que se mantem. Bom e generoso, submisso e soffredor, o povo portuguez tem sido sempre, e em todas as epochas, estimado e querido. Cioso dos seus direitos e das suas regalias, defensor intemerato da liberdade que tanto sangue lhe custou, vemol-o erguer-se decidido, forte, audaz, vibrante de enthusiasmo, sempre que um desposta pretendeu offendel-o. Tocar-lhe na sua herança, usurpar-lhe o que vem de seus maiores, não o consentirá nunca. A' violencia responderá com a violencia, á força com a força, e a historia sobeja em factos que cercam de uma luminosa aureola este bom povo exforçado e varonil. Em plena paz, porém, absorve-o o trabalho, o bem-estar da sua familia é o seu pensamento constante, e alheio a todas as miserias e baixezas em que se comprazem os espiritos egoistas e interesseiros, reparte o seu tempo pelo amor da patria e pelo amor da familia, abrigando no seu coração, rude mas cheio de bondade, todas as heroicas virtudes que o immortalisaram na historia. E' em verdade um povo generoso, bem digno de melhor sorte do que aquella que tem tido desde que os judeus da politica, á semilhança dos outros nos torvos dias da morte de Jesus, entraram de jogar aos dados a tunica inconsutil da Patria...

Se o povo, obedecendo ao seu natural sentimento de generosidade e correcção, se portou com tamanha nobreza e dignidade, a policia civil, hoje composta de elementos ordeiros e bem disciplinados, houve-se egualmente com a maxima circumspecção, merecendo tambem os elogios que

os seus superiores lhe dirigiram. Em successivas ordens do dia [1], o commissario geral, snr. dr. Adriano Accacio de Moraes Carvalho, recommendou ás praças do seu commando a maior cordura e delicadeza, comminando severas penas a quem transgredisse as suas ordens; e tão acertadamente dirigiu todos os trabalhos, distribuindo o serviço com o maior acerto e intelligencia, que, sendo enorme o numero de carruagens em circulação, não houve a registrar tambem o menor accidente durante os dias das festas. As providencias foram adoptadas com o maior criterio, dando por isso os resultados que assignalamos. Reconhecendo o valor d'esses serviços — secundados intelligentemente pelos commissarios de divisão Francisco Leite Arriscado e Luiz da Terra Pereira Vianna — o chefe do districto dirigiu o seguinte officio de louvor ao snr. commissario geral:

Ill.mo Snr.—Tendo verificado o modo intelligente e acertado por que não só foram adoptadas por V. S.ª e pelos commissarios das duas divisões as providencias policiaes por occasião dos festejos do centenario do infante D. Henrique, mas tambem a execução d'essas providencias por parte dos chefes, cabos e guardas do corpo de policia d'esta cidade, é-me summamente grato dirigir a V. S.ª e a todo o corpo policial os louvores que merecidamente lhes cabem pelos bons serviços prestados, devendo V. S.ª transmittir estes louvores a todo o pessoal. Deus guarde a V. S.ª Porto, 7 de março de 1894. Ill.mo Snr. commissario geral de policia. (a) O governador civil, ARTHUR ALBERTO DE CAMPOS HENRIQUES.

O numero extraordinario de forasteiros determinou, como era de prever, um augmento consideravel de serviço na repartição telegrapho-postal. Durante os dias das festas, isto é, de 1 a 6 de março, na estação central do Porto foram transmittidos 2:320 despachos e recebidos 2:143. Apezar de tamanha affluencia de serviço foi elle sempre feito com regularidade, sem demoras na recepção e transmissão. Attendendo ao zelo com que se houveram todos os empregados, o ministro das obras publicas, commercio e industria, em portaria de 1 de maio (*Diario do Governo* n.º 103, de 9 de maio) determinou «que o pessoal da 1.ª e 2.ª secções das estações telegrapho-centraes de Lisboa e Porto seja louvado pelo zelo com que desempenhou o serviço telegraphico durante o periodo das festas do centenario do infante D. Henrique».

(1) «Os snrs. chefes de esquadra farão as mais severas recommendações ás praças do corpo de policia para que sejam urbanos com todas as pessoas, dando todos os esclarecimentos que lhes pedirem, encaminhando-as, quando sejam solicitados para isso, evitando discussões, preferindo benevolas admoestações a prisões por motivos futeis e insignificantes, fazendo cumprir as instrucções que lhes forem dadas, mas com delicadeza e prudencia.» (*Ordem geral do corpo de policia,* de 1 de março).

A *Coimbra Medica*, publicação scientifica dirigida pelo snr. dr. Augusto Rocha, aproveitou a occasião para, invocando a saude e a hygiene publicas, alludir desfavoravelmente á celebração do centenario e emittir uma opinião politica que, de outra fórma, não poderia ter cabida nas paginas de tam interessante quanto erudicto quinzenario. No n.º 6, 14.º anno, correspondente ao dia 15 de março, deparamos com a seguinte engenhosa noticia:

«A hygiene moderna é contraria ás agglomerações excessivas de gente, que não possa ser submettida a prescripções rigorosas de policia sanitaria. A agglomeração de forasteiros na cidade do Porto por occasião das festas henriquinas cabe dentro d'esta observação critica. E' evidente que esta gente impoz á cidade do Porto, já de si bem pouco hygienica, um regimen sanitario perniciosissimo tanto para os naturaes como para os extranhos. Já abstrahimos do dispendio perdido e da perturbação que d'ahi resulta, para nos cingirmos á questão propriamente hygienica. Quantos males não derivariam das infracções commettidas? O cansaço, a falta de dormir, a alimentação desordenada, o excesso de bebida, a promiscuidade e tantas outras desordens constituiram a serie de preparativos destinados a dispor favoravelmente os organismos para a invasão das diversas bacterias. A inquinação dos hoteis deve ser extraordinaria e não consta que a camara do Porto fizesse praticar o que se pratica n'outras cidades, isto é, a desinfecção de casas de hospedes e respectivo mobiliario. Em nada d'isto se pensou, mas simplesmente em organisar uma festa de resultados politicos e financeiros, por que sobre virtudes do infante a historia hesita, e ácerca de patriotismo... ha tantos modos de comprehendel-o, que não nos atrevemos a emittir opinião.»

O cuidado que a hygiene merece ao illustre director da *Coimbra Medica* tem, verdade seja, toda a razão de ser, mormente quando é fóra de toda a duvida que os grandes ajuntamentos e as perturbações e irregularidades que por essas occasiões occorrem, modificando sensivelmente os habitos são outras tantas causas de perigosas alterações que podem dar em resultado o desenvolvimento d'uma epidemia de consequencias serias. As observações feitas conduzem ao reconhecimento immediato d'esta verdade, e hoje, que a saude publica, ameaçada por tantos inimigos viziveis e inviziveis, está á mercê de mil contingencias, indispensavel se torna que todos procurem defendel-a, afugentando os perigos que de todos os lados a cercam. No caso presente, porém, as observações do reputado clinico conimbricense, não teem a importancia que elle lhes quiz dar. Prova-o exuberantemente o mappa que seguidamente publicamos, pelo qual se vê que o numero de microbios, tendo tido uma subida consideravel no começo da semana do centenario, soffreu uma baixa, tambem consideravel, nos dias seguintes, isto é, n'aquelles em que houve maior movimento de forasteiros:

MEDIAS HEBDOMADARIAS (1)

Numero das semanas	Dias do mez	Microbios	Mucedineas	Evaporimetro (millimetros)	Tensão do vapor atmospherico (millimetros)	Ozone	Pressão barometrica	TEMPERATURAS Maxima	TEMPERATURAS Minima	TEMPERATURAS Variação media	TEMPERATURAS Media	Humidade relativa %	Chuva (millimetros)	VENTOS Direcção dominante	VENTOS Velocidade horaria (kilomet.s)
8	18 a 24 fev.	47.560	14.760	3,70	7,92	3,7	753,56	20,2	6,2	9,8	12	64	0	E	7,4
9	25 fev. a 3 março	109.900	16.100	1,43	8,89	3,6	757,88	20,2	4,2	10	11,4	86	0	W	2,5
10	4 a 10 março	53.200	16.720	3,59	8,77	3,3	756,18	20,8	6	12,1	11,8	66	0	W	4,

O numero 109:900 da semana finda em 3, baixou a 53:200 durante a semana de 4 a 19 de março, o que de certo ha de tranquillisar o espirito assustado do afamado clinico, que tanto receou pela cidade do Porto, *já de si bem pouco hygienica*, como é sua opinião, felizmente combatida por outras muito respeitaveis e abalisados. De resto, as inquinações d'hoteis e outras espantosas coisas aventadas pela *Coimbra Medica* tanto não influiram absolutamente nada no estado sanitario da cidade, que, — vejam lá como são as coisas — tendo-se atravessado uma quadra, pela sua irregularidade, muito propensa a doenças, a estatistica obituaria accusa em relação a egual periodo dos annos anteriores uma differença insignificante (2). O que parece demonstrar que o Porto não é tam falto de hygiene como parece á *Coimbra Medica*.

Foi extraordinario, é certo, o numero de forasteiros, mas pelas condições em que a cidade se encontra e pelo proverbial accio dos portuenses, as medidas excepcionaes reclamadas por aquelle periodico não se tornaram absolutamente indispensaveis. Em Coimbra, onde pelas festas da Rainha Santa se junta egualmente muito povo, não consta que se tenha practicado o que a gazeta medica pretendia para o Porto, nem mesmo consta que a citada gazeta tenha feito allusões a taes respeitos. Emfim, quando a *Coimbra Medica*, pallida de susto, esperava ver na cidade da

(1) As analyses são feitas todas as quinta-feiras de cada semana no laboratorio municipal de saude e hygiene. O diametro do evaporimetro é de 452 millimetros; o do udometro de 226; a tensão do vapor d'agua atmospherico e a humidade relativa é obtida pelo psychrometro e suas tábuas. O ozone é avaliado pelo papel e escala ozonometricos. A velocidade do vento é recolhida no anemometro.

(2) Durante o mez de março falleceram na cidade do Porto 410 pessoas, incluindo n'esse numero os obitos occorridos nos hospitaes, e em igual periodo do anno findo, falleceram 408. A differença é portanto, de 2. Estes numeros fallam mais alto do que quaesquer outras considerações que podessemos produzir. E deve notar-se que grassava a epidemia da variola que apezar de benigna, contribuiu para o augmento da mortalidade.

Virgem rabear os microbios em tal quantidade que se espalhassem, em nuvens, pelo paiz, a mortalidade não augmentava, e apparecia um cholera imaginario em Lisboa, que não solemnisou ainda o centenario da descoberta da India! E essa fatal e pavorosa epidemia, que poz em acção todos os sabios nacionaes e estrangeiros, teve o singular capricho de não matar ninguem e de se extinguir quando toda a gente se decidiu a ser mais cautellosa. Caprichos das epidemias, que escapam á sagacidade dos sabios mais conspicuos!

Felizmente, os receios manifestados na noticia reproduzida, não se confirmaram, o que á evidencia prova a excellencia das condições hygienicas do Porto, que tendo durante cinco dias uma população extraordinaria, nem a *falta de dormir, nem a alimentação desordenada, nem os excessos de bebida, nem a promiscuidade* poderam alterar o estado geral, continuando a cidade como até ahi, sem mesmo ter o luxo de se distrahir com um *cholera* como o que invadiu Lisboa... [1]

N'esta primeira parte reunimos tudo quanto de mais essencial occorreu n'esta cidade por occasião das festas henriquinas; reproduzimos todos os documentos officiaes relacionados com o assumpto; accentuamos o papel especial que, na realisação do centenario, representou a extincta Sociedade de Instrucção; referimo-nos a todas as ceremonias e sólemnidades que se effectuaram durante os dias consagrados ás memoraveis festas [2].

---

[1] A unica epidemia que tem grassado e que já vem de novembro do anno passado, é a variola. Exactamente em fins de fevereiro e na primeira quinzena de março foi que ella se mostrou mais benigna, parecendo até entrar no periodo de completa declinação. Recrudesceu mais tarde, em maio, apparecendo focos intensos em alguns bairros insalubres, como a Fontinha, Eirinhas, Miragaya, etc. Em todo o caso a epidemia não revestiu a fórma grave das ultimas que se manifestaram e que produziram uma grande mortalidade. A maior parte dos casos foram de bexigas discretas; de fórma confluente, poucos, em relação, tem sido constatados. Deve dizer-se que foi sabiamente opposta uma grande resistencia á invasão da fatal enfermidade sem o que é possivel que tivesse irradiado mais.

De resto, o estado sanitario é excellente, como o comprovam os facultativos e as certidões de obito. O que ha é uma... *epidemia de saude!* Mas com essa folgamos nós, ainda que não digam o mesmo os senhores facultativos e... os vermes da terra!

[2] Só n'esta altura do livro é que podemos dar noticia da festa realisada no Collegio sustentado pela Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Santo Ildefonso, que, em commemoração do centenario, deliberou recolher e educar tres creanças apresentadas pela Commissão promotora das festas. Essa solemnidade realisou-se no dia 23 de junho. Pelas 6 horas da tarde compareceram nos paços do concelho os snrs. conselheiro Costa e Almeida, presidente da commissão do centenario, vogaes Augusto Luso, rev. Francisco José Patricio e Eduardo de Sequeira, assim como, acompanhado de 30 alumnos do Collegio de Nossa Senhora da Conceição, o protector do mesmo collegio, snr. Antonio Augusto Teixeira da Silva.

Pouco depois, tendo chegado as creanças escolhidas pela commissão do centenario para serem educadas no collegio da referida confraria, o snr. Teixeira da Silva collocou-lhes ao peito

Julgamos, portanto, ter cumprido a tarefa que nos impozemos, dando relação de tudo quanto n'esta cidade se realisou para honrar a gloriosa memoria do varão insigne que tão leal e valorosamente serviu e engrandeceu a sua patria.

As festas tendo começado no dia 1 de março, com a chegada de SS. MM. terminaram no dia 6, quando a familia real regressou a Lisboa. N'esse dia, e ainda no seguinte, os forasteiros que ainda aqui se achavam, esperando poder mais facilmente utilisar os comboyos, até ahi tomados d'assalto pelos que tinham pressa de recolher a suas cazas, ausentaram-se do Porto, voltando-se, emfim, á vida habitual. A cidade descançava tam-

---

lindos talàbartes de setim branco com a cruz de Christo e com ricas borlas e estrellas douradas. Essas creanças são: Betina Amelia Pereira, de 4 annos e meio de idade; Aurora Maria dos Santos, de 10 annos; e Alzira da Conceição, de 12 annos.

Pouco depois dirigiram-se todos para a casa em que está installado o collegio na rua do Bomjardim, e onde eram esperados pelos membros da meza administrativa da confraria, snrs. Augusto Cesar Pinto, fiscal do Collegio; Manoel de Souza Machado, thesoureiro; e Joaquim Manoel Pereira Bitetes e Romão dos Santos, mordomos. A' porta tocava a banda da Officina de S. José.

A convite do snr. Augusto Cesar Pinto, assumiu a presidencia o snr. conselheiro Costa e Almeida tendo por secretarios os snrs. Francisco José Patricio e Augusto Luso.

N'essa occasião, um grupo de alumnas d'aquella sympathica casa de educação cantou, acompanhada ao piano, a formosa marcha triumphal do Infante D. Henrique, de Alfredo Keil.

Seguidamente, o snr. presidente collocou ao peito das tres novas educandas do collegio os talabartes de seda azul que servem de distinctivo ás alumnas da mesma casa de educação, e mandou lêr a acta da sessão da meza administrativa da confraria em que foi resolvida a adopção das tres creanças.

O snr. conselheiro Costa e Almeida agradeceu á referida meza, em nome da commissão do centenario, a generosa resolução de educar aquellas tres creanças, como demonstração patriotica pela commemoração do centenario do illustre infante de Sagres. Era um acto de caridade que muito e muito honrava aquelles que o praticavam, engrandecendo a instituição em cujo seio tal acto se realisava. Fazia os mais sinceros votos pelo engrandecimento de tão benemerita corporação e por que ella continuasse a nobilitar-se por actos d'aquella natureza.

Usando da palavra o rev. Francisco José Patricio, começou por dizer que, quando o Porto acabava de fazer, com a commemoração do centenario, a grandiosa consagração de um dos nossos mais gloriosos vultos historicos — o Infante D. Henrique; quando a commissão do centenario acabava de levantar um tão grande pregão a favor do renascimento da vida nacional, iniciativa essa que tão viva e enthusiasticamente fôra secundada por todo o paiz e ainda pelas nações estrangeiras, era consolador á mesma commissão o vir entregar áquelle collegio as tres creanças que n'elle iam ser educadas com todo o carinho e dedicação.

Era que de facto, estando quasi apagados os eccos da grande festa nacional, emmurchecidas as flôres n'essa occasião espargidas, eram necessarias aquellas e outras festas identicas para recordar o centenario, que revive n'estas bellas obras de caridade, como revive na sua grandiosa obra o vulto immortal do Infante. Tendo sido D. Henrique o protector das sciencias, tendo partido a iniciativa do centenario de uma agremiação denominada Sociedade de Instrucção, e tendo sido de ensino a commemoração do centenario, era extremamente agradavel perpetuar a memoria da mesma commemoração, derramando a instrucção, educando creancinhas e preparando-lhes um futuro mais risonho do que aquelle a que seus paes, falhos de meios de fortuna, lhes poderiam dar.

A commissão do centenario havia levantado as forças vivas do paiz, havia conseguido fazer com que o nome de Portugal fosse fallado lá fóra de uma fórma honrosa para nós, mas aquella confraria, dispondo-se a educar tenras creanças desprotegidas da fortuna, prestava tambem um serviço á patria, concorrendo por essa fórma para o seu engrandecimento, pois que sem instrucção não ha civilisação possivel.

Era, pois, com o mais vivo reconhecimento que elle, como já fizera o digno presidente d'aquella festa, agradecia á meza da confraria de Nossa Senhora da Conceição a sua generosa resolução, esperando que ella, no futuro, colha os mais bellos fructos de acção tão generosa.

Por ultimo, foi lavrada a acta d'aquella sessão, sendo assignada por quasi todas as pessoas presentes.

bem, pois não pouco se preoccupara para que fossem bem recebidos todos quantos a visitaram, e para que as festas fossem dignas de quem as celebrava e do inclito heroe a quem eram consagradas. O Porto descançava com a consciencia tranquilla. Havia cumprido nobremente a sua missão. Havia-se desempenhado honradamente da tarefa que se impuzera. Apoz tanta canceira e tanta lide repousou com a certeza de que o paiz inteiro se associou á sua homenagem, e satisfeito por não ter havido a mais leve contrariedade, o mais pequeno desgosto que podesse tel-o feito arrepender de tanto trabalho que teve. Um jornal popularissimo, ([1]) alludindo á terminação das festas e do modo como ellas se realisaram escrevia o seguinte, que é a pura expressão da verdade:

«Acabaram as festas. Voltamos á nossa vida habitual. Tornamos para a lucta e para a refrega de todos os dias. Antes porém de regressarmos a essas horas de ardente combater, deixemos o dia d'hoje para uma obrigação imprescindivel — a de tornar saliente quanto estas festas foram, por todos os titulos, grandes e simpathicas.

O Porto recebeu os seus hospedes galhardamente. A recepção feita ao chefe do estado e sua familia, foram o que deviam ser: de respeito e cordealidade para com os soberanos, da mais primorosa e requintada cortezia para com tão illustres hospedes. Os reis de Portugal foram recebidos condignamente: e brilhantissimos foram todos, ou quasi todos, os incidentes d'estes festejos. Nunca da memoria se nos apagará a lembrança do cortejo civico e da sua entrada, majestosa, commovedora, no campo de Santo Ovidio! Nunca esqueceremos a festa fluvial, tão grandiosa e acompanhada de mil saudações festivas! E, apesar de tantos milhares de pessoas que aqui vieram, nem um conflicto, nem um ferimento, nem um alvoroço n'essa enorme multidão que enchia as ruas! Onde se viu isto, n'outro povo? A policia não teve que reprimir ou castigar: nem uma só nota desagradavel veio ferir a harmonia das festas! O povo, como que comprehendendo, em toda a sua nitidez, o que ellas significavam, percorria as ruas e praças, curioso, ancioso de vêr as festas, mas sem uma unica vez romper em qualquer acto de violencia, docil e submisso ás ordens da auctoridade, parecendo comprazer-se em que os festejos fossem isentos do menor tumulto! Ah! que bom, que generoso é este nosso povo e como é facil de ser bem dirigido e digno de ser bem governado! Infelizmente parece que ha proposito de o enfurecer e agitar!...

Congratulamo-nos com a cidade do Porto pelo esplendor das suas festas. Não se poderiam fazer mais brilhantes: ao pé d'ellas foram pallidas as que se celebraram no centenario de Camões e Pombal. O paiz todo deve folgar com o bom exito d'essas festas, que, se se devem á iniciativa do Porto, representam uma gloria para toda a nação. Nós, afervorando-as, desempenhamos o nosso dever. Não nos arrependemos: cumprimos a nossa obrigação: aconselhamos a que se expungisse das festas o elemento politico. Assim se fez e foi um bem enorme. Mais brilhantes não podiam ser. Para isso bastaria a representação, no cortejo, das municipalidades portuguezas, a mais nobre, a mais popular, a mais respeitavel das nossas velhas tradições».

([1]) *O Primeiro de Janeiro*, de 10 de março.

Estas palavras resumem toda a verdade e coroam perfeitamente a bella obra de patriotismo com que o Porto honrou, honrando-se a si tambem, a memoria do infante D. Henrique.

Encerradas as festas, a camara municipal do Porto reuniu para fechar as suas contas, iniciar os trabalhos do monumento, e agradecer [1] a todos quantos, official ou particularmente, cooperaram para o esplendor que as festas attingiram. Para cumprimento d'esta deliberação foram expedidas, para o paiz e para o estrangeiro, as seguintes circulares de agradecimento [2]:

Ill.mo e ex.mo snr. A camara municipal do Porto e a commissão directora da celebração do centenario do infante D. Henrique sentem-se ufanas do modo como o paiz se associou á grande solemnisação nacional e confiam em que não deixará de produzir influencia benefica sobre o espirito publico essa glorificação da patria portugueza, na pessoa do grande Infante.

Oxalá assim aconteça; oxalá essa indifferença peccaminosa, mantida por tantos annos, se transforme n'um sincero interesse pelo bem commum da nossa nacionalidade.

Passada a grande solemnisação nacional, é justo que se renda preito a quantos n'ella collaboraram mais directamente e lhe déram condigno luzimento. Por isso a camara municipal do Porto e a commissão directora do centenario cumprem gostosamente o dever de agradecer a valiosa cooperação de v. ex.ª na apotheose do inclito iniciador das emprezas maritimas dos portuguezes, cujos serviços á patria e á humanidade téem sido proclamados por nacionaes e estranhos e ainda agora, por occasião do 5.º centenario do seu nascimento, foram exaltados em côro triumphante.

Com o publico testemunho do apreço em que foram tidos os prestantes obsequios de v. ex.ª na grande solemnisação nacional, receba v. ex.ª a affirmação da mais elevada consideração da camara municipal do Porto e da commissão directora do centenario.

Deus guarde a v. ex.ª — Porto e secretaria da municipalidade, 10 de março de 1894. — O presidente, A. Costa e Almeida.

---

(1) Ao maestro Alfredo Keil, que escreveu o grande hymno triumphal executado nas solemnidades do centenario, foi offerecido um exemplar, em ouro, da medalha commemorativa gravada pelo artista Molarinho. Esse exemplar foi entregue em Lisboa, ao illustre maestro, por um filho do conselheiro Costa e Almeida, presidente da commissão do centenario.

(2) A camara municipal de Lisboa, terminadas as festas, dirigiu tambem o seguinte agradecimento á municipalidade e á cidade do Porto:

«A' ex.ma camara municipal da invicta cidade do Porto e aos seus ex.mos municipes. — A camara municipal de Lisboa, ao deixar a cidade do Porto, aonde veio para assistir aos festejos nacionaes realisados em honra da memoria do immortal navegador o Infante D. Henrique, agradece sincera e cordealmente á ex.ma camara municipal da mui digna, laboriosa, leal e invicta cidade do Porto o honroso acolhimento que lhe dispensou durante os referidos festejos, não olvidando jámais as finezas que ficou tambem devendo ás ex.mas damas d'esta cidade, que tanto

Alludindo á maneira como foram realisadas as festas, a camara municipal escreveu o seguinte no seu relatorio referido ao 1.º trimestre do corrente anno de 1894:

«Em execução das deliberações da camara e com o concurso da commissão nomeada pela mesma para a direcção dos festejos do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, realisaram-se estes festejos nos dias e pelo modo que de todos é conhecido.

Não se poupou a commissão municipal a trabalho algum para que estas festas tivessem o brilho e a significação que devia ter a apotheose de um dos filhos mais illustres d'esta terra, que tanto ennobreceu a sua patria e tanto collaborou para o progresso da civilisação.

A commissão directora dos festejos não podia ser excedida na dedicação patriotica com que desempenhou a missão que lhe havia sido confiada pela camara. Por isso lhe tributamos aqui o publico testemunho do nosso profundo agradecimento, não duvidando que toda a camara se associará n'esta parte á sua commissão municipal pelo muito que deve aos cavalheiros que fizeram parte d'aquella commissão, e que tão bem souberam desempenhar-se da sua ardua e difficil tarefa, não podendo ser excedidos nos esforços e dedicação com que poderam realisar a mais esplendida das manifestações publicas que esta cidade tem presenceado (1).

SS. MM. el-rei o senhor D. Carlos I e a rainha a senhora D. Maria Amelia, com o principe real, e infante D. Manoel, vieram associar-se ás nossas fes-

---

festejaram o estandarte da camara municipal de Lisboa, lançando sobre elle, na passagem do cortejo civico, grande profusão de camelias.

A todos protesta a mesma camara municipal indelevel reconhecimento e profunda gratidão.

Porto, 6 de março de 1884. — O presidente, Conde de Restello; o vice-presidente, Amandio Eduardo da Motta Veiga; os vereadores: Affonso Xavier Lopes Vieira, Antonio Duarte da Cruz Pinto, Antonio Joaquim Alves Valladares, Antonio Julio Correia Guedes, Augusto Francisco Vieira, Francisco Germano Claro, João Alves de Almeida Araujo, João Carlos de Oliveira, José Alexandre de Souza, José Joaquim da Silva Amado, José Martinho da Silva Guimarães, Manoel José Monteiro, Pedro Augusto Franco Junior.

(1) A commissão executiva das festas é effectivamente merecedora dos maiores elogios pelo modo brioso e patriotico como se desempenhou da pezada e difficil tarefa que tomou sobre os seus hombros. Desenvolvendo uma pasmosa actividade, e convencida de que, para a affirmação de caracter portuguez, estas festas são necessarias e utilissimas, trabalhou com dedicação e affinco, logrando vêr realisados completamente os seus desejos. Bem merece, pois, pelo muito que fez, e o Porto, especialmente, não se esquecerá de que foi ao seu zelo patriotico que deveu a grandiosa solemnidade que dentro dos seus muros se realisou.

Em homenagem aos cavalheiros que compuzeram essa commissão, intercallamos n'este livro os seus retratos, acompanhando-os dos seguintes traços biographicos:

Antonio Ribeiro da Costa e Almeida, presidente da commissão. E' bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, e professor de philosophia no Lyceu Central. Tendo militado activamente no partido progressista, e pondo ao serviço d'esse partido toda a sua illustração e todo o seu prestigio, nunca solicitou coisa alguma, empregos ou honrarias. Espirito eminentemente democratico, foi um dos iniciadores do movimento popular da *Janeirinha*, salientando-se n'esse periodo de effervescencia politica pela sua propaganda tenaz e insistente em defeza dos direitos populares. Acompanhando sempre o seu partido e prestando-lhe relevantissimos serviços, permaneceu no logar que conquistára pelo seu trabalho; e emquanto uns entravam, pelas portas falsas dos syndicatos, nos altos cargos que fazem do pedinte de hoje o millionario de amanhã, e outros, pela extrema flexibilidade da espinha dorsal, subiam em honras e proveitos, o dr. Costa e Almeida continuou a caminhar todos os dias para o Lyceu a ensinar philosophia aos rapazes....

Instado em 1886 para acceitar o cargo de governador civil do districto do Porto, quando se exonerou d'esse logar o governo agraciou-o com a carta de conselho. Quiz renunciar a essa

tas, tomando n'ellas o lugar proeminente da sua alta gerarchia, e desempenhando-o com a maior satisfação e dedicado interesse.

Tambem não podiam estes nossos excelsos convidados deixar de ser recebidos com a cordealidade, applauso e respeito devido ao primeiro magistrado do paiz; e não póde por isso deixar de consignar a commissão municipal a todo o povo portuense, e aos numerosos forasteiros que de todos os cantos do paiz, e principalmente das provincias do norte, vieram assistir a esta publica festividade, o seu mais sincero agradecimento pela maneira respeitosa e altamente sympathica com que receberam a familia real portugueza, e tambem pela admiravel cordura e ordem com que todos contribuiram para a realisação dos

---

distincção, mas para satisfazer a reiterados pedidos de amigos dedicados, acceitou-a, sem desvanecimentos. O dr. Costa e Almeida é dos que reconhecem, com o poeta,

> *... que essas honras vãs...*
> *verdadeiro valor não dão á gente,*

porque, é muito melhor e muito mais honroso,

> *... merecel-as sem as ter*
> *que possuil-as sem as merecer.*

Por occasião do centenario, e no fim do banquete dado pela camara aos municipios do paiz que vieram assistir ás festas, el-rei, reconhecendo os serviços prestados pelo dr. Costa e Almeida, quiz agracial-o com a gran-cruz da Conceição. Agradecendo tam penhorante lembrança, pediu licença para a recusar. Este acto basta para definir o caracter d'este prestantissimo cidadão, que todo o Porto conhece e respeita.

Conde de Samodães — Descendente d'uma familia nobilissima pelo sangue e pelos serviços prestados á causa da liberdade, é o Conde de Samodães um verdadeiro erudicto, possuindo vastos conhecimentos sobre quasi todos os ramos do saber humano. Escriptor distincto é tambem um orador brilhante. Já foi ministro da fazenda e governador civil do Porto. Tem dessempenhado outros cargos publicos e muitos particulares, devendo citar-se o de provedor da Santa Caza da Misericordia, que tem desempenhado com um inexcedivel zelo pelo patrimonio dos pobres. E' um homem de bem, um excellente caracter e uma alma compassiva. Espirito eminentemente religioso, tem publicado varios livros de critica refutando os adversarios do catholicismo.

Bento de Souza Carqueja — E' uma das physionomias mais sympathicas do jornalismo portuense; co-proprietario e redactor effectivo do *Commercio do Porto*, dirige-o com superior criterio, tendo muito efficazmente contribuido para assegurar a importancia e a respeitabilidade de que gosa o conceituado diario. E' tambem professor da Escóla Normal e publicista distincto. De resto um bellissimo caracter e uma alma compassiva e generosa.

Augusto Luso da Silva — Professor de geographia no Lyceu Central, e naturalista muito distincto. Foi um dos mais enthusiastas pela ideia do centenario á qual prestou o valioso concurso do seu talento. Espirito muito culto, o seu nome é muito respeitado em todo o paiz.

Henrique Carlos de Meirelles Kendall — E' um dos commerciantes mais illustrados da praça do Porto; actualmente desempenha o elevado cargo de presidente da Associação Commercial, para que foi eleito, não só pelos seus proprios meritos, mas tambem como preito de reconhecimento pelos serviços que prestou por occasião da fusão dos bancos portuenses.

Padre Francisco José Patricio — Na sua qualidade de secretario da commissão do centenario desenvolveu grande actividade e trabalhou affincadamente para o bom exito d'esta explendida commemoração. Orador sagrado muito apreciavel, exprime-se com bastante correcção e fluencia. E' prégador honorario da casa real, e foi eleito deputado pelo Porto á sessão legislativa de 1881. Foi um dos signatarios do projecto de lei para a concessão do bronze para o monumento do infante.

Eduardo de Sequeira — Apesar de muito novo, o seu nome acha-se ligado a trabalhos scientificos de muito valor. E' um naturalista distincto, e os assumptos hortico-agricolas são-lhe egualmente muito familiares. Enthusiasta pelo centenario, á sua iniciativa e boa vontade deve-se grande parte do exito d'esta brilhante commemoração civica.

Fernando Maya — E' capitão de cavallaria e professor da Escóla do Exercito; durante muito tempo redigiu a *Provincia*, e tem publicados differentes trabalhos sobre assumptos militares, em que é muito versado, especialmente nos que dizem respeito á sua arma,

festejos, sem que uma nuvem, por ligeira que fosse, de desgosto, viesse toldar a alegre camaradagem do povo portuguez n'um acto de tão alta significação patriotica.

A cidade do Porto, o povo portuense, os milhares de forasteiros vindos aqui de todas as provincias, e representados por individuos de todas as classes sociaes, todos deram a mais eloquente prova de que ainda vibra na alma portugueza o respeito pelos grandes vultos da sua historia, e o culto pelas grandes virtudes dos seus avós.

Ainda temos de agradecer a calorosa coadjuvação dos municipios do reino, que se fizeram representar n'esta festa nacional, e que tanto concorreram para a tornar mais luzida e eloquente. Era o paiz, representado pelas corporações locaes mais antigas, pela instituição mais popular, que vinha por este modo enfileirar-se nas homenagens prestadas ao infante D. Henrique, comprehendendo muito bem que esta festa era da nação, a festa das nossas glorias, da qual deviamos esperar o principio da resurreição de uma alma insuflada n'este como corpo da patria, e porventura um principio de rehabilitação que possa concorrer para nos fazer erguer d'este lethargo fatal de indifferença em que tantos espiritos fracos succumbem, quando o que é mister é que todos sacudam de si o criminoso somno da apathia e da descrença, para, unidos todos no proposito firme da emenda de erros de tantos annos, trabalharmos sem descanço pelo restabelecimento da moralidade publica, pelo respeito religioso das leis e pela salvação da nossa nacionalidade.

E não podemos fechar aqui este capitulo sem propôr que a camara, profundamente reconhecida, se dirija a S. M. el-rei, pelo uso nobilissimo que acaba de fazer do direito de agraciar, reduzindo aos tres quartos as penas dos condemnados, como lhe havia sido pedido pelo presidente d'esta camara, por occasião do banquete dado aos representantes dos municipios do reino, nas salas d'esta casa, presidido por S. M. el-rei o snr. D. Carlos I.

Devemos agradecer este acto de clemencia a S. M. el-rei e tambem a S. M. a rainha. Áquelle porque desde logo nos declarou que nenhuma cousa seria mais grata ao seu coração do que o uso da prerogativa de agraciar, que a constituição lhe concede, accrescentando que podiamos estar certos de que se não esqueceria do nosso respeitoso pedido. Não se esqueceu S. M. el-rei da sua promessa, e tão generosamente a cumpriu, que centenares de individuos abençoam a esta hora o seu monarcha, que quiz assim, por occasião d'estas festas, dar uma tão eloquente prova da generosidade do seu coração.

A S. M. a rainha devemos tambem os testemunhos do nosso profundo agradecimento; porque a S. M. pedimos que fosse nossa intercessora perante S. M. el-rei em favor dos desgraçados para os quaes pediamos um alivio á sua desventura; e S. M. a rainha, que é desvelada consoladora dos afflictos e incansavel em enxugar as lagrimas dos que padecem, não podia escusar-se a collaborar com alegria e enthusiasmo em favor de uma causa tão sympathica.

Ainda quando mais não fosse, bastaria este facto tão humanitario e tão proprio da boa indole do povo portuguez, e principalmente dos portuenses que sempre se enalteceram em obras de misericordia, para pôr o mais brilhante remate ás festas do centenario do infante D. Henrique; por isso bastar-nos-hia elle para nos recompensar sufficientemente».



A Commissão exec

HENRIQUE KENDALL—AUGUSTO LUZO—PADRE PATRICIO—CAPITÃO
EDUARDO SEQUEIRA-



utiva do Centenario

FERNANDO MAIA—CONSELHEIRO COSTA E ALMEIDA—BENTO CARQUEJA
—CONDE DE SAMODÃES

TERCEIRA PARTE

Capitulo i — O producto da estampilha especial do centenario.
Capitulo ii — A divisa dos navios de guerra.

CAPITULO I

As contas apresentadas pela commissão executiva do centenario foram as seguintes:

Despeza auctorisada	28:500$000
» realisada	28:390$752
	109$248

Esta despeza sub-divide-se do seguinte modo:

Cortejo civico — Carros triumphaes, arautos . . .	1:953$540
Cortejo fluvial — Construcção da caravella, embandeiramentos	1:585$175
Monumento — Premios do concurso, lançamento da primeira pedra, « Te-Deum »	1:267$430
Apotheose — Obelisco no Campo da Regeneração, varanda do quartel, ornamentações	2:154$135
Hymno do centenario — Executantes, amphiteatros, gratificações	3:171$415
Lapide — Construcção, assentamento, transporte, inauguração	561$835
Sessão solemne na Bibliotheca Publica	735$105
Subsidios a commissões de ruas e escholas . . .	1:787$890
Illuminação — Installações, gaz etc.	6:414$732
	19:631$257

Transporte . . .	19:631$257
Banquete aos municipios — Jantar, ornamentação, etc.	2:203$720
Estampilhas do centenario — Desenhos originaes . .	540$000
Adornos de ruas e fogo de artificio	2:040$120
Premios das memorias sobre a vida do Infante . .	750$000
Subsidio ao Club Velocipedista	400$000
Subsidio ao Club de Caçadores	400$000
Subsidio á Associação dos Bombeiros Voluntarios . .	500$000
Acquisição da publicação « Talant de bien fere » . .	90$000
Cartazes — Desenho, impressão e expedição . . .	287$840
Expediente, trens, gratificações	1:547$815
	28:390$752

A despeza feita pelo governo importou em 19:048$805 réis, assim distribuida:

Acquisição de 60 carimbos especiaes para inutilisação das estampilhas	72$000
Despezas dos navios da armada para tomarem parte na celebração	1:085$744
Idem com a fabricação das estampilhas	2.414$250
Idem com a viagem do commissionado á Allemanha.	1:750$000
Idem na Caza da Moeda	181$101
Indemnisação ao Estado pela importancia calculada da venda das estampilhas, durante 10 dias .	13:545$710

Para a construcção do monumento apuraram-se, portanto, réis 30:713$360, quantia inferior á que se esperava obter, pois a commissão contava com 40:000$000 réis, numeros redondos. Com a venda, porém, das estampilhas que sobraram, não só devia apurar-se o necessario para a execução do monumento em harmonia com os modelos approvados, como tambem ficaria dinheiro para se fazer a inauguração com toda a solemnidade e ainda fundar-se um instituto, hospicio ou eschola que perduravelmente assignalasse o grande facto historico da commemoração do centenario. A commissão, fundada em combinações préviamente estabelecidas e decidida a activar os trabalhos da construcção do monumento, dirigiu-se ao governo solicitando a entrega d'aquella somma de 30:713$360 réis e pedindo que fossem postas á venda, sem sobrecarga alguma, tanto na capital como n'esta cidade, as estampilhas que se arrecadaram na Caza da Moeda, e que seriam vendidas uma a uma, sem serem admittidas para franquia de correspondencia. O expediente era razoavel, tanto mais quanto affastava quaesquer suspeitas de especulação, e o governo, a principio, pareceu decidido a adoptal-o. Depois reconsiderou, praticando uma série de irregularidades que bem pouco abonam o criterio de quem directamente lhes deu causa.

Em officio dirigido á commissão do centenario, e firmado pelo director geral da contabilidade publica snr. conselheiro Antonio Maria Pereira Carrilho, declarava-se que o governo não approvava, com relação ao monumento, que se dispendesse além dos 30:713$360 réis apurados, e quanto ás estampilhas que não tiveram venda durante o periodo das festas, que já estava determinado que o seu producto constituisse receita do thesouro. Por estas razões o pedido feito pela commissão foi desattendido.

Deante de tam desarrasoada resposta que brigava não só com a letra do decreto que creou a estampilha, mas tambem com as combinações préviamente estabelecidas entre a commissão e o governo, ergueu-se um vivo clamor de protesto, decidindo-se reagir contra tam arbitraria decisão. A camara municipal deliberou tambem, collectivamente, dirigir aos poderes publicos uma representação contra a violencia praticada pelo governo, [1] e a imprensa occupando-se de tam momentoso assumpto, não deixou egualmente de verberar uma decisão, condemnada pela lei que, sendo clarissima,

---

(1) D'essa representação extractamos o seguinte:

«A creação e applicação das estampilhas do centenario henriquino foi authorisada pela carta de lei de 27 de julho de 1893. No artigo 1.º a lei authorisa a emissão e circulação das estampilhas, e fixa o seu numero e qualidade, e o maximo de praso de tempo da sua circulação. Nos artigos 2.º e 3.º providencia-se sobre os desenhos das mesmas e authorisa-se o governo a regular a emissão e a venda. E no artigo 4.º e seu § unico determina-se qual o destino a dar ao producto das estampilhas, a saber: 1.º, indemnisação ao Estado do equivalente médio do rendimento das estampilhas communs nos dias da venda das estampilhas henriquinas; 2.º entrega á camara municipal do Porto da importancia necessaria para a construcção do monumento ao infante na cidade do Porto; 3.º, um subsidio para os festejos que a mesma corporação aqui houver de fazer por occasião do centenario.

«Ora, como nenhuma outra applicação do producto das estampilhas henriquinas foi authorisada pela lei, é com summo desgosto que a commissão vê que no citado officio se lhe communica haver sido resolvida uma nova applicação do producto das mesmas estampilhas, que de modo algum se acha authorisada pela lei.

«E, na verdade, o Estado pagou-se pelo producto da venda das estampilhas de todas as despezas que por essa occasião, e por causa do centenario henriquino, havia feito; porque se embolsou da differença da venda das estampilhas communs effectuada nos dias da venda das estampilhas do centenario, na importancia de 13:545$710; embolsou-se da despeza feita por elle com os carimbos especiaes da inutilisação das mesmas, na importancia de 72$000; embolsou-se das despezas feitas com os navios da armada que tomaram parte nos festejos, na importancia de 1:085$744; embolsou-se da despeza com a feitura das estampilhas, e das feitas na Caza da Moeda, e com a viagem do commissionado a essa feitura, na importancia de 4:345$351. Nada mais tinha a embolsar, porque esta receita não era receita do Estado, nem para ella contribuiram os cofres do Estado, nem era producto de imposto algum sobre os contribuintes, mas sim e unicamente producto da venda de um objecto de commercio, venda perfeitamente livre para quem a quiz realisar.

«N'estes termos, como é que o Estado ha-de vir agora dizer que tambem quer compartilhar do producto d'esta venda?

«Se, superiormente, se houvesse resolvido que as estampilhas não vendidas fossem queimadas e inutilisadas, e destruido assim o seu valor de venda, qualquer que elle seja, ainda se poderia defender similhante resolução com o fundamento de que a lei só authorisara a emissão e a venda durante um determinado periodo de tempo; mas resolver-se que o Estado utilisará por qualquer modo essas estampilhas não vendidas, e se apoderará do seu producto, é, no entender da commissão, cousa absolutamente incompativel com as disposições da lei de 27 de julho de 1893, que não teve em vista crear receita para as urgencias do thesouro, mas sim e unicamente para a celebração do centenario henriquino.

«Mas nem aquella ideia da inutilisação e destruição das estampilhas existentes em ser póde ser defendida em face do espirito e lettra da lei. Em primeiro lugar seria destruir valores sem vantagem nem necessidade alguma nem mesmo moral; em segundo lugar, a lei, restringindo

não póde prestar-se a deseguaes interpretações. Referindo-se á illegalidade d'este acto escrevia o *Commercio do Porto*, jornal independente e muito considerado pela maneira como trata todos os assumptos de interesse publico:

«O § unico do art. 4.º da carta de lei de 27 de julho de 1893, diz claramente:

«Do producto da venda das formulas de franquia do quinto centenario do nascimento do infante D. Henrique, será entregue á camara municipal do Porto até á importancia necessaria para a construcção do monumento que ella pretende erigir em honra da gloriosa memoria do infante D. Henrique, e um subsidio para os festejos que a mesma corporação alli tenciona executar, depois de deduzida a somma a que se refere o artigo presente».

A somma, a que este final allude, é a indemnisação que o Estado cobrou pelas estampilhas ordinarias não vendidas emquanto se vendiam as do centenario.

Portanto, o Estado só podia distrahir para tres fins a receita da estampilha, a saber:

1.º—Monumento.

2.º—Celebração do centenario.

3.º—Indemnisação ao Estado.

O acto que o governo acaba de praticar é, pois, um abuso revoltante.

Em vista de tão clara disposição da lei, a commissão resolveu responder ao governo que não se póde conformar com a doutrina do officio, contra a qual protesta desde já, estando resolvida a appellar para o parlamento, se o governo não respeitar a lei.

É inaudito o modo como o governo mais uma vez pretende desconsiderar o Porto.

Pôz á celebração do centenario quantas peias se podiam imaginar; e só se associou a essa celebração quando notou que ella tomava a feição de uma festa nacional. Como viu que o Porto não pedia favores nem subsidios aos cofres publicos para solemnisar o centenario do seu illustre filho, arrancou-lhe o ultimo real, chegando a pagar-se das despezas feitas pelos navios de guerra que vieram aqui.

---

a venda das estampilhas ao praso durante o qual estiveram á venda publica, não podia querer outra cousa que não fosse obstar a que aquellas estampilhas que sobrassem da venda podessem em qualquer tempo, depois d'aquelle periodo, substituir as formulas communs de franquia.»

O officio conclue n'estes termos:

«Parece, pois, á commissão que ainda não está satisfeito e realisado o fim para o qual as estampilhas henriquinas foram creadas, pois que ainda se não realisou uma das applicações a que o seu producto era destinado, o do levantamento do monumento ao infante D. Henrique; parece-lhe ainda que, para execução dos intuitos da lei que as creou, é indispensavel expôr á venda as formulas de franquia existentes em ser; e que, finalmente, o producto d'esta venda deve ser posto á disposição da camara municipal do Porto até á quantia necessaria para fazer face ao orçamento do monumento, e que ao saldo que porventura possa sobrar sómente o poder legislativo póde dar uma applicação differente da prevista e preceituada expressamente na lei de 27 de julho de 1893.

Digne-se, pois, v. ex.ª tomar na consideração que lhe merecerem as considerações expostas, e providenciar no sentido que esta commissão solicita, certa como ella está de que a alta intelligencia de v. ex.ª apreciará devidamente o que, em nome da mesma commissão, tenho a honra de levar ao conhecimento de v. ex.ª»

Por ultimo, pretende regatear ao Porto uma parte do producto da sua iniciativa, calcando aos pés uma lei!

O governo procede muito mal. Ninguem póde estranhar que elle menospreze a lei, tantas vezes a tem menosprezado; mas a cidade do Porto tem o direito de protestar contra uma expoliação sem nome.

Pela nossa parte, havemos de apurar esta questão em todos os seus pontos, applicando ao procedimento do governo o correctivo que merece.

O saldo do producto da estampilha não póde ser desviado da applicação que a lei lhe marcou; não póde cahir n'esse sorvedouro sem fundo, que se chama o cofre do Estado.

Dir-se hia que o mesmo espirito que tentou ludibriar o Porto na ultima reforma da contribuição industrial, o tenta ludibriar agora na questão de que nos occupamos.

Fazem mal, muito mal!»

Ainda para demonstrar a incorrecção do procedimento do governo, o mesmo jornal escreveu tambem:

«Ainda ha poucos mezes, em abril d'este anno, o governo consultou a commissão directora do centenario ácerca de um officio da direcção da Sociedade do Palacio de Crystal pedindo um subsidio de 3:000$000, tirado do rendimento da venda da estampilha do centenario, para as despezas da exposição insular e colonial.

Que quer isto dizer? Quer dizer que o governo não se julgava authorisado a distrahir d'esse rendimento quantia alguma a não ser para os tres fins expressos na carta de lei de 27 de julho de 1893, a saber: 1.º, celebração do centenario; 2.º, indemnisação ao Estado por estampilhas *ordinarias* não vendidas; 3.º, construcção do monumento.

Pois bem, é esse mesmo governo que se considera agora senhor do rendimento da estampilha para, na phrase do celebre officio do director geral de contabilidade publica, *constituir receita do thesouro.*

E o Porto que assista impassivel a essa applicação do dinheiro que lhe é devido, como fructo de uma iniciativa sua, dinheiro que uma lei especial destinou a fins muito expressos!»

Na revista politica que semanalmente publica aquelle conceituado jornal, o articulista, alludindo a este assumpto, emittia tambem o seu parecer do modo seguinte:

«Tomou o Porto a iniciativa, applaudida pelo paiz inteiro, de celebrar, dentro dos seus muros, por um modo ostentoso, a data do 5.º centenario henriquino, e resolveu consagrar n'um monumento condigno e para memoria menos ephemera do que a de uma geração, a manifestação palpavel das homenagens da nação inteira.

Com o proprio governo tratou e ajustou o modo pratico de fazer face aos dispendios exigidos para a realisação do seu patriotico desejo, de que elles não prejudicassem nenhum encargo publico, devendo sahir todos de uma receita nova, expressamente creada para satisfazel-os. A emissão da estampilha henriquina foi o alvitre em que assentaram, de commum accordo, o governo e a commissão directora da celebração.

Cobrada a nova receita, cobertos os encargos da sua creação, arrecadados pelo governo os rendimentos que pelo accordo lhe pertenciam, estava positivamente indicada a applicação do resto. Se este attingisse uma avultada verba, a satisfação do governo devia ser completa. O Porto, e com elle todo o reino, prestaria ao glorioso portuguez a levantada homenagem de um padrão publico, que attestasse aos vindouros o sentimento da geração actual.

Ficava assim o governo dentro da razão, da legalidade e da logica.

Ora o governo preferiu não ficar dentro de cousa nenhuma d'estas, e achou que o melhor de tudo seria ficar dentro dos cofres grande parte da importancia que aquella emissão é capaz de produzir.»

A *Provincia*, (1) combatendo energicamente a resolução do governo, exclamava:

«Esta não é má!... Pois a carta de lei de 27 de julho de 1893 diz que o producto das estampilhas é para a construcção do monumento e para as festas, depois de deduzida a compensação ao Estado pelos dias em que as estampilhas circularem, e agora o governo tira para si essa compensação, mette em conta as despezas todas incluindo até a *bonita* verba de 1:700$000 a quem foi encommendal-as á Allemanha (!) bem como a despeza com os navios da marinha que vieram ao Porto nas festas do Principe Navegador, e agora quer ainda ficar com o resto e deixar a commissão ludibriada nos seus intuitos e prejudicada no seu patriotico projecto!»

Outros jornaes houve que se occuparam detidamente do assumpto, mostrando a sem-razão do procedimento do governo; d'entre todos reproduziremos n'este logar o artigo que publicou o *Primeiro de Janeiro*, artigo que, pela sua verdade e vehemencia, foi lido com o maior interesse (2):

«O Porto celebrou em principios d'este anno, no dia proprio, o quinto centenario d'um dos seus filhos mais illustres, o infante D. Henrique. Consagração grandiosa, decerto, reclamada pelo pregão universal da historia, mas consagração funebre tambem, porque nas arterias d'esta nação que foi grande não côa já o sangue rubro e oxigenado dos varões preclarissimos que levaram a cruz e as quinas, por mares nunca d'outrem navegados, ás terras do Oriente.

---

(1) N.º 167, de 24 de agosto.

(2) Vid. *O Primeiro de Janeiro*, de quinta-feira, 26 de julho de 1894. Este jornal, que é de viva opposição ao governo, aproveitou o assumpto para mais uma vez o aggredir pelos seus processos de governação. Esta circumstancia, porém, não debilita os argumentos do articulista, porque se baseiam na razão e no direito. Retiradas ainda as palavras em que os mais exigentes possam vêr apenas manifestação de politica partidaria, o que fica é solido e irrespondivel. De resto o *Commercio do Porto*, que raro sahe da sua habitual serenidade e prudencia, não foi, decerto, menos violento do que o *Primeiro de Janeiro*. Uma simples confrontação bastará para se reconhecer que vae até muito mais adeante... Lido attentamente o decreto de 27 de julho de 1893, vê se bem que o governo não podia praticar o acto violento que commetteu querendo arrecadar uma somma que lhe não pertence, e que se destina a occorrer a despezas que hão de ter plena e clara justificação. Saltar por cima da lei escripta, e querer arrebatar aquillo a que não tem direito, é procedimento que obriga, realmente, a castigo rude e severo. E tanto a sua resolução não se justifica, que a imprensa governamental e aquella que mais chegada ao governo, applaude incondicionalmente todos os seus actos, conservou-se no mais completo mutismo. E' que ha cauzas que não tem defensa e esta é certamente uma d'ellas.

O Portugal antigo era morto, e nós, os portuenses, o mais que faziamos era convidar a nação a assistir ás suas exequias solemnes. Faltava só uma coisa, um ultimo opprobrio. Que o governo, pondo-lhe o sello da sua personalidade nefasta, o sepultasse na lama!

Parece sonho incoherente, mas é a triste realidade das coisas. Por carta de lei de 27 de julho de 1893 ordenou-se que fosse entregue á camara municipal d'esta cidade, da venda da estampilha henriquina, a somma necessaria para a construcção do monumento e um subsidio para os festejos. O Estado cobraria, e cobrou a somma correspondente ás estampilhas ordinarias não vendidas emquanto se vendiam as do centenario.

Ninguem diría — nem diz, excepto o governo, ou o snr. conselheiro Pereira Carrilho, em seu nome — que a explicita disposição da carta de lei citada possa ter outra interpretação. O producto da estampilha henriquina era expressamente destinado a tres fins: 1.º o monumento; 2.º a celebração do centenario; 3.º a indemnisação ao Estado. O centenario celebrou-se. O Estado indemnisou-se, isto é, pagou-se, por suas mãos, como os moleiros. O excedente, senão está pervertida a simples noção do bom-senso, é fundo exclusivo para a construcção do monumento.

Ah! mas era preciso contar com os doutores da lei, com os rabbinos de manga d'alpaca, muito larga, e esses acharam meio de dar com a mão direita e arrepanhar com a esquerda. Dar é um modo de dizer, porque elles não deram coisa nenhuma. Quem deu foi o paiz e o estrangeiro, quem deu foi quem, sabendo que destino tinha o producto liquido da estampilha, voluntariamente a comprou. Emquanto a arrepanhar, o que escrevemos escripto está. E não serve de justificação que seja para encher a cova d'um dente d'esse monstruoso minotauro que se chama o Erario publico. Se o minotauro assim está faminto e insaciavel que ratinha o preço da gloria do Infante, e o taxa pela Direção geral de Contabilidade em 30:713$360 réis, não se prenda com escrupulos. Para onde vai o resto, vá tambem aquella somma, que o Porto resignar-se-ha a passar sem o monumento como o paiz se resigna com tantas malversações governativas.

Tal é o nosso protesto. Tal deve ser o da commissão do centenario, em união com todos os que se envergonham pelas mesquinharias e habilidades de prestimanos que descem de tablado tão alto, lá d'onde deviam descer a suprema correcção e a impeccavel seriedade. A este latifundio, a este muladar resvalámos!

Manes dos indomaveis leões do mar, Diogo Cão, Alvares Cabral, Vasco da Gama, e tantos mais e tão illustres, cobri o rosto por que vos não salpique esta lama graveolenta, amassada por mãos de portuguezes degenerados! Pois não bastariam os desprezos que vos cospem extrangeiros de toda a nação, fazendo seu o patrimonio que descobristes e conquistastes para a patria?»

Ao officio enviado pela camara municipal, o governo ainda não respondeu, achando-se, portanto, a commissão impossibilitada de dar começo aos trabalhos do monumento, o que redunda n'uma consideravel perda de tempo, que contribuirá, talvez, para que a solemne inauguração não possa effectuar-se no periodo determinado. E assim ficarão prejudicados tantos e tam patrioticos exforços, sacrificados a um capricho, ou a uma teimosia, pois não se póde acreditar que o governo esteja convencido de que procede correctamente. Prejudicados por tamanha demora, os moradores das im-

mediações da praça do Infante D. Henrique dirigiram-se já á municipalidade solicitando que as obras fossem iniciadas desde já, visto a praça não poder ser utilisada para outro fim, e estar desguarnecida das plantas que a ornavam [1]. A camara, porém, respondeu com o officio do snr. conselheiro Carrilho e com a representação que enviou ao governo.

E' de crer, porém, que o pedido, baseado na justiça e no direito, feito pela camara municipal, ha-de ser attendido, resolvendo-se definitivamente esta duvida que obsta á completa realisação do pensamento dos organisadores da grandiosa commemoração historica do centenario. O governo ha-de cumprir a lei, cooperando tambem para que o Porto possa completar a homenagem tributada á memoria do valoroso infante. O dever, a justiça e o patriotismo não podem desvial-o da unica decisão que deve adoptar.

Como a estação é de descanso e os ministros necessitam tambem repousar das arduas fadigas da governação publica, logo que elles, e os conselheiros directores geraes e mais funccionarios indispensaveis á solução dos graves assumptos, regressem ás suas secretarias, é de esperar que á commissão seja entregue a somma, que lhe pertence, porque não sahiu dos cofres da nação, e porque desde o começo teve a applicação especial que se acha expressamente designada na lei.

Na ultima parte d'este volume esperamos dar a resposta do governo, completando então este capitulo referido á estampilha e ao monumento do Infante.

---

(1) A representação enviada á camara foi publicada nos jornaes do dia 13 de agosto, e é concebida nos termos seguintes:

«Exc.ma camara municipal do Porto. — Ousado como foi o emprehendimento da commissão encarregada de celebrar o quinto centenario do nascimento do Infante D. Henrique; brilhante como foi a maneira por que se prestou essa homenagem ao illustre Principe que tanto honrou e engrandeceu o seu paiz, — quiz ainda a illustre commissão executiva do centenario legar uma memoria condigna de tão alto personagem, ao Porto que lhe foi berço, e ao paiz que o estremecia como filho.

Era essa memoria o penhor da admiração que os portuguezes de agora tributam a quem se deve tão grandes commettimentos; era essa memoria o coroamento dos esforços da commissão executiva na obra que emprehendeu.

Os abaixo assignados, moradores nas immediações da praça do Infante D. Henrique, vem respeitosamente pedir á exc.ma camara municipal do Porto, para promover, por todos os meios ao seu alcance, a execução immediata dos trabalhos do monumento, representando inclusivamente ao governo, para que elle complete a somma a que é obrigado por lei destinada a essa obra patriotica, conforme lhe foi solicitado já pela respectiva commissão do centenario.

A exc.ma camara comprehende que a demora no começo dos trabalhos prolongará demasiadamente o estado desolador em que se encontra a praça do Infante D. Henrique, cujo aspecto é do mais desagradavel effeito, quer aos olhos dos habitantes d'esta cidade, quer ao dos forasteiros. Assim, os signatarios esperam da solicitude da exc.ma camara, que terminará com um tal estado de cousas, envidando todos os seus esforços e influencia para que os trabalhos do monumento e aformoseamento da praça se executem sem demora.»

CAPITULO II

N'uma das conferencias que, por occasião do centenario, se realisaram em Lisboa, no Club Militar Naval, o snr. Henrique Lopes de Mendonça, distincto official da nossa marinha de guerra, alvitrou (¹) que se

---

(¹) Disse o illustrado official, que é tambem um distincto poeta e um abalisado dramaturgo:

«O timbre da marinha portugueza esteve sempre synthetisado no moto energico do infante. Seja elle o lábaro perenne em torno do qual se congreguem a vossa actividade e o vosso patriotismo. Levada a todos os mares do mundo, essa divisa recordará a nacionaes e extranhos os prodigios herculeos da nossa historia. Dae força á minha voz obscura, para que ella seja definitivamente adoptada, como consagração do quinto centenario do principe navegador; para que na pôpa dos nossos navios de guerra refuljam em lettras de ouro, como estimulo e como brazão, essas palavras propheticas que traduzem em lingua extranha a nobreza dos filhos de Portugal: *Talant de bien faire!*

Ellas são o *pendant* das celebres palavras de Nelson, que a Grã-Bretanha recorda incessantemente aos seus marinheiros:

«England expects that every one will do hisduty!»

«A Inglaterra espera que todos cumprirão o seu dever!»

Com a differença que estas representam uma aspiração, ao passo que a divisa do infante, tornada a divisa da marinha portugueza, constitue uma affirmação energica.

O caminho por onde o dever conduz ao poderio e á gloria ensinamol o nós á orgulhosa Inglaterra, ensinamol o ao mundo inteiro. Foi uma ponte luminosa que nós construimos e por onde, a nosso exemplo, todos os povos da Europa se precipitaram n'uma ebriedade de conquista, com os olhos esgazeados para a outra margem, onde se amontoavam columnas de porphyro, zimborios de ouro, cornucopias jorrando pedrarias. Nunca exigimos direitos de portagem; mas a Europa, reconhecida, pagou-nos. Pagou-nos na moeda do desdem, pagou-nos na facil moeda da affectada ignorancia, pagou-nos, expoliando-nos.

Talant de bien faire! E' por isso a divisa que convém a uma nação de sentimentalistas e contemplativos. Mas o tempo e a experiencia forçaram-nos a dar-lhe uma interpretação mais comesinha e utilitaria. Não fomos felizes na generosidade fidalga, que nos levou a fazer bem aos outros. Utilisemo-nos por nossa vez da lição. Tratemos de fazer bem a nós proprios.

Bem sei que não é esse um ideal bastante levantado para os nossos espiritos de meridionaes; mas de cada vez que defenderem uma parcella dos nossos dominios ultramarinos os marinheiros portuguezes hão de considerar que salvam os derradeiros e preciosos farrapos d'essa deslumbrante tunica imperial, que começaram a talhar para os nossos hombros as mãos egregias do Infante D. Henrique.

substituisse nos navios o lemma adoptado ([1])

A patria honrae que a patria vos contempla

pela divisa do infante

Talant de bien faire.

Tres mezes depois, o respectivo ministro da marinha, tendo achado rasoavel o alvitre, ordenou que a antiga divisa fosse substituida pelo moto do infante ([2]).

Este caso, á primeira vista tão simples e até tão natural, visto tratar-se apenas da suppressão d'um endecassylabo pacientemente trabalhado no seu gabinete por um ministro que foi um dos mais primorosos litteratos do seu tempo, e da sua substituição por uma divisa que recorda os dias mais gloriosos do nome portuguez, constituiu durante alguns dias o assumpto principal de palestras e discussões. A imprensa, segundo o seu criterio governamental ou opposicionista, defendeu e atacou o decreto alinhando

---

(1) Este lemma foi ordenado em 1863, pelo então ministro da marinha, José da Silva Mendes Leal. O respectivo decreto é concebido nos termos seguintes:

«Manda sua magestade el-rei declarar ao conselheiro inspector do arsenal de marinha, que sendo muito conveniente estimular por todos os modos os brios patrioticos e os nobres sentimentos ha por bem ordenar que immediatamente faça aprumptar e assentar nos navios que tenham tombadilho, no vau d'este e nos outros no ponto mais visivel da tolda, a seguinte inscripção em lettras de metal bem visiveis:

A patria honrae que a patria vos contempla

O que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar se communica ao citado conselheiro inspector para sua intelligencia e devidos effeitos. Paço em 20 de março de 1863 — José da Silva Mendes Leal. (*Ordem da armada*, n.º 87, de 31 de março: *Diario de Lisboa*, n.º 97, de 2 de maio: *Collecção das leis*, 1863, pag. 98).

(2) A portaria respectiva é concebida nos seguintes termos:

«Considerando do maior alcance moral que a marinha de guerra portugueza tenha sempre ante os olhos uma legenda breve e incisiva, que lhe estimule os brios e lhe avive as recordações de um passado glorioso, impondo-se pela sua alta significação historica ao respeito de nacionaes e estrangeiros;

«Reconhecendo-se que nenhuma outra corresponde a esse caracter suggestivo e tradicional melhor do que a divisa adoptada pelo infante D. Henrique, iniciador da nossa brilhante epopeia maritima; S. M. el-rei, desejando consagrar perennemente a recordação do 5.º centenario do grande infante com tanto esplendor celebrado ha pouco tempo pela cidade do Porto e pelo paiz inteiro, e aprazendo-lhe dar um novo testemunho de consideração pela marinha portugueza, representante e leal depositaria das mais eminentes tradições da historia patria:

«Manda, pelo conselho do Almirantado, que o lemma até hoje adoptado nos nossos navios de guerra seja substituido pelas palavras *Talent de bien faire*, que ficarão d'ora avante sendo a divisa da marinha de guerra portugueza, devendo essa divisa ser inscripta em todos os seus navios em lugar de honra e bem visivel sobre a tolda, e figurar, segundo a fórma devidamente regulamentada, nos brazões, emblemas, monogrammas e timbres da marinha de guerra.»

Paço em 5 de julho de 1894. João Antonio de Brissac das Neves Ferreira. (*Diario do Governo*, n.º 152, de 10 de julho de 1894, pag. 1797).

os argumentos com que podia mais facilmente obter a victoria das suas ideias. A opinião dividiu-se, enredou-se em citações erudictas, absorveu-se em profunda meditação sobre a alta significação do moto do infante, consumindo longas horas a fixal-o, voltando-o de todos os lados, para lhe determinar o significado justo, a expressão clara, o conceito primoroso e attinente á maior glorificação da patria. E emquanto uns, invocando chronistas e commentadores, achavam que o lemma que o infante adoptara era mais claro do que o dia (1), outros, soccorrendo-se da auctoridade dos mesmos commentadores e chronistas, concluiram que era tão escuro como a noite (2). Alem, d'isto, a substituição ordenada, não dando ao marinheiro portuguez uma noção clara dos seus deveres, nem lhe apontando nenhum caminho novo a seguir, antes pondo-lhe deante dos olhos uma inscripção que nem mesmo sabia lêr (3), ia determinar uma avultada des-

---

(1) «Queixam-se alguns de que a divisa do infante é inexplicavel para os nossos marinheiros, provavelmente profundamente edificados com a poetica rhetorica, pensada a frio, no remanso do gabinete, por um ministro academico a cuja memoria somos os primeiros a prestar a devida homenagem. Seja pelo amor de Deus! Uma legenda, uma divisa, um lemma, deve ter sobretudo uma significação historica que a imponha ao respeito de nacionaes e extranhos.

Que tradição, que gloria maritima, recorda o endecassyllabo porque choram os nossos adversarios, alguns dos quaes chegam até a consideral-o um verso de Camões? Outros dão á divisa de D. Henrique tão alta importancia que até desejam alterar a bandeira portugueza, inscrevendo a n'ella como divisa de toda a nação; e é por esse motivo que desdenham acceital-a por legenda da marinha de guerra! Provavelmente, é uma simples razão de economia que os move: com effeito, o fillele é muito mais barato do que o bronze!

Só temos a notar, em resposta, que essa divisa teria de figurar provavelmente em armas esculpidas em pedra, em bronze, em ferro, até em ouro; e portanto o dispendio affigura-se-nos muito mais consideravel.»

(*A Tarde*, n.º 1:996 de 14 de julho de 1894).

(2) «A divisa, porém, não passa de um hieroglypho. Ninguem é capaz de dizer o que ella significa. Desde o tempo do proprio infante, que mais de uma intenção lhe foi attribuida.

E, hoje, depois dos jornaes terem explicado que a deliberação do nobre ministro foi tomada sob a suggestão das palavras com que rematou uma conferencia henriquina, um notavel poeta, que é tambem um distincto official da armada, menos satisfeitos ficamos com o sentido que se deseja attribuir lhe.

Para o infante, o seu *Talant de bien fere* significava a «vontade ardente de proceder com justiça». A historia confirmou lhe o significado de «obrar com acerto».

O marinheiro e o poeta moderno quer que a divisa signifique: «Tratemos de fazer bem a nós proprios».

E, dizendo-o textualmente por estas palavras, na sua conferencia, inspirou ao ministro, conforme os jornaes celebram, a deliberação de adoptar esse moto para a nossa marinha.

Com tal significado, a divisa gloriosa desce, das alturas historicas onde era um estimulo de desinteresse, a ser apenas um brado de egoismo.

E, d'ahi, quem sabe, talvez o poeta e o ministro é que tenham razão....»

(*O Commercio do Porto*, n.º 167, de 17 de julho de 1894).

(3) *O Seculo*, de 28 do mesmo mez de julho, inseria a seguinte curiosa carta que lhe dirigiu um marinheiro da armada:

«E' realmente muito curioso o plano do snr. ministro da marinha. Até aqui, por insufficiencia, dizia-se, era vedado aos marinheiros serem promovidos a 2.os sargentos. Agora substitue-se o lemma portuguez por um outro que ninguem entende. Parece que já não somos portuguezes e que já nos não serve a divisa: *A patria honrae que a patria vos contempla!* Para que serve a substituição projectada, se, olhando para o tal *Talant de bien faire*, temos de rir-nos, porque não sabemos o que taes palavras significam? Melhor será que o snr. ministro estabeleça a bordo aulas de francez, ou distribua por cada praça um exemplar do *Francez sem mestre em*

peza (¹) contra a qual protestavam as debeis forças do thesouro, em adeantado periodo de anemia!

D'esta discussão, que pelo facto de ser tambem politica não deixa de ser interessante e curiosa, archivaremos os pontos mais frisantes, visto não podermos reproduzir todos os artigos que se publicaram a este respeito. De resto, (como succede em todas as questões de caracter mais especial) jornaes houve que se limitaram a reproduzir, com leves commentarios de lavra propria, os artigos que mais condiziam com o criterio pessoal dos seus redactores ou com os interesses do partido que esses jornaes defendiam. A esses não alludiremos visto não terem trazido para o assumpto nenhum argumento que valha a pena registrar.

Na apreciação d'este acto governamental, a maioria da imprensa manteve-se n'uma attitude serena e nobre, e discutindo a portaria do illustre ministro da marinha com toda a seriedade e commedimento, procurou, sem outras preoccupações que não fossem manter intemerato e puro o prestigio do nome portuguez, apurar se, para estimular os brios do nosso marinheiro e propellil-o a emprezas audaciosas e arriscadas, a adopção da divisa do infante poderia ter uma influencia decisiva.

Mendes Leal, ao ordenar que a sua divisa fosse inscripta nos navios de guerra, esperava, sem duvida, ser discutido mas não ridicularisado. A imprensa d'então, que não viu ou não quiz vêr que n'aquella divisa, portuguêza de lei, podia ir um estimulo e um incitamento, apoderou-se d'ella para zombar do ministro que a traçara, sem se preoccupar se fôra o puro sentimento da patria que lh'a havia ditado. Presentemente não succedeu — e ainda bem — a mesma coisa. O acto do snr. Neves Ferreira foi com-

---

52 lições, antes de pôr nos navios a tal phrase franceza. Impedir os marinheiros de serem 2.os sargentos, allegando se a falta de habilitações, e querer que elles comprebendam francez... é um cumulo. Seja como fôr, para nós a verdadeira e patriotica divisa será sempre: *A patria honrae que a patria vos contempla!*»

No dia seguinte a *Tarde*, diario governamental, publicava o seguinte:

«Um marinheiro lettrado chora lagrimas de sangue na primeira pagina do *Seculo*, sobre a velha divisa tão ingratamente abandonada pela marinha portugueza. O sensivel mareante lamenta não saber francez para perceber a moderna divisa adoptada. Coitado! A antiga percebia-a elle bem — *A patria honrae que a patria vos contempla*. Simplesmente, quando andava por terras longinquas, como não percebesse o estylo metaphorico, devia entender que a patria de tão longe não podia observar-lhe as egregias acções.

«E' provavel, pois, que désse ao verbo *contemplar* uma significação mais consentanea com os proprios interesses e com a folha de pagamento. *A patria vos contempla*... uma vez por quinzena.

Não era isto o que o snr. marinheiro entendia?»

(¹) Diz um collega nosso que sobem approximadamente a dez contos as despezas a fazer com a adopção na marinha de guerra da nova divisa — *Talant de bien faire*, visto que em todos os timbres, sellos e escudos de marinha tem de ser substituida a divisa antiga. Dizem-nos que os collegas do snr. ministro da marinha estão furiosos com elle, não por causa das despezas, porque isso não é cousa que os incommode muito, mas por causa da troça que por ahi vae. Tem sido uma risota, mas o peior é que a risota custa dinheiro, e a extravagancia idiota e pueril da substituição das divisas dá a medida da falta de seriedade, insignificancia e curteza de vistas dos nossos governantes.

(*Correio da Noite*, n.º 4:480, de 12 de julho de 1894).

batido mas não ridicularisado; porque todos comprehenderam que, ao ordenar a substituição da antiga divisa, o seu fito era, como expressamente se lê na portaria, pôr deante dos olhos da marinha de guerra portugueza uma legenda, breve e incisiva, que lhe estimulasse os brios e lhe avivasse as recordações de um passado glorioso.

O que, porém, importa apurar é se a substituição ordenada pela portaria de 5 de julho tem ou não razão de ser. O *Economista*, que a acha perfeitamente justificada, pergunta:

«Mas não é a gloriosa empreza ou moto do Infante glorioso, milhões de vezes preferivel ao verso indiscutivelmente sonoro, mas levemente trivial, sem titulos que o distingam e offereçam ao nosso justo acatamento a não ser estar regularmente metrificado na sua qualidade de facil endecasyllabo? Não era preferivel que Mendes Leal, a cuja distincta memoria consagramos aliás muita e merecida estima, ao dar á marinha portugueza um lemma, uma empreza, um moto, tivesse tido a feliz ideia de ir buscar ao tumulo do grande iniciador das glorias maritimas de Portugal a sua bella divisa, tão alta a um tempo e tão singela, tão modesta e tão nobre, em vez de pedir á sua phantasia poetica o mediocre endecasyllabo que ella promptamente, sem esforço grande, lhe ministrou? Admittida a ideia da substituição, que nada de razoavel contradiz e a proximidade da celebração de um centenario do grande infante pelo contrario plenamente justifica, não foi muito feliz e muito digna de louvor a escolha da divisa desde quatro seculos gloriosa?

Parece-nos que a todas estas perguntas se não póde legitimamente recusar resposta de todo ponto affirmativa. Quem ousaria, agora uma vez adoptada a empreza do Infante que o mundo honrou com o titulo de Navegador, apagal-a dos nossos navios e substituil-a por outra? Estamos persuadidos que não ha ahi coração portuguez que não sinta que esse lemma glorioso e sagrado não poderia ser substituido sem dôr, nem sequer pelo mais bello, mais puro, mais portuguez verso dos Luziadas. Este sentimento, que temos a certeza de existir no fundo da alma de cada um de nós, é a justificação plenissima da escolha.

Temos visto comparada a actual divisa da marinha de guerra portugueza com a da marinha britannica, constituida pelas nobres palavras signaladas por Nelson á esquadra do seu commando, como ordem do dia da famosa batalha de Trafalgar. D'essa comparação nasceu naturalmente a discussão sobre qual d'ellas era a preferivel. Relativamente, diria o amigo Banana, e não diria mal, que a de Nelson é preferivel para os inglezes e a do Infante para os portuguezes. Em absoluto, é indiscutivel que se a primeira pelo sentimento que a dictou é mais bella, a segunda pelos feitos a que deu origem é maior. A primeira recorda ao mundo admirado um grande homem, o Napoleão do mar, como lhe chamou um francez insuspeito, e um grande feito maritimo, a maior, a mais insigne das victorias navaes d'este seculo: a segunda recorda ao mundo em pasmo um homem que não é só, como é Nelson, justamente grande na sua patria e para a sua patria, mas para o universo, e recorda não simplesmente um grande feito, mas uma série quasi infinita de feitos grandes, dos maiores que tem illuminado a Historia em todos os tempos. Este nos parece o motivo fundamental da superioridade do nosso lemma sobre o que tão nobremente refulgiu ao sol de Trafalgar.

A razão de superioridade allegada pela pessoa a cujas palavras no fi-

nal d'uma conferencia sobre o Infante é attribuida a honra de ter suggerido a substituição feliz, não nos parece acceitavel. Nem as palavras do infante significam uma *affirmação* de bem fazer, mas sim um desejo, um empenho, uma aspiração; nem as palavras de Nelson significam uma simples esperança, mas sim uma confiança certa. Nós se houvessemos de pôr em vernaculo a ordem do dia do grande marinheiro, não verteriamos o *expects* do glorioso texto por espera, mas sim por *confia*. N'este sentido foi a palavra dita, e n'este sentido entendida pelo proprio Nelson, que tambem cumpriu o seu dever n'esse dia grande, tão cheio de lucto e de gloria.

Repetimos: a honra, o merito, a justificação do ministro que é um marinheiro de casta, está simples mas cabalmente n'isto: não haverá em tempo algum mão portugueza que ouse apagar dos nossos navios o glorioso lemma desde hoje inscripto n'elles. Um verso de Mendes Leal, ainda rigorosamente certo, como elle os fazia, substitue-se; a empreza do grande Infante, não (1).»

Outro jornal, e dos mais considerados de Lisboa (2), esclarece os que, para combaterem a portaria, allegam que o infante procedera caprichosamente adoptando uma divisa franceza quando podia tel-a escolhido na sua lingua. Talvez isto — observa judiciosamente o articulista — mostre um conhecimento um poucochinho superficial do assumpto.

«Se tiverem o incommodo de ir á Batalha, ou, não querendo lá ir, se se derem ao trabalho simplesmente de abrir a *Historia de S. Domingos* de fr. Luiz de Souza, que é prosa sempre de suave leitura, verão que o infante, como todos os seus irmãos, como seu pae, não lá quando se lembravam ou por capricho, mas tomando a ordem da cavallaria em que os emblemas e divisas eram obrigatorios, escolhera, como todos os outros, uma divisa em francez, por ser a lingua de sua mãe, o que talvez os espante um pouco visto ser ingleza D. Filippa de Lencastre. Assim tomou D. Henrique a divisa de *Talent de bien faire*, como seu irmão D. Pedro a de *Désir*, como o doce infante D. Fernando a de *Le bien me plait*, como o casmurro D. João, avô de Izabel a Catholica, a de *j'ai bien raison*, e como até seu pae a de *Pour bien*. Tomar a marinha portugueza o emblema do infante D. Henrique é simplesmente como que pôr o seu retrato moral nos navios que seguem a esteira gloriosa dos que o infante soltou por esses mares.»

Estas razões produzidas pelo conceituado jornal não serviam, comtudo — segundo o parecer de outros jornaes — para justificar a substituição adoptada. O facto de o infante poder adoptar uma divisa escripta em lingua franceza, não lhes parece que constitua motivo sufficiente para auctorisar a sua inscripção de preferencia a outra escripta em portuguez. O que importa apurar é se aquella, sob o ponto de vista patriotico, é mais suggestiva do que esta. Ao contrario do que pensa o *Economista*, o *Universal*, redigido por um illustre ex-ministro que já sobraçou tambem a

(1) O *Economista*, n.º 3:849, de 17 de julho de 1894.
(2) *Correio da Manhã*, n.º 3:048, de 19 de julho.

pasta da marinha e ultramar, é de opinião que a divisa do infante não exprime nada d'aquillo que se pretende. E explica (1):

«*Talent de bien faire*, suppomos nós que quer dizer — *desejo de acertar*. Ora esta divisa fica bem a um sabio, a um trabalhador, a um rei, a um homem de estado, mas não tem applicação recta á nossa armada, cuja missão e cujos intuitos não são inteiramente os d'uma qualquer personalidade. A divisa do infante servia para elle como poderia servir para outra pessoa bem intencionada, desde o alto politico até ao simples artista (principalmente sendo relojoeiro), mas no tocante ás esquadras, não tem nenhum cabimento.

Se se considera a armada nas suas tradicções historicas e na sua aspição futura, *desejo de acertar* é pouco expressivo, porque se a armada tem aquelle desejo, o nosso visinho da esquina, que vende honradamente os generos da sua mercearia, tambem tem *desejo de acertar*, quando equilibra a balança nas mercadorias e pezos.

A patria honrae que a patria vos contempla, é bom de lei em toda a parte. Não é uma divisa pessoal, como a do infante, e nem o póde ser. Se um individuo inscrevesse aquellas palavras como timbre do seu proceder, seria d'uma vaidade estulta e de um orgulho insensato E, comtudo, o que revelaria orgulho e insensatez para um individuo, traduz um pensamento levantado no que respeita a uma corporação militar. Isto manifesta que existe de facto uma grande distancia entre a divisa que póde ter applicação a uma pessoa e a que é destinada a uma collectividade cujas tradicções e fins sociaes são totalmente diversos.

Pouco nos importaria que a divisa fosse em francez, se ella podesse ter significação justamente applicavel á nossa armada. De mais a mais aquelle francez está já tão oxidado pela acção dos tempos, que até custa a reconhecer o primitivo metal. Aquillo é francez de *bric-à-brac*, e como tal perdeu o exclusivo da nacionalidade para cahir nos dominios da arte, que, como todos sabem, é cousa que não tem patria. O que poderia era apresentar algumas difficuldades na traducção, mas isso mesmo teria a vantagem de dar aos marinheiros algumas noções de philologia, que seria muito util principalmente contra o enjôo do mar.

Por este lado concordamos em que a legenda, em caracteres gothicos, do infante, póde exercer uma acção efficaz no estado mental e na saude da marinhagem.»

Achando tambem descabida a substituição, mas espraiando-se em uma serie de considerações pessimistas, desalentadas, por vezes até extra-

---

(1) *Universal*, n.º 1:014, de 18 de julho de 1894. E' de parecer este jornal, cuja direção politica está a cargo do conselheiro Julio Marques de Vilhena, que é inopportuno pôr novas legendas nos navios quando elles estão a desmantellar-se totalmente. Se é gloriosa a divisa do infante tenham ao menos o bom senso de guardar a gloria para que lhe sirva de pedestal, não a taboa pôdre de navios carcomidos, mas o aço d'alguma couraça de cruzadores poderosos. O que é preciso não é alterar legendas é construir navios.

O artigo remata com estas palavras que são, infelizmente, verdadeiras:

«Mas, quanto á nossa armada, quer-nos parecer que o que ella tem não é desejo de *acertar*, mas desejo de se *concertar*. Talvez seja melhor principiar pelos concertos.»

vagantes e pouco sensatas (¹), outro jornal entende que se deve conservar a divisa actual, e tractar-se de construir navios, tão necessarios para o serviço das colonias. Relativamente á legenda, diz:

«Em vez do «*Honrae a patria que a patria vos contempla*» que todo o marinheiro é capaz de perceber na singeleza e sublimidade da phrase portugueza, foi-se á edade média e arrancou-se do tumulo de D. Henrique o *Talent de bien faire*, que um poeta e sonhador do conselho do almirantado propoz ao snr. ministro da marinha que o mandasse envernisar e pintar á moderna. E a divisa foi mandada fixar em logar *de honra e bem visivel dos nossos navios de guerra* em substituição do verso epico.

Ora, fazendo justiça ás patrioticas intenções do poeta e ao ministro que concordou na substituição, vemos no caso diversos inconvenientes.

A divisa é feita para os nossos marinheiros ou para os extrangeiros? Se é para os nossos marujos, duvidamos que elles a comprehendam na rudeza simples das suas intelligencias, mesmo que a traduzam e a expliquem; se é para os extrangeiros achamos triste que elles vejam substituida nos nossos navios a phrase portugueza pela franceza... *modernisada.*

Não se vae desenterrar um objecto antigo para o pintar e arranjar segundo o gosto moderno. Porque se mudou a divisa original de *Talant de bien fere* para *Talant de bien faire?* Já na estampilha do centenario em que D. Hen-

---

(¹) *Jornal do Commercio*, n.º 12:180, de 18 de julho de 1894. Nas considerações que adduz para demonstrar a desvantagem da substituição da legenda ordenada por Mendes Leal, o articulista, que parece atacado d'essa philosophia sombria que mergulha a alma na treva mais densa, manifesta-se contrario a todas as manifestações patrioticas passadas, presentes e futuras. «Assim, — escreve elle — apparecem patriotas com ideias luminosas, que em vez de pensarem na tristeza da situação presente rememoram a gloriosa situação passada, e em vez de adoptarem o lemma moderno de *para a frente*, inscrevem nos seus estandartes a retrograda divisa de *para traz*, e ao sinistro clarão d'este fim de seculo anarchico e fratricida, começam a desenterrar mortos e a esquadrinhar pergaminhos nos escaninhos da antiguidade.

Desenterrou-se D. Henrique e a sua legenda.

Vae-se desenterrar Santo Antonio e os seus milagres.

E os mirrados heroes da India levantar-se-hão dos seus tumulos d'aqui a tres annos quando os illustres membros da grande commissão do centenario soltarem aos quatro ventos a grande voz das descobertas e conquistas.»

Ahi está a que extremos póde levar a propositada vontade de dizer mal de tudo. Que mal fizemos nós em *desenterrar* o infante agora, como se *desenterrara* antes Camões e Pombal?... Não será pela rememoração d'estes heroes e dos seus feitos que as nacionalidades se affirmam e se engrandecem?.. Não readquirirá o paiz novo vigor e novas forças *desenterrando* os mirrados heroes da India e proclamando ao mundo o esforço glorioso d'esta raça, que tantas maravilhas operou?... Será prejudicial ao bom nome, aos interesses, ao prestigio, á situação presente do paiz que se celebre o centenario de Santo Antonio, o venerando santo franciscano, o vulto notabilissimo d'aquella grande evolução catholica e democratica da idade media, o orador que só a S. Francisco de Assis cede em doçura e em eloquencia? Quererá talvez o patriotismo do articulista que o cedamos á Italia?... Se assim succedesse, os paduanos comprehenderiam melhor, apesar de livres-pensadores, o que é que vale essa grande figura do mysticismo medieval.

São assim todos os *bons patriotas*: censuram, criticam, malsinam, mas do seu cerebro não brota uma ideia redemptora. Pois o contrario seria bem melhor: de quem chore não carecemos nós, do que precisamos é de quem trabalhe, de quem, por um nobre e honrado esforço, arrede os embaraços que nos estorvam a marcha civilisadora. Cruzar os braços, curvar a cabeça, e ficar parado, não é isso o que pretendem?... Mas então, vamos, acabemos por uma vez, que é melhor....

No seu furor de confundir tudo, o articulista vae até ao lamental extremo de attribuir o burilado endecassyllabo de Mendes Leal a Camões... O que é ser lido em litteratura nacional!

rique na prôa d'um navio se colloca de cocoras sobre a divisa, veiu esta modernisada—o que mereceu do extrangeiro a observação de que *vouloir moderniser certaines choses du moyen âge c'est leur enlever tout leur saveur*, e a recommendação ao infante, collocado na estranha attitude:

> Ne forcez point votre talent
> Vous ne feriez pas avec grâce...»

Pelos periodos que recortamos dos differentes jornaes que se occuparam da substituição da actual legenda vê-se que a portaria do illustre ministro da marinha não encontrou echo sympathico na opinião publica. E com razão. Mudar uma legenda escripta na lingua que fallamos por outra, n'um idioma extranho, não parece, effectivamente, resolução muito acertada, comquanto se deva acatar o sentimento patriotico que a inspirou. Como judiciosamente observou um diario lisbonense [1] a lingua, o idioma, é um dos caracteristicos principaes d'um povo. Ora o nosso, apezar de se ir desnacionalisando, conserva ainda este signal da sua individualidade, que o prende á patria, ao seu torrão natal. A substituição d'uma legenda nacional portugueza por uma outra, ainda que nacional, mas em lingua estrangeira, é cortar um dos laços que, com quanto pareçam fracos, tem ainda um valor consideravel. Poderão justificar a mudança dizendo que no tempo em que Portugal era grande, no tempo de um dos seus maiores reis, houve um infante iniciador das nossas conquistas que não receiou adoptar uma legenda extrangeira. Agora não succede assim; e se não conservarmos estes pequenos laços, em pouco tempo a nossa nacionalidade perder-se-ha por falta absoluta dos sentimentos patrioticos d'aquelles que deveriam pugnar acima de tudo pelo nome e pelo prestigio da nação.

A escolha da legenda em francez constituirá um enfeudamento ao extrangeiro pela lingua. Poderão ainda objectar que tambem a Inglaterra inscreve nas suas armas a legenda tradicional do *Honni soit qui mal y pense*. É verdade, e se outro tanto succedesse em Portugal todos deveriamos pugnar pela sua manutenção, porque n'este caso a tradição teria inoculado em gerações successivas o verdadeiro sentido do lemma do infante. Mas não tem sido assim. Excepção feita para os eruditos e para aquelles que conhecem a historia, esta legenda seria desconhecida se a não tivessem feito reviver as festas do centenario henriquino.

Mas ha outro symptoma na substituição da legenda, derivado da sua pouca clareza, porque, como se vê das transcriptas feitas, ainda agora se questiona se a significação d'ella será — vontade de praticar o bem — ou — talento de praticar o bem [2].

---

(1) *O Tempo* de sexta-feira 13 de julho de 1894.

(2) Occupando-se actualmente a imprensa portugueza da questão das pescarias do Algarve, o auctor da revista politica do *Commercio do Porto* apreciando as concessões feitas pelo governo aos pescadores hespanhoes, escrevia o seguinte:

... «Agora é que nós comprehendemos bem a profunda philosophia altruistica encerra-

Queremos acreditar em favor dos sentimentos do infante que a primeira explicação seja a verdadeira; mas ainda assim não nos parece preferivel uma legenda que se presta a confusões, que é escripta n'uma lingua extrangeira, a uma outra que sobre ser clara, suggestiva, conhecida já da nossa corporação de marinha, é escripta em portuguez, na nossa lingua nacional.

Em vista da opposição que encontrou na maioria da imprensa, é de crer que a determinação do illustre ministro da marinha — a cujos nobres intuitos fazemos inteira justiça — não vá por deante, e que a antiga legenda continue a servir de honrado estimulo ao marinheiro portuguez, pondo-lhe deante dos olhos a imagem sagrada da Patria, que hoje, mais do que nunca, precisa de animos exforçados e espiritos claros que a honrem e engrandeçam, erguendo-a do abatimento a que se acha reduzida, mercê dos desvarios d'aquelles que deveriam defendel-a e glorifical-a. E essa significativa legenda, tam expressiva na sua simplicidade, deveria ser egualmente gravada, em caracteres bem salientes, em toda a parte onde se reunem os homens a quem cabe a tarefa de nos governar e dirigir. Deviam insculpil-a, graval-a bem salientemente, de modo que de todos fosse bem vista, nos gabinetes dos ministros, nas casas do parlamento, na propria moradia real, para que, como uma sentinella sempre álerta guardando a honra e o prestigio do paiz, avisasse dos perigos e das embuscadas que se preparassem para o affrontar e offender. Sob essa égide sagrada, talvez que uma voz mysteriosa bradasse de rijo a todos quantos têem cooperado, a todos quantos, esquecidos do seu alto dever civico, têem contribuido para o descalabro de todas as nossas forças:

---

da na divisa henriquina e mandada gravar pelo actual governo na prôa do nosso couraçado alteroso, e das nossas corvetas e canhonheiras, que seriam alterosas tambem se não fossem quasi feitas de papelão.

Talent de bien faire! Talento, habilidade, propensão para ser um mãos rotas, para repartir fatias, para deixar comer, á vontade, do que é nosso, toda a gente. Inclinação natural para ser um não te rales, um não te importes, um deixa lá; *mania de fazer bem!*

Talent de bien faire! Geito para ser tolo, porque a bondade, a caridade, essa que para ahi tem sido invocada, e que pelo nome não perca, merece pelo menos o nome de toleima, não querendo chamar-lhe cousa peior, quando leva o governo de um paiz a despir a camisa aos seus, para vestir e agasalhar os estranhos.

Quer a Allemanha que se lhe dê Kionga, e o Cabo Delgado e a foz do Rovuma, e mais alguma cousa? Não incommode os seus navios, nem faça suar o topete dos seus diplomatas. Dirija-se ao bom coração do gabinete portuguez, e peça-lhe isso tudo, e o mais que quizer, com bonitos modos. Levados por boas maneiras, somos isto que se vê. Entrem os senhores á vontade, explorem as nossas minas, cortem as nossas florestas, cacem nas nossas terras, assim como alli os visinhos, os amigos hespanhoes, vão d'aqui em diante pescar nas nossas aguas.

Todos são filhos de Deus, vivam todos a seu gosto, porque o velho Portugal, fiquem-o sabendo, só para si mesmo, para os portuguezes é que é descaridoso, é que é falto de bondade.

Talent de bien faire! Não seja só divisa maritima, seja divisa nacional.

Portugal nasceu para *fazer bem*, prejudicando-se a si e aos seus.

Agora, na questão das pescarias, não fez mais do que manter as suas velhas tradições.»

(*O Commercio do Porto*, n.º 197, de terça-feira 21 de agosto de 1894).

... ponde na cubiça um freio duro,
e na ambição tambem que indignamente
tomais mil vezes.............. (1)

....

E todos tereis mais, e nenhum menos,
possuireis riquezas merecidas
com as honras, que illustram tanto as vidas (2).

Se essa legenda que ha tantos annos estimula o brio dos nossos marinheiros, e os tem, em mais de uma conjunctura memoravel, impellido a audacias e a arrojos em defeza da sagrada bandeira portugueza, estivesse sempre presente no espirito dos nossos legisladores e dos nossos governantes, é de crêr que não tivessemos descido á situação, misera e dolorosa, em que nos encontramos, obrigados a supportar todas as injurias e a soffrer todas as humilhações, de braços cruzados, impotentes para todo o desforço...

Mas, uma vez que se appella para o sentimento patriotico, e que se procura estimulal-o, revivendo os altos feitos do passado, é indispensavel, é imprescindivel, é urgente, que se brade de alto e de rijo a todos os que nos dirigem e nos governam, a todos quantos, na supremacia do mando, decidem dos nossos destinos

Honrae a Patria que a Patria vos contempla,

porque um dia virá em que ella vos ha-de tomar severas contas do modo como procedestes e do uso que fizestes do poder que vos foi confiado, premiando-vos ou castigando-vos segundo o valor dos vossos feitos ou a infamia dos vossos delictos.

E' tempo, effectivamente, de se exigir dos que nos dirigem que se entre definitivamente em vida nova, em vida de moralidade e de decoro civico, impondo o nome portuguez á consideração e ao respeito dos outros povos; é tempo de se suspender a marcha desatinada que ha tanto tempo seguimos, sem nos preoccuparmos com os abysmos em que podemos cahir, para todo o sempre anniquilados e perdidos. Não basta que, em occasiões como esta do centenario em que a figura magestosa da Patria apparece mais refulgente de gloria, deslumbrando n'um brilho mais intenso de luz, a alma nacional, aquecida ao calor de tanta maravilha, se expanda em acclamações triumphaes e em hymnos de victoria; é preciso que esse enthusiasmo não seja de momento, um enthusiasmo rapido, fugaz,

(1) *Lusiadas*, canto IX, estancia 93.
(2) Ibid., est. 94.

vazio de todo o nobre sentimento que estimula o animo para as decisões viris e fortes. Por de mais temos vivido uma vida de humilhação e vergonhas para que se persista em continual-a. Se todos os que tem passado pelo poder procurassem honrar a Patria, reflectindo que a Patria tinha postos os olhos n'elles, com certeza que não haveria a registrar tanta baixeza e tanta miseria como as que, por desgraça nossa, de ha muito vem offendendo gravemente o brio nacional, tam abatido e tam desalentado já que tudo soffre na indifferença de quem nada espera e em nada confia. Se a valer, dedicadamente, na honradez dos corações leaes, se procurasse elevar a Patria acima dos mesquinhos e sordidos egoismos e dos vis e safados interesses; se, por syndicatos e explorações deshonestas, não se tivesse aberto o caminho a tanta audacia criminosa; se se cortasse a eito, com mão firme, tudo o que de corrupto se vae estendendo pelo corpo social, com certeza que não viveriamos apenas das recordações d'um passado cheio de maravilhas, e que a Patria do infante D. Henrique não estaria mettida

No gosto da cubiça e na rudeza
d'uma austera, apagada e vil tristeza. (1)

Honrae a Patria que a Patria vos contempla.

Eis o que é necessario ter bem gravado no espirito e no coração, para que possam continuar-se, pelas edades adeante, as virtudes magnanimas que engrandeceram os nossos antepassados. A divisa do infante póde, se quizerem, ser adoptada, mas sem de modo algum apagar aquella, porque é portugueza de lei. Conservem-a, mas observem-a. Traduzam fielmente o pensamento que ella encerra, e seremos de novo o que já fomos, grandes e dignos. *Talent de bien faire* póde ter differentes interpretações. *Honrae a Patria*, tem uma só, clara, nitida, positiva. E nós do que precisamos é de situações claras e definidas. Inspirem-se, pois, todos, no mais puro e no mais acrysolado amor da patria, que d'esta lucta tremenda em que de todos os lados nos aggridem, nos maltractam, nos injuriam, havemos de sahir victoriosos. A victoria pertence á justiça, e essa temol-a nós, inteira e clara. Pela Patria, e triumpharemos, porque é verdade affirmada pelas mais eloquentes lições da historia, que

quem faz injuria vil e sem razão
com forças e poder, em que está posto
não vence; que a victoria verdadeira
é saber ter justiça nua e inteira. (2)

---

(1) *Lusiadas*, canto x, est. 145.
(2) *Lusiadas*, canto x, est. 58.

QUARTA PARTE

Medalhas commemorativas — livros — musicas — jornaes.

MEDALHAS COMMEMORATIVAS

Foram duas as medalhas especialmente gravadas para commemorar o centenario do infante, uma do eminente gravador José Arnaldo Nogueira Molarinho, e outra do estudioso artista Manoel de Carvalho Figueira. Da primeira cunharam-se exemplares em ouro, prata, bronze e aluminio, aos





MEDALHA DO CENTENARIO, GRAVADA POR MOLARINHO

preços de 135$000, 4$500, 1$000 e 500 réis, e da segunda, em ouro, prata e bronze, aos preços de 150$000, 9$000 e 1$500 réis.

A medalha de Molarinho foi editada pelos conhecidos e considerados livreiros Magalhães & Moniz; editaram a outra os snrs. Antonio Julio Fernandes Guimarães e Joaquim Elysio Gonçalves.

Como todos os trabalhos do insigne artista, muitos dos quaes tem merecido as mais honrosas referencias da imprensa portugueza e estrangeira, a medalha gravada por Molarinho constitue uma verdadeira obra prima de arte. Como da gravura se vê, a medalha apresenta no anverso o retrato do infante, copia fiel do que existe na bibliotheca nacional de Paris em um manuscripto original do chronista Eannes de Azurara. O buril do primoroso artista realisou verdadeiras maravilhas de delicadeza no modo como esculpiu as severas feições do filho do Mestre d'Aviz. Destacam-se tambem, pela sua singeleza e execução, os ornatos que ladeam o retrato e bem assim os que cercam a divisa — *Talent de bien faire*. No reverso veem-se as armas da cidade do Porto entre duas palmas de carvalho e louro, tendo na orla a seguinte inscripção — *A cidade do Porto ao infante D. Henrique — MCCCXCIV, — Quincentenario MDCCCXCIV*.

Como em outro logar referimos, foi com um exemplar d'esta medalha, em ouro, que a commissão executiva do centenario presenteou o distincto maestro Alfredo Keil, auctor do hymno triumphal executado durante as festas do centenario.

LIVROS, BROCHURAS, ETC.

A celebração do centenario determinou um consideravel movimento litterario, lançando-se no mercado trabalhos erudictos de grande valor. Procuramos relacionar todas as publicações para que esta secção ficasse tanto quanto possivel completa, e julgamos ter conseguido o nosso proposito mercê do valioso auxilio que se dignaram prestar-nos e sem o qual certamente não poderiamos realisar o fim a que nos propozemos (1).

(1) As collecções henriquinas mais valiosas pertencem aos snrs. dr. Almeida Rego, distincto advogado nos auditorios d'esta cidade, e José d'Almeida Campos, Filho, illustrado negociante d'esta praça. E' tambem muito valiosa a que pertence ao snr. Diniz Santiago, digno thesoureiro da camara municipal. O snr. Marciano Azuaga, habil e zeloso chefe da estação das Devezas (Gaya) possue tambem uma collecção importante, especialmente composta de cartas, circulares, bilhetes de convite para os saraus commemorativos que se realisaram no paiz e no estrangeiro, *menus* dos banquetes, cartazes, programmas, etc. O reverendo Patricio possue egualmente uma collecção apreciavel.

A bibliotheca publica, onde se deveriam encontrar todas as publicações que appareceram por esta occasião solemne, pouco ou nada possue. O zelo do illustrado e respeitavel bibliothecario, snr. dr. Allen, tem sempre encontrado difficuldades que não poude vencer, do que resulta encontrar-se aquelle estabelecimento n'uma grande penuria de publicações modernas. A lei obriga os auctores e editores a enviarem á bibliotheca um exemplar das suas publicações, mas o certo é que poucos são os que cumprem esta disposição legal. De resto ninguem se preoccupa com isto, o que redunda em desproveito dos estudiosos. Das poucas publicações existentes na bibliotheca, o snr. dr. Allen teve a amabilidade de nos enviar uma relação, que muito agradecemos, agradecendo tambem aos snrs. drs. Almeida Rego e Almeida Campos o valioso auxilio que se dignaram prestar-nos.

Os livros, brochuras, etc., commemorativos do centenario são os seguintes:

Açores (Os) — Estudo sobre a prioridade da descoberta d'este archipelago pelos portuguezes, por João Gonçalves. — Porto. Editores, Magalhães & Moniz. — 1 vol. in-8.°

Aguia (A) de Sagres, por Jayme T. C. de Magalhães. — (poemeto), 13 pag. in-8.° — Porto. Typ. Empreza Litteraria e Typographica.

Annaes do club militar naval, numero commemorativo do centenario do Infante, com retrato e fac-simile. Imprensa Nacional, Lisboa.

Biographia do Infante D. Henrique, colligida por A. da Silva Mello Rodrigues. — Porto, 1894, folheto de 8 pag. com um retrato do Infante, lyt. em cartão.

Caracter e influencia da obra do Infante, conferencia feita no club militar naval, por Henrique Lopes de Mendonça. — 1 vol. in-8.° Livraria Ferin, editora. — Lisboa.

Centenario (O) do Infante D. Henrique, 1394-1894. — Homenagem do archivo dos Açores, por Ernesto do Canto. — Ponta Delgada. — 1 vol. in-4.°

Colonias (As) portuguezas, sua utilisação economica e politica, por Carlos Affonso. — Porto, folh. in-8.°, 32 pag.

Commercio (O) do Porto. — Gloria ao Infante D. Henrique, typ. do «Commercio do Porto». — in-fol. com 26 paginas de texto; a capa a côres, tem uma allegoria, desenho de Salgado; insere tambem um fac-simile do retrato do infante, copia do que se encontra na «Chronica da Guiné», um desenho da lapide collocada na casa onde nasceu o infante, o tumulo onde repousa, no convento da Batalha, uma caravella do seculo XV, desenho do official de marinha Lopes Banhos, o cartaz-artistico annunciando as festas do centenario, o hymno de Alfredo Keil, etc. A collaboração é firmada pelos redactores, correspondentes e outros individuos que escrevem n'aquelle conceituado jornal.

Contemporaneo (Um) do Infante D. Henrique, carta a Mr. Mathieu Lugan, por Alberto Pimentel. — Porto, Livraria internacional de Ernesto Chardron, casa editora, M. Lugan, successor, 1894. — in-4.°, 161 pag.

Eschola (A) de Sagres, projecto de um instituto naval, Infante D. Henrique, por Bernardino Vareta. — Porto. 1 vol. in-4.°, 32 pag.

Henrique (D.) o Infante, memoria historica, primeiro premio de concurso no quinto centenario, por Alfredo Alves. — Porto. 1 vol. in-4.°, 125 pag.

Homenagem ao Infante D. Henrique, no quingentesimo anniversario do seu nascimento no Porto, em 4 de março de 1394, por Antonio Francisco Barata, (da bibliotheca d'Evora). — Lisboa. Livraria Ferreira, rua

Aurea, 132. Typ. de Castro & Irmão — Lisboa. Tiragem de 300 exemp. em papel commum e 15 em papel Wathman. — 1 vol. in-8.° 44 pag.

Homenagem dos Açores ao Infante D. Henrique, por Gabriel d'Almeida e Manoel Ferreira de Lacerda. — Ponta Delgada.

Homenagem do Centro Commercial do Porto «Ao Infante D. Henrique, pela Patria» contribuições para o engrandecimento da Patria portugueza, colligido pelo Centro Commercial do Porto em commemoração do Infante D. Henrique. — Porto, Typ. do «Commercio do Porto», 1894. — 1 vol. in-folio, 72 pag., com a capa a côres contendo 3 retratos em medalhão do Infante, de Vasco da Gama e Affonso de Albuquerque e a legenda, «Por mares nunca d'antes navegados».

Infante (O) D. Henrique, notas biographicas na commemoração do quinto centenario do seu nascimento, 1394-1894. — folheto.

Infante D. Henrique, a Ceuta! — Uma pagina de historia sob a fórma dramatica, por Souza Moreira. — Tiragem limitada, 1 vol. in-4.°, 52 pag. — Porto, typ. Occidental, 80, rua da Fabrica.

Infante (O) de Sagres, obra premiada no concurso de memorias sobre o Infante D. Henrique por occasião das festas do quinto centenario do nascimento do mesmo infante, por Fortunato d'Almeida. — Porto, Livraria Portuense de Lopes & C.ª, 1 vol. in-8.°, de 371 pag. (Este trabalho, como em outro logar referimos, obteve o segundo premio do concurso).

Infante (O) D. Henrique, 1304-1894. Typ. da Empreza Litteraria e Typographica. — folheto, 4 pag.

Infante (O) D. Henrique, por Manoel Barradas. — Lisboa, antiga casa Bertrand, de José Bastos, livreiro editor, 1894. — 1 vol. in-8.°, 149 pag.

Infante (O) D. Henrique. — Traços biographicos do inclito «Navegador», por Tristão Moreno. — Edição popular com o retrato do Infante. — Porto, Imprensa Commercial, 1894, in-4.° 16 pag.

Infante (O) Navegador. — Poemeto, por Alfredo Campos, com um prefacio de João Penha. — Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, casa editora, M. Lugan, successor, 1894. — ex. in-4.°, papel hollanda, e em 8.°, papel commum, XXII, 18 pag.

Infante (O) D. Henrique, por Antonio Candido. — Porto, Empreza Litteraria e Typographica. — in-8.°, 27 pag.

(Contém este folheto o discurso proferido pelo eminente orador dr. Antonio Candido Ribeiro da Costa, na sessão solemne que a 3 de abril de 1889 se celebrou no Palacio de Crystal, como relatamos na primeira parte d'este livro. Publicado na occasião, e encorporado depois nos «Discursos e Conferencias», reappareceu por occasião do centenario, assim como as «Estancias ao Infante D. Henrique,» de Manoel Duarte d'Almeida, que tem egualmente a data de 1889).

Infante (O) de Sagres, por Luiz de Andrade, memorias e tradições de D. Henrique, o «Navegador» em Sagres, S. Vicente, Lagos e outros logares do Algarve, seguido de varias noticias recolhidas fielmente do passado e do presente. Publicação commemorativa do quinto centenario natalicio do Infante, o inclito «Navegador», adornada com 4 estampas phototypicas, originaes, elucidativas da vida do mesmo, durante os 40 annos de sua residencia n'aquelle sitio, obra dos primorosos artistas J. P. Carmo Reis e Emilio Biel & C.ª — Porto, Typ. de Antonio José da Silva Teixeira. — Cancella Velha, 70, 1894, 1 vol. in-4.º grande.

Infante (O) D. Henrique, e a arte de navegar dos portuguezes, conferencia feita em 19 de fevereiro de 1894, no Club militar naval, por Vicente M. C. Almeida d'Eça, capitão-tenente da armada, lente da eschola naval. — Lisboa, Livraria Ferin, Imprensa de Libanio da Silva, 47, Rua das Gaveas, 47, 1 vol. folio 50 pag. Edição de 250 ex. dos quaes 5 em papel Wathman, e os restantes em papel hollanda.

Infante (O) D. Henrique, (fragmentos), Anthero de Quental. — Barcellos Typ. da «Aurora do Cavado», editor R. V. (Rodrigo Velloso), 1893, (*sic*).

(E' a reproducção de um estudo de Anthero de Quental, começado a publicar, e não terminado, no «Academico» de Coimbra de 1860. A data da impressão está errada, pois um pequeno prefacio que precede a publicação traz a data de fevereiro de 1894). Tiragem de 50 ex., dos quaes 10 em papel de linho.

Instituto (O), revista scientifica e litteraria, numero commemorativo correspondente aos mezes de fevereiro a março. — Coimbra, Imprensa da Universidade, 1 vol. in-4.º

In memoriam, Talant de bien faire, 1394-1894, album de desenhos e autographos, in-folio de 36 pag. com capa a côres, e o retrato do infante e uma caravella. — Porto, Typ. de Pereira & Cunha, rua Nova de S. Domingos.

Mar (O) Tenebroso, poemeto por Theophilo Braga. (O producto total d'este poemeto foi offerecido pelo auctor e o editor á Officina de S. José e ao Asylo Profissional do Terço). Edição de luxo, in-4.º 44 pag. e 2 de indice. — Porto. Editor Anselmo de Moraes. Imprensa Portugueza, rua Formoza, 112.

Memoria (A') do Infante D. Henrique, o «*Navegador*», por Francisco Carlos da Silva Azevedo. — Porto. 1 folheto.

Noticia da vida do Infante D. Henrique, o «Navegador», Imprensa Nacional, rua da Picaria. — Porto. 1 folh.

Noticia da vida do Infante D. Henrique, o «Navegador». Edição popular, — in-4.º grande, 8 pag., retrato no front. — Porto, 1894. Imprensa Nacional, rua da Picaria, 35.

No quinto centenario do Infante D. Henrique, por Arriscado Malheiro. — Porto. 1 folheto.

Obra (A) do Infante D. Henrique, publicação destinada a commemorar o quinto centenario do nascimento do Infante D. Henrique, primeiro duque de Vizeu, por Lino de Macedo. Typ. do «Campino». — Villa Franca de Xira. A' venda em casa de Macedo & C.ª, 27, rua do Loreto, 29. — Lisboa. 1 vol. in-8.º, 159 pag.

Patria (A), no centenario do Infante D. Henrique, por Joaquim dos Anjos. — Lisboa, 1894. 1 vol. in-32.º, 12 pag.

Patria (A) ao Infante D. Henrique, o «Navegador», dedicado a Joaquim Carlos da Silva, doador da eschola de Gueifães. — Porto. Imprensa Nacional, rua da Picaria. 1 folheto.

Revista Livre, de Coimbra, (numero commemorativo do centenario, supplemento ao numero de março).

Sagres e a Nossa Gloria, por Renato Franco. — Aveiro. Minerva Academica. 1 vol. in-24.º br.

Talant de bien fere. O Infante D. Henrique, numero unico commemorativo das festas do 5.º centenario na cidade do Porto em 4 de março de 1894. Biographia do infante pelo Dr. Paiva e Pona, medico naval de 1.ª classe e socio da Sociedade de Geographia de Lisboa, retrato em phototypia feito sobre o desenho original do pintor Julio Costa. — Porto. Typ. Occidental, rua da Fabrica. 1 vol. folio.

Talant de bien faire, 4 de março de 1894. Quinto centenario do Infante D. Henrique, poesia por Augusto Luso, recitada na sessão do dia 5 de março realisada na Bibliotheca do Porto. — Porto. Typ. Mendonça, rua da Fabrica, 11. 1 folheto, in-folio.

Testamento (O) do Infante D. Henrique, (copia d'um manuscripto da Bibliotheca Nacional de Lisboa). — Porto. Typ. Lisbonense, 1894, 1 vol. in-8.º broch.

Traços biographicos do Infante D. Henrique, com um retrato lyth., 4 pag. in-8.º

Vida e feitos do Infante D. Henrique de Portugal. Breve noticia... destinada ao povo... Typ. de José da Silva Mendonça. 8 pag. in-8.º

Zig-Zag. — O grupo 16 no cortejo Henriquino. Galeria de Varões illustres posteriores a Plutarcho — Março de 1894, 1 vol, in-8.º (Sahiu depois um *Supplemento*, no mesmo formato).

MUSICAS

Hymno do centenario do Infante D. Henrique, lettra de H. Lopes de Mendonça, musica de Alfredo Keil. — Porto, real lithographia Lusitana.

(O distincto maestro marcou para a grande banda que havia de executar o hymno um pessoal nunca inferior a 83 executantes, assim distribuido:

Flautins em *ré* b, 2; requintas em *mi* b, 2; 1.os clarinetes, 8; 2.os ditos, 6; 3.os ditos 6, ou mais; 1.os cornetins, 6; 2.os ditos, 4; 3.os ditos, 4; sax-trompas em *mi* b, 8; 1.os trombones, 2; 2.os ditos, 2; 3.os ditos, 2; 1.os barytonos, 3; 2.os ditos, 3; baixos, 4; contrabaixos, 4; saxphones-sopranos, 2; ditos contraltos, 2; ditos tenores, 2; clarins em *ré* b, 6, e na sua falta 8 cornetins; triangulo, 1; caixas de guerra, 2; bombo, 1; pratos, 1.

Este hymno, d'um bello effeito, foi executado durante as festas, como deixamos dito, arrancando sempre os mais calorosos e enthusiasticos applausos).

Valsa henriquina, para piano, por Julio Moutinho. — Porto, Eduardo da Fonseca, editor, armazem de pianos e musicas. Praça de Carlos Alberto.

JORNAES

LISBOA

Diario de Noticias, n.os 10:126 (de 4 de março), illustrado com o retrato do infante e artigos especiaes e commemorativos do centenario; — 10:121 e 10:122, de 27 e 28 de fevereiro; — 10:123, 10:124, 10:125, 10:127, 10:128, 10:129 e 10:130, de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 de março.

Seculo, n.os 4:340, de 23 de fevereiro, 4:346, 4:347, 4:348, 4:349, 4:350, 4:351, 4:352, 4:353, de 1 a 8 de março.

Vanguarda, n.os 965 e 966, de 27 e 28 de fevereiro, e 967, 968, 970 a 976, de 1 a 10 de março.

Diario Popular, n.os 9:635 a 9:642, de 2 a 9 de março.

Reporter, n.os 639 a 648, de 24 de fevereiro a 7 de março.

Diario Illustrado, n.os 7:519 a 7:524, de 1 a 6 de março.

Correio da Manhã, n.os 2:915, 2:917 a 2:925, de 28 de fevereiro e de 2 a 10 de março.

O Occidente, n.os 548, de 11 de março, todo consagrado ao centenario, contendo 14 gravuras em 16 paginas de texto, e 550, 551 e 552.

Correio da Tarde, n.os 1:496, 1:497, 1:499 e 1:500, de 23, 24, 27 e 28 de fevereiro, e 1:501 a 1:507, de 1 a 8 de março.

Folha do Povo, n.os 4:186 a 4:194, de 1 a 10 de março.

Tempo, n.os 1:623 a 1:630, de 1 a 9 de março.

O Universal, n.os 900 a 906, de 1 á 8 de março.

Jornal do Commercio, n.os 12:067, 12:068, 12:070 a 12:073, de 1 a 8 de março.

A Tarde, n.os 1:187, 1:188, 1:190 a 1:194, de 1 a 8 de março.
Correio da Noute, n.os 4:367 a 4:371, de 2 a 7 de março.
Commercio de Portugal, n.os 4:381 a 4:385, de 4 a 8 de março.
O Dia, n.os 2:007 a 2:011, de 23 a 28 de fevereiro, e 2:012 a 2:017, de 1 a 7 de março.
Economista, n.os 3:740, de 4 de março.
A Crença Liberal, n.os 3:054, 3:057, de 1 a 4 de março.
A Batalha, n.os 785 a 791, de 3 a 10 de março.
As Novidades, n.os 3:035 a 3:042, de 27 e 28 de fevereiro, e 1 a 7 de março.
Correio Nacional, n.os 321, 322 e 323, de 3 a 5 de março.
A Chacota, n.º 90, de 4 de março.
A Nação, n.º 11:903, de 4 de março.
O Antonio Maria, n.º 395, (illustrado com differentes desenhos de Manuel Gustavo Bordallo Pinheiro das festas realisadas n'esta cidade).
Gabinete dos reporters, n.º 3, de 4 de março.
O Pimpão, n.º 1:029, de 2 de março.
A Crença Liberal, n.º 3:054, de 4 de março.
O Rapido, n.º 15, de 3 de março.
Portugal, Madeira e Açores, n.os 451 e 452, de março.

PORTO, GAYA E BOUÇAS

O Commercio do Porto, n.os 32 a 49, de 8 a 28 de fevereiro, e 50 a 72, de 1 a 28 de março, 80, de 4 de abril, 131, 133, 134 a 137, de 7, 3 e 12 de junho, além de muitos outros, a alguns dos quaes nos temos já referido. O n.º 37, correspondente a 14 de fevereiro, insere um folhetim sobre a medicina portugueza no tempo do infante, os n.os 56 e 57 contéem uma interessante apreciação bio-biographica do infante firmada pelo correspondente em Londres, o n.º 57, insere um folhetim sobre a casa onde nasceu o infante, etc., etc. Em outros numeros encontram-se curiosas noticias, interessantes apreciações, referencias erudictas, que devéras interessam aos estudiosos. Uma das curiosidades publicadas por este jornal é um artigo em japonez, enviado pelo correspondente no Japão. Folheando-se as collecções d'este importante diario encontrar-se-hão sobre o centenario muitos e variados esclarecimentos, além de valiosos documentos, a maior parte dos quaes se acham tambem encerrados n'este livro. (Desde 1892 que o «Commercio do Porto» se referia á commemoração henriquina; nos n.os 82, 86 e 94, de 8, 13 e 22 de março, 109, 111, 113, 117, 122 e 124, de 10, 12, 15, 19, 25 e 27 de maio de 1892, e 277, 278, 280, 281, 284, 285 e 302, de 22, 23, 25, 26 e 30 de novembro e 1 e 21 de dezembro de 1893, encontram-se já muitas referencias e noticias relativas ao centenario).

O Primeiro de Janeiro, n.os 21, de 25 de janeiro, 36, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 50, de 11, 13, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 28 de fevereiro; 51 a 69, de 1 a 24 de março, 80 e 87, de 6 e 14 de abril, 131, 133 e 134, de 5, 7 e 8 de junho, além dos já citados no decurso d'este volume. (Na primeira parte vão citados os numeros em que se encontram exaradas as opiniões de differentes criticos d'arte sobre os projectos apresentados no concurso para o monumento ao infante).

Jornal de Noticias, n.os 51, 52, 53, 54, 55 e 56, relativos a março, alguns com illustrações a zincographia.

A Voz Publica, n.os 1:193, 1:194, 1:195 e 1:196, de 3 a 6 de março.

A Provincia, n.os 48, 49, 50, 51, 52 e 53, relativos a março, além de outros que vão citados n'este livro.

A Palavra, numero especial do centenario, homenagem dos catholicos ao pio e glorioso infante, illustrado com o retrato de D. Henrique, o seu brazão, as armas pontificias e as de Portugal e da cidade do Porto.

Galeria das Damas, numero especial do centenario, com o retrato do infante.

Sagres, n.º 5, 1 de março, impresso na rua da Picaria, 35.

Gazeta dos proprietarios, numero commemorativo do centenario, com o retrato do infante, 3 de março.

Correio do Porto, n.º 44, de 5 de março, com o retrato do infante.

O Velocipedista, n.º 25, de 1 de março, com o retrato do infante, uma gravura do monumento e artigos allusivos ao centenario.

A Vida Moderna, n.º 26, de 8 de março.

O Charivari, semanario humoristico, n.os 381, 382 e 384.

Pontos e Virgulas, semanario humoristico, n.os 15 a 25, correspondentes aos mezes de janeiro a março.

O Sorvete, n.os 202 e 211.

A Justiça Portugueza, n.º 711, de 5 de março.

Gazeta de Noticias, n.º 224, de 26 de março.

Pamphletos, n.º 8, relativo a março.

Revista da Exposição insular e colonial, n.os 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. (Esta publicação era o orgão official da commissão promotora da exposição que se realisou na nave central do Palacio de Crystal).

O Grillo de Gaya, numero especial do centenario.

A Luz do Operario, (de Gaya), numero commemorativo.

Boletim da Exposição agricola de Gaya, n.os 1, 2, 3 e 4, referidos a fevereiro e março.

O Povo de Gaya, n.º 6, de março.

O Monitor, (de Bouças), n.º 386, de 4 de março.

PROVINCIAS

ABRANTES

O Abrantes, n.° 69, de março.

AGUEDA

A Soberania do Povo, n.° 1:537, de 4 de março.
O Timbre, n.° 127, idem.
O Reformador, n.° 17, idem.
A Ordem, n.os 1:942, 1:943 e 1:944, de 6, 8 e 10 de março.

ALCOBAÇA

Semana Alcobacense, n.os 200 e 201, de 4 e 11 de março.

ALEMQUER

O Circulo das Caldas, n.os 65 e 63.
O Damião de Goes, n.° 428, de 4 de março.

ALVAIAZERE

O Combate, n.os 10 e 11, de 4 e 11 de março.

AMARANTE

A Folha do Tamega, n.° 378, de 4 de março.

ANADIA

O Jornal d'Anadia, n.os 151 a 154, de 12 de fevereiro a 4 de março.

ARCOS

O Arcoense, n.° 414, de 4 de março.
O Commercio do Vez, n.° 374, de 4 de março.

AVEIRO

O Campeão das Provincias, n.es 4:345 e 4:346, de março.

O Districto de Aveiro, n.os 2:271 e 2:272, de 5 e 8 de março.
O Povo de Aveiro, n.os 716 e 717, de 4 e 8 de março.

BARCELLOS

O Commercio de Barcellos, n.º 209, de 4 de março.
A Ideia Nova, n.º 96, idem.
A Aurora do Cavado, n.os 1:362 e seguintes.

BARREIRO

O Sul do Tejo, n.os 15, 16 e 17, de 25 de fevereiro, 4 e 11 de março.

BEJA

A Folha de Beja, n.os 61 e 62, de 1 e 8 de março.
O Bejense, n.os 1:729 e 1:830, de março.
O Liberal, n.º 305, de 4 de março.

BOMBARRAL

O Clamor de Bombarral, n.º 98, de 4 de março.

BRAGA

A Correspondencia do Norte, numero especial com o sub-titulo — «In Henrici memoriam», collaborado por differentes escriptores.
O Regenerador, n.º 776, de 4 de março.
O Nacional, n.º 1:133, de 7 de março.
A Alma Nova, n.º 45, de 2 de março.
O Sarilho, n.os 3 e 4, de 4 e 12 de março.
O Amigo da Religião, n.º 277, de 9 de março.
O Correio de Braga, n.os 3:133 a 3:136, de 3, 6, 8 e 10 de março.
A Lucta, n.º 59, de 12 de março.
O Commercio do Minho, n.º 2:133, de 3 de março.
O Progressista, n.os 128, 129 e 130, de 2, 6 e 9 de março.

CANTANHEDE

O *Jornal de Cantanhede*, n.os 246 e 247, de 3 e 10 de março.

CARTAXO

O Provinciano, n.os 252 e 253, de 4 a 11 de março.

CINTRA

A Aurora, n.º 56, de 4 de março.

COIMBRA

O Tribuno Popular, n.os 3:959 e 3:961, de fevereiro e março.
O Conimbricense, n.º 4:894, e seguintes até passado o centenario.
A Gazeta Nacional, n.os 233 e 234, de 3 e 7 de março.
A Correspondencia de Coimbra, n.os 17 e 18, de 2 e 6 de março.

COVILHÃ

O Covilhanense, n.º 10, de 4 de março.

ELVAS

O Elvense, n.os 1:365 e 1:367, de 4 e 11 de março.
O Correio Elvense, n.os 479 e 480, idem.
Diario d'Elvas, n.º 207, idem.

ESTARREJA

O Jornal de Estarreja, n.os 346 a 351, de fevereiro a março.

EVORA

A Academia, n.º 14, de 2 de março.
Geraldo sem Pavor, n.º 1, 7.º anno, de 4 de março.
Diario do Alemtejo, n.º 2:203, idem.
Manuelinho d'Evora, n.º 667, idem.

FAFE

Jornal de Fafe, n.os 111 e 112, de março.

FARO

O Progresso do Sul, n.os 237 e 238, de 25 de fevereiro e 4 de março.

O Districto de Faro, n.os 930, 931 e 932, inserindo este a carta pastoral do rev.mo bispo do Algarve celebrando o centenario do infante.

FIGUEIRA DA FOZ

A Correspondencia da Figueira, n.º 19 de 4 de março.

GUIMARÃES

O Progresso Catholico, n.º 5, de 1 de março, com o retrato do infante.

O Vimaranense, n.os 306, 307 e 309, de 2, 6 e 13 de março.

Religião e Patria, n.º 2:049, de 3 de março.

LAMEGO

A Gazeta do Norte, n.os 62 e 64, de 2 e 6 de março.

O Democrata da Beira, n.º 74, de 3 de março.

O Progresso, n.º 458.

O Correio de Lamego, n.º 123, de 3 de março.

A Gazeta do Norte, n.os 62 e 64, de 3 e 6 de março.

LEIRIA

O Districto de Leiria, n.os 623 e 624, de 3 e 10 de março.

LOULÉ

O Algarvio, n.os 257 e 258, de 4 e 11 de março.

O Louletano, n.os 58 a 62, de fevereiro a março.

MAFRA

O Mafrense, n.º 322, de 4 de março.

MANGUALDE

A Reacção, n.º 126, de 4 de março.

MELGAÇO

O Jornal de Melgaço, n.os 14 e 16, de 1 e 15 de março.

MONSÃO

O Independente, n.os 408 e 409, de 4 e 11 de março.

MONTE-MOR-O-NOVO

O Meridional, n.º 139, de 4 de março.
Folha Meridional, n.º 19, idem.

OBIDOS

Folha dos Lavradores, n.º 147, de 4 de março.

OLIVEIRA DE AZEMEIS

O Jornal do Povo, n.º 1:860, de 3 de março.

OVAR

O Ovarense, n.os 547 a 549, de fevereiro a março.

PAREDES

O Ecco de Paredes, n.os 23 e 24, de 4 e 18 de março.
O Paredense, n.º 527, de 3 de março.

PENAFIEL

O Commercio de Penafiel, n.º 57, relativo a março.
O Penafidelense, n.º 1:688.
O Jornal de Penafiel, n.º 36.

POMBAL

A Defeza, n.os 62, 63 e 64, de 25 de fevereiro, 4 e 11 de março.

PONTE DO LIMA

O Lima, n.os 154 e 155, de 24 de fevereiro e 3 de março.
A Semana, n.º 99, de 8 de março.
A Politica Nova, n.º 150, de 10 de março.

PORTALEGRE

O Leão, n.º 173, de 4 de março.
O Commercio do Alemtejo, n.º 104, idem.
O Districto de Portalegre, n.º 52, idem.
O Campeão de Portalegre, n.º 11, idem.

REDONDO

O Correio do Alemtejo, n.os 33 e 34.

REGOA

O Independente Regoense, n.º 80, de 4 de março.

RIO MAIOR

O Rio Maiorense, n.os 36 e 37, de 4 e 11 de março.

SANTA COMBADÃO

O Dão, n.º 24, de 4 de março, numero especial com o retrato do infante.

SANTAREM

O Jornal de Santarem, n.os 529 e 530, de 4 e 11 de março.

SANTO THYRSO

Jornal de Santo Thyrso, n.os 43, 44 e 45, de 4, 7 e 10 de março.

SETUBAL

O Elmano, n.º 51, de março.
O Districto, n.º 639, de 4 de março.
A Revista de Setubal, n.º 506, de 8 de março.

TAVIRA

Jornal d'Annuncios, n.º 611, de 8 de março.
O Jornal de Noticias, n.os 610 a 615, de março.

THOMAR

A Verdade, n.os 722, 723 e 724, de 25 de fevereiro a 4 e 11 de março.

TONDELLA

O Tondellense, n.º 32, de 4 de março.
A Atalaia, n.º 27, idem.

TORRES VEDRAS

A Vinha de Torres Vedras, n.º 7, de 4 de março.

TRANCOSO

A Montanha, n.os 223 e 225, de 4 e 18 de março.

VALENÇA DO MINHO

O Valenciano, n.os 1:431 e 1:432, de 4 e 8 de março.
O Noticioso, n.os 2:086, de 4 de março.

VIANNA DO CASTELLO

Jornal de Vianna, n.º 754, de 4 de março.
A Vida Nova, n.os 194, 203, 210, 211, 213, 214, 215 e 221, de janeiro a março.
O Intransigente, n.os 126, 128, 129, 130 e 133, de 1 a 29 de março.
A Aurora do Lima, n.os 5:761, 5:762 e 5:763, de 7 e 12 de março.

VILLA DO CONDE

O Ave, n.º 95, de 4 de março.
O Correio do Ave, n.º 66, idem.
O Villa do Conde, n.º 161, idem.

VILLA FRANCA

A Liberdade, n.º 754, de 4 de março.

VILLA FRANCA DE XIRA

O Campeão, n.º 769, de 4 de março.

VILLA NOVA DE FAMALICÃO

A Nova Alvorada, n.º 12, correspondente a 1 de março, com uma vasta e selecta collaboração litteraria.

VILLA REAL

O Trasmontano, n.º 1:138 e 1:139, de 3 e 12 de março.
O Echo, n.º 95.

VILLA VERDE

O Povo de Villa Verde, n.º 139, de 4 de março.

VIZEU

O Commercio de Vizeu, n.º 797, de 4 de março.
A Liberdade, n.os 1:292 e 1:293, de 2 e 6 de março.
O Jornal de Vizeu, n.º 3:557, de 3 de março.
O Artista, n.º 138, de 4 de março.
A Folha, n.os 510 a 513, de 1 a 11 de março.
O Ecco Viziense, n.º 6, de 9 de março.
A Revista Catholica, n.º 10, de 2 de março.

AÇORES

ANGRA DO HEROISMO

A Terceira, n.º 1:810, de 4 de março.
O Districto d'Angra, n.º 117, idem.
A União, n.os 75 a 81, e 84, 85, 89, 91 e 96, de 5, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 24 e 27 de março e 2 de abril.
O Peregrino de Lourdes, n.os 293 e 294, de 4 e 10 de março.

O Angrense, n.º 2:548, de 4 de março.
A Evolução, n.ºs 328, 329 e 330, de 4, 8 e 12 de março.

FAYAL

O Fayalense, n.º 10 e 11, de 4 e 11 de março.
O Açoriano, n.º 7 e 8, de março.

HORTA

O Telegrapho, n.ºs 130, 134, 135, 138, 142, 143 a 149, de 10, 15, 16, 20, 26, 27 e 28 de fevereiro, e 1 a 8 de março.
O Açoriano, n.º 9 a 12, de 4, 11, 18 e 25 de março.
O Atlantico, n.ºs 1:630 e 1:631, de 25 de fevereiro e 3 de março.
Diario de Noticias, n.ºs 5:116, 5:117, 5:118, 5:120, 5:121, 5:123, 5:125, de 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11 e 14 de março.
A Lucta, n.ºs 303 e 304, de 3 e 10 de março.
O Diario do Commercio, n.º 716, de 4 de março.
O Districto, n.ºs 44 e 45, de 5 e 12 de março.

ILHA DO PICO

O Lagense, n.ºs 165 a 168, de 3 a 31 de março.
O Pico, n.º 8, de 4 de março.

PONTA DELGADA

A Persuasão, n.ºs 1:675, 1:676, 1:677, 1:678, 1:679, 1:680, de 21 de fevereiro, 7, 14, 21 e 28 de março.
Diario dos Açores, n.º 924, de 3 de março.
Correio Michaelense, n.º 258, de 8 de março.
Gazeta da Relação, n.º 4:047, de 13 de março.
Diario de Noticias, n.º 2:710 a 2:714, de 3 a 8 de março.

INDIA PORTUGUEZA

MARGÃO

O Investigador, n.º 5, de 30 de março.

No extrangeiro diversos jornaes se occuparam do centenario; destacamos d'entre elles, *La Illustration artistica*, de Barcelona, n.º 638, de 3

de março, *Irish Society*, de Londres, a *Illustração hespanhola e americana*, e differentes diarios francezes e hespanhoes, alguns dos quaes inseriram artigos commemorativos elogiando o infante e pondo em relevo os grandes serviços que prestou á civilisação da humanidade.

É possivel que deixem de ser mencionados alguns jornaes: (1) como veem, a tarefa é pezada e cremos mesmo que de difficil realisação. No entretanto julgamos ter indicado os principaes, o que facilitará aos colleccionadores e investigadores o meio de poderem completar as collecções que tenham iniciado. (2) Alguns d'esses jornaes, alludindo ás actuaes condi-

(1) Depois de impressas as paginas precedentes notamos a falta de uma nota essencialissima. Na lista das publicações commemorativas do centenario mencionamos o supplemento da *Revista Livre*, de Coimbra. Essa publicação, que consta de 50 paginas de texto e foi impressa na typographia de F. França Amado, foi apprehendida pela policia, tanto n'esta cidade como em Coimbra. Não vimos nenhum exemplar, mas um amigo nosso, que possue um, escreveu-nos dizendo «que a linguagem é mordaz, especialmente para os promotores do centenario». Em Lisboa, para onde foram egualmente enviados differentes exemplares, a policia apprehendeu-os tambem. Por este motivo poucas são as pessoas que conseguiram obter o tal supplemento, que, pelos modos, visava unicamente ao escandalo.

Não sahiu tambem completo, por um lapso de revisão, o titulo do opusculo *Vida e feitos do infante D. Henrique*. Esse opusculo, que tem 8 paginas e foi impresso na typographia de José da Silva Mendonça, intitula-se — «Vida e feitos do infante D. Henrique de Portugal — breve noticia extrahida de varios auctores que se occuparam d'elle, destinada ao povo, para elucidação das festas do 5.º centenario.»

Com estas indicações completamos a secção bibliographica que não é, certamente, das menos interessantes que este volume contém.

(2) Os principaes colleccionadores henriquinos não se limitaram a recolher e catalogar todas as publicações litterarias e artisticas que appareceram no mercado, foram mais longe, disputando soffregamente tudo quanto podia relacionar-se com o centenario. As collecções completas constam, além dos livros, brochuras, medalhas e jornaes mencionados, do seguinte: — Circulares da commissão promotora do centenario e das commissões organisadoras das exposições do Palacio de Crystal e de Gaya, circulares dirigidas ás sociedades scientificas e litterarias do paiz e do estrangeiro, bilhetes de admissão para todas as solemnidades que se realisaram no Porto e em Gaya, programmas e cartazes dos espectaculos, corridas de touros e velocipedes, prospectos de publicações litterarias e artisticas, estampilhas, bilhetes postaes, enveloppes de cartas com o carimbo do centenario, vistas photographicas e lythographicas de Sagres, pratos com o retrato do Infante, differentes marcas de papel especialmente fabricado pela Companhia do Prado, carteira-annuncio da Fabrica Economica do Porto, (Marceneria do Freixo) editaes mandados affixar pela auctoridade policial, programmas do cortejo civico e fluvial, bilhetes d'admissão a bordo das canhoneiras *Liberal* e *Tavira*, cartas circulares da sociedade de Geographia aos socios residentes no Porto, carteira-brinde dos Armazens Herminios, pastoraes dos bispos do Porto, Algarve, Angra e Funchal, programma do exercicio dos bombeiros, album de lembranças do Palacio de Crystal, obrigações do emprestimo de 4:000$000 reis contrahido pela commissão promotora da exposição agricolo-industrial de Gaya, photographias das *maquettes* e dos projectos do monumento do infante, *menus* dos banquetes officiaes, avisos do chefe da policia municipal prohibindo a limpeza das fossas nas noites de 3, 4 e 5 de março, relatorio da commissão executiva da Camara Municipal, apresentado na primeira sessão plenaria de abril dando conta do modo como se celebrou o centenario, cartões de livre transito fornecidos pela auctoridade policial, cartazes annunciando a bolacha henriquina e uma marca de chocolate commemorativa do centenario, annuncio, a côres, d'uma tabacaria, lenços henriquinos, sabonetes idem, photographias do cortejo civico e fluvial, carros triumphaes, etc., bandeira do centenario, cartazes do Caminho de ferro do Minho e Douro annunciando comboyos extraordinarios a preços reduzidos, idem das linhas de Mirandella e Povoa de Varzim, hymnos e musicas para piano e canto, convites para o baile do Club Portuense, carteiras para as damas e cavalheiros que assistiram ao baile, papel pintado para forrar salas, bengala henriquina, broches, alfinetes de peito, chapeu henriquino, ordem de serviço dos caminhos de ferro, etc.

Como se vê, uma collecção completa, além de ser difficil de reunir, importa n'uma somma consideravel. Poucas pessoas, porisso, se deram ao trabalho de tentar um tal commettimento.

E reparamos tambem agora umas fallas commettidas no capitulo em que relacionamos

ções em que se encontra o nosso paiz, e fazendo, por vezes, a critica severa dos acontecimentos que tem contribuido para o aggravamento dos males que nos affligem e fazem receiar pelo nosso futuro, recordaram, com nobres palavras de justiça, os dias gloriosos em que Portugal, lançado no caminho das conquistas e das descobertas, foi o espanto e a admiração do mundo inteiro. Entre outros, o *Temps*, um dos mais auctorisados diarios parisienses, dirigia-se ao nosso paiz nos termos mais amaveis e lisongeiros, dizendo que, se não era prospera a sua actual situação (e alludia aos ultimos successos que determinaram a attitude hostil dos possuidores de titulos da nossa divida) possuia ainda recursos para vencer as difficuldades que o assoberbam e reconquistar o logar que de direito lhe pertence pelas bellas e gloriosas tradições da sua historia.



varios artefactos que appareceram no mercado por occasião do centenario. Entre elles avulta a marca especial de papel fabricado pela Companhia do Prado. Esse papel, por ter apparecido quando findavam as festas, teve, porisso mesmo, pouca venda. Ainda assim teve alguma procura por parte dos colleccionadores, assim como o papel para forrar salas, da fabrica de Carreiros, Foz do Douro, que apresentava bonitos padrões e estava perfeitamente estampado.

QUINTA PARTE

CAPITULO I

A commemoração historica do centenario realisou-se exactamente n'um dos periodos mais difficeis e amargurados da vida nacional. Por este motivo não poucos foram os que contrariaram a ideia d'essa commemoração, allegando que o povo portuguez não estava em condições de fazer festas, que singularmente contrastavam com a situação melindrosa e difficil em que se achava collocado. Escreveu-se isto em jornaes, opinando alguns que se esperasse occasião mais desafogada para se honrar então a memoria do egregio infante. N'esta ordem de ideias alvitrou-se que se celebrasse, não o centenario do nascimento, mas o da morte. Era possivel que para essa occasião o paiz estivesse mais alliviado de amarguras e podesse, com mais satisfação, entregar-se a divertimentos e festas.

Tão desalentados alvitres não encontraram, porém, echo na maioria da opinião. Quando se iniciaram os trabalhos preparatorios as adhesões acudiram de todos os lados, sinceras e enthusiasticas. Procurava-se, honrando o infante, honrar a patria portugueza, e por isso mesmo que de todos os lados a adversidade nos perseguia, era necessario affirmar a nossa vitalidade e mostrar ao mundo que um povo que tem na sua historia tantas maravilhas possue elementos e recursos para triumphar dos embaraços que lhe difficultem a existencia.

E assistiu-se então a um bello e consolador espectaculo. O nome portuguez, ultrajado e vilipendiado lá fóra, arrastando os epithetos mais affrontosos, coberto de injurias em pasquins e manifestos, teve a sua hora de gloria e de triumpho. Fallou-se de Portugal com veneração e respeito, citaram-se as suas façanhas, exaltaram-se os seus heroes, reconheceram-se

as suas virtudes, engrandeceram-se os valiosos serviços que prestou á causa da humanidade. Se os desvarios dos nossos dirigentes, derivados de mil causas diversas de que todos somos responsaveis, fizeram com que Portugal, em seguida a tão ruinosos desastres de ordem moral, economica e politica, fosse rudemente tratado, o centenario henriquino obrigou toda essa gente que nos amesquinhava, que nos cuspia as maiores affrontas e injurias, a parar no caminho de tão insolitas aggressões e a confessar que o esplendor do nosso passado era uma segura garantia da prosperidade do nosso futuro. E isto consolou-nos no meio das nossas amarguras. A imprensa extrangeira, que dias antes nos tractava com desdem, olhando-nos com despreso, consagrou-nos bellas paginas de admiração pelos feitos illustres dos nossos maiores, e no mesmo logar onde eramos flagelados duramente, recebiamos as maiores e mais significativas homenagens.

O centenario, além de muitos outros beneficios que proporcionou, contribuiu poderosamente para que Portugal recebesse de toda a parte as manifestações respeitosas que só se concedem aos povos que são dignos d'ellas. Se, enfermado dos mesmos desalentos, não houvesse quem se abalançasse a empreza tão patriotica, não teriamos a infinita consolação de saber que nos centros mais cultos da Europa o nome de Portugal foi, por entre os applausos de selectas assembleias, glorificado pelo muito que a humanidade lhe deve. Assim se aproveitassem bem todas as occasiões — e tantas temos nós! — para podermos reivindicar os titulos de gloria que devemos ao nosso exforço e ao nosso valor, titulos que muitos pretendem usurpar-nos e vão, ai de nós, usurpando, mercê do abatimento a que nos deixaram chegar e no qual permaneceremos até que a hora dos desenganos chegue e com ella a nossa completa redempção. Temos de sobejo, temos como nenhum outro povo os tem, fortes e seguros elementos para nos impormos ao respeito do mundo inteiro. Aproveital-os com vantagem seria cooperar valiosamente para arredar as difficuldades do presente e assegurar a felicidade do futuro. Festas como as do centenario não são improductivas nem infecundas, porque fallam á alma do povo e obrigam as homenagens dos povos. E se o povo carece de exemplos fortes para se inspirar, os povos, ignorantes da nossa historia, conhecendo esses exemplos, hão-de forçosamente fazer-nos a justiça que agora nos recusam.

O centenario celebrou-se solemnemente em França, Inglaterra, Allemanha e America, como veremos adeante pelas descripções que publicaram os jornaes e de que damos um resumo com as notas mais importantes.

Os Açores associaram-se tambem, e brilhantemente, ás festas do centenario. As solemnidades mais apparatosas realisaram-se em Angra do Heroismo e no Funchal. D'essas festas, do seu valor e da sua significação, occupar-se-ha em um livro o distincto escriptor açoriano snr. Paim Bruges. Por este motivo não nos demoramos na descripção das brilhantes solemnidades com que o formoso archipelago, primicias venturosas dos ar-

rojados descobrimentos dos portuguezes, celebrou o grande facto historico do centenario. No livro do prestigioso escriptor encontrarão os estudiósos e colleccionadores minuciosas informações e eruditas notas, limitando-nos nós, (uma vez que, para tornar mais completo este trabalho decidimos amplial-o com a publicação de outros documentos referentes ao centenario) a dar uma breve noticia das festas realisadas e a publicar as pastoraes com que os prelados de Angra e Funchal celebraram este patriotico acontecimento.

Descrevendo as solemnidades realisadas nas ilhas e no extrangeiro, principiaremos pelos Açores:

EM ANGRA DO HEROISMO

Ao reverendo José de Bettencourt Cardoso se deve a iniciativa da celebração do centenario henriquino. Prégando esse sacerdote na festividade da Immaculada Conceição, a 8 de dezembro de 1892, alvitrou que, como preito de gratidão e de reconhecimento, os Açores honrassem a memoria do infante celebrando o quinto centenario do seu nascimento. A ideia foi acolhida com enthusiasmo e constituida uma commissão encarregada da direcção dos trabalhos, nos dias 2, 3, 4 e 5 de março a «muito nobre, leal e sempre constante ilha Terceira» mais uma vez affirmou o seu acrisolado patriotismo, tão valorosamente manifestado nos dias da guerra civil em que, na phrase d'um escriptor illustre, foi «o unico ponto que aos emigrados restou para theatro da sua lucta civil e asylo salutar da fidelidade portugueza» (1).

Em harmonia com as determinações do prelado diocesano, na pastoral que adeante transcrevemos, as festas começaram no dia 2 de março, inaugurando-se solemnemente na egreja do Seminario a cathechese de doutrina ás creanças. A esse acto assistiram, além do prelado, a camara municipal, auctoridades civis e militares e muito povo, prégando o rev. Francisco Pereira; no dia seguinte, o illustre desembargador da Relação dos Açores snr. dr. Alexandre Meirelles de Tavora realisou no theatro Angrense uma conferencia sobre os serviços prestados pelo infante á civilisação europeia; no dia 3 houve alvorada pelo regimento de caçadores 10, e missa de pontifical na Sé, orando ao evangelho o rev. Bettencourt Cardoso; no dia 5 serviu-se um jantar aos presos das cadeias civis e aos asylados da Mendicidade e infancia desvalida e celebrou-se uma sessão solemne littera-

(1) *Historia da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar*, por Soriano, tomo III, parte I, pag. 110.

rio-musical no edificio da camara municipal; e no dia 6 realisou-se o cortejo civico.

A sessão celebrada na camara municipal foi presidida pelo rev.mo bispo da diocese. O presidente da commissão dos festejos, o deão da Sé rev. José da Fonseca Abreu Castello Branco, agradeceu a toda a assembleia a sua comparencia e o valioso auxilio prestado á commissão da imprensa angrense organisadora dos festejos do centenario [1]. Seguidamente fallaram o rev. prelado e os snrs. Antonio Paim de Ornellas Bruges, Ayres de Paula Bastos, dr. Alexandre de Tavora e José Rodrigues, alumno do Lyceu, exaltando todos a memoria do infante e recordando os feitos por elle praticados.

A parte musical constou do seguinte:

«Symphonia «um dia em Vienna», de Suppé, pela orchestra; symphonia da «Semiramis», pela snr.ª D. Maria Alves Lemos Drumond; romanza do «Trovador», pelo menino Luiz Carlos de Menezes Meirelles, acompanhado ao piano pelo snr. Gabriel das Neves; polka «Bella Bocca», de Waldtenfel, pela orchestra; thema de estudo em lá menor, de Thalberg, pela snr.ª D. Estella Gil; phantasia de concerto do «Rigoleto», de Frères Billeme, a quatro mãos pelas snr.as D. Maria Innocencia de Araujo Barbosa e D. Beatriz Adelaide de Araujo Barbosa; «Concordantia» a oito mãos, de Archer, pelas snr.as D. Carlota Augusta Pinto Campos, D. Guilhermina Adelaide de Souza Pinto, D. Luna Benakuy e D. Maria Alves Lemos Drumond; phantasia da «Somnambula», de Thalberg, pela snr.ª D. Beatriz Barboza; «Une pensée», de Metra, pela orchestra.»

O cortejo civico, que sahiu pelas 10 horas da manhã do edificio do Lyceu Nacional, percorreu as ruas do Cruzeiro, de D. Maria Amelia, Direita, de S. João, do Infante D. Henrique, do Duque de Palmella, da Esperança, do Infante D. Luiz, da Rosa, de Jesus, Largo 11 de Agosto de 1829, de Cima de S. Pedro, e voltando ao largo 4 de março de 1642, dirigiu-se pela rua de S. Pedro, largo 11 de Agosto, Sé e praça da Restauração ao paço municipal, onde em sessão publica da camara foi lido e assignado o auto commemorativo d'aquella festa nacional.

O concurso de povo foi enorme e não menos de umas 15:000 pessoas presenciaram o desfilar de tão luzido prestito.

O cortejo seguiu pela forma seguinte:

1.º Antiga bandeira da cidade e bandeira nacional; alumnos do

---

(1) Essa commissão compunha-se dos seguintes cavalheiros:
Dr. José da Fonseca Abreu Castello Branco, Manoel Homem de Noronha, conego Antonio Maria Ferreira, Luiz da Costa, Francisco de Paula Moniz Barreto, Alfredo Luiz Campos, Antonio Miguel da Silveira Moniz, Jacob Abohbot, Manuel Bazilio Coelho Rocha, dr. Candido Forjaz Pacheco de Mello e Manuel Vieira Mendes da Silva.

Lyceu e escholas: carro das escholas; institutos de instrucção; professorado.

2.º Classe artistica; carro das artes; associações artisticas; uma banda de musica.

3.º Club gymnastico; sociedades de beneficencia e recreio; carro do corpo de bombeiros voluntarios e respectiva associação; funccionarios publicos.

4.º Empregados do commercio e industria; carro do commercio e industria; corpo commercial e industrial.

5.º Empregados de lavoura; carro agricola; agricultores e lavradores; uma banda de musica.

6.º Classe maritima; carro com a caravella historica; fiscalisação maritima e sanitaria; pilotos do porto; commissões de sciencias, lettras e bellas-artes; escriptores e jornalistas; clero; corpo consular; classe militar; authoridades; as câmaras municipaes de Angra do Heroismo e Praia da Victoria; commissão dos festejos; uma banda de musica.

Os carros eram os seguintes:

1.º Carro — *Instrucção.* — Compunha-se de uma columna que se elevava do centro envolvida em mappas geographicos e encimada por uma bandeira allegorica á instrucção. Rodeavam symetricamente essa columna livros scientificos e de instrucção, espheras, bustos de homens celebres, etc.

2.º Carro — *Artes.* — Ao centro uma alta columna sobre que pousava uma figura representando a deusa da fama. N'essa columna cruzavam-se duas bandeiras, sendo uma da Associação dos Artistas e outra em que se viam desenhados instrumentos e ferramentas de diversas artes. Ladeando a columna, dois emblemas allegoricos — *Cobra e Açor* — e ao centro uma estatua representando a deusa da Arte.

3.º Carro — *Bombeiros.* — Compunha-se de todo o armamento proprio da associação.

4.º Carro — *Commercio e Industria.* — Ao centro elevava-se uma columna, encimada pelas armas do infante entre duas bandeiras portuguezas. De cada um dos quatro angulos do carro levantava-se uma pequena columna com vistosos galhardetes, tendo sobre uma das da frente uma corôa de louros com larga e rica fita encarnada, com a legenda — *Ao Infante D. Henrique.* Um busto de Camões assentava entre as duas columnas da frente, rodeado de instrumentos graphicos, machinas, tecidos, louças, sabões, etc., variadas producções da industria terceirense. Entre as outras duas columnas via-se um pequeno e bem apparelhado navio, montado sobre caixões, fardos, barris, balanças, etc. Aos lados, escudos com as armas portuguezas da municipalidade de Angra, da Praia da Victoria, das Cruzadas, e outros com a inscripção de datas memoraveis dos differentes descobrimentos.

5.º Carro — *Agricultura* — Era composto de instrumentos de lavoura e variados fructos, flores, etc., elevando-se ao centro uma grande palmeira. Era tirado por duas juntas de bois e seguido de um grande acompanhamento de lavradores.

6.º Carro — *Caravella.*

NO FUNCHAL

Passaria quasi desapercebido na Madeira o centenario do infante D. Henrique se não fossem o venerando prelado diocesano e a Associação Philantropica dos Estudantes Funchalenses, que promoveram as unicas festas que alli se realisaram.

O illustre prelado madeirense, na douta provisão dirigida aos seus diocesanos, determinou que se celebrasse um solemne «Te-Deum» em todas as egrejas parochiaes d'aquella ilha, e na Sé uma missa de pontifical para commemorar o 5.º centenario do inclito infante D. Henrique.

Na solemnidade que se realisou na cathedral subiu ao pulpito o illustrado conego rev. Antonio Ayres Pacheco, que proferiu uma oração brilhantissima. O douto orador occupou a tribuna evangelica pelo espaço de quasi uma hora. Refere um diario da localidade que o illustre orador, descrevendo o descobrimento da Madeira, fôra de uma eloquencia arrebatadora.

No extrangeiro as commemorações mais notaveis foram as seguintes:

EM PARIS

A grande capital franceza solemnisou o centenario do infante com uma sessão especial realisada nas salas da Sociedade de Geographia. Essa manifestação foi promovida por Mr. Loduvic Drapeyron, um espirito muito culto, e a quem se devem valiosos trabalhos de investigação historica. Essa solemnidade foi officialmente communicada á real Sociedade de Geographia de Lisboa por intermedio do snr. Carlos de Mello, socio d'aquella prestantissima aggremiação e illustre official da armada [1].

---

(1) Por occasião do centenario appareceu á venda nas livrarias o estudo historico do general francez Wauwermans intitulado — *Henri, le navigateur, et l'academie portugaise de Sagres.* A edição tem a data de 1890, motivo porque não incluimos este livro na lista das publicações commemorativas do centenario.

EM LONDRES

A sessão solemne commemorativa do centenario do infante realisou-se no dia 5 de março (1) no edificio de Harlinton House, pertencente á Sociedade de geographia. Assistiram a essa brilhante solemnidade cerca de oitocentas pessoas entre as quaes numerosas damas e muitas notabilidades scientificas e litterarias.

A presidencia foi occupada por sir Clements Markham, antigo official de marinha e irmão do almirante Markham (2). Em frente via-se sua alteza real o duque de York, filho do principe de Galles e por conseguinte destinado a cingir um dia a corôa real de Inglaterra (3). A' direita de sua alteza achava-se o embaixador portuguez. Em frente, na tribuna da presidencia foram collocados alguns instrumentos, comparativamente primitivos, semilhantes aos que usava o grande infante.

Aberta a sessão, sir Markham fez uma exposição clara e comprehensivel da vida e feitos do infante D. Henrique, não esquecendo o merecimento do grande livro de Major ácerca do illustre filho de D. João I. Algumas das particularidades introduzidas no seu discurso, assim como nos que se seguiram, foram illustradas com representações auxiliadas pela camara escura e pela luz do hydrogenio.

Depois d'este discurso, que formava o ponto capital da demonstração, o duque de York apresentou dous telegrammas de saudações sympathicas, que lhe dirigira S. M. el-rei D. Carlos.

Esta manifestação de bons sentimentos foi recebida pela assembleia com os mais calorosos applausos.

---

(1) A sessão não poude realisar-se no dia 4 visto ser domingo. Na Inglaterra, onde, como é sabido, os preceitos religiosos são observados com o maximo rigor, não se permittem n'esse dia taes reuniões.

(2) Sir Markham, que o fallecido rei de Portugal agraciara em 1874 com a commenda da Ordem de Christo, ostentava as respectivas insignias de commendador d'aquella Ordem. E' um homem distincto e um arrojado explorador, pois fez parte de uma das expedições que foram em busca de sir John Flanklin; visitou o Perú e introduziu a chinchona nas Indias orientaes. E' tambem auctor de numerosas obras, a maior parte das quaes se referem a explorações e historia.

(3) A respeito da presença do duque d'York n'esta solemnidade, escrevia um correspondente de Londres:

«Um dos lugares de honra, em frente do presidente, era occupado por S. A. R. o duque de York, unico filho sobrevivente do principe de Galles, e por conseguinte destinado a occupar um dia o throno de Inglaterra.

Talvez seja util recordar a alguns dos leitores que o principe pertence á marinha ingleza, na qual fez serviço activo, principiando pelos postos mais baixos e subindo successivamente. Havia, pois, uma dupla significação na sua presença e um duplo laço com relação ao vosso heroe. O principe viera saudar a memoria de um grande principe; o official de marinha viera saudar um outro nauta, cuja carreira tão distincta abriu a éra das grandes emprezas maritimas das nações da Europa, entre as quaes tantos inglezes se distinguiram, mais tarde. Assim, a paternidade intellectual da raça dos exploradores é reconhecida e attribuida ao infante D. Henrique por aquelles que seguiram as suas pisadas.»

Discursaram em seguida sir George Goldie, homem muito familiar com as costas da Africa occidental; o capitão Wharton, hydrographo do almirantado inglez, que, entre outras cousas, se referiu aos instrumentos nauticos d'aquelles iniciadores da navegação moderna e apresentou mappas interessantissimos contemporaneos e de outras epochas; o snr. Raymundo Beazley, auctor de um livro sobre a vida do infante D. Henrique, que mostrou o logar importante que o infante deve occupar na historia; o snr. H. Yule Oldham, professor da Universidade de Cambridge, que apresentou uma série de particularidades, geralmente ignoradas, ácerca dos marinheiros de Veneza e de Genova, que estiveram ao serviço do infante D. Henrique.

Em seguida o embaixador portuguez proferiu um discurso em inglez, revelador de sentimentos de sympathia, e leu um telegramma no mesmo sentido que acabava de receber do principe de Galles, o qual havia partido para Paris. As palavras cordeaes do embaixador foram calorosamente applaudidas,

Finalmente, ao encerrar a sessão, o presidente pronunciou outro discurso elogiando o grande rei de Portugal D. João I, alludindo aos inglezes que combateram nas fileiras das suas hostes, e á princeza ingleza esposa d'aquelle rei de boa memoria.

Encerrada a sessão serviram-se refrescos em uma sala immediata, onde estavam em exposição antigos mappas geographicos e outras curiosidades historicas.

O *The Daily Telegraph*, occupando-se d'esta solemnidade, consagrava-lhe um artigo especial, de que transladamos os seguintes periodos [1]:

«Os geographos reuniram em um grande numero na Universidade de Londres, para commemorar o 500.º anniversario do nascimento do principe

[1] Este artigo é realmente muito interessante e evidenceia largos conhecimentos do assumpto; no entretanto, exara e acceita como incontestaveis factos que a historia regeita, taes como o do descobrimenio da Madeira, pois actualmente ninguem dá credito á lenda dos namorados Roberto Machin e Anna d'Arfet. Deve, porém, dizer-se que a opinião do jornalista inglez não é isolada, pois ha ainda quem creia n'essa lenda, que, por ser curiosa, reproduzimos aqui:

A Madeira, que muitos suppunham fazer parte da grande ilha *Atlanta* submergida em eras remotas por successivas revoluções da natureza, foi descoberta graças a um fortuito acontecimento, «o qual—escreve-o muito convictamente um erudicto investigador—senão estivesse bem comprovado passaria por maravilhoso». Um mancebo inglez chamado Machin raptara, em Bristol, a donzella Arfet, e com ella se embarcou para França. Isto foi no anno 1344. Ou fosse por impericia ou fosse por outra qualquer circumstancia, o navio que os transportava foi arrojado á bahia S. da Madeira, onde os namorados desembarcaram. Tres dias depois, soprando um vento rijo do poente, a embarcação desappareceu levando a tripulação. A pobre donzella tal dôr sentiu que morreu, e dias depois, o amante procedia do mesmo modo... Os que os haviam acompanhado, deram piedosa sepultura aos dois cadaveres, e arranjando um barco onde podessem fazer-se ao mar, foram bater á Barberia e ahi feitos prisioneiros e levados para Marrocos. Entre os captivos havia um tal João de Morales, que ouvindo aos companheiros a narração do aventuroso e romantico successo, o communicou a João Gonçalves Zarco, logo que foi resgatado. Esse Gonçal-

Henrique, o Navegador. S. A. R. o duque de York fez a honra de estar presente. O ministro portuguez e varios viajantes distinctos, incluindo o snr. Selous, eram do numero dos convidados, presidindo o snr. Clemente Markham.

Simultaneamente com a Real Sociedade de Geographia, alli reunida, faustosas manifestações se faziam em Lisboa [1] e outras cidades de Portugal, prevendo-se que seria grande o enthusiasmo popular, visto que o nome do principe Henrique, ou «O Infante D. Henrique», como lhe chamam os portuguezes, está intimamente ligado á gloria nacional, no pequeno mas brilhante periodo em que a Lusitania occupára uma proeminente posição entre as nações e em que os seus arrojados marinheiros desvendaram um mundo completamente novo. Não é sem mágua que aquelles que conhecem o caracter e os feitos d'esse nobre principe confrontam o Portugal de hoje com o Portugal que elle e os seus navegadores elevaram a nação rainha dos Oceanos do Oriente.

Nenhuma nacionalidade póde vangloriar-se de ter historia mais brilhante do que a d'aquelle pequeno paiz, durante 60 annos de glorias, incluindo a do reinado de Affonso V, cognominado o «Africano». E, ainda que Fillippe II annexasse Portugal á Hespanha por algum tempo, o paiz lusitano póde orgulhar-se de ter devido a restauração da sua independencia aos seus notaveis heroes.

O principe Henrique, Vasco da Gama e Affonso de Albuquerque fizeram na sua patria o que a Hespanha não pôde conseguir. Camões e Sá de Miranda crearam e consolidaram a delicada e bella linguagem portugueza. Graças aos illustres homens do elmo, da espada e da penna, Portugal, indomavel e não admittindo subjugação, rompeu com a Hespanha em 1640 e tornou-se um grande paiz, cujas tradicções conserva ainda.

Entre todos os povos são os inglezes que devem exaltar com maior sinceridade a memoria do principe Henrique, porque o pai d'elle foi D. João I de Portugal e a mãe D. Filippa, filha de João de Gaunt, chamado de Lencaster, neta do nosso Eduardo III. O bom sangue do sul, misturado em grande parte com o vigoroso sangue do norte, girava nas veias d'esse perfeito e magnanimo principe, a quem, mais que a qualquer outro personagem da idade média — mais do que a Colombo, Vasco da Gama ou aos nossos marinheiros de Isabel — se deve a abertura d'esses caminhos maritimos, que estão sendo agora constantemente atravessados.

A historia liga intimamente o promontorio (de Sagres) á vida do principe D. Henrique. Diz-se que elle se retirou dos esplendores da côrte de Lisboa para se entregar completamente ao estudo dos mares e ventos e da arte de

ves, que era fidalgo da casa de D. Henrique, deu-se pressa em communicar-lhe o caso singular e o infante, sem mais detença, o encarregou de parceria com Tristão Vaz Teixeira de ir descobrir as terras onde os namorados jaziam.

Em junho de 1419, os dois, com a sua gente de bordo, faziam-se de vela, chegando em breve a Porto Santo, já descoberto e de que era donatario, por mercê d'el-rei D. João I, Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do infante D. João.

Aperceberam a distancia uma cerração que muito os amedrontou, mas, cheios de valor e animo, arremetteram contra ella, e ao aproximarem-se foram descobrindo altos picos cobertos de vasto arvoredo. Na manhã seguinte, apoz minuciosa busca, depararam com a sepultura dos namorados, o que os encheu de jubilo, pois haviam conseguido o proposito que a tam mysteriosas terras os levara. Regressando ao reino e dando conta a seu amo do que viram e descobriram, D. Henrique os recompensou dividindo a ilha em duas capitanias, que liberalmente lhes offereceu.

Eis ahi, succintamente narrada, a lenda do descobrimento da Madeira a que o *Daily Telegraph* alludiu, escrevendo sobre o 500.º centenario do glorioso infante D. Henrique.

(1) E' evidente o equivoco do articulista, citando Lisboa onde nenhuma solemnidade se realisou para commemorar o centenario.

navegação. Depois tomou parte na conquista de Ceuta aos mouros, combatendo com tal denodo, que o rei o armou cavalleiro no campo de batalha. Elle, porém, desprezava os laureis da victoria para conquistar a corôa da sciencia. N'aquelle triste promontorio habitou por muitos annos, rodeando-se de marinheiros experimentados, estudando mappas, cartas e antigos livros de derrotas maritimas, fundando n'esse sitio uma estação naval. Conferenciava com os melhores capitães de que ouvia fallar, lobos do mar como Cadamosto e Diogo Gomes e tambem mestre Jacome, de Majorca, um dos melhores conhecedores de mappas e instrumentos da epocha. N'esse tempo nem um barco, nem uma bandeira havia ainda passado além do cabo Bojador. Nada mais era conhecido no Oceano sul além do cabo Não, e para nós, que vemos agora grandes flotinhas singrar em todas as direcções, é facil comprehender o mysterio e o terror d'aquelles arrojos de espirito, que faziam os navegantes tomar o caminho do sul ou do Oriente em busca do desconhecido.

As embarcações d'esse tempo eram pequenas caravellas, pouco maiores que as chalupas e barcos de um só mastro, que actualmente navegam nas nossas costas. Os instrumentos de navegação eram extremamente primitivos. Os patrões dos barcos faziam as suas observações com um confuso astrolabio, para o que era preciso a ajuda de mais tres homens, e, apesar do compasso, as variações e desvios eram mal explanados, o que lhes trazia sérios embaraços. Activo e impaciente, o principe mandou quatro expedições umas após outras. Legua por legua os seus capitães voltavam a trazer-lhe noticias dos mares e costas para além dos antigos limites. Gil Eannes foi o primeiro a dobrar o cabo Bojador. Nuno Tristão navegou em volta do cabo Branco. A Madeira e Porto Santo foram tornadas a descobrir depois das curiosas aventuras dos namorados Roberto Machin e Anna d'Arfet, que alli se perderam. Os Açores foram descobertos em 1440 e Cabo Verde em 1462, dous annos depois da morte do grande principe.

Na verdade, D. Henrique foi d'aquelles homens cujos feitos passam á posteridade. Ao seu grande exemplo de estimular os marinheiros da Peninsula póde dizer-se que se devem os feitos de Vasco da Gama, Colombo e Vespucio.

Em 1497, Vasco da Gama atravessou o Oceano indico e chegou a Calecut. Em 1500 Pedro Alvares Cabral descobre o Brazil. Em 1501 vê-se a ilha da Ascenção e Americo Vespucio chega ao Rio da Prata e ao Paraguay. Em 1505, o portuguez Francisco de Almeida era vice-rei da India. Cinco annos depois, Affonso de Albuquerque tomava Gôa, e decorridos dez annos Magalhães atravessava o estreito que tem o seu nome.

Todos esses valiosos feitos de exploração e de creação de imperios devem-se ao solitario principe, que estudou noite e dia no promontorio de Sagres, com a firme resolução de arrancar ao velho Oceano os seus segredos, para gloria de Portugal e beneficio do genero humano.

Quando se honram o nome e os feitos de um homem de tal estatura, é agradavel dizer-se que metade d'esse vulto era inglez e que se nós, bretões, o seguimos nas suas derrotas e nos governamos pelo seu compasso, temos n'isso um direito de hereditariedade pela formosa Filippa de Lencaster.

A Sociedade de Geographia fez bem em commemorar a coragem e dedicação do principe Henrique, o Navegador, como um dos mais gloriosos heroes que Portugal possuia e que jámais tornará a ter.»

EM HAMBURGO

A Allemanha associou-se tambem á celebração do centenario. Em Hamburgo, no edificio da sociedade de geographia e sob a presidencia do burgo-mestre dr. Mönckeberg, realisou-se uma brilhante sessão solemne de que largamente se occuparam alguns jornaes allemães.

O burgo-mestre proferiu um brilhante discurso de que fazemos o seguinte extracto:

«No proximo dia 4 [1] de março serão passados 500 annos desde que o principe Henrique de Portugal, cognominado o «Navegador», viu a luz do mundo, e a sua cidade natal, o Porto, prepara-se para solemnisar esse dia.

«Onde quer que os homens da sciencia se reunam para tratar do que diz respeito á geographia, esse nome será ahi pronunciado com respeito. E que significa hoje esse nome para nós? O principe Henrique pertence a essas figuras imponentes que fazem a transição da idade média para a idade moderna, libertando-se por sua propria força das cadeias que encerravam a sciencia da idade média, e abrindo caminho para uma nova epocha illuminada pela sciencia. O principe Henrique abriu caminho por mares nunca d'antes navegados. Na sua mocidade procurou gloria na lucta contra os mouros, e, na conquista de Ceuta, quando tinha 20 annos de idade, assignalou-se de tal modo por sua actividade e energia pessoal, que foi considerado como um hábil general e solicitado por muitos poderosos principes da Europa que lhe queriam confiar a direcção de suas emprezas. Mas o principe Henrique seguiu outro rumo. Como depois da conquista de Ceuta cessou o commercio do interior de Africa para esta cidade, procurou elle logo abrir novas vias commerciaes para as costas occidentaes da Africa, descobriu as costas e ilhas adjacentes; e, quando pela decisão pontificia, «todas as descobertas desde o cabo Bojador até ás Indias» foram adjudicadas aos portuguezes, procurou por meio de novas relações commerciaes converter aquelles paizes em fonte de riqueza para a sua patria. Mas tudo isto não seria sufficiente para o celebrar como geographo, se elle ao mesmo tempo não tivesse adquirido a gloria de descobridor na esphera scientifica.

«A posição geographica de Portugal secundava o desejo que o principe tinha de colhêr informações ácerca da parte desconhecida da Africa. Pelas viagens de Marco Polo, pelo estudo de Ptolomeu, pelas narrações dos viajantes arabes, e pelas lendas das cartas maritimas da idade média teve conhecimento não só da rica terra de Guiné, ao sul, mas tambem adquiriu a firme convicção de que, chegando-se a esta terra, poder-se-hia circumnavegar a Africa, chegar ás Indias por mar e no trajecto conhecer e entabolar relações com o Prestes João. Apesar de todos os contratempos foi este plano incessantemente seguido pelo principe. Enviou para o sul numerosas expedições com ordem de sulcarem «o terrivel mar tenebroso» e dobrar o cabo Bojador (1434). Estas expedições penetraram até á zona torrida, onde, segundo as ideias de Aristoteles e de toda a idade média, era impossivel a existencia de homens e de animaes por causa da ardente temperatura. Quando chegaram a Cabo Verde, encontraram

[1] A sessão celebrou-se no dia 1 de março, com a assistencia das principaes auctoridades e muitas pessoas illustres pelo seu saber e posição social.

ahi uma luxuriante vegetação e populosas regiões de negros. Foi então que se dissipou a ideia de que só eram habitaveis as regiões temperadas. Esta descoberta foi de tal consequencia que, depois de vencido aquelle prejuizo, a circumnavegação da Africa foi apenas uma questão de tempo. As expedições continuaram sempre para o occidente com a mesma convicção e energia, e, ainda que não passaram dos Açores, todavia esta navegação calculada, mirando sempre a um fim determinado, foi o primeiro passo para a descoberta da America.

«A grandeza do principe consiste exactamente em que elle não procurava a gloria de descobridor, sem plano e ao acaso; mas tinha uma convicção firme, fundada em investigações scientificas e dados precedentes sobre o verdadeiro caminho, pelo qual esperava realisar o seu intento. Nomeado por seu pae governador do Algarve, o principe Henrique fixou a sua residencia no cabo de Sagres (cabo de S. Vicente) sobre escalvados rochedos, para poder observar a sahida e volta de seus navios. D'aqui nasceu a Villa do Infante, a actual Sagres, onde fundou uma eschola de navegação. Occupou-se constantemente em examinar, rever e corrigir as cartas maritimas. Aperfeiçoou a arte nautica e preparou novas forças para novas emprezas. Dos homens da localidade, experimentados na costa do mar, fez elle capitães de marinha. Solitario, grave e sério, viveu em seu castello esse homem, de quem se dizia que aos seus labios não chegou nem mulher, nem vinho. Relacionado com todos os investigadores e sempre activo, foi um verdadeiro *protector studiorum*, não se deixando dominar por falsos prejuizos, e pensando só em alargar os conhecimentos humanos.

Agora que a sua cidade natal se prepara para celebrar o centenario do seu grande filho, deve esta sociedade scientifica aproveitar esta occasião para uma commemoração solemne de tal facto.»

NA AMERICA

O Castilian Club, de Boston, cuja direcção se acha a cargo de prestantissimas senhoras que se devotam ao glorioso mister de educadoras, celebrou tambem o centenario do infante com uma solemnidade brilhantissima presidida por mrs. Abba Gould Woolson, que proferiu um discurso eloquente, mostrando muito conhecimento da historia de Portugal, e recitou uma poesia consagrada ao infante. Essa solemnidade realisou-se na egreja Nova Jerusalem, do rito anglicano, sustentada por um grupo de illustres damas, á frente das quaes se encontra mrs. Woolson, senhora que exerce grande preponderancia na sociedade de Boston, não só pelo seu saber, como pelas suas virtudes. O edificio, que é vasto e sumptuoso, achava-se decorado a azul e branco, e profuzamente embandeirado, sobresahindo os pavilhões dos Estados Unidos e de Portugal.

Outras damas, pertencentes ao Castilian Club, proferiram discursos, recitaram poesias e cantaram trechos escolhidos. A assistencia, além de copiosa era distincta, compondo-se do que em Boston ha de mais importante e selecto. O jornal de New-York—*New Church Messenger*—descrevendo esta brilhante homenagem, diz que ella fôra digna do grande infante

«— que inspirou e dirigiu as aventuras oceanicas mais ousadas e mais brilhantes do seu tempo».

A poesia recitada por mrs. Woolson é a seguinte: [1]

Rive hundread years, and yet on earth
We note the day that gave him birth
In lands afar;
The stainless prince — he lives again,
As pure of soul, as brave, as when
He moved a leader among men,
Their guiding star.

His mother's worth, his father's fame
Summon the boy to nobler aim
Than courts inspire;
High thoughts his youthful dreams control;
From war's assaults his ardent soul
Turns to pursue a loftier goal, —
His life's desire.

A thirst for wisdom in his heart,
A proud resolve to bear his part
With men renowned, —
He seekes to benefit his race,
To give his land an honored place,
And o'er unfathomed seas to trace
The horizon's bound.

No princely revenues he spends
Or idle pomp, for petty ends,
Or selfish gain;
Of frugal life, his wealth he pours
To life the veil from hidden shores,
To round the farthest cape, where roars
The trackless main.

---

(1) D'esta poesia fez-se uma tiragem especial, edição de luxo, da qual foram enviados para Portugal alguns raros exemplares. O que vi pertence ao rev. Patricio, que amavelmente m'o cedeu para reproduzir a bella poesia de mrs. Woolson. A capa, muito elegante, tem uma allegoria maritima e os seguintes dizeres — *The Castilian Club. to Prince Henry, the Navigator — His motto: — Talent de bien faire — The Wish to do Well.* — No verso, le-se: — *Born in Portugal — Oporto — March Fourth, 1894 — Boston — March Fourth — 1594.* Na 1.ª pagina reproduz um excellente retrato do infante, e nas ultimas ennumera os filhos de D. João I e de D. Filippa, com as datas do nascimento de cada um d'elles, omittindo-se, porém, decerto por inadvertencia, a infanta D. Branca e o infante D. Affonso, primeiros filhos do Mestre d'Aviz e de sua esposa. Reproduz tambem, n'uma esplendida photogravura, o opulento mosteiro da Batalha.

He trains the captains for their part,
The seamen scan his ocean-chart,
        Their ships obey;
Onward they sail at his behest.
Knowledge and light their only quest,
An eager wish in every breast
        To lead the way.

He loves the raging winds that sweep
His venturous fleets across the deep
        Toward distant lands:
And lists to hear the smiting oar,
The cordage strained, the surges'roar,
The shout of sailors far from shore,
        The shrill commands.

His palace floors, the grating sand;
For roof the cloudy spaces fanned
        By freshening gales;
The sun-burnt crew his courtiers all;
The stars his counsellors; the call
Of boatswains piping, and the fall
        Of shivering sails,—

These are his minstrels; his acclaim,
When savage races speak his name
        And learn his art.
His changeless purpose, firm and pure,
No failures daunt, nor doubts obscure;
To science wed, no loves allure
        His constant heart.

High on the storm-swept, barren cape,
'Mid spray and mist, a gallant shape
        I see him stand,
Shading his eyes, if yet there be
Far southward, on the gleaming sea,
The speck that tells his argosy
        Returns to land.

For him no silken sails so fair,
No laden caravels can bear
        So rich a prize,
As when, half-wrecked, with splintered mast,
His shattered fleet comes home at last,
To tell of limits overpassed
        An widening skies.

Such the good prince whose science gave
To seamen power to cross the wave
In years to come.
Their ships another world shall trace
The while he joins his father's race
And makes with them his dwelling-place,
His lasting home.

I stood, a pilgrim, by their tomb,
Where all the chapel's storied gloom
Their lives recall;
O'er pillared arch and fretted stone
The windows 'lofty splendors shone,
With flecks of molten color thrown
On floor and wall.

The victor — king, in martial pride,
Dreams still of war, his queen beside,
And smiles intent;
Lord of a realm by valor won,
His temple reared, his labors done
The sceptre passing to his son,
He sleeps content.

His noble queen, beneath lhe light
Where leopards tell of England's might,
Forgets her throne,
Her native land; fort what to her,
Are thoughts of haughty Lancaster
Or regal state?... Her pulses stir
To clasp her own:

From battle-field and Moorish plain,
The five brave sons have come again,
Her call to heed;
King Duarte, weary of his crown;
Pedro, his pilgrim's staff laid down;
Henry, and John; of sad renown,
Her captive, freed.

All save the exiled Isabel,
The only daughter, loved so well,
Who rests, at last,
Where Burgundy's proud lords repose;
Herself at peace or ere she knows
Her son lies slain amid his foes,
His triumphs past.

Batalha, home where heroes sleep,
Long may your sheltering bosom keep
Its priceless dust!
There still shall slumber, side by side,
This royal house, a nation's pride,
To tell how princes lived and died,
High-souled and just.

Five hundred years are but a day
When Honor summons such as they
To deathless fame.
And long as ocean's current pours
Past Sagres Cape and Afric's shores,
Madeira and the bright Azores,
Shall memory keep amid her stores
Prince Henry's name [1].

E ahi ficam, summariamente descriptas, as homenagens que, fóra de Portugal, se renderam á memoria do egregio filho do Mestre d'Aviz. Constituem, por certo, valiosos documentos para a historia do centenario henriquino, ao mesmo tempo que testemunham a grandeza do nome portuguez, brilhando de novo n'estas celebrações civicas em honra dos heroes que o immortalisaram atravez as edades. E para nós, tão apoucados hoje de forças e tão quebrantados por successivos desastres, estas festas, estas homenagens, estas expontaneas e sinceras consagrações, devem enchernos a alma de jubilo e o coração de esperanças.

---

[1] A esplendida poesia que deixamos transcripta, celebra as virtudes do infante, pois apesar de volvidos 500 annos, ainda se assignala o dia que viu nascer o principe immaculado que existirá sempre na sua pureza d'alma e na sua bravura. O valor de sua mãe e o nome de seu pae, de creança que o incitaram a vida mais nobre do que a das pompas da côrte. Foi o mar o seu enlevo, rodeando-se de maritimos e de cartas para atirar as suas aventurosas frotas atravez o oceano mysterioso. Firme nos seus propositos, ministrou aos marinheiros a sciencia de atravessar as ondas, e depois que as caravellas regressaram d'outros mundos, foi juntar-se aos seus na ultima morada.

Como perigrina, veio a illustre poetica visitar o tumulo onde o infante repousa n'essa formosa Batalha, — casa onde dormem os heroes, — e onde egualmente jazem seus paes e seus irmãos, excepto a exilada Isabel que repousa em Bourgonha. Decorridos cinco seculos, o infante é ainda hoje recordado, porque o seu nome ficou para todo o sempre im morredouro no cabo de Sagres, na Madeira, nas praias d'Africa e nos formosos Açores.

CAPITULO II

PASTORAL DO BISPO DO ALGARVE

DOM ANTONIO MENDES BELLO, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo-Bispo do Algarve, do conselho de Sua Magestade Fidelissima, Par do Reino, etc.

I

A provincia do Algarve, cuja área se confunde com a de nossa amada diocese, tem encantos e attractivos tão excepcionaes e raros, que a ninguem deve causar surpreza o titulo de — *formosa* — com que a saudam nacionaes e estrangeiros.

As povoações alegres e sorridentes, com suas cazarias alvas de neve; os seus prados verdejantes e fertilissimos pomares; as suas graciosas collinas, a doçura e amenidade do clima, a feracidade do solo, a belleza de suas praias e as maravilhas opulentissimas que de seus pontos mais culminantes se descortinam e desenrolam a nossos olhos, tudo nos enleva e nos deslumbra e convence tambem do muito que ella fôra por Deus abençoada.

Consagram-lhe primores de affecto e amoravel carinho os que d'ella são filhos ou que por estreito vinculo lhe estão ligados; de admiração enthusiastica se deixam possuir os que, sendo-lhe estranhos, vem percorrel-a ou visital-a, ainda que a passos rapidos.

E' naturalissimo.

Mas o assombro altêa-se e recresce o jubilo, quando attentamos no logar honrosissimo que a historia patria assignala a esta provincia, pelos revelantes meritos e serviços de inestimavel valor com que tantos de seus

filhos contribuiram para o engrandecimento e prosperidades do nosso querido Portugal.

Avulta, na verdade, enorme e destaca-se brilhantissima a galeria de algarvios que adquiriram afamado renome na religião, nas sciencias e nas lettras, na magistratura, nas armas, no commercio, na industria, em todos os ramos, finalmente, em que póde exercer-se a humana actividade. Tão grandiosos se desenvolveram os feitos e tão extraordinarias se revelaram as virtudes de não poucos d'entre elles, que não é licito suppôr que haja quem os rememore sem que deixe de tributar-lhes a veneração que lhes é justamente devida: ninguem denegará o preito do mais rendido affecto a esses varões esforçados que, ao dilatarem os dominios da corôa portugueza com o heroismo de soldados intrepidos, reaccendiam tambem em milhares de corações o amor de Deus e da sua Lei.

II

Se é certo, presados diocesanos, que, mais do que a nossa, nenhuma outra nação levou tão longe a luz do Evangelho, despertando do torpôr em que viviam, entregues ao vicio e á corrupção, muitos povos, variadissimas gentes, estranhas e indomitas, espalhadas em terras distantes e paragens inhospitas; se no preenchimento da santa missão do Apostolado, a mais nobre e a mais ardua de quantas um povo póde emprehender, grande e indisputavel gloria cabe a Portugal, d'onde sahiram, em demanda de novos mundos, a braços com mil perigos e arrostando medonhas tempestades por mares nunca d'antes navegados, ou ainda mal conhecidos, indefessos obreiros da fé e da civilisação, para com o pendão das quinas alli arvorarem a Cruz do Redemptor, parece-nos tambem indiscutivel que n'esse exercito de valentes, n'esse cortejo de martyres, se distinguem e exalçam, como os que mais o foram, muitos filhos do Algarve, que, inflammados em ardente zelo pelas grandezas da patria, não duvidaram, para a realisação d'esse nobilissimo intuito, verter o seu sangue e dar a propria vida nas mais afastadas regiões do globo.

E quem accordaria no coração d'essa raça d'heroes ardideza bastante para semelhante emprehendimento? Quem é que veio insufflar-lhes movimento e vida, instillar-lhes energia e coragem e abrir-lhes o caminho das arrojadas e gloriosas conquistas, que tanto os sublimaram?

Pronunciemos, carissimos diocesanos, o nome do vulto gigante que, iniciando as nossas descobertas maritimas, tão poderosamente contribuiu para o respeito e levantado prestigio que, em epochas mais felizes, inspirára e merecera por toda a parte o povo lusitano.

O Infante D. Henrique, filho d'el-rei D. João I «o homem predestinado para inscrever datas immortaes na historia do seu paiz», e um dos monarchas que maior brilho e realce deu á corôa portugueza, foi o motor d'esses feitos grandiosos, d'essas proezas estupendas e famosissimas que, outr'ora, tanto nos exaltaram.

Não trataremos n'este momento de fazer larga narrativa dos actos que mais salientemente revelam o altissimo caracter do Infante, e mais accentuadamente traduzem o seu entranhado affecto á santa religião que professamos. Em paginas eloquentes e bellas, devidas á primorosa penna de escriptores nossos, facil será lêr minuciosamente escripta a biographia do inolvidavel Argonauta, que foi tão eminente patriota como fervoroso christão.

Não carecemos, por isso, de invocar agora muitos argumentos, para se haver por justificado o fim que nos propomos n'esta brevissima exhortação Pastoral, que outro não é senão deixarmos n'ella bem consignado o testemunho do nosso mais dedicado respeito por esse principe benemerito que, tendo recebido uma educação escrupulosamente sã, esmeradamente orientada pelos mais puros principios religiosos e sociaes, veio a tornar-se mais tarde uma das mais fulgurantes glorias da patria e o assombro do mundo inteiro, pela sua profundissima illustração, pela perseverança e singular firmeza com que, superando obstaculos, vencendo difficuldades, insistindo sempre e sempre luctando, procurou levar a bom termo os incomparaveis commettimentos, que concebera, estudára e planeára para o engrandecimento do povo portuguez e beneficio da humanidade.

Armado cavalleiro, apoz a conquista de Ceuta, em que déra clara demonstração do seu animo intrepido e valoroso e extremado amor patriotico, como da sua fé vivissima, combatendo com denodo, conformemente lembrára e pedira, os inimigos da patria e da cruz, ao reino volta o Infante, coberto de gloria e enthusiasticamente cortejado por quantos sabiam apreciar os finos quilates do seu grande espirito.

E' desde aqui, presados diocesanos, é, principalmente, desde esta epocha notavel, que começa de patentear-se gigante, de distender-se colossal a estatura de D. Henrique, que, não satisfeito com os louros conquistados na refrega com a mourisma, pois que para mais altos feitos se julga e sente chamado, todo se entrega e devota ao estudo consciencioso, á meditação reflectida e séria de projectos ousados e arriscadissimos, em cuja realisação entrevê farta messe de prosperidades para a patria, que estremece, e fructos abençoados para o accrescentamento da religião, a que consagra ternissimos affectos.

Mestre da Ordem de Christo, não olvida o juramento prestado no convento de Thomar para estabelecer e dilatar, á custa ainda dos maiores trabalhos e sacrificios, o imperio da cruz entre povos infieis.

*

III

Qual fôra o sitio que D. Henrique escolhera, por se lhe affigurar mais apropositado para bem reflectir e meditar em commettimento de tamanho alcance e pujança, nenhum de vós o ignora, carissimos diocesanos.

Sabeis todos que o local preferido foi o promontorio de Sagres, que, com suas elevadissimas penedias, cortadas a pique e encravadas no mar, parece ascender e subir até ás nuvens. Foi ahi que D. Henrique pôz ao serviço da sciencia, em aturadas vigilias, e mais particularmente consagrou ao engrandecimenio do paiz, toda a lucidez do seu espirito com os mais nobres sentimentos do seu coração: foi n'esse ponto de honrosissimas tradicções que o Infante, embebendo-se no pensamento, que o dominava, de alargar os dominios da fé e da civilisação, que «d'uma e outra elle foi heroe», erigiu, a expensas suas, o primeiro observatorio astronomico de Portugal e, talvez, da Europa, fundando ao mesmo tempo escólas de mathematica, geographia, nautica, astronomia e cosmographia, como quem via em tudo isso elementos ponderosos e auxiliares efficacissimos para o bom exito dos elevados planos, que em sua mente potentissima concebera e a sua vontade tenacissima realisára.

De Sagres,—a villa do Infante,—desferraram as primeiras caravellas, que singraram mares ainda não navegados, abrindo-nos caminho franco para a Asia, para a Africa e para a America, communicando entre si povos remotissimos, rasgando vastos horisontes aos progressos da sciencia, dirigindo e movimentando o commercio, «dando a conhecer ao mundo o mesmo mundo.»

Em Sagres viveu esse principe benemerito que, com tantos feitos illustres a sobredoirar-lhe a memoria, engrandeceu e sublimou a historia do nosso paiz com uma das suas paginas mais brilhantes; em Sagres, tambem, exhalou elle o derradeiro suspiro e chegou ao termo da existencia, que votára e consagrára toda a Deus e á patria, á sciencia e á religião, á civilisação e á fé; alli se desprendera do envolucro que animára a sua grande alma, para, como devemos crêr, cingir a corôa reservada nos ceus aos que na terra consummam a sua carreira mortal, pelejando o bom combate.

Factos são estes, fieis diocesanos, de tão alta importancia e de magnitude tamanha, que a justiça, a piedade, a fé e o patriotismo exigem e reclamam os ponderemos reflectidamente, para ensinamento e lição. O estudo consciencioso d'esses factos importa uma proficua e salutar advertencia e um efficaz incentivo para estimular brios e incutir coragem. Sejam elles, pois, bem meditados por todos nós.

IV

Nunca a antiguidade deixou no pó do esquecimento os grandes vultos, que lhe foram assombro, por seus feitos e proezas heroicas, por seus trabalhos e fadigas a bem dos seus semelhantes; procurára antes eternisar-lhes a memoria, levantando columnas, erigindo estatuas, gravando medalhas, construindo arcadas, e servindo-se d'outros meios que tinha como apropriados para transmittir á posteridade a noticia de suas façanhas.

Vulto gigante, astro brilhantissimo a scintillar no ceu de Portugal, foi, certamente, o Infante D. Henrique; e, no entanto, em Sagres, na villa por elle fundada, e a todos preferida, para a mais grave meditação dos audaciosos emprehendimentos posteriormente realisados, em proveito da humanidade, que não só de Portugal, de que elle foi refulgentissima gloria, não se nos depára, porque não existe, uma estatua que represente o heroe, uma lapide que lhe testifique as heroicidades, um monumento que lhe pregôe os meritos, lhe reconte as virtudes e lhe recorde as datas de suas acções mais assombrosas e mais arrojadas!

Nada! ou, então, pouquissimo o que lá se vê, com forças de nos trazer á memoria as faculdades operosas e fecundissimas, a firmeza extranhamente inconfundivel, a abnegação verdadeiramente incomparavel, com que o primeiro dos descobridores e um dos mais distinctos e benemeritos portuguezes se afadigou e collaborou no engrandecimento da patria.

Encontra-se alli, mas completamente alterada e transformada, a casa que o Infante destinou para sua residencia, e em que veio a fallecer; e proximo d'ella, embutida na parede sob a porta principal da fortaleza, póde o visitante descortinar uma lapide, com as inscripções meio apagadas, a rememorar alguns dos feitos de D. Henrique. Tem a data de 1839.

Comquanto singela a lapide, e modestissimo o monumento, nem por isso deixa de significar o muito respeito e de traduzir a grande veneração prestada ao iniciador das nossas glorias maritimas por quem alli a mandou collocar.

De alguma cousa mais é, porém, digno o nosso Infante, como se exprime o distinctissimo escriptor, snr. Pinheiro Chagas, nas palavras seguintes: «quando se tratasse de pagar a nossa divida aos vultos eminentes que fizeram o nosso paiz grande na historia, o Infante D. Henrique seria o ultimo a merecer-nos o esquecimento. Vasco da Gama completou a grande empreza, cantou-a Camões, mas foi o Infante quem a iniciou. Mais do que Vasco da Gama, ainda mais que o proprio Christovão Colombo, merece o Infante D. Henrique a respeitosa commemoração da posteridade. Foi elle que teve primeiro na Europa arrojo de pensamento para conceber a idéa de rasgar o veu do Oceano, lucidez de espirito sufficiente para zombar de vãos

terrores, perseverança para não desistir dos seus trabalhos». Mas, — e quanto custa confessal-o! — isso mesmo, ainda que pouco, que em Sagres existe para dar testemunho de que alli vivera e se finára o Infante, raros o observam e contemplam, pela difficuldade bem notoria que, á mingua de communicação commoda por terra, offerece a visita d'aquelle logar.

Já n'uma das sessões do parlamento, (sessão de 22 de julho de 1890) a que muito nos honramos de pertencer, posto que d'elle sejamos humilde e obscuro membro, ao chamarmos a attenção do governo de Sua Magestade para o estado então menos lisongeiro em que se encontrava a viação publica n'esta provincia, pedimos a adopção das indispensaveis providencias para que a estrada do littoral, construida sómente até a Villa do Bispo, se prolongasse até Sagres, que é o seu *terminus*.

«Facilite-se, diziamos nós, o accesso áquella povoação, para que, rememorando-se o nome do seu egregio fundador, possam todos encontrar n'essa recordação um poderoso estimulo para o imitarem na firmeza da fé christã e nos elevados sentimentos de patriotismo, de que elle nos deixou exemplos grandiosos.»

Este nosso appello não foi ainda attendido, por se lhe opporem, como nos quer parecer, obstaculos até hoje insuperaveis. Aproveitamos o ensejo para reiterarmos agora o pedido, e muito confiamos que, vencidas as difficuldades derivadas, por sem duvida, da penuria do thesouro publico, a estrada, de que nos occupamos, será construida até attingir o seu termo.

Realisado este nosso desejo, que é ardentissimo, a todos ficará patente o meio relativamente commodo para se transportarem a um logar de tão gratas recordações, apezar mesmo de não se encontrar n'elle, como hemos dito, um aprimorado e condigno monumento consagrado a quem tão esforçada e proficuamente lidou pelo maior bem da patria.

A falta d'esse monumento em Sagres, na humilissima terra que, como nenhuma outra, foi testemunha dos altissimos dotes e singulares virtudes que tão notavelmente resplandeceram no Infante D. Henrique, e que, para mais ainda, lhe recolheu o derradeiro alento, vae ser generosamente resgatada, magnificentemente preenchida pela terra que lhe foi berço, a cidade da Virgem, a illustre, a laboriosa, a infatigavel e opulenta cidade do Porto, que, desde ha muito, se prepára com fervorosissima dedicação para celebrar o *quinto centenario* do Infante, no dia 4 do proximo mez de março, por ser em egual dia de 1394 que elle alli nascera. Projectam-se e annunciam-se manifestações apparatosas e pomposissimas para a solemnisação de tão gloriosa data. A imprensa vae dando conta do enthusiasmo com que as differentes classes sociaes, agitadas e movidas pelo mesmo sentimento, se propõem imprimir o maior brilhantismo aos festejos realisados para se honrar a memoria veneranda de um dos filhos mais prestimosos de Portugal.

Tambem nós, carissimos diocesanos, temos o imperioso dever de não deixar passar despercebido um dia tão memoravel, e que bem póde dizer-se padrão immorredouro e testemunho eloquentissimo das graças especialissimas e copiosas bençãos que a Divina Providencia tem dispensado á nossa querida patria, fazendo surgir no meio d'ella para lhe sublimarem grandezas, homens como o Infante D. Henrique, em quem se admiram alliançados em apertadissimo vinculo os fulgores da fé mais viva com as scintillações da sciencia mais pura.

Não podemos, porque nos escasseiam recursos, preparar manifestações que se notabilisem por sua magnificente pompa; não nos é dado, á mingua de meios, imprimir n'esta solemnidade nacional nem o luzimento nem o tom expansivo, que seria para desejar.

Embora: sentimos a pulsar-nos dentro do peito um coração de portuguez e de catholico, um coração agradecido aos preciosissimos bens que Deus liberalisára á terra em que nascemos. Venha, pois, a religião unir seus festivaes canticos ás demonstrações de enthusiasmo com que a patria se propõe solemnisar um grande dia, uma data de tão jubilosas recordações.

No templo, e prostrados ante os altares santos, elevaremos ao throno de Deus Omnipotente a homenagem da nossa mais intima e profunda gratidão pelos beneficios que nos tem concedido, e, nomeadamente, por haver dispensado ao Infante D. Henrique dons e faculdades prodigiosamente bellas, de que elle usou ampla e nobremente, a bem do engrandecimento do nosso paiz, e com proveito manifesto da religião e da sociedade. Aos ceus dirigiremos fervorosa prece, exorando humildemente do Supremo Senhor dos mundos que ampare, defenda e proteja a nossa patria; que não deixe apagar n'ella a recordação dos feitos sublimes que tanto a exaltaram outr'ora, e que incline e mova os portuguezes, de todos os estados e condições, de todas as jerarchias e classes sociaes, a seguirem o exemplo, que o Infante nos legou, não só no seu entranhado amor patriotico, mas tambem na firmeza da fé christã, no seu affecto e devotadissimo respeito ás verdades e preceitos da religião catholica.

E quanto se torna urgente, presados diocesanos, imitar exemplos taes, n'estes dias que vão correndo, dias tormentosos pelos infortunios soffridos e por outros maiores ainda que tanto nos ameaçam!

E' frequente, frequentissimo, ouvirmos fallar com enthusiasmo das nossas grandezas passadas, das nossas antigas glorias, das tradicções brilhantissimas do povo portuguez; recordam-se as navegações, os descobrimentos, as conquistas, os emprehendimentos arrojados e perigosissimos, quanto, emfim, nos tornou respeitados e grandes, parecendo até que nada satisfaz tanto o orgulho nacional como fallar, ou ouvir fallar, de tudo isso a cada instante: rarissimo é, porém, que, fallando-se d'essas grandezas, se reconheça e confesse e preste homenagem á principal causa

que as determinou — a religião, — á origem fecundissima, d'onde derivam, — a fé.

Os dias da nossa maior gloria, e da nossa mais apregoada grandeza, foram, inquestionavelmente, os da nossa fé mais viva, os do nosso mais entranhado e puro affecto ás verdades religiosas. — Mas isso, que é incontestavel e capitalissimo, olvida-se ou despresa-se! E' o fructo, mas fructo perniciosissimo, colhido d'essas theorias e doutrinas subversivas, tão largamente proclamadas e tão insistentemente defendidas na epocha actual, e que não offendem sómente as crenças catholicas, abalam tambem e muito prejudicam as instituições sociaes.

São, por isso, de lucta, e lucta bem temerosa, os tempos que atravessamos. Nunca a egreja viu colligados contra si tantos poderes, nem tão intenso se patenteou jámais o gélido sopro do indifferentismo religioso, que mata e prostra e nos despedaça os mais bellos anceios d'alma.

A fé esmorece e declina a olhos vistos, vindo d'ahi, como inevitavel consequencia, o enfraquecimento moral do individuo, da familia e da sociedade.

Vamos então prostrar-nos na presença de Deus, e pedir-lhe que inflamme e avivente o espirito religioso n'este nosso paiz, e n'elle faça surgir as virtudes christãs que tanto enalteceram e nobilitaram os nossos maiores, protestando nós amal-o, como elles o amaram, observar e cumprir os preceitos religiosos, a que elles sempre obedeceram.

Ás demonstrações patrioticas com que o acontecimento faustissimo, recordado no dia 4 de março, houver de ser festejado pelas illustres corporações, auctoridades e mais fieis, nossos diocesanos, com especialidade, os da cidade de Lagos, que foi berço do famoso Gil Eannes, percursor de Vasco da Gama, e de cuja bahia partiram as primeiras frotas em demanda de regiões desconhecidas, accrescentaremos nós uma fervorosa, intima e sincera manifestação de culto religioso e piedade christã, rendendo a Deus Nosso Senhor muitas graças por haver concedido á nossa patria um homem que, como o infante D. Henrique, tão dedicadamente lhe preparou dias de prosperidade, de ventura e gloria.

Para esse fim, celebrar-se-ha em nossa Sé Cathedral, no dia 4 de março, proximo futuro, um solemne — *Te-Deum*, — esperando confiadamente que n'esse acto do culto seremos acompanhado não só pelo rev.[mo] cabido e clero d'esta cidade, mas tambem pelas dignas auctoridades, corporações e demais fieis, tão distinctos por sua fé e patriotismo.

E ordenamos que em todas as egrejas parochiaes da diocese, n'aquelle mesmo dia, e á hora que os reverendos parochos tiverem por mais conveniente, se cante egualmente o — *Te-Deum* — ante o Sacramento exposto no throno, ou á bocca do sacrario, resando-se onde as circumstancias não permittirem cantal-o.

Para que chegue ao conhecimento de todos, mandamos que esta

nossa Carta Pastoral, depois de registada na Camara Ecclesiastica, seja remettida ao ill.^mo^ e rev.^mo^ cabido e reverendos parochos, afim de ser lida e explicada á estação da Missa Conventual, no primeiro domingo ou dia santificado, posterior á sua recepção, e em seguida archivada.

Dada do Paço Episcopal de Faro, sob nosso signal e sello das nossas armas, aos 20 de Janeiro de 1894.

Logar ✠ do sello

† **Antonio** *Arcebispo-Bispo do Algarve.*

PASTORAL DO BISPO DO FUNCHAL

Dom Manoel Agostinho Barreto, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, bispo do Funchal (Ilhas da Madeira e Porto Santo), Prelado domestico de Sua Santidade, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima, etc.

Portugal vae pagar uma divida sagrada a um de seus filhos mais distinctos, que, sendo uma gloria da patria, foi ao mesmo tempo um benemerito da humanidade. E assim como, ha pouco mais de um anno, nós quizemos celebrar a descoberta do novo mundo, e enaltecer o nome glorioso de seu descobridor, o illustre Christovão Colombo, não só porque a isso nos convidára o vigario de Christo, mas tambem porque este archipelago fôra visitado por elle e talvez lhe servira de escóla e aprendizado, e, sobretudo, por ter sido a fé catholica o principal estimulo d'aquelle arrojado emprehendimento, reflectindo-se, portanto, na santa egreja a immarcessivel gloria do alto feito; assim tambem agora nos propomos exaltar esse vulto grandioso de um nosso compatriota, o inspirado iniciador das modernas descobertas atravez do Atlantico, das primeiras navegações de longo curso, que é uma gloria nossa, que foi sempre inspirado pelo amor da religião, da sciencia e da patria, o benemerito, audacioso e inolvidavel Infante D. Henrique de Portugal.

Este glorioso filho d'aquelle glorioso monarcha que se chamou D. João I, se nos apresenta com incontestaveis titulos de magestosa grandeza, altamente crédores de nossa admiração, de nossos respeitos, de nosso reconhecimento, que mal poderiamos nós, principalmente os madeirenses — ficar silenciosos em tão solemne momento. Se a cidade do Porto, onde elle nasceu, tomou a nobilissima resolução de celebrar o seu 5.º centenario, nós, habitadores do archipelago que foi as primicias de seus descobrimentos, não podiamos sem desdouro, sem nota grave de censuravel indifferença e de feia ingratidão, permanecer mudos e quedos. E' licito esperar que todos os habitantes do Porto Santo e da Madeira queiram, n'esse dia solemne, render graças ao Altissimo por haver concedido a Portugal um homem tão insigne, honra da patria e do mundo, servo fiel que soube negociar amplamente com os talentos que recebeu do seu Deus e Senhor. Ousamos tambem acreditar que as classes mais distinctas da sociedade venham unir-se ao povo fiel, sendo as dignas authoridades civis e militares, judiciaes e administrativas, litterarias e fiscaes, as primeiras a dar seu nobre exemplo de homenagem ao homem grande pela ascendencia, pela virtude, pelo talento, pelo valor, pelo patriotismo, qual foi o Infante D. Henrique.

A vida d'este principe abre um cyclo novo e importantissimo na historia da patria. Bem merece elle que os homens de sciencia lhe consagrem seus talentos, que o descrevem os biographos, que o cantem os poetas, que o celebrem os oradores, que o venerem e admirem todos aquelles que têem alma digna e capaz de apreciar as legitimas glorias, as mais peregrinas virtudes. Acudam, pois, a este torneio gentil e brioso quantos sentem arder-lhes no peito o amor da religião e o amor da patria, a paixão da sciencia e o enthusiasmo da gloria. Nós apenas podemos entoar no templo um cantico sagrado, uma prece repassada de sentimento, e traçar aqui duas palavras incorrectas e desprimorosas como tributo bem tenue do que cremos e sentimos.

Quem foi o Infante D. Henrique de Portugal e quaes suas virtudes e seus feitos? Esboçaremos rapidamente as feições d'este heroe lusitano.

I

O Infante D. Henrique foi o quarto filho varão de el-rei D. João I, o mais popular e mais amado de todos os monarchas portuguezes e tambem o mais venturoso de todos os paes, porque deu ao mundo uma prole tão distincta como raras vezes se descobre.

Havendo-se unido em matrimonio com uma princeza de alto espirito e coração nobilissimo, qual foi D. Filippa de Lencastre, a sua côrte era o solar da honestidade e da virtude, onde reinaram a paz domestica, a

austeridade de costumes, diligencia no trabalho e no cumprimento do dever, o incentivo de acções nobres e esforçadas, o intenso amor da patria.

Quadro formoso e sublime era este, o de uma respeitavel e nobre mãe, sentada nos degraus do throno, rodeada de seus filhos, a ensinar-lhes as maximas santas do amor de Deus, do affecto ao rei, da dedicação á patria; chamados todos a uma elevada posição social e por isso mesmo a remontados feitos para captarem a estima, o respeito e o affecto d'esse povo que seu pae tornára independente, libertando-o do jugo estranho; d'essa patria resgatada á custa de tantas batalhas e de tanto sangue; d'este sólo tão estreito que mal podia conter seus habitadores, sempre anciosos por alargar-lhe as fronteiras que eram ainda a miudo assaltadas pelos infieis sectarios de Mafoma. Dar á patria dias de gloria, ao povo annos de ventura, ao pae uma velhice alegre e tranquilla, tal devera ser o empenho d'esses filhos.

Ora poucas vezes se lançou semente em terra fertil que désse fructos assim abençoados. D'esse thalamo venturoso nasceram filhos de quem disse o principe de nossos poetas:

Inclita geração, altos infantes.

Um D. Duarte, o eloquente, um D. Pedro, o sabio, um D. Fernando, o santo, um D. João, o batalhador, e um D. Henrique, o Argonauta, o conquistador dos mares, o Navegador, em summa. Epocha de gloria e venturas foi esta, que a Providencia derramou a flux sob a terra lusitana! Quem nos déra que, n'este momento angustioso da patria querida, chovessem assim copiosas as bençãos do ceu sobre o throno e sob o povo! Subisse esta solemne consagração de passadas glorias até o throno do Senhor para mover-lhe o coração amantissimo em nosso favor!... Saibamos pedir para podermos esperar.

Nasceu o Infante D. Henrique na cidade do Porto, no dia 4 de março de 1394; e correndo-lhe nas veias o puro sangue de tão magnanimos progenitores, recebendo uma educação domestica assim aprimorada, encontrando-se no meio de homens taes como o santo condestavel D. Nuno Alvares Pereira, o capitão esforçado que fôra o braço direito de el-rei, João das Regras, chanceller-mór do reino e abalisado jurisconsulto, e de outros valentes cavalleiros adestrados nos combates em prol da liberdade, como não desabrochariam precoces as virtudes, o animo varonil, as altas aspirações, o caracter nobre n'aquelle peito e n'aquelle cerebro? Bem cedo se manifestou, de um modo brilhante, o elevado espirito do Infante, como rezam as chronicas do tempo.

Pensou el-rei, seu pae, armar cavalleiros aos infantes, segundo o estylo da epocha, mas estes lhe manifestam o desejo de receberem a investi-

dura só no campo da batalha e depois de algum feito condigno, que tornasse bem merecida aquella honra! E' bello e muito significativo.

«Gozava o reino a suavidade da paz — escreve o auctor da *Historia Genealogica*—descansando dos duros trabalhos da guerra, e querendo el-rei exercitar seus filhos em o manejo das armas, para os haver de armar cavalleiros segundo a prática d'aquelle tempo, determinou fazer umas festas proprias de soldados, para as quaes convidou por editaes publicos os cavalleiros de todas as nações, para n'este reino se acharem em tempo prefixo, que havia de ser o em que armava cavalleiros aos infantes seus filhos, em cujo obsequio queria fosse esta funcção entre estrondos e exercicios guerreiros, que inventou a curiosidade para substituir a guerra com alguma imagem, na qual as acções executadas com arte e industria conseguem applausos dos valorosos, sendo o caminho com que se habilitam para grandes emprezas. Porém os infantes, principalmente D. Henrique, não tendo por gloria o haver de ser armado na paz, entre os divertimentos de justas, torneios e outros jogos e exercicios militares, que, ainda que luzidas invenções, não eram mais que apparentes, pelas quaes não podia conseguir nome, lembrou a el-rei que podia emprehender alguma facção em Africa contra os mouros, que, sendo gloriosa ás suas armas, podésse elle conseguir com seus irmãos reputação pelas proprias acções com que merecessem dignamente a Ordem da Cavallaria que desejavam. Esta prática do Infante, que nos circumstantes passou por mais um conhecimento do seu elevado animo, e por materia sem effeito e quasi de nenhuma consequencia, foi uma inspiração que fez entrar a el-rei na ideia de conquistar a cidade de Ceuta aos mouros. Determinada a empreza, como fica referido, o primeiro que desembarcou e pizou terra de Africa foi o Infante D. Henrique, que combatendo os mouros conseguiu coroar-se de immortal gloria n'aquella occasião, de que tinha por testemunhas não menos que el-rei, seu pae, o condestavel D. Nuno Alvares Pereira, o conde de Barcellos, seu irmão, e todos os demais cabos com aquella luzida gente de tropas veteranas, costumadas a vencer. Depois de rendida a cidade o armou cavalleiro el-rei, e a seus irmãos, e triumphantes da barbara multidão dos mouros, foram associados áquelle nobre instituto militar, conseguido pelo valor mais que pelo real nascimento.»

De volta á patria, e apenas pizaram terra do Algarve, quiz el-rei manifestar de modo ainda mais notavel os sentimentos de grande apreço aos filhos queridos que lhe haviam suscitado o bello pensamento de combater os inimigos da cruz e da patria, alargando os dominios d'esta para além do Estreito, na costa mauritana, onde se haviam portado como valentes e já experimentados campeadores. Ao infante D. Pedro concedeu o titulo de duque de Coimbra, e a D. Henrique o de duque de Vizeu, dandolhe mais tarde o senhorio da Covilhã, o mestrado da Ordem de Christo e o posto de fronteiro-mór de Leiria. Bem merecidas honras que o inclito

Infante soube aproveitar para gloria immorredoura do seu nome e mais ainda para proveito do reino e do mundo todo.

II

E o «braço ás armas feito não tolheu o exercicio da mente ás lettras dada», porquanto, mal volvido á patria, cuidou logo em dar-se aos estudos mais adaptados á descoberta de mares e povos ignotos, proporcionando, com animo verdadeiramente régio, os meios convenientes para a cultura das sciencias. Tendo escolhido por moto do seu escudo aquella phrase da lingua franceza: *Talent de bien faire*, genio ou desejo e arte de bem-fazer, o tinha sempre diante dos olhos, para o não desmentir um só instante ou no minimo dos actos de sua vida.

«Favoreceu tanto os estudos, diz o já citado historiador, que deu o seu proprio paço de Lisboa para n'elle se formarem aulas publicas. E sobre tantas virtudes de que se ornou como principe, ainda foi mais excellente a de ser sempre casto, conservando-se illeso desde o seu nascimento, de sorte que mereceu acabar como virtuoso.»

Altos emprehendimentos trazia em mente o infante para se consagrar a um genero de vida tão alheio da côrte e do nascimento, das honras e dos titulos com que fôra condecorado. Caracter firme e vontade de ferro para se esquivar ás doçuras da sociedade, consagrando-se inteiramente ao trabalho, á solidão, ao estudo, no intuito de encetar e proseguir os seus dourados sonhos, que pareciam ser irrealisaveis projectos. «Tendo assim dado singulares provas de valor em Africa, escreve o mesmo chronista, n'esta famosa facção em que acompanhou a el-rei seu pae, animado de uma resolução heroica emprehendeu novos descobrimentos, que conseguiu, para o que contribuiu muito, como principal parte, a sua grande applicação; porque foi sciente na mathematica e principalmente na cosmographia. A este fim tomou para sua residencia a villa de Sagres, no reino do Algarve, para commodamente poder vagar a seus estudos, sem os embaraços da côrte, sendo este o motivo porque se não ligou com o matrimonio.»

E se quizeramos pesquizar agora todos os estimulos d'esta vocação sublimada, lá descobririamos a fé christã, a crença firme no Evangelho, como a base de todo o seu proceder. Não era só dar á sciencia nova esphera, abrir á patria horisontes vastos, cingir sua fronte de viridentes louros, era, antes de tudo, realisar a palavra de Christo na oração sublime ao eterno pae: *Adveniat regnum tuum*; venha a nós o vosso reino. Será preciso desconhecer, por completo, esse piedoso e crente e fervoroso espi-

rito da sociedade medieval, para não descobrir em toda a vida d'essas gerações o ardente desejo de plantar a Cruz por toda a parte: no alto dos soberbos campanarios, como nas montanhas e nas planicies, no ermo e no povoado, no diadema dos reis como na espada dos cavalleiros, nos paizes christãos como nos reinos dos infieis, n'estes especialmente, n'estes sobretudo, pois que estavam ainda sepultados nas trevas da morte. Qual outro foi o movel dos cavalleiros cruzados, dos grandes vultos guerreiros que por terra e por mar combateram as meias luas musulmanas, e que de Carlos Martel a S. Luiz, de S. Fernando a D. João de Austria, de Affonso Henriques a João Sobieski, offereceram aos povos da Europa, da Asia e da Africa o espectaculo da mais heroica valentia, unida á mais sincera e ardente fé? E' só assim que uma luz sobrenatural esclarece os espiritos e retempéra os animos, guiando-os e fortalecendo-os na senda das mais audaciosas e remontadas emprezas.

Pois o nosso venerando infante pertenceu aos grandes homens d'esta rija tempera, e concorreu para illustres e nunca vistos feitos, que foram o espanto dos contemporaneos e são ainda, e serão sempre, a admiração do mundo todo.

«A sua casa foi o seminario do valor, onde se crearam fidalgos e homens dignos do seu exemplo, e que pelas suas emprezas se fizeram conhecidos no mundo.» Pois, com effeito, quando se considera esta heroica resolução do Infante, nada menos podemos do que curvar-nos de respeito e admiração; mas se attentarmos nos seus fecundos e, sob todo o ponto, maravilhosos resultados, é para se cahir prostrado diante da Providencia Divina que taes glorias quiz dispensar ao nosso Portugal e a filhos seus! O vasto campo das explorações maritimas, iniciadas e tenazmente impellidas pelo Infante, os dilatados horisontes de mares e de continentes, que ninguem antes vira, abertos ao mundo pelos seus ousados discipulos e servidores, as ilhas numerosas e bellas, as longas plagas conquistadas para a corôa portugueza, são assumpto bem digno do mais famoso poema, da mais heroica epopeia que se escreveu na lingua patria. E o nome glorioso do grande homem, que concebeu e realisou esta obra sublime, deve ser gravado em toda a parte em lettras de ouro, assim como nos nossos corações em scintillações de enthusiastico affecto e de indelevel gratidão. Nem se tome á conta de exaggero este nosso sentir e dizer. Um dos nossos mais festejados escriptores contemporaneos, no seu livro *Os descobrimentos dos portuguezes e os de Colombo*, diz do infante o seguinte, que bem merece repetir-se: «Era preciso que fosse um genio verdadeiramente transcendente o d'esse homem *quasi divino*, que teve a intuição sublime da verdade e a inspiração de um genio creador, que sonhou um mundo aberto inteiramente á luz, um mar sem trevas, a humanidade circulando sem peias em volta da terra sem dominio, e que logrou escrever na face das ondas com a quilha das suas caravellas essa epopeia maravi-

lhosa que elle concebeu em Sagres e que foi a grande epopeia do renascimento.»

Em verdade, se bem considerarmos os erros, os preconceitos, as lendas que toda a antiguidade tinha accumulado ácerca do mar tenebroso, todo cheio de monstros horrendos e de insondaveis abysmos, prestes a tragar sem remedio todos os temerarios que ahi se aventurassem; as ilhas encantadas, os fogos devoradores da zona tórrida, a morte perenne que ahi reinava; enorme, immensa, inexcedivel se nos ha-de affigurar a audacia de uma tal empreza.

Como se dissiparam esses prejuizos, como se esvaeceram essas fabulas, como se perderam esses terrores? O alto engenho, a sciencia profunda e a fé sublime foram certamente os astros luminosos que operaram a maravilhosa transformação. Presentia-se a existencia de largos continentes para alêm dos mares, de centenares de ilhas no meio do vasto Oceano, tudo habitado por densa população; a India, a famosa India tão cubiçada, lá no extremo Oriente, com todos seus thesouros, com seus milhões de habitantes ainda submersos nas trevas da gentilidade; qual a alma abrazada no fogo ardente da fé, qual o peito inflammado no amor da patria que podésse quedar-se sem correr á descoberta e á conquista, para alargar os dominios do Evangelho e trazer ao paiz as enormes riquezas que lá se escondiam? O que dominava sobretudo o espirito do Infante, escreve ainda o snr. Pinheiro Chagas, era a anciedade da investigação scientifica e o ardor pela conquista dos grandes ideaes religiosos da meia idade.» Por isso, sem deixar de correr á defeza das conquistas africanas com o vigor dos primeiros annos, e de prestar seu braço forte, seu alto engenho, seu prudente conselho, sempre que a honra da patria e o prestigio do throno o demandavam, concentrava sua particular attenção no meditado plano da descoberta e conquista d'esses mares nunca d'antes navegados.

No seu observatorio de Sagres abriu escóla nautica, onde elle proprio leccionava, transmittindo aos seus servidores e discipulos os conhecimentos adquiridos no estudo da historia, das cartas maritimas, dos instrumentos adaptados aos usos da navegação. Alli estabeleceu estaleiros para a construcção dos navios e igualmente n'esta arte dava lições theoricas e práticas. A administração da Ordem de Christo, de que era governador, lhe mereceu especial attenção, como quem presentia o valioso concurso que viria a prestar-lhe essa valente e disciplinada milicia. Bem póde dizer-se que o promontorio de Sagres era um campo de manobras, um alcaçar de sciencia e um arsenal bem apetrechado, reunido tudo sob o tecto de uma casa religiosa, entremeiando-se, com os exercicios bellicos e a cultura das lettras, as práticas religiosas e devotas. Não admira, portanto, que d'aquelle viveiro sahissem homens taes como os que vieram travar luctas ingentes com as ondas embravecidas, mais temerosas do que as que primeiro

haviam experimentado nos adustos areaes da Africa com as turbas mauritanas.

Contava apenas 24 annos o Infante; sua fronte grave, austera e pensativa era já coroada de louros; seu pae e seus irmãos o reverenciavam, admirando o conjuncto de predicados que o enalteciam; seus discipulos e servidores lhe dedicavam affecto filial e respeito disciplinar, sempre promptos a cumprirem seus preceitos e seus desejos. Conhecia o Infante os brios e a competencia de alguns dos seus criados e lançou-os na primeira tentativa. No decurso do anno de 1418 sahiram do porto de Sagres, em caravella devidamente equipada, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira com ordem de correr a costa da Berberia até onde lhes fosse possivel, no quadrante do sul. Mas a meio caminho da costa de Africa desencadeou-se furiosa tormenta que arrojou o fragil baixel ás costas de uma pequena ilha, despovoada e ignota, onde poderam salvar-se. Estavam iniciadas as descobertas com o apparecimento casual ou providencial do Porto Santo, assim denominado pelos audazes navegadores, como para agradecerem a Deus o haver-lhes deparado n'aquelle abrigo um segundo porto de salvamento.

No anno seguinte descobriram os mesmos nautas a Madeira, e trataram logo de povoal-a, obtemperando ás ordens do Infante e a seus proprios interesses, por lhes haver sido conferida a donataria da mesma.

D'ora em diante multiplicam-se as viagens de exploração, dando em resultado o descobrimento dos archipelagos dos Açores e Cabo Verde, continuando-se sempre a caminhar para o sul, de sorte que á morte do preclaro Infante estava conhecida toda a costa de Africa, desde o cabo Bojador até á serra Leôa, isto é, 367 leguas de costa maritima e seus respectivos territorios mais proximos da beira-mar, d'esse enorme e mysterioso continente negro!

Assim desappareciam os terrores da zona tórrida, posto se não tivesse chegado ao Equador, como estavam desfeitas as lendas dos monstros marinhos e do mesmo mar tenebroso, deixando o Infante, ao cahir prostrado pela morte, um dos mais importantes problemas da sciencia humana completamente resolvido, mesmo sem ter attingido o grande ideal que lhe absorvera a existencia. Estavam dados os primeiros passos, sem duvida agigantados, n'este vigoroso impulso á navegação do alto, de modo que d'ora ávante Portugal, caminhando sempre na vanguarda das explorações e descobertas, alcança um nome glorioso nos annaes da humanidade e alarga por modo tal os seus dominios que, bem póde dizer-se durante seculos, n'elles nunca o sol se esconde. Os denodados cavalleiros de Christo, fieis á divisa do seu grão-mestre, continuam a marcha audaciosa para o desconhecido, sempre promptos no serviço de Deus, da patria e do rei. Viera esta milicia insigne substituir a dos Templarios, que fôra abolida; «mas vieram esses valentes cavalleiros ser os Templarios do mar, cujo habito e cuja com-

menda foram «a estrella dos bravos», cujas phalanges intrepidas foram a Legião de Honra de nossas maritimas victorias.»

Povoaram-se os vastos archipelagos, cultivaram-se suas campinas, desbravaram-se as suas mattas, levantaram-se villas e cidades, civilisaram-se os povos que vieram ahi estabelecer-se, e foi a cruz o labaro que primeiro brilhou para agremiar, cultivar e polir as diversas raças que procuraram essas plagas. O que seriam estes paizes se, em vez dos cavalleiros de Christo, viessem governar aqui os sectarios de Mafoma? O mesmo que são as costas da Berberia, onde ha seculos impera essa crença sensual e fatalista que lança algemas nos pulsos escravisados d'aquella desventurada raça de barbaros, condemnada a jazer para sempre separada do convivio da civilisação.

O audaz cavalleiro asceta lançando, do alto do seu eremiterio de Sagres, os seus legionarios á conquista dos mares, prestou á civilisação o mais assignalado serviço de que reza a historia. Vieram após elle os outros navegadores, os outros povos, e por isso foi descoberto o novo mundo e se alcançou o velho ideal de chegar á India pelo occidente e, ainda depois, o de dar-se a volta ao globo.

Essas raças indigenas que vegetavam nas trevas, como as que correram de pontos diversos a pesquizar as riquezas naturaes dos vastos paizes insulares e continentaes, todas tiveram os ministros de Christo para lhes explanar as paginas do Evangelho, e assim levar-lhes ao espirito a luz e ao coração a caridade. Quanto, pois, devemos ao grande homem que teve a inspiração d'essas conquistas? Memoremos sempre este nome venerando e curvemo-nos respeitosos e agradecidos ante a sua abençoada memoria. Quizeramos que o seu vulto austero e virtuoso se levantasse como padrão do passado e exemplo ás gerações que passam. Até, se não fôra temeridade, desejariamos que podésse a sua imagem ser, algum dia, levantada sobre os altares. Elle que tão bem soube ser fiel á sua divisa; que foi um asceta na penitencia e na pureza de vida, na piedade e nas práticas religiosas, deve ter sido abraçado por Deus e ter valimento ante o throno que tão bem serviu e honrou.

Ora, como «todo o dom perfeito desce do pae das luzes, ao qual só é devida toda a honra e toda a gloria», nós iremos ao templo n'esse memoravel dia 4 de março de 1894, para render fervorosas graças ao mesmo Senhor de misericordia que nos deu a Portugal esse homem insigne, que podemos considerar como gloria nossa, nossa consolação e honra do nosso povo, esse cavalleiro sabio e extremado que consagrou sua vida toda ao serviço de Deus e da patria, que tanto exaltou e engrandeceu. Vamos exorar o Supremo dominador dos imperios para que se digne levantar a nossa amada patria, actualmente tão abatida e desprezada; que seja servido de conceder-nos homens de genio, de caracter, de honradez e principalmente de fé, para nos merecerem as suas divinas bençãos; que seja este

5.º centenario do grande infante D. Henrique uma aurora auspiciosa de renascimento e de venturas. Seja n'esse dia, de todos os madeirenses, de todos os portuguezes, um só coração e uma só alma entoando um clamor unisono que suba vibrante de enthusiasmo, de crença e de intima gratidão até ás plantas do Altissimo, e a esperança despontará risonha em nossas almas.

A fim de serem prestadas as homenagens convenientes a Deus, e as honras devidas ao Infante, ordenamos o seguinte:

1.º—Em todos os campanarios da diocese serão dados repiques festivos no proximo dia 4 de março de 1894, de manhã, ao meio dia e á noute.

2.º—Em todas as egrejas parochiaes será cantado, á hora que parecer mais conveniente, um solemne «Te-Deum», ante o Sacramento exposto; ou, quando as circumstancias o não permittam com tal pompa, será entoado em face do mesmo augusto Sacramento exposto á bocca do sacrario.

3.º—Os fieis serão prevenidos, com a precisa antecipação, para este acto religioso, sendo-lhes bem explicado o motivo do mesmo.

4.º—Em nossa Sé Cathedral celebraremos de pontifical, se não occorrer caso de força maior que nos impossibilite.

5.º—Esta nossa Carta Pastoral será, depois de impressa, remettida ao muito rev. cabido e aos revs. parochos, para seu conhecimento e devidos effeitos, sendo convenientemente archivada.

Dada no Funchal, residencia da Penha de França, aos 12 de dezembro de 1893, sob nosso signal e sello.

Logar ✠ do sello.

† **Manoel**, *Bispo do Funchal.*

PASTORAL DO BISPO DE ANGRA DO HEROISMO

Dom Francisco José Ribeiro de Vieira e Brito, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, bispo de Angra do Heroismo e ilhas dos Açores, do conselho de Sua Magestade Fidelissima, etc.

N'esta occasião em que um movimento espontaneo e verdadeiramente patriotico se accentua por modo admiravel na invicta cidade do Porto e nos dous archipelagos da Madeira e Açores para commemorar o quinto

centenario natalicio do inclito infante D. Henrique, é-nos summamente grato corresponder quanto nossas debeis forças o permittam, ao que a benemerita commissão eleita para o mesmo fim pelos escriptores e jornalistas terceirenses de nós espera como prelado, ainda que sem merecimentos, d'esta importante diocese açoriana. A egreja, em verdade, pelo seu proprio caracter e divina instituição não só tem honrado sempre e apreciado devidamente as nobilissimas qualidades d'aquelles que bem mereceram da sociedade humana e se tornaram immortaes na posteridade pela superioridade do seu talento e pela energia de seus esforços em animar e propagar o que é justo, honesto e louvavel, mas até elevando o nosso espirito á contemplação das verdades d'uma ordem superior nos faz comprehender por modo especial a missão providencial d'esses grandes genios que acima de tudo souberam pela fé e pela religião immortalisar seu nome em obras de reconhecido merecimento. Eis a razão porque nós, de boa vontade e com todo o enthusiasmo do mais fervente patriotismo, nos associamos a estas manifestações devidas a um principe incomparavelmente privilegiado nos annaes brilhantes da historia e a quem tanto deveu Portugal, a Egreja Catholica e o genero humano. *Laudemos viros gloriosos* (1).

O infante D. Henrique, 4.º filho varão de D. João I, o prodigioso mestre d'Aviz, que no triumpho d'Aljubarrota soube consolidar a independencia da patria e no monumento da Batalha soube insculpir tão bellamente o genio nacional inspirado pela religião, teve por mãe a rainha D. Filippa de Lencastre, descendente tambem de tantos reis catholicos e progenitora de tantos reis e principes que, abrindo ao convivio das nações civilisadas as portas do oriente, ahi plantaram, com o nome portuguez, a frondosa e fecunda arvore da religião e da civilisação.

Nascido a 4 de março de 1394 na cidade do Porto, e educado n'essa formosa escóla do amor e temor de Deus que tão grandemente nobilitou a côrte de seu pae onde a disciplina era um modelo de força e a virtude um esplendor da fidalguia, o infante D. Henrique recebe ahi essas impressões de sentimentos nobres e generosos que mais tarde haviam de glorificar seu nome entre os benemeritos da religião e da patria. E' que a educação fórma uma segunda natureza, em que a ordem ou a desordem, a virtude ou o vicio, a civilisação ou a barbaria dependem dos ensinamentos que se prodigalizam e dos exemplos que se reproduzem. Por isso a rainha D. Filippa, que desde tenra edade se dedicára inteiramente ao serviço de Deus, como nos refere D. Thomaz da Encarnação — *a pueritia usque ad obitum Deo se voverat* —; solicita em affeiçoar aos filhos as regras do dever, inoculou no animo viril de D. Henrique os sacrosantos principios da religião, que foram a norma constante da sua vida, porque sómente a religião póde

(1) Eccl. XLIV — 1.

inspirar na vontade as resoluções mais puras e no pensamento as ideias mais generosas. Essas maximas perniciosas, em que o espirito moderno pretende formalisar o progresso e a civilisação, affectando quando muito religião e honestidade em publico, para se reservar o direito de não acreditar em coisa alguma, explicam-nos perfeitamente esse fluxo e refluxo de pensamentos contradictorios que arrastam os caracteres mais dignos ao ateismo, ao materialismo, e á hypocrisia, revelando-se no meio social pela indifferença e pela incredulidade, d'onde dimanam o idealismo, o naturalismo e o scepticismo, que destroe todas as virtudes, todas as verdades, todas as crenças, todos os bons costumes.

Bem diversas, porém, foram as maximas que o infante D. Henrique desde tenros annos tomou para norma do seu proceder: primeiro que tudo procurava o reino de Deus na firme convicção de que a verdadeira riqueza, honra e gloria, só de Deus póde vir por accrescentamento, na phrase do Evangelho (1), — *Quaerite primum regnum Dei et justitium ejus; et haec omnia adjicientur vobis.*

Os que buscam de preferencia o ceu tornam-se tambem senhores da terra, sendo esta a razão porque, no dizer d'um sabio orador, a Europa christã se tornou o centro das luzes, da sciencia, da litteratura, das artes, da riqueza, da força, da civilisação e da liberdade, emfim, rainha do mundo, senhora do mundo, arbitra do mundo. «Se o homem sabedor se assenhorea dos planetas pela força do livre alvedrio, diz ainda D. Duarte no *Leal Conselheiro*, quanto mais farão aquelles que amarem o Senhor Deus, dos quaes é escripto que todas as cousas se lhe tornarão em bem?...» Assim o nosso infante: primeiro que tudo foi catholico fervoroso, depois sabio eminente, patriota zeloso, conselheiro prudente e leal, cavalleiro destemido, caracter arrojado, genio emprehendedor, porque a sua divisa, no dizer d'um nosso estylista, era navegar para o bem com as velas cheias pela viração da sciencia e da fé que sopravam accordes (2).

Tal é o ideal grandioso que o nosso espirito descobre na sua estatura moral, agigantada.

A tomada de Ceuta em Africa foi o primeiro élo d'essa cadeia de ouro e pedrarias que devia trazer ao convivio da fé christã e da civilisação as Indias maravilhosas de Marco Polo e do Preste João; e n'esta lucta gigante da civilisação christã com a barbaria, revela-se desde logo no infante

(1) Matheus, VI — 33.
(2) Oliveira Martins — *Os Filhos de D. João I.*

a força d'um homem d'acção, o temperamento d'um heroe, a audacia e a energia d'um vencedor, porque «a sua bandeira quadrada, como diz Azurara, foi a primeira que entrou pelas portas da cidade»; mas tambem revela-se sobretudo a sua fé, porque, no dizer d'um seu biographo, não tiveram outra origem os feitos singulares e repetidos do seu valor, contra os africanos, inimigos do nome christão» (1).

Com a sagração da mesquita musulmana de Ceuta, convertida em templo de Deus vivo, é armado cavalleiro o infante D. Henrique. Foi a corôa de seu primeiro triumpho. Bons tempos de piedade e de esperança no futuro d'um povo que procura estender nas regiões desconhecidas e indeterminadas do mundo os beneficios da fé e da civilisação! Portugal, inscripto nos Decretos da Divina Providencia como um povo destinado á realisar na terra esta grande missão religiosa, marca desde já na historia geral da humanidade o principio d'essa sublime epopeia de venturosas descobertas e conquistas d'além-mar.

De volta de Ceuta e ainda em Tavira, cria-se um novo titulo hierarchico; D. Henrique é feito duque de Vizeu com o senhorio annexo da Covilhã. Mas, desprezando os attractivos da côrte e dos solares da sua nobreza, retira-se para a sua quinta — *Terça Nabal* — no Algarve, onde o amor que tinha pela nobilissima arte da cavallaria e pela navegação lhe faz acceitar o governo perpetuo d'aquelle reino e a direcção dos negocios da Africa. Pouco depois, comprehendendo que as sciencias geographico-maritimas eram indispensaveis para o progresso dos seus descobrimentos, na mais alta montanha do Cabo de S. Vicente, onde, segundo o testemunho de escriptores coevos, o ceu raramente se turva, funda essa sempre memoravel escóla mathematica, cosmographica e nautica, de Sagres, convertendo ao mesmo tempo o seu palacio em verdadeiro asceterio pela regularidade e austeridade de sua vida, pelo bom exemplo dos seus actos e pela vigilancia que exercia sobre todos os que estavam ao seu serviço. Era ahi, diz o eminente Cardeal Saraiva (2), «que se faziam observações astronomicas, uteis e applicaveis á navegação; se projectavam cartas hydrographicas, se fabricavam instrumentos proprios para observar o sol, e os astros, etc., se trabalhava em aperfeiçoar a construcção naval, e d'onde sahiam habeis navegadores portuguezes que n'este e no seguinte seculo admiraram a Europa e levaram o nome portuguez até ás mais remotas extremidades do mundo.

Foi d'ahi tambem que o nosso infante, estendendo suas vistas de largo alcance sobre esse immenso mappa do mar, desenrola deante de Portugal estas ilhas ainda desertas e os contornos austraes d'esses continentes, cujos habitantes entenebrecidos pela escravidão do demonio viriam

---

(1) Candido Luzitano — *Vida do infante D. Henrique.*
(2) *Os portuguezes em Africa,* t. 1.º, pag. 26.

augmentar o numero dos discipulos de Jesus Christo. Não ambicionava riquezas, porque bastantes tinha nos seus dominios e na grande ordem de Christo de que era mestre, mas sacrificava-se pela exaltação da fé e da patria, pela regeneração moral e salvação eterna das almas.

E' porisso que, mandando João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, proseguir no descobrimento da Africa além do tenebroso Cabo Bojador, segundo refere Candido Luzitano ([1]) o proprio infante exclama: — «e que fama poderá egualar á vossa, se sulcando mares desconhecidos, fordes abrir as portas á infidelidade e á idolatria que o demonio tem ferrolhados no centro d'aquellas regiões, para não darem entrada á fé do Evangelho?... Immortal, santa, religiosa será a vossa fama na historia da patria e da egreja, e Deus sabe quanto vol-a invejo e o sacrificio que faço em soffrer uma politica que me faz tão pesada a distincção da natureza... Deus, a quem servimos e em cuja mão pomos toda a empreza, se digne abençoal-a e dar-me a consolação de vos vêr entrar n'este porto cheio de tanta honra que por longas edades sobeje em vossos netos.

Quando os exploradores voltaram com as noticias circumstanciadas de haverem descoberto a ilha de Porto Santo, diz ainda o mesmo biographo, o principe agradecido voltava-se para Deus e pedia-lhe que estendesse a sua benção a maiores progressos. E Deus ouviu-o, porque voltando os mesmos exploradores em nova expedição, descobriram a preciosa ilha da Madeira tão fertil que, por ser deshabitada, o infante a mandou logo povoar e cultivar. Premiados Gonçalves Zarco da Camara com a capitania do Funchal, Tristão Vaz com a do Machico, e Perestrello com a de Porto Santo, diz ainda o historiador citado, «partiram para suas capitanias e como levavam ordens apertadas do infante de que logo erigissem egrejas em que Deus tomasse posse do seu novo culto, cumpriram, promptos na obediencia, com o que facilmente faria sua conhecida piedade.» E por este motivo o infante e os descobridores não só reconheceram a providencia divina, que tanto os protegia, mas além d'isso davam á posteridade o mais insinuavel exemplo de que as verdadeiras emprezas devem ter sempre por fundamento a gloria de Deus pelo augmento da Santa Egreja.

Entretanto D. Henrique continua em Sagres despertando a attenção do mundo conhecido e distribuindo conjunctamente a sua actividade pelos negocios externos do seu paiz e da sua ordem de Christo.

([1]) Obra cit. livro 2.º pag. 115.

As artes e as sciencias encontram n'elle protecção, e quando em 1431 se projecta a reforma da Universidade de D. Diniz, não só lhe doa o seu palacio de S. Thomé, em Lisboa, mas por sua influencia e direcção se cria n'ella uma cadeira de medicina. Em seu testamento apparece tambem contemplada a cadeira de prima da faculdade de theologia.

Tendo voltado seu irmão o infante D. Pedro, de suas viagens a Inglaterra, França, Allemanha, Jerusalem, Egypto, Roma e Veneza, a sua bibliotheca e academia de Sagres é enriquecida com os preciosos escriptos de Marco Polo e um mappa veneziano em que, na opinião dos erudictos, já se achava descripto o ambito da terra. Sabios estrangeiros, como Jayme de Mayorca, e outros, começam a frequentar a sua escóla, e os cosmographos, conhecedores da situação da terra e do mar vão reconhecendo pelas descobertas feitas a possibilidade da existencia de outras ilhas e terras firmes além dos limites traçados por Ptolomeu. E o infante, vendo o reino encerrado em estreitos limites e desejando amplial-o, prosegue sempre incansavel nos seus projectos de descobrimentos, sem que as grandes contradicções que surgiam lhe abalassem o animo persistente ou o desviassem da ousada empreza de haver para o dominio da corôa portugueza as terras para além do Bojador. D'este modo se explica o motivo porque, voltando Gonçalo Velho Cabral ao porto de Sagres, triste e desanimado com a noticia da espantosa descoberta das ilhas das Formigas, o infante, sem desistir do seu intento, e com perseverante constança, manda logo no anno seguinte o mesmo Velho Cabral em procura d'essas ilhas ou terras que necessariamente o vasto oceano havia de circuitar e banhar. Assim se descobre em 1432 a ilha de Santa Maria, a primeira d'este archipelago dos Açores, que com as demais ilhas até ás Flores e Corvo, mais tarde encontradas, formam esta formosa constellação de terras firmes em pleno e vasto oceano.

Entretanto, porém, se prepára a demorada e sempre difficil colonisação d'este viçoso e promettedor archipelago; a actividade de D. Henrique não descança: a sua aspiração constante é dobrar o cabo Bojador, para além do qual se ia já affastando esse charco de lodo, consumido pelo calor do fogo e povoado de baixios aparcellados de recifes e de sorvedouros, onde o mar terminava segundo a imaginaria tradicção dos arabes, partilhada por muitos mareantes, que voltavam das improficuas investidas contra o cabo.

Em Gil Eannes encontra o principe um fiel executor do seu intento, porque, largando pela segunda vez do porto de Lagos em 1434, Gil Eannes dobra effectivamente o terrivel cabo, demonstrando á evidencia que o mar não terminava ali. Então o enthusiasmo pelas descobertas ganha novo exforço; Gil Eannes e Affonso Baldaya descem no anno seguinte até á Angra dos Ruivos; Baldaya em 1436 entra na Angra dos Cavallos, e Antão Gonçalves attinge o chamado rio Auso. Mas estas regiões apparecem des-

habitadas, e o principe não se contenta com dominios para a corôa, procura tambem almas para a fé. E', pois, a fé e a honra da patria que arrastam o infante para o desastre de Tanger e que da mesma fórma lhe dão força para reagir contra tam grande desgraça, que só pela dura condição da entrega de Ceuta podia ser reparada. D'ahi esse formoso conceito que d'elle formára o insigne Calderon e que bem define o caracter moral do infante «Ceuta não se entrega porque é de Deus e não minha» responde D. Henrique ao mouro com a serenidade d'um crente.

Obrigado, pois, a protrahir a ideia da conquista de Marrocos, o infante recolhe-se novamente a Sagres, para continuar as descobertas e navegações por elle emprehendidas. Mas ao mesmo tempo que mandava proseguir na exploração dos mares e costas africanas, não descurava tambem a povoação e colonisação das diversas ilhas d'este archipelago dos Açores. E tão previdente, tão ardente e fervoroso era o seu zelo e piedade no serviço de Deus e accrescentamento da santa fé catholica, que, além de mandar erigir egrejas, que depois largamente dotou em suas ultimas disposições, impunha aos seus donatarios a obrigação de povoarem os seus dominios com gente que *seja da santa fé catholica e santa de Nosso Senhor Jesus Christo*. Oh Providencia e desvelo altamente humanitario e civilisador! Formar uma só familia de todos os colonos unidos pelos laços da mesma caridade christã, tal era o seu ideal de colonisação.

As emprezas africanas, porém, continuaram a seguir o rumo que devia levar com o nome e prestigio portuguez a religião e a civilisação christã ao extremo Oriente. Antão Gonçalves e Nuno Tristão ultrapassaram o porto do Cavalleiro, entrando Nuno Tristão na Bahia de Arguim pelo cabo Branco, Decorria o anno de 1442. Foi então que D. Henrique viu coroada a sua heroica perseverança de tantos annos. As terras agora descobertas eram habitadas por gentes e povos africanos: e porisso, cheio de contentamento, e como principe sinceramente catholico, rendia a Deus publicas graças por lhe abençoar suas emprezas.

Visivelmente a Providencia ia descobrindo nos sertões d'Africa por meio dos portuguezes, um novo rebanho para a gloria de Jesus Christo. Portanto era necessario levar ao conhecimento do Supremo Pastor da Egreja na terra, as grandes esperanças que renasciam e começavam a ser confirmadas. Manda, pois, Fernão Lopes d'Azevedo ao pontifice com a noticia do feliz successo, e a relatar-lhe os prolongados trabalhos que empregára em estender por barbaras regiões o patrimonio da egreja, no que consumia

grande parte da sua fazenda em armar navios e premear os exploradores; e pedia-lhe por fim que se tão arriscados sacrificios e avultadas despezas em obsequio da fé, mereciam attenção, o pontifice houvesse por bem animar e fomentar de lá os zelosos exforços de tão bons servidores, não só concedendo indulgencia plenaria a todos que arriscassem suas vidas em tão perigosas como religiosas conquistas, mas tambem fazendo á corôa portugueza doação perpetua de todas as terras que se descobrissem até ás Indias, e que seus rendimentos fossem repartidos com a ordem de Christo. Entre a supplica e a graça, dizem os historiadores, não mediou mais tempo que a jornada do embaixador, accrescentando o pontifice com liberalidade e em signal de contentamento por tão funesta noticia novas concessões, graças e privilegios.

Animado o infante com as graças e bençãos do successor de S. Pedro, insiste com novo exforço na dilatação do imperio portuguez e por conseguinte da egreja catholica. Por sua ordem fórma em 1445 Lançarote a primeira companhia expedicionaria de Lagos, e prosegue nos descobrimentos de Arguim, Tider, até ao cabo do Resgate. Em 1447 organisa Lançarote a segunda companhia que tractando de se fortificar em Arguim, desenvolve suas explorações até á Foz do Senegal, onde começa a região dos jalofos e mandingas. Sob a protecção das armas portuguezas, forma-se em Arguim essa primeira feitoria do vasto imperio (1) colonial, onde, segundo refere Azurara «os feitos se tratavam mais por tractos e avenças de mercadoria que por fortaleza nem trabalho d'armas». Era o commercio ultramarino que, inspirado pelos sentimentos da religião e da humanidade, tranformava quasi por completo o organismo e temperamento da sociedade portugueza, que ainda hoje tanto prestigio conserva entre os povos africanos. A fama, pois, de tão notaveis emprezas attrahiu de novo aos portos do Algarve nacionaes e extrangeiros que vinham offerecer ao infante seus serviços para novos commettimentos. Entre estes veio Aloizi Cadamosto, gentil-homem veneziano, que largando do Cabo de S. Vicente a 8 de março de 1455, em caravella preparada e armada por D. Henrique, e sob o commando de Diniz Dias, o mesmo que no anno anterior abordára a Cabo Verde, explora a foz do Gambia e do Caramaurá. No anno seguinte descobrem os genoveses ao serviço do infante, em segunda viagem, o importantearchipe lago de Cabo Verde, a ultima descoberta maritima realisada em vida do infante D. Henrique para honra e gloria do nome portuguez e não menos da egreja catholica que era a verdadeira alma de tão gloriosas emprezas.

As bullas de Eugenio IV, de 1445, de Nicolau V de 1452 e 1494, de Calixto III de 1455, que confirmaram a soberania da corôa portugueza e a jurisdicção espiritual da ordem de Christo nas terras descobertas por D.

(1) *Conq. da Guiné*, XXX.

Henrique e por descobrir no ultramar, representam com a auctoridade do supremo representante de Deus sobre a terra e soberano de todos os principes, a consolidação ligitima do dominio portuguez n'esses territorios vagos segundo o direito do tempo. Mas a noticia aterradora da queda de Constantinopla ás mãos de Dahomet II, em 1453, havia já soado por esse tempo até aos confins do Occidente. A invasão mussulmana dominando a Grecia, ameaçava a Hungria; o bispo de Silves, a convite do papa, préga em Portugal a bulla da nova cruzada; a liga dos principes christãos não prosegue; mas Portugal, o sempre heroico Portugal, volta decididamente suas vistas para a Africa septemtrional onde o orgulho conquistador do Oriente é reprimido por esse pequeno, mas valente povo do Occidente.

D. Henrique, apezar da sua já provecta edade, toma a direcção da empreza catholica e patriotica, e conquista Alcacer, prologo das conquistas successivas de Tanger, Arzilla e Azamor, em Africa, até que D. João III, resolve abandonar esses povos refractarios á civilisação e que, quasi cinco seculos depois, tem custado tão preciosas vidas e copioso dispendio ás nações civilisadas da Europa, como na actualidade estão demonstrando ainda a historia da França em Argel e os ultimos successos de Melilla com essa nação nossa irmã, verdadeiramente *fidalga*.

— —

Eis aqui a largos traços um pequeno reflexo do que fez a bem da religião e da patria o incansavel, fervoroso e benemerito infante D. Henrique, cujo quinto centenario natalicio vamos celebrar, e ao genio do qual, á sua infatigavel diligencia e constancia, no dizer do nosso eminente litterato D. Frei Francisco de S. Luiz, «não se poderá jámais negar que todas as vantagens procedidas do descobrimento d'uma boa parte d'Africa e das Indias Oriental e Occidental, e todos os que d'ella se derivarem até ao fim dos seculos, bem como os progressos da geographia, das sciencias e das artes, e emfim o estado actual da civilisação europeia, se deve em grande parte» (1).

Mas o seu genio e talento, a sua diligencia e constancias infatigaveis não foram sós, ou, como bem diz um nosso abalisado escriptor (2), seriam inuteis, se a crença religiosa a mais viva os não bafejasse e robustecesse. Por Deus e pela sua egreja se dedicava o principe em primeiro logar, depois pela patria, seguindo á risca o preceito do Evangelho — *quae-*

---

(1) *Os portuguezes em Africa*, t. 1.º cit.
(2) Souza Amado, *Historia da egreja catholica em Portugal*, 1. vol., pag. 208.

rite primum regnum Dei, et justitiam ejus; et haec omnia adjicientur nobis (1).

«Teve virtudes de homem religioso, muitas e todas praticadas com escrupulosa exacção, disse d'elle Candido Luzitano. Fazia maravilha a austeridade do seu viver, e não sei d'onde vem espantarem nos principes virtudes indispensaveis a todos nas leis do christianismo».

A sua piedade mostra-a no zelo constante com que, apezar de mil embaraços e á custa de immensas despezas, levou a fé a regiões barbaras e remotas; mandou levantar egrejas nos senhorios da sua Ordem, como aconteceu nas diversas ilhas d'este archipelago açoriano; enriqueceu outras com liberalidade, pelo que encommenda e manda em seu testamento a qualquer vigario, prior ou capellão lhe *praza cada semana ao sabado para sempre em sua vida ou depois da sua morte dizer uma missa de Santa Maria e a commemoração seja do Santo Sprito com seu responso e a oração seja fidelium Deus.*

A liberalidade com que dava quanto podia, a caridade com que parecia envergonhar-se das mercês que fazia, o exemplo com que edificava os seus familiares, a fervorosa oração com que alimentava constantemente o seu espirito, a castidade com que soube viver nas tentações do seculo, são outras tantas verdades eminentes que os seus biographos não se cansam de encomiar e louvar.

Pelo que bem diz Candido Luzitano, siga-se como em logar proprio ao homem religioso o homem principe, e veja o mundo como no infante D. Henrique davam as mãos as virtudes moraes e politicas. Para elle entre o homem virtuoso e politico, como entre a Egreja e o Estado, não havia esse imaginario antagonismo com que a geração moderna pretende desvirtuar a opinião d'um povo que, se foi grande deve-o principalmente á egreja catholica, e que, se quizer continuar a sel-o, só n'ella encontrará a sua gloria e salvação. Deus fez evidentemente de Portugal um paiz privilegiado; mas por desgraça nossa não nos temos aproveitado dos seus beneficios. Essa Africa que tão gloriosa foi para os nossos antepassados, retrocedeu dos primitivos tempos da infructuosa barbaria, porque a moderna civilisação com todos os horrores da sua descrença e indifferença religiosa fez emmudecer em seu seio os pregoeiros da verdadeira luz que illumina o mundo e chama os povos á fraternidade. Foi por isso que nós, levado pela crença a mais sincera e pelo patriotismo o mais acrysolado que as lições da historia nos offerecem, reclamamos com o clero d'esta ilha Terceira, secundado por numerosos fieis d'este archipelago, o reconhecimento das ordens religiosas em Portugal, porque assim o reclamam tambem com a maior urgencia o bem do Estado e da Egreja e as necessidades imperiosas e innadia-

(1) Obra cit.

veis das nossas colonias, sem as quaes será impossivel conservar a nossa autonomia de nação verdadeiramente livre e independente. E' preciso que Portugal reconheça o cuidado que Deus tem de o fazer grande, fazendo-o christão.

Voltemo-nos, pois, sinceramente para Deus — *quaerite primum regnum Dei et justitiam ejus* — ; se queremos encontrar a economia da salvação da patria, a riqueza e a felicidade da nação — *et haec omnia adjicientur vobis.* Eis o motivo porque n'esta occasião do quinto centenario do immortal D. Henrique, resolvemos ir ao templo de Deus commemorar as suas virtudes e feitos gloriosos a bem da Santa Egreja e do nosso paiz, a quem tanto ennobreceu. E porque nas principaes egrejas d'esta nossa diocese se conserva ainda a piedosa memoria de sua devoção, além das solemnidades religiosas que vamos determinar, desejamos tambem que este quinto centenario fique para sempre assignalado com uma instituição de effeito permanente que, attestando aos vindouros a nossa fé, viva egualmente para chamar as bençãos de Deus sobre a Santa Egreja, sobre o reino Fidelissimo e em especial sobre esta nossa diocese. E' uma prática salutar e muito louvavel do culto catholico que sabemos achar-se estabelecida na Italia, França, Belgica, em muitas egrejas de Portugal e outros paizes e missões do antigo e novo mundo, e que esperamos não deixará de cumprir-se tambem n'esta nossa diocese. Devemos lembrar-nos que, na occasião em que se feria a celebre batalha da tomada de Ceuta, em que o infante D. Henrique conquistou os seus primeiros louros marciaes, o clero prostrado ante o Santissimo Sacramento exposto psalmodeava constantemente fervorosas preces pelo bom exito da empreza, e o mesmo se costuma fazer nas occasiões de maior tribulação ou regosijo publico; e considerando na descrença que vae lavrando e se alastra na tela pura e nitida da nossa santa fé catholica; considerando nas doutrinas contrarias dos nossos principios religiosos e aos bons costumes, os quaes publicamente vão contaminando a sociedade, arrastando-a ao abysmo insondavel da perdição e que só na misericordia de Deus poderá encontrar remedio; desejando que o nosso reverendo clero e povo christão se misture em seus canticos e adorações com os Anjos que, segundo a nossa fé, assistem reverentes ante o throno de Deus, no ceu, e em toda a parte que elle santifica com a sua presença real: considerando tambem que no proximo dia 3 de março concorre o anniversario da coroação do nosso Santissimo Padre o immortal Leão XIII; e emfim, para que sejam prestadas as devidas acções de graças a Deus e as honras convenientes ao infante D. Henrique; usando do nosso direito ordinario e das faculdades apostolicas que nos são concedidas, havemos por bem:

1.º — Encommendar e recommendar com o mais verdadeiro empenho ao nosso ill.^{mo} e revd.^{mo} cabido, muito revd.º vice-reitor do seminario, muito

revd.os ouvidores, parochos e capellães das egrejas e capellas onde haja permanentemente Santissimo Sacramento que, em todos os domingos e dias festivos de cada anno no fim da missa conventual ou á hora mais conveniente seja dada aos fieis a benção solemne do Santissimo Sacramento na fórma usada pela egreja e segundo vae explicado no ceremonial que com esta provisão pastoral tambem deve ser publicada no «Boletim Ecclesiastico»;

2.º—Conformando-nos com o parecer do muito revd.º vice-reitor do nosso seminario, determinamos que no dia 2 de março, primeira sexta-feira do mez, seja inaugurada no mesmo seminario, pelas 4 horas da tarde, a catechese ás creanças, e encommendamos aos revd.os parochos da cidade, paes de familia, a amos e mestres d'officio, não deixem de mandar a ella as creanças por cuja educação são responsaveis para o que serão designados dias e horas opportunas;

3.º—Mandamos que, nos proximos dias 3 e 4 de março, de manhã, ao meio dia e á noite, sejam dados repiques festivos em todos os campanarios d'esta cidade e em toda a diocese;

4.º—Em todas as egrejas parochiaes, e das casas religiosas será cantado á hora mais conveniente, em cada um dos referidos dias 3 e 4, um solemne «Te-Deum» perante o Santissimo Sacramento exposto, podendo sel-o á bocca do sacrario quando as circumstancias o não permittam com outra pompa;

5.º—Na nossa Cathedral será cantado o solemne «Te-Deum» ante o Santissimo Sacramento exposto, no dia 3, pelas 12 horas da manhã, e no dia 4, pelas 6 e meia horas da tarde;

6.º—No referido dia 4 de março, pelas 10 horas da manhã, na mesma Cathedral, celebraremos de Pontifical, ajudando-nos Deus, no fim do qual lançaremos a benção apostolica a todas as pessoas que, devidamente preparadas com os sacramentos da confissão e communhão, vierem recebel-a, ou que, achando-se legitimamente impedidas, attendam aos signaes que na fórma do costume hão-de ser dados nas torres da Cathedral;

7.º—Finalmente, concedemos a todos os fieis que devidamente preparados com os sacramentos da confissão e communhão visitarem em qualquer dos dias do mez de março proximo futuro alguma egreja ou capella d'esta diocese, e ahi orarem segundo a nossa intenção, de viva voz ou mentalmente, pelas necessidades da Santa Egreja, da nação portugueza, em especial d'esta diocese, pelo Summo Pontifice, por Suas Magestades e toda a familia real, indulgencia plenaria por uma só vez.

Aproveitai-vos, amados fieis em Nosso Senhor Jesus Christo, d'estas graças que Deus vos concede, e que ellas produzam fructos de benção para a Santa Egreja, para a nossa querida patria e para a salvação eterna das nossas almas.

Esta nossa Provisão Pastoral será publicada no *Boletim do Governo Ecclesiastico dos Açores* e lida pelos reverendos parochos e curas capellães á estação da missa conventual.

Dada em nosso paço episcopal de Angra do Heroismo, sob o nosso signal e sello, aos 7 de fevereiro de 1894.

LOGAR ✠ DO SELLO.

† Francisco José, *Bispo d'Angra.*

NOTAS

Ao passo que estes trabalhos proseguiam, e com verdadeiro enthusiasmo se tratava de realisar o alevantado pensamento expresso na proposta do snr. von Hafe, em Lisboa não era bem visto este movimento...

Pag. 13.

Na sessão da Sociedade de Geographia de Lisboa, celebrada no dia 15 de maio de 1892, o snr. Antonio Candido Borges de Figueiredo disse que aquella distincta aggremiação devia tomar a iniciativa de uma homenagem ao infante, e mandou para a meza uma proposta, tambem assignada pelos snrs. Fernando Pedroso, Palermo de Faria e Moniz Bettencourt, para que a Sociedade, entre outras coisas, tratasse de levantar, na praça do Restello ou em outro qualquer local, uma estatua ao infante, que o lançamento da primeira pedra para o monumento se verificasse no dia 13 de novembro d'aquelle anno, anniversario da morte do infante, que se instituisse um curso de geographia, etc.

Admittida esta proposta, nomeou-se uma commissão especial para sobre ella dar parecer, commissão que ficou composta dos snrs. visconde de Soares Franco, Fernando Pedroso, Jayme Batalha Reis, Borges de Figueiredo e Ferreira do Amaral.

N'essa mesma sessão, os snrs. Batalha Reis, Sarrêa Prado, Ferreira do Amaral, S. Machado e Luiz Serra, discordando um pouco d'aquella proposta, alvitraram que se abrisse uma subscripção nacional para a collocação d'uma estatua ao infante no Cabo de S. Vicente, no Algarve.

Quasi um anno depois, a 31 de março de 1893, reunindo a Sociedade para tratar da celebração do centenario, foi apresentado o parecer da commissão nomeada na sessão de 15 de maio do anno anterior. As conclusões d'esse parecer eram as seguintes:

1.º Que a Sociedade de Geographia de Lisboa promova por meio de uma subscripção internacional ou por outros que se julguem mais convenientes, a execução d'uma estatua collossal no Cabo de S. Vicente, ao infante D. Henrique, o *navegador.*

2.º que ao concurso para a execução da estatua sejam admittidos artistas de todas as nacionalidades;

3.º que o lançamento da primeira pedra do monumento tenha logar no anno de 1894, na data do nascimento ou da morte do infante;

4.º que a Sociedade de Geographia insista novamente com o governo de sua magestade, no sentido de levar a effeito a fundação de um instituto destinado aos estudos coloniaes e que terá a denominação de — *Instituto colonial infante D. Henrique.*

A discussão do parecer foi longa e acalorada. Emquanto uns associados queriam que a subscripção fosse *internacional*, outros desejavam que fosse *nacional*, e nos propositos de tornar mais significativa a homenagem, todos alvitraram o que lhes parecia mais apropriado e util.

Assim, o snr. Palermo de Faria queria que á estatua do infante fosse addicionado um pharol de primeira ordem, e de luz electrica, e que a luz d'esse pharol se collocasse, como facho, namão direita da estatua:— o snr. Sarrêa Prado, discordando com relação ao local, queria a estatua na ponta de Sagres e não no Cabo de S. Vicente: — o snr. Simeão d'Oliveira, dissertando sobre a necessidade de alargar e desenvolver a agricultura colonial, propoz que se criasse uma colonia agricola que tomasse o nome do infante.

Tudo isto, como é natural, levou muito tempo a explanar. Outros assumptos exigiam tambem prompta solução. O mais acertado seria addiar a discussão do parecer. E a assembleia assim decidiu.

A 28 de maio proseguiu essa discussão, surgindo novos incidentes e dividindo-se cada vez mais as opiniões. O snr. dr. Alvaro Rodrigues de Azevedo combateu o projecto, porque a respeito do caracter do infante tinha as suas duvidas depois da leitura de certo documento que encontrára nos archivos da camara do Funchal. Em João de Barros mesmo encontrára noticias pouco lisongeiras para D. Henrique, e o proprio Azurara não o poupava alludindo a Alfarrobeira. Por este, e por outros motivos que citou, entendia que o infante não tinha direito a que a posteridade lhe erigisse uma estatua. No entanto, não lhe repugnava conceder ao infante o merecimento da iniciativa das descobertas, e porisso propunha que a estatua, que se levantasse em S. Vicente, fosse a de Portugal, e que no pedestal se inscrevessem os nomes, desde o do rei até o do piloto, que se assignalaram no periodo das descobertas, dando-se logar distincto ao nome do infante, como principal fautor dos mesmos descobrimentos. D'este modo o monumento não representaria um homem, mas a propria nacionalidade.

Combateram esta proposta os snrs. Borges de Figueiredo e Fernando Pedroso, que se referiram tambem ás virtudes civicas do infante, exaltando os valiosos serviços por elle prestados ao paiz e ao mundo inteiro, sendo por ultimo approvado o parecer, com umas modificações que nada alteraram a sua essencia.

Reunida novamente, a 4 de dezembro de 1893, a benemerita Sociedade, o snr. Carlos de Mello perguntou o que é que se havia feito a respeito da celebração do centenario. O snr. Luciano Cordeiro respondeu então que, desde o momento em que o Porto, terra natal do infante D. Henrique, se encarregára da celebração do centenario, á Sociedade só restava adherir a essa celebração. A tradição da Sociedade era não se antepôr nem se atravessar a ninguem, nem podia fazer cousa que com isto se parecesse tendo a camara e a cidade do Porto procedido sempre tam nobremente com a Sociedade.

A' vista d'esta declaração, tam franca e tam honrada, os impertinentes remetteram-se ao silencio, não desistindo, porém, em absoluto dos seus propositos, visto como, terminadas as festas, e reunida a Sociedade para os seus delegados darem conta do que n'esta cidade se passára, de novo manifestaram os seus despeitos, (nota 1, a pag. 15) pretendendo que em Lisboa se celebrasse tambem o centenario... que o Porto, na phrase d'elles, monopolisára!

O officio dirigido pela commissão promotora do centenario á Sociedade de Geographia, solicitando o seu concurso tem a data de 1 de agosto de 1893. A Sociedade, a 12 do mesmo mez, respondeu nos termos mais amaveis e lisongeiros para esta cidade, alvitrando, visto não estar definitivamente elaborado o programma, que se realisasse uma excursão maritima ao cabo de S. Vicente, solicitando-se do governo os navios de guerra disponiveis para tomarem parte n'esta homenagem — que se pedisse ao governo para ser declarado de festa nacional o dia natalicio do infante — que em todas as Sés do reino, ilhas e ultramar se cantasse um *Te-Deum* de composição musical portugueza — que se cunhasse uma medalha commemorativa — que se expozesse ao publico um mappa em grande escala com a indicação das descobertas promovidas pelo infante — que se promovesse a publicação de trabalhos e documentos relativos ao infante e á sua obra — e que se abrisse concurso para um livro sobre o infante, a sua obra e a sua influencia.

A commissão do centenario, a 11 de novembro, participou á Sociedade os motivos por que não poude aproveitar todas aquellas indicações, agradecendo a enthusiastica adhesão que havia dado á celebração do inclito infante.

Todos estes documentos encontram-se no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, 13.ª série, n.º 3, 1894, pag. 111 a 126.

A ideia de perpetuar a memoria do infante foi já suscitada em Lisboa...

(Nota n.º 4 de pag. 13).

E' do theor seguinte o requerimento enviado pelo rev.º Antonio Damaso de Castro e Sousa:

SENHOR: — Diz Antonio Damaso de Castro e Sousa, abbade titular de Santa Eulalia de Rio de Moinhos, no termo dos Arcos de Val-de-Vez, comarca de Valença, no arcebispado de

Braga, desde 1819, na qualidade de academico honorario da Academia das Bellas-Artes de Lisboa, que tendo Vossa Magestade ordenado, por portaria da secretaria de estado dos negocios da marinha e Ultramar, de 8 de abril de 1836, que se fizessem dois pilares de pedra, em um dos quaes se lavrasse uma inscripção latina, e em outra a sua traducção em idioma patrio, e tendo ambas na parte superior a Cruz da ordem militar da Cavallaria de Christo, com o fim de collocarem nas extremidades das venerandas ruinas do palacio, que edificou á sua custa, e onde habitara na Villa de Sagres (hoje villa do infante), no reino do Algarve, o Senhor infante D. Henrique, duque de Vizeu, senhor da Covilhã, illustre consanguineo de Vossa Magestade, protector dos estudos em Portugal, 8.º governador e mestre da ordem militar e cavallaria de Christo, e nome immortal na historia da navegação, que tornou a marinha de Portugal a mais affamada no globo, e a immortalisou com os nomes de João Gonçalves Zarco, Velho Cabral, Diogo Cam, Bartholomeu Dias, Vasco da Gama, Alvares Cabral, Côrte Real, Fernão de Magalhães, e outros, achando-se hoje os referidos pilares já ali collocados, para memoria da famosa escola de cosmographia, observatorio astronomico, e officinas de construcção naval; vem pois o supplicante respeitosamente expôr a Vossa Magestade, que havendo na porta bipartida, que diz para o meio-dia, da igreja de Santa Maria de Belem, sobre uma columna, a estatua do mesmo senhor infante D. Henrique (copia de um quadro que havia na ermida de Nossa Senhora do Rastello) feita pelos annos de 1503, a qual el-rei, o senhor D. Manuel, mandára ali collocar para memoria de haver sido este senhor infante o fundador da sobredita ermida (cujo logar, onde estava construida com a invocação de Rastello, até ao anno de 1500, se chamava barra, ou Surgidouro do Rastello) vestida a dita estatua com arnez, e em cima d'este uma cota, onde se vêem tres escudos com armas de Portugal, e encostado n'elles o banco de pinchar, divisa dos principes e infantes; tendo na extremidade da cota varios emblemas, com as armas da cidade de Vizeu, de que era duque, e espheras armillares; na mão direita sustenta o montante, e com a esquerda aponta para as armas da cidade do Porto, onde nasceu; e junto ao pé esquerdo tem o elmo coroado. Assim pede o supplicante a Vossa Magestade haja por bem ordenar que pela secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, se mande fazer uma estatua, semilhante da que está no logar referido, do senhor infante D. Henrique; tendo no pedestal gravados uns ramos pequenos e curtos, como de carrasco, com seus fructos pendentes, e por mote em lingua franceza *«Talent de bien faire»;* que era a sua divisa e sob elle os seguintes versos:

Que abrio á Lusitania, á Europa ao Mundo —
Novos caminhos pelo mar profundo. —

Gama, Poema Narrativo, Canto vi;

afim de ser collocado na salla, denominada do Risco, no arsenal nacional da marinha; pagando-se assim um titulo de veneração e respeito do zêlo com que o senhor infante D. Henrique engrandeceu a nossa Patria, para que se não revoltem contra nós as suas frias cinzas, em paga da nossa indifferença e gratidão.

Senhora, este é o primeiro requerimento que o supplicante leva á real presença de Vossa Magestade, não obstante ter sido privado dos reditos da sua abbadia pelo decreto n.º 40, de 30 de julho de 1832, sem que até hoje fosse indemnisado da absoluta perda do seu beneficio, achando-se esbulhado de todos os seus rendimentos ha onze annos; e sendo maxima de todos os governos reparar os damnos que resultem de quaesquer medidas legislativas, quando aquelles recahem sobre pesoas illesas de crimes, e que gosam d'uma não manchada reputação na sociedade, ainda no supplicante não refluiu resultado d'este principio, que é, e deve ser universal; sendo esta sua supplica tão sómente filha do amor da Patria, e levado do desejo que as cousas benemeritas e grandiosas d'ella revivão, e se manifestem, desejo que elle tem patenteado em seus escriptos; por isso

Pede a Vossa Magestade haja por bem mandar insculpir e collocar a estatua do senhor infante D. Henrique na salla denominado do Risco, no arsenal nacional da marinha, como requer.

E. R. M.

Lisboa, 24 de março de 1844.

Antonio Damaso de Castro e Sousa.

Não foi sem grande trabalho que obtivemos este documento. Consultada a legislação da epocha, nada encontramos que podesse servir de guia, e procurando na bibliotheca o opusculo *Os dois requerimentos*, em que o rev.º Damaso reproduz aquella petição e outra relativa a Vasco da Gama, não fomos melhor succedidos. Afinal, graças á boa vontade do nosso illustrado amigo Rangel de Lima, empregado superior do ministerio da marinha, conseguimos a copia do requerimento, cuja existencia poucas pessoas conhecem.

E vem a proposito dizer que no citado opusculo *Os dois requerimentos* (que se encontra na bibliotheca de Lisboa) o rev.º Damaso se queixa amargamente de não ter sido devidamente considerado o seu pedido. O requerimento tem a data de março de 1844. A 13 de maio foi nomeada a commissão encarregada de dar o seu parecer, e a 7 de fevereiro de 1845 era esse parecer approvado. Como até 1857 — 12 annos depois! — nada se tivesse feito, o rev.º Damaso, a 18 de março d'aquelle anno, pedia a sua exoneração de membro da commissão nomeada em 13 de maio de 1844 «visto não se ter dado nenhum impulso á execução do levantamento da estatua». Esse requerimento, 2 annos depois ainda não tinha sido despachado... e o patriotico abbade desceu á sepultura sem ter conseguido o seu intento.

Por esta nota se vê que é antiga a ideia de se honrar devidamente a memoria do infante, tarefa gloriosa que á cidade do Porto coube realisar, e que ella realisou com o maior esplendor e brilho.

A sua qualidade de inglezes era sufficiente para não terem direito a considerações d'especie alguma.

Pag. 29.

Na memoravel assembleia geral da Sociedade de Instrucção em que se tratou do monumento, a maioria dos socios, exaltada pelos successos de janeiro occorridos após o *ultimatum* do governo britannico, pronunciou-se contra a acceitação do marmore offerecido pelos snrs. Tait e Murat. O snr. Joaquim de Vasconcellos, que se manifestara abertamente contra as audacias do bretão atrevido e, na imprensa, lavrara o seu protesto contra a violencia feita a Portugal, dirigiu ao presidente da Sociedade o seguinte officio que, felizmente, poude ser salvo da voragem em que se sumiu o archivo de tam prestantissimo gremio:

Ill.mo e ex.mo snr.

Permitta-me v. ex.ª que eu, como socio fundador da Sociedade de Instrucção do Porto n.º 7, como auctor e relator dos seus estatutos (primeiro e segundo) como secretario geral que fui nos primeiros e gloriosos annos da sua existencia, emfim, como redactor principal e director do orgão da Sociedade de 1880 a 1883, dirija a v. ex.ª as seguintes perguntas, a proposito do que se passou na chamada assembleia geral de 30 de janeiro:

Como se resolve a questão do *pedestal* da estatua do infante D. Henrique, projectada ha oito annos, e que ainda não deu um passo desde que o governo de S. M. F. concedeu o bronze para ella. (Carta de lei de 26 de julho de 1882)?

Póde — *deve* — a Sociedade em face do cobarde attentado dos piratas inglezes continuar a acceitar o marmore para o pedestal, offerecido por *dous inglezes*, sem se conspurcar?

Póde — *deve* — o bronze de velhos canhões portuguezes, assentar n'um pedestal ignobil?

Quererá a Sociedade associar-se tambem a uma transacção com elles? — a um *modus vivendi* dentro das mesmas paredes?

Eu, ex.mo snr., que fui o auctor da primeira proclamação para a subscripção publica, declaro em tal caso — que a rasgo.

Eu, que defendi os direitos da cidade do Porto á estatua do infante, e á celebração da festa *Centenaria de 1894* — porque é minha esta ideia — perante a imprensa de Lisboa *sósinho* (9 de maio de 1882) eu declaro a v. ex.ª que em tal caso voltarei de anno em anno, no dia 11 de janeiro, a perguntar publicamente á Sociedade por quanto se vendeu, por quanto se prostituiu?

Ao meu amigo, antigo e fiel, a Luciano Cordeiro, secretario perpetuo da nobre Sociedade de geographia de Lisboa, que foi o auctor do *relatorio* para a concessão do bronze no parlamento — e aos meus outros amigos, deputados então pelo Porto, os snrs. Joaquim Antonio Gonçalves, Licinio Pinto Leite e padre Francisco José Patricio — aos outros oito deputados que assignam o relatorio, emfim, aos dous dignos pares relatores, um dos quaes é um veterano do Cêrco do Porto! — o conselheiro Silvestre Ribeiro — a todos lembrarei n'esse dia 11 de janeiro, que ha no paiz uma Sociedade portugueza de instrucção que ensinou á geração futura como sobre um pedestal construido de lama e sangue, de deshonra, infamia e de roubos villãos, feitos á nação portugueza durante dous seculos por piratas acobertados sob a capa traiçoeira de «fieis alliados», se pretende erguer a mais pura gloria da nação portugueza, a estatua do filho predilecto do Porto.

Repugna-me a crêr, ex.mo snr. presidente, que haja um socio que hesite um minuto sobre o que convém fazer-se, para que nenhum falte ao seu dever:

Regeitar, como um protesto solemne essa esmola do marmore; e, se já foi recebido, devolvél-o com um nome gravado: — o de **Gomes Freire**.

Os socios inglezes, se não teem (como o outro do «Gremio portuense») o pudor sufficiente para solicitar a demissão — porque o pudor, esse não lh'o podemos ensinar! — que vivam sob a pressão do nosso desprezo até ao momento em que appareça uma direcção bastante viril para os enxotar.

Antes de fazer publicar este documento peço e rogo a v. ex.a com a maior instancia, pela dedicação de annos, de longos annos, e pela lembrança de dolorosas illusões, que ahi me ficaram desfolhadas cruelmente — peço e imploro que resolva os consocios a tomar uma resolução condigna. E não ha senão *uma*.

Longe estou da Sociedade — e longe ficarei, mas seria para mim ainda uma consolação saber que encontrei um echo n'alguns peitos portuguezes, que não soffrem um insulto á mãe-patria, sem o fazer expiar centuplicadamente.

Pela particular consideração que v. ex.a me merece, e que voto a todos aquelles consocios que me acompanharam lealmente na minha campanha de quatro longos annos — os primeiros e os mais difficeis — d'essa Sociedade, não dou, como primeiro pensei, immediata publicidade a este documento. Conhecendo em todos os seus pormenores a historia da proposta para o monumento ao infante, entendi ser um dever meu averiguar primeiro qual o pensamento claro, expresso, da actual direcção, e se ella está disposta a declarar sem rodeios, nem reservas de nenhuma especie, francamente, *portuguezmente*, que rejeita e repelle *para sempre* como indigna toda e qualquer collaboração de uma raça de piratas no levantamento da memoria áquelle preclaro engenho, que devassou o segredo dos mares, que elles agora infestam e enojam.

Deus guarde a v. ex.a. Porto, 1 de fevereiro de 1890. Ill.mo e ex.mo snr. presidente da Sociedade de Instrucção do Porto.

O socio fundador,

Joaquim de Vasconcellos.

Acompanhava esse officio a seguinte proposta:

Proposta addicional, (*Revista II*, *199*, *200*) relativa ao monumento do **infante D. Henrique** que a Sociedade de Instrucção do Porto pretende levantar. Proponho:

1.° Que para a subscripção publica se regeite immediatamente toda e qualquer esmola de inglezes, já recebida ou a receber. As quantias de tão impura procedencia, arrecadadas em tempo, terão o seguinte destino:

a) As esmolas em *especie* serão offerecidas ao Asylo de Mendicidade.

b) As offertas em *prendas* terão o mesmo destino; se estiverem já vendidas em leilão ou por outra fórma pagar-se-ha o valor d'ellas, pelo caderno da arrematação, e juro respectivo, ao Asylo de Mendicidade.

2.° Que nunca a Sociedade acceite para qualquer fim social qualquer esmola de inglezes — até completo desaggravo da infamia que a Inglaterra praticou,

3.° Que o *pedestal* da estatua seja feito de granito nacional, de granito portuguez da Serra do Pilar; que se regeite o marmore offerecido.

4.° Que o metal, o bronze da estatua (cobre, estanho, etc.) seja de minas portuguezas, administradas por portuguezes, se o governo de S. M. F. não tiver no momento canhões velhos, portuguezes, para fundir; que se represente n'este sentido.

5.° Que qualquer outro material, que não possa ser portuguez, seja de procedencia estrangeira, *menos ingleza*.

6.° Que o assentamento da primeira pedra seja no dia 11 de janeiro de 1891.

7.° Que á entrada da rua que se chama «dos Inglezes», e hoje é a *do Infante D. Henrique*, se levante do lado da rua de S. João, e olhando para o rio Douro, a estatua do general Gomes Freire de Andrade, victima em 1817, com quinze companheiros, da tyrannia cobarde de Beresford.

8.° Que as condições que proponho para o levantamento e execução da estatua de Gomes Freire, tres vezes illustre como patriota e martyr, como general portuguez glorioso e como auctor do primeiro projecto moderno, scientifico, da organisação de um exercito *nacional* (Lisboa, 1806) sobre base popular — que as condições sejam as mesmas que lembro e proponho para a do infante.

Porto, 1 de fevereiro de 1890.

O socio fundador,

Joaquim de Vasconcellos.

*

Quando aquelle officio foi recebido, já se havia deliberado recusar o marmore offerecido pelos snrs. Tait e Murat. Por esse motivo, tam valioso documento — em que ardentemente vibra a alma d'um verdadeiro patriota — não foi publicado, assim como a proposta que o completa. Fazendo nós, ainda que muito resumidamente, a historia da Sociedade de Instrucção e referindo os principaes factos relacionados com a celebração do centenario, archivamos n'este logar tam valiosos documentos que affirmam um caracter integro e varonil, e uma alma verdadeiramente patriotica.

... o mais acertado, e que não traria comsigo nem canceiras nem desgostos, seria deixar o infante em paz no seu tumulo da Batalha...

Pag. 31.

O infante falleceu em Lagos, sendo trasladado para a Batalha, em 1461, por ordem de seu sobrinho e herdeiro, o infante D. Fernando. Na face do tumulo que encerra tão preciosos despojos salientam-se tres escudos nos quaes se acham esculpidas as armas do infante, a cores, a divisa e lettra da Jarreteira, e a Cruz de Christo. Sobre o tumulo vê-se, deitada, a estatua do infante; no friso destaca-se a divisa — *Talent de bien fere* — e por baixo, em uma só linha, a todo o comprimento do tumulo, em lettra allemã, a seguinte inscripção:

Aqui jaz o muyto alto e muyto honrado senhor o Ifante dom anrique governador da ordem da cavallaria de no.. ... om Joham e rainha philipa, que aquy jazem nesta capella cuias almas deos por sua mercee aja o qual se finou em...... na era de mil e......

O primeiro claro provem de falta que se nota na pedra; os outros, porém, são primitivos, pois, devido a qualquer circumstancia, não se gravou a data do fallecimento.

... o que não se podia dizer de D. Henrique que, a respeito de coração, deixou morrer em Fez D. Fernando e D. Pedro na Alfarrobeira.

Pag. 32.

«Sacrificar o irmão era-lhe o mesmo que morrer; mas entregar Ceuta não se atrevia a fazel-o, havendo tantos votos contrarios em côrtes. N'esta situação cruel tomou o conselho dos timidos, dilatando, consultando por cartas o papa e os reis christãos, que lhe mandaram grande copia de palavras consoladoras, opinando todos pela conservação de Ceuta. (*Os Filhos de D. João I*, por Oliveira Martins, pag. 236.

«Estava (D. Pedro) levemente armado, uma cota, sobre ella uma jornea de velludo-cramezim e na cabeça a cervilheira. N'esse instante varreram-se-lhe de todo as esperanças na fraternidade de D. Henrique. Não acreditou na presença d'elle junto do rei ao lado dos seus inimigos?... Oxalá que levasse para a cova esta consolação. (Ibid. pag. 342).

... E com effeito não consta que se commovesse muito com a miseranda imagem de D. Fernando, captivo em Fez, e morto em Africa, nem com a injustissima catastrophe de D. Pedro que elle, talvez, podesse ter evitado. (*Discursos e Conferencias*, por Antonio Candido, pag. 250).

... a estampilha, como adeante veremos, produziu as sommas indispensaveis para o custeamento das festas e ainda deu um excedente a favor dos cofres do Estado.

Pag. 39.

Quando escrevemos estas palavras estavamos convencidos de que assim havia succedido. Passado o periodo das festas, dirigimo-nos, por meio de um officio, á repartição compe-

tente do ministerio das obras publicas, sollicitando uma nota detalhada da venda dos differentes typos de estampilhas. O funccionario a quem officiamos não se dignou, porém, responder, collocando-nos d'este modo na situação, bem pouco regular, de termos de recorrer a outros meios de informação. Disseram-nos que, realmente, a venda tinha sido importante, e que se haviam apurado sommas valiosas. Reputando exacta a noticia, demos-lhe curso, commettendo, sem o querer, uma grande inexactidão.

Em face de documentos officiaes, que depois foram publicados, vê-se que, sob o ponto de vista financeiro, a emissão da estampilha foi um verdadeiro desastre. E se não é vêr:

Importancia das estampilhas:

Continente	195:886$725
Açores	52:613$275
Reis . . .	248:500$000

Receita realisada:

Continente	58:177$910
Açores	23:550$945
Reis . . .	81:728$855

o que dá um saldo de:

Continente	137:538$635
Açores	28:892$150
Reis . . .	166:430$780

A eloquencia dos numeros é prodigiosa! E é necessario accentuar que, na importancia das vendas, fica abatido o valor de 1460 collecções que foram enviadas para Berne, e que o producto real das vendas de grande parte das estampilhas açorianas tem a deducção imposta á moeda insulana, cujo valor é fraco,

Ora o insuccesso, o desastre financeiro da emissão especial do centenario, deve ter necessariamente uma causa e um culpado. Uma interessante publicação, que temos presente, (1) diz, sem rebuço, que a culpa pertence aos que levianamente projectaram a emissão, não sabendo realisal-a em condições taes que a venda fosse total, o que necessariamente succederia se tudo fosse devidamente calculado e posto em execução. Em primeiro logar o praso de validade foi excessivamente curto, e ainda assim o governo teve o bom senso de o não limitar ao fixado na lei, extendendo-o ao maximo de 10 dias, como tinha a faculdade de fazer. O facto tambem das estampilhas serem só postas á venda nas capitaes de districto difficultou extraordinariamente a venda, dando em resultado que em muitas localidades as remessas foram recambiadas quasi intactas para a Casa da Moeda, ao passo que n'outras tudo desappareceu, como por encanto. Se tivesse havido mais acerto e tino, é de crêr que a emissão se tivesse exgotado.

Restam, pois, em ser, estampilhas no valor de 173:368$935 reis (incluindo o refugo aproveitavel do continente). Como narramos, o governo que, a principio, pensou em vendel-as, constituindo o producto receita do Estado, entende agora que devem ser inutilisadas. Será justo destruir tamanho valor, havendo meio de o apurar e sendo destinado a um fim honradamente patriotico?... Provado que a venda não se realisou em condições de poder dar as sommas que se esperavam, e provado tambem que o dinheiro entregue á commissão do centenario não é sufficiente para realisar completamente o seu pensamento, não corre ao governo a obrigação de estudar o meio de realisar a venda do *stock* de estampilhas, de modo a satisfazer-se ao fim especial para que ellas foram emittidas?

O governo o dirá.

---

(1) *O Philatelista*, n.º 1, serie III, outubro de 1894, Praça Luiz de Camões, Lisboa.

Alguns jornaes, que se occuparam d'este assumpto, alvitraram que as estampilhas fossem vendidas com uma sobrecarga, o que asseguraria o immediato exgotamento do *stock* existente. *A Folha do Povo*, de 8 de junho, e o *Seculo*, de 10 do mesmo mez, são d'este parecer, apoiando-se na opinião do snr. conselheiro Augusto José da Cunha que, consultado a este respeito, opinou porque as estampilhas se empregassem na franquia ordinaria da correspondencia com uma sobrecarga. A principio pareceu que seria este o alvitre adoptado. Depois mudou-se de parecer. Pelo que, não o sabemos. O que é fóra de duvida é que existindo ainda 15:206 collecções continentaes e 5:975 açorianas, e havendo tantos colleccionadores que as pretendem, não é justo nem acertado que se inutilisem, perdendo-se um valor tão consideravel. Isso é que não póde nem deve fazer-se.

Era um abstemio, um infecundo

Pag. 52.

Diz o chronista que — ***seu coração nunca soube o que era medo senão de peccar.*** Excessivamente piedoso, jejuava metade do anno, entregando-se á pratica dos mais austeros exercicios religiosos. Os chronistas, e em especial Azurara, são concordes em affirmar que D. Henrique guardara até á morte a mais absoluta castidade.

De resto, essa abstenção não é para surprehender ninguem; a cavallaria impunha como primeira condição a castidade, e a flor da nobreza costumava respeitar esse juramento sagrado. D. Duarte era a mesma coisa, e, por ser mais debil, tendo adoecido gravemente d'uma anemia, que elle denominara *humor merencorio*, um medico que o examinou aconselhou-lhe que fizesse uso de vinho sem agoa, que se poupasse a grandes fadigas, e sobretudo que *dormisse com mulher*. E o certo é que, tres annos volvidos, como elle proprio diz no seu *Leal conselheiro*, *se sentiu mais ledo*. *graças a Deus*... Ou graças á receita...!

D. Henrique permaneceu casto e assim viveu, devotado ao pensamento de engrandecer Portugal e alargar o mundo. Não possuindo nenhuma das bellas qualidades que assignalaram seus irmãos, esquivo, arrebatado, sombrio, exaggeradamente mystico, tendo allucinações d'exaltado e bruscas impertinencias de incomprehendido, realisou comtudo a obra collossal das descobertas maritimas que fizeram o pasmo e a admiração do mundo inteiro. Tem estes contrastes semilhantes organisações, reunindo ao maior isolamento a maior audacia e a mais decidida energia. Estudava, indagava, meditava, consumindo os dias, velando as noites. E assim realisou os seus propositos — avassalando o mar, e ampliando o mundo. Concentrava-se em absoluto no seu ideal, consagrando-lhe toda a porção mais nobre e mais sublime do seu ser. Se não fosse assim, se, no meio das frivolidades da côrte, se deixasse vencer pelas seducções em que ella envolve e arrasta os espiritos menos attentos, toda a sua grandeza teria sido sacrificada e do seu nome diria a historia — que fora o d'um principe de gentis maneiras, que, em torneios de amor e justas de cavalleiro, bem merecera sempre das damas que, pelo seu arrojo e ardideza, conquistara. Assim, faltando-lhe na physionomia o encanto da bondade, (como diz o historiador) sem o qual não ha formusura, tendo no olhar uma dureza antipathica, mostrando-se esquivo e reservado, — homem de poucas palavras, como vulgarmente se diz — consagrou-se todo á obra que planeara, realisando tantas maravilhas de saber e decisão que, no dizer de Azurara (*Conquista da Guiné*, *IV*), «os agentes do nosso reino traziam em vocabulo que os grandes trabalhos d'este principe quebrantaram as altezas dos montes» (1).

A exposição aberta desde os primeiros dias de março teve de fechar em maio...

A exposição colonial do Palacio esteve fechada durante 8 dias, afim de se installarem os productos enviados das colonias; quando reabriu annunciaram-se as conferencias a que a

(1) «A sympathia e a grandeza dos homens, como foi o infante D. Henrique, não está propriamente, pois, no caracter ou na individualidade; está na empreza a que se devotaram. E como o plano do infante era verdadeiro e fecundo, como a sua ideia de um Portugal novo, destacando-se da Hespanha e estendendo-se pelos confins de Marrocos, Africa em fóra, até limites indeterminados nas regiões desconhecidas do mundo, provou afinal ser uma realidade, devemos-lhe, nós portuguezes, uma segunda patria, e deve-lhe a civilisação europeia uma das suas tres ou quatro conquistas fundamentaes». Oliveira Martins — *Os Filhos de D. João I*, pag. 60.

mesma nota allude, designando-se o dia para a primeira, em que o snr. dr. Luiz de Magalhães devia lêr um trabalho do illustre escriptor Oliveira Martins, que se achava doente da enfermidade que mezes depois o victimou. Essa leitura, porém, não se realisou, por Oliveira Martins desejar alterar uma parte do seu trabalho, que reputava imperfeita. O tempo, porém, foi passando e as conferencias não se celebraram. De certo deviam ter occorrido circumstancias ponderosas para obstar a que, de tantos conferentes inscriptos, não houvesse um só que se decidisse a realisar uma das partes mais interessantes do programma da exposição.

A exposição fechou no dia 11 de novembro, começando no dia seguinte a entrega dos productos. A este respeito foi suggerida á commissão executiva da exposição um alvitre que calorosamente applaudimos e que, sem duvida, será adoptado, tam evidentes são os resultados que d'elle podem resultar. O snr. Manoel Ferreira Ribeiro, presidente da commissão executiva da provincia de S. Thomé e Principe, mostrando o quanto será proveitoso que os productos no certamen agrupados, taes como filamentos, madeiras, tintas vegetaes, cascas e plantas medicinaes, etc., ficassem colleccionados de modo a serem estudados devidamente, solicitou, com o mais vivo empenho, que todos os productos das roças Praia da Nazareth, Monte Café, Saudade, Porto Alegre e pequenos agricultores dos Angolares fossem entregues, por completo e na melhor ordem possivel, ao muzeu da Universidade de Coimbra. Parece áquelle cavalheiro ser do maior alcance prático que, não só aquelles, mas todos os demais productos da ilha de S. Thomé e Principe, e mesmo os de Angola, quando os expositores não tenham indicado o destino a dar-lhes, fossem igualmente entregues ao muzeu de Coimbra.

O snr. Ferreira Ribeiro, declarou ter apresentado este alvitre movido apenas pela boa vontade de ver completar-se a ideia que presidiu á organisação da exposição colonial, «que será sempre uma gloria para o Porto e mais um ardente brado em favor das nossas colonias.»

O catalogo geral, que nos dizem constituir um documento importante pela minuciosidade com que são descriptas todas as secções, ainda não foi publicado. Está a imprimir em Coimbra, na imprensa da Universidade.

Essa solemnidade foi officialmente communicada á real Sociedade de Geographia de Lisboa por intermedio do snr. Carlos de Mello...

Pag. 318.

A sessão solemne celebrada em Paris, em honra do infante, foi promovida pela *Société de Topographie de France*, e communicada tambem officialmente ao snr. Luciano Cordeiro, illustre secretario perpetuo da Sociedade de Geographia, como se vê pelo seguinte officio:

A monsieur Cordeiro — monsieur le secretaire perpetuel et cher confrère:

La celebration du cinquieme centenaire de l' «immortel prince Henri, l'initiateur des découvertes maritimes» comme vous l'appelez si bien, par la Société de Topographie de France dont je suis le secretaire général, a eu lieu, sous ma présidence, à la mairie du Panthéon, le 19 avril courant, à 8 heures et demie du soir, devant une aussi nombreuse que sympathique assistance.

La lecture de votre noble telegramme a été accueillie par de chaleureux applaudissements, et il a été décidé que, pour vous remercier, vous et la savante Société de Geographie de Lisbonne, dont j'ai l'honneur d'être membre correspondant, je vous écrirais une lettre spéciale.

Afin de lui donner plus d'autorité, j'ai voulu en soumettre ce soir même le texte au conseil de notre association, qui me charge d'y joindre l'expression de sa vive gratitude.

Communiqué par vous à la Societé de Géographie de Lisbonne, dont vous êtes le si digne et si universellement apprécié secretaire perpétuel, cette lettre attestera au Portugal tout entier nos sentiments les plus cordiaux, les plus devoués.

Vous receverez prochainement le texte de ma conférence sur dom Henrique. Vous verrez que j'ai mis à profit et cité les documents, tous si intéressants, que vous m'avez adressés avec une attention si delicate et si prévoyante.

Veuillez agreer, monsieur le secretaire perpétuel et cher confrère, l'expression de ma haute estime et du meilleur souvenir que vous garde votre compagnon de nos grands congrès géographiques internacionaux.

Paris, le 23 avril 1894.

(a) *Dr. Ludovic Drapeyron.*

A conferencia feita por mr. Drapeyron está publicada na *Revue de geographie, 17. année, mai, 1894.*

Na ultima parte d'este volume esperamos dar a resposta do governo completando então este capitulo referido á estampilha e ao monumento do infante.

Pag. 276.

A nossa esperança não foi convertida em realidade, pois que o governo não deu resposta que satisfizesse completamente a commissão e a cidade do Porto. Pelo ministerio da fazenda foi expedido um officio notificando que o governo não tencionava vender o *stock* das estampilhas especiaes do centenario, sendo de opinião que deviam ser inutilisadas.

Esta solução diverge da primitiva, pois que o governo entendia que o producto da venda das estampilhas devia constituir receita do thesouro.

Reunida a commissão do centenario, deliberou responder ao governo que a sua opinião não póde ser acceite visto que o prejuizo d'ahi resultante viria tolher completamente a obra que se projecta realisar, e representar ao parlamento mostrando a conveniencia de ser cumprida a lei, pondo-se á venda o *stock* das estampilhas.

*

E' concebido nos seguintes termos o officio dirigido ao ministerio da fazenda, relativo á venda das estampilhas:

«Illmo e ex.^mo^ snr. — Apresentei á commissão do centenario do infante D. Henrique o officio que v. ex.^a^ se dignou dirigir-me pela direcção geral de contabilidade publica em data de 11 do corrente.

Encarrega-me a mesma commissão de ponderar a v. ex.^a^ que o parecer da procuradoria geral da corôa e fazenda, com o qual o governo se conforma, de deverem ser inutilisadas as estampilhas do centenario do infante D. Henrique, por ter passado o praso da sua circulação fixado na lei de 27 de julho de 1893, labora no equivoco de suppôr que a commissão pedia a venda d'essas estampilhas como fórmulas de franquia na circulação das correspondencias postaes; quando tal não podia ser o pedido d'esta commissão, por ser manifestamente illegal.

O que a mesma commissão pediu e continúa a pedir é que essas estampilhas, existentes em ser na casa da moeda, por não haverem sido vendidas no praso de dez dias authorisados pela citada lei, fossem postas á venda como uma simples mercadoria sem valor como fórmula de franquia, e sómente com o valor que porventura o mercado lhe désse, como dá a quaesquer desenhos ou gravuras; a par de que do producto apurado por esta venda se póde completar a verba necessaria para a construcção do monumento ao infante D. Henrique, um dos fins a que a citada lei destinou o producto da venda das estampilhas, fim que ainda se não acha realisado pela deficiencia do producto da venda das mesmas nos dez dias legaes, com o caracter de fórmulas de franquia.

E como é natural que o governo entenda que lhe não compete agora alterar a resolução que tomou de inutilisar as estampilhas que existem em ser na casa da moeda, resolveu a commissão representar ao poder legislativo, pedindo que elle modifique no sentido dos desejos da commissão esta resolução do governo, até mesmo por um projecto de lei, se tanto fôr necessario; e pede a commissão a v. ex.^a^ se digne attender a este pedido, não se oppondo por parte do poder executivo a qualquer deliberação das côrtes sobre este assumpto, mas antes favorecendo pela sua parte a pretensão da commissão. Deus guarde a v. ex.^a^, etc.»

A representação enviada á camara dos dignos pares e dos senhores deputados, começa por historiar a correspondencia trocada entre a commissão e o governo a proposito da liquidação do producto da estampilha; em seguida diz:

«Não ha duvida que a lei de 27 de julho de 1893, que authorisou a emissão e *circulação* das fórmulas de franquia do centenario henriquino, limitou a dez dias o praso da *circulação* d'essas fórmulas com o caracter legal de fórmulas de franquia commum para as correspondencias postaes; e que, portanto, já não tem nem podem ter o valor de fórmulas de franquia com circulação nas correspondencias postaes as estampilhas henriquinas existentes em ser na casa da moeda. Mas não é isso o que a commissão pediu, e bem sabia que não podia pedir. Representava, sim, ao governo sobre a conveniencia de pôr á venda as estampilhas existentes em ser, não como estampilhas com curso legal, mas sim como estampas, desenhos, gravuras, como uma mercadoria qualquer, a que o commercio daria o valor que quizesse dar-lhe; e ninguem póde negar que não ha lei nenhuma que o prohiba, nem tão pouco que esta venda esteja por qualquer fórma vedada por qualquer disposição da lei de 27 de julho de 1893. Esta lei restringiu a venda

d'aquellas estampilhas *com o caracter legal de fórmulas de franquia communs* a um certo praso, como não podia deixar de fazer. Providenciou para que do producto das estampilhas vendidas se indemnisasse o Estado das que deixasse de vender n'esse praso, pertencentes ao typo commum; e deu applicação ao saldo restante, destinando-o ás despezas do fabrico das estampilhas henriquinas, ás despezas com os festejos e ás despezas com o monumento. Mas não prohibiu nem cogitou do destino a dar ás estampilhas que deixassem de ser vendidas no praso da sua circulação legal. Para que se ha-de destruir pela inutilisação, um valor, maior ou menor, segundo o publico quizer que seja, porque é o mercado que ha-de fixar esse valor, de mais a mais quando é certo que ainda falta realisar um dos fins, e o mais importante, por ser duradouro, a que foi destinada a creação das estampilhas henriquinas?

Realmente nem no campo do direito stricto, nem no das conveniencias publicas se póde achar rasão para destruir e inutilisar um valor maior ou menor, mas real e positivo, do qual se carece ainda para cumprir e realisar um dos objectivos da lei de 27 de julho de 1893.

Por estas rasões e pelas que a sabedoria do poder legislativo ha-de reconhecer, vem a commissão do centenario do infante D. Henrique respeitosamente solicitar dos dignos pares do reino e snrs. deputados da nação portugueza hajam por bem attender a esta reclamação, votando, se fôr necessario, uma proposta de lei que authorise o governo a vender as estampilhas henriquinas existentes em ser, não como fórmulas de franquia, mas como mercadoria e cujo valor nominal é ainda superior a 170 contos, dando-se ao seu producto a applicação ainda não realisada da lei de 27 de julho de 1893.

Pede aos dignos pares do reino e snrs. deputados da nação portugueza se dignem tomar em consideração o exposto, deferindo a esta petição. — Porto e sala da commissão nos paços do concelho, 29 de outubro de 1894.—O presidente, *Antonio Ribeiro da Costa e Almeida*».

O assumpto está, pois, affecto ao parlamento; é elle que tem de decidir, consoante o entender o governo. E se ha quem esteja convencido de que nada se conseguirá, — pois parece que a grande commemoração do centenario passou como um facto vulgar, identico aos que sem caracter especial nem influencia de especie alguma, se presenceiam a cada passo — (1) — tambem ha quem fundadamente espere que o governo e o parlamento, convencidos da justiça em que se baseia a reclamação que lhe é apresentada, deferirão a tam justo pedido. De resto, e á luz dos bons principios, a obstinação do governo não tem, realmente, nenhuma base firme em que se apoie, e tanto elle está convencido de que não é legal o caminho que segue, que, decidindo-se a principio pela venda das estampilhas, é de opinião agora que ellas devem ser inutilisadas. Esta indecisão prova que o governo — ou quem por elle entende n'este assumpto — fluctua á mercê de oppostas correntes, e que, não lhe sendo facil justificar, em face da lei, o seu procedimento, procura sahir-se consoante póde da situação embaraçosa em que se collocou. E' de crer, porém, que tudo se concilie, e que, depois de tanta canseira e de tanta fadiga, não se diga que a obra altamente patriotica dos promotores do centenario foi estorvada pelo governo — que, primeiro do que ninguem — deve alentar, proteger e honrar tudo quanto tenda á glorificação da patria, ao brilho do seu nome, ao prestigio das suas tradições, e á divinisação dos heroes que a assignalaram na Historia e a impozeram ao respeito e á admiração do mundo inteiro.

---

(1) Tam pouca importancia se ligou á grande homenagem tributada á memoria do infante, que no discurso da corôa, lido por el-rei na sessão de abertura das camaras, no dia 1 de outubro, nenhuma referencia se faz a tam grandioso acontecimento. E havendo tanto jornal no paiz, nem um só annotou tal falta, e havendo tanta palavra nas camaras, apenas a do velho general Camara Leme se fez ouvir, lamentando que a falla do throno não fizesse a menor referencia a tam importante solemnidade. (Vid. *Diario da Camara dos dignos pares do reino*, na sessão de 13 de outubro, pag. 17). Pois é fóra de duvida que em tam importante documento cabia uma referencia a tam patriotico acontecimento; durante as festas com que o Porto honrou a memoria do grande principe, o nome de Portugal teve não só entre nós mas tambem lá fóra, nos grandes centros intellectuaes, a sua hora de triumpho. O nome e os feitos do infante, a evocação dos dias gloriosos em que as façanhas dos portuguezes cauzaram o espanto e a admiração do mundo, a recordação de todas as maravilhas operadas quando havia lealdade e patriotismo dentro de cada peito, fizeram com que Portugal fosse citado, com respeito, até pelos proprios que tanto tem abusado das condições difficeis em que nos encontramos. Tratando-se de acontecimentos tam superiores, deveriamos,— até porque a recordação d'estas datas nos enche de justo orgulho — frisal-as de modo a augmentar-lhes o valor e a accentuar-lhes a sua significação. Nada d'isso fazemos. A Patria é uma coisa secundaria, e a glorificação dos grandes homens qualquer coisa parecida com as festas, banaes e occas, com que se celebram os santos do calendario...

INDICE

SEGUNDA PARTE

TERCEIRA PARTE

QUARTA PARTE

QUINTA PARTE



ILLUSTRAÇÕES

(NO TEXTO)

(FÓRA DO TEXTO)

ERRATAS

Apezar do cuidado que houve na revisão d'este livro sahiram algumas incorrecções que o criterio do leitor facilmente corrigirá.

